

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE SAN LUIS POTOSÍ
FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES Y HUMANIDADES

"Na brita e à flor da pele": Ativismos migrantes e resposta humanitária à "crise migratória" no Brasil e no México.

TESIS
PARA **OBTENER EL GRADO DE**

DOCTORA EN
ESTUDIOS LATINOAMERICANOS EN TERRITORIO, SOCIEDAD
Y CULTURA

Presenta:
Julia Ferreira Scavitti

Comité tutelar:

Director: Ramón Alejandro Montoya.
Asesor: Daniel Solís Domínguez.
Asesora: Amália E. Campos Delgado.



Apresentação.

Partir, ir embora de um território que é também lugar de afetos, deixando de dividir o espaço e a vida com algumas pessoas até então sempre presentes no seu cotidiano, é um tipo de perda difícil. Quando voltei ao México pela segunda vez, mesmo tendo decidido voltar, me sentia triste, carregando um sentimento de ansiedade que antecipava a saudade. Há uma ausência cotidiana das coisas e gentes que se torna um buraco, a partir do último tchau que se dá cruzando o portão de embarque sem poder olhar para trás. Há migrações com “prazo de validade”, temporalidade planejada, onde alivia pensar que logo se vai poder retornar à casa, ainda que tanta coisa possa acontecer no caminho, que mudam os planos e tudo se transforma. Quando se é migrante, estrangeiro, se escolhe viver tudo que se apresenta para nós nesse caminho, porque decidir migrar é um salto ao vazio. Quando se tem a chance de planejar, de organizar, de se estabelecer com cuidado, é fundamental ir com gosto, com *ganas*. Isso me faz pensar naquelas pessoas que não só não podem escolher exatamente como e quando ir, como também não tem ideia do que vai surgir no caminho, porque ele é tão difícil e tortuoso que inclusive não se sabe se vai chegar. Existem distintas formas de migrar – no meu caso, mesmo cheia de incertezas e medos, meu projeto me abraça, tem meu nome e assinatura, eu o assumo porque aquele lugar é reconhecido como meu, me foi outorgado. Não é por isso que não tenha vivido diversos momentos em que me questionaram sobre minha legitimidade ou competência para estar ali, justamente porque era estrangeira. Em todas as vezes procurei não transparecer a insegurança e tristeza que sentia por dentro, e sustentei de cabeça erguida a escolha em estar, em viver nesse território e fazê-lo meu lar. Isso, para mim, é mais do que suficiente um atestado de legitimidade: escolher migrar e fazê-lo. Mas fui percebendo, como já suspeitava desde que comecei a trabalhar com populações migrantes em 2015 no Brasil, que alguns marcadores sociais e identitários influenciam profundamente na forma como cada um vive sua experiência de migração, e o fato de ser branca, universitária e de classe média – aquela que migrou, mas viajou de avião e com *visa temporal* – me garantiam mobilidade e acessos como estrangeira que outras pessoas que fui conhecendo, diferentes de mim em muitos sentidos, não podiam dizer o mesmo.

Migrações marcadas por dificuldades, obstáculos, violações e violências por questões raciais, identitárias e de classe social.

Mesmo no “meu país”, longe do que antes chamava casa, me senti um pouco estrangeira, e muitas pessoas me diziam isso de diferentes formas. É que a diversidade humana é gigante, muito grande para se limitar às fronteiras nacionais. Compartilhei com todas as pessoas migrantes que conheci muitas coisas que nos uniam em torno a ‘não sermos dali’, estarmos vivendo (e nos propondo a) em territórios diferentes de onde nascemos, escutando e falando idiomas diferentes dos quais aprendemos enquanto íamos crescendo e virando gente, entre hábitos e costumes novos, mais ou menos estranhos. A isso nos propomos, e por isso mesmo enfrentamos estranhamento, preconceitos, desconfiança daqueles e daquelas que não querem ou podem conceber o viver em outro lugar, longe, de um jeito diferente. Isso me aproximou de muita gente, compartilhando a saudade de casa ou nos perguntando como se falava determinada palavra em cada idioma – cada um com um pouquinho de orgulho do seu termo. Ao mesmo tempo, a experiência dos encontros proporcionados pela migração também me mostrou onde eu me afastava dessas pessoas, porque elas sofriam muito mais do que eu, porque estavam vulnerabilizadas, porque eram alvo e objetivo de políticas migratórias que criminalizam e marginalizam, feitas por maus governos e terríveis projetos de mundo em que a exploração, expropriação, violência e falta de dignidade são normalizados. Foi um pouco disso que aprendi em campo, em muitas nuances, e que me informou que essa pesquisa iria trilhar outros caminhos que pouco a pouco iam se desenhando na minha cabeça.

Agradecimentos.

Agradeço ao Conahcyt pelo apoio durante todo o percurso, tornando possível uma dedicação exclusiva ao trabalho do doutorado, e à universidade, Gudelia, Maria de los Angeles, Alice e todos os outros e outras que a tornam possível. Agradeço em especial ao meu orientador, que topou minha proposta e me abriu as portas, e aos professoras e professores que me acompanharam e ensinaram muito.

Agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional e por seguras as pontas, muito obrigada por ser minha família. Aos amigos e pessoas amadas que incentivaram sempre: a ida, a permanência, o encerramento. Ao Leandro, parceiro dos áudios ora racionais, ora legião, pela amizade virtualmente construída, obrigada. Em especial à Natália pelos áudios-análises intensos e solidários. À Lígia, por toda a sintonia, choques e retornos. Ao Bruno, por me fazer sorrir e me dar as mãos sempre. À Livia por sempre insistir tanto em me ter perto, por ser essa presença leve e confortável. À Sarah, por sempre encontrar um tempinho e ser uma mulher-leoa que inspira.

Agradeço aos amigos e colegas de curso e de cidade que tornaram minha estadia no México em um lar: Lorenzo, Jazz, Dulce, Adriano, Nathalia, Arturo, Cris, Perla, Gustavo, Angela, Eleonora, Nina, Andrea, Maryed, Yuls, minha eterna gratidão. A Dani, por sua doçura e disposição para tudo, a Dario pelo acolhimento e coração aberto e por me ensinar tanto. A Paki, em especial, por compartilhar comigo a sua casa, me proteger e confiar, te amo muito.

Agradeço também aos conterrâneos em San Luís que conversavam em português depois de um dia de cérebro cansado. Agradeço a Manu por ter paciência e explicar tanto, e me receber tão bem. Ao Leo, pela doçura, disposição e serenidade reconfortantes; e à Mari, por me escutar e me dar colo em um dos momentos mais desafiadores da minha vida, minha mais sincera gratidão.

A todas as pessoas que desde suas condições de migrantes compartilharam comigo histórias de vida, opiniões e visões sobre o mundo; suas histórias de travessias e longas caminhadas e suas experiências, diversas vezes envoltas em tristeza, violência e sistemática desumanização. Pessoas que admiro desde o mais profundo do meu ser, verdadeiras protagonistas das migrações, dos

ativismos, das resistências diante de um mundo que lhes coloca tantas e tantas barreiras.

Agradeço por cada voto de confiança por me deixarem fazer ecoar suas vozes através desse trabalho. Agradeço o tanto que me ensinaram do mundo, da gente, da vida, da complexidade e da simplicidade que existem nas coisas. Agradeço aos sentimentos compartilhados, os laços criados, daqueles que ainda permanecem e daqueles que vi partir ou me viram partir e que deixaram no lugar as lembranças e afetos.

Aos homens e mulheres ativistas e/ou profissionais da migração, que se dedicam ao exercício da solidariedade e do compromisso com os e as migrantes de nossa Pacha Mama, Abya Yala, a todas essas pessoas que dispuseram de seus tempos corridos e atribulados para conversar comigo e me ajudar na construção dessa investigação.

Por fim, agradeço ao meu filho José Balam por ter me escolhido, e me ensinar tanto sobre o tempo, o tempo da vida e do amor, junto com todas as desimportâncias do mundo. Obrigada, meu filho, você é o maior presente que o México me deu, o segundo é essa pesquisa.

“Vamos esclarecer desde já: como ensinam os críticos anticoloniais Aníbal Quijano, Silvia Rivera Cusicanqui ou Walter Dignolo, o Sul não existe. O Sul é uma ficção política construída pela razão colonial. O Sul é uma invenção da cartografia colonial moderna: efeito ao mesmo tempo do traite négrière transatlantique e do desenvolvimento do capitalismo industrial em busca de novos espaços para a extração de recursos. O outro lado da invenção do Sul foi a construção de uma ficção ocidental moderna do Norte. O Norte, portanto, também não existe”. (Preciado, *Um Apartamento em Urano*, 2020, p. 282).

“Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”. (Guimarães Rosa, *Grande Sertão: veredas*, 1994).

Resumo:

Esta tese é resultado de uma investigação comparativa entre o Brasil e o México como destinos e locais de trânsito da migração internacional do Sul Global nas Américas. O objetivo é analisar os diversos atores que compõem as chamadas crises migratórias, em suas relações de pactos e conflitos, buscando evidenciá-los em sua materialidade e cotidiano: migrantes, organizações sociais, agências humanitárias internacionais e os Estados nacionais, através de suas políticas migratórias e gestão dos deslocamentos. O estudo de uma perspectiva analítica crítica e de gênero, e se baseia em metodologia qualitativa – entrevistas semiestruturadas, etnografia em campo e virtual, e observação participante.

Resume:

This thesis is the result of a comparative investigation between Brazil and Mexico as destinations and transit locations for international migration from the Global South in the Americas. The aim is to analyze the actors involved in what are referred to as migration crises, understanding their relationships of agreements and conflicts, and seeking to highlight them in their materiality and daily life. The "migration crisis" is viewed as a social and political relationship with impacts on the lives of migrants, involving various actors: migrants, social organizations, international humanitarian agencies, and national states through their migration policies and management of displacements. The study adopts a critical and gender analytical perspective and is based on qualitative methodology—semi-structured interviews, field and virtual ethnography, and participant observation.

Resumen:

La tesis es el resultado de una investigación comparativa entre Brasil y México como destinos y lugares de tránsito de la migración internacional del Sur Global en las Américas. El objetivo es analizar a los actores que componen las llamadas crisis migratorias, en sus relaciones de pactos y conflictos, y buscando evidenciarlos en su materialidad y cotidianidad entre los actores: migrantes, organizaciones sociales, agencias humanitarias internacionales y los Estados nacionales, a través de sus políticas migratorias y gestión de los desplazamientos. El estudio adopta una perspectiva analítica crítica y de género, y se basa en una metodología cualitativa: entrevistas semiestructuradas, etnografía en campo y virtual, y observación participante.

Siglas:**Instituições Internacionais e Órgãos de Estado.**

INM: Instituto Nacional de Migração (*Migración*).

SEGOB: Secretaría de Gobernación.

COMAR: Comissão Mexicana de Ajuda a Refugiados (*Comisión Mexicana de Ayuda a Refugiados*).

GN: Guarda Nacional (*Guardia Nacional*)

PF: Polícia Federal.

MJ: Ministério da Justiça.

CNIg: Conselho Nacional de Imigração.

MRE: Ministério de Relações Exteriores.

CONARE: Conselho Nacional Para Refugiados.

DPU: Defensoria Pública da União.

CIC: Conselho de Imigração e Colonização.

OIM: Organização Internacional para as Migrações.

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

OIR: Organização Internacional para Refugiados.

DUDH: Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Organizações da Sociedade Civil:

AMILV: Associação de Mulheres Imigrantes Luz e Vida (Brasil).

CAMMI: Centro de Apoio Marista ao Migrante (México).

CAMI: Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (Brasil).

CLACSO: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais.

OBMIGRA: Observatório das Migrações (Brasília).

SJMR: Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados.

PDMIG: Pacto pelo Direito de Migrar – África do Coração (Brasil).

CEMIR: Centro da Mulher Imigrante e Refugiada (Brasil).

CESM: Centro Scalabriniano de Estudos Migratório de Brasília.

UMM: Movimentos por Moradia (Brasil).

CMP: Central de Movimentos Populares (Brasil).

Índice:

| | |
|---|-----|
| Introdução | 01 |
| Capítulo 1: O Fio Condutor Racista e Colonial da História das Migrações nas Américas | 30 |
| América e Latina | 31 |
| Dependência, Colonialismo Interno e Colonialidade da Pessoa Migrante..... | 37 |
| Raça (e Racismo) | 41 |
| Colonização e Fabricação dos Países Latino-Americanos | 45 |
| México | 53 |
| Brasil..... | 56 |
| O Século XX: Abertura, Fechamento e Soberania Nacional | 60 |
| México | 60 |
| Brasil..... | 68 |
| Racismo e Xenofobia de Estado | 75 |
| Capítulo 2: Estado-Nação como Fábrica das Identidades (In)Desejáveis | 81 |
| Estado Nacional e Colonialidade da Pessoa Migrante | 82 |
| Perspectiva de Gênero para Situar o Mundo da Pesquisa | 87 |
| As Pessoas Migrantes da Crise Migratória..... | 90 |
| Leis de Migração e a Fabricação de (I)Legais..... | 95 |
| México | 99 |
| Brasil..... | 107 |
| Características da Crise Migratória no Brasil e México..... | 112 |
| México | 116 |
| Brasil..... | 121 |
| Capítulo 3: Lutas e Ativismos Migrantes | 127 |
| Um Dossiê de Ativismos da Migração | 127 |
| Demandas Contra o Racismo e Colonialismo | 130 |
| A Dialética da Pessoa Migrante: Trabalho como Exploração, Exploração como Sobrevivência | 154 |
| Ativismos, Cuidado e Solidariedade na Migração | 163 |
| Esticando Cidadania e Direitos Humanos | 197 |
| Provas Contra o Estado e Imaginação | 204 |
| Capítulo 4: “À Flor da Pele”: Territórios e Fronteiras na Migração | 214 |
| Algumas Definições de Território e Fronteiras | 214 |
| Crítica Anticolonial das Fronteiras e do Estado | 219 |
| Espaços de Migração Escutados Do Virtual..... | 223 |
| In Locus: Etnografia de Dois Territórios de Fronteira | 227 |
| Fronteira Sul Mexicana: Tapachula, Chiapas..... | 228 |
| Fronteira Norte Brasileira: Boa Vista, Roraima | 244 |
| O Que Emerge do Campo..... | 261 |
| Pessoa Migrante Como Corpo-Território | 263 |
| Território: Espaço Dúbio da Espera | 273 |
| A Especificidade da Questão Indígena na Migração..... | 286 |
| Brasil e México: Territórios Ambíguos..... | 315 |
| Capítulo 5: “Na Brita” Entre o Humanitário e o Militar | 318 |
| Burocracia, Militarização, Ordem e Controle | 323 |
| Contenção e Deportação: Formas de Dissuadir e Desumanizar..... | 337 |

| | |
|---|-----|
| O Paradigma Humanitário e o Humanitarismo | 350 |
| México | 370 |
| Brasil..... | 379 |
| Humanitário: Cuidar, Cansar e Desumanizar | 398 |
| A Exceção da Exceção: Justificativas Pandêmicas | 425 |
| Desumanização Como Violência de Estado..... | 430 |
| Conclusões | 439 |
| Bibliografia | 446 |
| Anexos | 462 |

Introdução

O que é migração? Movimento. Deslocar-se. Ímpeto que constitui muitas espécies, entre elas a humana, e forma de expressão da vida, da curiosidade e da atividade criativa (Jacobo Albarrán e Manero Brito, 2006; Flores Barrera, 2018; Moya, 2018). Os deslocamentos fazem parte de diferentes contextos históricos e sociais da vida humana na Terra. Dos grupos nômades às primeiras comunidades sedentárias, muitas viagens foram necessárias em busca de melhores lugares, alimentos e oportunidades (Klein, 2000; Flores Barrera, 2018). A maioria das teorias aceitas, diz que os povos nativos do território que se tornou as Américas, chegaram migrando de outras partes do planeta há 15.000 ou 20.000 mil anos (Moya, 2018).

A “crise migratória”, por sua vez, é uma narrativa contemporânea que vem sendo construída e repetida em meios de comunicação e discursos políticos pelo mundo, sobre migrações específicas, provenientes de países do Sul Global e em contextos de desigualdade social, política e econômica. Em se tratando da narrativa de “crise”, no território americano ela vem propiciando um terreno fértil a partir de uma retórica colonial, de verdadeiras políticas de guerra e medidas de exceção (Marchese, 2019, p. 17). Aplicada ao tema migratório, gera contextos complexos com diferentes atores e velhas tensões.

No dicionário Priberam da Língua Portuguesa, a palavra crise (em espanhol *crisis*) tem origem no latim *crisis* e no grego *krísis*, e está definida como “mudança súbita ou agravamento que sobrevém no curso de uma doença aguda”; “conjuntura ou momento perigoso, difícil ou decisivo” e ainda “desacordo ou perturbação que obriga instituição ou organismo a recompor-se ou a demitir-se”¹.

¹ Dicionário Priberam online: <https://dicionario.priberam.org/crise>

As “crises migratórias” nas Américas refletem deslocamentos humanos de pessoas em busca de melhores condições de vida e de sobrevivência. Ao ocorrerem de forma intensa e contínua, os deslocamentos exercem pressão política, movendo debates em torno da cidadania, território, direitos humanos e fronteiras que serão refletidos a partir dessa investigação. Faz-se coro à tese da autora Soledad Álvarez Velasco (2016), de que a intensificação de mecanismos de controle da migração irregularizada gera seu incremento e diversificação das formas de violência, sendo possível acrescentar a precarização dos deslocamentos e a geração de territórios de contenção e espera nas Américas.

As diferentes formas de violência, elemento fundamental num contexto de ameaça, vigilância e guerra, se dirigem e são materializadas nos corpos orgânicos e nos territórios, e quando o tema é a gestão e controle da migração internacional, sobretudo aquela entendida como crítica, haverá grupos de pessoas que, migrando, se tornarão objeto das políticas nacionais e práticas de gestão de territórios, ao mesmo tempo em que são sujeitos ativos, que tomam suas próprias decisões e criam suas próprias possibilidades de vida e resistência.

A migração irregularizada, componente da “crise migratória”, é produzida a partir de um regime político de um Estado através de sua lei migratória (Álvarez Velasco, 2016; De Genova, 2007; 2010), não havendo portanto uma condição “natural” de regularidade ou irregularidade. Tais fluxos são uma das dimensões mais midiaticizadas em busca de se retratar um suposto descontrole, sobretudo em regiões de fronteira, fomentando sentimentos de medo e ameaça constantemente manipulados em discursos políticos.

Diante da intensificação dos deslocamentos humanos nas Américas, países de origem, trânsito e destino envolvidos em diferentes relações econômicas e políticas, fracassam não só em diminuir os fluxos, como em tudo aquilo que se relaciona com solucionar os problemas

estruturais que historicamente impactam a região. Em geral, respondem com maiores restrições, controle, militarização, intervenção externa, racismo e xenofobia que geram um contexto de ampla violência e violação de direitos humanos das populações migrantes.

A América Latina é uma das principais regiões expulsoras de migrantes, revelando a dinâmica do desenvolvimento geopolítico desigual na região, movido pelo padrão de acumulação capitalista, que gera uma “inexorável dependência entre países e uma desigual divisão internacional do trabalho entre os mesmos” (Álvarez Velasco, 2016a p. 157).

Os deslocamentos na região também vem construindo redes de solidariedade, ativismos políticos e intercâmbio que possibilitam que as migrações sigam acontecendo, gerando formas de acolhimento autônomas ou respostas governamentais. Essas iniciativas podem ser lidas como contestação à ordem política e econômica dominante ou, ainda, formas de controle e subalternização que reforçam essa mesma ordem, dependendo da correlação de forças das pessoas em mobilidade, dos ativismos migrantes que nascem com elas e das forças políticas e econômicas e seus interesses.

Com a intenção de gerar um conhecimento original derivado de um estudo atencioso aos detalhes, a proposta deste trabalho foi realizar uma investigação a nível comparativo entre dois países que vem se configurando como locais de trânsito e destino da migração internacional nas Américas, o Brasil e o México, a fim de refletir sobre as dinâmicas sociais, territoriais e políticas das “crises migratórias” em ambos os contextos.

Entende-se a “crise migratória” como uma relação social e política, composta por diferentes atores que se mobilizam: migrantes, enquanto pessoas de carne, osso e projetos de vida; organizações sociais, coletivos e instituições que atuam com migrações e direitos humanos das pessoas migrantes; agências humanitárias internacionais e os próprios Estados

nacionais, através das políticas migratórias e práticas de gestão dos deslocamentos. Desde uma perspectiva racial racista, de classe e patriarcal na raiz de sua formação e se reinventando em diferentes roupagens, o próprio Estado é produtor da “crise migratória” na região.

Os países do Sul Global reproduzem lógicas de gestão da migração do Norte Global, aplicadas a certos perfis sociais e raciais (nacionais) nas Américas. São construídas políticas migratórias de securitização e controle combinadas com discursos humanitários que mantêm as históricas lógicas coloniais e racistas vivas. Da escuta e da observação atenta da migração crítica na região, é possível pensar como as pessoas migrantes e os ativismos podem oferecer paradigmas outros para os direitos humanos e a vida em sociedade, num compromisso ético de pesquisa orientado pela paixão e envolvimento pessoal com o tema.

Em 2020 a população migrante internacional mundial estimada pela Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo diversas razões de deslocamento, era de 281 milhões de pessoas no mundo (*Anuario Migración y Remesas*, 2023, p. 19). Em que pese que os principais países de destino estejam na América do Norte e Europa (*Anuario Migración y Remesas*, 2023, p. 22), o chamado “corredor migratório” por onde a migração internacional mais circula, está localizado entre México e Estados Unidos (*Anuario Migración y Remesas*, 2023, p. 26), ao qual se conectam países das Américas como Brasil, Colômbia e Panamá.

Desse número, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) estima para 2023, 117.3 milhões de pessoas forçadas a migrar, entre solicitantes e refugiados reconhecidos, palestinos, deslocados internos e pessoas “em necessidade de proteção internacional”, segundo o mais recente relatório *Global Trends* da agência (UNHCR, 2023, p. 2).

O recorte temporal abrange a última década das migrações internacionais no Brasil e no México, tendo como marco legal as novas leis de migração: no Brasil, em 2017 e no México em 2011, ademais da atenção especial aos últimos quatro anos, período da pesquisa propriamente. É preciso ponderar que, nas dinâmicas migratórias contemporâneas, parece que sempre estamos um pouco atrasados.

A pergunta central da investigação foi compreender aspectos e atores que compõem a “crise migratória” contemporânea na região americana em seus detalhes, em dois países centrais para as dinâmicas migrantes no continente. Como se expressa a “crise migratória” no Brasil e no México? Quem são as pessoas migrantes que lhe dão rostos, sofrem e precisam lutar para garantir o direito de migrar? Como as respostas políticas se traduzem nos territórios e que atores se movem para efetivá-las?

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi caracterizar e compreender os atores envolvidos nas “crises migratórias” nos dois países, buscando conhecer e evidenciar as pessoas migrantes e ativistas, que migram, lutam e produzem ativismos, por um lado; e as pessoas trabalhadoras humanitárias e as respostas políticas e jurídicas em seus desdobramentos nas práticas de gestão das migrações e fronteiras nos territórios, por outro.

Deste, derivaram objetivos específicos que se desdobram ao longo de cinco capítulos. Revisar a continuidade e perfil do racismo e colonialismo interno que se desdobram em certos perfis identitários nas dinâmicas migratórias e territoriais nos dois países; Analisar suas recentes leis migratórias, buscando identificar como raça e gênero operam nos discursos nacionalistas, em leis e práticas de gestão, pelos Estados nacionais, das migrações internacionais; escutar e evidenciar os diferentes tipos de ativismos e demandas políticas gerados a partir das migrações em crise; Identificar as formas de respostas humanitárias às

“crises migratórias” em contextos de fronteiras e as (re)significações do território a partir dos deslocamentos humanos; evidenciar os aspectos qualitativos das respostas às “crises migratórias” em suas dimensões militar, humanitária e em simbiose.

A principal hipótese desenvolvida foi de que ambos os países ocupam uma posição territorial e política importante na narrativas das crises migratórias, orientando decisivamente suas políticas migratórias e gestão de fronteiras a partir de lógicas do Norte Global diante da intensa chegada de pessoas migrantes vulnerabilizadas. Esses países acabam transformando-se em verdadeiros espaços de contenção e espera, onde se operam gestões humanitárias e de controle informadas por aspectos geopolíticos históricos na região das Américas, tais como o racismo, o capitalismo e o colonialismo.

Marco metodológico:

“Tapachula, Setembro.

Estávamos conversando nas mesas externas do albergue, alguns jovens e mulheres adultas, as crianças brincando ao redor. Eu, meu espanhol arrastado, lento e com uma R peculiar. Todo mundo achava que eu era gringa, dos Estados Unidos ou Canadá, algo assim. Ninguém conseguia decifrar de onde vinha meu espanhol. Comecei recentemente a conquistar a confiança das pessoas (...) Então eu comento que sou brasileira, vim do Brasil, digo. Todo mundo se surpreende, duvida. Sinto que estou baixo análise, pra ver se tem sentido. Eu argumento: não sabem que falo português? D. um dos meninos, haitiano-brasileiro que está com a família tendo saído do Brasil e cruzado Darién, reconhece: eu falo português que nem ele, fluido. Então, uma das mulheres, hondurenha, comenta: mas como você é brasileira se você é branca? Eu achava que brasileiro era tudo negro, *mestizo*, que nem a gente, mas mais negro. Eu comento que sim, tem muitos brasileiros assim, mas também tem brasileiros brancos. Ela pergunta que idioma se fala no Brasil, D. responde por mim: português. Esse, aliás, é nosso vínculo de afeto desde o primeiro dia que cheguei, quando D. descobriu que podia falar comigo em português e eu sempre o entenderia. É que ele não falava muito créole, apenas com a família, e seu espanhol ainda era incipiente.

Estávamos numa das mesas externas, eu, um homem haitiano e um jovem angolano que havia saído de São Paulo, no Brasil, com os pais e os 4 irmãos, cruzado Darién, chegado ali em Tapachula. Desde que cheguei me aproximei deles pelo mesmo motivo: a língua. Falarmos português nos tornava um pouco mais cúmplices. Junto, havia D. e outras crianças, uma menina venezuelana que também cruzou Darién com sua família, parte no abrigo parte presa na Estação Migratória. Estávamos falando sobre nossa chegada ao país, de onde havíamos vindo. Eu e a família angolana

tínhamos saído da mesma cidade rumo ao México. O irmão mais novo era brasileiro. O pai faleceu no caminho, e a família buscava chegar nos Estados Unidos onde a mãe teria uma rede parental de apoio. Falei que também era imigrante, como eles. A menina venezuelana me perguntou: como você chegou no México? Respondi que de avião. Desde onde? do Brasil para o México. Então algumas crianças começaram a dizer, como quem se vangloria: então você não passou pelo que eu passei, vir de avião é fácil! D. completou, orgulhoso de si mesmo: quero ver cruzar Darién como eu cruzei, não é fácil. Concordo com ele. A menina venezuelana também se vangloria, e conta por quantos países passou. Outras crianças começam a contar suas rotas: eu saí de Honduras, e eu da Guatemala. Vira e Mexe Darién volta a aparecer como uma espécie de troféu para quem viajou por ali, ao mesmo tempo em que junto vem um certo silêncio, um momento de reflexão. Toda vez que a gente fala de ter viajado por Darién com as crianças, acontece isso. Com os adultos é diferente: nunca ouvi uma mulher ficar falando sobre isso, e os homens gostam de contar as histórias das dificuldades que tiveram ou das desgraças que viram. D. uma vez me disse: sabia que eu vi gente morta em Darién? As histórias são sempre muito trágicas, e são narradas a públicos atentos, cheios de dúvida como eu.

Alguém me pergunta por que eu vim para o México. Eu respondo para estudar, e outra pessoa diz: estudar o que? Eu respondo: eu estudo migração, como a de vocês. Eu tenho um projeto de pesquisa sobre as migrações, o que acontece, as histórias das pessoas... Algumas pessoas me olham, me escutam. Assentem, respondem vagamente que legal, ou emitem um “hummm”. Então ficamos assim, em silêncio. É estranho dizer que eu os estudo, bem, a migração deles. E se eu pergunto: e vocês, por que vieram pro México? Ouço diferentes histórias, diferentes da minha. (...) Um dia chegou um grupo inteiro de homens venezuelanos da Estação Migratória pro albergue. Eles ficaram isolados porque estavam com covid. Não havia nenhum que falasse com orgulho de Darién. (...) É, a minha migração, pra eles, foi ‘fácil’” (J. Scavitti, Comunicação pessoal, Diário de Campo 2020-2023, p. 40-41)².

Discutir metodologia é necessário, pois é na prática de pesquisa que se constrói mudanças, quando pesquisadores pensam seus lugares sociais no mundo, os privilégios e desigualdades nas relações de pesquisa, nossos limites e os objetivos da produção de conhecimento da intervenção investigativa. Esta pesquisa possui como dimensão central “deixar-se afetar pelo que se estava pesquisando” (Favret-Saada, 2005, p. 155),

² Como forma de identificação e padronização das diferentes fontes de citações neste trabalho, a configuração para trechos extraídos dos Cadernos de Campo 2020 a 2023, documento pessoal de pesquisa, será sempre a mesma: Times New Roman de 12 pontos, estilo normal, justificada, sem espaçamento, entre aspas e com recuo de 1,27 cm da margem esquerda.

acompanhando e escutando diferentes agentes, conversando diretamente com pessoas migrantes ou solidárias e sendo uma migrante, estrangeira e pesquisadora.

Opta-se pela incorporação dos registros das narrativas próprias em primeira pessoa, porque foi através da vivência como migrante e pesquisadora que se pôde observar essas dinâmicas de forma mais próxima, fazendo da observação do cotidiano um instrumento de conhecimento, propondo-se “conceder estatuto epistemológico a essas situações de comunicação involuntária e intencional (...)” (Favret-Saada, 2005, p. 160).

Trabalhar com a migração irregularizada que compõe a “crise migratória”, implica dificuldades com dados quantitativos e de medição estatística, devido às estratégias e caráter clandestino, muitas vezes altamente móvel (Álvarez Velasco, 2016), tornando indispensável o uso de metodologias qualitativas para construir panoramas mais detalhados do tema.

O critério estabelecido para a escolha das pessoas participantes das entrevistas feitas diretamente foi que elas fossem migrantes, atuassem diretamente em ativismos auto-organizados ou em solidariedade e/ou fossem trabalhadoras humanitárias em contextos de respostas humanitárias a crises migratórias. A escolha também foi influenciada pelos espaços pelos quais transitava no campo, e a quem ia tendo a oportunidade de conhecer, apresentar a pesquisa e estabelecer uma relação que possibilitasse o convite à pesquisa.

Nesse sentido, é preciso ponderar que nenhuma pesquisa dará conta de abarcar a diversidade de sujeitos que compõem as migrações e os ativismos, e mesmo os mais atentos com relação à posição epistêmica e metodológica na prática podem encontrar limitações relacionadas a como e por onde transitam no fazer acadêmico. A questão indígena – warao sobretudo, mas não só – que aparece no campo descrito nos capítulos 4 e 5, por exemplo, não foi contemplada pela perspectiva da escuta de pessoas indígenas waraos, que também não são

uma só, pois não houve a possibilidade dessa escuta durante e depois do campo, pela dinâmica de inserção que foi estabelecida. No entanto, não se descarta a importância das perspectivas apresentadas, deixando aberta a possibilidade de que esse diálogo se estabeleça entre migrantes, ativistas e pesquisadores que também se propõem a pensar sobre todo esse tema.

O capítulo 3 pode ser descrito como uma forma de, anteriormente até a questão indígena da migração em crise no Brasil, essa tentativa de, dentro das adaptações metodológicas da pesquisa virtual, ser sobretudo a vazão da escuta que se fez de uma multiplicidade de atores, pessoas migrantes e não migrantes no Brasil e no México que atuam de alguma maneira nessas “crises migratórias”. Aqui, o critério de eleição da escuta foi de pessoas narrando suas próprias lutas, visões de mundo, histórias de vida, relações e conflitos com o Estado nacional e suas leis migratórias. O critério foi também o protagonismo: ativistas envolvidos na práxis cotidiano do que é ser um ativismo em busca ou construindo direitos.

A partir de perguntas que se desenvolveram nos objetivos específicos da pesquisa, derivei dimensões centrais que seriam de alguma forma abordadas na escuta, observação participante e etnográfica e ainda nas entrevistas: direitos migrantes, papel do Estado, crise migratória, aspectos raciais e de gênero, dinâmicas migratórias, território e lutas políticas. Para as entrevistas, foram sempre desenvolvidos roteiros semiestruturados, e elas ocorreram de forma presencial e *online*. Foram 27 no total, e 14 delas usadas nesta tese, conforme a tabela a seguir. De duração de uma hora, foram gravadas e transcritas posteriormente nelas se informava os objetivos, apresentação pessoal e consentimento.

| Pessoa | País/Região | Trajetória | Data |
|--|--------------------|--|-------------|
| Irmã Salete | Brasil/Norte | Ativista brasileira da Pastoral do Migrante | 26.02.2021 |
| Lucho | México/Centro | Migrante argentino, ativista e trabalhador da migração | 05.04.2021 |
| Suria | México/Norte | Trabalhadora humanitária em albergue | 25.03.2021 |
| Alma | México/Centro | Advogada da área de direitos humanos | 24.03.2021 |
| Bea | Brasil/Norte | Antropóloga e trabalhadora humanitária de ONG | 01.07.2021 |
| Lola | México/Sul | Ativista, trabalhadora social e voluntária | 02.11.2021 |
| Dua | México | Migrante venezuelano | 09.05.2022 |
| Leo | México/Sul | Advogado e trabalhador humanitário | 21.05.2022 |
| Alohá e Juan Cusicanqui (Kasinha Bayf4s) | Brasil/São Paulo | Migrantes, artistas e ativistas | 02.06.2022 |
| Giovana | Brasil/Norte | Trabalhadora humanitária | 11.07.2022 |
| Iza | Brasil/Norte | Trabalhadora humanitária | 13.07.2022 |
| Cela | Brasil/Norte | Trabalhadora humanitária | 14.08.2022 |
| Gal | Brasil/Norte | Trabalhadora humanitária | 22.08.2022 |
| Raquel | Brasil/Norte | Trabalhadora humanitária | 01.12.2023 |

Optou-se aqui pelo padrão de nomes fictícios, respeitando o pedido da maioria das pessoas entrevistadas, algo que se reproduziu no trabalho de campo virtual (Leitão e Gomes, 2017) feito nas redes sociais desde meu próprio perfil, onde interagiu e acompanhava as publicações, ações e eventos sobre direitos, desafios e lutas das populações migrantes em ambos os países, nas plataformas: *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*. No entanto, optou-se por manter as informações sobre as organizações e lugares onde atuavam.

Toda a informação qualitativa obtida da pesquisa de campo foi sistematizada de acordo com os objetivos específicos da pesquisa, e por isso principalmente as entrevistas aparecem de forma diluída em diversos capítulos, já que muitas pessoas tocaram, em nossas conversas, elementos cruciais que atravessam os deslocamentos e crises migratórias. A “escuta etnográfica” virtual foi centralizada no capítulo sobre ativismos, pois buscou-se construir um espaço nesta tese de fazer ressoar as demandas e testemunhos das pessoas migrantes e solidárias.

Um importante exercício metodológico foi trazer à prática do campo a atenção constante ao processo investigativo, isto é, pensar o como e por que se faz o que se faz, estando sempre atento ao que os e as interlocutores também estão perguntando. O debate acadêmico feminista vem expressando o incômodo com a “objetividade” no fazer ciência, entendendo-a também como uma “construção social” e “um campo de poder” (Haraway, 1995, p. 7-10), onde algumas autoras buscam construir formas de liberar-se da “doutrina de objetividade que prometa transcendência (...)” (Haraway, 1995, p. 16). Não se trata de uma crítica à ciência em si, mas à forma de fazê-la.

Uma dessas propostas é a construção de uma “objetividade feminista” a partir da ideia de “saberes localizados” (Haraway, 1995) que evoca a visão, elemento sensorial e corpóreo da

antropologia tradicional, mas buscando evitar posições binárias da perspectiva de objetividade patriarcal, positivista e ocidental, onde só um conhecimento é entendido como correto e científico. Afirma, ao contrário, que quem conduz uma pesquisa deve ter uma “(...) posição [que] resiste à política de fechamento (...)” (Haraway, 1995, p. 32), que não aceite críticas, diálogo ou questionamentos.

Ao olhar para as relações e atores da “crise migratória”, a pesquisa envolveu escutar sujeitos de carne e osso na e da migração, independente de acordos ou desacordos com o conteúdo. Dentro das ciências sociais e humanas “(...) Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso (...)” (Haraway, 1995, p. 36).

Tomando da antropologia tradicional a etnografia e observação participante em locais onde a vida se desenvolve (Barcinski, 2014), a pesquisa se apoia sobretudo em métodos qualitativos, que por sua vez exigem relações de confiança com as pessoas envolvidas. Exige refletir sobre as interpretações que os sujeitos fazem da sua própria realidade, privilegiando seus discursos, inclusive os espontâneos. Assim, constantemente foram sendo incluídos informantes não previstos, enquanto outros planejados não respondiam ou não aceitavam participar da pesquisa.

A antropóloga de origem portuguesa Alcida Rita Ramos, imigrante no Brasil aos sete anos, construiu sua trajetória como pesquisadora, atuando por muitos anos no interior da Amazônia, experiência que a levou a concluir que “(...) la investigación etnográfica profunda probó, una vez más, que es indispensable como recurso político para la defensa de los derechos indígenas” (Ramos, 2017, p. 60).

Assim, se por um lado se faz importante o “saber situado” (Haraway, 1995) como um reconhecimento de posição social e política no mundo que informa e se relaciona com os objetivos, métodos, teorias, perguntas e escuta de campo, por outro a posição teórica e política de Ramos (2017) demonstra a importância do comprometimento com o fazer ciência no sentido de apresentar resultados e reflexões que levaram em consideração de forma coerente todos os aspectos envolvidos naquele campo de estudo.

Ramos renuncia à militância política como protagonista, isto é, aquela em que a pessoa que pesquisa se reconhece e reivindica como agente da “linha de frente”, na e durante a pesquisa, e defende uma postura de “descompromisso” com o ato imediato de envolver-se e atuar com, não ignorando a agência de quem pesquisa, mas a mudando de foco:

(...) descomprometerse (...) tal vez sea la manera más comprometidamente desapegada de reconocer la agencialidad plena de los indígenas. Al renunciar a la militancia, el antropólogo sale de su posición como productor principal de conocimiento etnográfico para darle el lugar a nuestros tradicionales ‘otros’ (...).
(Ramos, 2017, p. 61).

A autora também apresenta uma proposta de “antropologia ecumênica”. Essa posição, defende, é a maneira de não se fechar à crítica, nem bastar a si mesmos, como facilmente poderia ocorrer em um ambiente acadêmico. Essa prática de ciência seria aberta às perguntas que surjam dela, mesmo que para reconhecer limites e mistérios todavia por resolver, confluindo com a perspectiva de Haraway (1995), crítica ao totalitarismo no meio acadêmico e científico.

Com a proposta de constante debate, se produziria assim uma “intercomunicabilidade” entre diferentes campos e agentes, que por sua vez é produtora de perguntas, respostas e mais

perguntas, de dúvidas, ambiguidades e acertos “(...) un campo de debates donde no hay ni ganadores ni perdedores, ni dominadores ni dominados, sólo pensadores (...)” (Ramos, 2017, p. 63 -64).

Neste caso, reconhecer posições de privilégio relativos à raça e classe social proporcionou melhor atenção aos detalhes que caracterizam as dinâmicas e políticas migratórias, me fazendo perguntar sobre esses aspectos de violências e desigualdades que marcam a “crise migratória” e que não são vividos da mesma forma por todo mundo. A intenção foi produzir uma pesquisa “(...) con sentido, accesible y evocativa, arraigada en la experiencia personal; que sensibilizaran a los lectores frente a cuestiones tales como la identidad política, las experiencias escondidas en el silencio (...)” (Ellis et. al., 2019, p.19).

Também se utilizou de uma ampla revisão bibliográfica com relação aos estudos migratórios nos últimos 10 anos na região e fontes de conhecimento de caráter documental e jornalístico, numa busca hemerográfica (Gómez Johnson e Espinosa Moreno, 2020) de documentários e podcasts sobre as migrações americanas nos últimos quatro anos, período desse trabalho. É importante reconhecer, quando se fala de migração, que “se bem os fatores macroestruturais têm peso” na hora de decidir migrar, “na realidade os sujeitos põem sobre a mesa diversos elementos a avaliar que vão desde o mais estrutural ao mais pessoal” (Rivero, 2017, p. 337).

Ao realizar trabalho de campo nos locais escolhidos, a inserção sempre se deu através de trabalhos voluntários, que realizei junto a organizações que me permitia essa primeira entrada no campo. Enquanto trabalhava, não realizava entrevistas, mas sempre conversava com as pessoas e contava quem era e sobre a minha pesquisa. Assim, desenvolvi uma série de contatos que posteriormente se desdobraram em entrevistas, que sinalizaram querer participar

de alguma forma ou que forneceram subsídios indiretos, enquanto construíamos relações naqueles espaços.

A etnografia aqui é entendida como um processo de observação imersa, de forma contínua ou fracionada, de diferentes coisas e/ou dinâmicas: situações, espaços públicos, organizações e comunidades. Envolve um posterior trabalho de análise enraizado na experiência do trabalho de campo (Cefai, 2013a, p. 101). A característica principal é a implicação direta de quem pesquisa e “observa com seus próprios olhos, escuta com seus próprios ouvidos” (Cefai, 2013a, p. 102).

Já a dimensão virtual da pesquisa, a primeira, ao início, foi feita desde minha casa, no México, com intensidade durante o primeiro ano e meio da pandemia, entre 2020 e 2021, quando acompanhava intensamente os eventos dos ativistas a nível nacional no Brasil e no México, me permitindo realizar uma forma de pesquisa multisituada (E. Marcus, 2001; Rivero, 2017), já que a multilocalização não implica necessariamente um deslocamento físico aos lugares.

No segundo semestre de 2021 foi realizado o primeiro campo presencial e no final do primeiro semestre de 2022 o segundo, ambos com duração de um pouco mais de um mês. As regiões escolhidas são duas cidades de quase fronteiras, lugares de intensa chegada de migração internacional vulnerabilizada no Brasil e no México: Boa Vista, no estado de Roraima e Tapachula, no estado de Chiapas.

Durante o tempo vivido nesses lugares, pude produzir registros em cadernos de campo, fotos e vídeos, materiais primordiais da pesquisa e insumos para o trabalho da escrita da tese, que

(...) se apoya tanto en notas de terreno, anotadas diariamente en un cuaderno, como en textos ya disponibles: conversaciones discontinuas, entrevistas etnográficas cara a cara, documentos administrativos, corpus de prensa, actas de policía y de justicia, obras literarias o rumores de la calle (...) (Cefaï, 2013b, p. 13).

Uma reflexão Sobre a Pesquisa Virtual em Tempos de Pandemia.

Quando as medidas de contenção da pandemia foram anunciadas no México em 2020, os planos de realização do trabalho de campo precisaram ser modificados. Embora as migrações internacionais não tenham parado – porque parar e se resguardar foi um privilégio – muitos espaços de acolhida e solidariedade com a migração passaram a funcionar com restrições. Para esse momento foi preciso reinventar a pesquisa.

À distância, foi possível integrar-me a um projeto/coletivo na organização de um evento completamente online, como equipe organizadora e parte do trabalho de extensão que nasceu daí, o *Fontié Ki Kwaze – Fronteiras Cruzadas*³, entre os anos de 2020 e 2021, o que me possibilitou ter contato direto e constante com organizações migrantes do Brasil em espaços de escuta das demandas coletivas migrantes, sobretudo do estado de São Paulo. Durante o período do projeto, organizamos atividades de debate com atores e sujeitos dos deslocamentos migratórios a nível internacional, realizamos entrevistas e por fim o mapeamento de uma “rede sociotécnica” de solidariedade à migração nas cidades de São Paulo e Campinas, a fim de conhecer e criar um banco de dados das organizações, universidades, coletivos e programas que atuavam naquele momento em solidariedade às populações migrantes.

³ Fontié Ki Kwaze significa “fronteiras cruzadas” em créole. O projeto pode ser visualizado no site: <https://fronteiras cruzadas.com.br/> e algumas atividades realizadas, como a Terceira Edição do Fórum Internacional e que compõe parte da pesquisa virtual aqui apresentada encontram-se no canal de YouTube do projeto: <https://www.youtube.com/@FronteirasCruzadas>. Trata-se de uma iniciativa de atuação em promoção e defesa dos temas e direitos migrantes, construída em parceria com pessoas migrantes e coletivos auto-organizados de migrantes no Brasil.

Ao mesmo tempo, também fui voluntária *online* em uma organização binacional chamada *Al Otro Lado*⁴ que atua na fronteira norte mexicana/sul estadunidense com apoio jurídico e informações a pessoas migrantes solicitantes de asilo/refúgio nos Estados Unidos. Durante o período anterior a pandemia, havia sido iniciada a política estadunidense conhecida como *Quédate en México*⁵, e a organização aplicava questionários à população migrante que estava esperando em cidades fronteiriças no norte, a fim de identificar casos de grande vulnerabilidade que poderiam ter andamento mais rápido, como as situações de doenças graves ou ameaça à integridade física no caso de pessoas da comunidade LGBTTTQI+.

A pesquisa em ambientes online (Leitão e Gomes, 2017) é uma realidade de uma era da internet e da globalização que tomou grandes proporções em nossa vida. Não é que o espaço foi aniquilado, mas se transformou abrindo novas possibilidades. O ambiente online está associado à dinâmica da vida cotidiana, algo que se evidenciou e aprofundou com o contexto pandêmico, quando muitas pessoas passaram a viver mais intensamente a internet, usando-a ademais para promover ideias e pensamentos.

As organizações migrantes e em solidariedade ocuparam de forma intensa esse ambiente, promovendo debates, *conversatorios* e *lives* em plataformas e redes sociais, em atividades que eram a própria voz das comunidades migrantes e em solidariedade, debatendo

⁴ As informações com mais detalhes sobre a organização podem ser encontradas em sua página web oficial: <https://alotrolado.org/> ou em seu perfil do Instagram: https://www.instagram.com/alotrolado_org/, sendo essa a rede social realmente acompanhada durante o período da pesquisa.

⁵ Em 20 de dezembro de 2018 foi anunciado pelos Estados Unidos o início dos Protocolos de *Protección a Migrantes* (MPP na sigla em inglês: *Migrant Protection Protocols*) também conhecido como *Quédate en México*, que fazia com que as pessoas migrantes solicitantes de refúgio (*asylum seekers*) nos Estados Unidos, tendo ingressado pelo México, deveriam esperar o andamento e resolução de seus casos no território mexicano, tendo sido iniciado no ano de 2019 (governo Trump nos estados Unidos e López Obrador no México). Durante o curso do primeiro ano do programa, estima-se que ao redor de 50.000 pessoas foram devolvidas à cidades fronteiriças mexicanas onde se encontravam esperando a resolução de seus casos, sem possibilidade real de poder sobre eles (Bauer, 2020, p. 43). Fonte: <https://www.dhs.gov/news/2019/01/24/migrant-protection-protocols>

temas relativos à migração internacional atual e promovendo ações de informação e debates públicos. Participava através da presença online ao vivo como espectadora e na escuta, às vezes com perguntas e sempre registrando presença, realizando as anotações em um “caderno de campo” do ambiente virtual, com reflexões pessoais e reproduções das falas. Foram muitas horas de atividades entre os anos 2020 e 2023.

Realizei um levantamento das organizações migrantes autogeridas e em solidariedade que ocupam essas redes sociais pelos territórios brasileiro e mexicano, principalmente no ano de 2020 e foi assim que iniciei as primeiras tentativas de entrevista, enviando mensagens nas páginas dos perfis identificados, obtendo respostas aceitando, recusando ou, ainda, o silêncio.

A partir do ano de 2021 comecei a fazer parte do grupo de *Facebook* chamado “MIGRANTES TAPACHULA (*Trámites, Visas, COMAR, Asesorías, Regularización*)” acompanhando postagens que envolviam divulgações de negócios, relatos pessoais e manifestações de dúvidas, denúncias e ações de organização de caravanas, funcionando como um espaço de “convergência identitária”, associação entre diferentes identidades que pela condição de migrantes se encontram naquela rede (Leitão e Gomes, 2017).

Esses espaços online não se configuram como formas excludentes, demonstrando na realidade a existência de um trânsito entre *on* e *off*, com diversas postagens que faziam referências a locais e encontros que ocorriam nos espaços da cidade de Tapachula, por exemplo. No caso das redes sociais das organizações acompanhadas, muitas postagens eram feitas no sentido de divulgar eventos e ações que aconteceram fora das redes sociais, sendo as plataformas meios de registrar ações que se concretizaram fora daquele espaço, mas não alheio a ele (Leitão e Gomes, 2017, p. 52).

Marco Teórico:

Para essa pesquisa foi realizado um levantamento e revisão bibliográfica entre os estudos migratórios no México, Brasil e nas Américas de conjunto, na conformação de um estado de arte do tema. O recorte temporal dessa produção bibliográfica é dos últimos quinze anos e envolve outros temas relacionados: políticas migratórias, humanitarismo, securitização e controle de territórios, identidade e cultura, migrações históricas, racismo e colonialismo moderno.

No Brasil, o ponto de partida foi a pesquisa de mestrado onde estudei a migração sul-americana na cidade de São Paulo (Scavitti, 2017), chegando a uma vasta produção de pesquisas relevantes sobre as Migrações Sul em situações de vulnerabilidade, desafios enfrentados pelas pessoas migrantes e aspectos culturais e identitários dessas migrações (Daniel, 2020; Joseph e Neiburg, 2020; Pires, 2020; Baeninger et. al., 2019; Quintanilha, 2019; Peixoto, 2019; Azeredo Alves e Jarochinski Silva, 2018; Santos e Rossini, 2018; Baeninger e Peres, 2017; Joseph, 2017; Joseph, 2018; Bersani e Joseph, 2017; Hikji e Chalcraft, 2017; Oliveira e Diéme, 2016; Ribeiro de Oliveira, 2015; Bógus e Fabiano, 2015; Albuquerque, 2014; Cogo e Badet, 2013; Serrano, 2011, entre outros).

Ademais, também foram levantados trabalhos que abordam a relação entre migração vulnerabilizada e trabalho, além de aspectos políticos e jurídicos desses migrações internacionais (Ribeiro de Oliveira, 2020; Versiani e Carvalho Neto, 2021; Faria et. al., 2021; Pauli et. al., 2021; Martins e Xavier, 2021; Tonhati e Macedo, 2020; Bertoldo, 2018; Vilela et. al., 2015, entre outros). Os dados estatísticos foram consultados sobretudo nos relatórios do Observatório das Migrações em Brasília, o OBMigra, que analisa e sistematiza dados de diversas fontes do Estado brasileiro: Polícia Federal (PF) com controle de entrada/saída e

solicitações de regularização, Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), e outros complementares do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA).

Para ambos os países e região das Américas, buscou-se referências em estudos sobre migração internacional e colonização que evidenciassem aspectos raciais, coloniais e de gênero nos processos históricos de migração (Feldman-Bianco et. al, 2020; Ruseishvili, 2020; Gall, 2018; Bidaseca, 2018; Brighenti e Gago, 2017; Martínez Rodríguez, 2010; Zilli Manica, 1989; Seyferth, 2011; 2002).

Entre os estudos migratórios no contexto mexicano, buscou-se aqueles que caracterizam qualitativamente a migração em trânsito e vulnerabilizada no país (Miranda, 2023; Miranda et. al., 2023; Meda e Gutierrez, 2021; Marinucci, 2020; Gómez Johnson e Espinosa Moreno, 2020, Barbosa, 2020; Gurrea C., 2019; Palacios, 2019; Varela Huerta, 2019; Ruiz Lagier, 2018; Rivera Sánchez, 2017; Álvarez Velasco, 2016; Nájera Aguirre, 2016; Yee Quintero e Cantalapiedra, 2016; Willers, 2016; Martínez et. al., 2015; Queiroz, 2014, Carrasco González, 2013, Casillas R., 2008, entre outros), reflexões acerca das políticas migratórias do país e contextos de violências (Álvarez Domínguez, 2018; Campos-Delgado e Côte-Boucher, 2022, Ortega Ramírez e Morales Gámez, 2021; Campos-Delgado, 2021; Márquez et. al., 2019; Muñoz Bravo, 2016; Márquez Covarrubias, 2015; Perales Garza, 2013; Calleros Alarcón, 2010, entre outros) e material quantitativo como os *Anuarios de Migración y Remesas* organizados pela Fundação BBVA e a Secretaria de Governo mexicana (SEGOB), dos anos entre 2019 e 2023, ademais das estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Migração (INM) e da Comissão de Ajuda a Refugiados (COMAR).

Com relação a outros estudos migratórios relevantes a nível regional principalmente dos países do Sul Global, destaca-se pesquisas de revisão documental e histórica das

migrações internacionais na região (Klein, 2000, Moya, 2018, Martínez Pizarro e Calvelo, 2012; Alba, 2001), colonização, racismo, nacionalismo, economia e outros aspectos relevantes que se relacionem aos deslocamentos humanos críticos na região (Álvarez Velasco e Cielo, 2023; Álvarez Velasco, 2021; Gramajo Bauer, 2020; Cano Isaza, 2020; Durand, 2020; Canales Cerón, 2019; Ramírez García e Ascensio, 2017; Álvarez Velasco, 2017; Wise, 2016; Álvarez Velasco, 2016; Acosta Arcarazo e Freier, 2015; París Pombo, 2007).

Por fim, reflexões teóricas sobre temas relacionados, aqui abordados, também foram fontes importantes da pesquisa, entre as quais estudos sobre racismo (Kilomba, 2019; Mbembe, 2018a, 2018b, Gall, 2018, McIntosh, 2014, entre outros), colonialismo e diferentes lutas de resistência e ataque (Varela Huerta e Gabrielli, 2024; Pulido, 2022; Morales, 2020; Rojas Wiesner, 2020; Palau-Sampio, 2019; Cezarino, 2018; Cernadas, 2016; Varela Huerta, 2016; Walsh, 2006; entre outros), humanitarismo, controle e políticas de migração (Pallister-Wilkins, 2018; Berg e Castro, 2017; Álvarez Velasco, 2017, Mountz, 2011; De Genova, 2010; Agier, 2006).

Os estudos migratórios apresentam grandes desafios metodológicos por sua complexidade e das diversas dimensões que compõem a mobilidade humana. O trabalho de Abdelmalek Sayad (1977) sobre a imigração à França, caracteriza bem a peculiaridade de se produzir um estudo sobre a migração: a “trajetória migratória” leva em conta dois “sistemas de variáveis”: as de origem, definidas por características sociais como lugar de origem, classe social, idade, gênero, etnia etc.; e as de “resultado” ou “destino”, que consideram as diferenças (de inserção, de trajetórias laborais etc.) entre imigrantes e população autóctone das sociedades receptoras (Rivero, 2017).

Baeninger e Peres (2017) recuperam o conceito de “migração de crise” do geógrafo francês Gildas Simon (1995), como instrumento de análise de contextos atuais da imigração ou “crise migratória” de países periféricos para países também na periferia do capital, sobretudo em territórios de fronteira. O objetivo não é negar a existência de cenários críticos envolvendo a migração internacional em locais que demandam intervenções e respostas de caráter emergencial e humanitário, mas entender que se trata de uma crise múltipla, socialmente construída desde a origem, e que se ancora em fenômenos que refletem problemas estruturais que são econômicos, políticos, civis, religiosos, ideológicos e humanitários, além de envolver regimes e políticas de controle migratório, diferentes formas de regulamentação e um espaço histórico e político “de disputas e de poder entre os diferentes agentes da estrutura social (...)” (Baeninger e Peres, 2017, p. 123).

Nesta pesquisa, a perspectiva transnacional (Goldring, 2002; Wimmer; Glick-Schiller, 2003; Levitt e Glick Schiller, 2004; Sassen, 2010) está na reafirmação do caráter múltiplo dos processos de deslocamento humano contemporâneo, que envolvem a ampla circulação de pessoas e ideias, constituição de vínculos e espaços de vida em múltiplos territórios e a cooperação e incidência de agências internacionais e interesses políticos que transcendem os Estados nacionais (Baeninger e Peres, 2017). A transnacionalidade na migração contemporânea é a da confluência e simultaneidade das possibilidades de existência no mundo, que envolve migrantes, ideias e projetos políticos e econômicos de mundo e território em contraponto às visões e discursos assimilacionistas e nacionalistas.

Pessoas migrantes possuem vínculos que fazem com que, espiritualmente ou de coração, elas pertençam a dois ou mais países, que se constroem com outras pessoas e a partir de lembranças de experiências vividas. As migrações contemporâneas podem ser entendidas hoje

como um movimento que, atravessando fronteiras, muros, rios, selvas, oceanos e resistindo às políticas restritivas, desafiam os Estados nacionais de forma contínua, razão pela qual é fundamental não reproduzir análises e diagnósticos que considerem apenas o papel do Estado – que sendo de repressão e contenção deveria lograr reduzir as imigrações, e não o faz.

A imigração é aqui entendida enquanto um fato social total (Sayad, 1998), unindo países de origem, trânsito e destino geopoliticamente relacionados. Através da migração se coloca em contradição o fato e o direito, isto é, de um lado a suposta liberdade de deslocar-se pactuada entre o mundo, o direito humano de “ir e vir” e, do outro, a realidade concreta em que vive aquele que faz essa escolha de viver como imigrante. Sua existência e representação social possuem a característica da ambiguidade, a partir de um “duplo pertencimento” e uma dupla ausência: o ser “daqui”, a sociedade de destino; e ser “de lá”, a sociedade de origem.

Ao mesmo tempo, o/a imigrante representa também uma “dupla ausência”: não é “daqui” e nem “de lá”. Uma vez que se caracteriza como um segmento da população gerido por mecanismos específicos a “estrangeiros”, sua existência na sociedade de destino é marcada fortemente por um “estado provisório” que se prolonga indefinidamente em uma provisoriedade que é também um estado duradouro em que se vive (Sayad, 1998, p. 45).

Sayad (1998) retrata criticamente o papel do Estado nacional nas migrações. A sociedade de destino, a partir de sua regulamentação e legislação bem como dos interesses políticos e econômicos conjunturais, define a entrada e inserção de imigrantes no território. O mecanismo da provisoriedade é um dos elementos que em geral estrutura a regulamentação, a partir da realização do que Sayad caracterizará como uma espécie de balanço, realizado pelo Estado e capital privado, onde se mede custos e vantagens em se ter trabalhadores imigrantes num determinado momento histórico e país.

Nos estudos migratórios, portanto, se faz necessário pensar as relações dos países entre si e seus lugares no mundo. No caso deste pesquisa, procurou-se os aportes de teorias produzidas regionalmente e críticas ao colonialismo, colonialidade e suas formas de reinvenção, para refletir a especificidade dos contextos de dominação e colonização atuais onde se desenvolverão modelos de gestão migratória alinhados com tendências globais.

As reflexões teóricas sobre o colonialismo e suas marcas contemporâneas, aqui se unificam por uma elaboração crítica da modernidade ocidental e seu *modus operandi* de produzir conhecimento compartimentado e hierarquizado, que não aceita aquilo que não entende. São teorias e reflexões aplicadas aos estudos migratórios que se posicionam de forma crítica ao eurocentrismo e à modernidade (Haesbaert, 2021).

Com elas, surgem propostas epistêmicas que podem se traduzir num “giro de(s)colonial”, que Haesbaert (2021, p. 87) define como uma modalidade de pensamento que brota dessa perspectiva própria com que, a partir de nosso contexto geo-histórico, enxergamos o mundo. A América Latina se configurou como um “espaço original” e “tempo inaugural que instituíram o atual sistema-mundo moderno colonial” (Haesbaert, 2021, p.89), produzindo um longo histórico de colonialidade do poder acumulado nessa região, que se configura como a mais desigual do planeta (Haesbaert, 2021, p. 61).

O próprio adjetivo “latina” impõe ao nome dado ao território, um sentido colonial⁶ desde sua formação, marcado por uma dinâmica histórica de espoliação e concentração de renda e um modelo de desenvolvimento econômico neoextrativista, que atualmente se alia ao

⁶ “A origem colonial da designação América Latina está presente no projeto geopolítico ‘pan-latinista’ da França de Napoleão III, que defendia, quando não a unificação “racial” através de uma pretensa “raça latina”, pelo menos o caráter católico do continente” (Haesbaert, 2021, p. 64). Se trata de um projeto político-econômico e cultural da França frente ao crescimento em grau de dominação dos Estados Unidos, a fim de garantir a exploração econômica a seu favor através do domínio colonial direto nas Antilhas e Guiana, mas que viaja a outros territórios nos quais houve incursão francesa (como Brasil e México) e perdura como forma de pensamento.

capitalismo neoliberal financeirizado. Por outro lado, é a região onde mais proliferam movimentos autonomistas, em que pese as questões relativas à segurança, à militarização, criminalização e controle da mobilidade e da pobreza na forma de políticas de Estado (Haesbaert, 2021), e acredito que seja possível acrescentar as migrações como uma dessas formas de movimentos autonomistas.

Leituras decoloniais ou descoloniais não partem da América Latina como se ela fosse um dado de realidade, preferindo evidenciar sua dimensão social e histórica de conformação, colocando ênfases não em apenas um “objeto” que conforma a realidade, mas na relação entre os diferentes objetos, com atenção especial àquilo que é contra hegemônico, alternativo ou questionador do modo colonial de construir o território e o mundo.

Há uma dinâmica interna às Américas em que racismo e colonialismo se reproduzem sobre novas estruturas geopolíticas e roupagens, que alimenta a conformação identitária da região movida historicamente pelas desigualdades, que se pode nomear de colonialismo interno ou colonialidade do poder. Isso significa que além dessas relações entre “nações”, eu se reflete na dominação externa, “(...) teríamos nossas próprias ‘colônias internas’ (...)” (Haesbaert, 2021, p. 70). No caso das crises migratórias, as pessoas migrantes representam em si mesmas os sujeitos de colonização, evidenciando essas estruturas e rotas de racismo e colonialismo contemporâneos.

Há muitas propostas teóricas críticas à colonialidade e ao colonialismo⁷ de fundação de uma epistemologia outra, subalternista, valendo-se de um novo paradigma para explicar e

⁷ Há um debate de diferentes leituras que se faz dos conceitos decolonial e descolonial” (Haesbaert, 2021, p. 94). Aponta-se que “decolonial” é muito anglicano porque mantém-se a estrutura do inglês, enquanto descolonial é mais usual. Também há quem diga que descolonial pode gerar confusão com uma noção que é mais estrita que “designa o processo histórico concreto denominado colonialismo ou colonização” e que não abarcaria assim a reivindicação epistêmica que a corrente possui (Haesbaert, 2021, p. 95). Também pode-se entender a diferença quando se atribui o decolonial ao âmbito mais teórico, de produção de análises, e o descolonial como uma forma

compreender o mundo. Essa perspectiva é muito útil para entender os movimentos migratórios contemporâneos, sem esquecer a existência de raízes históricas locais que influenciam o contexto migratório atual de forma que passa a ser mais violento, restritivo e desumanizante para alguns “tipos de migrantes”, evidenciando ao mesmo tempo a atualidade dessas violências e opressões.

As políticas migratórias latino-americanas têm nos últimos dez anos apresentado aspectos de vulnerabilização e discriminação que geram dificuldades e sofrimento a pessoas migrantes negras, empobrecidas, de ascendência e indígenas que desde os seus países de origem em decorrência de políticas econômicas de exploração, extrativismo, extermínio e pobreza decidem construir projetos migratórios e caminham por esse continente.

A migração faz o mundo. O processo de formação do continente latino-americano tal qual só foi possível porque houve migração, movida por tantas ideias que conformaram as sociedades em que vivemos hoje. Porém, no contexto contemporâneo de “crises migratórias”, as migrações aparecem como expressões de uma tensão social do capitalismo, marcadas pelo caráter de vulnerabilidade causado pela pobreza estrutural, desigualdade social e impactos negativos do extrativismo, evidenciando ainda a relação fundamental de constituição do mundo entre capital e trabalho, enquanto criação da vida (Rho, 2021, p. 13).

Nessa chave, outro aporte teórico aqui abraçado é a perspectiva da autonomia das migrações, cuja ideia central é de que não há capitalismo sem migração e que, portanto, o “excedente”, em forma de força de trabalho humana em mobilidade, se tornará fator de

mais prática – de buscar descolonizar, desfazer, algo que também será criticado e disputado – se somente se deve desfazer, se isso é possível, ou se é preciso destruir e recusar e construir novamente. Outro autor que analisa um pouco a questão é Juan Vicente López Rodríguez (2018) em seu artigo *Convergencias, divergencias y posicionamiento entre lo decolonial, lo descolonial y lo poscolonial desde miradas feministas del Sur*.

geração da tensão social que marca as crises migratórias, algo que nas Américas parece ser algo cíclico, tendo em vista a grande quantidade de força de trabalho excedente do continente (Rho, 2021). Assim, a migração se transforma num campo de investigação para compreensão do capitalismo.

Na perspectiva da autonomia das migrações, as práticas de sujeitos sociais como o são as pessoas migrantes, e suas subjetividades, são o que potencializam os conflitos que geram as migrações por si próprias (Mezzadra, 2012, 2015), daí a importância metodológica e epistêmica de incorporar como aspecto central a subjetividade, colocando foco nas resistências e lutas como algo constitutivo e não simplesmente uma resposta aos regimes de fronteira e controle (Rho, 2021, p. 7).

As crises migratórias são constitutivas do sistema capitalista que por sua vez força pessoas a migrar. Nessa chave interpretativa, a fronteira se torna um espaço de lutas, e as respostas das pessoas migrantes é também uma forma de resposta das classes trabalhadoras em seu ímpeto por viver. A perspectiva da autonomia entende que as migrações se desenvolvem em estruturas econômicas, sociais e culturais específicas que as determinam em grande medida (Mezzadra, 2012, p. 160), ao mesmo tempo em que são por si mesmas forças criativas.

Dado o contexto em que se desenvolve atualmente, nas Américas, a migração em sua forma massiva pode ser caracterizada como um movimento social por si mesmo (Rojas Wiesner, 2020), mas isso envolve entender esse emaranhado contraditório que constitui as crises migratórias internacionais, o que demanda uma perspectiva que aceite as ambivalências: migrações incorporam dispositivos de dominação e exploração e liberdade e

igualdade. O melhor lugar para se observar os movimentos e conflitos migratórios é desde as subjetividades de diferentes atores relacionados.

Acredito que, a partir dessa ampla costura teórica, é possível destacar que há um eixo analítico, teórico e epistêmico, que ilumina toda a análise da crise migratória, e que centralmente está pensando a relação entre a corporalidade e a autonomia, uma relação de tensão de diferentes formas e que se constituem a partir das dinâmicas sociais e territoriais que se constroem através das migrações.

A tese da colonialidade do poder atualiza a perspectiva da autonomia das migrações evidenciando aqui as novas formas de controle e submissão que se desenvolvem nos corpos migrantes e nos territórios de migração. Ao mesmo tempo, a autonomia das migrações também serve para reforçar a perspectiva da resistência e contra hegemonia que carregam também as crises migratórias, mais especificamente as pessoas e identidades migrantes que as protagonizam. Aqui, é possível afirmar que a compreensão de autonomia das migrações envolve não somente as lutas por direitos e organizações coletivas – autogeridas ou em solidariedade – como também as estratégias diversas que as pessoas individual e coletivamente assumem para migrar, ademais das economias de vida nos espaços (forçados) de espera e trânsito, evidenciando uma ampla variedade de possibilidade de agências em meio às estruturas coloniais contemporâneas.

As teorias anticoloniais, feministas, indígenas, negras e comunitárias informarão também a pesquisa, para refletir conceitos apropriados ou propostos pelo pensamento ocidental – humano, fronteira, território, e ainda pensar os aspectos identitários e sociais que marcam esses deslocamentos críticos contemporâneos. Elas serão fonte desde o processo do

fazer pesquisa em campo, o compartilhado, lido e escutado até o momento final, o solitário e angustiante trabalho de análise e fabricação do produto, que é a escrita da tese.

Então, por fim, chegamos a ela.

Capítulo 1: O Fio Condutor Racista e Colonial da História das Migrações nas Américas.

A partir das lentes anticoloniais expostas na introdução, argumenta-se nesse primeiro capítulo que o processo histórico de constituição da América Latina, no caso de Brasil e México, possui um caráter racial e colonial de raízes profundas que se expressam até os dias de hoje influenciando na construção narrativa e gestão das “crises migratórias”.

O marco inicial de reflexão é o ano de 1492, chegada dos europeus ao continente americano. O “descobrimento” ou *invasão*, inicia o processo de invenção de Estados-nações que ganharam forma a partir das independências, evidenciando elementos de tensões e desigualdades raciais e de classe na constituição da identidade nacional e organização social que marcam a vida dos povos nas/das Américas (Plummelle-Uribe, 2018; Mignolo, 2005; Escobar, 2003). O colonialismo interno segue reproduzindo-se na região, o que nos ajuda a ver e explicar por que há pessoas cujos processos migratórios estão em “crise”.

As dinâmicas e políticas migratórias e de colonização foram e são movidas por lógicas raciais racistas e coloniais, conformando o que se nomeia de “fio condutor racista e colonial” detrás das lógicas de gestão dos deslocamentos dos povos histórica e sistematicamente colonizados pelas Américas, reinventando-se no período atual das “crises migratórias”.

Esse capítulo é uma recuperação histórica e teórica de momentos chaves na compreensão da invenção da América Latina, e dos “Estados nacionais” Brasil e México, a partir de um levantamento das políticas de colonização e migração, da construção da ideia de raça e do racismo, que ganha materialidade com a ocupação desses territórios para justificar e alimentar a escravidão como sistema de exploração da força de trabalho humana.

Há dois elementos políticos e identitários da diferença que irão operar nas políticas de imigração e colonização: raça e nacionalidade. Os estudos migratórios ajudam a dar materialidade às discussões teóricas anticoloniais, tornando possível visualizar como opera o racismo e colonialismo interno a partir da observação da gestão e controle da migração internacional pelo continente.

A noção de raça se modifica a partir da invasão da América Latina. Atualizada pelo sequestro, “deportação” e escravização de seres humanos mais gigante da história (Plummelle-Uribe, 2018): da população do continente africano à América. Nos séculos 19 e 20, a categoria raça vai ganhando outros contornos e até outros nomes. Há, no entanto, um *continuum*, relacionado à interesses econômicos que alimentam o conceito, dando-lhe novas roupagens.

O capítulo apresenta uma discussão teórica e histórica buscando demonstrar a conexão entre as migrações e a formação social desses Estados-Nações em suas bases racistas e classistas, e evidenciar as visões de mundo desenvolvidas nestes territórios que ajudam a entender a “crise migratória” contemporânea.

América e Latina.

A migração é um elemento constitutivo da colonização, iniciada com as grandes navegações de pessoas que partiram da Europa e encontraram o território hoje conhecido como América. Esse deslocamento do final do século XV é a imigração de pessoas como formas de colonização, ocupação e expropriação de um território (Bar Din, 2008). Muita coisa havia acontecido na Europa, e muita filosofia e discussões culturais construídas sobre o mundo. O processo de invasão e conquista pelos europeus trouxe ao território latino-americano e caribenho o ponto de vista ideológico ocidental, europeu e cristão, interpretado à sua maneira:

Os tempos antigos confundiam tudo que não participava da cultura grega (mais tarde greco-romana) sob o nome de bárbaro; posteriormente, a civilização ocidental usou o termo selva no mesmo sentido (...) selva, que significa "da floresta", também evoca uma espécie de vida animal, em oposição à cultura humana. Ela se recusa, em ambos os casos, a admitir sua própria diversidade cultural (...). (Lévi-Strauss, 1970, p. 236, tradução livre).

Além do sentido reducionista do pensamento europeu sobre a diferença, o período de expansão e colonização foi marcado pelo projeto de disseminação da fé católica pelo mundo, como mostra Todorov (2007) através de sua análise dos escritos de Colombo, um devoto. Homens fervorosos acreditavam que o “Novo Mundo” que encontraram fazia parte de um destino divino, ocupando lugares preconcebidos no imaginário cristão da época.

Dois aspectos conformam esse momento: a entrada da América na consciência europeia, entendida e significada a partir de categorias cristãs; e a Ilustração, coincidindo com a aparição da latinidade, uma invenção de inspiração na França e adotada pelas elites latino-americanas, efetivando a invenção da América Latina a partir de uma cosmologia que será responsável pela projeção do mundo dividido em quatro continentes, cartografia dominante a nível mundial (Mignolo, 2005).

Há uma forte cumplicidade entre o saber cristão e a evolução do capitalismo e seus produtos culturais e epistemológicos: a cartografia, livros de história, as autoridades intelectuais e os conhecimentos validados (Mignolo, 2005, p. 54). A aparição da América permitiu que o capital, como relação social de produção germinada na Europa, se tornasse capitalismo de fato, servindo como território de exploração e expropriação que alimentava o centro e o sistema econômico recém-nascido.

O fluxo de pessoas que chegavam ao que viria a ser o México e o Brasil é estabelecido a partir de 1492 e 1500 e desde então nunca mais parou. Ele se transforma, mas o movimento de pessoas, ideias e mercadorias– não deixa de existir. A visão de mundo dos colonizadores viajou com eles e ganhou contornos próprios na região, baseada na filosofia cristã católica romana e no direito ibérico legalista e unificador (Moya, 2018)

A América, como produto do movimento humano, é expressão bem construída, com todas as suas contradições, de que o movimento das pessoas é o movimento das ideias, dos pensamentos, dos desejos e intenções. Que o território se conforma pela ação e ocupação, e nesse sentido seu próprio nome é uma invenção. A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder que se mundializa: o capitalismo colonial/moderno e eurocentrado, do qual culminará a globalização (Quijano, 2005).

A invasão do continente produziu uma descoberta do *Eu* europeu: o *Outro* nativo, “indígena”, originário. Povos europeus descobriram outras pessoas que não eram nem eles nem ninguém que conheciam, o que lhes gerou estranhamento. No início os espanhóis questionavam se se tratava realmente de pessoas humanas os habitantes desse território. E estes povos também tinham suas dúvidas –ambos buscando significar esse encontro.

Em seu texto *Raça e História*, Lévi-Strauss relata uma anedota que expressa a construção de entendimento sobre o Outro, enquanto identidade diferente: “Nas Grandes Antilhas, alguns anos após a descoberta da América, enquanto os espanhóis enviavam comissões de investigação para indagar se os indígenas possuíam ou não alma, estes últimos dedicavam-se a afogar os brancos feitos prisioneiros para verificarem, através de uma vigilância prolongada, se o cadáver daqueles estava ou não sujeito à putrefação” (Lévi-Strauss, 1970, p. 237).

Ambos tiveram que confrontar concepções pré-existentes para compreender o encontro. Para os povos originários a questão não era se havia uma alma nos europeus, mas se eles eram “apenas” um espírito ou se havia também um corpo (Viveiros de Castro, 2010). Já os europeus tinham dúvidas sobre a alma, que garantiria uma existência legítima na Terra, pois acreditavam que era nela que se localizava a razão (Quijano, 2005).

O questionamento filosófico das relações entre um corpo e um não-corpo é constante na história das experiências humanas no mundo, e o pensamento cristão possui sua perspectiva. Descartes, pensador europeu, desenvolve a ideia de que existe uma separação entre razão (onde reside a capacidade de ser sujeito: a alma) e corpo (Quijano, 2005, p. 118). O corpo por si só seria incapaz de raciocinar, pois é objeto e natureza.

Movidos por essa compreensão do mundo e de si mesmos, os europeus estabeleceriam que era sua responsabilidade divina dirigir o destino desses corpos “da natureza”, salvando-os ou escravizando-os, partindo-se do pressuposto de que não existia um conhecimento válido e verdadeiro antes da chegada dos europeus (Mignolo, 2005, p. 17). Nesse processo, civilizado era um sinônimo para branco (Plummelle-Uribe, 2018). Como narradores, consolidaram uma perspectiva temporal da história situando os povos colonizados no passado de uma trajetória cuja culminação era a Europa (Mignolo, 2005), entendendo-os como “raças” inferiores e anteriores aos europeus (Quijano, 2005, p. 111).

A intelectual colombiana Rosa Amelia Plummelle-Uribe (2006), em reflexão intitulada *Da Barbárie Colonial à Política Nazista de Extermínio*, cita que a historiografia da conquista da América estimou em 80 milhões de habitantes nativos no continente antes da invasão. Após os primeiros 50 anos, não restava mais do que 10 milhões de pessoas, o que representa uma destruição populacional na ordem de 90% (Plummelle-Uribe, 2018, p. 76).

As potências coloniais ocidentais transformaram a África-preta em uma “fornecedora de escravos para a América” (Plummelle-Uribe, 2018, p. 77), onde africanos foram brutalmente desumanizados. Mesmo sendo capazes de identificar que esses povos possuíam sistemas de comunicação e organização social próprios com suas línguas e nomes dados às coisas (Todorov, 2007), os europeus utilizavam suas próprias lentes de compreender o mundo, e não atribuíram valor cultural àquilo que não entendiam ou desconheciam. Os povos indígenas foram rotulados como parte da paisagem, exóticos e selvagens (Todorov, 2007). Se propagaram visões de que, desalmadas, essas pessoas não passavam de força de trabalho, já divinamente condenadas (Seyferth, 2002).

Ao nomear as ilhas à sua maneira, ao nomear as pessoas de *índios*, em alusão a outros lugares, Colombo, por exemplo, mostra que pouco importava o que vinha antes: "É que nomear é também tomar posse" (Todorov, 2007, p. 35). Assim, o encontro começa a ser narrado e documentado através daquelas ideias estabelecidas *na e pela* Europa. Lugares que eram *Tawantinsuyu, Anáhuac e Abya Yala*, oficialmente se tornaram Andes, México e Panamá, para citar alguns exemplos (Mignolo, 2005, p. 28).

A colonização e migração europeia era movida pelo desejo pelo ouro e pelo pensamento cristão de evangelização do mundo (Todorov, 2007; Moya, 2018). Todorov narra com detalhes os estranhamentos vividos por Colombo com relação a como os povos originários atribuíam valor às coisas e entendiam a “propriedade” (Todorov, 2007, p. 48). Logo, o encontro passou de estranhamento curioso a tensões, conflitos e resistências.

Por toda a América, se resistiu ao trabalho escravo e à colonização, mas o primeiro século foi de derrota para os povos nativos e suas visões de mundo. A ocupação e colonização europeia trouxe transformações e embates violentos para as sociedades e biomas locais. Foi um longo

processo de destruição e desequilíbrio de atividades e de uso de recursos naturais, com altos índices de desmatamento de vegetação nativa para a criação de pastagens e arbustos (Gligo e Morello, 1980, p. 77).

A América Latina é fruto da mobilidade humana e de relações violentas e contraditórias que ocorreram em diferentes fases da história de um encontro inesperado, que tem sua materialidade na história dos diferentes povos migrando e na construção das identidades raciais que estruturam essas sociedades. A história de resistência e subjugação dos países latino-americanos gerou estruturas de poder político desconectadas dos povos dessa terra, onde diversos de seus governos foram propulsores ou aliados de atrocidades históricas.

A “barbárie” descrita por Colombo foi superada, segundo o Ocidente, pelo progresso da colonização e do projeto eurocêntrico de civilização e modernidade, concretizado através do uso de força bruta e da linguagem (Mignolo, 2005). Da mistura de povos emerge a identidade latino-americana, situada entre os limites dos seres humanos. Imigrantes europeus que se estabeleceram como colonos, detentores de poder econômico e bélico, se consolidam ainda como classe social dominante.

A colonialidade é um dos lados da mesma moeda em que a modernidade é o outro (Mignolo, 2005). Nela está inscrita a consolidação do racismo enquanto ideologia, precisamente na invasão da América, com impactos em todo o planeta. Em sua base criativa estão entendimentos do mundo de pensadores e referências como Francis Bacon e Hegel, que partem de uma separação real e material entre o humano (homem) e a natureza, que também está presente no pensamento cristão (Mignolo, 2005, p. 21).

Dessa invasão deriva um processo de colonização histórico e contínuo, cujo narrador e protagonista da história oficial é o *eu* branco, civilizado e europeu: “A destruição dos povos

indígenas da América, a instauração do domínio colonial e o sistema de desumanização dos pretos nesse continente não tiveram precedentes na história” (Plummelle-Uribe, 2018, p. 75-76), que diante da extensão desse domínio, produziu condições para uma desigualdade, sobretudo racial, que é sistemática e presente na atualidade.

Dependência, Colonialismo Interno e Colonialidade da Pessoa Migrante.

O capitalismo na América Latina se desenvolverá de forma diferente dos países onde nasceu, o que Rui Mauro Marini (2008 [1973], p. 108) chamará de *capitalismo sui generis*. Aqui, o desenvolvimento foi ditado pela dinâmica do capital internacional, produzindo uma lógica de dependência derivada da posição que o país ocupa na divisão internacional do trabalho, configurando uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes (Marini, 2008 [1973], p. 111).

Na região as forças produtivas se desenvolvem menos, pois parte do que é produzido para o mercado mundial – agricultura, matéria prima – não requer grandes investimentos. Assim, para que a participação dos países latino-americanos se efetive na economia mundial, é necessária uma maior exploração da força de trabalho localmente, mediante a produção de mais valia absoluta, ou seja, um uso intensivo e extensivo da força de trabalho que, ao abaixar a composição valor do capital, aumenta as cotas de mais valia e lucro, gerando-se assim uma lógica de superexploração do trabalho (Marini, 2008 [1973]).

Decorre disso dois processos com relação a essa força de trabalho: sua construção enquanto sujeito/identidade social e a utilização de mecanismos ideológicos e políticos que, a partir dessa identidade, justifiquem uma maior exploração dela, ao menos informalmente, mas por vezes de forma aberta e em leis. É possível entender, pela perspectiva da Teoria da

Dependência, porque parte da especificidade da consolidação capitalista da região foi justamente o uso de força de trabalho de pessoas migrantes e pessoas escravizadas.

A subordinação entre países formalmente independentes recria constantemente relações de produção que garantem a reprodução da dependência (Amaral e Carcanholo, 2009), e o desenvolvimento de certas partes do sistema só ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras. Nesse caso, países hegemônicos e seus grupos dominantes controlam cenários políticos e mercados a nível global, ditando regras às oligarquias e privilegiados locais que também almejam obter lucro próprio (Marini, 2008 [1973]), configurando o que se pode chamar de um “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (Amaral e Carcanholo, 2009; Martins, 2011).

Submetidas às forças externas internacionais, as classes dominantes locais reproduzem relações coloniais a nível internacional enquanto internamente reproduzem o colonialismo, através da concentração de poder econômico e político em suas mãos. Para “compensar” a perda de parte dos lucros para agentes externos, a burguesia dependente fixa uma mais valia extraordinária a seu favor, característica central da superexploração do trabalho, que generalizada nas sociedades periféricas, é uma forma de intensificar a exploração da força de trabalho para sustentar taxas de lucro exorbitantes (Marini, 2008[1973]; Martins, 2011; Scavitti, 2017).

O conceito de colonialismo interno possui origens variada e na América Latina sua elaboração vincula-se ao processo histórico de formação dos Estados nacionais pós-coloniais (Cezarino, 2018). O discurso ideológico da construção da nação ressoa o ponto de vista historiográfico das elites econômicas e políticas que tomaram a frente dos processos de independência e idealizaram as identidades nacionais que dariam conteúdo ao Estado-nação, declarando-se vencedoras.

A perspectiva central por detrás é de que nos países latino-americanos o fim do colonialismo formal não significou o fim das relações coloniais (Cezarino, 2018). As elites mestiças ou *criollas* que surgiram nos processos de independência e consolidação deram continuidade a uma estratificação social que garantisse hierarquia, dominação e possibilidade de exploração econômica, de forma submissa à divisão mundial periferia/centro.

Notoriamente, o conceito será pensado por Pablo González Casanova (2007), para quem o traço característico do colonialismo interno é “(...)a junção entre desigualdade econômica e desigualdade étnico-racial no interior de estados-nação pós-coloniais como os latino-americanos” (Cezarino, 2018, p. 79). As classes dominantes ou são brancas ou se pensam brancas, descendentes diretas dos colonizadores, gerando uma espécie de “duplo divisor doméstico” de raça e classe.

Posteriormente, dentro das reflexões do grupo acadêmico Modernidade-Colonialidade, buscou-se atualizar as perspectivas teóricas da discussão sobre colonialismo interno a fim de entender como se configuravam seus efeitos duradouros para além do período colonial, nas relações de subordinação a nível interno, chegando-se à ideia de “colonialidade interna” (Cezarino, 2018, p. 81) e “colonialidade do poder” (Quijano, 2005).

Há uma relação entre a categoria de raça e a necessidade local existente de controle do trabalho pago e não-pago, sobretudo de pessoas negras e indígenas, necessário à expansão do capitalismo no contexto latino-americano (Cezarino, 2018; Quijano, 2005). A colonização europeia deixará nesses territórios uma estrutura duradoura de poder, com múltiplas facetas e em torno da ideia de raça, que servirá de naturalização da desigualdade entre identidades diferentes para a manutenção da estrutura social hierarquizada.

O colonialismo interno “(...) se dá no terreno econômico, político, social e cultural; [e] passa por uma evolução ao longo da história do Estado-nação e do capitalismo (...)” (Casanova, 2007, p. 431). Assim, na contemporaneidade é possível haver relações coloniais no interior de um Estado-nação, e isso é possível quando “(...) certas identidades são consideradas, mas numa posição de subjugação: os povos, minorias ou nações colonizadas pelo Estado-nação encontram-se em situação de desigualdade frente às elites das etnias dominantes e das classes que as integram” (Casanova, 2007, p. 432).

Possui além da dimensão racial, uma dimensão de classe, com a finalidade de manter legitimada a superexploração da força de trabalho dos povos que formam as classes trabalhadoras locais, e manter a transferência de excedente das regiões dominadas às dominantes: “Os Estados de origem colonial e imperialista e suas classes dominantes refazem e conservam as relações coloniais com as minorias e as etnias colonizadas que se encontram no interior de suas fronteiras políticas”. (Casanova, 2007, p. 438).

A colonialidade é um discurso de salvação, através do imaginário de “bem comum” que oculta o controle, a dominação e a exploração impostas (Mignolo, 2005), também “fundada na psicologia”, que gera no mundo um “complexo de dependência” (Césaire, 2020, p. 51) que perdura no momento pós-colonial. O teórico Nelson Maldonado-Torres (2003) desenvolve a ideia específica de “colonialidade do ser”, como uma dimensão ontológica que decorre da prática de certas identidades sociais se imporem sobre outras (Escobar, 2003).

Também se trata da constituição colonial dos saberes, da linguagem, da memória e do imaginário (Lander, 2005), através de um modelo de poder global e hegemônico que articula raça e divisão da força de trabalho nesse território de acordo com as necessidades do capital a nível mundial (Escobar, 2003). A semente dessa colonialidade está em que as elites *criollas*, “en

lugar de dedicarse al análisis crítico del colonialismo (...) eligieron emular a la intelectualidad de Europa, imaginando que las historias locales podían repararse siguiendo el ejemplo de Francia e Inglaterra ocultando el colonialismo” (Mignolo, 2005, p. 90), e ideais republicanos, capitalistas e liberais ocuparam o lugar da crítica ao colonialismo.

Refletindo sobre a perspectiva teórica da colonialidade do poder, é possível atualizá-la, ao pensar as dinâmicas migratórias e políticas de controle históricas e atuais da região, com a ideia de colonialidade da pessoa migrante, que caracteriza toda uma estrutura de gestão da migração e controle das dinâmicas de deslocamento a partir de uma narrativa ideológica e interesses econômicos e políticos ao redor da identidade migrante. Essa colonialidade é alimentada diretamente por velhos preconceitos e formas colonizadoras de raça e classe, o que ajuda a entender por que apenas certas nacionalidades do Sul Global e não brancas serão as colonizadas e violentadas nessas dinâmicas.

Raça (e Racismo):

Eu disse – e isso é muito diferente – que a colonização europeia adicionou o abuso moderno à antiga injustiça: o racismo odioso à velha desigualdade (Césaire, 2020, p. 27).

Na leitura do sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), a ideia de raça está ligada à perspectiva eurocêntrica do conhecimento. Desde seu pensamento, outros teóricos e teóricas buscaram compreender as funções dessa ideia ao longo do processo de colonização, bem como suas funções para o êxito da continuidade desse projeto:

(...) para que una historia sea vista como la primordial, debe existir un sistema clasificatorio que favorezca la marginación de determinados conocimientos, lenguas y personas. Por lo tanto, la colonización y la justificación para la apropiación de la tierra y

la explotación de la mano de obra en el proceso de invención de América requirieron la construcción ideológica del racismo. (Mignolo, 2005, p. 40).

É criado, desde Europa, um sistema de classificação e categorização específica da humanidade (Mignolo, 2005), processo que se conclui com a introdução dos povos originários das Américas na mentalidade europeia, ademais da com os mouros e judeus no território europeu e com os negros de África.

Há uma cosmologia cristã que narra a divisão do mundo, envolvendo a história dos três filhos de Noé: Sem, Cam e Jafé. É possível se identificar uma raiz para o conceito de raça no século V, nas ideias de Santo Agostinho¹ que interpreta essa história falando em raça dos hereges, vinculada a Cam, caracterizada ainda como uma ‘raça quente’ por sua falta de paciência que habita o coração, perturba a paz de espírito e não é devota à Igreja. O filho Cam é amaldiçoado na história por seu pai Noé, que determina que Canaã (África) e seus herdeiros estavam destinados a servir os herdeiros dos outros filhos, os que pertenciam à Ásia e Europa (Mignolo, 2005, p. 52).

Dos escritos de Colombo é possível concluir que os povos indígenas eram vistos como condescendentes, menos inteligentes por não conhecerem as armas e instrumentos de guerra que os espanhóis possuíam. A alteridade, construção identitária baseada nos europeus como centro de referência, é o ponto de início da compreensão do que são os *outros*, derivando em duas constatações: são seres humanos completos e vistos não apenas como iguais, mas como idênticos, o que significaria que teriam “os mesmos direitos” dos europeus, de modo que assimilação e catequização seriam a resposta; ou parte-se da diferença, traduzida em uma

¹ San Agustín em espanhol.

hierarquização (Todorov, 2007), onde esses povos são vistos como inferiores e lhes é negada a existência de uma substância universal –que é branca, cristã e europeia (Mignolo, 2005).

A raça é produto do pensamento europeu, sua forma de ver o mundo e justificar as próprias ações. “A inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. (...) é o racista que cria o inferiorizado” (Fanon, 2020, p. 107). Os impérios colonizadores criaram um contexto social onde a desumanização de certos grupos de pessoas se torna legal, formando um arsenal jurídico que regulamentaria a política genocida na América com forte respaldo na Europa, inclusive durante o Século das Luzes de grandes “debates humanos” – ainda que nenhum denunciasse com sua voz a desumanização dos pretos (Plummelle-Urbe, 2018, p. 78).

Os muitos e diferentes povos encontrados de África e América, 300 anos depois haviam sido reduzidos a uma nova identidade generalizada, homogênea, racializada, colonizada e negativa. A todos as e os originários dessas terras, marrons, pretos, indígenas (Quijano, 2005; Plummelle-Urbe, 2018), foi atribuído o lugar de “raças inferiores. Nessa lógica colonial de expansão capitalista, a dominação é requisito da exploração, e a raça torna-se o instrumento de maior eficácia para a exploração perpetrada pelos europeus. As classes sociais empobrecidas historicamente nas Américas têm cor e origem delimitadas, onde raça serve como forma de classificação (Quijano, 2005):

(...) é graças à racialização da escravatura no universo concentracionário da América, que a superioridade da raça branca e a inferioridade dos pretos se tornaram um axioma profundamente enraizado na cultura ocidental. É bom saber que foi essa herança pernicioso do domínio colonial europeu, combinada com os efeitos nefastos dessa mania das Luzes de tudo ordenar, hierarquizar e classificar, que estimulou a criação duma

cultura mais ou menos favorável ao extermínio de grupos considerados inferiores.

(Plummelle-Urbe, 2018, p. 78-79).

A ideia de raça será articulada entre os séculos XV e XIX na produção de justificativas para a colonização das Américas e da África². Os cientistas ocidentais tiveram um papel central no desenvolvimento do que Plummelle-Urbe (2018) chama de “cultura de extermínio”. A autora destaca os principais centros de pesquisa europeus envolvidos nos debates sobre “raças inferiores”, ocorridos em 1864, que envolviam perspectivas sobre a extinção ou assimilação desses povos a partir dos processos de colonização.

Grada Kilomba (2019) em *Memórias da Plantação. Episódios de racismo cotidiano* apresenta uma síntese do racismo, com três características simultâneas: “a primeira é a construção de/da diferença (...). Só se torna ‘diferente’ porque se difere de um grupo que tem o poder de se definir como norma”. Não se é realmente diferente, torna-se diferente por meio de uma relação e do processo de discriminação. A segunda característica é que a construção da diferença está conectada de forma inseparável a valores hierárquicos, assim uma pessoa não é apenas diferente, como também há o estigma aplicado à sua “diferença”, no caso do racismo, de desonra e inferioridade. Por fim, esses valores estão implicados num processo de naturalização, já que são aplicados a todas as pessoas de um mesmo grupo como se fossem algo inato àquela espécie humana (Kilomba, 2019, p. 75).

O racismo relaciona-se com o poder histórico, político, social e econômico. A ciência, etnocêntrica e inventada pelo Ocidente, produzirá as interpretações e o retrato do mundo ao seu critério de primitivo, das civilizações e dos exóticos (Césaire, 2020). O racismo não é biológico,

² A colonização da África ocorre em outro período de forma mais ativa, num processo mais tardio do século 19, quando entre 1884 e 1885, países imperialistas europeus reunidos em Berlim fatiam o continente africano observando seu mapa, iniciando um novo período de colonização e lutas anticoloniais.

é discursivo, e “a civilização europeia e seus representantes mais qualificados são responsáveis pelo racismo colonial” (Fanon, 2020, p. 105), ainda que a modernidade ou humanismo se manifeste de forma *gentil e paternal*, ou que se fale em integração, assimilação e miscigenação. Desde a formação das sociedades brasileira e mexicana, raça e nacionalidade estão presentes de forma tão profunda que se apresentam em como a polícia atua e prende, em como os sistemas legais dos países funcionam, em como e onde a pobreza é moldada e se localiza, em como as escolas ensinam, em como as pessoas são identificadas e controladas.

O Estado-nação é a forma de organização territorial e política hegemônica nas Américas, estruturando-se em uma lógica capitalista, racial e colonialista de gerência dos povos e das riquezas da terra, colocando-os sob tutela e domínio.

Colonização e Fabricação dos Países Latino-Americanos

Em 2021, após vencer uma eleição presidencial apertada junto à Joe Biden, Kamala Harris, a primeira vice-presidente mulher e filha de imigrantes eleita nos Estados Unidos, visitou a Guatemala, onde fez um discurso sobre a temática migratória:

Quero ser clara para as pessoas desta região que estão pensando em fazer aquele caminho perigoso até a fronteira dos Estados Unidos com o México e não chegar. Não venha. Os Estados Unidos continuarão a fazer cumprir nossas leis e a garantir nossa fronteira. Existem métodos legais pelos quais a migração pode e deve ocorrer. Mas nós, como uma de nossas prioridades, desencorajaremos a migração ilegal. E eu acredito que se você vier para nossa fronteira, voltará atrás. (Kamala Harris, comunicação virtual, 7 de junho de 2021)³.

³ Transcrição e tradução de um trecho da fala da vice-presidente do discurso que pode ser visto completo no vídeo do Guardian News no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=bpGitFIzamQ>.

É impossível falar da realidade da migração nas Américas sem levar em consideração os Estados Unidos, país que se consolidou como potência imperialista e destino da imigração no continente. Sua relação histórica com as nações latino-americanas envolve interferências, golpes e dominação. O gigante é sufocante, e as políticas latino-americanas em muitos momentos atenderam e atendem a interesses estadunidenses e são influenciadas por suas lógicas de securitização, militarização e controle.

Quando o México ainda não era México, o território era mais amplo em direção a parte do sul dos Estados Unidos. Em uma guerra e um acordo político, o México perdeu parte significativa do que são hoje importantes destinos da emigração mexicana. Entre 1836 e 1848, os dois lados estiveram envolvidos na conflituosa Guerra de Intervenção Americana. A fronteira internacional foi estabelecida ao longo de uma “linha natural”: o Rio Bravo. Hoje território estadunidense, Califórnia, Texas, Novo México, Utah e Nevada, e partes do Arizona, Colorado, Wyoming, Kansas e Oklahoma já foram antes mexicanos (Gilberto Bosques, 2015, p. 7).

Para a constituição de nações como os Estados Unidos, México e Brasil, foram estabelecidas linhas e limites territoriais imaginários, resultados de acordos econômicos ou conflitos bélicos inscritos na lógica do Estado moderno. Lugares como desertos e selvas, onde não há linhas naturais, foram repartidos como se a Terra reconhecesse os riscos feitos em mapas. Linhas que são fronteiras, que antes que as pessoas as cruzassem, cruzaram pessoas e seus modos de vida cotidiana (Gilberto Bosques, 2015).

Na luta pela independência e consolidação como Estados independentes e sociedades nacionais, os projetos de colonização ganham íntima relação com a migração. Se não falamos dela, não fica evidente que a colonização e a formação dessas sociedades se basearam no racismo

e nas ideias da superioridade da civilização branca, moderna e cristã (Seyferth, 1998), além do medo do "estranho", representado pela pobreza e pelo bárbaro, um imaginário sistematicamente alimentado nas sociedades americanas (Bar Din, 2008).

Da conquista ao século XVIII, está o período de consolidação do Estado moderno a partir da mistura e atuação de diferentes povos: indígenas originários do continente, negros do continente africano, brancos europeus; identidades diferentes, como é naturalmente a diversidade humana, mas onde as diferenciações no nível discursivo e social tornaram-se hierarquias e desigualdades (Feldman-Bianco et. al., 2020).

Movidos pelos ideais da Igreja Católica, os espanhóis fizeram alianças com populações camponesas e indígenas que possuíam práticas de trabalhar a terra, além de sistemas próprios de relações de trabalho: "como regra, eles mantiveram as sociedades tradicionais pré-colombianas tanto quanto possível e extraíram trabalho por meio de salários e taxas discriminatórias" (Klein, 2000, p. 16).

Os portugueses já eram bem-sucedidos no início da colonização com a escravização dos povos de África nas colônias e regiões em que exerciam domínio. Na América, enfrentaram resistência dos povos nativos à escravização e, com o discurso de catequização da Igreja, reservaram outros planos para essa população após quase dizimá-la, passando a introduzir o sistema escravista no território americano através do tráfico oceânico da escravidão africana (Klein, 2000; Chirelo, 2011; Serrano, 2011).

As pessoas de África pertenciam a vários grupos étnicos, principalmente *Bantos* e *Iorubas* (Moya, 2018). Estima-se que 12 milhões de pessoas de diferentes regiões desse continente chegaram às Américas durante o período da escravidão, entre 1492 e meados do século XIX, distribuídas entre os impérios português, espanhol, inglês e francês, um número quatro vezes

maior que o número de europeus que chegaram no mesmo período (Moya, 2018). Essas pessoas vinham de regiões hoje conhecidas como Nigéria, Angola, Moçambique. Muitos grupos eram muçulmanos, além dos Hauças e Mandingas (Moya, 2018), expressando diferenças culturais que a colonização eurocêntrica homogeneizou como uma identidade só.

Entre 1492 e 1650 o fluxo africano para a América Latina predominou: 97% do total dessa migração forçada chegou aqui, 76% nas colônias espanholas continentais, 6% no Caribe e 15% no Brasil. No período posterior, entre 1650 e 1800, do total de escravos que chegaram, 39% foram para a América Latina: 36% para o Brasil e 3% para as colônias espanholas (Moya, 2018).

Até 1600, cerca de 200.000 espanhóis e com eles cerca de 75.000 africanos escravizados chegaram a territórios dominados pela Espanha, como o México (Klein, 2000). A exploração inicial da força de trabalho camponesa e indígena local proporcionou a acumulação de dinheiro suficiente para financiar um período posterior de intensa vinda de africanos escravizados às colônias espanholas. Já no Brasil, no século XIX, mais ou menos 400.000 portugueses tinham chegado e no final do século XVII cerca de 80% da força de trabalho era africana e predominantemente negra (Klein, 2000, p. 20).

Durante o primeiro momento de ocupação na lógica da extração, se tratava de uma migração europeia impulsionada pela busca de riquezas, sem controle da partida ou da chegada e sem perspectivas de assentar bases e formar um lar (Moya, 2018). A imigração foi impulsionada por interesses relacionados à prata no México, ouro e diamantes no Brasil, para desenvolver sistemas agrícolas e obter a propriedade da terra nesses dois países com o desejo de enriquecer no Novo Mundo (Klein, 2000).

Assim, a ocupação deste território se tornou lucrativa e estratégica para a Europa, e a manutenção da ligação ultramarina começou a ser considerada da perspectiva de colonização a

longo prazo, passando a haver incentivos à imigração europeia após um período de fluxo migratório "livre" da Europa para as Américas. Com a iminência do fim da escravidão legal, os governos americanos buscam atrair tipos de pessoas entendidas como ideais para a formação de sociedades modernas à semelhança da Europa. A materialidade desse território é habitada por pessoas reais que o trabalham como lar, mas que na hierarquia das estruturas sociais foram subjugadas pelas elites dominantes: povos africanos, negros, originários e seus descendentes, imaginados e narrados pelas oligarquias como incapazes de contribuir para a formação de nações.

O contexto do fim da escravidão⁴ e dos movimentos de independência e insurreição nas Américas, foi de crises e novas relações econômicas e sociais nesses territórios. No Brasil, após décadas de tensões, em 7 de setembro de 1822, e no México após uma guerra de dez anos, em 27 de setembro de 1821, se estabelece o Império no primeiro e o início da República no segundo. Os processos pós-independência foram marcados por intensas discussões ideológicas em relação ao tipo de identidade social que seria formada após a independência, mobilizando intelectuais que influenciavam as decisões políticas desses processos.

A prevalência de um sistema de exploração do trabalho baseado na escravização de populações indígenas e negras, tem consequências profundas para as sociedades de trabalho livre que viriam a se consolidar. Entre privilégios e marginalização, os projetos impulsionados pelas elites e classes dominantes nesses territórios traziam como tônica a perspectiva racista de povos mais e menos capazes, daí nascendo a estratégia de adotar a migração europeia e branca para

⁴ No Brasil, a abolição da escravatura ocorreu após a proclamação da Lei nº 353 de 13 de maio de 1888 conhecida como Lei Aurea e no México, após a proclamação da abolição feita por José María Morelos y Pavón em 05 de outubro de 1813, de acordo com o site oficial do governo: <https://www.gob.mx/siap/articulos/abolicion-de-la-esclavitud>, enquanto há também um decreto anterior, em plena Guerra da Independência, de 06 de dezembro de 1810 feito pelo então padre e general Miguel Hidalgo y Costilla em Guadalajara, Jalisco.

essa nova “etapa” de formação nacional. Do ponto de vista das elites políticas os territórios eram considerados *vazios* demais ou *mal ocupados* diante de seu potencial econômico agrícola (Klein, 2000; Seyferth, 1997; 2002; Moya, 2018).

Aqui está a raiz racista e fio condutor dos processos de formação dessas nações. A ideia de superioridade racial, composta de aspectos físicos e fenotípicos, geográficos, econômicos e sociais, influenciará os fluxos migratórios escolhidos e aceitos como legítimos para formar as sociedades nesses territórios, marcados pela demanda por trabalhadores e trabalhadoras, mas não qualquer migrante.

Os processos das independências foram carregados de elementos constitutivos contraditórios entre si. Uma combinação de fatores levou a situações de insatisfação e revoltas populares, que passaram a ser capitalizadas por grupos políticos dominantes com poder aspirando maiores privilégios, a partir de sua estrutura patriarcal, racista e latifundista, porém inspirados simbolicamente na tradicional e moderna Europa mercantilista, capitalista e iluminista (Gligo e Morello, 1980).

Os movimentos independentistas se depararam com inevitáveis questionamentos centrais: quem somos nós depois de sermos independentes? Exigindo que se pensasse a própria identidade nacional dos países que viriam a se integrar ao mundo capitalista moderno junto às outras nações que já existiam (Beorlegui, 2010).

A população europeia branca era proporcionalmente pequena nesses territórios latino-americanos, mas se consolidou como grupo dominante também por ser composta por descendentes nascidos latino-americanos, *criollos* e mestiços. Esses grupos construíram-se como “genuinamente deste continente”, ganhando importância social e política, representando massas populares mestiças/*criollas* e indígenas que também possuíam demandas (Beorlegui, 2010, p.

166). As oligarquias direcionam as insatisfações populares para dar materialidade aos processos de independência, assegurando ao mesmo tempo que seus privilégios fossem mantidos. Desse descompasso surgiram governos absolutos, com visões de mundo elitistas, racistas e eurocêntricas.

As elites assumiram como modelo de desenvolvimento social, nações franco-anglo-saxônicas, industriais e modernas, permanecendo subjogadas (Beorlegui, 2010). Isto abriu as portas para novas incursões estrangeiras, como a entrada de empresas de diversas categorias, principalmente de França e Inglaterra, nos territórios hispano-americanos para um desenvolvimento industrial e um modelo de urbanização do espaço; e em projetos de colonização ligados diretamente à imigração, povoamento e ocupação produtiva da terra, que tinha como objetivo a formação de uma sociedade que superasse as contradições raciais:

(...) uma consequência determinante desta mentalidade é a que guiou toda a política de incentivo à imigração de europeus, baseada na convicção de que eles trariam um <branqueamento> da sociedade hispano-americana, muito <colorizada> como resultado da miscigenação anterior, bem como um desenvolvimento econômico e cultural semelhante ao experimentado pelo vizinho e modelo do Norte. (Beorlegui, 2010, p. 170).

Em 2021, décadas depois dos processos de independência, o ex-presidente argentino, Alberto Fernández, fez um pronunciamento oficial, similar a uma anedota ilustrativa da argumentação desse capítulo, em 09 de junho ao receber o governo espanhol na Argentina:

Nós acreditamos na América Latina e em nosso continente e na unidade de nosso continente, mas também sou particularmente **europeísta**, sou alguém que acredita na Europa, porque Octavio Paz escreveu certa vez que os mexicanos saíram dos índios, os brasileiros saíram da selva, mas nós argentinos chegamos em navios, (...) que vinham de

lá, da Europa, e foi assim que construímos nossa sociedade. E a Europa sempre esteve entre os principais investidores, verdadeiros investidores, investidores para o desenvolvimento do nosso país. (Alberto Fernández, comunicação pessoal, 09 de junho de 2021)⁵.

O discurso do argentino é dessas coincidências que ilustram cotidianamente o fio condutor racista e colonial que perdura até os dias atuais. É a síntese do pensamento predominante da oligarquia latino-americana, não só sobre os povos originários, mas também em relação a si mesmos⁶.

Entre 1821 e 1880 os principais países que atraíram imigrantes europeus foram os Estados Unidos, Canadá, Argentina e Brasil, onde a chegada em massa de pessoas até meados do século XIX ainda era predominantemente africana e escravizada. No início, havia muitos casamentos somente entre brancos, e as taxas de natalidade eram mais altas entre as mulheres imigrantes brancas (Klein, 2000). Estima-se que entre 1870 e 1930 cerca de 40 milhões de imigrantes chegaram da Europa para as Américas (Patarra e Fernandes, 2011; p. 161; Klein, 2000).

No Brasil, o período de 1819 a 1940 foi marcado pela chegada de cerca de cinco milhões de imigrantes, em sua maioria de Portugal, Itália, Espanha, Alemanha, Áustria, Rússia, Polônia, Síria e Japão, este último em menor número (Cogo e Badet, 2013). Já o México, de toda a

⁵ O vídeo com esta parte do discurso pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=VBuKulWvHcl>.

⁶A referência feita a Octavio Paz é equivocada, uma vez que a frase atribuída a ele não lhe pertence, nem foi proferida nos termos que Fernandez pareceu usá-la. Trata-se, na verdade, de uma frase escrita pelo mexicano Carlos Fuentes no prefácio do livro *Los cinco soles de México*, escrito em 2000, na qual ele menciona uma conversa que teve com um amigo argentino, o romancista Martín Caparrós, baseado no entendimento comum entre as sociedades hispânicas das Américas, de que o México e a Argentina eram polos separados cultural e geograficamente, o que seu amigo sintetizou através de um suposto ditado popular: "Os mexicanos são descendentes dos astecas e os argentinos são descendentes dos navios". A segunda confusão da frase de Fernández é que parte dela na verdade é uma canção de Lito Nebbia chamada "*llegamos de los barcos*". Informação recuperada por jornalistas mexicanos e pode ser consultada em: <https://www.eluniversal.com.mx/mundo/el-verdadero-origen-de-la-frase-de-alberto-fernandez-sobre-los-mexicanos-y-los-brasilenos>. A música pode ser ouvida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=56K-09EkuIU>.

imigração europeia ao continente até o final do século XIX, atraiu apenas 0,5% de estrangeiros (Gilberto Bosques, 2015).

No desenvolvimento econômico da colonização, as oligarquias trouxeram a "utopia agrária" referenciada na civilização europeia. A ideia central do projeto de ocupar o território era a de que havia pessoas certas (Cogo e Badet, 2013; Seyferth, 2002; 1997; Martínez Rodríguez, 2010) para migrar e colonizar a terra. Isto se expressa nas políticas migratórias que enfatizavam a imigração familiar como no Brasil, ou como no México onde imigrante se tornou uma nova identidade, vinculada à figura do colonizador que tinha a obrigação de "povoar" o território – produzir filhos e filhas para a nação (Martínez Rodríguez, 2010).

Como demonstrado com os dados da presença da imigração forçada africana nos dois países, essa será uma diferença da formação social, marcando as relações de conflitos raciais e o racismo que se conformará nesses territórios, e a presença dos povos e etnias na identidade e cultura nacionais. Isso influenciará a lógica interna de ocupação e uso do território, estratificação e hierarquização dos diferentes grupos sociais e, ao mesmo tempo, a relação dessa fictícia e momentânea sociedade nacional com a presença de estrangeiros.

Por outro lado, algo que compartilham os dois países é a formação e atuação de empresas privadas de imigração e colonização que, através de agentes e propaganda em países europeus, recrutavam pessoas para migrar com base em uma série de exigências e ofertas de benefícios: deslocamento pago, subsídios para alimentos e compra de materiais básicos de trabalho, arrendamento e propriedade da terra através de esquemas de produção agrícola (Seyferth, 2002; Martínez Rodríguez, 2010).

México:

A imigração mais significativa ao México ocorreu entre 1876 e 1914, quando, além dos espanhóis, chegaram também libaneses, com relação direta com o desenvolvimento da indústria têxtil no país. Depois vieram cubanos e mórmons para a região de Chihuahua, chineses para a Baja California, e jamaicanos para Campeche. Quase na virada do século, chegaram estadunidenses, suecos, noruegueses e alemães, além da migração circular entre Guatemala e o estado de Chiapas (Martínez Rodríguez, 2010).

Falar de mobilidade humana internacional no México significa também falar dos Estados Unidos pela obviedade da vizinhança, que faz do México lugar de trânsito para milhares de pessoas, ou por causa das questões de disputa territorial e emigração mexicana ao vizinho, fluxo que começou a se intensificar durante o regime de Porfirio Díaz (1876-1910) (Gramajo Bauer, 2020). O próprio país se consolidou assim como um grande emissor de força de trabalho migrante, assumindo uma posição histórica de país de emigrantes.

Entretanto, mesmo com tradição de emigração, as elites locais mexicanas também desenvolveram planos locais de colonização de terras através de imigração. O primeiro decreto que surgiu em relação ao assunto foi o Decreto sobre Colonização de 18 de agosto de 1824, que permitia aos estrangeiros estabelecerem-se em território nacional e consolida um imaginário de “nação” onde adentrariam estrangeiros, figura que passa a ser controversa no próprio documento. No item 7, afirmava que o congresso geral não poderia impor restrições à entrada de estrangeiros com exceção de que “(...) circunstancias impresas lo obliguen á ello con respecto á los individuos de alguna nación”, enquanto o item 8 dizia: “El Gobierno (...) tomará las medidas de precaución eu juzgue oportunas para la seguridad de la federación com respecto á los extrangeros que venga á colonizar”⁷.

⁷ Decreto del Gobierno Federal para la Colonización de Tejas, 18 de agosto de 1824. Disponível em: <https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/2ImpDictadura/1824DGF.html>.

Os projetos de colonização mexicanos apresentavam uma leitura a respeito do “imigrante ideal”: os “colonos católicos europeus” (Martínez Rodríguez, 2010). Em 30 de janeiro de 1854, foi publicada a *Ley Sobre Extranjería y Nacionalidad de los Habitantes de la Republica*⁸. O artigo 3º estabelecia deportação/expulsão para estrangeiros que ingressassem no território sem passaporte ou devida autorização legal; e o artigo 19º deixava clara a distinção com os nacionais ao estabelecer condições das quais estrangeiros não gozavam, entre elas os direitos políticos. Mais tarde, em 28 de maio de 1886, foi publicada a *Ley Sobre Extranjería y Naturalización*⁹, que garantiu ao governo o poder de deportar estrangeiros considerados "perniciosos" (Gilberto Bosques, 2015, p. 16).

Este é um período marcado por leis e decretos, principalmente relacionados à ocupação e uso da terra, que poderiam servir como mecanismos para atrair a imigração. Entre 1853-1894, vários dispositivos legislativos foram criados com base na conexão entre colonização, exploração da terra e imigração, até a oligarquia política perceber que o país estava passando por muitas contradições internas que o tornavam um destino pouco atrativo (Martínez Rodríguez, 2010).

Algumas migrações expressivas no período entre 1831 e 1882 foram as francesas a Veracruz a partir de 1831, depois as italianas a partir de 1850, no mesmo estado, até 1882, quando também foram estabelecidas colônias italianas em Morelos, Distrito Federal, Puebla e San Luís Potosí como resultado de projetos financiados pelo governo federal e empresas privadas, embora o caso mexicano não seja um país tão expressivo em ter recebido grandes quantidades de migrantes europeus nesse período histórico (Martínez Rodríguez, 2010).

⁸ Disponível em: http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080047387/1080047387_055.pdf. Recuperado em junho de 2023.

⁹ Opta-se aqui por deixar o nome da lei no idioma original no texto. Seu conteúdo pode ser consultado na íntegra no link: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080047387/1080047387_100.pdf](http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080047387/1080047387_100.pdf).

O México era um país predominantemente rural e sua agricultura considerada tecnicamente atrasada. O território era moldado por intensos conflitos que iam desde a pressão da oligarquia para a criação de grandes latifúndios em oposição às propriedades comunais indígenas, a intensos conflitos com rebeliões indígenas e agrárias. Assim, uma das principais preocupações das elites era "evitar a reprodução das formas tradicionais de propriedade da terra comunal que perpetuaram a estrutura social e econômica corporativa" (Martínez Rodríguez, 2010, p. 1081).

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos representavam uma terra constante de oportunidades de trabalho e embora os salários pagos aos estrangeiros fossem baixos, muitas vezes eram melhores do que no México. O país demandava trabalho para os setores ferroviário, agrícola, mineiro e madeireiro, reforçando o caminho e corredor formado entre as duas nações entre 1880 e 1890 (Barrera Flores, 2018; Gilberto Bosques, 2015).

As políticas migratórias desenvolvidas no México em meados do século XIX e início do XX representam o objetivo de selecionar a imigração ao território, impulsionadas por preocupações racistas com relação à população nativa indígena e suas formas de organização social, inspiradas numa perspectiva liberal e positivista (Martínez Rodríguez, 2010; Gall, 2018). Ao mesmo tempo em que buscava incentivar a imigração branca e europeia para que sua força de trabalho fosse aplicada no território, a força de trabalho originária e local era superexplorada no território vizinho.

Brasil:

A primeira colônia brasileira surgiu em 1818 com D. João VI, rei de Portugal que vivia no Brasil, e envolveu a chegada dos suíços ao Rio de Janeiro. Com base na expectativa de que os colonos europeus soubessem instalar sistemas agrícolas que desenvolvessem a economia do país,

e devido ao clima da região, este período foi marcado pela imigração para o sul e a colonização com pequenas propriedades familiares no que são hoje os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (Seyferth, 2002; 1997).

Com a independência de Portugal, em 1822, o Império brasileiro surgiu, ainda liderado pela linhagem europeia com o então príncipe D. Pedro I, período que durou até 1889. O projeto de nação brasileira, guiada por ideais civilizadores e etnocêntricos de se ocupar os vazios de terras "improdutivas" com a presença de um imigrante ideal, europeu, branco, bom trabalhador e agricultor, no período do Império se traduz na valorização da nacionalidade alemã (Cogo e Badet, 2013; Seyferth, 2002).

Até este ponto, o conceito de raça não se defendia cientificamente, e o racismo era traduzido de formas diferentes. Em 1824, o governo imperial começou a incentivar e até financiar a chegada de colonos europeus ao Brasil (Seyferth, 2002; 1997). A ideia por trás do investimento nesta migração foi que o colonizador alemão, por exemplo, era um fazendeiro eficiente, de sólida família, além das origens militares de muitos, entendidas como necessárias ao país. Também chegavam ao território pessoas trazidas à força de África (Cogo e Badet, 2013) e o processo de miscigenação ocorria da violenta socialização entre diferentes povos. Após a abolição da escravidão, foram desenvolvidas medidas para tentar impedir a chegada de africanos ao país, gerando cerca de sete décadas de restrição política, além dos discursos raciais e racistas que tomaram forma e espalharam-se (Cogo e Badet, 2013, p. 281; Serrano, 2012).

A proibição da escravidão revelou uma ligação naturalizada na mente da época entre pessoas negras e escravização, como se um determinasse automaticamente o outro, e pessoas negras eram lidas como incapazes para o trabalho livre e a criação intelectual, pensamento racista que dizia que os negros nem sequer eram trabalhadores porque eram escravos (Seyferth,

2002). Quando a escravidão passa a ser entendida como aspecto arcaico e impeditivo do desenvolvimento da nação, pessoas negras, africanas ou descendentes, passam a representar a figura do bárbaro em oposição aos bons agricultores europeus.

A chegada de imigrantes europeus ocorreu através da agência de empresas privadas, com forte presença no sul do país, bem como de iniciativas governamentais (centrais ou provinciais) que, além de legislar, também financiavam a partida e chegada de europeus ao Brasil (Seyferth, 2002). A tônica, semelhante à mexicana, estava ligada à ideia de que a população indígena e africana representavam um atraso nas possibilidades que grupos dominantes viam para o país, de modo que estavam destinados a desaparecer: seu modo de vida, conhecimento e cultura passariam por um processo civilizador, sendo a imigração branca um dos vetores desse processo (Seyferth, 2002).

Entre 1830 e 1845 a imigração financiada pelo Império foi suspensa, pois o parlamento tinha desacordos em relação a essas despesas monetárias. Foi em 1850, no marco da Lei 601 (Lei de Terras)¹⁰, que a colonização pela imigração foi reiniciada, também baseada no ideal dos "bons agricultores" (Pires, 2020; Seyferth, 2002), entendidos como sendo europeus brancos. Nesse período, a imigração estava subordinada ao Ministério da Agricultura.

A partir dos anos 1870, os italianos começaram a chegar em grande número. Em 1874, o Decreto 5.663¹¹ deixa claro que mesmo a categoria de europeus de forma genérica não era

¹⁰ O texto íntegro da lei pode ser consultado em página oficial do governo brasileiro: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm.

¹¹ Trata-se de um decreto entre governo imperial e um empresário, Joaquim Caetano Pinto Júnior que tinha como objetivo central a "importação" (termo empregado no texto) de 100.000 "imigrantes europeus" no Brasil no período de 10 anos. Dividido em itens que representam condições para essa introdução de imigrantes, o item I expressa textualmente as nacionalidades esperadas: alemães, austríacos, suíços, italianos do norte, bascos, belgas, suecos, dinamarqueses e franceses, e ainda, "agricultores, sadios, laboriosos e moralizados (...)". Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5663-17-junho-1874-550343-publicacaooriginal-66255-pe.html>.

suficiente para delimitar quem eram os melhores migrantes. Nesse texto, por exemplo, espanhóis e portugueses ficaram de fora, enquanto algumas nacionalidades como alemães, austríacos e especificamente italianos do norte foram ressaltados (Seyferth, 2002).

Em 1866, em um trabalho legalista sobre escravidão no Brasil, o autor Perdigão Malheiro utilizou o termo raça de forma semelhante à ideia de nação, sem falar de categorias como cor da pele ou aspectos fenotípicos, e atribuindo o branco aos europeus em comparação com os “não-brancos” (Seyferth, 2002, p. 130). A colonização enquanto migração era composta em grande parte por alemães e italianos, considerados possuidores das características desejadas: a capacidade de trabalhar a terra, e a disposição de migrar e integrar o país para tornarem-se a nação.

Em meados do século XIX, até mesmo estes brancos e europeus eram vistos como uma ameaça e problema (Pires, 2020), e a discussão sobre a formação da sociedade brasileira mudou para termos de assimilação. A ideia era que a imigração europeia deveria ser inscrita dentro de um projeto da sociedade latina e cristã, e que a contribuição europeia vinha dos aspectos de civilidade necessários à sociedade genuinamente brasileira (Seyferth, 2002). A imigração alemã, dessa forma, colocava problemas, pois não era católica nem latina.

Parte nacionalista da elite começou a criticar o projeto de colonização do Império, pois as colônias alemãs mantinham suas próprias práticas culturais, como, por exemplo, falar alemão. Assim, este setor defendia como imigração ideal a de europeus brancos, mas católicos e latinos, mais assimilável no processo de formação de uma sociedade brasileira (Seyferth, 2002).

O período de maior afluxo de imigrantes europeus foi entre 1877 e 1903, com cerca de dois milhões de pessoas, predominantemente portugueses, alemães e italianos, que se estabeleceram no sul e sudeste do país (Patarra e Fernandes, 2011; Seyferth, 2002). A imigração asiática e a

imigração africana eram entendidas como um elemento de degeneração moral e social, regiões e povos considerados sem potencial de desenvolvimento¹², e excluídos do ideal de nação articulado. A concepção de raça está ligada ao desejo de criar uma nação latino-americana brasileira, cujo elemento indispensável era o europeu branco. O elemento bárbaro e selvagem é vinculado aos povos negro e indígena, juntamente com suas línguas e ausência do deus cristão.

A República foi estabelecida no Brasil no lugar do Império após um golpe militar, em 15 de novembro de 1889, um ano após a abolição da escravatura. Os republicanos traziam severas críticas ao modelo de colonização e imigração construído no Império, muitos defensores do nacionalismo nutrido pela ideia da latinidade eurocêntrica. Sob o poder de outros setores, em 1890, por meio do Decreto 528¹³, a entrada de asiáticos e africanos se tornou ainda mais difícil, de modo que o conteúdo central do imigrante ideal continuou sendo o fato de ser branco e europeu (Seyferth, 2002).

O Século XX: Abertura, Fechamento e Soberania Nacional

México

No final de 1908 é publicada a primeira *Ley de Inmigración*, que determinou restrições à entrada de estrangeiros e atribuiu os poderes relativos ao assunto ao Secretário de Estado e ao

¹² É curioso como a elite intelectual e política que estava no poder e pensava a construção de uma nação brasileira, se posicionou de forma tão cega e surda em relação à história do mundo. Tais declarações racistas, feitas por Joaquim Maria de Almeida Portugal, em documento propondo a criação de um Conselho de Imigração em 1868 (Seyferth, 2002), eram de fato recorrentes naquele período, em relação aos africanos e asiáticos – considerados menos capazes intelectualmente do que os europeus. Esta é uma expressão óbvia de como o pensamento eurocêntrico e positivista desenvolveu-se na América Latina. Esse preconceito reverbera até hoje, como vimos no que disse Fernández na Argentina, e em como as pessoas reagiram, ofendidas ao serem consideradas representantes de um povo “feito da selva”, expressando o mesmo pensamento colonizado sobre si mesmos e sobre identidades diversas que vivem até hoje.

¹³ Texto completo do decreto disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Escritório do Interior, contexto que precede a Revolução Mexicana (1910-1921), quando muitas pessoas, diante das intensas disputas, começaram a fugir para os Estados Unidos. Naquela época e durante a primeira guerra, a necessidade de força de trabalho em solo estadunidense levou ao que seria a primeira versão de um acordo bilateral (Casillas R. et. al., 2011). Ao mesmo tempo outras pessoas também chegavam ao México: os menonitas vindos do Canadá e os gregos em Culiacán, durante o chamado *Porfiriato*¹⁴ até 1930, intimamente ligados às atividades comerciais (Martínez Rodríguez, 2010).

O México seguia sem ser um dos principais destinos da emigração europeia, mas a ideia de que era necessário trazer pessoas do exterior para o desenvolvimento econômico do país ainda vigorava. No início do século XX houve uma tentativa de trazer a migração de chineses, de curta duração, pois os anos 1920 e 1930 foram marcados por uma série de políticas de restrições de entrada (ou proibições), principalmente para pessoas da Ásia, Oriente Médio e Europa Oriental – um movimento inspirado nos Estados Unidos.

O modelo de identidade nacional era liberal, fomentado na ideia de restituir a mítica nação mexicana, que significava “o amor pela ideia de que esta nação seria mestiça, produto da mescla de dois sangues e culturas, a indígena e a espanhola” (Gall, 2018, p 116-117). A etnia mítica era então obtida através do processo de embranquecimento da população local indígena. A formação identitária mexicana é movida por uma ideia de mestiçagem que nega a presença negra africana, que em termos numéricos sempre havia sido menor que a indígena.

¹⁴ Esse nome é dado ao período em que o país foi governado por Porfirio Díaz, entre 1877 e 1911. Mais informações oficiais podem ser lidas em: <https://www.gob.mx/sedena/documentos/el-porfiriato>.

A década de 1920 é marcado no país por uma ideia muito explícita de restrição racial. Em 1926, é aprovada outra *Ley de Migración*¹⁵ durante o governo de Plutarco Elías Calles (1924-1928) (Gilberto Bosques, 2015, p. 16), cujo objetivo era a proteção dos interesses nacionais, especialmente econômicos, e estabelecia controles sobre pessoas estrangeiras. É possível situá-la em um contexto de desconfiança baseado em ideias de nação e segurança que começava a surgir. Além de restrições à entrada no país, demandava que pessoas estrangeiras provassem sua boa conduta e seu modo de vida honesto para permanecerem.

Nesse mesmo ano houve ainda uma lei que especificava o “perigo de degeneração física da raça mexicana, requerendo e justificando a possibilidade de se selecionar aos imigrantes” (Gall, 2018, p. 119). O então presidente Calles afirmou que ampliaria a política de abertura à imigração composta por “homens de boa vontade”, que levassem ao país algo de seu capital, de sua inteligência e de seu esforço (Gall, 2018). Ademais, afirmou que deveria existir a possibilidade de poder deixar imigrantes de fora, em caso de que se constituíssem como uma carga para a sociedade, ameaça aos costumes e resultarem inadaptáveis ao meio.

As décadas de 1910 e 1920 foram marcadas por diversos tipos de proibições de entrada de imigrantes. Em 1921 da imigração chinesa, em 1923 da indiana, e de populações negras em 1924 (Gall, 2018, p. 119). Para além dos dispositivos legais do Estado, os discursos também ganham força entre populações locais com relação à desconfiança sobre certos estrangeiros. O nacionalismo e a xenofobia expressavam-se na vida cotidiana, por exemplo em 1911, quando 303 chineses que viviam na cidade de Torreón foram massacrados e assassinados, e outros 150 despojados dos seus bens (Gall, 2018, p.120).

¹⁵ Essa lei pode ser consultada de forma completa através do link: https://www.dof.gob.mx/nota_to_imagen_fs.php?codnota=4474652&fecha=13/03/1926&cod_diario=189617.

Também havia a forte presença do pensamento eugenista, e cientistas, acadêmicos e políticos alinhados a essas ideias influenciavam diretamente os discursos sobre a nação mexicana, ajudando a desenvolver a ideia de *deseabilidad* como uma espécie de sinônimo de “assimilação”, em que era preciso buscar “raças” que fossem próximas para mesclar, a fim de se obter uma mestiçagem robusta (Gall, 2018, p. 121). Há, portanto, dispositivos de Estado no período que expressam esse pensamento mesmo indiretamente, como os mecanismos legais de estabelecer cotas, por exemplo, por nacionalidade (Gall, 2018, p. 120).

O pensamento nacionalista é marcado pela ideia de identidade nacional, por exemplo como planteia Vasconcelos (1925, p. 104), quem escreveu sobre os “perigos” que o povo chinês representava ao México na imigração, já que “bajo el santo consejo de la moral confuciana se multiplican como los ratones, vengan a degradar la condición humana, justamente en los instantes en que comenzamos a comprender que la inteligencia sirve para refrenar y regular bajos instintos zoológicos(...)” (Guerra, 2004, p. 19).

Esse é apenas um exemplo de como as nacionalidades operam como elemento formulador da identidade nacional. Nesse caso, ao falar-se contra chineses, se alimenta os ideais da revolução mexicana ao mesmo tempo em que se manipula o processo, a fim de conter as classes populares vitalmente envolvidas no conflito. Convencidas de que o inimigo é externo, alguns sentimentos são controlados ou dissipados em nome de supostas conquistas “nacionais” que seriam pertencentes a todo o conjunto da nação.

Em 1936, na presidência de Lázaro Cárdenas (1934-1940), foi promulgada a *Ley General de Población* (LGP), que abordava o fenômeno migratório a partir de uma perspectiva demográfica. Esta lei seria a base legal para pensar a mobilidade humana em território mexicano e permaneceria em vigor por muitos anos, com algumas reformas em 1974 e 1996. A lei

apresentou uma importante novidade: o direito de chegar ao México para solicitar asilo (Gilberto Bosques, 2015, p. 16), porém também possuía caráter racista e eugenista, falando sobre melhoramento ou conservação da espécie ao discutir migração (Gall, 2018, p. 123). Embora esse governo tenha recebido asilados políticos espanhóis, por exemplo, considerava a migração de judeus como uma migração racial (Gall, 2018, p. 122).

O contexto internacional pressionava ao acolhimento de populações forçadas de guerras na Europa (Muñoz Bravo, 2016; Casillas R. et.al., 2011). O acolhimento de refugiados de guerra consolidou o México como destino para quem fugia por razões políticas, trazendo uma série de intelectuais e artistas que deram importantes contribuições para a história do país, por exemplo, as artistas Leonora Carrington e Remedios Varo, ou o revolucionário bolchevique Leon Trotsky.

Em meados do século XX, o fenômeno migratório mais expressivo no México, no entanto, era a emigração de mexicanos para os Estados Unidos. Esse fluxo entre ambos se dá principalmente na forma institucionalizada de programas bilaterais de migração, criando-se também um fluxo de chamada "migração ilegal". Ou seja, se por um lado, são estabelecidas as regras e bases para uma migração oficial para suprir a demanda estadunidense por força de trabalho, por outro, geram-se formas e mecanismos para bloquear a migração que ocorre por fora dessas regras.

Mesmo com o *Programa Bracero* (1942-1964), que selecionava pessoas para trabalharem nos Estados Unidos por um período, ainda havia um fluxo de pessoas que não passava por essa seleção. Os mecanismos de controle do programa não foram capazes de lidar com quem procuravam entrar no país, e havia demanda contínua para além das cotas oficiais, e muitos migrantes "ilegais" eram absorvidos pelo mercado de trabalho, que em razão dessa condição

migratória recebiam salários mais baixos e condições mais precárias (Campos Delgado, 2008; Muñoz Bravo, 2016; Barrera Flores, 2018).

O contexto do fim do *Bracero* é também de início de uma série de ditaduras civil-militares na América Latina, que gerará um fluxo migratório expressivo de asilo e/ou refúgio político para o México. Foi também o momento em que surge a segunda *Ley General de Población*, em 7 de janeiro de 1974. Entre suas novidades está a transferência da tarefa de supervisão dos direitos humanos de migrantes para o Ministério do Interior (SEGOB), além da possibilidade de admissão provisória de estrangeiros em situações de perseguição política (Casillas R. et. al., 2011).

Sob a presidência de Luís Echeverría (1970-1976), o México começou a receber pessoas latino-americanas como Guatemala, Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, fugidas das ditaduras civil-militares que se instalavam na região (Casillas R. et. al., 2011; Gilberto Bosques, 2015; Muñoz Bravo, 2016). Um dos principais autores da Teoria da Dependência, Rui Mauro Marini, foi um brasileiro que viveu como asilado político no México fugindo da ditadura.

A nova *Ley General de Población* buscava regular os fluxos migratórios no país e possuía forte espírito criminalizador, principalmente com relação à migração de trânsito, de forte caráter xenófobo e violações de direito das pessoas que cruzavam o país (Gall, 2018).

Durante o século XX o papel do país como corredor migratório para o deslocamento humano se intensifica, já que conectava os países da América Central com os Estados Unidos (Barrera Flores, 2018), e a política migratória mexicana passará rapidamente a refletir interesses do país vizinho, reproduzindo lógicas de exclusão e desigualdades. A fronteira sul mexicana, nesse período, já era historicamente circulada, principalmente por famílias (Carrasco González,

2013) que chegavam da Guatemala para trabalhar temporariamente cultivando cana-de-açúcar, café e algodão.

É na década de 1980 que a literatura localiza a massificação da imigração centro-americana no México de forma expressiva e permanente, dentro de um contexto de guerras civis na Nicarágua, El Salvador e Guatemala, ditaduras estatais, de efeitos empobrecedores do neoliberalismo e da internacionalização do capital, além de vários desastres naturais. Esse período é marcado por grandes fluxos migratórios quando, por exemplo, nos anos 1980 o número de refugiados chegou a 43.000 pessoas no México (Gilberto Bosques, 2015; Casillas R. et. al., 2011; Carrasco González, 2013).

Em 1982, o então presidente López Portillo inicia um movimento de ressurgimento de um nacionalismo, alusivo ao período da Revolução mexicana (Guerra, 2004). O nacionalismo de Estado, em nome da manutenção da unidade nacional e soberana, será construído também a partir da identidade migrante que adentra e transita o território, localizando-a dentro do imaginário social como ameaça ao que seria coeso.

De forma concomitante, a política migratória dos EUA vai tornando-se cada vez mais restritiva à imigração e presença estrangeira, o que na prática significava dificultar a chegada de migrantes em suas fronteiras. Para isso, foi fundamental a pressão ao México para que fossem gerados mecanismos de controle e tutela das populações que, indesejadas no império do Norte, passam a ser maltratadas e vulnerabilizadas no território mexicano.

Até os anos 1980 havia um grau de flexibilidade política no controle da migração, o que em certa medida favorecia a permeabilidade e o trânsito de migrantes através do território mexicano (Casillas R. et. al., 2011). A intensificação da imigração através do território mexicano tornou necessário começar a pensar (e legislar) sobre o assunto. Assim, em 22 de julho de 1980,

por decreto presidencial de José López Portillo (1976-1982), foi criada a Comissão Mexicana de Ajuda aos Refugiados (COMAR) (Casillas R. et. at., 2011), que por sua vez depende da *Secretaría de Gobernación* (SEGOB)¹⁶.

Naquela época, a LGP ainda estava em vigor, depois de algumas reformas. Somente em julho de 1990 é que a figura do refugiado foi efetivamente incorporada ao texto da lei (Casillas R. et. al., 2011). Em 19 de outubro de 1993, o então presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) por meio de um decreto, criou o Instituto Nacional de Migração (INM), responsável pela implementação da política migratória, bem como "vigiar a entrada e saída de no território nacional; processar e resolver sobre a entrada, permanência e saída de estrangeiros do país" (Chirello, 2011, p. 497). A lei exclusiva para refúgio só seria criada anos depois, em 2011¹⁷.

Em 1994, foi assinado o Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (NAFTA), representando a implementação da agenda neoliberal no México (Covarrubias e Wise, 2007). O discurso sobre o acordo levou a crer que depois do NAFTA o país teria capacidade econômica que o colocaria em ascensão, sendo uma das promessas que uma grande parte da força de trabalho economicamente ativa do país parasse de emigrar, o que não ocorreu.

Após um período de certa abertura na política migratória com relação ao asilo político e refúgio, a crescente migração centro-americana através do México passa a ser encarada como um problema, tornando-se cada vez mais difícil para essas pessoas atravessarem o país, vigorando a

¹⁶ Para mais informações sobre as atribuições e organização da COMAR, consultar o link: <http://www.diputados.gob.mx/comisiones/pofroyw/reunwash/COMAR.htm>.

¹⁷ Se trata da *Ley Sobre Refugiados, Protección Complementaria y Asilo Político* de 27 de janeiro de 2011, com última reforma publicada em Diário Oficial em 18 de fevereiro de 2022. A lei completa pode ser consultada no link: <https://www.refworld.org/es/leg/legis/pleg/2022/es/134493>.

perspectiva de segurança nacional de que a imigração e as pessoas estrangeiras poderiam ser criminosos potenciais, invasores e ameaças.

Isso gerou práticas de contenção e dispersão da migração que tornaram o caminho mais difícil e perigoso, onde agentes de Estado começaram a extorquir pessoas migrantes, além de outras violências e abuso de poder (Carrasco González, 2013). Como resposta, essa migração “*de paso*” desenvolve estratégias, novas rotas e novos transportes como, por exemplo, ferrovias (Casillas Ramírez, 2008; Carrasco González, 2013; Gilberto Bosques, 2015; Martínez, Cobo e Narváez, 2015). Com a intenção de obter sucesso e “vencer” a “corrida de obstáculos” da migração, a principal estratégia foi tornar-se invisível (Aguirre, 2016) – envolvendo-se com coyotes e traficantes de pessoas, além da indocumentação, buscando entrada, cruzeiros de fronteira e caminhos por fora dos registrados pelo Estado.

Brasil

O ano de 1907 especificamente marca o início de uma forte migração japonesa ao país. Anteriormente à Primeira Guerra Mundial, em 1911, foi assinado o Decreto 9.081, regulamentando o Serviço de Assentamentos¹⁸, que prática contribuiu na construção de uma série de imagens de migrantes indesejados: ciganos, ativistas políticos, apátridas e "refugiados" (Seyferth, 2002).

A visão predominante do início do século XX e das primeiras décadas da República, era de uma sociedade nacional formada pela miscigenação de três raças, em que duas delas eram caracterizadas como inferiores. Permeada de elementos racistas, ainda possuía muita força a tese

¹⁸ O texto completo do decreto pode ser consultado através do link: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9081-3-novembro-1911-523578-republicacao-102836-pe.html>.

da necessidade de um “embranquecimento racial” da sociedade, uma vez que não era possível negar as outras identidades racializadas, construindo-se uma seleção permanente e contínua, onde a migração branca era uma forma de ação seletiva e de purificação gradual das raças inferiores até prevalecerem suas características (Seyferth, 2002; Cogo e Badet, 2013, p. 21; Quintanilha, 2019).

A ideia da miscigenação é parte constitutiva do pensamento republicano brasileiro. Através dela, se chega a um tipo de “brasileiro ideal”, proveniente do melhor europeu. Na década de 1930, o Brasil adotou uma abordagem mais restritiva para a entrada de imigrantes no país. Entre 1934 e 1938, com promulgação de novas Constituições, também se instituíram Cotas de Imigração¹⁹, que mesmo não impedindo a entrada de pessoas, mudou o perfil da imigração. As transformações nas determinações de Estado modificam-se conforme a conjuntura internacional, além dos interesses nacionais. Por exemplo, entre 1931 e 1963, muitas pessoas do Japão chegaram ao Brasil, porém nos entremeios desse período, por decisão do governo federal e do contexto de Segunda Guerra Mundial, cessou completamente a migração japonesa em 1940, sendo reiniciada posteriormente (Patarra e Fernandes, 2011, p. 162).

O meio intelectual e científico brasileiro estava dominado pelo pensamento eugenista e o ideal do embranquecimento que representaria o progresso e a modernidade. Pessoas de influência política como Nina Rodrigues ou Silvio Romero, defendiam a ideia de que a miscigenação era algo único e a “solução” do país: “todos os brasileiros são de raça mista, senão em seu sangue, pelo menos em suas ideias”, disse Rodrigues, em 1938 (Seyferth, 2002). Se a

¹⁹ A Lei de Cotas é instituída através do Decreto-lei nº 24.215 de 9 de maio de 1934, podendo ser consultada integralmente no link: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24215-9-maio-1934-557900-publicacaooriginal-78647-pe.html>. Posteriormente, em 04 de maio de 1938, através do também Decreto-lei nº 406, se “dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional”. O documento completo pode ser consultado no link: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24215-9-maio-1934-557900-publicacaooriginal-78647-pe.html>

mistura era inevitável, era preciso conduzir o processo de miscigenação para que a raça branca fosse a predominante em todos os aspectos da identidade brasileira, pouco a pouco diluindo as outras raças formativas da mestiçagem brasileira.

Nina Rodrigues defendia que havia desigualdades biossociais entre as raças (aqui o conceito já se aplicava)²⁰, e que havia falhas na política de embranquecimento previamente aplicada no país, sendo necessário seguir articulando a identidade mestiça. A “fusão de raças” (Seyferth, 2002), proveniente da miscigenação, pode se relacionar com a ideia assimilacionista de caldeirão cultural, perspectiva teórica relativa à migração que se desenvolveu nos Estados Unidos e que no Brasil ganha contornos próprios. O projeto brasileiro não se orienta para eliminar as raças consideradas inferiores, mas para "diluí-las" através da imigração branca (Seyferth, 2002). Dessa forma, o que diminuiria o "negativo" da mestiçagem era o fato de que ela seria composta majoritariamente por pessoas brancas.

A ideia de miscigenação como "especificidade" da sociedade brasileira é construída sobre a influência dos pensadores europeus do darwinismo social, da antropologia criminal de Lombroso, Gobineau e Chamberlain, que convictamente falavam de superioridade ariana, doses corretas de mistura racial, aristocracia natural e similares, propagando um pensamento eugenista da superioridade branca e da inferioridade indígena e negra (Seyferth, 2002).

Esse período de governo de Getúlio Vargas, influenciado por acontecimentos na Europa e pela Segunda Guerra Mundial, foi marcado por um regime de exceções: o Estado Novo (1937-1945). Com o discurso de que era necessário corrigir os "problemas" das políticas migratórias anteriores, entre 1930 e 1960 ocorre a construção de uma campanha nacional cuja narrativa era

²⁰ Até Joaquim Nabuco, que foi diplomata, historiador, jurista e jornalista com ascendência negra e um importante defensor do fim da escravidão e, portanto, solidário com as pessoas escravizadas, argumentou que essas mesmas pessoas, da África, eram “de fato” inferiores (Seyferth, 2002).

que estrangeiros e descendentes que mantinham os costumes de seus países de origem, eram alheios à sociedade brasileira e divergiam do ideal nacional (Seyferth, 2002; 1997). A questão da assimilação e dos indesejados para formar a nação é tomada como um problema nacional.

A política de nacionalização do governo federal é marcada por uma verdadeira caça para pessoas alemães, por sua "conexão" com o nazismo, por exemplo, e a proibição de falar e ensinar nas escolas em línguas estrangeiras (Seyferth, 2002; 1997). Esse momento passa a ser de incentivo à migração interna de brasileiros, numa segunda tentativa de industrialização do país, bem como a ocupação de regiões como o centro-oeste e norte (Patarra e Fernandes, 2011). O movimento migratório interno retoma a narrativa dos tempos da colonização imperial e da primeira república de que havia vazios demográficos no país que deveriam ser ocupados pela migração (Seyferth, 2002).

Contra a lógica eugenista predominante, o período a nível internacional é marcado pelos debates que questionavam a tradição abertamente racista que dominava as discussões políticas sobre a nação, posições que eram influenciadas, por exemplo, pelo pensamento europeu de Lamarck, para quem a raça nada mais era do que uma antiga adaptação humana ao meio ambiente (Seyferth, 2002, p. 135), um exemplo de pensamento ainda racista, mas que tentou positivar a ideia de identidade mestiça para defender a da nação brasileira.

Outro exemplo no país, é a espécie de fronteira jurídica organizada pelo Brasil no contexto da II Guerra Mundial, quando é elaborado um “esquema de recebimento de refugiados de guerra nos anos 1940, ancorado em princípios de eugenia e branqueamento.” (Ruseishvili, 2020, p. 129). O pensamento eugenista desenvolve estratégias para “regenerar” a população através da mestiçagem controlada onde preponderasse a “raça” branca.

Em 1939 ocorre a criação do Conselho de Imigração e Colonização (CIC)²¹, um órgão consultivo e central do governo brasileiro para aplicação das ideias eugênicas na arquitetura das políticas migratórias do país após a II Guerra Mundial (Ruseishvili, 2020, p. 135). O órgão era composto por intelectuais e homens públicos renomados na sociedade – uma verdadeira comunidade epistêmica. Em 1946, Artur Hehl Neiva, membro desde a fundação do CIC, “foi designado chefe da delegação brasileira de seleção de deslocados de guerra na Europa.” Ele era filho de um médico higienista brasileiro adepto do darwinismo social e do branqueamento, defensor de políticas restritivas à imigração não-branca e ferrenho ativista contra a imigração japonesa (Ruseishvili, 2020, p. 136).

As teorias das raças se constituíam como principal paradigma entre os intelectuais no Brasil, mesmo após a II Guerra Mundial: (...) o aceite dos refugiados de guerra era movido pelas considerações eugênicas e em nenhum momento pelos motivos humanitários (...). (Ruseishvili, 2020, p. 136). Isso também já vinha ocorrendo no governo Vargas através da “assimilação cultural dos elementos ‘alienígenas’ (...) e a seleção de fluxo imigratório por meio da política de cotas nacionais (...) A seleção, argumenta Neiva, é o direito soberano de qualquer nação moderna”. (Ruseishvili, 2020, p. 136). A missão de Neiva na Europa era “selecionar nos campos para os refugiados os elementos humanos que se tornarão ingredientes no grande caldeirão da nação brasileira.” (Ruseishvili, 2020, p. 138).

Neiva enumera uma série de qualidades que entendia como necessárias/importantes de estarem presentes nos imigrantes europeus selecionados – físicas e de espírito – como, por

²¹ Sobre a criação do Conselho, através do Decreto nº 3.691 de 06 de fevereiro de 1939, é possível consultar o texto integral no link: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3691-6-fevereiro-1939-345819-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=1%C2%BA%20O%20Conselho%20de%20Imigra%C3%A7%C3%A3o,comiss%C3%A3o%2C%20pelo%20Presidente%20da%20Rep%C3%ABlica.>

exemplo, “hábitos de limpeza, de ordem e de disciplina; moralidade; acentuado apego a família; religiosidade fervorosa; coragem perante a adversidade; e, fundamentalmente, forte espírito anticomunista.” (Ruseishvili, 2020, p. 139). Em 1948 chegam as primeiras 100 famílias selecionadas, porém menos de um ano depois, em 1949, a operação de seleção é interrompida devido à pressões políticas: “entre 1947 e 1950, a política de recepção dos deslocados de guerra resultou na vinda de cerca de 43 mil pessoas de diversas nacionalidades.” (Ruseishvili, 2020, p. 144).

Nos anos 1950, o Brasil firmou acordos bilaterais com países sul-americanos como Bolívia, Peru e Paraguai estabelecendo programas de intercâmbio estudantil e cultural (Pires, 2020), estabelecendo um elo migratório até os anos 1980, principalmente de estudantes da região, quando foi acentuado (Patarra e Fernandes, 2011, p. 178). O período é marcado também por um segundo grande momento da imigração africana após décadas de proibição ou inexpressividade, retomada principalmente para fins acadêmicos de acordos entre universidades e centros de pesquisa (Serrano, 2016).

Em 1964, uma ditadura civil-militar foi instalada no país, que durou até 1988. Este período foi marcado pelos baixos índices de imigração e pela Lei nº. 6.815 de 19 de agosto de 1980: o Estatuto do Estrangeiro²², documento que definia rigorosamente a figura de uma pessoa imigrante atraente para o país, expressando o paradigma da segurança nacional, além do corte elitista, ao aceitar apenas migração qualificada ou migração percebida como interessante pelo Estado. Também limitava os direitos políticos de imigrantes, por exemplo, que estrangeiros não poderiam participar das eleições no país (Patarra e Fernandes, 2011; Scavitti, 2017).

²² Pode-se dizer que se trata da primeira lei que busca construir política pública específica sobre o tema da migração, foi revogada em 2017. O texto na íntegra pode ser consultado no link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815impressao.htm.

O Estatuto vigorará até a aprovação de uma nova lei em 2017. É a partir dos anos 1980 que se observa no Brasil uma inversão do fluxo migratório histórico, onde até então a imigração predominava sobre a emigração. Nos anos 1990 houve um aumento considerável da emigração de brasileiros para países do Norte Global, sendo os principais destinos os Estados Unidos, Itália, Portugal e Japão (Feldman-Bianco et. al., 2020). Entre 1970 e 2000, o número de pessoas estrangeiras cai no Brasil sendo a maioria das pessoas chegadas de Japão, Portugal, Itália crescendo também a chegada desde Bolívia, Peru e Colômbia (Cogo e Badet, 2013, p. 25), bem como a migração coreana, intimamente ligada à indústria têxtil (Feldman-Bianco et. al., 2020; Scavitti, 2017).

Entre as décadas de 1970 e início de 1990, especialmente no sul da América, muitas pessoas cruzavam fronteiras para fugir de governos autoritários, que também agem de forma transnacional, em colaboração de vigilância e detenção de pessoas consideradas "perigosas" e comunistas como, por exemplo, a Operação Condor²³. O fluxo migratório que se intensificava do continente africano também era de pessoas fugindo de guerras, tais como de Angola, Moçambique e Cabo Verde, contexto de lutas anticoloniais (Serrano, 2016).

Em meio ao crescente questionamento das formas autoritárias de poder na região, em 1984 países latino-americanos elaboraram a Declaração de Cartagena, que dentro da discussão de proteção já contempladas pelo Estatuto do Refugiado de 1951, tentava estabelecer critérios mais

²³ A Operação Condor foi uma colaboração formalizada secretamente no Chile, entre as ditaduras do Cone Sul na década de 1970: Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Brasil, que passaram a realizar atividades de cooperação com relação às oposições às ditaduras. Importante frisar que o descobrimento dessa Operação foi possível graças a documentos preservados pela ditadura militar no Paraguai, tendo sido analisados no Brasil pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) criada como “órgão temporário” através da Lei nº 12.528 de 2011, e que tinha como objetivo investigar e produzir relatório com evidências dos crimes e atos cometidos durante a ditadura civil-militar no país. Mais informações podem ser consultadas em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>

subjetivos para ampliar as possibilidades de se solicitar refúgio, entre os quais o Brasil é signatário embora possua baixos índices de reconhecimento (Patarra e Fernandes, 2011, p. 210).

Durante a década de 1990, a migração africana tomou novas formas. Agora chegando da República Democrática do Congo, Libéria e Serra Leoa, migrantes de África procuravam o Brasil como destino para fugir das guerras civis (Serrano, 2016). No final dos anos 1990, o país foi pioneiro na região ao aprovar a Lei 9.974 de 1997, que implementava o Estatuto do Refugiado de 1951²⁴ no Brasil, o que levou à criação, em 1998, do CONARE (Patarra e Fernandes, 2011).

Os anos 1990 foram marcados por retomada da relação migratória entre Brasil e Japão. A virada do século é expressiva pela ascensão do fluxo migratório Sul-Sul, de pessoas de países do Sul Global ao Brasil, bem como pelo aumento da migração de refúgio (Patarra e Fernandes, 2011). A migração negra, indígena e do Sul global sempre seguiu existindo em diferentes intensidades, em que pese as tentativas racistas de restrição e controle da parte do Estado.

A permanência, no entanto, evidencia que além dos interesses de Estado e de políticas migratórias que expressam concepções ideológicas de certos grupos sociais, e de interesses econômicos ligados à acumulação e lucro, as dinâmicas migratórias possuem sua própria vitalidade, ligadas às pessoas que migram e as redes de afeto e prática que constroem entre si.

Racismo e Xenofobia de Estado

“afirmamos este princípio: uma sociedade é racista ou não é” (Fanon, 2020, p. 101).

México e Brasil, de diferentes maneiras, abraçaram a ideia de mestiçagem. Os processos de formação das sociedades mexicana e brasileira compartilham semelhanças e diferenças,

²⁴ O texto desta lei na íntegra pode ser consultado no link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm.

discussão que escapa ao objetivo desse trabalho. Ambos têm em comum um ideal de colonização vinculado à imigração europeia branca, a partir de lógicas coloniais externas e internas, permeadas pela ideia de que povos nativos indígenas e africanos representavam a subalternidade, oprimindo-os.

O processo de independência que marca a América Latina de forma singular e contraditória foi conduzido por uma população mestiça/*criolla* –localmente branca e nascida aqui – mas que não eliminou a presença de negros e indígenas, o que abriu espaço para diversos questionamentos e tensões com relação às dominações coloniais, havendo momentos de rebelião e ruptura. A população mestiça de ascendência europeia assumiu o papel de “amo no próprio território” da América Latina e do Caribe, ao mesmo tempo em que se manteve “escrava da Europa Ocidental e dos Estados Unidos” (Mignolo, 2005, p. 71).

Comunidades *criollas*/mestiças precisaram inventar a si mesmas, e o fizeram através da restituição da civilização que consideravam viável, nem a indígena nem a africana, mas a europeia (Mignolo, 2005). As elites latino-americanas buscavam e ainda buscam a “superação” dos traços tradicionais e tidos como pré-modernos, considerados obstáculos ao progresso e à transformação destas sociedades à imagem e semelhança das sociedades liberais e modernas (europeias e brancas) (Lander, 2005, p. 14).

É de extrema importância para pensar os projetos de sociedades nacionais na região, notar que a colonização não se refere apenas à chegada de pessoas ao território, mas também de ideias e visões de mundo que migravam junto e aqui foram desenvolvidas, fundamentais para entender como se desenvolveram e estruturaram os projetos de ocupação tendo como espelho a Europa e o modo de produção capitalista.

A ideia de raça e o racismo decorre do pensamento europeu e encontra aqui um fértil terreno para se desenvolver, se entranhando nas mentes, espíritos, corações e imaginação das sociedades, e nas formas políticas que se consolidam em Estados nacionais com seus diversos mecanismos e instrumentos jurídicos de dominação, exploração e estratificação dos povos que vivem nesses territórios até os dias atuais.

Durante o período em que eram colônias, passando pela independência política dentro do capitalismo global, o racismo informou os projetos de nações que se desenvolviam, e se institucionalizou na forma de Estado nacional. Se não explicitamente nas políticas migratórias com dispositivos racistas e de seleção racial, o racismo e o projeto de branquitude (e branqueamento) que o informa, estão nas entrelinhas; nos racismos da performance de seus agentes, principalmente repressivos; na ideia de que as populações originárias do território não eram intelectual e vitalmente capazes, como protagonistas e força política.

Mesmo em momentos de abertura à imigração através de políticas promovidas como amistosas ao refúgio e asilo, as bases de um pensamento racista, de identidade nacional e soberania não deixaram de existir, e as décadas finais do século 20 e iniciais do 21 demonstram que seguem havendo migrações de pessoas mais e menos desejadas; mais e menos controladas, violentadas e selecionadas, tanto através dos mecanismos burocráticos de emissão de vistos e autorizações cujos critérios são sociais, políticos e racistas, como também extraoficialmente, nas práticas cotidianas de agentes migratórios e de gestão da migração.

Em outro sentido, o racismo interno e a subjugação de países latino-americanos a potências imperialistas e empresas transnacionais na forma de uma colonização sistemática, influenciam em quais setores das populações locais, de identidades étnicas, raciais, de gênero e sociais semelhantes em toda a região, irão migrar em buscas de dias e vidas melhores que não

encontram em seus lugares de origem. O colonialismo interno se manifesta na forma de gestão de certos deslocamentos populacionais que representam (enquanto também são frutos) “crises” no continente e na migração.

Não se trata apenas da colonização histórica da migração europeia branca o que caracteriza o fio condutor racista e colonial desses países, mas a força dessa visão que segue se propagando de que há certos povos incapazes de desenvolver o território, devendo então estar de alguma forma submetidos a “quem sabe”. É uma combinação de dominação do ser e do espaço, e que na colonialidade da pessoa migrante representa também a subjugação do ímpeto em migrar, bem como a dominação e o controle do próprio mover-se em busca de viver bem.

A colonialidade é o discurso vigente desde grupos dominantes, política e economicamente, e seus entendimentos sobre o mundo e a diferença humana, marcadamente preconceituosos com relação às identidades e culturas possíveis. Às populações dominadas historicamente na região, longe de serem vencidas tal qual a narrativa pode levar a crer, mas sem dúvidas afetadas pelo racismo de Estado, parece predominar uma vida em que, como diria a canção de Ney Matogrosso, “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”²⁵, objeto e sujeito, potência e força, combustível do desenvolvimento do mundo.

Trazendo ao primeiro plano os elementos raciais e racistas pelo prisma dos estudos migratórios e anticoloniais, se endossa a ideia de que nas Américas as desigualdades sociais são compostas estrutural e afetivamente de desigualdades raciais que se reproduzem até hoje. Ao mesmo tempo, a ideia de mestiçagem buscou produzir uma essência desse território e da identidade latino-americana, brasileira, mexicana, desde uma perspectiva também racista, embora em nome do sujeito universal e do humanismo.

²⁵ Canção lançada em 1981 intitulada “Homem com H”, de Ney Matogrosso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Kw-6mm6Uu7c>. Acesso em: 14.05.2023.

As migrações internacionais nas Américas e os pensamentos econômicos e políticos são importantes na busca por esmiuçar as estruturas de poder e dominação, entender como operam os Estados nacionais e seus aparatos, militares e civis, e por fim encontrar as potencialidades e resistências que brotaram e brotam cotidianamente desde lugares diversos.

O continente latino-americano é fruto de um encontro que só foi possível porque houve migração. Os deslocamentos internacionais de pessoas de diferentes lugares do mundo e os deslocamentos internos da região constituem este território de forma única, diversa e complexa. Os movimentos populacionais na região demonstram aumento das populações estrangeiras no Brasil e no México, que imersos em problemas estruturais de desigualdade racial e social, são desafiados pela imigração de pessoas que, em narrativas colonialistas, representam perigos à nação e ao território porque desafiam as fronteiras soberanas do Estado.

Através da discussão sobre colonialismo interno, colonialidade do poder e racismo, procurou-se aprofundar a compreensão sobre as “crises migratórias” atuais da região, conectando seu processo histórico de formação sociopolítica à atual e contínua manutenção de projetos de sociedade que parecem condenar sistematicamente a região latino-americana à fome, desigualdade e pobreza e, mais recentemente, aos deslocamentos humanos massivos e vulnerabilizados que parecem não ter fim.

A violência xenofóbica, a aversão ao estrangeiro, o medo e desconfiança com relação ao diferente são tônicas para a necessidade estatal de controlar, tutelar ou dispersar a população migrante nos territórios, numa política que vigora na última década do século 21, fruto da colonialidade do poder e do racismo. As políticas e leis sempre dificultaram a vida de certos setores da sociedade que atualmente se convertem em migrantes indocumentadas ou refugiadas, grupos historicamente marginalizados e diretamente afetados nos processos de construção e

reconstrução das nações. Seja explicitamente através de termos como raça nos discursos eugenistas, como mostra Seyferth (1997; 2002), ou através do uso de palavras que escondiam conteúdos racistas, como "bom agricultor".

Na atual era dos direitos humanos e do “humanitarismo”, o racismo e o colonialismo se escondem por trás de conceitos e discursos legalistas, como o feito por Kamala Harris. Imigrantes ilegais não serão tolerados, mas quem são os imigrantes ilegais? Quem tem o poder de ditar sobre a legalidade ou ilegalidade dessas pessoas migrantes? São narrativas. Os povos africanos que viveram a invasão e colonização no século XIX, conheceram o humanismo europeu elaborado para justificar as atrocidades cometidas em território africano em nome da salvação dos povos colonizados, que em realidade era o desprezo pela terra e pela vida (Césaire, 2020).

Categorias abstratas, genéricas, usadas para classificar homens e mulheres de carne, osso e alma são inventadas e reinventadas constantemente, em nome dos direitos e em nome da violação deles. Migrantes centro-americanos, refugiados, migrantes indocumentados, migrantes ambientais. Indígenas, pessoas negras, pessoas pobres. Identidades e narrativas que marcam os deslocamentos populacionais locais contemporâneos, que apesar da colonialidade do ser, do poder, da pessoa migrante, seguem acontecendo, governados de diferentes formas pelos poderes dominantes da região.

Impera a lógica geopolítica capitalista, onde as fronteiras delimitam territórios, governados pelo poder centralizado no Estado-nação, impondo uma forma dominante das pessoas relacionarem-se com o mundo. Os fluxos migratórios que ocorrem na região representam potencialidades e desafiam fronteiras nacionais e o território soberano, causando disjunções nesse fio condutor racista e colonial que caracteriza as práticas políticas de gestão da migração.

Capítulo 2: Estado-Nação como Fábrica das Identidades de Pessoas (In)Desejáveis.

Na esteira do anterior, esse capítulo refletirá sobre a formação dos estados nacionais brasileiro e mexicano à luz do colonialismo interno que opera atualmente nos territórios e no que diz respeito à gestão das migrações internacionais. O pensamento racista, colonialista, patriarcal se torna particularmente evidente na forma de gestão de algumas migrações, aquelas que compõem as chamadas “crises migratórias”.

O processo histórico de consolidação de um poder político (e bélico) na região na forma de Estados nacionais, ocorre a partir do estabelecimento da relação entre conquistadores/conquistados e da “codificação das diferenças”, articulando-se formas históricas de controle do trabalho essenciais para a organização do território em torno do capital e seu mercado mundial (Quijano, 2005, p. 107).

Como buscou-se evidenciar no capítulo anterior, nem todas as pessoas que migram são tratadas e desejadas num território nacional da mesma forma, nem sua mobilidade/migração é controlada e gerida da mesma maneira pelo Estado, meio pelo qual se articulam leis e políticas que impactarão de forma decisiva na vida das populações humanas. De fato, tal arbitrariedade racial e racista, colonial e divisionista, se torna componente estruturante do continente, e caracteriza-se como uma injustiça social: algumas pessoas que migram são consideradas “irregulares” e “ilegais”, a depender de interesses que lhes são alheios, tornando-se objetos de políticas discriminatórias que se traduzem em barreiras reais ao desenvolvimento pleno de suas vidas enquanto seres humanos.

A razão de ser desse Estado nacional e das classes e grupos dominantes, política e economicamente, tem fortes raiz num belicismo racista e classista (Césaire, 2020). Assim, Estados nacionais, aqui nas leis e formas de gestão, na combinação de formas burocráticas e de

violência de gestão do território e das pessoas que nele vivem, se configuram como um dos lados da complexa relação que compõe a “crise migratória” e por ela é composta – polopositor das mobilidades humanas e as diferentes formas de organização que delas surgem.

O Estado Moderno em países como Brasil e México surge como executor de um projeto civilizatório, representando um vetor racista de organização social, dentro de uma geopolítica capitalista moderna/colonial onde a região latino-americana cumpre o papel de dependente. Nas migrações críticas nas Américas isso aparece no fato de que são as populações mais empobrecidas as que estão migrando; na produção de categorias diversas que representam novas roupagens para velhos discursos racistas, categorias como migrantes em trânsito, refugiados, centro-americanos, ilegais, indocumentados, irregulares: maneiras discursivas, jurídicas e políticas de se identificar e ordenar pessoas.

Estado Nacional e Colonialidade da Pessoa Migrante:

O Estado-nação é uma experiência de organização política, “(...)uma espécie de sociedade individualizada entre as demais”. (Quijano, 2005, p. 119), algo que em tese gera um sentimento de identidade entre seus membros e de instituições como a cidadania e a democracia política, e que será na América Latina uma experiência entre eurocentrismo e a multiplicidade étnica, racial e cultural da região. Além de estrutura de poder, é também o resultado desse poder, compreendido pela tensão que marca a formação da sociedade entre diferentes grupos com mais, menos ou nenhum poder se relacionando.

É impossível deixar de lado essa unidade de análise, porque é essa instituição e força política e bélica que possui o papel central e responsabilidade de elaborar as políticas públicas para lidar com as migrações internacionais (Muñoz Bravo, 2016), se tornando parte constitutiva

da “crise migratória” e suas relações de tensão, assumindo a posição de um dos polos da relação cujo oposto é a migração em si, e os ativismos migrantes que daí se produzem.

Um Estado-nação demanda que uma população nascida num determinado território tenha algo em comum, ainda que seja inventado. No entanto, essa população não é realmente homogênea, e diversas experiências latino-americanas comprovarão que o conflito é parte constitutiva do Estado enquanto estrutura de poder que se constitui de forma contínua, o tempo todo.

O processo de homogeneização implicado nessa sociedade “imaginada” a partir de uma perspectiva eurocêntrica foi levado a cabo não através de uma descolonização das relações políticas e sociais entre a população local e iniciadas na colonização, mas da manutenção dessas relações ao longo de décadas de dominação, eliminação e negação da identidade e modos de vida de alguns povos específicos: indígenas, negros e mestiços não-brancos (Quijano, 2005, p. 122). O valor da “nação” constitui-se como fenômeno burguês que sustenta em grande medida a existência do Estado nacional:

(...) se eu desviar o olhar do homem para enxergar as nações, constato que aqui novamente o perigo é grande; que o empreendimento colonial é, no mundo moderno, o que foi o imperialismo romano no mundo antigo: o preparador do Desastre e o precursor da Catástrofe. Do que? Os índios massacrados, o mundo muçulmano espoliado, o mundo chinês por um bom século conspurcado e desnaturado; o mundo negro desqualificado; vozes imensas para sempre extintas; lares espalhados ao vento; todo esse estrago, todo esse desperdício, a humanidade reduzida ao monólogo (...) (Césaire, 2020, p. 73).

Houve experiências populares que causaram tremores nessa estrutura, como os movimentos populares no México e Haiti ou a resistência quilombola ao sistema escravista da

Colônia ao Império brasileiro. Porém, mesmo nos casos de tentativa de descolonização e libertação do domínio discursivo, econômico e político eurocêntrico, uma minoria branca, despojada de qualquer preocupação com essas populações, logrou apoderar-se do Estado cometendo uma série de decisões violentas contra elas: “os grupos dominantes tiveram êxito precisamente em evitar a descolonização da sociedade enquanto lutavam por Estados independentes” (Quijano, 2005, p. 122). Os processos de fim de escravidão tiveram alcance limitado já que, por um lado, as estruturas e formas de relações sociais que foram introduzidas com a colonização e escravidão não sofreram mudanças profundas; e de outro:

(...) o triunfo do pensamento científico sobre a fé religiosa deu à raça dos senhores e aos valores da civilização ocidental uma credibilidade que a religião não beneficiava já junto dos espíritos esclarecidos. Desde esse momento, a colonização e os atos de barbárie que lhe são consubstanciais, por exemplo o extermínio de grupos considerados inferiores, passaram a ocorrer tendo como suporte um discurso científico. (Plummelle-Uribe, 2018, p. 79).

O discurso da nacionalidade será operado em benefício dos interesses das classes dominantes, através de instrumentos institucionais-legais de dominação e reprodução do poder. A “condição colonial” da formação social de Brasil e México esconde paradoxos, entre eles o “impulso modernizador de elites europeizantes” que se traduz em “sucessivos processos de recolonização” (Cusicanqui, 2006). A mestiçagem, complexa contraditoriedade se tornará um fato, a peculiaridade da identidade latina, e outras identidades também vão surgindo em torno do “nativo”, “africano”, “europeu” que se relacionam com outros componentes hierárquicos: de casta, estamental, cultural e de classe (Brighenti e Gago, 2017).

O processo de mestiçagem da colonização é uma violência muito específica contra mulheres indígenas e negras, subalternizadas no imaginário colonial pela condição de gênero, raça e classe social que ocupavam na estrutura, marcada pela violação sexual e afetiva sistemática das mulheres que pariram os primeiros filhos e filhas mestiças dessa terra (Brighenti e Gago, 2017)¹. A ideologia da mestiçagem opera borrando essa violência e discriminação reais ocorridas nas sociedades coloniais e nos processos de independência, postulando que as nações são resultado de uma síntese harmoniosa entre diferentes culturas e identidades étnico-raciais (Brighenti e Gago, 2017).

Os grupos políticos dominantes do território foram responsáveis pela construção de um discurso monológico do “sujeito-nação” (Brighenti e Gago, 2017, p. 52), e a figura da identidade mestiça emerge como forma de conciliar interesses próprios, incorporar superficialmente aspirações populares e reforçar mecanismos de dominação e exploração da força de trabalho, a partir da colonialidade do poder e do ser, da identidade mestiça como sustentação da “comunidade imaginária” o que somente serve para “prolongar o horizonte racista colonial baixo novas linguagens e formas” (Brighenti e Gago, 2017, p. 51).

¹ Tanto o processo de colonização, como as independências e projetos de identidade nacional ancorados em uma ideia de “mestiçagem” possuem suas especificidades em se tratando de Brasil e México. Discussão que renderia muitos debates e visões, mas que escapa aos objetivos desse trabalho, razão pela qual se opta por seguir os aspectos da mestiçagem que ambos compartilham nas histórias de formação de países que conformam a América Latina. No caso brasileiro, será desenvolvida uma ideia de mestiçagem pela “diluição” de três raças em uma nova, o brasileiro, fruto da combinação de negros, brancos e indígenas a partir de uma democracia racial que teria se conformado nesse país, promovendo uma miscigenação festiva e positiva (Cezarino, 2018). No caso do México em razão de uma maior predominância de povos indígenas, a ideia de mestiçagem evoca mais a questão étnica e o “misticismo dos povos originários”, apostando na simbiose latina fruto de dois povos principalmente, brancos e indígenas (Gall, 2018), num complexo apagamento da identidade negra que também conforma esse país, embora em quantidade menor que no caso brasileiro. Essas visões produzidas à época das independências e debates nacionalistas impactarão até os dias atuais na forma como ambos os países lidam com questões de raça, etnicidade e gênero, que também escapam às reflexões desse trabalho, bem como nos debates de intelectuais e agendas políticas de movimentos raciais e antirracistas sobre questões relativas ao racismo que estruturam essas nações.

Nos anos 1990, Cusicanqui atualiza a discussão sobre o colonialismo latino-americano afirmando que o discurso da mestiçagem não pode ser considerado puramente ideológico, porque possui uma materialidade, do ponto de vista da geração de riquezas do território. Desde sua capacidade constitutiva de mundo, a ideia de mestiçagem constrói identidades, organiza estratégias de ascensão econômica, regula condutas de formação familiar e matrimonial e nutre imaginários coletivos que se expressam em formas de violência e segregação social (Brighenti e Gago, 2017, p. 52).

Desde as bases institucionais, nos territórios como Brasil e México, e aqueles de onde saem pessoas migrantes que chegam aos dois primeiros: Colômbia, Equador, Chile, Peru, Guatemala, El Salvador, Cuba, Haiti, Venezuela, Panamá, Honduras, Nicaragua; extracontinentais: países de África, Oriente Médio, Ásia, os Estados nacionais vem sendo usados para perpetuar níveis exorbitantes de exploração e extração de lucros e riquezas dos povos e da terra que acabam acumuladas entre grupos sociais muito seletos a nível local, regional e mundial.

Os Estados nacionais no contexto latino-americano vem criando historicamente uma série de dispositivos e regulamentações, na forma de instrumentos jurídicos e burocráticos que configuram as diferentes manifestações de poder. Em se tratando da gestão das migrações, estamos falando da forma como se regulamentará na prática, a gestão das pessoas migrantes das “crises migratórias”, diferentes povos que vivem e circulam pelo continente americano. Essas práticas de regulamentação, gestão e tutela da migração também estão ligadas aos interesses econômicos capitalistas na região.

As migrações internacionais na região são, na lógica de grupos políticos dominantes, vetores de questionamentos da ordem e estrutura social dominante interna e, nesse sentido, potenciais ameaças à sua soberania e segurança nacional. Dessa forma, é possível compreender a

gestão das migrações que se constrói, hora com esforços bélicos e repressivos, hora com aberturas parciais vinculadas à absorção das pessoas como força de trabalho para o desenvolvimento econômico ou, em decorrência de sua condição de vítima que precisa de ajuda, o que esvazia a agência política das pessoas migrantes.

São certas migrações, de certas identidades e grupos sociais, raciais e nacionais, que são lidas como fatores de ameaça que distorcem a comunidade nacional, de “assimilação” útil ou compaixão eventual. Na narrativa sobre a crise da mobilidade humana, marcada pelo colonialismo interno, está inscrita a colonialidade da pessoa migrante. Para as narrativas políticas, aquilo que se conta de forma predominante nos meios de comunicação, a figura da pessoa migrante crítica é indispensável para alimentar as retóricas sobre o imaginário da comunidade nacional perfeita,

A colonialidade da pessoa migrante é a produção de novas roupagens de racismo atribuídas aos mesmos povos e grupos sociais que compõem historicamente as classes despossuídas e trabalhadoras do continente, necessárias no entanto à contínua reestruturação capitalista nesse território. Para apreender a complexidade dessa colonialidade da pessoa migrante, nos assentamos também na perspectiva de gênero, desde a contribuição que ativistas feministas trouxeram às ciências humanas e sociais, aprimorando a possibilidade de compreender os interstícios cotidianos que formam, como diria Eduardo Galeano (1971), *as veias abertas da América Latina*.

Perspectiva de Gênero para Situar o Mundo da Pesquisa.

A modernidade/colonialidade organiza o mundo ontologicamente em categorias homogêneas, dicotômicas e separáveis. A civilização incluí uma perspectiva de gênero específica: o Homem, com H maiúscula, é o ser humano por excelência e a mulher seria seu

complemento, essencial à reprodução da espécie, mas numa posição passiva: interessa seu corpo e sua capacidade de gestar e parir. E é essa a lógica que compõe a “colonialidade do ser”, desenvolvida por Nelson Maldonado Torres (2003) (Lugones, 2014, p. 938), que produz identidades subalternizadas, que se articulam em relações sociais de troca, convivência, dominação e exploração.

Quando uma perspectiva de gênero é anunciada em uma análise de fenômeno social, não se trata da obrigação em pesquisar mulheres. Trata-se, no entanto, de reconhecer a dicotomia da ordenação do mundo em posições sociais subalternizadas entre diferentes identidades que, nesse processo, vão sendo histórica e sistematicamente marginalizadas e oprimidas (Espinosa Miñoso, 2016; Dutra e Bandeira, 2015; Lugones, 2014, 2008; Colon, 2011; Hyndmann e Giles, 2011; Haraway, 1995 entre outras autoras).

Como consequência prática, uma perspectiva de gênero em uma pesquisa, influencia seu desenho e execução, envolvendo colocar a lupa e aproximar os ouvidos dos pequenos lugares nos mínimos detalhes. As histórias desprezadas, o íntimo, o lugar do cuidado, o cotidiano da vida e da política, o território no território, as alianças, conflitos e contextos. Em suma, muito daquilo que, em uma perspectiva positivista de mundo (e patriarcal) busca apagar em nome do conhecimento neutro e de um fazer ciência “de verdade”.

A lógica dicotômica e hierárquica detrás da diferenciação entre “humanos” e “não humanos” está baseada em ideias de sexo e gênero provenientes do pensamento cristão. A missão civilizatória é uma máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas inferiorizadas através da exploração da força física e capacidade criativa, da violação sexual, do controle da reprodução e do terror sistemático (Lugones, 2014, p. 938) que ocorreram por séculos nesse território. O projeto de modernização passou pela legitimação da exploração de

certos corpos, numa lógica extrativista dos corpos femininos ou feminizados, isto é, lidos e compreendidos como passivos e animais, por isso domesticáveis. Foi através desses corpos, de carne e osso, que se garantiu e garante a efetividade da vida cotidiana.

A dominação e exploração violenta do corpo das mulheres, e de todos os corpos dos povos originários, dos corpos negros trazidos de África e dos corpos mestiços, vem gerando grupos de pessoas empobrecidas e sistematicamente marginalizadas das sociedades latino-americanas (Lugones, 2014), que atualmente são setores que compõem as migrações massivas das crises migratórias.

A contrapartida da perspectiva de gênero é evidenciar, através de uma escuta e diálogo entre diferentes identidades sociais, que dentro da dominação figuram formas de resistência e insurgência. As identidades colonizadas possuem, na realidade do cotidiano, a enunciação e capacidade de narrar a si-mesmas, algo que a perspectiva de gênero capta de forma minuciosa: “o feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão das mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela” (Lugones, 2014, p.940).

Assim a identidade mestiça pôde sobreviver de forma ambígua, como resistência das mulheres que criavam seus filhos para a vida com amor e trabalho, identidade que viria a ser apropriada por projetos estado-cêntricos. O mestiço representa uma nova “comunidade territorial nacional” em superação à comunidade de parentesco ancestral e pré-nacional (anterior à colonização) (Brighenti e Gago, 2017).

A autora boliviana aymara Silvia Rivera Cusicanqui (2010) em *Chhixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*, faz uma releitura da identidade mestiça a partir da palavra aymara *ch'ixi*, deslocando o dispositivo “subordinação/exploração” que

caracteriza a razão de ser da mestiçagem, e enfatizando seu potencial insurgente. Apesar do discurso formativo de dominação, todo o processo se deu em meio a conflitos e tensões de resistência que expressam o potencial insurgente próprio à mestiçagem (Brighenti e Gago, 2017).

As pessoas que encarnam e representam os e as migrantes das crises migratórias, através dessa identidade adquirida em todo o processo da migração, são subjugadas ou “feminizadas”, o que não significa não ter a capacidade criativa. Assim, as migrações que ocorrem, independente das barreiras, já são em si o ato de questionar a ordem dominante de mundo, a cosmologia da comunidade nacional, do Estado nação e do capitalismo, e serão vistas por isso como potenciais ameaças. A perspectiva feminista é uma forma de olhar para a relação de tensão que existe entre o Estado e aqueles e aquelas que o desafiam a partir de diferentes estratégias.

As Pessoas Migrantes da Crise Migratória.

As identidades migrantes são marcadas por questões de raça, classe e gênero que derivam do pensamento racista e colonial. O velho racismo segue se manifestando por aspectos como nacionalidade, religião, cultura, etnia e, no caso da mobilidade humana internacional, na condição jurídico-política de certas pessoas migrantes: refugiadas, solicitantes de refúgio, indocumentadas, irregulares, ilegais.

A imigração está inscrita em relações de poder e disputas políticas baseadas em critérios de identidade. As pessoas migrantes são constantemente lembradas, de formas diferentes, de sua condição de migrantes, mediação feita através do elemento identitário “nacional” em oposição ao “estrangeiro”. (Sayad, 1998, p. 63).

Todas as pessoas migrantes são também estrangeiras, na definição do dicionário Priberam da língua portuguesa, onde a palavra pode ser um adjetivo: “que é de outra nação; que não é do país em que se está ou a que se refere; que é produzido ou fabricado noutra país” ou, ainda,

oposto ao “nacional”². Porém, é verdade que muitos estrangeiros num país de destino não são vistos e entendidos como (i)migrantes, no sentido mais simbólico do termo.

Existem aspectos políticos e econômicos por trás dessa interpretação reflexos da divisão geopolítica entre países centrais e periféricos do capitalismo. Assim, dependendo do país de origem ou ele nunca fornecerá imigrantes ou ele só fará isso. Um segundo ponto importante da construção da identidade migrante são as legislações nacionais dos Estados, processos compostos de diversas forças políticas. Assim, “‘estrangeiro’ é a definição jurídica de um estatuto, [e] imigrante é a antes de tudo uma condição social”. (Sayad, 1998, 243).

Conheci Lucho por intermédio de um colega de universidade, que comentou que tinha um amigo com quem eu poderia conversar sobre migração, ele mesmo um migrante no México que trabalhava com o tema havia alguns anos. Argentino, trabalhador social e humanitário e fã de cumbia, o entrevistei em 2021, de maneira virtual. Depois, fui ao seu encontro em um albergue para pessoas refugiadas canalizadas, em um estado da região central no México no mesmo ano, conhecer o espaço pessoalmente.

Contando sobre sua trajetória, Lucho disse que levava 10 anos no México, e que chegou para fazer um intercâmbio e concluir os estudos universitários em Trabalho Social. Na Argentina vivia na periferia de Buenos Aires onde viviam também comunidades migrantes, sendo sua mãe uma mulher paraguaia. O que o levou ao México foi o interesse por questões como deslocamentos forçados, luta por terra e zapatismo. Logo, foi morar e trabalhar na Casa Migrante de Saltillo, no norte do México, e seguiu vivendo uma vida de muita mobilidade entre diferentes estados do país como um trabalhador social e ativista da migração.

² Definição de estrangeiro segundo o Dicionário Priberam da língua portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/estrangeiro>.

Em determinado momento, perguntei se Lucho sentia que as pessoas com quem trabalhava e convivia, muitas também migrantes, o viam como estrangeiro ou como migrante, e se ele sentia que era uma pessoa migrante, ao que ele me respondeu:

Lucho: No, te tendría que decir que no, porque hay preestablecido una figura de la persona migrante [faz aspas com os dedos e um gesto com as mãos]... si yo te tengo que dibujar algo, es la persona que trae una mochila y va a cruzar a Estados Unidos. Eh... y a mí, yo no me siento como un migrante técnicamente, porque la gente me reconoce como un extranjero, como alguien que viene y no está haciendo el paso. Eso lo he identificado bastante bien, porque... la persona... todos somos migrantes, vos, yo, todo. Pero en el andar diario de las personas mexicanas, migrante es el que está yendo de paso para Estados Unidos y a mí no me identifican como migrante, me identifican como una persona de otro país. Ahí hay algo que se perdió, o que hizo que sólo la palabra migrante reúna a un núcleo de personas que son las centroamericanas que están cruzando para Estados Unidos, porque los mismos mexicanos que van a cruzar a Estados Unidos no son como migrantes, sino... son mojados, y hay como distinta terminología para reconocer a cierto grupo de personas que yo no lo hago. Para mí todos somos migrantes, digo... desde el que viene a poner una empresa hasta el que viene a estudiar o el que viene a cruzar a Estados Unidos. Todo nos engloba, pero dentro del territorio mexicano ya se empieza a distinguir. Empieza... Hay ciertos, ¿cómo se llama? Estereotipos, para ciertas palabras (Lucho, ativista, trabalhador humanitário e migrante argentino, 05 de abril, 2021)³.

Lucho demonstra como são usados diferentes entendimentos de “migrante” como adjetivo, palavras que vão criando ou hierarquizando aspectos identitários, baseados inclusive no que disse serem “estereótipos”, a imagem de quando se fala “migrante”: aquela pessoa que carrega uma mochila e está *de paso*. Como fez questão de ressaltar, ele mesmo não faz essa distinção que é, como caracteriza, baseada em aspectos raciais, étnicos e econômicos.

De certa forma alheias às leis migratórias nacionais, homens e mulheres seguem saindo dos países, cidades, povoados e casas onde vivem ou nasceram, em decorrência de situações cíclicas de violência, desigualdade social e problemas que as levam a tomar a decisão de migrar. No entanto, nos países em que transitam ou onde procuram assentar-se, essas pessoas encontrarão

³ A fim de estabelecer um padrão de citação para as entrevistas realizadas entre a pesquisadora e seus interlocutores diretos, a partir de agora todas adotarão a mesma forma: tamanho 12, justificado, recuo de 1,27 da margem esquerda, sem espaçamento, itálico, sem aspas.

diversas normas jurídicas e simbologias criadas em torno da figura da pessoa migrante que impactarão na diretamente em suas vidas.

Alohá e Juan Cusicanqui constroem juntos na cidade de São Paulo, Brasil, o coletivo Kasinha Bay4s, parceria nascida em 2016, em que gerem um espaço de acolhimento e atividades para artistas migrantes e viajantes em sua casa, na periferia da cidade, e como artistas – trabalham com performances, música e dança dentro de uma perspectiva crítica e auto narrativa, tocando temáticas de desigualdade racial e social. Juan chegou à cidade nos anos 1980, e Alohá nasceu ali, filha de migrantes do nordeste do país.

A militância deles é baseada em intervenções artísticas onde ambos trazem a questão da ancestralidade – negra e indígena – para afirmar sua existência no agora: indígena e afro-indígena. Ser migrante e filha de migrantes. A identidade estrangeira nesse sentido empurrou as reflexões de ambos ao lugar do pertencimento e das possibilidades de existência plena. Em entrevista, Juan comentou que não tem problemas quanto a ser reconhecido como boliviano no Brasil, mas que se sente apagado em sua ancestralidade indígena.

O que vinha sendo sua principal luta como migrante indígena boliviano no Brasil era pelo reconhecimento de sua identidade aymará, apagada pela nomenclatura nova que lhe foi atribuída, de (i)migrante boliviano. Questões identitárias importantes aos seres humanos como a etnia, por exemplo, acabam ficando ocultas pelo aspecto da nacionalidade quando os deslocamentos humanos, passam a ser geridos dentro de uma lógica de regulação estatal e de fronteiras nacionais.

Reconhecendo que a questão indígena é uma discussão complexa no Brasil, em nossa conversa o artista e ativista chamou atenção aos aspectos fenotípicos dos povos originários do Brasil e de muitas semelhanças que existem com os povos da Bolívia, se indagando o porquê de

ter seu reconhecimento como indígena negado no país. Esse aspecto de confusão se impôs a ele e sua família, quando saem de um lugar cuja identidade indígena estava dada para outro em que não era sequer mencionada:

Juan: (...) Eu sou um militante político sim desde a época que eu cheguei, porque eu sofri, minha família sofreu perseguição, meus avós sofreram perseguição como indígenas, perderam tudo fugindo dos militares de ditadura, (...) E aí chego aqui, chegamos aqui no Brasil pensando que era uma coisa avançada, não é ... Descobrimos que o Brasil também é outro lugar que está atrasado, não reconhece os imigrantes... né? Por exemplo, um dos temas que agora eu estou batendo é porque é gente... Nós somos... Eu sou aymará, eu sou indígena, né, mas não sou reconhecido como indígena, aqui no Brasil, né, só reconhecido como imigrante ou estrangeiro. (...) Vamos falar dos guaranis, os waraos aqui da fronteira com a Venezuela, Ou quando a gente vai se encontrar com os equatorianos ou vamos ver os Cariri xocó, ou... Qualquer outra tribo... Os pankararé, Huni Kuin, Xavante (...) Somos iguais, somos iguais, somos iguais na pele, no tom, no cabelo... Somos iguais, né. Então, a partir do momento que eles chamam a gente de estrangeiro, isso revolta muito. E aí não tem muitas leis, não tem muitas... Muitas entidades. Não... A gente é desconhecido. Essa é minha luta agora, política né (Kasinha Bay4s, 02 de junho, 2022).

Durante a entrevista, realizada de forma virtual pelo contexto da pandemia no Brasil naquele momento, comentei sobre minha experiência como imigrante em um país que falava espanhol. Nessa conversa, atravessada por questões particulares, fui provocada por aspectos identitários e de privilégios que ficaram evidenciados em diversos momentos da pesquisa, e que passam pela condição de migração. Quando Alohá começou a responder sua perspectiva sobre essas questões identitárias com relação ao reconhecimento social e perante o Estado, comentou:

Alohá:(...) nós somos invisíveis, né? Assim na sociedade, né, infelizmente o sistema, né, ele favorece uma minoria, né, Julia? Acho que você entende. (...) A lei não favorece a gente... Que nem o pobre, o pobre que vai preso, o pobre que vai... que... Que é punido, né? É sempre assim. (...) A gente, na verdade eu sinto que a gente tá numa escravidão contemporânea, né? Porque continua, né? Mas mudam as palavras..., Mas na verdade o sistema mesmo, tá... Continua a mesma coisa (...) A gente tem muita afinidade, né, eu acho que você está percebendo, pela arte, o pensamento, eu e o Juan a gente é meio revoltado, é trauma, né? Por causa dessas injustiças, dessa desigualdade que você vê, nós somos todos seres humanos, todo mundo tem os mesmos direitos, tem... Infelizmente, no Brasil isso não acontece na realidade, né? No nosso dia a dia, na nossa luta... É que a gente tá sobrevive.... Que nem a gente, a gente sobrevive, a gente tenta sobreviver porque é uma luta todo dia, Júlia, é constante. Eu não sei a sua forma, como... Como que você foi criada, como que você... Eu acho... eu vejo você como uma grande privilegiada só

pelo seu nome, Júlia Scavitti... Você é descendente de italiano, então pra mim já... Você já me disse praticamente... Você é Scaviatti [Juan ri um pouco mais, depois fala para olhando pra ela: isso é preconceito. A. responde: não, não é que é preconceito] Então você é italiana, você é branca, você é privilegiada, você está fazendo faculdade, né... Que nem, agora. Agora eu tenho, eu e o Juan a gente está estudando agora, Júlia, você acredita? Eu não tenho formação. Eu não consegui terminar meu ensino médio, entendeu? (...) porque eu tive que trabalhar, sabe, Júlia, eu venho dessa história. Ou eu trabalhava ou estudava, entendeu? Eu tive que trabalhar, eu não podia fazer faculdade sem condição (...)” (Entrevista Kasinha Bay4s, 02 de junho de 2022).

Juan e Alohá, desde suas próprias trajetórias pessoais, entendem na prática e transformam em artes as feridas coloniais que seguem ardendo até os dias atuais, como ela mesma disse, com novas palavras e o mesmo sistema.

Leis de Migração e a Fabricação de (I)Legais

A produção de uma identidade migrante crítica se dará por meio da articulação da legalidade daquela pessoa de estar num determinado território, construída através de leis e políticas que definem sujeitos/objetos de interesse e jurisdição. Como consequência jurídica da legalidade, ocorre também a produção da ilegalidade. No caso das políticas migratórias, é a construção de um grupo de identidades que precisarão ser controladas, cuidadas ou contidas em nome da legalidade: “los espacios de formación estatal siempre han sido territorialmente específicos, contingentes y heterogéneos. De ahí las diferencias que las fronteras parecen naturalizar – entre ‘ellos’ y ‘nosotros’”. (De Genova, 2017, p. 160).

Através de uma “produção legal da ilegalidade”(De Genova, 2017), se produz uma figura legal da migração (e da pessoa migrante) ao mesmo tempo em que se produz as condições ilegais de migração (e, por consequência, a imagem da pessoa migrante ilegal ou irregular). Essas construções se relacionam com políticas de classe e políticas da diferença, como as políticas de raça, por exemplo. Não há nada “natural” sobre a ilegalidade, que é produto de uma larga história de intervenções mais ou menos deliberadas e calculadas dentro do campo da legislação

sobre as migrações e suas práticas. As condições de ilegalidade serão consequência para algumas migrações em específico, conformando na realidade das mobilidades humanas, não uma exclusão de pessoas migrantes, mas uma “inclusão ilegalizada” (De Genova, 2017, p. 159), subordinada a aspectos políticos e econômicos nas sociedades de destino ou trânsito.

Tais aspectos geram a produção de um “marcador de temporalidade” na identidade migrante, condição da qual fala Sayad (1998), o que significa que em alguma medida as condições de migração e vida dessas pessoas migrantes estão subordinadas a interesses das classes dominantes por onde transitam e/ou se instalam.

Dessa forma, é possível concluir que a legalidade/ilegalidade produz identidades que compõem a crise migratória no continente americano. Apesar de legislações e mecanismos de contenção e/ou regulação da mobilidade humana, ela segue ocorrendo em razão do próprio ímpeto de vida dessas pessoas, escapando às tentativas de ordenamento e regulamentação de maneira histórica. Noções como “indocumentada” e “irregular” aparecem como variações discursivas apoiadas na mesma lógica estatal de controle, articulando com outros aspectos identitários, econômicos e sociais.

Operando numa espécie de espetáculo de exclusão, há ademais toda uma tônica política e midiática para a construção das identidades que serão marcadas pela “ilegalização”, num processo de legitimação de medidas e de convencimento das pessoas autóctones sobre a existência de pessoas migrantes ilegais de forma natural ou “intrínseca”, conformando-se como ameaças (Rojas Wiesner, 2020; De Genova, 2017; 2010). Esse discurso também é promovido pelo Estado na figura de seus representantes políticos, como a fala de Kamala Harris citada no primeiro capítulo.

Essa condição jurídica produzida pelas leis e políticas migratórias no contexto latino-americano tem gerado trabalhadores e trabalhadoras migrantes potencialmente submissos (Izcara Palacios e Andrade Rubio, 2004), tendo-se em vista os índices da migração na região e a oferta de trabalho. A irregularidade é ambígua, e o processo de chegada e construção de vida das pessoas migrantes é cotidiano, nos “micro espaços” da vida (Mezzadra, 2012, p. 162).

As políticas migratórias restritivas atuais se desenvolveram dentro de um processo histórico, iniciado nos anos 1990, quando começam a emergir práticas e técnicas de securitização e restrição vinculadas com a grande oferta de força de trabalho flexível presente nas Américas. As classes trabalhadoras empobrecidas e em mobilidade se tornam eixo específico das políticas de controle da migração e do discurso público do medo. A identidade migrante irregular ou ilegal, constrói-se como ameaça simbólica à paz e “normalidade”, intrusão que ataca a segurança do Estado (Mezzadra, 2012, p. 165).

A influência imperialista dos Estados Unidos no mundo impacta substancialmente nesse processo que já vinha sendo construído, a partir do marco dos atentados terroristas de 2001, quando começa a se propagar de forma muito forte, principalmente no México, uma agenda de securitização em prejuízo a migrantes, sobretudo em trânsito ou latino-americanos (Muñoz Bravo, 2016).

Toda pessoa migrante ilegal/indocumentada/irregular está reconhecida no discurso político e social, pelo menos implicitamente, assim como também estão definidas e reconhecidas enquanto existentes – materialmente – nas leis. Dessa forma, as políticas migratórias, orientadas por interesses econômicos específicos nacionais, regionais e globais, tem a função de “estabelecer un sistema de diques para producir, en última instancia, ‘un proceso activo de inclusión del trabajo migrante a través de su ilegalización’” (Mezzadra, 2012, p. 171).

Uma das facetas persistentes das leis migratórias é que a migração tende a ser tratada quase sempre desde uma lógica de integração ou incorporação do diferente, fazendo-o tornar-se parte da sociedade de destino como algo “dela própria”, ao menos enquanto for útil economicamente (Mezzadra, 2012, p. 166). Outro aspecto marcante é que a identidade migrante deve ser tutelada, vigiada e controlada de forma contínua, não sendo interessante que ela deixe de ser migrante.

A concepção de tutela está influenciada pela ideia do humanismo derivado do pensamento europeu burguês, como lembra Aimé Césaire em seu *Discurso sobre o colonialismo*, texto publicado pela primeira vez em 1950, e que desmantela o que foi a prática colonial europeia nos territórios colonizados com exemplos, apontando que a narrativa que as sustentava na Europa era a do humanismo: “Dos valores outrora inventados pela burguesia e lançados por todo o mundo, um deles é o do homem e do humanismo – e vimos em que isso deu” (Césaire, 2020, p. 73).

Na mesma lógica de influência estão os direitos humanos, argumentação advinda do humanismo, repaginado na forma da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Por fim, tem-se ainda a “perspectiva humanitária”, vinculada às duas ideias anteriores e presente hoje como bases de sustentação das leis e políticas migratórias, principalmente em contextos de crise e emergência, como vem sendo nos últimos cinco anos os casos do Brasil e do México, que em um período semelhante tiveram novas leis aprovadas e regulamentadas: entre 2011 e 2012, no México; e em 2017 no Brasil.

Textualmente, ambas anunciam de forma introdutória o respeito, inspiração ou paradigma dos direitos humanos como tônica do documento, mas os próprios textos das leis e das regulamentações sequer chegam a desenvolver o que isso significaria, apresentando portanto apenas termos e conceitos, palavras vazias de conteúdo e desenvolvimento, visivelmente funcionando como uma retórica abstrata em nome desses valores humanos e universais.

A seguir, se buscou construir a análise das leis migratórias atuais a partir de uma leitura crítica, dirigida pela discussão dos paradigmas do humanismo, da perspectiva racial e da perspectiva de gênero, procurando entendê-las de maneira mais profunda, para pensar as dinâmicas migratórias em crise nos dois países.

México:

A nova Lei de Migração foi aprovada e publicada em Diário Oficial em 25 de maio de 2011, e sua regulamentação é de 28 de setembro de 2012⁴, tendo passado por algumas reformas. No contexto de sua publicação, foi acompanhada ainda de uma reforma constitucional no país, que incorporaria o “paradigma dos direitos humanos” à constituição mexicana. A nova lei, embora apresente esse paradigma, também possui “cadeados” (Muñoz Bravo, 2016, p. 357), aspectos que podem dificultar a entrada no país e a regularização, dependendo principalmente da condição econômica da pessoa.

Como um exemplo dessa restrição econômica, a lei obriga, por exemplo, que quem queira modificar seu tipo de permanência no país deve sair do território nacional para fazê-lo. Também não trata com especificidade o tema da migração de trânsito, tema histórico no México, pois não garante nenhum mecanismo de “salvo conduto” que permita às pessoas migrantes passarem pelo território sem sofrer constantes abusos de poder de autoridades estatais, problema bastante recorrente que as pessoas migrantes enfrentam no país.

O Artigo 1 apresenta os objetivos da lei, que trata da regulação de ingresso e saída de “mexicanos e estrangeiros” do território mexicano, e ainda da permanência de “estrangeiros” nele. Também traz definidos alguns “marcos” sob os quais se constrói a lei: respeito, proteção e

⁴ A lei completa está disponibilizada no site do congresso federal mexicano, podendo ser acessada no link: <https://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/ref/lmigra.htm>. Sua regulamentação pode ser vista na íntegra em: <http://www.ordenjuridico.gob.mx/Documentos/Federal/html/wo88430.html>.

salvaguarda dos direitos humanos; contribuição ao “desenvolvimento nacional”, preservação da soberania e da segurança nacional.

O artigo 2 define o México como um país de múltiplas formas de migração – origem, trânsito, destino e retorno – e apresenta quais os princípios que sustentarão a política migratória mexicana. Eles não aparecem enumerados, mas é possível identificar ao redor de 14 no total, Pensando a tônica da perspectiva humanista/humanitária caberia destacar: o respeito irrestrito aos direitos humanos de migrantes, nacionais e estrangeiros sem importar a origem, nacionalidade, gênero, etnia, idade e situação migratória.

Estabelece princípios de “hospitalidade e solidariedade; integração social e cultural baseada no multiculturalismo”; e “liberdade de eleição”, desde que as culturas e costumes das comunidades de origem não sejam contravenções às leis mexicanas; facilitação da mobilidade internacional de pessoas salvaguardando a ordem e a segurança. Por fim, se fala em uma “tradição humanitária do México” em conjunto com órgãos da sociedade civil e do compromisso com os direitos humanos, com o desenvolvimento e com a segurança nacional, pública e fronteiriça (*Ley de Migración*, 2011, p. 2-3). Define também “grupos vulneráveis” como: menores de idade, mulheres, indígenas, adolescentes, pessoas de terceira idade e vítimas de delito” (*Ley de Migración*, 2011, p. 3).

O artigo 3 define as figuras da política migratória, um total de 36 enumerados em números romanos. O I define “autoridade migratória” como o servidor público que exerce funções e atos de autoridade em matéria migratória; o item IX define “cota: número máximo de estrangeiros para ingressar para trabalhar no país”; “XI: Estação Migratória: a instalação física que estabelece o instituto para alojar temporariamente os estrangeiros que não comprovem sua situação migratória regular, enquanto se resolve sua situação migratória”. “XIV: Instituto: o Instituto

Nacional de Migração⁵ (*Ley de Migración*, 2011, p. 3-4). São definidas ainda as figuras de estrangeiro, migrante, refugiado e situação migratória.

O Título Segundo é sobre “direitos e obrigações dos migrantes”. Ali figura o artigo 7, que afirma que a liberdade de toda pessoa a ingressar, transitar, permanecer e sair do país está limitada pela Constituição, além de tratados e convênios internacionais. O “livre trânsito é um direito de toda pessoa e dever de qualquer autoridade o promover e respeitá-lo”, afirmando que apenas as autoridades competentes poderão exigir que uma pessoa comprove sua “nacionalidade e situação migratória” no exercício desse direito (*Ley de Migración*, 2011, p. 5).

A lei traz dispositivos de controle das pessoas migrantes, como o artigo 16 que afirma que sempre que requerido por autoridades migratórias, é obrigação da pessoa migrante mostrar documentos que comprovem sua situação migratória regular. O documento segue falando das autoridades em matéria migratória, posteriormente sobre os “movimentos de entrada e saída” do país, possibilidades de visto e de permanência em território mexicano.

Entre Tapachula e Puebla, quando do retorno à casa depois do trabalho de campo em 2021, registrei as abordagens e reténs pela estrada em que transitava o ônibus em que viajava:

“13.10.2021: ir embora. Tapachula, Chiapas → Puebla → San Luis Potosí.

Primeiro retém, onde o ônibus para num ponto e agentes da migração sobem no carro e, pessoa por pessoa, decidem se pedirão documentos migratórios e se farão perguntas. Cidade: Huehuetán. Segundo retém, o ônibus para em um terminal e é solicitado que todos desçam para passar por um “Check Point” com raio-x. Todos devem passar, inclusive suas próprias bagagens. Na entrada há a Guarda Nacional. Havia um agente que me abordou e perguntou o que significam minhas tatuagens. Também perguntou de onde eu era, porém não pediu meus documentos. Nesse retém havia também um cachorro trancado numa gaiola e agentes da migração. Cidade: Huixtla. De volta ao ônibus.

Outro retém na estrada, ônibus para. Estamos a 8 km de Tonalá, perto de “puente quetzaltapa. Sobem agentes, abordam algumas pessoas, vamos embora. Chegamos à Tuxtla Gutierrez, e na saída da cidade há um novo retém. Há GN e há INM. Ônibus

⁵ O INM é anterior à lei de 2011, tendo sido criado no ano de 1993 por meio de decreto de governo, como um órgão administrativo descentralizado que, posteriormente, em 2005, se incorpora ao Sistema Nacional de Segurança e à Secretaria de Governo (Durand, 2011, p. 473).

segue. Andamos pouco, há outro retém na estrada. Onibus para, agentes sobem, abordam pessoas. Seguimos viagem. Na estrada entre Puebla e San Luis há um retém, o ônibus para. Agente da migração sobem, uma mulher se aproxima de mim. Me aborda. Me pergunta meu nome, me pede minha identificação, lhe entrego meu visto (o cartão migratório). Ela pergunta então se sou estudante, eu respondo que sim. Pergunta onde eu estudo, eu respondo. Perguntas secas, pontuais, respostas iguais. Me devolve meu cartão, se vira e vai embora. Um encontro seco.

(...) Por todo o caminho não vi nenhuma pessoa ser obrigada a descer do ônibus. Vez ou outra agente do INM demorava um pouco mais, fazia mais perguntas. Todos que foram abordados apresentaram documentos.

Esse trajeto todo que fiz realmente não é muito frequentado por pessoas brancas, assim com um referencial de branco em mim mesma: pele muito clara, cabelo claro. A maioria tem traços indígenas, peles de tons bronzeado, café, marrons, preto. Pessoas chamadas mestiças, pardas, mulatas, como muito se disse no Brasil. Indígenas. Todos falam espanhol muito bem, as conversas são sempre em espanhol ou algum idioma que não conheço, não sei nomear. Não escuto português nesse caminho pra casa. Não escuto inglês. Escuto crioulo, francês, espanhol. Há mulheres, homens, crianças, bebês. Famílias e homens sozinhos. Não vi nenhuma mulher sozinha” (Scavitti, Diário de Campo 2020-2021, p. 46-47).

O caminho feito na ida, desde o estado de San Luís Potosí ao de Chiapas, foi o mesmo ao contrário. Nesse trajeto, no entanto, não havia tantos *retenes* como havia para sair de Chiapas rumo ao centro do país. Comecei a notar mais a presença da Guarda Nacional, INM e mesmo Exército a partir do trajeto San Cristóbal de las Casas a Tapachula, ambas em Chiapas. Mal havíamos saído, pela noite, da cidade, quando o ônibus já foi abordado na pista pela Guarda Nacional, e dois agentes subiram no carro. Eles pararam na frente, observando em silêncio depois de um rápido saludo, e logo passaram a percorrer todo o corredor, enquanto todo mundo permaneceu em silêncio. Depois desceram e seguimos viagem.

Em entrevista com Lucho, um homem branco, conversamos sobre as abordagens por perfilamentos raciais e racistas, feitas por agentes migratórios, regidos pela *Ley de Migración*, baseada ainda em algo que era recorrentemente discutido pelos estudos migratórios no país, perguntei se nos ônibus de viagem realmente era perigoso ser abordado, mesmo a pessoa tendo passaporte. Comentei que um interlocutor migrante negro, que estava vivendo temporariamente

em Tapachula, me havia relatado ter sido abordado diversas vezes na cidade, mesmo tendo sua documentação em “ordem”:

Lucho: *Me lo imagino que es de Haití, que es moreno, ¿No? Se sube en un camión y los bajan de los pelos. Así me ha tocado, eh. A veces ni me preguntaban a mí, pero cuando me preguntan “de dónde soy”, “de Argentina”, “ah ok, está bien”. “Soy estudiante”. “No me importa”* [atuando como se fosse um agente de migração perguntando às pessoas, indicando a próxima a ser perguntada]. *“¿De dónde son? Abajo. Abajo. Voy, Voy, voy”* [segue imitando um agente mandando que as pessoas desçam de dentro do ônibus]. *Ajá. Lamentablemente, es así.* (Lucho, trabalhador humanitário e migrante argentino, 05 de abril, 2021).

O Título Quinto da lei é específico sobre as pessoas migrantes que transitam pelo México, começando pelo artigo 66 que afirma que essa situação migratória não impede o exercício de direitos e liberdades reconhecidos em Constituição. Os artigos 67 e 68 falam da migração “irregular”, definindo situações em que, se ocorrem, são passíveis de detenção e até deportação “em casos previstos por lei”. Os itens e artigos que seguem possuem a mesma tônica com relação ao que se chama “*presentación*”, que na prática é a apreensão dessa pessoa, além de “revisão da condição migratória” e questões relativas às Estações Migratórias (capítulo VI).

Algo também muito importante é que nela se estabelecem prazos limites nos quais as autoridades migratórias devem atuar e “resolver” casos de migração (*Ley de Migración*, 2011, p. 17-20), o que na prática e justificado pela pandemia de Covid-19, foi constatado em campo e amplamente denunciado pelas pessoas migrantes, ativistas e trabalhadores, não se cumpria, o que contribuiu para gerar situação de contenção e espera incerta no território mexicano.

Com relação às Estações Migratórias, o artigo 106 define que “não se alojará a um número de migrantes que supere a capacidade física da Estação Migratória assignada”. O artigo 107 define em 10 itens os “requisitos mínimos de uma estação migratória”, entre os quais a prestação de serviços de assistência médica, jurídica e psicológica, atenção à requerimentos alimentícios como quantidade de refeições no dia e aspectos de qualidade e nutrição. Os artigos 108 e 109

falam sobre a convivência dentro da Estação e definem que “a ordem e a disciplina” estarão baseadas nos direitos humanos. Os “*presentados*” possuem 15 direitos. O capítulo VII trata de pessoas em situação de vulnerabilidade, definidas no artigo 113 (*Ley de Migración*, 2011, pp. 21-23).

Com relação à lei de migração no país, entrevistei uma advogada e trabalhadora humanitária, colega de Lucho e que vivia e atuava entre a capital e o norte do país. Na época da entrevista, Alma trabalhava na “*Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos A.C.*”, uma organização que segundo ela levava mais de 30 anos atuando no México, se dedicando a atender casos de violações graves de direitos humanos no país, que podiam ser em diversos âmbitos, não só com relação às migrações.

Na conversa, me explicou que começaram a atuar em casos de pessoas migrantes porque muitas denúncias de violações de direitos humanos vinham de pessoas em mobilidade pelo país, presas em Estações Migratórias ou fora delas. Assim, a organização foi notando diversas inconsistências e problemas com a lei de migração mexicana com relação à fiscalização de documentos, principalmente nos casos de *presentación* e detenção nas Estações.

Alma: parte importante de lo que yo, este... Peleo o los juicios que llevamos es por temas de detención, porque justamente la detención migratoria, eh... Lo que nosotros argumentamos en la organización y lo que se dice a nivel internacional a los estándares internacionales es que la detención tiene que ser excepcional y la detención, tal y como la establece la ley de Migración, está en contra de lo que dice la Constitución y los tratados internacionales, entonces es inconstitucional (...) Pues básicamente el Instituto, el Ejército Nacional, la Guardia Nacional, la Policía Federal tienen facultades para pedirle a cualquier persona que le verifique, le compruebe su estatus migratorio, o sea... Así de tener una persona, o sea de tener, me refiero a físicamente decirle “oye, para y dame y muéstrame tus papeles”. Entonces esta es una práctica inconstitucional, o sea, es violatoria de derechos humanos porque pues se basa en perfilación racial, pues atenta contra el derecho de movilidad de las personas, ¿no? De libre tránsito. (...) Si una persona no puede comprobar que tiene una estancia legal de acuerdo a la ley de Migración, lo que hace el agente de Migración o quien esté haciendo la detención es que la presenta. Es... Así se le dice legalmente es una presentación, o sea, la arresta. Así lo diríamos como en términos más relacionados al derecho penal, ¿no? (...) A la persona se

le priva de su libertad y se le traslada a las instalaciones del Instituto Nacional de Migración. En la mayoría de las entidades de los estados del país, lo que sucede es que las llevan a las... Estaciones Migratorias. O sea que es básicamente una prisión. O sea, no tienen nada diferenciado, nomás el nombre es lo diferente. La llevan ante otros agentes de Migración. Esos agentes en ese momento inician un procedimiento administrativo migratorio, eh... Y entrevistan a la persona y le dicen bueno, este... Le piden todos sus datos y le pide que presente sus documentos para establecer porque está en el país. Entonces, lo que dice la ley es que... Cuando una persona se le presenta ante el Instituto y se le inicia este procedimiento, en el tiempo en el que el instituto resuelve su caso, la pueden alojar, y alojar es el eufemismo, o sea la palabra, este... que usan para decir privar de su libertad dentro de una Estación Migratoria. Lo que está muy grave es que la detención prácticamente es automática. O sea, si a una persona la detienen, o sea arrestan, la llevan ante el Instituto y demuestra que no tiene papeles. En ese momento el Instituto siempre, siempre la va a detener. Entonces, eso contradice el principio de excepcionalidad, ¿no? O sea que dice: tú vas a detener una persona cuando sea el último recurso posible, porque privar de su libertad a alguien es muy, muy grave para para su integridad física, personal, ¿no? Le genera muchos daños a una persona estar privada su libertad. Entonces, pues ya. Desde ahí estamos mal, ¿no? O sea, ya a todas las personas que no tengan documentos y las detenga Migración las van a llevar a una Estación Migratoria y las van a privar de su libertad. Y luego, lo que también está mal es que la ley dice, que el procedimiento puede durar 15 días, pero esos 15 días se pueden alargar. Por causas que son así completamente al árbitro de Migración. O sea, ellos pueden decir: “es que no me contestó tu consulado para decir si tú eres nacional en este país”. “Es que hay muchos casos”, “es que no conseguí traductor”, es que... lo que sea, por cualquier excusa te pueden alargar el procedimiento. Y cuando una persona solicita que la reconozcan como refugiada, o pide asilo político, o inicie un procedimiento de apátrida, cualquier procedimiento aparte del procedimiento migratorio, pues... Esa es una razón que dice la ley: En los casos en los que se inicie otro procedimiento administrativo, el plazo para que la persona esté detenida es indefinido. Entonces, por eso nos encontramos con personas que pueden durar más de un año, privados de su libertad, ¿no? Y también eso es gravísimo, porque también algo que ha dicho la Corte Interamericana, por ejemplo, ha llevado muchos casos al respecto. Ha dicho que la detención migratoria no puede tener fines punitivos, o sea, de castigo. No puedes detener a una persona y por tanto tiempo que ya en sí misma la detención está siendo un castigo para la persona, ¿no? Pues, esto es lo que peleamos mucho en los tribunales. Es una discusión muy cansada, porque Migración siempre... O la autoridad mexicana siempre te va a decir: una detención migratoria no es lo mismo que una detención penal. O sea, no los estamos deteniendo porque estén cometiendo un delito. Entonces no les deben de aplicar ninguna de las garantías al de la privación de la libertad, ¿no? **Y no lo estamos castigando, los estamos alojando, es un alojamiento humanitario, se les está dando comida, dónde dormir, atención médica gratuita, entonces no los estamos violentando sus derechos, y esto es en su beneficio. Incluso a veces dicen que es mejor para ellos estar detenidos que estar fuera. ¿No? Pues ahí hay que es una batalla de demostrarle al juzgado, ¿no? De que oye, pues... Independientemente si le llamas alojamiento o detención o como quieras llamarle, es una privación de la libertad y está vulnerando la integridad física de la persona** (Alma, advogada, mexicana, 24 de marzo, 2021).

O capítulo VIII da lei fala de casos de “retorno assistido” e deportação de estrangeiros que se encontrem irregularmente em território nacional (*Ley de Migración*, 2011, p. 24). Com relação aos nomes dados aos procedimentos, Alma observou que em grande medida se trata de recursos jurídicos e burocráticos que no fim das contas violam os direitos das pessoas migrantes, porque se constroem e são aplicados de forma confusa, com parte das informações dadas de forma incorreta ou simplesmente não dadas. Como essas figuras estão contidas na lei, torna-se legal expulsar pessoas do país.

Alma: la Ley de Migraciones es complicada, o sea no es accesible, y todos estos términos de lo que te decía de la presentación, el alojamiento, o sea, ¿todos son cuestiones que confunden, no? O sea, por ejemplo, la mayoría de las personas que son expulsadas del país de México se les hace a través de... Se les saca a través de un retorno asistido, así se llama. Y se supone que es algo que es voluntario, ¿no? O sea, que las personas dicen: me puedes regresar a mi país por favor, ¿México? Y ya, ya las regresan. Y es un acto casi, casi de caridad del Estado mexicano, de que éste te regresa a tu país. Pero la verdad es que es una expulsión, o sea, no es una deportación, porque una deportación requiere de un proceso diferente, y que casi nunca lo hacen porque... Tiene que justificar, este... La autoridad migratoria la razón por la cual está sacando a la persona, es un proceso largo y la gente casi siempre dice: ¿sabes qué? Mejor ya regrésame, no me quiero quedar meses aquí detenida (Alma, advogada mexicana, 24 de março, 2021).

Mais adiante, no Título Sétimo, se falará de “sanções” a uma ampla gama de atores, entre eles às pessoas migrantes e nacionais que incorram em faltas com a lei, às empresas de transporte e suas responsabilidades e a agentes migratórios. Também se tem contemplado na lei delitos e penas. Por fim, tipifica-se a questão do tráfico de migrantes (*Ley de Migración*, 2011, p. 27).

A palavra soberania aparece duas vezes no texto, no artigo 1 e na parte sobre deportações, como o artigo 144, onde se afirmará que no caso de que a pessoa estrangeira “por seus antecedentes no México ou em outro país, possa vir a comprometer a soberania nacional, segurança nacional ou a segurança pública, a deportação será definitiva” (*Ley de Migración*,

2011, p. 28). Já a sua regulamentação⁶ não apresenta a palavra nenhuma vez. São 162 artigos na lei, no total.

O termo “raça” não aparece nenhuma vez no documento, nem em sua regulamentação. Já o termo “etnia” aparece uma vez ao início do texto da lei e “gênero” aparece quatro vezes, em uma delas defendendo-se a adoção, pelo documento, de uma perspectiva de gênero. Já no regulamento, a palavra “etnia” aparecerá uma e “gênero” três vezes.

O termo “humanitário” aparece três vezes na lei, vinculado à ideia de estadia “com critérios humanitários”, para definir que a Secretaria deve atuar com “atos humanitários” e no artigo 76, que define que o INM “não poderá realizar visitas de verificação migratória nos lugares onde se encontrem migrantes albergados por organizações da sociedade civil ou pessoas que realizem atos humanitários (...)” (*Ley de Migración*, 2011, p. 18). O termo ainda aparece uma vez no regulamento para caracterizar “perfil humanitário e de assistência que estabeleça o instituto” com relação aos grupos de proteção a migrantes.

A lei é construída integralmente utilizando artigos e palavras no masculino ainda que mencione a ideia “perspectiva de gênero”. É uma lei que prevê em seu corpo diversas possibilidades de detenção de estrangeiros sem visto, afirmando que isso deve ocorrer respeitando os direitos humanos. Se pode caracterizar que, em seu conjunto, se trata de uma política migratória de caráter restritivo, que dificulta e restringe as condições de trânsito e legalização, gerando como consequência a irregularidade ou indocumentação (Willers, 2016), ou reconhecendo a existência dessa figura em seu território: o migrante irregular.

Brasil:

⁶ O *Reglamento de la Ley de Migación* foi publicado em *Diário Oficial de la Federación* (DOF) em 28 de setembro de 2012 e sua última reforma publicada em DOF em 23 de maio de 2014.

O Brasil teve por muitos anos vigente uma lei migratória conhecida como Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815 de agosto de 1981, período da ditadura civil-militar no país. O pensamento político vigente no momento de sua aprovação influenciava diretamente a forma como as pessoas migrantes – e estrangeiras – eram vistas e tratadas no país. Essa lei vigorou até o ano de 2017, quando foi aprovada a nova Lei de Migração, Lei nº 13.445 durante o governo de Michel Temer (Scavitti, 2017).

O Artigo 1º apresenta a nova lei, “os direitos e deveres do migrante e do visitante”, e regula a entrada e estadia no Brasil. Configura-se a primeira definição indireta da “pessoa migrante”, categorizada de forma diferente do “visitante”. O parágrafo 1 definirá de forma absoluta, no item II, a figura de imigrante como: “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil”⁷ (Lei 13.445, 2017).

Já o artigo 2º garante as especificidades de alguns contextos migratórios contemplados em outros dispositivos, como é o caso dos refugiados e asilados, reafirmando a distinção jurídica entre diferentes pessoas migrantes dentro do país. A figura “imigrante” não é definida em termos de gênero ou qualquer outro elemento identitário que poderia vir implícito, figurando apenas as palavras “imigrante” ou “visitante”. Em seguida, a seção II apresenta os “princípios e garantias” que devem orientar a política migratória brasileira. São 22 itens ao total, destacando-se:

⁷ No âmbito da aprovação da lei, a proposta inicial trazia uma definição contemplada em item I, referente à figura migrante, e que era mais ampla, “pessoa que se desloca de país ou região geográfica ao território de outro país ou região geográfica, incluindo o imigrante, o emigrante, o residente fronteiriço e o apátrida”. O veto, que partiu do Ministério da Casa Civil do governo da época, foi justificado da seguinte forma: O dispositivo estabelece conceito demasiadamente amplo de migrante, abrangendo inclusive o estrangeiro com residência em país fronteiriço, o que estende a todo e qualquer estrangeiro, qualquer que seja sua condição migratória, a igualdade com os nacionais, violando a Constituição em seu artigo 5º, que estabelece que aquela igualdade é limitada e tem como critério para sua efetividade a residência do estrangeiro no território nacional”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/Msg/VEP-163.htm

“I – Universalidade, indivisibilidade, e interdependência dos direitos humanos; II – repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; III – não criminalização da migração; IV – não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional; VI – acolhida humanitária; XI – acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; XXI – promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei e XXII – repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletiva”. (Lei 13.445, 2017).

De maneira integral, na escrita do texto é possível notar a utilização predominante de artigos no masculino antecedendo a palavra imigrante como, por exemplo, “do” ou “ao”. Nem na lei, nem no decreto a palavra gênero é encontrada. Tampouco as palavras “sexo” e “mulher”, usadas para fazer distinção ou falar em especificidades. Possui um item referente ao combate à xenofobia e ao racismo, embora não haja desenvolvimento sobre os temas diretamente e suas formas de combate nem na lei, nem posteriormente em sua regulamentação⁸. As palavras “racismo” e “xenofobia” são encontradas uma vez no texto da lei, enquanto “preconceito” não aparece nenhuma.

O artigo 4º garante direitos ao imigrante em território nacional em “condição de igualdade com nacionais”: direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Fala-se de “I – direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos”, mas não se mencionam os direitos políticos. Quando se menciona alguns direitos que podem ser vinculados aos políticos, o texto utiliza de certos adjetivos vagos (e de certa forma “subjetivos”) para implicitamente atacar

⁸ A regulamentação da Nova Lei de Migração, nº 13.445 de 2017 se deu através do Decreto nº. 9.199 em 20 de novembro de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm.

os direitos políticos, por exemplo: “VI – direito de reunião para fins pacíficos; VII – direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos” (Lei 13.445, 2017). .

Não há no texto uma construção sobre o que seria “caráter humanitário”. Se, como na lei mexicana, se supõe que a lei brasileira possui uma inspiração humanista e que sua tônica seja de não criminalização da migração, é fundamental destacar que em todo o texto predominam temas em que a migração internacional é objeto obrigatório de controle e penalidades. E, quando abordados os desdobramentos do humanismo, aparecem, por exemplo, na possibilidade do “visto humanitário”, ampliando-se as possibilidades de acolhida que talvez as decisões do CONARE não abarcariam.

O visto humanitário no Brasil foi um instrumento jurídico e burocrático, aplicado para grandes contingentes de pessoas chegando ao mesmo tempo no país em um contexto de vulnerabilidades, porém não expressamente em decorrência das situações jurídicas contempladas pela figura do refúgio. E, mesmo em casos em que a pessoa iniciasse o processo de solicitação de refúgio – como foi o caso da migração haitiana, venezuelana e síria, no período da guerra da Síria, ela poderia acessar esse visto de forma mais rápida, quase coletiva. Por exemplo, a decisão mais atual que concede refúgio à imigração venezuelana, que parte do entendimento do CONARE é que na Venezuela há “grave e generalizada violação de direitos humanos” (Junger, Cavalcanti, Oliveira e Silva, 2022), uma figura jurídica que não está no Estatuto do Refugiado.

O capítulo 14 versa sobre os tipos de vistos “temporários” concedidos “ao imigrante”, entre eles, no item II, “§ 3º O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou

de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento”. (Lei 13,445, 2017).

O termo humanitário aparecerá outras duas vezes na lei, no artigo 19 garantindo que o pedido de refúgio pode ser feito com a documentação que a pessoa possuir, e afirmando que não será realizado processo de repatriação em casos de que a pessoa conte com o visto humanitário. O decreto, no artigo 145, fala da autorização de residência em casos em que ocorre “violação grave aos direitos humanos ou ao direito internacional humanitário”. Não se apresenta definição de “direito internacional humanitário”, restando a suposição de que o texto se refere à declaração universal dos direitos humanos.

A lei atribui à Polícia Federal a função de gerir entrada e saída de pessoas do “território nacional”, atuando em fronteiras. Possui uma seção inteira tratando da deportação (capítulo V), bem como uma para falar de infrações e penalidades administrativas (capítulo IX). Por fim, o capítulo X traz disposições sobre tráfico de pessoas. No lugar de desenvolver o que seria essa inspiração humanista e humanitária, os conceitos apresentados e posteriormente as ferramentas da lei, tanto no texto em si como o texto da regulamentação, gastam mais palavras desenvolvendo a discussão sobre restrição, punição e controle de certas formas de migração.

A lei brasileira possui 125 artigos no total, alguns vetados na votação e aprovação. O termo etnia não aparecerá nenhuma vez na lei, mas aparecerá duas vezes no regulamento: no artigo 3 onde se veda negar visto, residência ou impedir entrada por motivo de etnia (não menciona raça) e proibindo deportação, repatriação e expulsão ao indivíduo que possa estar em risco em decorrência de sua etnia. Nem a lei, nem o decreto de regulamentação trazem as palavras “soberano” ou “soberania”.

A formulação e aprovação dessa lei ocorreu num contexto de muita mobilização histórica e pressão de diversos ativismos políticos migrantes que, em especial na cidade de São Paulo, geraram amplo caldo intelectual e político que fomentou sua elaboração, embora na época da aprovação e regulamentação muitos aspectos considerados avanços acabaram ficando de fora. Um dos principais problemas apontadas pelos ativismos migrantes com relação à nova lei foi escantear o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) a uma participação lateral na política migratória, e conferir ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal o poder de regulamentar e aplicar a política migratória (Quintanilha, 2019).

Características da Crise Migratória no Brasil e México:

Os dois países abrangem diferentes dimensões dos deslocamentos populacionais: emigração, imigração, circulação temporária e retorno. Dada a importância econômica e territorial que cada um possui na sua respectiva região, os estudos migratórios em geral vem apontando um incremento da presença migrante e estrangeira nas duas últimas décadas em ambos (Gómez Johnson e Espinosa Moreno, 2020; Tonhati e Macedo, 2020; Quintanilha, 2019; Azeredo Alves e Jarochinski Silva, 2018; Gilberto Bosques, 2015; Asakura e Falcón, 2013; Serrano, 2011; entre outros).

A presença migrante em cada uma das sociedades trouxe desafios e alimentou velhas tensões e debates com relação às condições de trânsito e vida das pessoas migrantes, sobretudo aquelas em condições de vulnerabilidade social⁹. Diante do contexto econômico, social e político em que vivemos, observando os estudos migratórios e pesquisas produzidas nos últimos

⁹ Utilizo as definições do dicionário Priberam da Língua Portuguesa, onde o adjetivo vulnerabilidade aparece como a qualidade do vulnerável, que por sua vez se define como “ferido” ou “atacado”, acrescentando ainda a dimensão social ao entender que condições de violações de direitos humanos e violências que afetam significativamente a vida se produzem em contextos políticos e sociais e dimensionam a experiência de vida e migração dessas pessoas, destacando portanto sua dimensão social e política para combater a naturalização da vulnerabilidade. Consultado em: <https://dicionario.priberam.org/vulnerabilidade>.

dez anos, como também os dados estatísticos oficiais de Estado, especialmente dos últimos quatro anos, é possível traçar paralelos entre as imigrações nos dois territórios.

Metodologicamente, é importante ressaltar que os dois países possuem autoridades de gestão da migração distintas, bem como dispositivos de gestão também diversos. Como exemplo, México possui uma estrutura completa, jurídica e material pelo território, para a detenção de pessoas migrantes e de deportação, enquanto o Brasil não possui nada semelhante. Dessa forma, e tendo em vista ainda a diferença entre as diferentes instituições de Estado, os dados oficiais que são coletados, compilados, divulgados e posteriormente aqui analisados, não o são da mesma maneira. Destaca-se assim que as fontes de dados estatísticos são provenientes da COMAR e do INM no México e da PF, CONARE e do trabalho específico de compilação e divulgação do Observatório das Migrações (OBMigra)¹⁰.

Tendo em vista a diversidade metodológica e procedimental de organização de dados quantitativos sobre migração, buscou-se aqueles que expressam e caracterizam as migrações mais vulneráveis no país. Questões como entradas por fronteiras terrestres, acesso a vistos humanitários¹¹, solicitantes de refúgio e refugiados, detidos e deportados (no caso mexicano) relacionadas principalmente às principais nacionalidades que figuram entre essas pessoas migrantes. Em ambos os contextos, focou-se nas migrações de/em crise, marcadas por violações de direitos e condições de vida e trânsito precárias, que enfrentam as piores condições de migrações e que já vem vulnerabilizadas por questões estruturais desde os países de onde saem.

¹⁰ No caso do México, os dados estatísticos são compilados por períodos entre mensal, trimestral e anual e podem ser encontrados nas páginas das instituições COMAR e INM, envolvendo esse trabalho completo de produção, compilação, sistematização e divulgação. No caso do Brasil, os dados da migração estão mais dispersos entre diferentes bases de dados, como O Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) e o DATAMIGRA, além de outras bases que contém informações de migração. O OBMIGRA divulga relatórios e compilações também de diferentes periodicidades, como mensais e anuais.

¹¹ Ambos os países possuem essa modalidade de visto, derivada de diferentes razões e dispositivos.

Dessa forma foi possível estabelecer que o primeiro paralelo é o perfil identitário, racial e nacional principalmente, dessa migração crítica.

A proximidade entre México e Estados Unidos segue tornando o primeiro um “caminho” ao Norte e alvo direto das pressões externas estadunidenses em suas políticas migratórias, mas também já se pode perceber que o Brasil vem sendo um novo componente de um corredor migratório que se amplia, com notoriedade entre 2020 e 2022, período de mais intensidade da pesquisa e de pandemia a nível mundial, figurando como se fosse uma ponte ou trampolim – um novo país de trânsito e de origem de uma emigração que nesse território também era migrante.

As crises migratórias envolvem deslocamentos humanos de pessoas nascidas e que vivem entre os chamados países subdesenvolvidos, as migrações Sul-Sul (Muñoz Bravo, 2016, p. 335). A nomenclatura Sul e Norte Global não diz respeito à configuração geográfica do mundo, mas sim às ideias de avanço econômico e posições de desenvolvimento social desde uma perspectiva capitalista que possuem os países com relação à divisão internacional do trabalho (Pires, 2020, p. 38), revigorando os legados do racismo de Estado e do colonialismo por meio de mecanismos como dívida externa e a naturalização das periferias globais como fornecedores de força de trabalho em alto nível quantitativo (Quintanilha, 2019, p. 65).

Pensar a migração Sul-Sul envolve entender que os países estão determinados pelas dinâmicas do capitalismo global que faz com que setores da população se vejam condicionados a decidir migrar. O contexto latino-americano é especialmente marcado por crises políticas e econômicas que envolvem conflitos armados, governos autoritários e golpes de Estado, situações de desemprego constante e pobreza estrutural que, por sua vez, gera um cenário de constantes violências e formas de violação de direitos (Palacios, 2007; Gómez Johnson e Espinosa Moreno, 2020).

A maior parte das migrações internacionais de pessoas do Sul Global é acolhida por países também do Sul Global, como constata a ONU através de sua agência para refugiados, o ACNUR¹². Os fluxos atuais são variados em ambos os países. Envolvem mais de uma nacionalidade em chegadas massivas, diversos projetos migratórios diferentes, representam uma migração que literalmente caminha, com altos índices de entrada por fronteiras terrestres e possuem a ampla característica de serem considerados de alguma forma “irregulares” ou indocumentados (Gómez Johnson e Espinosa Moreno, 2020).

Com relação ao ano de 2021, para termos comparativos, a fronteira brasileira onde mais se registrou entrada de pessoas migrantes como solicitantes de refúgio foi a norte, no estado de Roraima (Pacaraima) (Refúgio em Números, 2022, p. 13), já as principais nacionalidades solicitantes de refúgio foram pessoas da Venezuela, Haiti, Cuba, China e Angola, e ao todo, o Brasil registrou em 2021 29.490 novas solicitações de refúgio (Refúgio em Números, 2022, p.11). No caso do México, o país registrou em 2021 129.951 novas solicitações de refúgio, sendo a maioria delas no estado de Chiapas, seguido da Cidade do México (COMAR, março,2022; abril, 2023). As principais nacionalidades solicitantes de refúgio para 2021 no país foram de pessoas do Haiti, Honduras, Venezuela, Chile, Brasil.

Na Conferência *Migración Mesoamericana. Retos conceptuales y metodológicos*, organizada pelo Centro Scalabriniano de Estudos Migratório de Brasília (CSEM), o acadêmico mexicano e ativista dos estudos migratórios Jorge Durand, abriu sua apresentação afirmando que o estudo das migrações é um compromisso com as pessoas que migram. O autor afirma que há um novo tipo de migrante na atualidade em que vivemos: aquela pessoa que não tem nada a perder, caracterizada pelo desarraigo: “*en el siglo XXI hay un panorama distinto. Los migrantes*

¹² Os dados relativos ao refúgio e migração forçada podem ser consultados no site oficial do ACNUR: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>.

ya no dicen que quieren volver, pero dicen: “aquí estamos, aquí nos quedamos” (CSEM, 2021)¹³. Segundo Durand, é a própria política migratória de criminalização que torna a migração um movimento sem retorno, sobretudo através da militarização das fronteiras:

“¿Qué migrante es ese de lo cual estoy hablando? ¿Quién es ese sujeto? Los desprotegidos, los que sufren las políticas migratorias que fomentan el desarraigo. Los 11 millones de “ilegales”. Los deportados, las familias divididas, los atrapados en el tránsito o en la movilidad. A esos sujetos me refiero” (CSEM, 2021).

México:

Na região da América Central, o México possui o maior PIB em comparação com os demais países (Céron e Wiesner, 2018). Ainda assim, tanto para mexicanos como para originais de países centro-americanos, os Estados Unidos constituem-se como principal destino da emigração: para o ano de 2015, 97% de emigrantes mexicanos e 78% de centro-americanos viviam nesse país (Céron e Wiesner, 2018, p. 14). O México tem sido lugar de abundante mão de obra pouco qualificada, com salários baixos e oportunidades laborais precárias (Bravo, 2016, p. 339) o que o torna um território contraditório para as imigrações. Até recentemente, as migrações centro-americanas empobrecidas que transitavam pelo país eram constituídas principalmente por homens migrando sozinhos, ademais de ser um perfil de pessoas jovens e de baixo nível de escolaridade, de forte caráter laboral e econômico (Céron e Wiesner, 2018, p. 16-17).

¹³ Como forma de padronizar as diferentes citações do trabalho, apresento o estilo das menções às falas em debates públicos e seminários virtuais etnografados durante o trabalho de campo em confinamento. Como se trata de citações diretas de falas de pessoas migrantes e/ou ativistas, optou-se por seguir o padrão de citação literal – para menores de 44 palavras, corrida no texto e a partir de 44 palavras iniciando com parágrafo. Ademais, optou-se ainda pela mesma fonte e tamanho de letra, espaçamento duplo com texto em itálico, e uso de aspas somente nas citações de menos de 44 palavras. Esse será o padrão adotado, portanto, a todas as falas mencionadas desde a etnografia virtual.

Os fatores de expulsão ou razões pelas quais as pessoas saem dos seus países de origem são explicados em muitas pesquisas sobre a migração na região centro-americana. Céron e Wiesner (2018) apontam a situação de violência e insegurança generalizadas na região como razões estruturais de expulsão, algo que aparece também nas reflexões de Durand (CSEM, 2021). Além disso, os impactos diretos de desastres naturais (Gilberto Bosques, 2015; Martínez, Cobo e Narváez, 2015; Quintero e Cantalapedra, 2016, Muñoz Bravo, 2016) e a falta de solução econômica e social para lidar com a reconstrução das áreas e vidas afetadas, são elementos que impulsionam a ampla emigração (Céron e Wiesner, 2018, p. 33-36;).

Outro elemento importante, relacionado à configuração política e econômica dos países é a questão do desenvolvimento e da pobreza (Gilberto Bosques, 2015, p. 46; Quintero e Cantalapedra, 2016; Céron e Wiesner, 2018, p. 37), fatores estruturais presentes na formação desses Estados nacionais e em suas relações políticas e econômicas, são assim motivos persistentes nas dinâmicas emigratórias. Por exemplo, a existência da violência organizada na forma das *pandillas* ou *maras* (Willers, 2016; Gómez Johson e Espinosa Moreno, 2020), relaciona-se intimamente com a política de deportações de pessoas criminosas aplicada pelos Estados Unidos nos anos 1980 e 1990. que deportou pessoas migrantes condenadas como criminosas aos seus países de origem, a maioria para El Salvador, Honduras, Nicarágua e Guatemala. Essas pessoas começam a se organizar atuando nesses países e transnacionalmente, nos Estados Unidos e no México. A violência, através de ameaças, extorsões, assassinatos, tráfico e sequestros, gera expressiva emigração e violações de direitos no trajeto (Durand, 2011; González, 2013; Gilberto Bosques, 2015).

A migração em trânsito pelo país segue enfrentando os mesmos perigos e riscos. O cálculo para efetivação do projeto passe pela ponderação deles e a decisão por assumi-los e seguir

viagem. Se trata também de uma migração de sobrevivência e muitas vezes de desespero, fruto de um cenário de violação sistemática de direitos humanos (Bravo, 2016, p. 337; Quintero e Cantalapiedra, 2016), envolvendo sociedade de origem, trânsito e destino. O território mexicano configura-se como um espaço de diversificadas possibilidades de violências em seu trajeto. Além disso, está a documentada atuação de agentes de Estado, como policiais e agentes migratórios, que praticam atos de corrupção principalmente na forma de extorsão das pessoas migrantes, utilizando-se de seus papéis de autoridades (Gilberto Bosques, 2015; González, 2013; Muñoz Bravo, 2016 Willers, 2016; Céron e Wiesner, 2018; Izcara Palacios, 2019).

Com relação, no entanto, ao debate da necessidade de uma perspectiva humanista ou humanitária de maneira formal ou jurídica, ano de 2006 foi um marco. Diante de intensa violência interna, os governos apresentam um projeto de política de guerra contra o “crime organizado”, com forte discurso de militarização e combate ao tráfico de drogas. Parte do contexto de insegurança e pobreza social que existia no país havia sido aprofundado pelo NAFTA¹⁴ (Durand, Casillas e Rigone, 2011). Em 2008 são sequestrados 33 imigrantes cubanos e 4 centro-americanos “indocumentados”, interceptados por um grupo armado e resgatados pela Armada de México próximo ao estado de Quintana Roo. Esse ano marca ainda a reforma na Lei de População que descriminaliza a indocumentação migrante. Em 2010, ocorre o Massacre de San Fernando, cidade no estado de Tamaulipas, quando foram encontrados os corpos de 58 homens e 14 mulheres migrantes assassinados (González, 2013).

Todos esses acontecimentos se transformaram em elementos de pressão para que houvesse mudanças na política migratória. Em 2011 é aprovada a primeira lei exclusiva nessa matéria,

¹⁴ *North American Free Trade Agreement*. Acordo político e económico assinado em 1994 pelo México, Estados Unidos e Canadá. No que diz respeito à circulação de pessoas na região, os mexicanos ainda necessitam visto para ingressar no território de seus parceiros comerciais (Durand, 2011, p. 458).

regulamentada em 2012. Já em 2014 é inaugurado o Programa Fronteira Sul na gestão do presidente Enrique Peña Nieto, cujo propósito anunciado à sociedade mexicana foi de proteção e salvaguarda dos direitos humanos das pessoas que ingressavam e transitavam pelo país, através do intento de ordenar os deslocamentos internacionais, principalmente na fronteira sul, numa perspectiva de intervenção securitista na região (Gilberto Bosques, 2015; Muñoz Bravo, 2016; Varela Huerta, 2016). Se trata ainda de um movimento de externalização de fronteiras estadunidenses com o México (Durand, 2011, p. 466; Quintero e Cantalapiedra, 2016).

Esse programa intensificou o controle migratório, com a presença de forças de segurança nas fronteiras, evidenciando um caráter de militarização e de segurança nacional, voltado para a contenção da migração centro-americana, gerando uma criminalização dessa migração, expressa por exemplo no significativo aumento das deportações e detenções de pessoas dessas nacionalidades na época e uma diminuição de detenções realizadas pelas autoridades estadunidenses na fronteira norte mexicana. (Muñoz Bravo, 2016).

Além da migração centro-americana que é histórica e está mais massiva na última década, também se aponta o incremento da migração transcontinental proveniente de países africanos, asiáticos e da Europa Oriental, além de países sul-americanos e caribenhos, como é o caso do Brasil, Colômbia, Haiti, Cuba e da Venezuela. A perspectiva com relação ao refúgio vem se modificando no país, e em que pesem as diferenças das categorias refúgio e asilo¹⁵, entre os anos de 2001 e 2011, houve um número baixo de solicitações de refúgio, e menor ainda de casos aceitos: 4.569 feitas para 1.455 aprovadas, com nacionalidades em sua maioria de Colômbia,

¹⁵ Asilo político e refúgio são tratados de formas diferentes, dependendo do país. As duas categorias figuram como juridicamente possível em sistemas como o brasileiro e o mexicano, e num certo sentido entende-se aqui que refúgio hoje abarca também a condição de se ter “asilo político”. É que a figura do refugiado é criada após a Segunda Guerra Mundial, em 1951 com a Convenção da ONU e em 1967 efetivamente como um Protocolo que estabelece as condições para se pedir refúgio e, assim, a identidade de um/uma refugiado/a.

Haiti e El Salvador (Durand, 2011, p. 465). O ano de 2016 é marcado pela chegada “surpresa e massiva” de haitianos à fronteira norte mexicana com intenção de buscar refúgio nos Estados Unidos, muitos deles saídos da América do Sul (Varela Huerta, 2019).

Também se pode dizer que em 2018 inicia-se uma nova modalidade da migração centro-americana massiva, caótica e hiper vulnerável, verdadeiro “êxodo em massa”, “um virtual campo de refugiados em movimento caminhando por um país em estado de guerra”. (Varela Huerta, 2019, p. 49). O aumento nas solicitações de refúgio no México expressa não apenas essas mudanças de rotas e estratégias migratórias, como também as respostas governamentais e de Estado com relação à gestão, controle e tutela dessas migrações internacionais nos territórios nacionais.

Entre 2018 e 2019 é expressivo o aumento das solicitações de refúgio, período de endurecimento das políticas migratórias estadunidenses, de mudança de governo (chegada do presidente Andrés Manuel Lopes Obrador – AMLO) e de aplicação de uma política de vistos humanitários entregues principalmente às migrações massivas em forma de caravanas. Essa migração ficará em partes “estancada” na fronteira norte mexicana, principalmente em decorrência das restrições impostas pelos Estados Unidos.

O país vem somando números bastante altos com relação ao refúgio e utilização de vistos por razões humanitárias, tendo nos últimos quatro anos ultrapassado a casa dos 100 mil novos solicitantes. Para o ano de 2022 foram ao todo 118.719 novas solicitações (COMAR, abril, 2023). Em geral é perceptível a manutenção das mesmas nacionalidades entre as cifras, com pessoas provenientes de Haiti, Cuba, El Salvador, Honduras e Venezuela, principalmente.

Em 2021 se reconheceu 27.367 pessoas como refugiadas, enquanto em 2022 foram 22.254 pessoas (COMAR, abril, 2023), e as principais nacionalidades se mantêm entre Honduras, El

Salvador, Haiti, Cuba e Venezuela (COMAR, abril, 2022). Com relação às pessoas que entram no país com o visto humanitário, apenas em 2022 foram ao todo 287.407 pessoas, sendo expressivas as nacionalidades provenientes de Nicarágua, Honduras, Venezuela, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Haiti, Senegal, Gana, Angola e Afeganistão (Boletín Anual de Estadísticas Migratorias, 2022, INM, México, p. 15).

Outro dado disponibilizado é de apreensão e detenção em estações migratórias, bem como deportações realizadas. Em 2022 foram 444.439 pessoas detidas por alguma situação de irregularidade migratória pelo INM, e um total de 106.008 pessoas deportadas pelo mesmo organismo. As principais nacionalidades dentre esses números são pessoas de Honduras, Guatemala Venezuela, Equador, Colômbia, Cuba e Haiti (Boletín Anual de Estadísticas Migratorias, 2022, INM, México, p. 131, 134, 144, 145).

Em 2020 foi realizado o último recenseamento mexicano e a população estrangeira total no país era de 1.168.000 aproximadamente, a maioria proveniente dos Estados Unidos, seguido de outros países centro-americanos, em especial Guatemala e Honduras. Entre os países sul-americanos se destaca a Venezuela como país de origem (Anuário BBVA, 2022, p. 96).

Brasil:

O Brasil vem figurando atualmente também como país de trânsito, de saída e chegada de pessoas migrantes. Ainda que o fluxo latino-americano no país seja histórico, é possível ver um aumento da presença latina, sobretudo da América do Sul, entre imigrantes. Segundo relatórios da OIM para 2018, a maioria das pessoas migrantes no país vinham da região andina: Bolívia, Chile e Equador, além do Paraguai, com acentuada presença masculina, ainda que a migração feminina tenha também aumentado na região (Pires, 2020, p. 36-37).

As tendências na última década com relação à imigração ao Brasil, apontam a predominância de países do Sul Global como de origem (Serrano, 2011), imigração negra, de religiões não cristãs, além de grandes fluxos de pessoas migrantes de uma mesma nacionalidade ingressando num curto período (Quintanilha, 2019, p. 95), como foi o caso da migração haitiana em 2010, afegã após a retomada do poder no Afeganistão pelo grupo político Talibã ou a migração venezuelana a partir de 2016, 2017.

A imigração haitiana ao Brasil remonta à relação geopolítica entre ambos os países. Em 2004 o Brasil passou a atuar no Haiti “em seu processo de estabilização” (Patarra, 2011, p. 191), que se efetiva com a presença de militares brasileiros, a Minustah, no território haitiano¹⁶. Ainda que de formas contraditórias, sem dúvidas a operação insere o país no imaginário haitiano abrindo caminhos para essa migração vir ao Brasil. Em 2010, com a catástrofe do terremoto que assolou o país, seguido de uma epidemia de cólera, o fluxo migratório aumentou.

Essa migração além de trechos aéreos, cruzava a fronteira do Brasil de forma terrestre pelo Peru, chegando aos estados do Acre e do Amazonas, principalmente. Ali, solicitavam a entrada como refugiados e, por isso, as autoridades da fronteira encaminhavam esses pedidos ao Conselho Nacional de Refugiados (CONARE). Enquanto esperavam, já recebiam documentação provisória que lhes permitia trabalhar.

A migração haitiana adotou a estratégia de apresentar solicitação de refúgio como forma de entrar no país, demandando do Estado brasileiro uma resposta coletiva à migração. O entendimento do CONARE naquele momento era, de acordo com dispositivos previstos em

¹⁶ Sobre a atuação da Minustah existem muitas pesquisas e reportagens jornalísticas de investigação que procuram criticar e denunciar as práticas violentas da operação militar brasileira no país, atuação controversa não só do Brasil como de toda a Missão de Paz da ONU na forma como ela é concebida e construída na prática. Esse tema, no entanto, extrapola essa pesquisa, embora seja imprescindível pontuar que se trata portanto de uma operação militar bastante complicada e violenta, violadora de direitos humanos no país.

acordos internacionais, que a migração haitiana não se qualificava como de refúgio, algo suficiente para gerar uma “pane” no sistema brasileiro.

O CONARE passou a recusar uma série de pedidos e, dessa forma, encaminhá-los ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg), ligado ao Ministério do Trabalho, e responsável por revisar a solicitação de permanência no país (Patarra, 2011, p. 191). O CNIg concedeu a autorização de permanência dessas pessoas através da invenção de um dispositivo legal: as “razões humanitárias”. A maioria das pessoas chegadas do Haiti nesse momento eram homens (90%), entre jovens e adultos, de baixa escolarização e com experiência no ramo da construção civil (Patarra, 2011, p. 192).

A presença da imigração haitiana segue nos últimos anos no Brasil, como também aumentou o deslocamento interno dessa população até as fronteiras nortes por onde começaram a sair rumo à Colômbia e Panamá, cruzando o Darién e a América Central para enfim chegar em outra fronteira que estudamos, o sul do México.

Em uma entrevista que realizei de maneira virtual com uma missionária Scalabriniana que atuava em Casas Migrantes e direitos das pessoas migrantes a partir da perspectiva católica, a irmã Salete, que conheci em um grupo de WhatsApp chamado “Migrações de Norte a Sul”, debatemos temas relativos às políticas migratórias brasileiras e as populações migrantes mais vulneráveis, e desde sua atuação a missionária possuía uma perspectiva sobre a migração haitiana no norte do Brasil:

Salete: (...) essa realidade do Acre, são haitianos que estão no Brasil, que perderam trabalho, e que querem ir para outro lugar. E essa saída dos haitianos do Brasil já não é de agora, sempre foi, sempre os haitianos saíram do Brasil, foram para os Estados Unidos, foram para outros países, mas agora, como a fronteira está fechada com o Peru para entrar no Peru, acho que o impacto é esse, porque se vai aglomerando as pessoas que vão chegando e não conseguem passar.

Julia: Então essa migração de saída, esse movimento ele já está acontecendo tem um tempo.

Salete: *Já... Há muito tempo que os haitianos, que mesmo eu morei em Manaus seis anos, nesse período aí os haitianos sempre se locomoviam, eles saíam para outros países, principalmente para a América do Norte. Eles iam pro Canadá, para os Estados Unidos, porque eles têm também parentes nessa região aí. Então, como no Brasil, eles conseguiram algum recurso, eles quando conseguiam um pouco de recurso, eles se mandavam. Claro que nunca foi fácil para eles também conseguir adentrar, teve os que foram deportados também nos Estados Unidos na época. Mas eu digo assim, que tem essa visibilidade, porque a fronteira do Peru está fechada, é o Peru que não quer deixar passar. Então, se o Peru não quer deixar passar, eles tem que esperar, né, e se eles ficam ali esperando... Eles já saíram de outro estado, longe. Aí eles vão voltar para trás, não vão, eles vão ficar ali insistindo para entrar no Peru, para poder passar para outro país. (Salete, missionária e ativista, 25 de fevereiro, 2021).*

Os últimos anos no Brasil foram marcados por debates mais intensos sobre a migração internacional, demandando mais respostas dos governos em forma de leis e políticas de Estado. Em 2009 foi realizado uma ampla e massiva regularização de pessoas estrangeiras que estivessem irregulares no país, através da Lei 1.664/2009 e segundo dados do Ministério da Justiça, em 2010 ao redor de 42 mil pessoas haviam sido beneficiadas pela medida (Patarra, 2011, p. 208).

Outra imigração expressiva ao país é a vinda do continente africano, cuja atualidade envolve motivações de perseguição política – como já houve momentos anteriores em que em decorrência das lutas anticoloniais em diversos países africanos, migrantes chegavam ao Brasil nessa condição. Atualmente, além de migração de refúgio, trata-se ainda de migração econômica, incluindo a formação de redes ou a migração familiar (Serrano, 2011). O Brasil ainda compartilha o mesmo idioma que alguns países de onde mais chegam migrantes do continente africano.

Os dados brasileiros aqui apresentados também foram obtidos de fontes oficiais de governo: PF e CONARE, e trabalhados pelo OBMigra, todos disponibilizados publicamente. Em

2021 havia 273.776 pessoas migrantes no Brasil registradas no Cadastro único¹⁷, sendo as principais nacionalidades provenientes de Venezuela, Haiti, Paraguai, Bolívia e Portugal (Relatório Anual OBMigra, 2022, p. 74, 76). É perceptível um acentuado aumento das famílias indígenas registradas no cadastro para o ano de 2021 entre a população imigrante: acima de 3.500 famílias (Relatório anual OBMigra, 2022, p. 79). O registro de imigrantes indígenas para essa modalidade é feito desde 2012, e em 2021 a maioria provinha da Venezuela (2.227), seguido de Bolívia (981), Peru (170) e Paraguai (76). (Relatório OBMigra, 2022, p. 80).

Para o ano de 2022 o Brasil teve 50.355 novas solicitações de refúgio, dentre as quais foram reconhecidas 5.800, a maioria das pessoas de nacionalidade venezuelana, seguido de cubanos e afegãos (Relatório Anual 2021, OBMigra, p. 63; Polícia Federal STI-MAR, 2020. Refúgio em Números, OBMigra, 2022, p. 11, 43). Segundo os micros dados do CONARE, para 2021 as principais nacionalidades solicitantes de refúgio foram pessoas da Venezuela, Guiné, China, Haiti, Afeganistão, Peru, Nigéria e Senegal. Em 2022 houve permanência de algumas nacionalidades e outras novas: Venezuela, Peru, Moçambique, Líbia, Haiti, Guiana, Cuba, Colômbia, Chile, Angola, Afeganistão, China.

O censo brasileiro, como o mexicano, deveria ter sido realizado em 2020, mas não o foi em decorrência das decisões e cortes de recursos do então governo da época. No final de 2022 ele foi realizado, razão pela qual ainda os dados detalhados dessa pesquisa estão sendo divulgados pouco a pouco desde o segundo semestre de 2023, sem dados concretos sobre a população migrante estrangeira no país até esse momento.

¹⁷ O Cadúnico é um cadastro realizado pelo governo federal brasileiro de membros de famílias que possuem um rendimento total familiar de até três salários-mínimos, o que expressa um dado qualitativo de condição social de pobreza e possíveis vulnerabilidades. A base serve para que as pessoas possam posteriormente ser direcionadas a programas sociais do governo.

Caracterizadas as pessoas migrantes através de dados estatísticos e dos estudos migratórios, e sendo sujeitos e agentes das chamadas crises migratórias, a partir também da leitura atenta das leis e políticas migratórias dos dois países que influenciam na vulnerabilização e estigmatização dessas (certas) identidades migrantes, o próximo capítulo buscará aprofundar a qualificação das crises migratórias a partir de um olhar atento aos ativismos migrantes em suas composições, pautas, estratégias e demandas em ambos os países e em relação às leis e políticas nacionais.

Capítulo 3: Lutas e Ativismos Migrantes

“Eu não sou uma potencialidade de algo, sou plenamente o que sou. Não tenho de recorrer ao universal” (Fanon, 2020, p. 148).

Um Dossiê de Ativismos da Migração.

Os deslocamentos humanos são também a difusão pensamentos sobre o mundo, formas de viver a vida e maneiras de se organizar política e culturalmente em torno daquilo que se tem em comum. São, ainda, a afirmação, construção e reconstrução de identidades que vão incorporando coisas, reafirmando outras coisas, no eterno fazer-se gente no mundo. É possível dizer que migrações que desafiam fronteiras nacionais desafiam também identidades estáticas, homogêneas e imutáveis. Através da sua (re)existência no mundo enquanto migrante, que reafirma e reinventa identidades, as políticas migratórias e formas de gestão das pessoas num território são questionadas e desafiadas pelas migrações.

A perspectiva teórico-crítica da autonomia das migrações, desenvolvida por Sandro Mezzadra (2012; 2015), amplia a noção do que é atuar politicamente, pensando esse alargamento a partir da agência das pessoas migrantes, reconhecendo a dimensão da subjetividade e do cotidiano como aspectos de resistência ao sistema capitalista. Dessa forma, combate perspectivas de que as lutas das pessoas migrantes devem passar primeiro por uma integração delas à cidadania local que já estaria construída e pronta, para então poderem atuar politicamente, a nível de reconhecimento institucional.

A experiência pessoal e profissional derivada da pesquisa de mestrado e do trabalho de campo, tornou possível o contato e conhecimento de diferentes formas de participar dos fenômenos migratórios contemporâneos nas Américas: migrantes, não migrantes, coletivos, associações, movimentos, partidos políticos, Igrejas, voluntários, instituições internacionais

humanitárias, organizações não-governamentais, pesquisadores, trabalhadores e funcionários de Estado: um grande embrenhado de atores e forças políticas que constroem o que se convencionará aqui chamar: ativismos migrantes ou ativismos da migração. Esses ativismos estão numa relação de oposição e complementação ao Estado enquanto interlocutor, mas também inimigo, na arena da política e da construção da sociedade. A essas diversas formas de organização, contestação, proposição e resistência está dedicado esse capítulo.

Formas de (auto)organização nascem das migrações de diferentes nacionalidades e origens que buscam reivindicar e atuar para que sua existência em um território seja plena, justa e digna. São construídas redes de solidariedade e espaços – sociais, culturais, coletivos – para atender às demandas de diferentes âmbitos da vida cotidiana, envolvendo perspectivas de inserção local e acolhimento, para que suas vidas funcionem nas sociedades de destino onde estão.

Esses ativismos derivam em coletivos e organizações migrantes auto-organizadas, e as pessoas que as constroem, migrantes e não migrantes, atuam como difusoras e promotoras de pautas e reivindicações, denunciando situações de violência e preconceito, levando demandas à diferentes espaços públicos e promovendo formas de conscientização da sociedade de maneira conjunta. Há grupos que atuam também em espaços da política institucional em diferentes níveis: local, regional, nacional, pressionando o poder público nos espaços possíveis a partir das demandas dos direitos das pessoas migrantes.

As migrações internacionais, especialmente as em crise, movimentam ativismos em solidariedade ao direito a migrar e à dignidade humana, através de organizações não governamentais, grupos religiosos e agências internacionais que, também nos territórios de trânsito ou destino, constroem redes, espaços, campanhas e parceria com governos para atuar

com demandas provenientes da migração. Há muitas lutas sociais e políticas que, baseadas na esperança e na frustração, estão presentes na migração internacional nos contextos das crises, e que se organizam em resposta e questionamento das restrições e formas de governo das migrações, quiçá com conexões a nível mundial.

No sentido de caracterizar com mais precisão o que se chamou aqui de ativismos da migração, é importante destacar que a pandemia de covid-19 impactou consideravelmente as condições migratórias das migrações da crise, bem como as organizações ativistas e sua atuação durante os períodos de isolamento e maiores restrições à mobilidade humana.

Tal contexto escancarou a conexão vital entre migração e trabalho na sociedade de destino, evidenciando a dependência sensível do acesso a empregos e trabalhos, e de políticas públicas em geral, como elementos centrais à vida de pessoas migrantes. Demandas de direito ao trabalho digno estão entre as mais recorrentes, e a maior empregabilidade parece estar nos setores informais e mais precários. A solidariedade em tempos de covid-19, no Brasil e no México, voltou-se assim para o mais imediato da vida humana: proteção, fome, dignidade.

Os ativismos migrantes evidenciam as hipocrisias da lógica político-econômica capitalista nas américas, e escancaram o papel que cumprem os Estados nacionais e suas legislações migratórias. Também escancaram em suas denúncias os preconceitos, racismos e xenofobia das populações de forma geral nas sociedades de destino, e colocam em perspectiva crítica o trabalho humanitário em suas variadas formas. Mobilizam conceitos e propostas de distorcê-los, com debates que apontam para a expansão de concepções de cidadania, direito à participação política na sociedade de destino (aqui vivo, aqui voto) e outros direitos humanos.

Através de um trabalho de campo baseado na etnografia virtual e presencial em alguns locais, da observação participante e da escuta de ativistas, migrantes ou não, esse capítulo

discute as diversas formas de ativismos da migração numa perspectiva de balanço dos temas mais mobilizados, buscando demonstrar que são certas identidades e pessoas migrantes das crises migratórias as que estão e estiveram mais organizadas e ativas de diferentes maneiras em torno à solidariedade, defesa e promoção de direitos humanos.

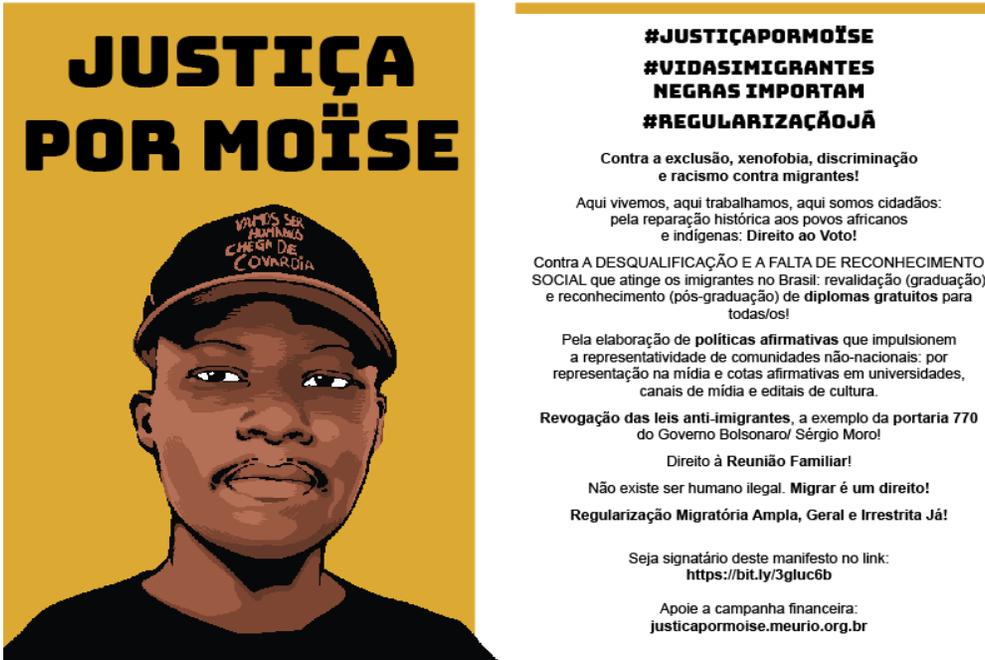
A partir da pergunta orientadora sobre quem são as pessoas migrantes que dão corpo e rosto às crises migratórias que, nas sociedades de destino e trânsito, sentem-se impelidas a se organizar politicamente para que a vida aconteça, ou ainda, que são objeto de solidariedade nessas sociedades, levou a aprender com aqueles e aquelas que cotidianamente defendem com afinco o direito a migrar e existir de forma plena, digna, justa e livre. As migrações da crise e as formas de organização de solidariedade e ativismos migrantes auto-organizados nas sociedades de destino criam um ambiente que evidencia feridas e estruturas sociais desiguais, representando possibilidades de mudanças no mundo, essenciais para acabar com as desigualdades através de diferentes formas de justiça social e da comunhão respeitosa entre as e os diferentes.

Demandas Contra o Racismo e Colonialismo.

No dia 24 de janeiro de 2022, um homem congolês refugiado no Rio de Janeiro, Brasil, chamado Moïse Mugenyi Kabagambe, esteve num quiosque de praia onde trabalhava para reivindicar três dias de salário que não lhe foi pago e foi brutalmente espancado e morto por pessoas ligadas ao quiosque. Há cenas registradas e testemunhas oculares da violência, de mais um caso de xenofobia e racismo escancarado.

A família do jovem de 24 anos, também refugiada na cidade, junto a comunidades migrantes de diferentes nacionalidades e regiões do Brasil, organizou uma série de protestos e

campanhas na internet para denunciar a brutalidade da morte de Moïse e expor a faceta do da violência racista e da desumanização das pessoas negras e migrantes.



**JUSTIÇA
POR MOÏSE**

#JUSTIÇAPORMOÏSE
#VIDASIMIGRANTES
NEGRAS IMPORTAM
#REGULARIZAÇÃOJÁ

Contra a exclusão, xenofobia, discriminação e racismo contra migrantes!

Aqui vivemos, aqui trabalhamos, aqui somos cidadãos: pela reparação histórica aos povos africanos e indígenas: **Direito ao Voto!**

Contra a DESQUALIFICAÇÃO E A FALTA DE RECONHECIMENTO SOCIAL que atinge os imigrantes no Brasil: revalidação (graduação) e reconhecimento (pós-graduação) de diplomas gratuitos para todas/os!

Pela elaboração de políticas afirmativas que impulsionem a representatividade de comunidades não-nacionais: por representação na mídia e cotas afirmativas em universidades, canais de mídia e editais de cultura.

Revogação das leis anti-imigrantes, a exemplo da portaria 770 do Governo Bolsonaro/ Sérgio Moro!

Direito à Reunião Familiar!

Não existe ser humano ilegal. **Migrar é um direito!**

Regularização Migratória Ampla, Geral e Irrestrita Já!

Seja signatário deste manifesto no link:
<https://bit.ly/3gluc6b>

Apoie a campanha financeira:
justicapormoise.meurio.org.br

Figura 1: retirada do site fronteirascruzadas.com.br, coletivo de São Paulo (SP), visual de campanha impulsionada na internet para denunciar a morte do jovem e pedir justiça.

Através da colonialidade do poder é possível entender como historicamente a categoria social de raça tornou-se um instrumento de segregação, hierarquização e dominação nas sociedades em que se reproduzem formas de colonialismo interno, lógica que se reproduz também nas políticas migratórias com as populações migrantes do Sul Global.

O Estado segue sendo o exercício de um poder racista, onde forças políticas e certas teses de mundo ganham força, mais ou menos repaginadas, nos diferentes níveis: legislativo, judiciário e executivo, classificando populações e segregando-as, construindo políticas e práticas de gestão baseadas em perfilamentos raciais e sociais discriminatórios.

A raça, é preciso lembrar, é uma criação, uma categoria social pertencente a um projeto de mundo racista, que opera reduzindo “o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele e de cor; outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico”

(Mbembe, 2018, p. 13). Tal projeto deriva do pensamento europeu que: “(...) sempre tendeu a abordar a identidade não em termos de pertencimento mútuo (co-pertencimento) a um mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo com o mesmo, do surgimento do ser e da sua manifestação em seu ser primeiro ou, ainda, em seu próprio espelho” (Mbembe, 2018, p. 11-12). Esse pensamento encontra uma nova fase no neoliberalismo e na crescente complexificação da economia financeira, quando as coisas do mundo e da vida passam a possuir um valor de mercado: “Esse movimento também se caracteriza pela produção da indiferença, a paranóica codificação da vida social em normas, categorias e números (...)” (Mbembe, 2018, p. 15).

No neoliberalismo, capitalismo e animismo tendem a se fundir. O processo histórico da construção da hegemonia europeia desenvolveu uma “(...) tendência à universalização da condição negra (...) simultânea ao surgimento de práticas imperiais inéditas, tributárias tanto das lógicas escravagistas de captura e predação como das lógicas coloniais de ocupação e exploração (...)” (Mbembe, 2018, p. 17), que vão se reinventando constantemente gerando combustível para o capitalismo em países dependentes do Sul Global. Como nem a categoria “raça” nem “negro” são elementos fixos (Mbembe, 2018) enquanto um substantivo, o termo “negro”:

(...) deixa de remeter unicamente à condição atribuída aos povos de origem africana durante a época do primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, destituição de qualquer possibilidade de autodeterminação e, acima de tudo, das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A essa nova condição fungível e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização pelo mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo (Mbembe, 2018, p. 19-20).

M.F. é uma mulher negra e angolana, e chegou na cidade de São Paulo, Brasil para estudar psicologia¹. A escutei pela primeira vez como uma das convidadas de um ciclo de debates promovido *online* pelo coletivo feminista e de mulheres da cidade de São Paulo, *Base Warmis Convergência de Culturas*², em sua página de Facebook. Ao se formar, permaneceu no Brasil e fundou o coletivo *Díasporas Africanas*, cujo trabalho está voltado para mulheres refugiadas de diferentes nacionalidades em São Paulo, baseado em sua experiência de vida e conhecimento da realidade da população migrante negra no país. Nesse debate, a profissional e ativista compartilhou sua trajetória individual que relaciona com elementos políticos, raciais e de gênero, das sociedades de onde saiu e onde vive.

“M.F.: Quando eu saí de Angola fui muito questionada: você é louca, você não vai conseguir ou, ainda, você vai com quem? Você acha que vai conseguir se manter sozinha? Então, no meu país, nós sempre fomos colocadas ali numa situação de proteção do grupo, que não necessariamente de dependência, mas que reforça o machismo (...) Senti a diferença de que essa sociedade é muito diferente da minha: mais rápida, as pessoas não têm capacidade de olhar mais nos olhos dos outros, estão sempre apressados, se for possível se pisa em cima do outro com o objetivo de chegar em outros lugares. Reparei também que o meu corpo preto não poderia frequentar certos lugares e em certos horários”. (Base Warmis, 2020).

¹ Nesse capítulo serão feitas referências a ativistas da migração que ocuparam espaços públicos de ativismos sobre a migração a partir de suas próprias narrativas. No entanto, optou-se por manter seus nomes abreviados como forma de preservação de identidade. Todas as informações apresentadas referem-se a atividades públicas e informações compartilhadas por essas pessoas, migrantes ou não, que fazem parte desses ativismos das migrações etnografadas.

² Coletivo criado em 2013 na cidade de São Paulo por mulheres migrantes de primeira geração que atuam principalmente com relação às pautas das mulheres, como violência obstétrica e maternidade, além de atuações culturais e de promoção da filosofia da comunicação não violenta.

M.F. nesse debate conta sobre a primeira experiência de racismo que viveu no Brasil, e que rapidamente percebeu que não eram casos isolados, que a própria sociedade brasileira funcionava desse jeito: racismo individual, cultural e estrutural. Conta ainda que já enfrentou discriminação quando se apresentou como psicóloga em espaços coletivos, tendo sido recebida com desconfiança de seus interlocutores sobre a veracidade da informação, como se não fosse possível reconhecê-la previamente dessa maneira (Base Warmis, 2020).

Discutindo sobre a saúde mental das mulheres migrantes, M.F. argumentou que as mulheres negras, migrantes ou não, no Brasil, sofrem praticamente de forma igual o racismo, principalmente quando ficam caladas e sozinhas. As migrantes que saem de países africanos, no entanto, não estão acostumadas a sofrer preconceito racial, segundo avalia em razão da representatividade do continente ser diferente da que se tem no Brasil: *“a maioria massiva da população é preta lá, então não tem muito essa questão do racismo, não dentro daquela sociedade especificamente. No Brasil, a representatividade na verdade não existe: os lugares são brancos, os lugares de poder são brancos, não existe representatividade preta”*. (Base Warmis, 2020).

A denúncia de M. F. reflete sobre a sociedade brasileira de conjunto, sendo dirigida a ela, numa avaliação crítica das instâncias de poder e do racismo enraizado, quando fala que os lugares de poder em geral são de pessoas brancas, e quando tem pessoas negras elas são questionada sobre sua legitimidade. Se trata, aponta, de uma questão de memória social que não é preservada no país.

Em outra atividade online, um debate entre pesquisadores e ativistas migrantes em diferentes países da América Latina, promovido pelo grupo de pesquisa e rede de ativista chamado *(In)Movilidad en las Americas*, do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

(CLACSO), M.F. contou um pouco mais da sua história e da percepção que tinha sobre o país antes de chegar, confessando que não se sentiu acolhida, se surpreendendo ao descobrir que o país era racista, um racismo brasileiro específico e que qualificou como “esquisito”, porque sabia que o Brasil, depois da Nigéria, possui a maior população negra do mundo em termos de população nacional de um país, o que não muda como esse racismo estrutura a desigualdade social no país.

“(...) os nossos ancestrais falam que foram tirados de suas terras para serem escravizados aqui. Então a sociedade hoje se movimenta de acordo a todo esse processo, então você vê que numa determinada região geográfica uma boa parte da população vive em condições precárias. Onde há o elevador de serviço e o elevador social. Onde você vai ao supermercado, como mulher preta com uma bolsa, e não deixar sua bolsa em algum lugar, há grande chance de um segurança que fica te acompanhando no mercado para ver que você tá fazendo. Você passa por todos esses constrangimentos, eu passei por isso muitas vezes e até mesmo sabendo como funciona tudo isso eu tive que me blindar e para me blindar eu comecei a trabalhar com muitos coletivos e grupos de ativismo sobre os direitos humanos”. (CLACSO TV, 2020).

Relatos como o de M.F. são recorrentes entre pessoas migrantes, justamente por essa ideia de que o país é uma democracia racial construída através de uma harmônica “mistura de raças”. O racismo atual, no entanto, pode ser, segundo argumenta Mbembe (2018), uma espécie de “racismo sem raças”, quando surgem no lugar práticas de discriminação onde outras categorias são mobilizadas, como cultura, religião e nacionalidade, por exemplo, emergindo assim categorias “racializadas”.

O racismo relaciona-se aos discursos de poder, expressando-se como a negação/exclusão de identidades estereotipadas e estigmatizadas. Assim, além de “(...) una compleja clasificación determinista de los pueblos, de acuerdo com sus características fenotípicas” (París Pombo, 1999, p. 53), também se baseia em discursos culturalistas, na ideia de “distância cultural”, criando identidades sociais excludentes na lógica dual da existência, num território, dos de dentro e dos de fora.

Em territórios sistematicamente colonizados como México e Brasil, o discurso assimilacionista gerou e gera até hoje consequências racistas para povos indígenas e negros, ainda que de formas diferentes (París Pombo, 2007; Cezarino, 2018). A migração evidencia e potencializa o racismo entranhado, que transforma a diferença em suspeita e ameaça.

O racismo, como uma forma de aversão ao “diferente” e, muitas vezes, desconhecido, rende uma série de possibilidades eleitorais e políticas no continente americano, e aliado à percepção de uma migração em crise, em termos da ameaça que constitui e como uma representação da pauperização da vida, servem à manutenção de interesses econômicos de determinados setores do capitalismo, explorando o imaginário coletivo em busca de lucros e manutenção no poder.

Em nome da comunidade imaginária que sustenta o Estado (Covarrubias, 2015), seja o mexicano ou o brasileiro, os discursos supostamente representativos do interesse nacional, em nome de um povo abstrato e da construção ideológica da nacionalidade, pessoas migrantes indocumentadas, irregulares, refugiadas operam como ameaças à vida da comunidade, como elementos estranhos que causam transtornos de diversos níveis. Isso se expressa em análises como de M.F. sobre o sofrimento vivido por ela e outras mulheres do coletivo com relação à desconfiança e situações racistas cotidianas que vivem sistematicamente na sociedade

brasileira, que haviam pré-concebido desde seus imaginários como algo diferente dessa experiência de sofrimento e desconexão.

Na prática, esses “modos de operar” fazem com que as diferenças identitárias se tornem incontornáveis, um abismo entre pessoas nacionais e pessoas migrantes, e onde a noção de “migrante” opera como estrutura cognitiva forjada por suposições racializadas e raciais, e uma “impossibilidade social” (McIntosh, 215, p. 311), que alimenta a retórica homogeneizante dos estereótipos nacionais, servindo aos divisionismos entre as classes trabalhadoras, por exemplo, quando uma das principais queixas das pessoas migrantes é serem acusadas de roubarem empregos de pessoas “locais”.

Como parte da marcação das diferenças segue estando no corpo humano e orgânico, e em como ele se expressa, parece haver, nas sociedades de trânsito e destino, a impossibilidade de que alguns corpos migrantes ou descendentes de migrantes sejam parte daquela nação que seria “completa” e imutável. A pessoa migrante é construída ainda como uma sorte de invasora, “intransigente” e desencaixada.

Em 21 de março de 2023, o *International Institute on Race, Equality and Human Rights* organizou uma atividade de debate online transmitido via Facebook e intitulado: *Reflexiones sobre la población migrante haitiana en México*. J.V, mulher e migrante haitiana que atua na organização *Espacio Migrante*, em Tijuana, como comunicadora e tradutora de espanhol, créole e francês contou que a organização realizou uma pesquisa entrevistando pessoas migrantes haitianas sobre acesso a serviços no México.

Com os resultados, realizaram o diagnóstico sobre a dificuldade de acesso a serviços que suprem necessidades básicas de saúde, educação e moradia. Uma das maiores dificuldades relatadas foi, no entanto, sobre a construção do dia a dia da vida como as

relacionadas à comunicação, já que o idioma nativo dos haitianos não é espanhol. Essa questão afeta diretamente o acesso a serviços públicos, e uma das estratégias adotadas pela comunidade migrante vinha sendo sempre ir acompanhado de alguém que falasse espanhol para atuar como tradutor (The International Institute on Race, Equality and Human Rights, 2023).

J.V. mencionou que em Tapachula, segundo dados da pesquisa, uma das principais dificuldades das famílias haitianas era ter acesso às escolas para as crianças, dificultado ou negado com alegações como: “*no hay cupo*” ou “*porque el niño tiene que hablar español*” (The International Institute on Race, Equality and Human Rights, 2023). Lá, a falta de tradutores no acesso das pessoas a lugares burocráticos como INM e COMAR também se efetivava como uma barreira a essa população.

Muitas vezes essas questões da comunicação faziam com que as pessoas perdessem viagem e houvesse ruídos nos seus processos migratórios, por exemplo, e um dos maiores problemas da má comunicação é que seus casos poderiam ser mal interpretados e analisados, já que migrantes do Haiti tinham de sua parte a dificuldade de comunicar integralmente suas situações e, da parte do Estado mexicano, funcionários tinham dificuldade de apreender as mesmas situações.

Havia ainda naquele período em Tapachula um medo que parte da comunidade haitiana sentia em sair de suas casas alugadas, diante das práticas do INM e da GN na região com relação à detenção e deportação, que fazia com que ante à necessidade indispensável de fazê-lo para viver e cuidar dos filhos, uma estratégia adotada era de que apenas uma pessoa da família ou do núcleo saía pelo que fosse necessário, pois as autoridades migratórias e militares

levavam as pessoas à Guatemala e as deixavam ali, do outro lado da fronteira (The International Institute on Race, Equality and Human Rights, 2023).

No dia 22 de setembro de 2021, durante o trabalho de atenção humanitária no albergue em Tapachula, ajudei o advogado a realizar duas entrevistas de acolhimento de duas pessoas que haviam chegado, após saírem originalmente de África: K. e E., dois homens negros, nascidos no Togo e falantes de português. Em 2005 em Benin, foram reconhecidos como refugiados passando a viver num campo. Em 2021 foram para a Colômbia e iniciaram a travessia por Darién e outras selvas, rios, montanhas. No México tiveram muita dificuldade com o espanhol e um deles foi agarrado pelas autoridades migratórias duas vezes. Em uma das ocorrências, junto a um grupo de pessoas, ouviu que eles, “haitianos que não tinham documentos, não poderiam ficar no México”. Quando tentou explicar que não era haitiano, não foi escutado, e o grupo foi levado para o lado guatemalteco da fronteira. Posteriormente, todos reingressaram. Essa história exemplifica o racismo identitário de nacionalidade e cor de pele que sofrem as pessoas negras no México.

No mesmo debate dos ativismos sobre o sul mexicano no 21 de março, também falou F. C., um homem migrante haitiano e diretor de uma organização não governamental criada em Tapachula, contando um pouco da dinâmica da migração haitiana na região e dos ativismos. Ao comentar sobre o acesso à saúde e outras questões da vida cotidiana, fez uma caracterização completa sobre a vivência dessas pessoas na região:

“(...) no es una piedra en el zapato sino un muro que es difícil de romper, porque las personas en movilidad haitianas y africanas al tratar de acceder a la salud siempre hay barreras como ‘tu no tiene documento, tiene que traer comprobante de domicilio’ o ‘tu no habla el idioma’. últimamente, como hace tres años, las organizaciones hacen esfuerzo para

al menos integrar 1 persona por el idioma, para poder hacer frente (...) además de ofrecer servicios como de estudios médicos, medicamentos necesarios y acompañamiento médico. (...) En cuanto al acceso a la vivienda que es sumamente complicado también porque la gente, muchos de los lugareños dicen 'bueno, nosotros no nos arriesgamos', será por el tema del idioma, **por el tema del racismo**, en fin, **no les están arrendando viviendas, no están rentando viviendas a nacionales haitianos, africanos**. Los pocos que acceden a brindarle vivienda a los haitianos y africanos, más de la mitad triplica, cuadriplica los precios y es un caos en cuanto a eso. El tema de la educación también (...) es bastante complicado, pero ya las organizaciones que están haciendo es crear espacio para estos pequeños que no acceden a la educación que tienen dificultad porque no los aceptan, entonces estos niños, aunque sea dos o tres veces a la semana pueden tener parte de la educación, también hay esfuerzo para validar los estudios de los jóvenes y adultos que llegan a Tapachula y quieren permanecer (...) Problemas, sí hay muchísimos. Si colocáramos las dificultades y los accesos que tienen las personas en movilidad en una balanza, la balanza con las dificultades se inclinaría bastante porque hay más problemas que otra cosa. Hay déficit también en los albergues, pero si los pocos que hay están haciendo todo lo posible para brindar servicios adecuados a las personas. Cuando llegué a Tapachula a la mitad de 2021 no había mucha colaboración entre las organizaciones, eso también ayudaba a poner la situación más difícil para la persona en movilidad. Pero hace un tiempo hay muy buena sinergia entre organizaciones, se está trabajando en conjunto y buenas canalizaciones. (...) Una persona que llega del Darién llega con muchísimo problema, muchos achaques, y lo que quiere es un doctor para consultarse y acceder a un medicamento para aliviarse (...) como he escuchado algunos comentarios en algunos hospitales de decir 'no, hoy solamente llegaron puros haitianos a consulta', pero el

juramento se hizo para atender a personas, no estamos defendiendo colores, no estamos defendiendo banderas, porque ese trabajo de ayudar a personas en movilidad no es cuestión de nacionalidad, no es cuestión de ‘no, tú eres negrito’, por ejemplo, a mi voy a ciertos lugares y me llaman “frijolitos” y dicen “no, viene ese haitiano”, pero ya cuando se dan cuenta que trabajo para la organización dicen ‘oh, pase señor Freddy’. No debería ser así. Porque es un asunto de humanidad”. (The International Institute on Race, Equality and Human Rights, 2023).

Em sua exposição J.V mencionou que a pesquisa de campo da qual participou, com a Universidade de San Diego, California, escutou muitas pessoas em Tapachula que relatavam que, no tema dos aluguéis das casas, os proprietários muitas vezes realizavam espécies de golpes na comunidade, pois pediam que se pagasse primeiro, e quando as pessoas pagavam, elas perdiam dinheiro. Além disso, muitas casas eram disponibilizadas em más condições e as pessoas que as alugavam acabavam fazendo reparos por conta própria, porque os proprietários se recusavam a fazer (The International Institute on Race, Equality and Human Rights, 2023).

Diante da recusa racista e xenofóbica que muitas pessoas migrantes haitianas viviam ao tentar acessar serviços de saúde na região sul, em que os hospitais não aceitavam atender a comunidade haitiana se essa chegava sem intérprete, desenvolveu-se a estratégia prática de usar o tradutor do google no celular para comunicar-se (The International Institute on Race, Equality and Human Rights, 2023).

Em um debate *online* sobre migração promovido pelo *Observatório Internacional do PSOL*, com migrantes ativistas e representações políticas locais da cidade de São Paulo, a migrante congoleza, P.K., artista que vive no Brasil há 14 anos, fez uma fala sobre sua realidade e da comunidade africana na cidade. A ativista comentou que no Brasil existe muita

discriminação principalmente com migrantes de África e refugiados e que sente muitas vezes vontade de levantar e gritar. Para ela, há inclusive situações de discriminação dentro de instituições que trabalham com populações migrantes, denunciando que muitas sabem que existe separação de migrantes pela cor, o que faz com que migrantes que não são negros tenham mais oportunidades que pessoas negras (Observatório Internacional do PSOL, 2020).

Antes de escolher o Brasil como destino, P.K. conta que se apaixonou ao assistir televisão e vê-lo retratado em novelas, mas sua imaginação foi totalmente confrontada quando chegou, pois muito rápido sofreu discriminação, agravado por não conseguir falar bem o português. Como ela, muitas pessoas refugiadas africanas sofreram situações de violência e racismo, e por essa razão haviam desistido de viver no Brasil e emigrado rumo aos EUA. A partir dessa migração, passou a conhecer histórias de pessoas que perderam suas vidas no caminho (Observatório Internacional do PSOL, 2020).

Segundo a ativista, a saída de pessoas migrantes africanas do Brasil foi intensificada pela pandemia, e ocorreu também porque muitas delas eram trabalhadoras ambulantes e informais na região do Brás, em São Paulo, um trabalho informal por conta própria de venda e serviços e que se viu fortemente impactado pela situação sanitária. As condições do trabalho informal são de bastante precarização para poder manter-se no país. (Observatório Internacional do PSOL, 2020).

Com relação à xenofobia, P.K. compartilhou uma experiência que teve em seu lugar de trabalho de ser proibida de falar em idioma *ngala* com outras pessoas. Refletindo sobre a situação da aversão aos diferentes (na figura de estrangeiros) e do racismo da sociedade, sua fala se tornou uma denúncia: o assassinato do migrante angolano chamado João Manoel, após discussão com um brasileiro que envolvia quem teria o direito de receber o Auxílio

Emergencial³. Por defender que pessoas migrantes deveriam ter direito ao benefício, João Manoel foi assassinado pelo brasileiro. O caso gerou muito medo e revolta na comunidade migrante negra e africana que vive na região da Zona Leste da cidade de São Paulo, onde ocorreu o assassinato. Na investigação foi comprovado que João Manoel tinha carteira de trabalho e trabalhava no mesmo local havia um ano, porém sua carteira jamais foi assinada pelo empregador (Observatório Internacional do PSOL, 2020).

Esse exemplo recordado por P.K. expressa as diversas nuances dos problemas cotidianos enfrentados por pessoas e comunidades migrantes que derivam do racismo e da xenofobia enraizada no país, e culminam em situações de violência extrema e violências cotidianas. Em razão dessa morte, organizações migrantes e ativistas solidários articularam uma campanha de memória e justiça para o migrante João Manoel e sua família.



Imagem 2: produzida pelo coletivo da cidade de São Paulo, *Visto África*, para a campanha de arrecadação de dinheiro à família, que vivia na Angola. Fonte: *Fronteiras Cruzadas*.

³ Decorrente de uma política do governo federal brasileiro durante os primeiros meses da pandemia, que consistiu em pagar um valor mensal para pessoas que ficaram sem renda e trabalho em decorrência da pandemia e de medidas de distanciamento social e *lock down*.

Em diversos momentos de sua exposição, P.K. pontuou que no Brasil o povo negro é olhado como “pessoas desrespeitosas”, o que termina com pessoas migrantes sendo tratadas mal por pessoas brasileiras. Ela afirmou que outro reflexo do preconceito é que com relação aos serviços burocráticos e institucionais: “tudo é lento para os negros”, e que existe uma tentativa nas instituições de invisibilizar a existência do racismo contra migrantes: “o Brasil é um país racista, isso precisa ser dito”. Assim, chama aos brasileiros a entrar na luta ao lado dos e das imigrantes (Observatório Internacional do PSOL, 2020).

O racismo e a aporofobia⁴ não geram apenas respostas de adaptabilidade, como as práticas defendidas de incorporação, integração ou negação de identidades culturais. Pelo contrário, há bastante presente entre práticas e formas de ativismos notados nessa pesquisa, uma forma de afirmação, ostensiva e contestatória, que busca valorizar as identidades de origem e afirmar a diversidade racial, étnica e cultural através da estética e da arte, no intento de desarticular preconceitos e estigmas sociais e nacionais, com roupas, cortes de cabelo, uso de artefatos e bijuterias, além dos espaços de música, dança e gastronomia.

J.M., mulher migrante e ativista do coletivo *Base Warmis*, em debate *online* promovido pela Setorial Municipal de Educação do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo sobre *A descolonização do currículo a partir da presença de indígenas e imigrantes*, compartilhou a história de nascimento de seu coletivo, que derivou de sua própria experiência de chegada na cidade como mulher, mãe e migrante indígena e boliviana. Reivindicando a ascendência indígena e a discussão sobre filhos/as de migrantes que estudam nas escolas públicas da cidade para pensar a “descolonização”, comentou sobre a intersecção entre aspectos

⁴ Segundo o dicionário online de língua portuguesa Aurélio, aporofobia significa: “aversão a pobres que se expressa pelo preconceito e pela discriminação contra pessoas pobres ou desfavorecidas economicamente”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aporofobia/>.

identitários de uma pessoa que marcam materialmente a experiência de vida de alguém quando se é também migrante:

“Quando falamos de descolonização do currículo, isso implica em incorporar os saberes pluriculturais no currículo, a fim de contemplar essa pluralidade cultural que temos na sociedade (...) Quando os migrantes chegam ao território, não são eles que trazem a xenofobia e o racismo, esse preconceito já existe aqui” (Setorial Municipal de Educação PT São Paulo, 2020).

Em sua reflexão, fala como parece haver somente duas opções às pessoas como migrantes com relação às diferenças percebidas entre cultura e aspectos identitários entre locais de origem e de destino:

“Ou se assimila, passando desapercibido de forma a ocultar a identidade, ou você “dá a cara”, como é o meu caso, e isso é difícil porque constantemente eu sofro discriminação e xenofobia (...) A cultura andina é muito diferente, é mais introspectiva. Quando chegamos nesse território, São Paulo, as pessoas são bem extrovertidas. Elas falam alto, nós falamos mais baixo, no começo eu pensava que as pessoas estavam brigando com a gente, e isso nos retrai mais ainda. Parece que são coisas simples, mas fazem parte da nossa vida. A descolonização implica uma mudança na mentalidade, e isso não é um processo tão rápido, é algo que demora um tempo e que precisa que se faça. É importante olharmos e perguntarmos: quem sou eu? Para onde eu vou? O legado pós-colonial é essa prisão mental, que não enxergamos, mas que crescemos no mundo com esses valores, dos invasores”. (Setorial Municipal de Educação PT São Paulo, 2020).

Uma professora brasileira que atuava na rede municipal e participante do debate, comenta que há muitos alunos imigrantes na rede, sobretudo haitianos, bolivianos e angolanos, crianças e adolescentes negros e indígenas, e que existe no ambiente da escola o preconceito e o racismo, com fortes estereótipos que marcam as pessoas, que se reproduz mesmo entre o corpo de trabalhadores da educação que atuam com ideias pré-concebidas que se expressam em momentos de formação ou discussão, como a de que crianças e famílias bolivianas são quietas demais, não participam. (Setorial Municipal de Educação PT São Paulo, 2020).

O Colegio de La Frontera Norte (COLEF) realizou no mês de abril de 2021 o *Tercer Foro Internacional de la Migración Haitiana en las Americas*. No primeiro dia de debate ocorreu a fala do professor universitário Wooldy Edson Louidor, pesquisador do tema das migrações haitianas pela região que alertou para a necessidade de se ter cuidado com as visões humanitárias que vinham emergindo desse contexto de “crise” migratória:

“(...) el problema de la migración haitiana es el problema de protección. Se trata de proteger vidas negras, vidas negras que se desprecian normalmente. La desprotección de los haitianos está siendo producida, desde los años 1970 se construye una imagen de que los haitianos son pobres, entonces no se les puede considerar como refugiados, sobre todo desde EUA y Canadá”. (COLEF, 2021, día 1).

O professor, migrante haitiano no México, evidencia em a incidência do racismo na gestão mexicana da migração, defendendo haver uma violação sistêmica de direitos nas solicitações de refúgio, afirmando assim a necessidade que existe no país de

“(...) calibrar la incidencia cada vez mayor del triple factor del racismo, de la violencia basada en el género y la xenofobia - en concreto en contra de ciertos orígenes nacionales y étnico-raciales, por ejemplo, ser haitiano/a, africano/a, afrodescendiente y pobre - en los tratos crueles, inhumanos y degradantes contra las personas humanas. ¿Porque tantos instrumentos legales de protección a los derechos humanos ya que no tienen incidencia real en las políticas migratorias?”. (COLEF, 2021, día 1).

No segundo dia de evento, a participação de uma pessoa envolvida diretamente com a gestão migratória evidenciou outro lugar de enunciação sobre a questão da migração negra no país, a partir do racismo institucional. O convidado, Edgar Corzo, foi integrante do comitê de trabalhos migratórios e direitos humanos da ONU, professor de investigações jurídicas da UNAM e membro temporário e visitante da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) mexicana, e fez comentários que refletem o desafio e papel das autoridades do país sobre a migração haitiana:

*“(...) antes de 2016 la problemática estaba más bien de norte a sur con todo lo que ustedes conocen de deportaciones y situación de mexicanos en EUA. Sin embargo, empezamos a ver en 2016 flujos extraordinarios, y flujos extraordinarios que en principio se señalaba que eran de países de África, aquí era una cuestión que no sabíamos, de verdad **teníamos un desconocimiento amplio, decíamos que era de África, pero al final nos dimos cuenta de que no, que eran de Haití, provenían de Haití. Pero no solamente fue la impresión que tuvimos, debo reconocer que en su momento el Instituto Nacional de Migración tampoco sabía de dónde venían, suponía que venían de África. Lo que sucede es que obviamente venía el flujo del***

sur y al llegar a Tapachula se les pedía su identificación, pero nadie de las personas que llegaba daba esa identificación, entonces eso fue una estrategia, viéndolo ya como política migratoria, muy interesante porque al no dar identificación, pero estar en el territorio, pues entonces el INM se vio comprometido a decir 'bueno, y esa persona que es apátrida bajo efectos nacionales, qué hacemos con ella?' pues empezaron a dar lo que se conocen por **órdenes de salida**, y ordenes de salida significaba que tenían 20 días para abandonar el país o empezar su regularización migratoria. Obviamente que tan pronto obtenían esa orden de salida lo que hacían era irse hacia el norte del país, no a Guatemala, se iban hacia el norte del país buscando por supuesto llegar a EUA. Pero cuando llegaban en Tijuana, se descubría que sí, tenían identificaciones personales y que eran haitianos. Entonces se generó ese entendimiento, de que a las personas de Haití se les permitía entrar y transitar por México. Y la gente no solo venía de Haití, venían sobre todo de Brasil u otros países de Sudamérica. Al inicio muchas personas si pasaban a EUA sin problemas, pero luego cambiaron su política y dejaron de recibirlos, lo que hizo con que se empezara a juntar varios miles de haitianos en la frontera norte - ya pasaban de 10.000 personas y tener más de 10.000 haitianos aquí en Tijuana ya no era cualquier cosa. Hubo necesidad entonces de intervención, principalmente sobre cómo y dónde alojar.

(...) Para llegar de Tapachula a Tijuana es un largo trayecto, pero había un autobús en Tapachula que se llamaba El Tijuanaense donde subían algunas personas, ese autobús iba directo, y la gente que lo usaba traía sus órdenes de salida para que no fueran detenidas. Así también se exponían menos a los riesgos de ese largo camino

(...) El flujo de más de 10.000 haitianos que llegó a México, se supone que son

personas que pasaron por Darién. Luego en México llegaron las famosas expulsiones que les ponía en situaciones de vulnerabilidad muy fuerte. Ahí también empieza las solicitudes de refugio y muchas decisiones de no procedencia que terminaban en expulsiones (...). (COLEF, 2021, día 2).

A fala de Corzo evidencia uma cadeia de eventos que vão surgindo desde o primeiro momento da chegada massiva de pessoas migrantes haitianas, evidenciando o lado institucional do racismo enquanto prática de Estado, que trará consequências como as mencionadas pelos ativismos. Posteriormente, o país redesenha algumas práticas, mas atuando através do que Corzo denuncia como medidas racistas, por serem realizadas “*expulsiones colectivas de personas haitianas, sin análisis de casos de manera personal. (...) Hay un criterio racial y étnica: persona que pertenece a un grupo étnico o racial es base de expulsión colectiva*” (COLEF, 2021, dia 2).

O professor ressaltou que esse fluxo migratório revelou que na sociedade mexicana também ocorre: “*la discriminación por xenofobia. Hay un rechazo a unas personas por el hecho de ser extranjeras. En seguida hablamos de racismo, pues algunas personas por razones étnicas no se las acepta. Pensemos lo que sucede con los ucranianos o venezolanos. ¿Hay diferencias?*” (COLEF, 2021, día 2).

No sentido da percepção e vivência do racismo, a noção de “(...) experiência migratória ajuda a entender a produção de ativismos auto-organizados a partir da migração (...)” (Daniel, 2020, p. 13). Assim, ao terem seus aspectos identitários marcados como diferentes, exóticos e negativos, pessoas migrantes elaboram reflexões sobre a sociedade de destino que são vitais para o conjunto todo da sociedade, ao mesmo tempo em que se veem obrigadas a se organizar em defesa do direito à existência digna. R. E., migrante haitiano negro no México e

funcionário da ACNUR foi um dos expositores de um debate parte do *2º Congreso Internacional de Migración: Perspectivas contemporáneas sobre las personas migrantes*, promovido pela Escola de Ciências Sociais e Governo Tecnológico de Monterrey, transmitido através da Plataforma Zoom. Como estudante, narrou casos de racismo epistêmico que viveu, ressaltando o mexicano como “pessoa acolhedora”, mas de comportamentos racista sem se dar conta.

Por ser negro e por seus traços físicos, com frequência a primeira pergunta que escutava, antes de “bom dia” ou “como você está?”, era: “de onde você veio?”, havendo momentos em que percebia que a pessoa não era conscientemente racista, mas que havia racismo na forma como o viam. A reflexão de R.E. expõe o percebido pelas pessoas migrantes sobre a prática do racismo, operando uma desumanização em que a pessoa não é vista ou valorizada como ser humano, mas tratada com objeto de suspeita.

Apesar da leitura do racismo mexicano, falou ter uma percepção positiva do conjunto da sociedade e dos mexicanos como pessoas boas, exceto em algumas regiões onde identificou mais tensão e hostilidade com a migração negra, como no caso do sul do país:

“cuando fui a conocer ahí, me tocó tener que presentar mi credencial en Chiapas, Palenque para poder pasar o tener atención. Eso no pasa igual en la capital, pero si hay que mencionar las instituciones de las cuales hago parte, para si tener un poco más de respecto”. (Escuela de Ciencias Sociales y Gobierno Tecnológico de Monterrey, 2021).

Como funcionário ONU, R.E. afirmou que nacionalidades africanas e haitiana, com as quais trabalha, em geral estão apenas em trânsito pelo México, objetivando chegar aos EUA. Porém, a dinâmica se viu afetada a partir de 2018, em decorrência da presidência de Donald

Trump que dificultou a imigração ao país, obrigando as pessoas a ficarem mais tempo no México. Nesse período a maioria dos haitianos que chegavam não vinham direto do Haiti, mas sim da América do Sul, principalmente do Brasil e do Chile:

“(...) muchas de ellas, cuando vas a escuchar sus historias, dicen que salieron por causa del racismo y de la descriminalización. La realidad de Brasil es que en 2014 antes del mundial había muchos haitianos allá que iban a trabajar en la construcción, después de ese evento deportivo, la realidad cambió y la gente se vio obligado a cambiar de lugar, con el objetivo de encontrar una mejor condición de vida. Son personas que caminaron 4 o 5 países antes de llegar a la frontera sur de México”.
(Escuela de Ciencias Sociales y Gobierno Tecnológico de Monterrey, 2021).

Como salientou em sua fala, a experiência do racismo marca os projetos migratórios que as pessoas negras constroem pelo continente americano, e influencia ademais outros âmbitos da vida delas, como a possibilidade de ter e manter um emprego que lhes assegure boas condições de vida.

As cidades de Boa Vista e Pacaraima, por exemplo, localizadas no estado de Roraima, no Brasil, na fronteira com a Venezuela, sempre foram locais de intenso fluxo e trânsito entre os dois países, envolvendo transações econômicas, turismo, povos e comunidades indígenas que vivem em ambos os territórios, sendo um espaço fronteiro de vida em efervescência como a região da fronteira sul mexicana.

A partir de 2016, conforme as pessoas entrevistadas que atuam na região chamam atenção, começou a ocorrer um chamativo aumento do fluxo migratório venezuelano, no bojo de uma “crise humanitária” anunciada mundialmente, e ambas as cidades passaram a ser cenários de tensionamentos e de casos de racismo e xenofobia da população local brasileira

com relação à população migrante venezuelana. Em nossa entrevista, Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária⁵, compartilhou a realidade que presenciou na região:

Bea: Por exemplo, Pacaraima que é a cidade da fronteira, eu trabalhei bastante lá com clínica móvel. A gente ia pelo menos 1 vez por mês. Lá o padre que estava chamava Jesus, ele saiu já, era um espanhol velhinho. Ele era ameaçado pela população da cidade o tempo inteiro, entendeu? Porque ele atendia os imigrantes. Você lembra do escândalo lá que teve? Foi no final de 2018 ou 2019 que colocaram fogo nas coisas dos venezuelanos em Pacaraima, né? Então, o que acontece? A população civil, mesmo, aqui é completamente contrária aos imigrantes, é muita xenofobia. Você respira xenofobia aqui (...) Aqui é tipo assim, você tem que ter vergonha e tem que ter medo de defender um imigrante. A Igreja Católica em Pacaraima, tem uma irmã, Ana Maria, pode procurar lá a casa dela, chama São José, foi um caso grande no início do ano em que ela foi conduzida a prestar depoimento na Polícia Federal, porque a polícia invadiu a casa dela, pra poder ter uma batida, tudo uma questão assim louca, [gesticulando com as mãos] isso porque ela tinha uma casa de abrigar e ela tinha ainda o respaldo da Operação Acolhida, mas tipo assim, essas pessoas aqui que defendem os imigrantes, elas estão na mira da população, sabe? Não é que as pessoas gostam delas, elas estão indo mesmo contra a corrente (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

Durante trabalho de campo como voluntária em uma organização que atuava dentro da Operação Acolhida em Boa Vista, um colega de trabalho comentou que conhecia uma pessoa que atuava em Pacaraima, cidade fronteira com Santa Elena, na Venezuela, e que atuava também com a temática indígena. Assim, de maneira virtual conheci e entrevistei Gal, uma trabalhadora humanitária, também advogada, nascida na cidade de Manaus e que trabalhava em organizações sociais que atuavam no campo dos direitos de pessoas indígenas e migrantes.

Quando conversamos sobre a situação do racismo na região, fornecendo uma descrição das tensões e relações de poder diante da intensificação da migração venezuelana em crise:

*Gal: Então... sem dúvida há racismo, há racismo de Estado, há racismo individual, pessoal, né? Então, é entre os próprios venezuelanos, acho que tem o próprio racismo, é... Com os indígenas, né, mas não acho que **entre os venezuelanos não é só o racismo, há também um processo de violência, né, assim como no Brasil.** (...)*

⁵ Conheci a Bea como companheira de graduação e, posteriormente, soube de seus trabalhos no mundo humanitário. Atuante em uma organização que não trabalha com financiamento direto de governos, ela foi atuar em Boa Vista. Entrei em contato e lhe pedi uma entrevista, e conversamos de forma virtual em 2021.

*alguns brasileiros não indígenas são violentos com os povos indígenas. Por exemplo, aqui em Roraima, quando a gente encontra os Yanomami nas ruas, a gente fala “o que esses índios estão fazendo aqui?” A gente não, né, pessoas falam “que que esses índios estão fazendo aqui, eles têm que voltar para a terra”, né? Então, entre eles também há um processo de violência verbal e muitas vezes física, que é muito que os Waraos carregam muito consigo, né? Que na Venezuela, nas cidades, por exemplo, em Tucupita, eles traziam muito isso de que os roto-warao, por exemplo, os não-indígenas, eram muito violentos com eles. Que os criollos, como falam, eles são de matar, né? Mas essa mesma narrativa não é tão frequente entre os Pemón, por exemplo, com quem eu trabalho. E eu já perguntei: “Ah, e os não indígenas, como é que eles são para vocês?” Normal, tipo normal. Por quê? Há uma diferença, os Waraos acessaram muito a cidade, os Waraos acessaram os recursos públicos, os órgãos públicos na Venezuela, os Waraos estavam mais na cidade presente daquele seu jeitinho curioso que eles são. E os Pemón estavam muito mais no seu território, recebendo os não indígenas, os criollos de interesse pro turismo. Então a relação era outra, era uma relação de que: você quer, eu quero também, entendeu? Então é bem diferente. Então acho que o racismo começa de lá, e **aí vem o racismo entre países, né?** Então, acho que o racismo na Venezuela ele é uma coisa... Do Brasil com a Venezuela, uma coisa muito grande, principalmente no fato econômico, né, há muitos brasileiros que tratam a Venezuela de maneira bem escrota mesmo e os venezuelanos por tabela. E eu acho que é isso. Aqui na fronteira isso é muito forte, porque está ligado ao fluxo, né, você anda pela cidade, você ouve poucos brasileiros falando, você vê mais venezuelanos e pela questão de vulnerabilidade também, eles acabam alguns acessando... Práticas, né, de crimes, né? Aí a gente entra pela lógica dos assaltos, assaltos nas casas são muitas vezes desenvolvidos por venezuelanos, isso traz um senso de que aquela raça é ruim, então aquilo começa o racismo daí. E **aí o racismo está nos órgãos públicos, o racismo está nas tratativas sociais dentro da cidade, onde eles cobram mais barato pelos serviços, né, e assim vai (...)** (Gal, advogada e trabalhadora humanitária, 20 de agosto, 2022).*

A fala de Gal reflete parte das tensões em questões identitárias – e de território, que se relaciona com a migração massiva proveniente da Venezuela, de fluxos de pessoas indígenas e não-indígenas e, portanto, discussões variadas com relação a projetos migratórios e de vida. A temática indígena da região será intensificada pela migração indígena que começa a ocorrer no seio da migração massiva venezuelana, o que traz muitas questões ao Estado brasileiro e escancara a visão de mundo racista presente entre diferentes setores da sociedade.

Fica bastante evidente, na escuta dos ativismos da migração, que a questão da desigualdade social e do racismo segue sendo determinante para as experiências de vida que

as pessoas terão nos lugares de trânsito e destino enquanto migrantes. Ao mesmo tempo em que apresentam situações de violências, incômodos e desconfortos para determinadas identidades migrantes, elas terminam propiciando reflexões e formas de articulação conjunta que passam não só pela denúncia desse problema histórico mas por posturas ativamente antirracistas, e a principal demanda que se pode extrair nesse sentido é a luta pela igualdade social com base no respeito à diferença, numa perspectiva de valorização real das múltiplas identidades que existem no mundo.

A dialética da Pessoa Migrante: Trabalho como Exploração, Exploração como Sobrevivência.

Quando se fala em crise migratória ou migração precária, é possível construir, a partir de referenciais dos meios de comunicação, uma imagem da pessoa migrante que se encontra em situação de rua, vivendo da solidariedade e hospitalidade de albergues, viajando em trens de carga, migrando através do caminhar de seus próprios pés por territórios hostis: natural e militarmente. Esses sujeitos são as pessoas que compõem de forma majoritária os ativismos auto-organizados nas comunidades migrantes, e o “público-alvo” das práticas e ações humanitárias e de solidariedade.

Quando se busca pensar a conexão entre essa migração crítica, proveniente de países do Sul Global, negra, indígena, empobrecida com questões relativas ao trabalho e à vida econômica dessas pessoas migrantes (Bauer, 2020; Martins e Xavier, 2021; Pauli, Comin, Rufatto e Oltramari, 2021; Ramírez García e Ascencio, 2017; Scavitti, 2017; Wise, 2016), é possível notar a vinculação entre essa migração e trabalhos informais e precários que envolvem, como repetidamente escutado no campo: péssimas condições de trabalho, baixa

remuneração, maior suscetibilidade à violência institucional, principalmente policial, maior vulnerabilidade nas relações com empregadores.

No entanto, um dos fatores macroeconômicos e social das razões migratórias no continente, a pobreza é um combustível importante desse grande êxodo de classes trabalhadoras circulando pelo território, transformando em migrantes as pessoas que almejam uma vida melhor. O modo de produção capitalista gera consequências diretas na vida material, e faz ressoar constantemente a pergunta vital sobre a migração em crise: “porquê são tão pobres as pessoas?” (Bar Din, 2008).

Em debate acadêmico promovido como lançamento do projeto de pesquisa e ativismos da CLACSO, *(In)Movilidad*, que ocorreu durante a pandemia de covid-19, H.J., pesquisador acadêmico haitiano que vive no Brasil, afirmou que durante a pandemia muitas pessoas migrantes que trabalhavam em setores diretamente afetados pela crise sanitária: restaurantes, comércio informal e de rua, construção civil, ficaram desempregadas. Diante disso, foi construída uma ampla mobilização entre migrantes no país, e uma rede de solidariedade e ajuda com alimentos, equipamentos de saúde e segurança, além de campanhas políticas que tentaram articular-se transnacionalmente (CLACSO TV, 2020).

A combinação entre o capitalismo e o colonialismo explica especificidades socioeconômicas de países que já foram colônias (Bar Din, 2008) e suas posições na divisão internacional do trabalho, causando consequências à vida dos povos e classes trabalhadoras locais que vivem em condições de precariedade material. A migração em crise está inscrita numa relação de dominantes e dominados, onde pessoas migrantes são constantemente lembradas de sua condição com relação ao local de destino: “(...) o imigrante deve continuar sendo sempre um imigrante – o que significa que a dimensão econômica da condição do

imigrante é sempre o elemento que determina todos os outros aspectos do estatuto do imigrante: um estrangeiro cuja estadia, totalmente subordinada ao trabalho, permanece provisória de direito (...)” (Sayad, 1998, p. 63).

Sayad (1998) aponta que em geral na geopolítica dos países capitalistas onde desenvolvem-se os fluxos migratórios, existe um mercado de trabalho específico para imigrantes, a partir da demanda de trabalhos específicos que muitas vezes a força de trabalho nascida naquele país, por uma série de razões, não supre, entre elas os baixos salários e trabalhos extenuantes que são demandados.

A pessoa migrante, detentora da própria capacidade de trabalho, é como qualquer pessoa viva um trabalhador/a em potencial que, em um cenário de necessidade material e desejo de vinculação territorial, comporá grupos ideais de trabalhadores para postos de trabalho precários, ou desenvolverão atividades classificadas como “informais”. As dinâmicas específicas do capitalismo influenciarão de maneira significativa nas rotas e formas de inserção das populações migrantes.

Quando perguntei ao ativista e migrante Lucho sobre qual era, desde a sua experiência, o que ele considerava como principal problema da migração e das dinâmicas migratórias da região, ele me respondeu:

Lucho: El problema de la migración es el sistema capitalista, no cree... No queda otra cosa para mí. Porque cuando vamos a arrancar un poco... Los problemas y dificultades empiezan por una cuestión de que el sistema ha destruido, en este caso a Centroamérica, avalado por los Estados Unidos y la injerencia que tuvo Estados Unidos en todos los procesos sociales y políticos de Centroamérica y de Sudamérica, empezando desde los años 60, 70, en los proyectos de las dictaduras y demás, poniendo mucho dinero para financiar las dictaduras. Parece muy loco pensar tan lejos y pensar en cómo, en algo tan grande, cuando en la realidad en los albergues el problema es que alguien se rompió el pie o que no tiene para comer, o... pero hay que ir hasta ahí para ver cómo Estados Unidos en la década del 80 deportó a todas las personas centroamericanas que tenía detenidas y esas personas centroamericanas vieron cómo se manejaba todo el mundo del delito en Estados Unidos y crearon las

maras en Centroamérica. Como todo, todo se privatizó, como empezó a haber escasez de alimentos, como empezaron a bajar los salarios y la gente tuvo que empezar a movilizarse porque ya no le quedaba otra que salir, porque no tenía para comer y sobre todo por la violencia. Entonces hay que rascar en el sistema, y yo siempre digo las personas que tienen un plato de comida en la mesa, no se quieren salir de sus casas, de sus hogares. La gente sale porque no tiene para comer o porque la van a matar, o porque le van a secuestrar a sus hijos o hija para hacer en cuestiones delictivas. El sistema es lo que hizo un polvorín en Centroamérica, como antes lo hizo con América del Sur, nada más que en América del Sur hay como unos movimientos sociales más grandes. Y... De ahí con la resistencia. En Centroamérica está todo cooptado (Lucho, trabajador humanitário e migrante argentino, 05 de abril, 2021).

Essas populações às quais Lucho se refere, já partem desde os seus países de origem em condições precárias e estruturais de desigualdade que envolvem amplamente o aspecto econômico do país e das suas vidas, e muitas vezes isso deriva na impossibilidade de construir um projeto migratório “regular”, migrando de forma indocumentada ou desenvolvendo a estratégia de solicitar refúgio. São aquelas que se tornam irregulares nos caminhos jurídicos que marcam algumas migrações internacionais (Durand, 2011).

Numa “economia política da morte” ou necropolítica (Mbembe, 2018) que caracteriza os deslocamentos humanos na região, as pessoas migrantes em condições de vulnerabilidade se tornam elas mesmas mercadorias, pois além de serem força de trabalho potencial nos países de trânsito e destino, seus próprios corpos e vidas são úteis a segmentos econômicos vitais à manutenção do capitalismo ganancioso, tais como empresas de remessa de dinheiro, setores de alimentos, transportes rodoviários, aéreos e terrestres entre outros. Na migração de pessoas originárias do Sul Global, a condição de sub-humanidade das identidades se conformam, ademais, no cruzamento de fronteiras nacionais (Covarrubias, 2015), racistas e colonialistas que operam na região.

Quando a pandemia de covid-19 explodiu em 2020, grande parte dos ativismos migrantes acompanhados na etnografia virtual passaram a denunciar que muitas famílias

migrantes ficaram sem qualquer tipo de renda, já que os postos de trabalho já precários que possuíam foram diretamente afetados, e que as condições materiais de vida de parte das comunidades migrantes pioraram significativamente, gerando problemas de atenção básica.

No Brasil, em debate online, a ativista e migrante boliviana J. M. compartilhou a experiência do principal trabalho desenvolvido pelo seu coletivo na pandemia, que foi a realização de um mapeamento de famílias e mulheres imigrantes em situação de extrema vulnerabilidade para a arrecadação e distribuição de cestas básicas (Observatório Internacional do PSOL, 2020). O padre Paolo Parisi, que coordena a Pastoral do Migrante na cidade de São Paulo, em outra atividade online, promovida pela Missão Paz⁶, relatou que durante a pandemia a força tarefa dos ativistas e voluntários da organização passou a ser centralmente a entrega de cestas básicas às famílias migrantes, além da realização de mutirões de renovação de passaportes de pessoas haitianas (Missão Paz, 2020).

Os relatos em geral demonstraram que a perda total do trabalho e da possibilidade de acesso à renda impactou significativamente comunidades migrantes já vulnerabilizadas, escancarando que para elas, o aspecto essencial de sobrevivência era ter algum tipo de trabalho, um divisor de águas entre passar ou não passar fome. Se o trabalho é vital para qualquer pessoa na sociedade capitalista, parece um pouco mais sensível quando se é migrante, que muitas vezes estão bastante longe de lugares seguros ou redes de solidariedade, e outras vezes são elas próprias as responsáveis por manter a reprodução da vida de familiares que vivem longe dali.

⁶ A Missão Paz, é ligada à ordem Scalabriniana da Igreja Católica e se localiza no bairro do Glicério, no centro de São Paulo, configura-se por ser um espaço de albergue para pessoas migrantes e de promoção de eventos, formação, pesquisa, publicação e ações para melhoria da vida migrante.

Y. mulher migrante boliviana e uma das fundadoras da organização Associação Mulheres Imigrantes Luz e Vida (AMILV), coletivo que conheci no trabalho de campo, virtual e presencial, e que acompanhei em espaços de formação e debates públicos, em um dos espaços de discussão pública etnografados virtualmente, relatou que

Essa pandemia trouxe violência nas famílias, brigas por comida, por falta de trabalho, a questão dos aluguéis, as contas por pagar, a gente não tinha trabalho, se atrasava algum trabalho era menos 15 centavos, a gente costurou as máscaras e tinha que virarse, e é aí que a associação fez um trabalho com as líderes porque nós tratamos de conseguir pelo menos para aliviar um pouco as cestas básicas para que as mulheres se valorizem, para que mostrem aos maridos que elas estão colaborando aí. (Fronteiras Cruzadas, 2021).

M.F., ativista do coletivo *Diásporas Africanas*, também comentou sobre o impacto da pandemia e a realidade econômica em que se encontrava a comunidade migrante com a qual trabalhava:

...a pandemia fez com que muitas pessoas que já se encontravam em uma situação de vulnerabilidade social, passaram a se enquadrar em uma situação mais vulnerável ainda. Aqui no Brasil, falo mais especificamente de São Paulo, mais da metade dos imigrantes trabalham no mercado informal e por isso muitos desses imigrantes ficaram totalmente sem renda, sem trabalho nenhum. E então criamos, com outras organizações, uma plataforma de dados e conseguimos cadastrar mais de 200 famílias para poder suprir o que é básico, principalmente alimentação. Muitos imigrantes não tinham o que comer, então fizemos algumas articulações, para conseguir cestas básicas e distribuí-las, inclusive levando-as às casas dessas pessoas,

porque elas não tinham nem dinheiro para passagem. Conectamos as lideranças de outros grupos, e hoje trabalhamos mais de 20 nacionalidades (CLACSO TV, 2020).

No México as organizações sociais que atuavam em defesa e garantia de direitos das pessoas migrantes também precisaram responder aos desafios da pandemia e da intensificação de fluxos migrantes em situações de bastante vulnerabilidade. Em uma atividade de debate online transmitido pelo Facebook, S.A.C., trabalhador da organização *FM4 Paso Libre*, um albergue e espaço institucional para promoção de trabalho, saúde, educação e questões relativas à vida das comunidades migrantes em Guadalajara, relatou que “*los primeros impactos que sentimos con relación a la pandemia fueron de pérdida de empleo (...)*” (COINCIDE ITESO, 2020).

A combinação de situações críticas que obrigam a migrar e a crescente criminalização da migração a nível internacional, impõe travas que operam no sentido de depreciar a força de trabalho de conjunto, em especial a migrante, submetida a alta condição de vulnerabilidade em todos os níveis do deslocamento, exclusão social e situações concretas de exploração extrema (Wise, 2016). Tal é o caso, por exemplo, da conexão entre a chamada escravidão contemporânea e a migração, bastante presente em alguns fluxos migratórios dos últimos dez anos no Brasil (Freire, 2008; Côrtes, 2013; Scavitti, 2017).

Há uma metáfora desenhada por Sayad que nos fornece uma síntese: imigrantes, representados por *grãos de areia*, são separados da “rocha-mãe” por um *vento que sopra numa longa tempestade*. O vento é a economia capitalista, cujos efeitos se desenrolam e reverberam na vida de todos os indivíduos, gerando movimentos entre as sociedades “de transferência de um campo econômico para outro, de um país para outro, de um continente para outro (...)”. (Sayad, 1998, p. 72).

Os discursos políticos que criminalizam a migração e constroem ambientes hostis às pessoas migrantes operam através da estigmatização da força de trabalho, perversamente contribuindo para o barateamento dessa força de trabalho, sua flexibilização e vulnerabilidade (Wise, 2016). Em evento realizado online pela organização Pacto pelo Direito de Migrar – África do Coração (PDMIG) intitulado *Nada sobre nós, sem nós*, diretores gerais e regionais foram convidados a falar sobre os principais desafios e missões da organização em sua atuação no Brasil e em países vizinhos. Um dos convidados, C.M., migrante do Cabo Verde que vive no Brasil há 14 anos, comentou:

Eu não vejo a inclusão e a integração como as principais pautas políticas para refugiado e imigrante, é mais comum a gente ver projetos de acolhimento, assistencialismo, suporte jurídico, alguns casos também projetos relacionados a questões laborais, mas no que se refere a integração a gente não tem políticas públicas pra isso, pelo menos a gente não enxerga, inclusive essa é uma das principais causa da nossa luta. É importante inclusão e integração do refugiado imigrante. Como ele vai conseguir trabalho no Brasil se ele não está inserido? Se não está incluso? (PDMIG, 2021).

Outro diretor regional, J. G., é refugiado no Brasil e vive no Rio Grande do Sul. Em sua reflexão, comentou a relação entre indocumentação, migração de refúgio e dificuldades materiais relacionadas à falta de trabalho que é um dos principais problemas da comunidade migrante refugiada no país:

Pra mim os desafios começam com uma palavra muito simples: a solidariedade não pode ter fronteiras. (...) o grande desafio que nós estamos tendo hoje é a questão dos indocumentados (...) hoje nós tamos nos deparando com uma situação muito muito

complexa, o que fazer com alguém que não tem um documento, quer trabalhar, está com fome... Eu essa semana me deparei com a situação de um rapaz que caminhou 20 km para encontrar um centro de referência ao imigrante, lá ele não teve uma resposta, o que fazer com o indocumentado? Fechou-se as fronteiras, né, aéreas, e muitos estão entrando por terra, como venezuelanos e haitianos, e Rio Grande do Sul está cheio desse pessoal, nós estamos nos deparando todos os santos dias, com esse pessoal, nessa situação muito complexa. A minha pergunta assim, eu me pergunto todos os dias: o que que nós vamos fazer com esse pessoal? Aqui no RS nós fizemos um movimento, uma carta para chegar junto ao Ministério da Justiça, pedir, negociar, implorar, com que eles reveem a situação desse pessoal, porque a situação tá muito, muito difícil, esse é o nosso maior desafio hoje. Porque ele é um processo de salvar vidas, nós temos que salvar vidas, e eu vejo que nós não estamos conseguindo por um entrave político, aqui no Rio Grande do Sul fazemos uma força tarefa para poder minimizar a situação de alguns irmãos nossos refugiados que vem aqui em situações de dificuldade, então eu peço assim para empresas, instituição de educação, sociedade civil, você que vê uma vaga de emprego, compartilhe por favor, porque é o ponto de partida a partir do momento que eu estou fugindo, numa situação para salvar a minha vida e chego num local eu quero, o ponto principal é um emprego para poder dar um pão pro filho, um teto para poder abrigar minha família e assim eu conseguir se inserir na sociedade (...) (PDMIG, 2021).

Diante de tantas falas de ativistas, pesquisadores/as e pessoas migrantes sobre essa conexão particular das comunidades migrantes com os trabalhos, mesmo os mais precários e informais, também se pode concluir que há uma evidente “composición de clase de esa

migración, ya que la figura de irregularidad está íntimamente relacionada con la precarización/flexibilización de la fuerza de trabajo en sus condiciones de trabajo y de movilidad (...)” (Mezzadra, 2012, p. 172).

Ativismos, Cuidado e Solidariedade na Migração.

A imigração causa confusão nas normas pré-estabelecidas em um determinado território. Se confundem os grupos nacionais e não-nacionais, e começam a explodir uma série de paradoxos mascarados. Carregando em si uma dramaticidade, em especial a migração das crises migratórias, apresenta uma provocação e um desafio ao conservadorismo social e político (Sayad, 1998).

Diante de cenários de repressão e precarização migratória, algumas pessoas migrantes desenvolvem lutas e estratégias para “mover-se por diferentes territórios”, o que torna a migração em si mesma uma espécie de um movimento social, segundo a perspectiva da autonomia das migrações (Mezzadra, 2012). Os conflitos gerados pelo movimento humano nessa perspectiva são observados priorizando práticas subjetivas, no sentido de valorizar os “desejos, expectativas e comportamentos dos próprios migrantes” (Wiesner, 2020, p. 18).

Ela permite escapar à definição do político da tradição ocidental clássica, ampliando a dimensão de representação de luta política buscando compreender a existência de formas de lutas migrantes que podem passar despercebidas: as da cotidianidade, práticas de sobrevivência que não se expressam nem se anunciam publicamente como uma luta ou ato político; e as que se apresentam como manifestação (Wiesner, 2020).

Sobre o ativismo político que constrói a partir de sua migração, M.F, do *Diásporas Africanas*, comentou que uma das coisas que mais lhe chamava atenção no espaço onde atuava era a solidariedade que existe entre as mulheres migrantes. Essa união é relativa

principalmente à questão da necessidade de cuidado, de alimento e de coisas materiais. É uma rede que se forma na atuação prática, de uma pessoa ir passando o contato para a outra, uma técnica bola de neve: “*Nós mulheres imigrantes cuidamos umas das outras – mesmo que isso não seja midiaticizado. Não tem limitação de nacionalidade não, não trabalho só com mulheres africanas não. A luta das mulheres deve ser uma luta unificada, porque fazemos questionamentos*” (Base Warmis, 2020).

O território da migração se conforma como uma arena de diversos atores conscientes e processos de atuação política. Pessoas migrantes podem intervir para modificar instituições, forma de organização e relações sociais predominantes (Goldring, 2002), tensionando com o Estado e incidindo nos detalhes do cotidiano, criando “espaços” alternativos de acolhimento das pessoas migrantes em situações de sofrimento e incerteza, funcionando como um respiro, oportunidade de cura, assentamento e ainda reorganização de forças. Há uma ampla variedade de formas de atuação em defesa dos direitos humanos das pessoas migrantes, razão pela qual se usa o termo no plural: ativismos da migração.

Ao cruzarem as fronteiras nacionais e estarem submetidas a lógicas nacionais específicas que incidirão sobre seus corpos e identidades, as pessoas migrantes não são desprovidas de agência política, e desenvolvem estratégias de luta que também desafiam as lógicas nacionais e colonizadoras do Estado, colocando em evidência e crítica um tema sensível ao debate da crise migratória atual: a soberania e segurança nacional.

Na atividade de debate promovida pela organização *FM4 Paso Libre*, já mencionada anteriormente, o trabalhador S.A.C., contou que com a pandemia, foi preciso haver ações da sociedade civil com relação a pressionar a secretaria de saúde e o INM para que se garantisse

acesso a direitos e proteção às pessoas migrantes – com judicialização dessas lutas inclusive. (FM4Paso Libre, 2020).

Em outro debate sobre a realidade da dinâmica migratória no contexto de pandemia na cidade do México e as respostas de organizações da sociedade civil, um dos espaços participantes foi o albergue chamado CAFEMIN⁷, também um espaço de acolhida temporária e acompanhamento integral de pessoas migrantes em processo de assentamento na região. A trabalhadora representante do espaço, M.I., afirmou, que no trabalho de atenção direta às pessoas migrantes:

Es muy difícil mantener el dialogo constante con ellos, calmar sus ansiedades, estar acompañando a todo momento. Muchas personas migrantes vienen con muchas expectativas, con muchos sueños y cuando llegan perciben que no es exactamente como pensaban que iba a ser, y eso es muy complicado de acompañar y trabajar con ellos esas cuestiones (...) muchos albergues cerraron, incluso lo nuestro. Las personas migrantes (...) enfrentaron mucha ansiedad, y eso se vuelve a veces complicado, en la convivencia a veces, porque no pueden salir a trabajar, no pueden seguir sus caminos. Algunos también empezaron a seguir sus caminos y nos fuimos quedando con menos. (CAFEMIN, 2021).

Os ativismos mexicanos relataram diversas dificuldades para a atenção às comunidades migrantes que recém estavam nas cidades, sobretudo com o fechamento parcial dos albergues, porque muitas pessoas migrantes que em realidade só estavam passando pelo México, se viram obrigadas a esperar diante da pandemia e da intensificação de restrições ao trânsito. Como grande parte dos albergues deixaram de contar com o trabalho voluntário nesse

⁷ Casa de Acogida, Formación y Empoderamiento para mujeres y Familias Migrantes y Refugiadas (ONG).

período, muitos precisaram se desdobrar com os recursos humanos e financeiros que possuíam.

Nesse sentido é importante destacar principalmente espaços com origem ou influência religiosa. Esse ativismo religioso, materializado na forma de espaços de abrigo (albergues de trânsito) ou organizações que atuam com assistência jurídica, proteção e demais elementos da vida cotidiana transcende as fronteiras nacionais, evidenciando a interconexão entre uma multiplicidade de lugares: de origem, destino, trânsito, a partir da defesa de um ideal de dignidade humana, solidariedade e acolhida caridosa.

Por exemplo, tanto no Brasil como no México há forte presença de organizações como Cáritas, Serviço Jesuíta e organizações semelhantes como seria uma Pastoral do Migrante, que no México se identifica principalmente na gestão de albergues de permanência limitada⁸. Isso evidencia que as motivações éticas e religiosas de comprometimento do corpo de trabalhadores de organizações religiosas, em grande medida voluntários, foi o principal recurso que sustentou o trabalho efetivo, na práxis, de acolhida e cuidado das populações migrantes em tempos de pandemia.

Suria, uma amiga mexicana de Lucho que trabalha na cidade de Altar, Sonora, na fronteira com os Estados Unidos, em um local de acolhimento temporário para pessoas migrantes em trânsito, conversou comigo no início de 2021. A Casa do Migrante, nome comum entre esses espaços de acolhida que são vinculados ao catolicismo, era seu local de trabalho havia sete anos. Com relação ao local, Suria detalhou sua visão:

⁸ Para o caso mexicano foi possível presenciar um discurso de estimativa sobre a atuação de instituições religiosas no âmbito dos ativismos da migração. Segundo S.H., representante da organização CAFEMIN em debate online realizado pela *Conexión Migrante TV*, se estima que há cerca de 130 albergues dirigidos por congregações religiosas no México (*Conexión Migrante TV*, 2023).

Suria: *Es una casa del migrante como tal, no es un albergue, porque el albergue en sí, las personas migrantes están todo el día aquí adentro, entonces ellos tienen un horario, entran y salen, esto es para no crear una migración paternalista. Entonces el director de la casa es el padre Prisciliano, eh... Él, pues tiene más años aquí, no recuerdo exactamente cuántos años, y pues la casa se fundó aproximadamente en el año 2001 (...) Bueno, como tal el trabajo inició en el año 2000 con un grupo de personas que se juntaban a leer la Biblia. Entonces estas personas dijeron, pues no es solamente leer la Biblia, sino que también necesitamos hacer algo por todas las personas migrantes que están en el pueblo, entonces, en el año 2000, en mayo aproximadamente, para los ejercicios cuaresmales, pues, empezaron a dar comida en la plaza. Cada domingo las y los voluntarios hacían comida e iban y la repartían ahí mismo en la plaza, entonces.... Al siguiente año la abrieron solamente el comedor, era el comedor. [Sorri olhando para câmera e me diz diretamente: es que quisiera que vieras y lo vieras, dando risada]. Abrieron el comedor... Y pues le daban a 200, 300 personas comida diariamente. Entonces, a partir de ahí se siguió haciendo un trabajo (...) en el año 2002, 2003, se abren los dormitorios, se abren 20 camas para hombres, 10 camas para mujeres. Entonces, poco a poco, el trabajo de las y los voluntarios que es católica este lugar. Está el director, como te comento, es un padre, entonces las y los voluntarios son los mismos que iniciaron el año 2000. Hay una voluntaria que tiene 89 años, con esta pandemia ella dejó de venir un tiempo, pero ahorita ya... Ella ya volvió. Fue muy difícil volvernos a acoplar a esto de que es pandemia, que hay que cuidar un poquito más a nuestros voluntarios que están muy mayores... Entonces todo esto, ellos siguen viniendo, dejaron Un tiempo [faz ênfase nessa palavra] como unas dos o tres semanas y no, no creas que aguantaron mucho sin venir, ellos siguieron trabajando... (Suria, trabalhadora humanitária mexicana, 25 de março. 2021).*

Em um debate *online* organizado por *Conexión Migrante TV* algumas organizações e albergues relataram como estavam exercendo seus trabalhos de solidariedade e acolhida junto às comunidades migrantes na Cidade do México em 2023, entre eles o já mencionado CAFEMIN⁹: *“De octubre a diciembre tuvimos un promedio diario de atención de 560 personas, principalmente núcleos familiares y familias. Esa (...) implicó romper todas las estimaciones en tema de presupuesto...”*, comentou S.H, representante da organização (Conexión Migrante TV, 2023), que a respeito do funcionamento dos albergues da cidade, é possível falar em um “colapso geral”:

⁹ Sobre a instituição a representante comentou que se trata de uma organização eclesial que defende os direitos humanos, tendo sido fundada havia 10 anos, dirigida pela Congregação de Irmãs Josefinas, contando com uma equipe de freiras (monjas) a frente dos trabalhos da instituição (Conexión Migrante TV, 2023).

...en infraestructura, en alimento y medicina, en personal jurídico y psicosocial, pensábamos que la situación se iba a “normalizar” ese año, pero tan solo de enero a marzo tenemos un promedio de atención de 200 personas con un promedio de ingresos de 57 persona al día (...) Otra cosa interesante y compleja es que en estos tres meses hemos atendido 24 nacionalidades, cuando normalmente el promedio de nacionalidades era de 5 a 8, es decir que esa diversificación se ve, porque nuestras ocurrencias de mayores nacionalidades está primero Venezuela, Ecuador, Afganistán, Haití y Honduras. Esta diversificación también implica retos en materia de multiculturalidad en los espacios. (Conexión Migrante TV, 2023).

Sobre a espinhosa questão da comunicação, pontuou que deriva da ampla variedade de nacionalidades que vinha compondo os fluxos migratórios com os quais se trabalhava na cidade e no albergue: 57 países de origem. Assim, o esforço do trabalho envolvia não apenas a realização de atividades “assistencialistas” que podem gerar práticas paternalistas, mas o desenvolvimento de uma atuação que busca de fato empoderar essas pessoas migrantes. A questão da comunicação e da tradução é algo recorrente entre as pautas migrantes, e uma das estratégias de empoderamento para efetivar direitos como de acesso à informação, de manifestação e de efetivação plena de todos os outros direitos humanos.

S.H. destacou o caso específico do país de origem ser o Afeganistão, algo que vinha rendendo desafios à equipe do albergue, especialmente a dificuldade em se: *encontrar personas que hablen persa o asegurar que se pueda comunicar claramente las informaciones (...) como eso es un derecho que muchas veces se niega a partir del Estado y que puede de verdad empoderar a las personas migrantes* (Conexión Migrante TV, 2023).

A trabalhadora e ativista aproveitou o espaço para denunciar outra questão sensível às comunidades migrantes e às cidades onde se concentram, em decorrência direta da forma de atuar do Estado com relação à migração internacional e à pandemia, aproveitando para destacar a atuação desse ativismo dos albergues e sua faceta religiosa e transgressora:

...Justo ahora fuera de la COMAR hay muchísimas personas, en promedio se estima que hay como de 50 a 100 personas que se queda por día en la calle y que no puede ser atendida por los albergues, y no parece haber esfuerzo del Estado en lidiar con eso atendiendo a las personas para conocer sus necesidades y vulnerabilidades (...) El padre Juan, ahora director del albergue Arcángel Rafael que acaba de abrir, dice que los albergues de personas migrantes son espacios de resistencia frente el silencio del Estado. Migrar es un derecho y exigir al Estado que haga lo justo no es una concepción, es una responsabilidad y tienen que operar si o si (Conexión Migrante TV, 2023).

Em atividade de conversa *online* promovida pelo Centro da Mulher Imigrante e Refugiada (CEMIR), S.R., migrante peruana e fundadora da organização na cidade de São Paulo, comentou sobre algo que muitos ativistas e acadêmicos no Brasil denunciaram em atividades acompanhadas, que é responsabilidade direta do Estado e do poder público de conjunto: a falta da produção de dados de identidade migrante específica em áreas como da saúde e educação, algo que já ocorria antes da pandemia mas que foi agravado por ela, o que argumenta criticamente, significa vulnerabilizar ainda mais as pessoas migrantes, principalmente as mulheres (CEMIR, 2020), afetando o conhecimento integral da realidade migrante e a possibilidade de formulação de políticas públicas.

O conteúdo das demandas aqui exposto, extraído da etnografia online realizada junto aos ativismos da migração do Brasil e do México, torna possível dizer que existe uma luta comum migrante e em solidariedade às pessoas migrantes que envolve uma discussão mais ampla a nível mundial, que é o direito à cidadania.

Essa luta extrapola a demanda migrante e se configura como humana, já que na teoria a cidadania e seu exercício pleno tem a ver com ter garantida a totalidade dos direitos humanos, sociais, civis e políticos, dispostos em tratados, acordos, declarações e constituições, a nível mundial, regional e nacional. Denuncia-se que a condição de migrante produz para a pessoa uma “cidadania de segunda classe” (Jonas, 2005) em países colonialistas da estrutura social, racista e capitalista.

Os ativismos da migração envolvem processos de contestação e reformulação da cidadania com perspectivas como, por exemplo, a ideia de “cidadania participativa”, que funciona além das fronteiras estatais: “direitos que alcancem todos os seres humanos pela simples virtude de serem seres humanos” (Jonas, 2005, p. 195), proposta contra hegemônica, de caráter e potência transnacional que busca superar o Estado-nação como dado de realidade.

No debate organizado pela *Conexión Migrante TV*, também esteve presente B.F, da organização *Casa Fuente*¹⁰, que trabalha de maneira coordenada com outros albergues da cidade, e que vive principalmente de doações privadas. Sobre a atuação, B.F. afirma que a princípio o perfil de pessoas atendidas era

¹⁰ *Casa Fuente de Apoyo a Mujeres Niñas y Niños Víctimas de Violencia A.C.* é uma organização da sociedade civil que trabalha apoiando pessoas vítimas de violência em suas diversas modalidades, brindando refúgio (albergue), alimentação, acompanhamento psicológico e médico a mulheres mães e seus filhos e filhas. Embora não atue diretamente com o tema da migração, acaba relacionado uma vez que atende a pessoas nessas condições descritas e que ademais são migrantes internacionais.

...mujeres, niños y niñas víctimas de violencia (...) Igual a partir de 2021 tuvimos que abrir nuestras puertas también y estas veces tuvimos hasta 100, en octubre tuvimos 127 personas. Aquí la cuestión está en que justamente no hay perfiles, o sea cuando es una cuestión de emergencia los perfiles los hacemos a un lado, al menos porque estamos diciendo no estamos trabajando con cosas, estamos trabajando con personas, con sentimientos, con toda esa cosa humana... humanismo, ¿no? (...) El gobierno, las instituciones públicas no tienen esa infraestructura para poder soportar y entonces nosotros tenemos que dar la atención si o si (...) (Conexión Migrante TV, 2023).

B.F. denuncia que no caso das migrações de refúgio há uma constante violação de direitos humanos por parte da COMAR que está relacionada com a falta de estrutura para efetivamente atender à população migrante, principalmente na quantidade de pessoas que trabalham no órgão e em suas capacidades de comunicação e prestação de informação. Descrevendo um pouco o atuar da instituição e da realidade do trabalho com comunidades migrantes no México, comenta que se trata de uma forma de auto-organização, descrevendo um pouco dos seus detalhes:

Nosotros lo hacemos lo propio, todos los albergues que estamos trabajando de manera coordinada hacemos lo propio. Pero igual, o sea, falta alguien más afuera, más arriba que empiece a hacer esa política pública, que empiece a presionar a las instancias que debe ser porque nosotros ya presionamos, pero igual o sea como que de a veces nos sentimos desenganchados (...) o como en un desierto, va. Entonces la atención la damos sí o sí, eso si queda muy claro. Pero yo creo que con un poco más de apoyo justamente en la zona de la Ciudad de México nosotros estaríamos haciendo un

*trabajo dignificándolo más, dignificando como decimos que lo debemos de hacer, por las leyes, por los derechos humanos porque somos defensoras de derechos humanos, porque nos duele que las personas estén en situación de calle, pero no podemos hacer más... Creo que todos los que manejamos migrantes, los que atendemos a migrantes ya llega un momento que de verdad estamos colapsadas hasta nosotros mismos (...) todo eso no para. Se creía que en diciembre se pensaba que iba a disminuir, de repente enero y nada (...) igual hondureños, igual colombianos (...) Esta parte nos sacude en nuestra zona de confort, estamos acostumbrados a ver hondureños, salvadoreños, guatemaltecos, ya sabíamos cómo, pero ahora es un grande aprendizaje que debemos de tener ahora porque ahora nos mueven, vienen de Congo, mucha gente viene de África, mucha gente viene de la India, y que dices: ¿bueno y ahora qué está pasando? ¿Pues sabemos de antemano qué está pasando, ¿verdad? **Pero eso sirve en componer nuestro modelo, nuestra manera justamente de ver a las personas migrantes (...) de comer, de dormir, de resguardarse del frío, ¿no? Es lenguaje mundial. Es atención que necesita toda esa gente.** (Conexión Migrante TV, 2023).*

A fala da trabalhadora e ativista B.F., evidencia ainda o já mencionado anteriormente com relação à diversificação do fluxo migratório no México, especificamente na capital do país e os desafios que as diferentes identidades étnicas e culturais representaram para a efetivação do trabalho solidário e do ativismo, principalmente daquele comprometido com a defesa dos direitos humanos.

No caso do Brasil, e especificamente da cidade de São Paulo que em dimensões territoriais, população total e centralidade política, cultural e econômica se compara à Cidade do México, ainda que não seja a capital do país, a diversificação de nacionalidades das

comunidades migrantes está historicamente mais estabelecida, sendo possível notar uma ampla variedade de organizações e coletivos ativistas, que em geral não atuam com a disposição de espaços para albergues. Uma das poucas exceções é a Missão Paz¹¹, que funciona como espaço de albergue, com regras e horários de entrada, permanência e saída, cuja dinâmica é parecida com alguns albergues no México. E mesmo nesse local a diversidade de nacionalidades já está consolidada.

Em atividade de debate online realizada pela mídia alternativa chamada Blog Migra Mundo em parceria com o Coletivo Base Warmis, uma das ativistas citada anteriormente, J.M. comentou aspectos relacionados à cidadania e as concepções que surgem a partir da migração:

Considero como uma violência muito grande que o Estado escolha que migrante e/ou refugiado ele quer em seu território. (...) É importante que as pessoas compreendam que não é um favor regularizar o status de uma pessoa num território, tem que ser visto como um direito social. Sem instrumentos políticos que conferem legitimidade, os e as imigrantes não participarão dos espaços de decisão e discussão. É uma democracia formal, e isso se reflete nos imigrantes. As pessoas têm medo (...) A xenofobia está crescendo muito, porque quem se pode culpar nesse momento, pela falta do que seja, são os imigrantes, então eu sinto que estamos mais ou menos nesse tempo. Nós imigrantes como não somos sujeitos políticos, como não temos cidadania plena, sempre somos tutelados de alguma forma, nossa luta sempre está sendo

¹¹ Instituição filantrópica ligada à ordem Scalabriniana da Igreja Católica inaugurada nos anos 1930 para atuar em favor de pessoas migrantes (naquele momento, principalmente italianas) que recém chegavam ao Brasil. Sua estrutura conta com a Casa do Migrante (albergue), o Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM), o Centro de Estudos Migratórios (CEM), além de ser uma Igreja (Nossa Senhora da Paz).

*mediada de alguma maneira. O tema da migração é invisível, muitos movimentos sociais nem sabe que existimos, não tem nem ideia do que se passa nessa pauta. Nesse momento precisamos sair a construir vínculos e parcerias, com coletivos e movimentos da cidade, porque há pautas que nos tocam a todos e precisamos lutar juntos. O imigrante não traz problemas, ele apenas evidencia problemas que já existiam na sociedade. (...) **É um estigma que o controle de fronteiras reforça muito** (...) **O estigma de imigrante é uma violência do Estado, porque ele quer diferenciar quem “não é daqui” (quem não tem direitos) e isso é passado para a sociedade** (Migra Mundo, 2020).*

Relacionando-se com uma discussão sobre a identidade migrante criada pelo Estado, a reflexão da ativista é também uma provocação para refletirmos sobre a concepção vigente de direitos humanos e a quem eles devem ser estendidos. Uma das maiores preocupações geradas no cotidiano tem a ver justamente com as categorias pelas quais são reconhecidas pelo poder estatal essas pessoas migrantes que estão no território. É possível dizer que a discussão sobre cidadania não está fechada em nenhum dos dois países, e vem sendo desafiada pelo trânsito e permanência migrante em ambos os territórios.

As organizações não governamentais de maneira geral em ambos os países em sua aproximação e trabalho diário com pessoas migrantes, atuam ainda para documentar e registrar, produzindo informações e dados sobre as condições de vida e trânsito das pessoas migrantes pelo país, as rotas usadas e os problemas enfrentados. No México, esse trabalho foi fundamental para fazer pressão ao Estado, num sentido de se obter proteção e novas legislações e condições de garantia à vida e à dignidade humana migrante (González, 2013, p. 179).

Existe uma contradição entre pensar a migração como um direito humano e a própria manutenção dos Estados nacionais e da soberania, principalmente com relação ao controle sobre o território que se expressa em deixar ou não uma pessoa migrante entrar no país, como lembrou J.M. Se a contradição parece insolúvel, é justamente nela que se movem as possibilidades de atuação, contestação e transformação da realidade que as migrações internacionais carregam e representam, conforme as experiências específicas de cada país puderam demonstrar.

Na literatura acadêmica e ativista sobre a migração no México, surge a proposta de uma “sociologia das lutas migrantes” (Varela-Huerta, 2016), partindo do aspecto marcante de que o país vinha se configurando como um dos territórios mais violento do mundo para pessoas migrantes, marcadas como “corpos descartáveis”. Não se trata apenas da crueza de um cenário de deslocamentos marcados por violências, como também identificar possibilidades de construção de uma identidade coletiva insurgente,

...cuando los sujetos victimados, los migrantes, se identifican entre sí por esa condición y se organizan para defenderse de las leyes que los extranjerizan permanente, a través de un repertorio de acciones que buscan contener y, eventualmente, erradicar los efectos que el racismo institucional y el racismo social tienen en las vidas cotidianas de estos migrantes. (Varela Huerta, 2016, p. 33).

A migração, ao juntar pessoas de diferentes identidades e nacionalidades que passam a compartilhar um mesmo território, gera experiências concretas de ampliação da noção de cidadania, seja através do ato primeiro de existir enquanto migrante, seja reivindicando ativamente direitos ao Estado. A migração coloca em xeque noções como “direitos universais”, porque questiona a raiz *nacionalestadocêntrica* por detrás do ordenamento

jurídico-político que os sustentam, que vincula a nacionalidade de um sujeito com o direito ao exercício pleno desses direitos universais (Varela Huerta, 2016).

Como já mencionado, o ativismo da migração de caráter religioso é forte no México e no Brasil, presente em ambos os territórios. Como evidenciou em nossa entrevista, a partir da atuação da Pastoral do Migrante na região norte do Brasil, a irmã Salete destaca a importância de uma atuação em rede dessas organizações de caráter religioso – que frequentemente envolve parcerias com grupos não-religiosos também – o que garante na prática uma ampla capilaridade e incidência no território a partir de uma atuação muito próxima e cotidiana das pessoas migrantes:

Salete: Então nós trabalhamos aqui com a Pastoral do Migrante, né, que é uma pastoral eclesial da Igreja Católica, mas a gente também tem parceria com a Caritas Diocesana também, que é da Igreja, tem o Serviço Jesuíta Migrante e Refugiado, tem o IMDH, que é Instituto de Migração e Refúgio de Brasília, que também tem uma sede aqui em Roraima... E nós fazemos parte desse grupo, a gente tem até um grupo que a gente chama de Articulação de Migrantes e Refugiados, e o CIMI¹² também se envolveu por causa da questão indígena, também tem os Warao, tem os Pémons aqui também no estado... Então a gente tem trabalhado bastante essa questão da incidência (Salete, missionária e ativista, 25 de fevereiro, 2021).

Salete é uma missionária Scalabriniana brasileira que trabalhava havia dez anos com populações migrantes na região norte do Brasil, primeiro Manaus, no Amazonas e depois em Boa Vista, Roraima, onde atuava pela Pastoral do Migrante, um serviço pastoral da Igreja Católica para promoção de direitos das pessoas migrantes. Nossa entrevista foi feita de forma virtual.

¹² Se trata do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Para mais informações, é possível consultar a página da organização e conhecer sua atuação: <https://cimi.org.br/>.

Sobre essa atuação das organizações religiosas e sua importância, Bea também comentou, a partir de sua experiência de atuação na fronteira norte brasileira, pontuando um pouco do cenário da xenofobia na região:

Bea: *É... eles tem muita capilaridade, mas eles não tem poder. Eles têm capilaridade no sentido, assim, se você quiser saber quem está em todos os lugares, todos os municípios de Roraima, trabalhando com os imigrantes é a Cáritas, sempre através da Cáritas ou da Pastoral do Migrante, a Igreja. Então, por exemplo, a gente queria ir para uma cidade X, que a gente não sabia. Eu já ligava direto para as pessoas da igreja para falar com padre X, que ele vai ter lá um cadastro dos imigrantes, que entendeu? **Qualquer informação sobre imigração aqui é com eles a capilaridade é enorme, eles vão estar em todo lugar, eles têm todas as informações, as mais confiáveis. Mais do que a Operação Acolhida, a Operação Acolhida vai atrás deles para saber. Então, tipo essa coisa mais de, é... ativismo de base, como que fala? Nem ativismo, essa coisa de movimento mais de base, é a Igreja, Mas é isso, eles são respaldados porque eles tem uma rede enorme no Brasil inteiro, mas aqui a comunidade daqui é muito conservadora e muito xenófoba. Pra eles era assim: Boa Vista e Roraima era um paraíso antes da chegada dos venezuelanos, a partir do momento que os venezuelanos chegaram, é... A criminalidade aumentou, a cidade não tem mais tranquilidade e todos os problemas que existem é venezuelano, simples assim, sabe? O discurso. Então numa UBS o que você vê de exemplos, era tipo isso, uma pessoa brasileira na fila, exigindo que a gerente não atenda um migrante. Então sabe essa coisa, que tipo...** (Bea, antropóloga e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).*

No dia 24 de novembro de 2020, no México e transmitido em página do Facebook, ocorreu o debate: “*Retos en la agenda migratoria en ZMG*” organizado pela Universidade Jesuíta de Guadalajara (ITESO). O primeiro a falar, o padre J.J, representou a Pastoral Migrante de Guadalajara – Casa Scalabrini, apresentando-a¹³. A pastoral contava com dois projetos principais, entre eles um centro de estudos cuja finalidade era:

...hacer reflexiones sobre el fenómeno migratorio desde la perspectiva cristiana y utilizando de las técnicas de las ciencias sociales, no nos concentramos apenas en

¹³ Funciona desde 2016 e é gerida pela ordem dos scalabrinianos, como a pastoral do migrante de São Paulo. Essa ordem é responsável por sete casas de migrantes: “Tijuana, Nuevo Laredo, Tecúman (Gua), Ciudad de Guatemala, El Salvador, Ciudad de México y Guadalajara” (ITESO, 2020).

Guadalajara, sino que de la región de México, EUA, Canadá y países de Centroamérica. Parte de la ambición del proyecto es llegar después a incidir en políticas públicas desde lo que vamos observando (...) Una de las premisas que nosotros tenemos con lo trabajo con los migrantes, es que nosotros trabajamos con organizaciones del gobierno, de la sociedad civil, de la universidad, o sea, hacer alianzas muy amplias, trabajar con aliados de diversos tipos y somos aliados también. (...) Ahora, la gente que se va está pagando 2.500 dólares para 3 intentos, se fallan en los 3, pierden ese dinero. Se les va bien, se cruzan, entonces se tiene que pagar 7.500 más, que se puede juntar en un o dos años. Muchos que se van son personas indígenas que tienen tierras que pueden empeñar (...) Realmente no hay una política de migraciones, lo que estamos haciendo es reaccionar a las políticas norteamericanos. Es un tema que ha sido invisibilizado por el gobierno, y los medios de comunicación lo tratan como un tema underground (ITESO, 2020).

O padre comentou ainda que durante a pandemia, a migração de trânsito pelo México passou a ser construída narrativamente e mesmo vista pela sociedade mexicana local como um fator de incômodo, pela quantidade de pessoas e o estancamento, além das narrativas “paranóicas”:

...muchos migrantes mexicanos y centroamericanos fueron estigmatizados porque supuestamente estaban trayendo el virus. Muchos que están llegando actualmente son agarrados en la frontera entonces no son estos que estaban en centro de detenciones (...) Eso sirve mucho para generar el pánico y la estigmatización negativa de poblaciones, principalmente de los centroamericanos (...) Entonces ese grupo con lo que estamos trabajando, vienen en esas condiciones (...)En caso de

nosotros, hicimos un acuerdo con la secretaria de salud de que haya un médico que revisen esas personas, pero de hecho no hay un protocolo seguro, ni siquiera a la población local (...) El hecho de que son indígenas también involucra que no hablan mucho, no es fácil de hablar con ellos, y me preocupa mucho también porque muchos vienen con cargas emocionales muy fuertes. Es muy complicado entonces, porque sabemos cómo es difícil hablar de los posibles traumas que estuvieron y están viviendo. No está tan fácil en pensar en programas de integración, aquí lo que estamos haciendo es tratar de que no caigan en el crimen organizado o a vivir en las calles. (ITESO, 2020).

A segunda pessoa a falar nesse mesmo debate é S.A, representando a organização *FM4 Paso Libre*¹⁴. O trabalhador e pesquisador do espaço mencionou, sobre um dos projetos de frente de atuação da organização desde 2018, que trata:

... de inserción social para personas migrantes y refugiadas que han decidido un poco en la coyuntura que representa la expulsión de personas en el sur y el cierre de fronteras en el norte, pues esas personas que deciden iniciar sus vidas en Guadalajara, les estamos acompañando con relación al acceso a derechos, servicios básicos, empleos y etc. Para garantizar el derecho a iniciar una vida en el lugar donde deciden instalarse. (ITESO, 2020).

O projeto atendia estritamente a pessoas reconhecidas como refugiadas ou apátridas, em parceria com o ACNUR, e havia sido implementado em outros albergues como, por exemplo, em Saltillo, Monterrey, Querétaro, Tijuana. O trabalho também possuía outra frente, com

¹⁴ Uma organização civil que existe desde 2009 que conta com um albergue físico e atende população migrante e refugiada em Guadalajara também. Possuem área de pesquisa e incidência pública, acompanhamento integral, clínica jurídica com casos de regularização e proteção internacional e uma área administrativa.

peessoas em trânsito que queriam chegar aos EUA. Na leitura sobre as instituições do país e a migração em trânsito, apontada como a mais vulnerabilizada, S.A. comentou:

Primero hubo una baja de tránsito de personas por la ciudad, pero que estaba haciendo más precaria la situación del tránsito, porque involucró el reto de desviar de esas operaciones desde el gobierno (...) nos hemos topado con instituciones que incluso siguen solicitando a las formas migratorias, cuando ya no existen más esos tipos de formas, están ahora las tarjetas de visitante o temporario. También se pide acta de nacimiento apostillada y cosas que dificultan el acceso a servicios y derechos. Muchos servidores públicos desconocen las leyes migratorias y siguen exigiendo cosas que se exigen a la población mexicana, sin la flexibilidad que se requiere para una población extranjera. (ITESO, 2020).

Reforçando a conexão vital entre a migração e a precarização e exploração do trabalho, afirmou que parte das demandas da organização com relação aos direitos humanos no contexto da pandemia passou a ser relacionada à precariedade do trabalho: “(...) *ha habido algo parecido con lo que pasa en EUA, que la población migrante y refugiada tiene acceso a esos trabajos que están en la base de la pirámide, y que representan posiciones de mucha explotación también, algo que andamos vendo mucho*”. (ITESO, 2020).

Outro debatedor, o padre A.R. da Paróquia *Nuestra Señora del Refúgio*, em Guadalajara, comentou sobre o contexto do surgimento das caravanas migrantes. O espaço em que atua recebeu pessoas que estavam nelas, sendo tradicionalmente um albergue transitório por um período médio de três dias de estadia para pessoas decididas a ir aos Estados Unidos. No entanto, no ano de 2020, o número de pessoas que chegavam migrando pareceu aumentar:

(...) en las dos últimas semanas se ha incrementado en más o menos 200% el número de personas que están llegando. Se brinda comida, lugar para dormir, cosas que ayuden las personas. Es muy raro que esté llegando mucha gente así, en las dos últimas semanas han llegado unas 15 personas por día, lo que parece que significa que hay más tolerancia para el tránsito. Muchos aseguran que próximamente va a venir otra caravana, esos rumores ya están por ahí. En esos temas migratorios la experiencia me enseñó que cuando se trata de las migraciones, uno no sabe lo que es que va a pasar en el próximo día, así que trabajamos día a día (...) desafortunadamente, no se ve un fin. Tristemente se ve mucha represión, no es posible saber lo que va a pasar (ITESO, 2020).

As falas dos espaços ativistas de acolhimento em geral apontam para um consenso sobre a necessidade do cuidado que a migração, principalmente em crise, demanda. Sendo um trabalho de atenção constante, que lida com diversos aspectos de vulnerabilidade e violação de direitos, a solidariedade e o acolhimento dessas organizações atuantes no território são marcados por atividades rotineiras e de sobrevivência que demandam trabalho contínuo e intenso, como desabafou M.I, trabalhadora do albergue CAFEMIN: *“Nosotras no podemos solas. El trabajo que hacemos necesita una atención muy intensa, de estar todo el tiempo ahí. Es un trabajo de cuidado”* (CAFEMIN, 2021).

A ativista declarou ainda que o grupo de trabalhadores e trabalhadoras do espaço precisou se adaptar à realidade da migração em trânsito que é bastante dinâmica no país, e caracterizou um pouco do seu perfil naquele momento:

Hace un tiempo no recibíamos adolescentes, era más bien mujeres y sus niños, nuestro trabajo si era para eso. Pero hace un tiempo tuvimos que adaptarnos, por

necesidad. La violencia es un tema fundamental de sus países, desde sus lugares de origen ya vienen con muchas heridas. Y en el viaje, que decir, es tan fuerte ver cuando ellas llegan violentadas, en el trascurso del viaje de tren. El trabajo, que cuesta, es volver a recuperar su confianza, contamos con psiquiatra, psicólogo, y hay quienes poco a poco logran, hay quienes el daño es mucho, así que a veces si es muy complicado, y si a veces ya vienen con daños que no logramos ayudarlas de forma integral, pero si ayudamos mucho a que ellas recuperen la seguridad, el espacio aquí es muy seguro... Pero si es algo muy fuerte. Ahorita somos en el equipo en 15 personas. (CAFEMIN, 2021).

Para M.I., a experiência da caravana migrante de 2018 marcou de forma profunda a atuação de acolhida e defesa dos direitos das pessoas migrantes que sua organização e outras exerciam. Nessa época, diferente do contexto inaugurado em 2020 com a pandemia de covid-19, houve articulação do Estado e órgãos de público com relação ao movimento, marcadamente de passagem: *“Hubo la recepción de las personas migrantes en el estadio, y me tocó recibir las mujeres embarazadas que venían a tener sus bebés, y atendíamos curando sus heridas de sus pies, y sabíamos que ellas se iban a continuar con las caravanas, nada más venían a tener sus bebés”* (CAFEMIN, 2021).

Outro aspecto muito comentado dos ativismos, sobretudo no México, é a sobrecarga do trabalho, com mais pessoas para atender do que a capacidade humana e física da organização/coletivo. G. trabalhadora de outro albergue e espaço ativista, *Casa Tochan*, contou que o espaço contava com um total de 40 camas, mas sempre havia mais pessoas vivendo ali. Apesar das dificuldades da realidade difícil pessoas migrantes, afirmou:

*Siempre tratamos que no solo estemos hablando de los temas migratorios con los mismos migrantes, sino también de hacerles partícipes de la vida cotidiana de lucha que tiene el pueblo mexicano, porque consideramos que conociendo la problemática que existe en el país, también pueden ellos reflexionar y esa es nuestra intención, sobre el verdadero motivo que los hizo migrar, porque a veces no les damos tiempo y se van corriendo, corriendo a llegar a su meta y sólo saben que salieron por una necesidad, y si es cierto salen por una necesidad, pero **esa necesidad nosotros estamos convencidos de que la provoca alguien, alguien mucho más poderoso, más fuerte económicamente, que es lo que mueve el mundo por desgracia y es lo que causa tantas migraciones forzadas**, porque nosotros hablamos de desplazamiento forzado. Estas migraciones no vienen porque quieren, vienen ante la necesidad que existen en sus países de seguridad. (Conexión Migrante TV, 2023).*

Há organizações e ativismos que ademais da acolhida e supressão das necessidades imediatas e humanas básicas, buscam criar espaços de formação e conscientização política, procurando demonstrar que nesses países capitalistas periféricos e do Sul Global, é necessário vincular a realidade das e dos migrantes a de outros grupos locais que enfrentam situações de violência e pobreza material em razão de suas identidades e condições sociais de existência.

O trabalho do cuidado e da acolhida foi descrito por muitos ativistas como bastante exigente e complexo, inclusive do ponto de vista das condições de trabalho para eles enquanto sujeitos, possuindo uma alta carga mental e desafios diários. Assim descreveu Lucho sobre a atuação que teve no norte do México, em Casas Migrantes muito próximas da fronteira com os Estados Unidos, locais pelos quais nutria admiração mas também uma relação de

sofrimento e problemas que surgiram a nível pessoal, que fizeram com que estivesse um tempo em Saltillo, partisse e depois voltasse novamente à Saltillo para depois ir a Chihuahua:

Lucho: Hice 45 días encerrado en una casa por el clima que había, eh bueno, en un albergue. Estaba medio peligroso en el 2012. Y por decirlo de alguna forma así dije: esta es la causa en la que quiero estar, en la que quiero trabajar, en la que me quiero profesionalizar, en la que quiero hacer, en la que me quiero dedicar toda mi vida. Entonces me fui a Argentina. prometí volver (...) creo que comienzo de 2016 agarré todas mis cosas y me fui a vivir a Saltillo, a vivir al albergue. Hice como un año y medio. Hice como un año y medio, casi dos, de estar en el albergue día y noche, día y noche. Me cansé un poco, pero no de la causa, sino... de imagínate que es en el norte. Quizás son casas de 100 personas, 150. Día y noche entrando gente. Saliendo gente. Un montón de historias súper bonitas. Pero eso también acarrea un desgaste psicológico, así como mental del alma, del cuerpo... Eh... Y me enfermé. En ese momento yo no sabía que estaba enfermo. Y... estaba con problemas de alimentación y demás. En los albergues no se come muy bien que digamos. Y toda la tensión. Imagínate, gente que te dice que te va a matar, gente que te dice que te espera fuera, la gente que está con droga, gente que está borracha, gente que viene con un montón de problemas, gente que viene amputada (...) agarré mis cosas y me volví a Saltillo. Y ahí pasé creo que... ¿Cuánto fue? (...) Ocho meses. Y de ahí me moví al albergue de Chihuahua, en el cual estuve casi dos años. También viviendo, todos los periodos, viviendo dentro del albergue. En un cuarto, mini cuarto, 3 de la tarde, abríamos la puerta y atendíamos. Tocaban a las 03:00 de la mañana y atendíamos personas a las 03:00. Y ahí éramos solo dos personas, porque es un albergue que lleva cuatro años. Entonces cualquier cosa que pasara la teníamos que atender a cualquier hora. Casi no salíamos, ni siquiera nada. Armamos todo un sistema de atención. Renovamos todo, toda la atención humana, generamos proyectos (...) (Lucho, migrante e trabajador humanitario, 05 de abril, 2021).

Essas evidências demonstram que a sociedade civil atua ativamente e muitas vezes de forma autônoma, a partir da vontade de uma pessoa ou grupo, orientados ao acolhimento e perspectivas de cuidado. Normalmente, são diferentes formas de ativismo e organização, feitos por pessoas migrantes e não migrantes em solidariedade, orientadas pela defesa dos direitos humanos das pessoas migrantes, optando por diferentes caminhos de defender e promover esses direitos.

As caravanas migrantes, por exemplo, iniciadas em 2018 em países centro-americanos e no sul do México, também são formas de ativismo característicos da região da América

Central (Varela Huerta, 2019), e nesse formato não estão presentes no Brasil, nem na América do Sul como se configuraram no México. A massificação da migração e visibilização de um fenômeno até recentemente tratado como “invisível”, desafia a “indústria da migração”, colocando em xeque organismos nacionais e internacionais de gestão, principalmente aqueles que funcionam em redes de hospitalidade e trabalham a partir da perspectiva humanitária (Varela Huerta, 2019, p. 52).

Em debate online promovido pela CLACSO, o professor e ativista O.J. fez uma intervenção como migrante hondurenho que participou da grande Caravana de 2018, narrando sua experiência pessoal e visão do tema:

(...) en Guatemala la caravana recibió un trato humano, yo la acompañé. Y me llama más la atención el tema de la sociedad, de la gente, de cómo recibió la caravana, con algún repudio en cierto sector de la sociedad, y algo que tiene que ver con el gobierno, ¿no? (...) Vi muchas cosas (...) mucha gente empezó a preguntar: pero ¿quién la organizó? Y se decía la iglesia, los demócratas, los republicanos en EUA; las fuerzas políticas, militares: teorías conspiratorias sobre porque y quien hizo algo para convencer a la gente a moverse en las caravanas... Eso nos muestra la falta de capacidad que existe entre nosotros de entender la capacidad de la gente de organizarse por sí mismo, tomar sus decisiones y hacer algo como: no, yo me voy. O sea, se invisibiliza mucho la capacidad de agencia, sino simplemente la anula.
(CLACSO TV, 2021).

O.J. fez ainda uma reflexão sobre os países e suas formas de gestão da migração massiva, ev do porquê as pessoas precisam sair do país, tornando-se mais vulneráveis:

Por qué tanto, tanto dinero invertido en utilizar los ejércitos para detener gente que va caminando, no? ¿Por qué invertir tanto en criminalizar las migraciones? (...) una protesta hace un tiempo de las personas porque no tenían lo que comer, y la respuesta fue el ejercito ser movilizado para reprimir, con mucho gas lacrimógeno y etc., lo tanto que se usó de dinero para eso era suficiente em Honduras para alimentar a la gente: era mejor comprar frijoles que gas lacrimógeno. (CLACSO TV, 2021).

Os ativismos da migração atuam também nas dificuldades que as pessoas migrantes têm em fazer suas vidas funcionarem quando decidem se estabelecer em um país. Como estão sujeitas a uma série de mecanismos de burocracia de Estado, sempre haverá certas normas e regras de conduta ligadas à eterna identidade estrangeira. Por isso, uma das questões centrais dos ativismos tem sido a desburocratização e melhora das leis e procedimentos da migração. Sobre esse tema conversei com a advogada de direitos humanos Alma, uma amiga de Lucho que atuava junto ao temas dos direitos humanos e, posteriormente, das migrações, e que foi entrevistada de maneira virtual. Ela comentou sobre a inserção das pessoas migrantes e refugiadas e os aspectos de atuação junto a elas:

*Alma: hay un problema muy grande con la integración de personas extranjeras, o sea, es muy complicado que una persona pueda revalidar sus estudios, sus documentos en general, los trámites si son complicados, o sea, es muy común que las personas... O sea, las personas casi nunca pueden hacer un trámite por sí mismas. Por eso hay tantas abogadas y abogados y paralegales y asesores jurídicos en los albergues y en todas partes, ¿no? Porque la Ley de Migraciones es complicada, o sea no es accesible (...), me acuerdo el año pasado tenía un caso bien complicado que tenía de todo, no? Denuncias ante Fiscalía, caso ante la COMAR, juicios en contra de Migración. Teníamos muchos trámites a la vez y todos tenían problemas, o sea, todo... Cada uno de ellos era complicado, que teníamos que pelear activamente cada uno de ellos para empujarlo y **así se siente todo, o sea como que todo es cuesta arriba, de que tienes que convencer a todas las autoridades con las que te topes, de que te atiendan, porque... Porque no más, pues, ¡no! Ahorita estamos... En el área estamos llevando quejas en contra de la Secretaría de Salud por el acceso a la vacunación. Nos ha***

estado tocando muchos casos de personas que por ser extranjeras no les dan acceso a la vacuna, entonces, pues, estamos acompañando varios casos de eso, no? Porque simplemente dicen: “no, tú no tienes tu credencial de elector, no te puedes vacunar”. O sea, una persona migrante en situación irregular, o sea que no tenga ningún tipo de permiso, no existe, o sea, no tiene nada. Lo único que el... Tiene únicamente acceso a servicios de salud de emergencia, es lo único que el Estado mexicano le va a proporcionar. Pero de ahí en más, no hay nada. Y si eres, si tienes un permiso migratorio, también depende del permiso migratorio que tengas a qué puedes acceder. O sea, por ejemplo, si, tú eres un visitante por razones humanitarias, que son las personas que necesitan estar en México por una razón humanitaria, ¿no? Porque son víctimas de un delito, porque son niñas, niños o adolescentes que no están acompañados de sus tutores, porque tienen una enfermedad grave y necesitan atención médica, eh... Y porque... Ya dije, bueno... porque solicitan refugio, que están en espera a que le den su respuesta de si lo reconocen como refugiados o no, les dan esta tarjeta de visitante que tiene un plazo máximo de un año. Con esa tarjeta de visitante no te.... No te dan, este... O sea, por ejemplo, no te dan acceso a una cuenta bancaria, en muchos lugares piensan que no es suficiente para trabajar, aunque esa tarjeta dice la Ley de Migración que te da permiso para trabajar, pero la tarjeta no lo dice y no dice residencia. Entonces, muchas personas no les dan trabajo a quienes tienen ese documento porque piensan que no pueden. Les dan un CURP, pero es temporal, este... Tiene vencimiento. En general los CURPs no tienen vencimiento, pero esos, eso sí tienen un vencimiento por el tiempo en que te dan la tarjeta. Y ya si es residente temporal, hay residentes temporales que tienen permisos para trabajar. Creo que si tú tienes.... Tú tienes residencia temporal, ¿no?

Julia: Sí, pero no tengo permiso para trabajar.

Alma: Pues sí, no tienes permiso de trabajar, lo cual es absurdo, ¿no? Porque es un derecho humano, trabajar, no te deberían de tener que dar un permiso para hacerlo, pero bueno (...) (Alma, advogada dos direitos humanos, mexicana, 24 de março, 2021).

No caso brasileiro, no que toca a discussão de direitos humanos e cidadania, é impossível aos ativismos da migração não levar em consideração o passado escravocrata do país, que ressoa até hoje e principalmente em tempos de crises econômicas e políticas, como as vividas entre 2016¹⁵ e 2020, por exemplo. Os ativismos, em termos de reivindicação e

¹⁵ Momento em que a então presidente Dilma Roussef sofreu um golpe institucional de Estado na forma de um impeachment e seu vice, Michel Temer, assumiu o poder. Posteriormente, ocorre a eleição de Jair Messias Bolsonaro, o energúmeno, pior presidente de todos os tempos e, em 2020, a crise se torna também de saúde pública com relação à pandemia de covid-19 que teve especial repercussão negativa no país, uma vez que houve

denúncias, muitas vezes se aproximam do movimento nacional negro evidenciando o racismo de Estado.

Ações de extrema violência e abordagens de forças de segurança públicas e privadas ocorrem com frequência no Brasil, e muitas vezes quando se dão contra comunidades migrantes também são amplamente repudiadas, como foi o caso de seguranças da linha 4 do metrô, na cidade de São Paulo que abordaram e agrediram migrantes africanos, despertando a resposta de movimentos negros de pessoas migrantes e não migrantes (Quintanilha, 2019).

No debate sobre mulheres imigrantes e violência de gênero promovido pelo Centro da Mulher Imigrante e Refugiada (CEMIR), diferentes organizações pontuaram aspectos de dificuldade da migração no país. Um deles foi o desconhecimento sobre as leis do país de destino, que se leva um tempo para “aprender”. Relacionando com aspectos culturais, uma das debatedoras pontuou que isso impede as pessoas de denunciarem casos de violação de direitos, em especial de violência contra a mulher, além da vergonha que possam vir a sentir quando são violentadas. Na migração, sempre há um medo da deportação ao participar de qualquer ação no país, pois a condição de ser migrante deixa as pessoas mais vulneráveis, principalmente porque sua rede mais próxima não está perto fisicamente, e as pessoas que estão perto e são migrantes, muitas vezes estão também vulneráveis e não querem ou nem podem se envolver (CEMIR, 2020).

S.R, fundadora do CEMIR, aproxima três categorias de vulnerabilidade que tocam especificamente uma mulher: migrantes, negras e indígenas. Conta que grande parte das mulheres com que se trabalha na organização são de periferia, a maioria bolivianas e africanas. A grande problemática que elas enfrentam é, em síntese, a fome. Essa situação se

uma série de atitudes suicidas do governo brasileiro liderado por Bolsonaro, o que resultou num dos maiores números de mortes por covid a nível mundial entre os anos de 2020 e 2022.

agravou na pandemia, quando também passaram a ocorrer mais casos de violência contra a mulher, e o grupo respondeu com uma campanha de conscientização sobre o tema (CEMIR, 2020).

Assim, argumenta que mulheres migrantes brancas ou com melhores condições econômicas sofrerão violências de formas diferentes que as mulheres estrutural e historicamente mais oprimidas e invisibilizadas. Pontua que no Brasil um importante dispositivo legal para a proteção das mulheres é a Lei Maria da Penha¹⁶, porém mesmo havendo leis não há inversão de recursos financeiros – o orçamento para aplicação de políticas públicas sequer sai do papel, do discurso (CEMIR, 2020):

As mulheres imigrantes que estamos intentando, empoderando, militando na verdade nessa causa pelas mulheres, teremos que ter claro o conceito de cidadania: ter direitos e ter deveres, e os direitos não vem de graça – é preciso estar articulada, organizada, em coletivo falando, que atua, mas precisamos ir pontuando essas coisas, articulando-nos em muitos coletivos não só um ou dois. Sem organização, sem estruturação de nossas demandas é muito difícil. Na primeira semana de março se criou a primeira CPI da violência de gênero em São Paulo – a nível da câmara de vereadores – antes da pandemia. Não se pode deixar que se construa essa CPI, por exemplo, sem tomar em conta as grandes especificidades e dificuldades das mulheres imigrantes em São Paulo. (CEMIR, S.R., 2020).

Por fim, a ativista peruana comenta que há um desencorajamento com relação a realizar denúncias de violações de direitos, principalmente se se é migrante, porque o atendimento não

¹⁶ Lei de 7 de agosto de 2006, nº 11.340 que tem como objetivo geral criar mecanismos para coibir e a violência doméstica e eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

é humanizado, e não há esforço em se comunica por parte da maioria das autoridades e agentes públicos brasileiros, caso a pessoa migrante não fale português, por exemplo (CEMIR, S.R., 2020). Esse aspecto vai de encontro com uma dificuldade amplamente apontada pelos ativismos migrantes com relação à comunicação.

Quando discutíamos sobre o tema do acesso à saúde Pública, ao Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro pelas pessoas migrantes na região de Boa Vista e Pacaraima, em Roraima, Bea comentou que essa era uma das maiores dificuldades que sua organização enfrentava e que constantemente precisava ir até equipamentos públicos verificar denúncias e casos de profissionais brasileiros se recusarem a atender pessoas migrantes.

*Bea: É uma luta cotidiana pras pessoas não terem seus direitos violados, é todo dia, sabe? Dois, três leões por dia. Eu acho que essa coisa do ativismo, talvez na fronteira, que pode ser interessante também, você ir atrás, é isso, né? **Que é uma coisa muito a flor da pele.** Eu vejo assim, São Paulo já era muito, muito envolvida, mas é um outro ritmo, é o ritmo de quem está se estabelecendo, dos imigrantes, é uma outra coisa. Aqui... É uma coisa assim, meio... **Essa temporalidade da emergência. Todo dia está acontecendo alguma coisa.** Todo dia alguém pode saber ser prejudicado, alguém vai ser violado, alguém não está tendo... Então é o dia inteiro tentando se articular para minimizar isso (...) aí, politicamente, é muita política que você faz o dia inteiro, mas essa micropolítica, das influências, do tipo assim, sei lá. Olha a minha rotina o que era toda. Toda, toda a semana, em algum momento eu ficava visitando o Centro de Saúde, a UBS, para convencer os diretores das unidades a atender os imigrantes, uma coisa que é garantida pela lei e que já teve, enfim...*

Julia: Porque eles estavam se recusando...

Bea: É... Só que assim, aí o mesmo gerente que, é... Só que eles não falam que eles recusam, né? Só que a gente sabia por que eu tinha agentes de saúde nos postos, então eu já sabia o que estava acontecendo, você ia lá na hora, era só chegar lá que eles começavam a atender. Só que aí, depois de duas semanas, eles pararam de atender de novo. (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

Há dificuldades que derivam de condições migratórias de regularização perante o Estado, como a ausência de uma documentação que ateste condição migratória regular dificulta o aluguel de casas ou abertura de contas bancárias, por exemplo. Porém, muitas

denúncias dos ativismos pontuavam que não se trata tanto da condição migratória nesse caso, mas a quantidade de documentos e papéis, coisas burocráticas, que se exige das pessoas migrantes, e dificuldade da comunidade brasileira em ter conhecimento também sobre esses documentos e as diversas condições migratórias que existem no país (Observatório Internacional do PSOL, 2020).

Em debate virtual promovido pela Poli, USP em 10 de setembro de 2020, N.A apresentou a organização em que trabalha, o CAMI¹⁷, composta principalmente por imigrantes em seu quadro de funcionários (Poli USP, 2020), fazendo questão de afirmar que não existem pessoas ilegais, mas sim indocumentadas, uma vez que pessoas migrantes pagam impostos através de sua vida e do seu consumo cotidiano. No CAMI uma das maiores dificuldades para atender às pessoas migrantes é a falta de documentação requerida pelos órgãos oficiais, como a PF, e a maior razão para isso é que os valores consulares cobrados para a emissão de uma série de documentos são muito altos (Poli USP, 2020).

Na mesma linha, em outro debate, M.F do Diásporas Africanas explicou a atuação do coletivo e as pautas mais latentes da questão migratória:

(...) uma outra coisa que nós começamos a fazer são os atendimentos jurídicos, porque começou a surgir muita demanda de despejo, porque as pessoas não tinham como pagar o aluguel, e os proprietários começaram a querer os imóveis de volta. Mas tinha um decreto lançado com alguns direitos que garantiam um tempo para as pessoas ficarem antes de terem que sair. Outro trabalho, foi atender mulheres

¹⁷ Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI) ONG fundada em 2005 cuja missão é “promover os direitos humanos de imigrantes e refugiados”, atuando na cidade de São Paulo, Brasil, atuando no acolhimento para pessoas em vulnerabilidade, cursos profissionalizantes, assessoria jurídica, orientação de legalização/regularização migratória bem como também atua na questão da escravidão contemporânea. Mais informações podem ser consultadas em sua página: <https://www.cami.org.br/>.

migrantes em depressão. Muitas dessas mulheres e homens são a única fonte de renda, inclusive de suas famílias nos locais de origem e mandavam uma parte do dinheiro para essas famílias. Agora pensa, essa pandemia afetou TODO mundo. Então começaram a pensar também o que vai acontecer se minha mãe, alguém adoecer lá – e procuravam ajuda, porque não estavam suportando. Então fizemos uma rede de apoio. Recebemos demandas de outros lugares como, por exemplo, uma mulher na Costa Rica, que estava em pontos de ônibus pedindo esmola para comprar alimentação para o filho, não tinha nem recursos para pagar a casa direito. Entramos em contato com a rede de mulheres imigrantes, que conseguiram uma casa de acolhida onde essa mulher ficou por 4 meses com o filho, mas antes de conseguirmos isso ela passou momentos bem constrangedores, não tinha documentação (...) Ou uma irmã congoleza, que não fala português, que já estava doente precisando de uma cirurgia e que foi muito ignorada em receber a atenção do sistema de saúde e não conseguia esse atendimento e nós a ajudamos. (CLACSO TV, 2020).

O presidente geral da organização PDMIG, J.K.M., refugiado político da Rep.

Democrática do Congo, na abertura da atividade de celebração da organização que ocorreu de forma *online*, pontuou a conexão vital entre a migração e o ativismo:

O papel do PDMIG nesse momento, primeiramente é um movimento dos imigrantes pela defesa do direito deles de migrar e promover uma liderança migratória capaz a uma integração equilibrada, o papel da PDMIG é de inserir os imigrantes como protagonismo real, que ele defende ele mesmo, seu direito porque ele sente a migração pela pele, eles são protagonismo, eles tem boca pra falar, tem bagagem, tem experiencia. Esse é o papel do PDMIG, promover a integração local (...)” Fala sobre

a realidade da migração forçada, de pessoas que se viram obrigadas a saírem dos seus países: “fomos plantado no Brasil, aonde fomos plantados temos que ter esse integração, cidadania dos imigrante que promove nesse sentido que o PDMIG quer que a luta dos imigrantes seja também pautada pela comunidade (...) tem que negociar com o governo para que haja uma integração equilibrada, porque integração é um processo, não é uma coisa de dois, três dias, tem um processo de longa data, aprender língua, ter documento, entrar na faculdade, buscar casa, todas essas coisas precisa de acompanhamento, ai o papel do PDMIG (...) o objetivo maior é que o imigrante seja protagonista de si para se integrar. PDMIG um plataforma, um vento, um movimento dos imigrantes que lutam pela própria integração com protagonismo real. (PDMIG, 2021).

O segundo convidado da atividade, o vice-presidente da organização, A.J., um refugiado da Síria no Brasil desde 2014 afirmou:

Nós somos refugiados, emigrantes que se tornamos uma líder pela dor (...) por isso “sem nós não tem voz”, a gente tá aqui por aqueles que não tiveram oportunidade de falar, ou morreram no caminho, na travessia, ou nas traumas, eles não puderam falar (...) e estamos aqui nesse imagem, estamos hoje esse [mostra uma imagem impressa em folha sulfite de várias pessoas com aspectos físicos diferentes], nós somos uma diversidade enorme, estamos aqui para um objetivo maior, para ajudar aquelas pessoas que estão tentando pular esse muro. Que ele está sofrendo, buscando a sobrevivência, como eu falei muitas vezes na travessia eles não chegam, tem muitos sonhos, pra realizar, mas ele está com trauma, precisa apoio de vocês, hoje esse é o nosso papel. Sendo porta voz. E a gente faz uma história para ajudar. Essa é uma

crise humanitária. E uma coisa que falamos na pesquisa, uma coisa na teoria, outra coisa nos falamos sobre própria nossa dor, então muito obrigado, e obrigado Brasil (PDMIG, 2021).

M.M., refugiado no Paraná e migrante negro também comentou sua percepção sobre a realidade migrante no estado:

*Aqui no Paraná a principal dificuldade que nós encontramos é em relação a cultura, o que dificulta a integração e inserção do imigrante aqui na sociedade, digamos mais claramente no Paraná, seria a questão cultural que é o fato do Paraná, e do sul todo do Brasil praticamente, ter uma cultura predominantemente europeia, cultura extremamente reservada, uma cultura pouca hospitaleira, isso faz com que a inserção do imigrante, do refugiado na sociedade se torne difícil. **No Paraná nós encontramos bastante essa dificuldade, nós dificilmente somos aceitos, dificilmente somos vistos como iguais, dificilmente somos vistos como intelectuais, dificilmente somos vistos como pessoas.** Somos vistos sempre como inferiores, sempre como analfabetos, e muitas outras coisas. E isso tem muito a ver com o fato de que não há nenhuma abertura, existe barreira, existe dificuldade pra que de fato as pessoas possam conhecer nossas histórias, possam nos conhecer pessoalmente. Então, do meu ponto de vista, pela experiência vivida aqui em Curitiba, cidade na qual eu estou há sete anos, a nossa maior dificuldade é o fato de que a cultura predominante aqui é a europeia e ela é muito fechada, ela não permite contato com as outras culturas, ela não permite que haja de fato conhecimento das outras culturas, acolhimento verdadeiro das outras comunidades, das outras histórias. (PDMIG, 2021).*

Da AMILV, M.G e Y.C, ambas migrantes bolivianas, em atividade de debate *online* sobre saúde mental e migração, contaram a trajetória da organização de mulheres migrantes da Zona Leste, periferia de São Paulo, e o trabalho local que realizavam com mulheres, crianças e adolescentes:

Los desafíos que nós temos como mulheres más que tudo. Porque a gente fez uma rede de mulheres de distintos bairros e o que a gente quer com ela é justamente poder apoiar e ajudar a nossa comunidade imigrante que passa por muita coisa aqui. As meninas que estão dentro da associação são mulheres, nós trabalhamos na área da costura e nos juntamos pela necessidade de mostrar a todo mundo que também nós como imigrantes existimos aqui no brasil, nós como mulheres migrantes existimos, e como qualquer outro ser humano temos também dificuldades, então decidimos se juntar (...) nós nos autofinanciamos temos que as vezes tirar do bolso de nós para poder dar ajuda a outras mulheres (...) atuamos em 15 bairros, em um bairro apenas temos 80, 100 mulheres. A visão de nosso grupo é expandir por toda São Paulo, porque é preciso não centralizar, porque as necessidades estão nas periferias também, e como imigrantes temos que chegar lá (...). Tratamos que essas mulheres que vão aos encontros se sintam abraçadas umas às outras, que há pessoas ao lado dela com as mesmas dificuldades e que a gente pode se unir e se ajudar. Nossos encontros também fazemos com adolescentes onde o tema da saúde mental é muito importante, é anterior à pandemia, principalmente entre a comunidade migrante que atua na área da costura, tem muitas situações que a gente tem que pensar um pouco. Não só o Estado tem que proporcionar, também nós temos que pensar ações colaborativas de como podemos nos ajudar entre nós. (Fronteiras Cruzadas, 2021).

Ainda na atividade, sobre as demandas das comunidades migrantes mais vulnerabilizadas, M.G. comenta que

*A situação da documentação também es uma coisa muito importante para nós, estamos peleando por eso, fazendo parceria para ajudar, não a porque aqui no Brasil são aproximadamente 350 mil bolivianos, mas procuramos mulheres nos bairros e fazemos elas se preparar, nos reunimos uma vez por mês para capacitar as mulheres líderes para elas poder também dar esse apoio que seus grupos precisa, porque cada grupo, cada bairro são muitos casos (...) Temos que aprender isso como seres humanos, a conviver. Eu sempre falo as fronteiras nós fazemos as fronteiras, o ser humano faz as fronteiras, o mundo é um só, o planeta terra é um só. No planeta terra moramos quem? Os seres humanos, falamos diferentes línguas sim, mas somos seres humanos então a gente tem que se unificar nós partimos disso, não no sentido de fazer “vamos a cuidar dessa família”, não, temos que conscientizar-nos todos, para mudar uma coisa temos que mudar todos. Eu parto da ideia de quando você vai na UBS e não é bem tratado, você não pode ficar calado, você tem que falar ‘eu tenho direitos, eu sou ser humano a saúde é universal’. A associação trata de conscientizar essas mulheres, famílias, a se valorizar, a falar, não ficar calados, porque a saúde universal não diz você é boliviano não tem direito, você é haitiano não tem direito, **no, todos são seres humanos** (Fronteiras Cruzadas, 2021).*

As falas confluem para um aspecto presente também nas denúncias e reivindicações no México: o caráter humano dos direitos das pessoas migrantes. A linha argumentativa das ativistas migrantes bolivianas é orientado pela perspectiva da universalidade a partir das diferenças e da diversidade de identidades humanas, pois pontua-se conscientemente que a

universalidade na perspectiva da migração funda-se na diversidade e comunhão social das diferenças.

Há ainda entre os ativismos acompanhados na etnografia que evocam temas sensíveis específicos às comunidades de mulheres migrantes: o cuidado dos filhos, a maternidade e formas de violência obstétrica, a vida profissional e autonomia financeira e as formas de violência machista que podem sofrer de seus parceiros/parceiras afetivos. É o exemplo de alguns coletivos que fazem debates públicos de conhecimento dessa pesquisa como o Diásporas Africanas, o CEMIR e o Base Warmis.

Esticando Cidadania e Direitos Humanos:

A ideia contemporânea de cidadania, desde seu processo de formação no século XX na esteira da consolidação dos Estados modernos e democráticos, vem atualmente vinculada ao processo de efetivação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, documento que na teoria:

“produce una ruptura en el paradigma de los derechos humanos, al proponer un sujeto universal de derechos, es decir, un principio de igualdad y dignidad universal que implica un quiebre respecto del paradigma racista que aún entonces mantenía su hegemonía”

(Sonderéguer, 2016, p. 72).

A Declaração, proclamada e adotada por Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, ao mesmo tempo em que se constitui para ser adotado como parâmetro universal em reconhecer e estabelecer direitos às pessoas, traz brechas ou armadilhas no texto fundacional. Na prática, ao estabelecer os direitos humanos cria também espaços para perguntas como quem pode ou não ser considerado humano.

O preâmbulo do documento fala então em uma dignidade “inerente a todos os membros da família humana”, que se constitui como o princípio fundante da liberdade, justiça e paz no mundo. Proclama-se logo no início do documento que seu objetivo é a “liberdade de expressão, de crença, do medo e do querer”. Pensando ainda elementos linguísticos que podem se tornar parte desses entraves mencionados anteriormente, a versão em português utiliza a ideia de “um mundo em que homens e mulheres possam ter...” direitos humanos, enquanto a versão em inglês fala de “um mundo onde seres humanos...” (DUDH, 1948).

O documento naturaliza a organização social humana em nações, quando considera a nação como unidade de partida, e defendendo a promoção de relações amigáveis entre elas. Sua fundamentação é de que é essencial proteger os direitos humanos “através do império da lei”, num sentido de que o ser humano contemplado pelo documento não seja “compelido, como último recurso, a rebelar-se contra a tirania e a opressão”.

A Declaração projeta-se como um “ideal comum para ser atingido por todos os povos e todas as nações”, dividindo-se em 30 artigos no total. A figura do Estado-nação aparece de forma naturalizada por toda a DUDH, entendido como promotor, mediador e órgão responsável pelos direitos nela descritos, posicionando-o então no legítimo polo relacional de onde se deve exigir e o qual se deve denunciar.

O artigo 1 afirma que todos os “seres humanos” nascem livres e em equidade com relação à dignidade e direitos, “dotados de razão e consciência”. O artigo 3 fala do direito humano “à vida, à liberdade e à segurança pessoal”, e o artigo 9 afirma que “ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado”, enquanto o artigo 11 defende a “presunção da inocência”. O artigo 13 trata especificamente da mobilidade humana, afirmando o “direito à

liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado (...) o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a esse regressar” (DUDH, 1948).

O artigo 14 afirma o direito de todo ser humano a, diante de perseguição, “procurar e gozar asilo em outros países”. Enquanto o artigo 15 fala de um “direito à nacionalidade” inato ao ser humano. O artigo 16 afirmará a igualdade entre homens e mulheres sem restrição de “raça, nacionalidade ou religião”. O artigo 23 afirma o direito ao trabalho digno, com condições justas, e seguem no caminho de garantir direitos específicos de condição de vida, educação, cultura, entre outros (DUDH. 1948).

Uma grande parte do ativismo político ao redor da migração se organiza com base em uma agenda de promoção de direitos humanos, baseada na Declaração Universal. Porém, a DUDH não possui “força jurídica vinculante” (Patarra e Fernandes, 2011, p. 156) e, ao mesmo tempo que versa por uma universalidade dos direitos do humano, também afirma uma “autonomia decisória do Estado”, que decide quem pode entrar ou residir em “seu território”, delimitado por “suas fronteiras”. Toda a DUDH trata de “direitos em abstrato” (Quintanilha, 2019).

Quando se fala em violência institucional contra a população migrante, se está falando de algo produzido por aqueles responsáveis pela materialização das políticas migratórias, funcionários públicos e agentes de Estado, representando assim o imenso abismo entre o discurso dos direitos humanos presente na lei e as práticas com que atuam o INM ou a PF, por exemplo.

No caso mexicano, se aponta o uso de uma série de palavras que mascaram as verdadeiras ações e seus significados como, por exemplo, o constante uso do termo “resgatar” para camuflar o fato de que as pessoas migrantes são em realidade capturadas e “alojadas”, ou

de fato detidas, em Estações Migratórias. As autoridades estatais estão entre as maiores violadoras de direitos humanos das pessoas migrantes (Gómez Johnson e Espinosa Moreno, 2020).

A identidade é algo em permanente construção e desconstrução, justamente porque é uma relação. Precisamente daí vem o paradoxo dos direitos humanos escritos, pois plasmados na forma de lei podem se tornar uma armadilha (Penchaszadeh, 2016, p. 134). A constante de desconstrução e desnaturalização dos direitos humanos deriva precisamente do processo infinito de redefinição da identidade que por sua vez se dá em um movimento de identificação/diferenciação entre sujeitos e *Outros*.

O fato de que uma lei escrita possa ser reinterpretada de acordo com circunstâncias, revelando ainda o caráter histórico, político e conjuntural dos direitos humanos, faz com que esse instrumento de luta social oscile com a conjuntura, e possa ainda se afastar de sua intenção fundacional: a possibilidade de justiça (Penchaszadeh, 2016, p. 133). Há implícita aqui uma longa “história dos conceitos” que nos obriga a explorar as tensões entre “humano” e “direito”, “justiça” e “direito”, o que nos leva a pensar a própria constituição do mundo, que é sempre objetivado pelo humano – o que terá impactos materiais na concepção de justiça e organização da vida social. O mundo não é “objetivo per se” (Penchaszadeh, 2016).

De um lado positivo, o fato de que a justiça se constitua como um horizonte utópico e que a sociedade e o direito possam ser construídos e desconstruídos pela ação e intenção humana, torna possível a atuação ativa de setores marginalizados socialmente desse direito e construção de projetos alternativos que preenchem de significado esse projeto de utopia.

Se o direito e as leis não podem ser reduzidos a letra morta, o fato de existirem já dão bases para que o próprio ato de reivindicar direitos seja suficiente expressão da agência de sujeitos políticos, mesmo quando esses encontram-se marginalizados politicamente:

“(...) en toda invocación a los derechos humanos puede reconocerse una cierta ‘voluntad de desarraigo’, de ahí su profunda potencialidad política. Los derechos humanos buscan librarse de las limitaciones lingüísticas, territoriales, étnicas, sociales, económicas, políticas (...) Suponen un cuestionamiento constante de las fronteras y guardan una íntima afinidad con la condición de extranjería radical del ser humano, como ser en movimiento, como ser-fuera-de-lugar” (Penchaszadeh, 2016, p. 137).

O processo de construção narrativa que impacta na realidade das pessoas, baseada nos limites imaginários do Estado-nação e sua comunidade, será a matriz da articulação da noção de cidadania. Essa narrativa nacional produz as identidades daquelas pessoas que se constituirão como sujeitos de direito, unidos em igualdade pelo aspecto nacional, tutelados naquele território pelo Estado Nação. Produz também as identidades diferentes da comunidade nacional, fixando assim identidades estrangeiras (Sonderéguer, 2016).

Como marca principal de certas identidades migrantes, aquela que centralmente compõe as crises migratórias, está a ilegalidade migrante, que não existe abstratamente como um “objeto a-histórico”, mas sim como realidade produzida pelo Estado de forma ativa em contextos históricos específicos (Rho, 2021, p.9), que impactarão o imaginário de cidadania, composto ainda por outros elementos tais como a língua, hábitos culturais, auto concepção enquanto “um povo”.

A cidadania é um elemento constitutivo da identidade nacional nas sociedades organizadas através do Estado-nação (McIntosh, 2015, p. 319). A migração internacional em

sua insistência configura-se como transgressão à cidadania dominante porque tensiona uma ampliação da ideia de povo daqueles territórios. A materialidade dos corpos em diversas identidades diferentes apresenta exigências concretas à que se repense a cidadania em seu componente central – a pessoa humana – bem como o papel que cumpre o Estado-nação em sua formulação e efetivação.

Existe uma ideia simbólica de pertencimento que alimenta o ser cidadão ou cidadã, onde também território e povo funcionam como núcleos semânticos que condensam mapas de poder configurados em torno ao Estado-nação (Sonderéguer, 2016). A cidadania funciona como “un elemento de control soberano, inherentemente excluyente y por diseño selectiva” (Rho, 2021, p. 8). Apresenta-se na forma de um discurso universalista, onde o “universal” serve para mistificar e dissimular mecanismos de classificação, exclusão e sujeição que estão institucionalizados.

Migrantes através de sua agência política, exploram a dimensão de contestação que existe na cidadania (Rho, 2021), daí a importância dos estudos de práticas e estratégias políticas para além de perspectivas formais e institucionais. Inclusive, nem sempre o objetivo final de manifestações e denúncias das pessoas migrantes é tornarem-se cidadãs, no sentido de integrar-se através de um reconhecimento burocrático de cidadania pertencente àquela sociedade.

De fato, muitas das reivindicações, quando refletimos sobre elas, subvertem a noção de pertencimento ao território por detrás da cidadania, entendendo como positivo o fato de terem chegado de outros territórios, reivindicando suas raízes e antepassados como razão para orgulho: ter nascido em qualquer território é reivindicado como razão suficiente para embasar

o direito a viver e existir em qualquer lugar que se escolha, e esse seria enfim uma boa tônica para a ideia de “universal”, por exemplo.

Na ordem capitalista onde estão inseridas, a força política de resistência e criação vem de lugares subalternizados: pessoas migrantes se constituem como cidadãs mediante o próprio ato de reclamar e cumprir obrigações, já que a cidadania possui uma dimensão dinâmica e produtiva, apesar da forte tendência disciplinária e excludente: “lo que caracteriza el enfoque de la autonomía de las migraciones es precisamente su énfasis en el hecho de que los migrantes actúan como ciudadanos, con independencia de su estatus jurídico de ciudadanía” (Mezzadra, 2012, p. 176).

Étienne Balibar (2014), por exemplo, define que a cidadania não é um status legal alcançado de forma passiva, nem se refere a uma identidade estável, sendo mais bem definida como um processo de refundação e ressignificação permanente, mediante ações e lutas dos sujeitos, melhor definida como se fosse uma prática social e política (Rho, 2021, p. 10).

É importante frisar que muitos ativismos da migração não negam a existência nem reivindicam a destruição do Estado entre suas pautas e bandeiras e, pelo contrário, o tratam como interlocutor reconhecendo sua legitimidade jurídica, principalmente com relação a promoção de políticas públicas que busquem efetivar os direitos humanos. Mais do que uma luta contra, os conflitos se desenvolvem em articulação, denúncia, crítica, parceria e reivindicação entre ativismos e Estado – órgãos, políticas e agentes públicos.

No entanto, como em grande medida os ativismos da migração afirmam a diferença humana como um princípio de (co)existência em diferentes territórios – entre os quais os territórios nacionais – é possível concluir que muitas de suas lutas tratam de imaginar novas

formas de pertencimento e de direitos que antecedam uma maneira de inclusão baseada na diferença e que promova a liberdade e igualdade social (Rho, 2021).

No contexto da pandemia de covid-19 entre 2020 e 2022, ficou demonstrado pela pesquisa que não só os ativismos não puderam parar, como precisaram se voltar às necessidades mais imediatas e básicas dos seres humanos, e buscar ocupar o espaço da internet e redes sociais como forma de construir redes de solidariedade, conscientização e articulação das lutas migrantes e de recursos econômicos e políticos. Além disso, esse espaço *virtual* intensamente ocupado pelos ativismos da migração serviu para a promoção das vozes e das pautas migrantes e de divulgação sobre esses mesmos ativismos e suas ações nesse contexto, oferecendo a oportunidade de que as próprias pessoas migrantes contassem suas histórias de lutas e vida.

Provas Contra o Estado e Imaginação.

No 48º Diálogos promovido pelo Centro de Estudos da Migração (CEM) de forma online, *Migrações: Confinamento e mobilidades*, o ativista D., atuante junto à União dos Movimentos por Moradia (UMM) e da Central de Movimentos Populares (CMP), foi categórico em relacionar a migração e dificuldade de acesso à moradia, caracterizando que o Estado é o maior violador dos direitos das pessoas (Missão Paz, 2020).

Se em parte essa forma de organização em Estados nacionais pode ter perdido parte da sua força diante da globalização capitalista e ampliação das práticas e atuação de empresas transnacionais, observando e escutando sobre os conflitos políticos e sociais que reverberam na vida das pessoas migrantes, é evidente que ele não deixou de ser um componente fundamental que tem consequências práticas diárias na migração.

As diferentes formas de discriminação a partir da gestão estatal das migrações expressa uma tensão permanente das relações sociais e raciais quando se trata da migração internacional na região. O racismo tem uma dimensão econômica útil a grupos dominantes das sociedades de trânsito e destino:

Los inmigrantes son útiles en la economía postfordista sólo como Otros que trabajan bajo condiciones que los locales rechazan. Sin embargo, si los trabajadores inmigrantes marginalizados son útiles sólo en parte porque están marcados por la ilegalidad, pobreza y exclusión, este mismo marcaje, este subrayar su diferencia, contribuye a su distinción como población sospechosa y provoca su rechazo (Calavita, 2006, p. 207).

Especificamente no México, se aponta entre literatura e ativismos que houve por muito tempo uma atuação do Estado que era omissa e permissiva com a quantidade de violações de direitos humanos que ocorria no território contra pessoas migrantes (Muñoz Bravo, 2016), deixando-as permanecer invisíveis, principalmente em se tratando da migração de trânsito, que foi sendo estigmatizada no país. Socialmente, muito se naturalizou com relação à existência de uma série de violências pelo caminho, e o Estado simplesmente se apartava de qualquer responsabilidade e ação no sentido de criar políticas públicas que visassem proteger essa população migrante (Muñoz Bravo, 2016, p. 356).

A condição de indocumentação ou irregularidade gera como efeito uma invisibilidade maior das pessoas migrantes. O Estado faz “vista grossa” e se isenta da responsabilidade em vista de que não se trata efetivamente de cidadãos, mas de pessoas que, migrando, estão transgredindo as leis. Por outro lado, parte simbólica desses estigmas de criminalização é que

as pessoas se sentem acuadas e não denunciam nem buscam acessar a justiça para expor as violações que sofrem, com medo de serem deportadas ou retaliadas por agentes de Estado.

No Brasil, embora exista uma dinâmica migratória histórica que é diferente da mexicana, principalmente com relação à migração de trânsito, também existe a condição de irregularidade que gera os mesmos medos, angústias e anseios entre comunidades migrantes e ativismos da migração. Nesse caso, a pandemia serviu para deixar evidente pontos problemáticos da atuação do Estado com relação à migração, como ficou evidenciado, por exemplo, na denúncia de falta de dados produzidos sobre essa população.

Outro fator destacável nesse contexto pandêmico, seja no México ou no Brasil, é que há pessoas migrantes que entram de forma “irregular”, em decorrência de decisões políticas como portarias de fechamento que foram emitidas alheias à lei migratória no Brasil, principalmente aquelas que falavam sobre as fronteiras terrestres, ou das condições materiais das fronteiras, como em ambos os países, bastante porosas no sentido de possibilidades das pessoas passarem, entrarem e interiorizarem por diferentes rotas.

Sobre esse cenário complexo de “fechamento” de fronteiras ocorrido no contexto da pandemia, Gal apresentou um interessante panorama da dinâmica dos deslocamentos e cruzeiros na região norte do Brasil:

Gal: E aí o fluxo irregular, que é o fluxo da.... Como é que o fluxo? É o fluxo das trochas, que é (...) São caminhos de fato, né, porque a fronteira do Brasil e Venezuela, em alguns momentos ela tem uma divisória de um... [explica fazendo gestos com a mão ilustrando] na verdade, ela é toda dividida, né, em cima de um mastro, tipo um mastro pequenininho, e alguns momentos ela é dividida com esse mastro conectado no arame, então isso abre caminho para as pessoas fazerem... Só que ela tem um movimento financeiro, né? Que é... São entradas irregulares, e que tem mototaxistas que levam de um país pro outro, entendeu? Só que essas trochas (...) são tudo descampado [pergunto se é savana baixa e ela afirma que sim] isso, e é tudo visual, você consegue ver tudo isso acontecendo. Então isso é super conhecimento do Estado. O que o Estado tentava fazer quando as fronteiras estavam fechadas, e até hoje tenta fazer, mas às vezes não consegue, é... É dizer, “não passem por aqui, não vão passar

por lá”. Tipo isso, e aí as pessoas tentam uma vez... Uma vez está o posto lá, de barreira, outra vez não está lá, e eles passam (...) (Gal, advogada e trabalhadora humanitária, 20 de agosto, 2022).

Assim, o próprio Estado é responsável por produzir alguns “imbróglios” jurídicos com respeito à migração com os quais lidará posteriormente já de maneira interna no território, por exemplo. quando no Brasil as pessoas migrantes buscavam a PF para regularizar sua situação migratória e recebiam uma multa, um valor cobrado por dia, e um documento de expulsão. A multa, segundo J.C., defensor público, era uma sanção sem função migratória e seu pagamento não regularizava a condição da pessoa. Assim, criou-se uma situação complexa, porque as pessoas que entravam pela fronteira terrestre e queriam regularizar sua situação migratória começaram a entrar com ações judiciais, significando a judicialização da gestão migratória. O Brasil, concluiu o defensor, durante a pandemia destruiu sua própria governança migratória (Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, 2021).

No caso mexicano, as extorsões e violências tais como sequestro sistemático, por exemplo, também podem ser consideradas consequências diretas da política migratória de controle e dificuldade de documentação (González, 2013, 184), bem como das práticas de gestão distanciadas da perspectiva de direitos humanos, que se materializam em arbitrariedades e ações tomadas por agentes de Estado movidos pela discriminação, ganância e racismo nas abordagens, “amparados” por leis que são evasivas ou pouco efetivas na proteção da pessoa humana:

Alma: O sea, sí, me acuerdo el año pasado tenía un caso bien complicado que tenía de todo, no? Denuncias ante Fiscalía, caso ante la COMAR, juicios en contra de Migración. Teníamos muchos trámites a la vez y todos tenían problemas, o sea, todo... Cada uno de ellos era complicado, que teníamos que pelear activamente cada uno de ellos para empujarlo y así se siente todo, o sea como que todo es cuesta arriba, de que tienes que convencer a todas las autoridades con las que te topes, de que de que te atiendan, porque... Porque no más, pues, ¡no! (...) A mí no me tocó estar cuando empezaron, pero lo que sé es que, pues dentro... Dentro de los casos que

llegaban a la organización a solicitar ayuda, llegaban muchos casos de personas refugiadas y personas detenidas en estación migratorias, que estaban siendo torturadas o llevaban mucho tiempo privadas de su libertad. Entonces, cómo... Como es compatible con el objetivo de la organización, que son violaciones graves a derechos humanos (...) (Entrevista Luz, advogada dos direitos humanos, mexicana, 24 de março de 2021).

As políticas migratórias que dificultam a regularização são responsáveis para que pessoas migrantes busquem rotas alternativas, caminhos mais perigosos para cumprir seu projeto migratório, uma responsabilidade direta do Estado (Willers, 2016). É expressivo o papel decisivo que este possui de coerção simbólica e material que configura mecanismos de punição do que seria qualificado como “migração indesejável” e do que menciona Abdelmalek Sayad (1998) como “dupla pena”, representada pela possibilidade de deportação/expulsão do país de destino e o retorno vexatório ao país de origem (Quintanilha, 2019, p. 60).

Para a gestão migratória em países capitalistas dependentes também está o problema da subjugação entre Estados nacionais, e as consequências geradas nas dinâmicas locais tem relação com políticas que as vezes extrapolam as fronteiras nacionais daquele território onde a migração em crise está mais localizada. No caso do México o peso dessas interferências externas é mais visível, por se tratar de um país que divide fronteira com um dos principais destinos da migração internacional no mundo.

Quando perguntei a Lucho, que trabalhou em albergues no norte do México, sobre a situação da política estadunidense de *Migrants Protocol Protection (MPP)* ou como ficou conhecida pela consequência prática da espera pelo julgamento do refúgio ser obrigatoriamente no país, *Quédate en México*, o ativista apresentou uma reflexão sobre os interesses ocultos dessa política e a situação que se configurou na fronteira norte:

Lucho: *Lo que nos pasó con eso... Porque yo estaba ahí cuando lo empezaron a hacer, es que lo único que hicieron fue saturar la frontera, de este lado, hm. Del lado mexicano. Entonces que empieza a pasar: igual tenía 100 personas ya después va a tener 350 y después va a tener porque la gente se empieza a quedar en la frontera y empieza siempre luego como a dispersarse. Si vas a Tijuana, hay tanta gente... O mismo en Tamaulipas... En Tamaulipas hay un campamento de como cinco o seis cuadras de la gente durmiendo en casas de campaña porque no se quiere mover de ahí esperando su turno. Los albergues se empiezan a saturar porque ya no puedes tener, no das abasto con el café y con la comida, con papel higiénico, con jabón, no das abasto con nada. Tenés que empezar a buscar más recursos, más personal, humano. Y... lo único que empieza a pasar es que empezás a saturar todo y la atención se vuelve cada vez más... Más... del momento, de emergencia: comida, baño y chao, comida, baño y sigue. Muchos no se quieren quedar en los albergues porque piensan que vas a perder tu turno y es mentira porque hay tal desinformación que la gente piensa que estando más cerca del punto del paso no va a perder tu turno.*

Julia: *¿Por qué hay tanta desinformación?*

Lucho: *Yo creo que **mientras más desinformación**, mientras más... La gente no sepa qué hacer... Eh... **gana el gobierno estadounidense, porque lo único que hace es estirar, estirar, estirar y no le dan a nadie sus papeles**. Al menos así con la administración de Trump, eh... Y también le sirve un poco al gobierno mexicano para... Tener justificación de **que las personas migrantes andan dando vueltas por ahí** y poder llevar a cabo su trabajo, entre comillas porque no le corresponde, no lo deberían de hacer una persecución a los migrantes, poder encerrarlos de si no tener papeles y poder deportarlos, eso qué va a hacer? va a hacer que eleven sus números y poder quedar bien con Estados Unidos y no tener problemas económicos ante las amenazas que Trump dijo que si no empezaban a bajar la frontera, digo, a extender la frontera y que la frontera sea la del sur y que no lleguen hasta el norte los migrantes eh... Eso le sirve al gobierno mexicano y después al narco, en el norte le sirve un montón que la gente esté dispersa y no pueden encontrar un lugar seguro y que el narco pueda hacer todo su negocio que hace en torno a las personas migrantes. (Lucho, trabajador humanitario e migrante argentino, 05 de abril, 2021).*

Em debate promovido pela organização *FM4 Paso Libre* em 2020, de forma virtual, foram discutidas práticas de inclusão das pessoas em mobilidade, e como a sociedade civil mexicana de conjunto estava atuando diante dos desafios da migração internacional naquele momento. Destacando a existência de um grupo de trabalho sobre políticas migratórias intitulado “*Red de Reintegración*”, “*composto por especialistas, organizaciones y redes de la*

sociedad civil que impuliona una política migratoria dentro de una perspectiva de los derechos humanos”, M.V.H, representante do grupo, afirmou que a atuação consistia naquele momento em denunciar a falta de capacidade dos Estados nacionais com relação a garantir os direitos humanos das pessoas migrantes: “*El tema de participación social y política son derechos que no están reflejados, garantizados o reconocidos en la política migratoria en México*” (FM4 Paso Libre, 2020).

Ao irem reunindo evidências para a construção da análise crítica com relação à atuação desses estados nacionais, a ativista comentou que chamou atenção o tema do racismo na região, destacando a importância em se entender como se dá a dinâmica atual de discriminação racial no México. Como exemplo, citou uma detenção que as autoridades mexicanas fizeram de pessoas indígenas chiapanecas porque as “confundiu” com pessoas migrantes centro-americanas, julgando que os documentos apresentados por essas pessoas na averiguação não eram suficientes para comprovar suas identidades (FM4 Paso Libre, 2020).

Para o racismo moderno, o Estado-nação funcionará como um dos aparatos centrais. Seja em políticas assimilacionistas ou diferencialistas (París Pombo, 2007), se trata de eliminar ou assimilar identidades concebidas, pelos grupos políticos e econômicos dominantes, como indesejadas, a partir da herança colonial e do colonialismo interno, onde povos indígenas e negros já se configuram como as alteridades que representarão algum tipo de ameaça.

Ademais, enquanto se mantém o enfoque de “segurança nacional” e “soberania do Estado”, haverá criminalização, já que as políticas migratórias seguirão tratando pessoas migrantes como alheias à sociedade e potenciais ameaças. Ao mesmo tempo, é evidente que a atuação em dificultar a migração internacional, impondo mais restrições ao ingresso e

circulação de pessoas migrantes num território, gera um aumento da migração irregular ou indocumentada (Gonzalez, 2013).

Em decorrência das dinâmicas migratórias próprias e características de cada país, Brasil e México apresentam ativismos migrantes que se aproximam em muitos aspectos, relativos às condições de vida das pessoas nos territórios, às dificuldades e preconceitos vividos cotidianamente e sobretudo com relação às principais reivindicações que orbitam, em síntese, em torno à necessidade de se repensar (e refundar) a cidadania e os direitos humanos para a promoção de condições de vida com dignidade.

Esses ativismos também se organizam compartilhando pensamentos, contando histórias pessoais e expondo suas demandas, através de testemunhos que devem ser considerados verdadeiras provas contra o Estado e suas formas sistemáticas e sistêmicas de violar direitos (Eyal Weizman, 2010), evidenciando assim o racismo de Estado que sustenta uma série de leis. Num duplo sentido, de se afirmar pela própria história como sujeito, e de buscar reconhecimento e aliados entre outros setores da sociedade, os ativismos da migração se movem em meio às contradições sociais, raciais e políticas de uma sociedade, produzindo resistência e ação que desafiam os limites imaginários das nações.

Como consequência, os discursos e práticas migrantes também acabam por provocar noções como de violência legítima, presente na forma de uma gestão da migração pertencente à polícia federal (militarizada), no Brasil, e à Guarda Nacional, no México, evidenciando a incongruência entre militarização de forças institucionais do Estado, lógica da criminalização, punição, agressão, tortura e securitização com a qual operam Estado e setores da sociedade civil, e o debate teórico e filosófico dos direitos humanos constantemente evocados por essas mesmas autoridades.

Os territórios nacionais vem sendo espaços de arbitrariedades, da aplicação de políticas de vida e morte, experimentos bélicos e militarizados, aparatos jurídicos e verdadeiros obstáculos ao desenvolvimento da vida de forma plena. Os Estados-nações cumprem funções que dificultam a vida das pessoas migrantes, e nessa tensão elas respondem, utilizando formas contestação e enfrentamento.

Nessa etapa atual dos deslocamentos humanos observados nas Américas, o Estado se traveste de parcerias e discursos humanitários, leis cheias de palavras escassas e vazias em conteúdo, criando mecanismos complexos de gestão da migração, como veremos no próximo capítulo. É importante destacar, para concluir e introduzir, que fica evidente que “a lei humanitária internacional e as leis de direitos humanos não buscam acabar com as guerras, mas sim 'regular', 'moldar' e mudar a maneira como os militares as travam” (Weizman, 2010, p. 21).

Neste capítulo, buscou-se utilizar testemunhos humanos, principalmente de ativistas da migração, como provas contra o Estado, no Brasil e no México, e como uma maneira de ecoar suas reivindicações, denúncias e visões de mundo. Entre elas está a compartilhada em debate online sobre saúde mental, promovido pelo Fórum *Fontié Ki Kwaze Fronteiras Cruzadas*¹⁸, por H.B., mulher migrante, pesquisadora e ativista boliviana que vive no Brasil. Invertendo a situação de incomodidade que surge da migração, H.B. propõe pensar os desafios que a sociedade de destino apresenta às pessoas migrantes, pois é todo um mundo desconhecido,

¹⁸ Descrito como uma iniciativa interdisciplinar acadêmica, social e artística, é um coletivo de pesquisadores, ativistas, migrantes e não-migrantes que atua na promoção de atividades de debate e reflexão sobre questões migratórias. Iniciado em 2017 foi concebido como projeto por uma rede de pesquisadores da PUC-SP contando atualmente com a colaboração do Centro de Acolhida Imigrante – SEFRAS e outros grupos de pesquisa acadêmicos. Também contou com financiamento da agência de fomento ao ensino superior do governo federal brasileiro – a CAPES. Mais informações em: <https://fronteiras cruzadas.com.br/>.

(...) *novos costumes, diferentes tradições, diferentes linguagens, diferentes formas de organização social e sentimentos originados pela impossibilidade de possuir um só lugar de pertença, as condições sociais fragilizadoras (...) incluindo adaptação linguística e cultural fazem com que a migração esteja na vida dos imigrantes como se fosse uma ferida aberta e isso pode desencadear muitos problemas psicológicos e sociais que muitas vezes se associam a outros traços que já vem dos indivíduos. Todas essas experiencias são estressoras e podem colocar imigrantes em risco de desenvolver problemas de saúde mental, o que termina se potencializando principalmente se consideramos que alguns desses imigrantes já tenham enfrentado outras experiencias de vulnerabilidade no seu país de origem ou experiencias traumáticas antes, durante e depois da imigração (...)* É importante que o Estado e as instituições proporcionem cuidados que sejam acessíveis para a população imigrante e refugiada. (...) *para muitos imigrantes o normal já era um estado de crise com todas essas dificuldades que a gente já falou, então para enfrentar essa crise dupla é necessário que políticas públicas sejam implementadas, políticas efetivas e eficazes para esses grupos (...)* **A interculturalidade tem que ser compreendida como essa possibilidade que permite que todos esses grupos pertencentes a diversas culturas com diferentes formas de ver o mundo possam viver em harmonia e respeito. Só que existem muitas barreiras.** (Fronteiras Cruzadas, 2021).

Capítulo 4: “À Flor da Pele”: Territórios e Fronteiras na Migração.

Este capítulo combina a documentação do trabalho de campo e a reflexão sobre dois espaços de fronteira, no Brasil e no México, onde vem ocorrendo intensos fluxos de pessoas migrantes em contextos de “crise migratória”, regiões de entrada de pessoas em situações de bastante vulnerabilidade social, buscando caracterizar os territórios, sujeitos e cenários onde se desenvolvem as dinâmicas e políticas migratórias inseridas na narrativa da crise.

Dialogando com discussões e conceitos de território e fronteira, sobretudo aquele derivado do pensamento moderno ocidental, base para a elaboração de leis, políticas e tratados em matéria de migração, se buscará refletir, de pano de fundo, as relações humanas com o espaço em que vivem as pessoas e as possibilidades de transformação que as migrações provocam. Por isso, também se apresenta perspectivas críticas e contrapontos às teorias tradicionais, procurando contribuir com a produção de ferramentas teóricas e metodológicas que ajudem a redesenhar as políticas de vida.

Algumas Definições de Território e Fronteiras

Vivemos em um ordenamento político-jurídico do mundo resultado de diversos processos históricos de caráter econômico, político e social que culminaram nesse ordenamento, onde, do ponto de vista da necessidade do território para sua reprodução social, a fronteira desempenhou o papel de definir Estados nacionais (soberanos) na lógica de ocupação, uso e delimitação do território – que é o próprio mundo, isto é, o espaço da natureza onde se experimenta a vida.

Segundo o Priberam, dicionário da língua portuguesa, fronteira é um substantivo feminino que significa “zona de território imediata à raia que separa duas nações” ou, ainda,

“linha divisória; raia; confins”¹. No entanto, é importante entender que existem outros entendimentos para território e fronteira que questionam ou desafiam a rigidez contida na principal definição.

As fronteiras delimitam nações na perspectiva estadocêntrica ocidental que prevalece nas Américas, com consequências diretas para a imigração na região. Elas impactam na forma como as identidades são construídas e na geopolítica mundial. Historicamente, nessa geopolítica, pessoas originárias de países do Sul Global carregam estigmas e preconceitos que as inferiorizam, (Pires, 2020), produzindo-se uma dicotomia entre migrações desejadas e indesejadas que vigoram até hoje.

No capitalismo global – moderno e contemporâneo – o conceito de fronteira dá contorno e dimensões materiais aos processos de ocupação de territórios do projeto civilizatório envolvendo a colonização e conformação de uma máquina bélica e burocrática que se reinventa constantemente. Como uma espécie de entidade política que concentra poder político, econômico e militar, o Estado moderno, será responsável por coordenar “a legitimação de cada corpo-conjunto, a través do mecanismo da cidadania e da identidade” (Marchese, 2019). Assim, pode-se sintetizar em que: “La modernidad occidental está marcada por el terrorismo de Estado, una política llevada a través del establecimiento de fronteras, tanto geopolíticas como culturales, entre ‘amigos’ y ‘enemigos del Estado’, mecanismos que fundan la soberanía (...)” (Marchese, 2019, p. 22).

Como consequência simbólica das fronteiras nacionais, ocorre a produção de imagens sobre quem são os nacionais de outros lugares. Os discursos da mídia, do Estado e a história

¹ Definição disponível online em: <https://dicionario.priberam.org/fronteira>. Acessado em: 01/07/2024.

oficial, estão repletos de identidades estereotipadas com base em critérios raciais, sexuais, nacionais, de gênero, entre outros. Nesse sentido, em se tratando das dinâmicas migratórias entre diferentes fronteiras nacionais, a dimensão identitária que deriva das fronteiras gera consequências na vida das pessoas que carregarão o estigma de ser “de fora”: “(...) a noção de diferença cultural, no caso da imigração, remete às ideologias de pertencimento e seus usos, inclusive políticos, diante das situações de desigualdade no âmbito do Estado-nação” (Seyferth, 2011, p. 48).

A dimensão material que o simbolismo da fronteira terá, sobretudo na vida das pessoas migrantes, é aqui fruto de reflexão e provocação às noções deterministas sobre essa forma de tipificação social da humanidade. “(...) si no existiesen las fronteras, no habría migración como tal (al menos, en la medida en que se ha llegado a comprender el término, solo como movimientos a través de las fronteras estatales) (...)” (De Genova, 2017, p. 158).

A palavra “território” deriva do latim *territorium* e possui dois sentidos etimológicos, e uma dupla conotação – material e simbólica - *terra-territorium* (que remete à posse da terra), e *terreo-territor* (terror, aterrorizar), se relacionando com a dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – “(...) especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no ‘*territorium*’ são impedidos de entrar” (Haesbaert, 2010, p. 20). O território não é, portanto, somente uma dádiva ou fenômeno puramente físico. Está ainda determinado a partir do uso que se faz dele e dos processos políticos que se desenvolvem e inscrevem ali. Filosoficamente é um conceito, “gerado por indivíduos organizando o espaço segundo os seus próprios objetivos” (Gottmann, 2012, p. 523).

Jean Gottman, geógrafo francês do século XX, localiza o termo território como inicialmente sendo utilizado no contexto dos idiomas europeus desde o século XIV. Em uma definição mais genérica do termo e que vigora como sustentação de ordenamentos jurídicos, constituições nacionais, leis e políticas de Estado, é “uma porção de espaço geográfico que coincide com a extensão espacial de jurisdição de um governo. É recipiente físico e suporte do corpo político organizado sobre uma estrutura de governo” (Gottmann, 2012, p. 523).

A produção cartográfica das Américas foi favorável à colonização e se constitui como um “saber geopolítico determinante” (Basualdo, Domenech e Pérez, 2019, p.46), que se estruturou sob o “perspectivismo cartesiano” ocidental moderno. A partir de uma visão de “cima” própria do perspectivismo, se produziram mapas que se constituíam como representação de territórios fixos, uma imagem estática e delimitada do que seja o território – e conseqüentemente também a fronteira.

O território (nacional) não existe sem um sujeito político, isto é, uma população (Foucault, 2008) que se governa. Tampouco existe a possibilidade de definição de um sujeito sem algum Outro com o qual se contrasta e se diferencia. A forma de definição do espaço que aqui prevalece tem origens nos processos de urbanização da Europa durante o século XVIII, que demonstram “(...) como o soberano do território tinha se tornado arquiteto do espaço disciplinado, mas também, e quase ao mesmo tempo, regulador de um meio no qual [se trata de] possibilitar, garantir, assegurar circulações: circulação de pessoas, circulação de mercadorias (...)” (Foucault, 2008, p. 39).

Assim se pode resumir: “Sujeito e nação não passam de ficções normativas que visam engessar os processos de subjetivação e de criação social em constante transformação. A

subjetividade e a sociedade são constituídas de uma multiplicidade de forças heterogêneas, irreduzíveis a uma única identidade, a uma única língua, a uma única cultura, a um único nome” (Preciado, 2020, p. 39).

Em se tratando de leis e políticas migratórias que incidem diretamente nas vidas e corpos migrantes, outro aspecto com o qual se lida cotidianamente na forma militar é a soberania nacional, que se vincula ao território dando-lhe sustentação. O conceito de segurança nacional possui significações para diferentes contextos, em torno da capacidade de um Estado em preservar a integridade do território através de seu controle e fronteiras, mediante a necessidade de se combater tudo aquilo considerado “riscos potenciais à integridade nacional ou ao sistema político e socioeconômico.” (Calleros Alarcón, 2010, p. 9).

O debate sobre segurança nacional que já possuía um caráter imperialista/colonial e militar, foi inflamado pela “ameaça terrorista” a partir dos ataques de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos, o que contribuiu para o aumento da militarização, vigilância e controle das “fronteiras” e reafirmação de soberania dos “territórios” e dos estados nacionais. Esse processo resulta em uma securitização da migração (em crise) e em práticas de trato e condições de vida das pessoas migrantes de controle, vigilância, tutela e abuso (violação de direitos) em nome da soberania nacional (Calleros Alarcón, 2010).

Poderíamos nos perguntar, então, para as migrações humanas, o que as fronteiras são? “(...) um tipo de meio de produção de diferenças no espaço ou de espaços de diferença” (Álvarez Velasco, 2017, p. 160). Enquanto sujeito social, se é de algum lugar, se é, portanto, a própria nação. E qual é o impacto disso nos novos territórios para onde se carrega, corporalmente, essa

nação? O que seria então essa comunidade que se forma “aqui e agora”, também nos territórios, e que seguem existindo ainda, concomitantemente “lá e agora”.

É imprescindível enfatizar a ação e dinâmica que existe na definição/formação de um território, sendo possível falar em “processos de territorialização” contínuos que vivemos, como pessoas, de forma intensa (Haesbaert, 2010). Se trata assim de um “(...) movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios – configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento (Haesbaert, 2004)” (Haesbaert, 2010, p.20).

A tensão também é um elemento importante na significação do território, pois ela expressa a “disputa” da concepção em torno desse mesmo território: como “(...) ‘espaçotempo vivido’, o território é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão (...)” (Haesbaert, 2010, p. 21).

Crítica Anticolonial das Fronteiras e do Estado.

Paul Beatriz Preciado (2020) compartilha reflexões pessoais e políticas sobre a transição de gênero e a identidade trans no mesmo cenário político e econômico do qual fazem partes as migrações aqui estudadas. Em diversos momentos, em suas *Crônicas da travessia* o autor desenha paralelos entre a identidade trans e a migrante:

A mudança de sexo e a migração são duas práticas de transição que, questionando a arquitetura política e jurídica do colonialismo patriarcal, da diferença sexual e do Estado-nação, situam um corpo humano vivo nos limites da cidadania, talvez até daquilo que

entendemos por humanidade. Além dos deslocamentos geográficos, linguísticos ou corporais, o que caracteriza as duas viagens é a transformação radical não somente do viajante, mas também da comunidade humana que o acolhe ou rejeita. O antigo regime (político, sexual, ecológico) criminaliza todas as práticas da travessia. (Preciado, 2020, p. 31-32).

Um dos fundamentos do pensamento decolonial é justamente o questionamento de “um universo abstrato e neutro do eurocentrismo”, abrindo a brecha para a proposta de um giro espacial, multiterritorial na América Latina (Haesbaert, 2021). O giro, em uma de suas grandes contribuições, envolve “(...) justamente ler o espaço como essa densidade/multiplicidade de tempos acumulados e constantemente refeitos (...) o espaço deve ser visto a partir de seu atributo dinâmico, de suas distintas durações e, assim, de seu caráter múltiplo e relacional” (Haesbaert, 2021, p. 37-38).

O geógrafo se preocupa em reunir uma série de autores e autoras que contribuíram consciente ou não para a construção desse giro, ampliando noções e conceitos que possibilitam (ou derivam de) outras leituras de mundo, como a contribuição de Doreen Massey (2008), quem define o: “espaço como um conjunto ou entrelaçamento de trajetórias – ou melhor ainda, de histórias, impregnando o espaço da densidade temporal que o constitui (...) uma ‘acumulação desigual de tempos’ – nos termos de Milton Santos (1996) (...) dinâmica temporal que está constantemente sendo remodelada e reconstruída (...)”. (Haesbaert, 2021, p. 39).

Por outro lado, os estudos migratórios produzidos nas Américas, em suas formulações críticas geraram conceitos como regime fronteiro para entender a dinâmica migratória contemporânea, pressupondo desde a fundação um conceito mais elástico de fronteira: “Las

fronteras no son inertes, fijas o coherentes. Por el contrario, como el análisis que hace Carlos Marx en *El Capital*, es mejor considerar las fronteras como relaciones sociopolíticas” (De Genova, 2017, p.157).

Deriva-se dessa ideia de regimes, um entendimento de fronteira que vai além da ideia de “perímetros exteriores aparentemente objetivos do espaço de um Estado (nacional) territorialmente definido, ou como os limites sociopolíticos e jurisdicionais do poder soberano (...)”, para a concepção de que são “(...) formações de poder flexíveis e móveis nas quais há uma multiplicidade de atividades e atores envolvidos nessa luta” (De Genova, 2017, p. 158).

O pensamento de Estado não se restringe ao pensamento do Estado, o que significa dizer que concepções estatais modernas de território e fronteiras e, conseqüentemente, a maneira de significar os deslocamentos humanos em migrações se produz em diversos espaços sociais e contam com a participação de uma diversidade de atores de diferentes naturezas (Basualdo, Domenech e Pérez, 2019).

As migrações “irregulares” expõem as contradições e conflitos do processo de constituição do ordenamento conceitual e prático do mundo, pois questionam a rigidez e estaticidade das fronteiras dos mapas oficiais. A mobilidade humana é representada plasmada em cartografias oficiais, espacialidades e temporalidades específicas, reduzidas a uma enorme abstração de “fluxos migratórios”.

Nesse processo, a partir de fundamentos raciais, racistas e coloniais, alguns sujeitos são objetificados como “migrantes irregulares” no território, representações de massividade e descontrole (Basualdo, Domenech e Pérez, 2019). A ação estatal – e capitalista – tem como foco do controle os “movimento através das fronteiras”, como demonstrou a autora e pesquisadora

dos estudos migratórios Amália Campos-Delgado (2018) nas produções e utilização de diferentes ferramentas e tecnologias de controle das pessoas migrantes (Basualdo, Domenech e Pérez, 2019, p. 50).

A América é uma região que não está às margens ou fora da zona de influência dos esquemas e modelos internacionais de controle do movimento migratório e, mais especificamente, das “migrações irregulares”, que envolvem uma ampla “política de externalização do controle migratório” como um “modelo de gestão da migração” (Basualdo, Domenech e Pérez, 2019, p. 50).

O contexto migratório da América Latina é um bom momento para a produção de “geografia dissidente” e propostas de contra mapeio que se relacionam e surgem em diálogo com uma série de ativismos feministas, como é o uso do conceito de “corpo-território” para abordar conflitos territoriais e ambientais no continente e que pode ser adotado para pensar as migrações “em crise” (Basualdo, Domenech e Pérez, 2019, p. 55-56).

Para além da definição de constituição do território nacional – há implícito outro sentido da fronteira, derivado dessa mesma razão de ser que define/delimita, onde fronteira é também “(...) um dispositivo que contribui para forjar a distinção dinâmica entre norma e exceção, entre cidadãos e estrangeiros, entre ‘desejáveis’ e ‘indesejáveis’, entre vidas que importam e vidas ‘descartáveis’” (Ruseishvili, 2020, p. 130).

Deixando de ser uma “barreira material passiva”, isto é, somente as linhas do mapa que cruzamos simbolicamente, se torna instrumento de regulação e normalização dos corpos (Ruseishvili, 2020, p. 131). Dessa maneira, decorre o entendimento presente nas perspectivas anticoloniais de que a fronteira opera não como “obstrução de passagem”, mas sim como “meio

de filtragem, seleção e canalização de indivíduos ou grupos de indivíduos”, uma forma de “inclusão diferencial” (Ruseishvili, 2020, p. 131), por exemplo, como nos sistemas de cotas nacionais para refugiados usados no século XX no Brasil.

Nessa perspectiva, podemos ampliar a reflexão para o papel de “porta traseira” (Varela Huerta, 2016) que vem desempenhando o México para conter a migração de milhares de pessoas que rumam ao norte. O país se torna uma espécie de território de extensão de fronteiras de outros países, cumprindo uma agenda migratória baseada na segurança nacional ancorada no combate às drogas, ao tráfico e ao crime organizado, mas emanada de outro Estado-Nação potência.

A fronteira, portanto, não possui apenas funções de exclusão ou separação, como também tem a capacidade de hierarquizar e estratificar as entidades em movimento, além de articular-se com o capital e o poder político do Estado, potente produtora de identidades e de visões de mundo, de acordo com o proposto pelos teóricos Sandro Mezzadra e Neilson (2013) (Ruseishvili, 2020, p. 128).

Espaços de Migração Escutados Do Virtual.

O México possui uma extensão territorial de quase 2 milhões km². São 3.200 km de fronteira ao norte, compartilhada com os Estados Unidos e 959 km ao sul, entre Belize e Guatemala. Sua localização geográfica nas Américas o torna, ademais, um território de passagem ao norte. O Brasil possui um território de um pouco mais de 8 milhões km², sendo vizinho de Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa, Peru, Colômbia, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai, numa vasta fronteira terrestre marcada por rios, diferentes vegetações e climas. Ambos os países possuem ainda, pontos de imigração internacional movimentados não localizados em fronteiras, como Cidade do México e São Paulo.

Nesse sentido, as dinâmicas migratórias que marcam tais vastidões territoriais envolvem fluxos variados de entrada, saída, permanência, contenção, espera e retorno, a depender de cada projeto migratório, regras burocráticas e condições socioeconômicas em que se produzem as migrações. Para abarcar esse território, foram realizadas entrevistas e trabalho de campo virtual que possibilitassem reconstruir o cenário migratório. Em nossa conversa, Lucho, que é migrante e trabalhador humanitário e viveu em diferentes regiões do México, desenhou um panorama geral do país e as dinâmicas migratórias e organização do trabalho humanitário nesse território.

Lucho: Acá creo que podés dividir el país en tres pedazos. Sur, centro y norte. El sur es un desmadre, por decirlo de alguna forma, de miles de personas dando vueltas por todos lados y ninguna organización da abasto para atender. El centro... ya se trabaja más con personas refugiadas, con personas canalizadas. Lo que es Ciudad de México y como alrededores... Casi siempre con ACNUR, que es quien te canaliza personas. ¿Por qué? Porque las personas migrantes van atravesando el país por dónde va el tren. Entonces, como por Ciudad de México no pasa, las casas trabajan con personas canalizadas, que el ACNUR los ubica en el sur y como tienen que salir rápido porque en la frontera es muy peligroso porque todavía hay injerencia de las maras, los llevan para Ciudad de México o los traen a Querétaro, o los traen a Guadalajara y van a Monterrey. Y esto es el trabajo en los albergues como más integral. Me refiero a que con una persona que va a estar pidiendo refugio y que va a tener ocho o nueve meses o quizás un año, el tiempo que tarda el proceso en migración, la gente que tiene que hacer, no, el trabajo no es solo quedarte en el albergue, sino que hay un proceso de integración local, que hace que los albergues tengan que empezar a ver la cuestión del trabajo, de la escuela, de la niñez. Todas esas redes como para que las familias se puedan integrar en la comunidad. Y en el norte vuelve a pasar lo que está pasando en el sur. En el centro se van dispersando todas las personas y cuando llegan al norte, se vuelven a juntar. Hay albergues de 50, 60, 70, 100, 120 personas y ahí el trabajo vuelve a ser un trabajo más de asistencia... eh.... ¿Cómo podría decirlo? Ya no es tan integral, por más que se está tratando de hacer, pero es más como el día a día, el plato de comida, el baño, algo así. Tenés una atención médica y seguir. Dos o tres días y seguir, seguir y seguir. Entonces eso ya te cambia la dinámica, entre tener una persona ocho meses y tenerla dos días o quizás mismo entra, come, se baña y sigue su camino. Es como más la emergencia. Se atiende más la emergencia en el sur y en el norte y en el centro... como algo más integral. Por más que (...) por ejemplo, el norte es donde están las casas más antiguas. Tijuana, Saltillo, Monterrey, Tamaulipas, son como las casas más antiguas. (Lucho, activista, trabajador humanitário e migrante argentino, 05 de abril, 2021).

Suria, trabalhadora humanitária mexicana que entrevistei virtualmente e que atua em uma região com pontos de cruze aos Estados Unidos, trabalhava na época de nossa conversa em um

albergue em Sonora, e em decorrência de sempre ter vivido na região e atuado no espaço há alguns anos, caracterizou um pouco da dinâmica migratória daquela fronteira norte:

Suria: Altar Sonora se encuentra a 02:30 de Nogales. La capital de Sonora es Hermosillo. nos encontramos aproximadamente como a 03:30 y también estamos como a 02:30 de Saucedo. De Altar a Sásabe... Que es el punto de cruce donde van las personas migrantes, (...) Salen de aquí de Altar y van a Saucedo para cruzar. Siempre ha sido un punto de cruce Altar. Pues de lo que me han contado, en los años 90 era muy fácil cruzar, era como decir 'yo Suria, tengo un carro y voy a llevar a... ¿Quieres irte a cruzar? Pues yo te llevo'. En aquel entonces, creo que les cobraban como 200 pesos o algo así por llevarlos a la frontera. Del año 2001 al año 2006, fue como el boom de la migración, empezaron a venir personas centroamericanas... Al principio solamente cruzaban personas mexicanas en su tiempo. En el año 2001, 2006 empezaron a venir personas centroamericanas. Ya fue como que hubo un cambio muy grande... empezaron a cambiar el tema de cómo cruzar, empezaron a cobrar un poquito más.... Bueno, mucho más. Creo que a los centroamericanos les cobran aproximadamente unos 6.000 dólares, o algo así, para que puedan llevarlos a Estados Unidos, a un mexicano le cobran un poquito menos, pero entre más lejos vienes, más te cobran. Entonces, si Altar siempre ha sido un punto de referencia para las personas migrantes, anteriormente era más fácil. Hay personas migrantes que cruzaron en años anteriores y que me dicen "no, pues yo tenía 20, 30 años viviendo en Estados Unidos y yo crucé por aquí. Yo pensé que iba a ser igual...", pero se dan cuenta que es totalmente diferente (Suria, trabalhadora humanitária mexicana, 25 de março, 2021).

Sobre o perfil dessa migração intensa que segue circulando na região, em que pesa o aumento da dificuldade para se cruzar, Suria menciona que se manteve relativamente igual – demonstrando as muitas dimensões das circulações migrantes pelos diferentes territórios e as diferentes entre projetos e estratégias migratórias existentes numa mesma região.

Suria: La mayoría de las personas migrantes que llegan aquí son personas que ya tienen un plan. Ellas saben que quieren ir a Estados Unidos, ellos van a cruzar y listo. Si hay personas que se quedan meses aquí, pero es porque no han podido cruzar. El año pasado en pandemia hubo personas que tuvieron hasta seis deportaciones, personas de Guatemala, de Honduras, que aprovecharon como... Esta partecita de que los estaban deportando luego luego aquí, entonces lo volvieron a intentar hasta que pudieron estar allá. Entonces en su mayoría son personas que van de (...) Siempre hemos atendido en su mayoría personas mexicanas, luego personas de Honduras, Guatemala, El Salvador, muy pocas de Nicaragua, y esas son la mayoría de las personas que nosotros recibimos. Durante la pandemia se miró igual... (...) Sásabe no era una puerta de deportación, hasta esta pandemia. Empezaron a deportar por ahí, entonces nos vimos con un incremento de personas que teníamos que atender... miramos más mujeres con sus hijos, pero fue un

tiempo, ya no es tanto. El [albergue] atiende al 1% de la población migrante que llega a Altar Sonora, (...) atendemos a las personas que ya no tienen dinero, personas que ya no se están quedando en hoteles, personas que necesitan un lugar donde descansar y buscar una solución de si se regresan o siguen su camino. Entonces, en su mayoría siempre hemos atendido más mexicanos y luego centroamericanos de Honduras, Guatemala, El Salvador y Nicaragua. Si miramos como un poquito más de incremento de personas de Guatemala. Siempre se ha comentado que es un cruce más de personas de Guatemala que de Honduras, pero si nosotros seguimos recibiendo más de Honduras (...) fijate que no llegan al pueblo [migrantes de África ou haitianos e pessoas negras]. Es más común que se vayan a Nogales o se vayan a Mexicali. Justo lo estaba platicando aquí en la casa a unas personas que domingo yo venía de Caborca, (...) me subí a un camión. El camión iba con muchos haitianos. Éramos como tres en frente, nosotros que iban platicando con los que iban sentados a un lado mío, mexicanos, pero de ahí todos eran haitianos y se me hizo muy curioso porque no me había tocado ver como... Un camión así, de línea, que fueran las personas haitianas, normalmente según yo, se movían en camiones particulares. Entonces se me hizo muy, muy curioso, la verdad (Suria, trabalhadora humanitária mexicana, 25 de março, 2021).

Outras entrevistas foram realizadas com ativistas, pessoas migrantes ou não, que vivem no Brasil e no México, em diferentes regiões como Cidade do México, Querétaro, Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, Amazonas. Eram pessoas que em decorrência da migração – implicados como migrantes ou como pessoas solidárias, defensoras do direito à liberdade de mover-se – se tornaram protagonistas de iniciativas e ativismos nessas diferentes regiões, cuja pauta principal envolvia a migração.

Entre todas essas conversas, algumas histórias e padrões se repetiram: quais nacionalidades, na contemporaneidade, precisam se organizar politicamente de alguma maneira para que suas condições de vida naquele novo território ao qual se chegou como migrante, sejam efetivadas, e existir aconteça com dignidade. Não são todas as pessoas migrantes que precisam criar redes de solidariedade e ativismo para se estabelecer num território. As migrações Sul, em países também do Sul produzem nesses territórios incidências que envolvem transformações e disputas políticas e culturais através do movimento que geram as migrações e circulações intensas de diferentes identidades num mesmo espaço.

Ambos os países demonstraram ser lugares de contradição com relação aos discursos humanitários e de acolhida, de respeito aos direitos humanos e de posição amigável com relação à migração, se se contrastam as palavras ditas em leis e aquelas efetivadas nas práticas. O racismo institucional e cultural, histórico e colonialista, é escancarado pelas migrações “críticas” e isso demanda, dessas pessoas migrantes, protagonismos em torno da defesa do direito à própria vida.

As organizações no Brasil e no México, atuam como espaços de acolhida, abrigo, assessoria jurídica e educativa, seja numa perspectiva de trabalho mais imediato, como as casas de passagem muito presentes no México – pela sua qualidade de “corredor de passagem” aos Estados Unidos ou, ainda, em atuações que envolvem um projeto de integração, como as organizações que assessoram de alguma maneira as pessoas migrantes enquanto estas se estabelecem e se apropriam do novo território – uma grande quantidade delas sobretudo em duas importantes cidades globais do Sul, São Paulo e Cidade do México.

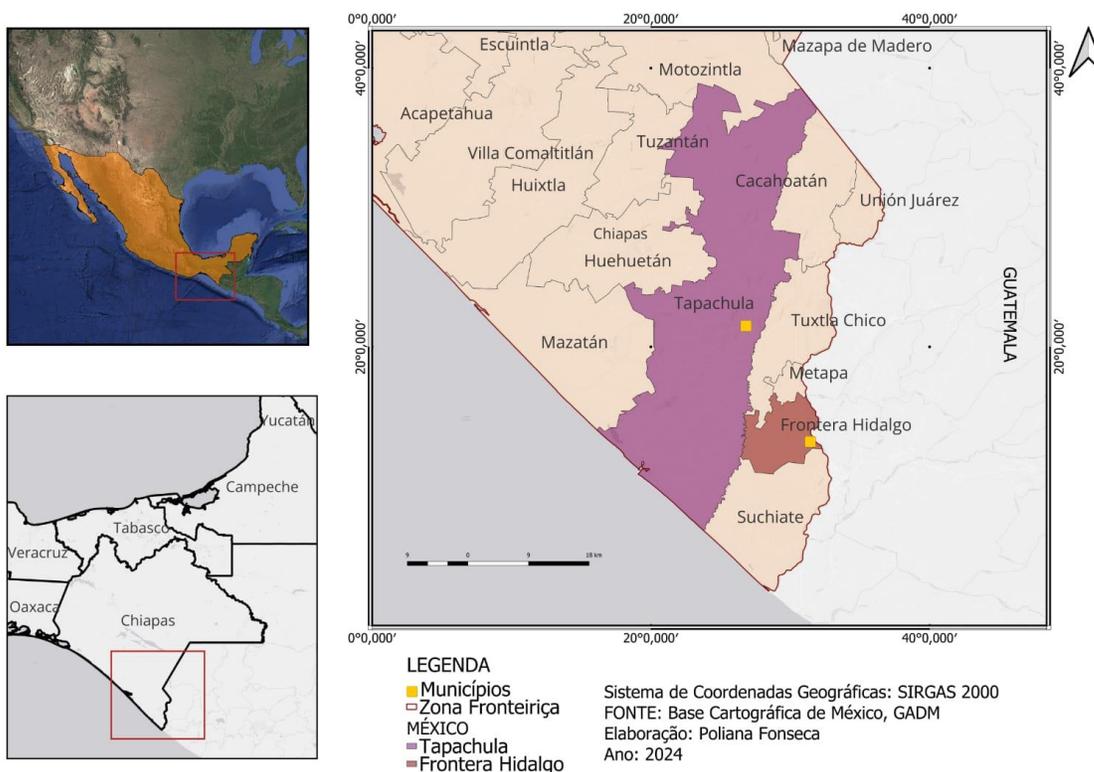
Cada estado, cada região, apresentará seus aspectos característicos locais, ressoando contextos regionais e globais e isso se pôde concluir das entrevistas realizadas. Alguns direitos seguem sendo os mais violados quando se trata de migração – como o direito ao trabalho digno, de acesso à saúde, educação e participação política onde vivem.

In Locus: Etnografia de Dois Territórios de Fronteira.

As regiões de fronteira contempladas na pesquisa de campo despontaram, nos respectivos países, como pontos críticos de entrada de pessoas migrantes, num primeiro momento pelo aumento do fluxo de pessoas que passaram a chegar por aquelas fronteiras e em razão das condições socioeconômicas de bastante vulnerabilidade. Durante a pandemia, ambas as

fronteiras seguiram sendo pontos de execução de procedimentos legais e administrativos relacionados aos equipamentos estatais de gestão das migrações.

Fronteira Sul Mexicana: Tapachula, Chiapas.



Ao Sul, o México tem fronteiras em uma região onde antes da invasão europeia havia um império maia e povos originários alheios aos mapas europeus. A migração circular entre o México e a Guatemala é, portanto, histórica, e na atualidade se relaciona muito com a sazonalidade dos trabalhos de colheita em plantações, fazendo parte da lógica de ocupação e vivência na região (Céron e Wiesner, 2018, p. 19)

Essa fronteira sul é considerada complexa, portanto, por essa porosidade: a alta circulação histórica; a existência de “marcadores naturais” como os rios *Suchiate*, *Chixoy* e *Usumacinta*, uma floresta tropical e o parque arqueológico *Yaxchilán*, tornando difícil para os governos locais

controlarem a região e os deslocamentos humanos, de forma completa e eficiente (Casillas Ramírez. et. al., 2011; Casillas Ramírez, 2008).

O estado de Chiapas, e mais especificamente a cidade “Ciudad Hidalgo”, pela sua localização, se tornou uma porta de entrada para o resto da América Central, sendo no México a região por onde entram as pessoas migrantes em situações de vulnerabilidade, que chegam migrando a pé, através das pequenas balsas pelos rios e florestas ou por caminhos alternativos, tentando fugir das visões dos agentes migratórios e postos de controle.

Em Ciudad Hidalgo há uma ponte, um grande rio e postos de entrada e saída oficiais. Dali, as pessoas costumam seguir caminho à Tapachula, de onde antigamente partia um trem – agora desativado – que se conectava com outras linhas numa complexa malha ferroviária que forma o caminho de trens conhecidos como *La Bestia*. A cidade figura como uma espécie de capital da região, concentrando ainda os serviços e estruturas humanitárias, além de organizações da sociedade civil, empresas e acesso às estradas que levam ao interior do México.

Quando parti de San Luís Potosí a Tapachula, escolhi um trecho que passava primeiro por Puebla, no estado de Puebla, e logo a San Cristobal de las Casas, também em Chiapas. Dessa cidade, saí rumo a Tapachula de noite, prevendo chegar ainda de madrugada na rodoviária, chamar um táxi e ir para o albergue. As outras voluntárias já tinham sido avisadas.

“07.09.2021: Cheguei a Tapachula, Chiapas (...) bem cedo, as seis da manhã no terminal de ônibus ADO que fica num ponto da cidade não tão central. Dali, tomei um taxi para o Albergue, que fica numa rodovia que leva ao aeroporto e ao porto (litoral) de Chiapas. O albergue fica algo isolado da cidade. A estrada é ruim, sem acostamento (...) A região conta com alguns bairros, mas igualmente precários. Cheguei e fui apresentada aos quartos das voluntarias, todas mulheres, vindas do Mexico, da Argentina, Espanha e Colômbia. Um pequeno quarto com banheiro para 4 mulheres, um ventilador e um calor insuportável, abafado. Logo conheci o espaço do albergue, construção que parece ser feita de paredes de gesso, além dessas estruturas plásticas e metálicas de contêineres. Há muitas pessoas albergadas, mas não sei exatamente quantas. São pessoas solicitando

refúgio ou refugiadas, e o trabalho do albergue consiste em acolhimento, integração e acompanhamento, em certa medida. É um albergue recente. Ouvi as voluntárias dizerem que a quantidade de crianças aumentou muito nas duas últimas semanas. Há uma aparente rotação de pessoas, o que torna a questão mais interessante e ao mesmo tempo difícil. Isso porque o albergue é praticamente autogerido. Todos limpam seus quartos, o espaço comum, há horas específicas em que todos acordam, comem e dormem. Há horas em que as pessoas não podem estar nos quartos, e mesmos seus pertences ficam todos dentro de uma sala, um armário coletivo, que tem horário para ser acessado e só pode através da presença de uma pessoa que trabalha aqui. O comedor também é limpo pelas pessoas, assim como os utensílios de cozinha. De fato, não percebi presença de funcionários de limpeza. Logo que cheguei fui informada da presença de duas famílias que falam português: uma haitiana, que viveu dois anos no Brasil e uma angolana, que também passou pelo Brasil antes de chegar aqui. (...) Todas essas famílias falam português, o que pareceu bom para a equipe do albergue com relação a minha presença. Fui assignada para o trabalho de “atenção humanitária” que na verdade parece muito mais um trabalho organizativo do espaço (...) O horário de trabalho é fixo, 6 dias na semana e 8 horas por dia, começando as sete da manhã. Me sinto cansada, com muito calor. Aqui faz muito, muito calor.” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p.11-12).

Lola é uma mulher mexicana, filha de migrantes nascida em Tapachula. É psicóloga e em razão de ter filhos, passou a ter contato com mulheres migrantes centro-americanas que viviam na cidade e frequentavam a mesma escola. Em nossa entrevista virtual, relatou que ali se deu conta de que aquelas mulheres não sabiam de todos os seus direitos como migrantes, o que a motivou a fundar uma organização de formação e capacitação para essas mulheres.

Lola: (...) viendo las múltiples necesidades de las mujeres migrantes, porque es preocupante cómo están desinformadas, que ya tienen hijos en primaria, secundaria y prepa y ellas no pueden nacionalizarse y es por ley, entonces ellas tienen que pagar como 15.000, 20.000 pesos entre trámites y todo, cuando es algo que tienen todo el derecho por ley de pues, tener la nacionalidad con sus hijos ya estudiando aquí en México (...) (Lola, mexicana e ativista humanitária em Tapachula, 02 de novembro, 2021).

No entanto, a realidade do contexto migratório também apresentou outras nuances do perfil da migração na região que enfrentava desafios e era constantemente vulnerabilizada:

Lola: (...) al venir las caravanas en el 2019 lo que hicimos (...) Fuimos a ver los puntos estratégicos donde los migrantes, en este caso la mayoría haitianos, pues no se les da una atención porque tristemente lo que pasaba ahí es que el idioma era un obstáculo y aparte del francés hablan el créole, entonces... Algunos pues sí manejan más o menos el

español, porque han estado en Chile, han estado en Venezuela, ¿no? En Colombia, este... En Nicaragua, entonces han subido, ¿no? Entonces al estar acá vemos que no se les atiende, lo que hicimos fue buscar las clases de español, hacer un taller de manualidades y reciclado con las mujeres, en este caso centroamericanas (...) Hace unos seis meses yo empecé a atender a mujeres que han sido violentadas, incluso migrantes, violentadas, haitianas. Ese es otro tema que se está dando en Tapachula, la violencia, y que ellas ya, ya detectan dónde pueden pedir apoyo. (...) entonces aquí es donde desgraciadamente, por la cultura o más bien por el miedo a que las vayan a detener, confíen muy fácilmente en cualquier persona y es donde, la persona que está enferma mentalmente o tiene algún trastorno mental, pues abusa de estas personas más vulnerables. Es una carnicería, Julia [faz uma expressão de desgosto e desprezo] (...) ahorita el parque está lleno. Y siguen vendiendo, ellos están mandando un mercado, los haitianos. (...) las autoridades acá en Tapachula no van y verifican que alguien llegue, que hable francés y les explique y les pongo un módulo de atención, de salud, de higiene y les explique lo que... ¡no! Les vale. Les vale totalmente. Y es que están diciendo: “que ellos se hagan bolas, porque son de otro país y su cultura y que ellos solitos”. Pero hay violaciones, hay enfermedades, hay, este, niños y pues, no los están atendiendo en los hospitales y pues ellos no tienen dinero, apenas entre ellos están consumiendo (...) ¡Híjole! Ya. Las historias que estoy escuchando ahorita (...) no es tanto del cambio, pues del clima, de terremotos o algo de etnias, no. Vienen sufriendo atentados de los maras que piden 50 dólares, si tú pones un negocio de una tiendita... Y si se enteran que tienes familia en Estados Unidos, te piden más (Lola, mexicana e ativista humanitária em Tapachula, 02 de novembro, 2021).

Quando socializava com pessoas migrantes, dentro do albergue ou fora dele, durante o trabalho de campo no centro da cidade, o tema do clima sempre aparecia. Era forte e estonteante o calor de Tapachula, e a constante percepção desse calor tornou-se uma frase recorrente que deixou de ser queixa: “que quente essa cidade!”. Úmida e quente, reflexo do clima tropical de praia, ideal para o tempo da lentidão. Além das altas temperaturas, era frequente que no final do dia ou à noite chovesse, o que ajudava e paradoxalmente não ajudava a refrescar.

Conversando com diversas pessoas durante o campo, sobretudo haitianas que haviam passado e vivido pelo Brasil, sempre chegávamos ao tema do calor de Tapachula, mais forte e difícil de acostumar-se se comparado ao que conhecíamos do Brasil ou, ainda do Haiti, segundo contavam. O calor, sobretudo aquele do horário de pico do meio do dia, nos deixava a todos meio passados, mais lentos e cansados. Quando ia a campo no centro da cidade, sentia vontade

de colocar roupas frescas e me abrigar debaixo de uma sombra ou em lugares com ar-condicionado.

O calor e sobretudo aquela sensação de um cozimento lento, ao caminhar pelas ruas do centro, sem dúvidas agiam de formas específicas nos corpos desacostumados àquele lugar.

Depois de poucas noites, o sentimento de estranhamento ainda existia.

“10.09.2021: Hoje fez um calor insuportável. Amanheceu cinza como sempre, creio que pela hora que estou acordando, mas dessa vez amanheceu bem nublado e chovendo. Isso atrasou um pouco a dinâmica da limpeza e do despertar, mas logo a chuva se dissipou e o céu abriu um pouco. Só que o calor que fez em seguida foi bem insuportável (apesar de achar que eu tenho essa sensação de que o calor é insuportável todos os dias desde que eu cheguei. No início achei estranho mesmo que no ônibus quase ninguém trazia blusa de frio ou cobertor, e eu sim, mas logo percebi por que” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p.14-15).

Vivi “muito” tempo no albergue em Tapachula. Mais dentro do que fora. No início, o intuito da pesquisa não era falar do espaço em si, embora tenha se tornado inevitável. Lá conversava com as pessoas, criava relações de confiança e escutava histórias que as pessoas pediam para compartilhar. Vivi intensamente o espaço, e o conhecia bem ao final da temporada: os banheiros, os vãos, cantos, as salas, o dormitório, o refeitório, o pequeno almoxarifado onde ficavam as fraldas, roupas, materiais de higiene, brinquedos emprestados e produtos de limpeza.

O albergue era cinza e branco. Concreto, plástico, alumínio, ferro. De arquitetura pronta, lembrava uma grande junção de caixas, com sua geometria exata. As camas dos quartos eram beliches, e os quartos divididos entre: familiares, de homens e de mulheres, além dos quartos das voluntárias e das pessoas LGBTQI+. Havia uma cozinha só para trabalhadores voluntários no albergue, além da cozinha – tipo industrial – junto ao refeitório com suas mesas de plástico e cadeiras de ferro. Era um lugar quente, sem vegetações, cheio de portas de vidro e ventiladores pendurados bem altos nas paredes.

Tudo devia ser anotado e controlado mediante nomes, assinatura, registro de quantidade ou retenção dos crachás de identificação, necessários para entrada e saída do albergue. Havia ainda um pequeno parquinho de brinquedos de metal e madeira para crianças e equipamentos de ginástica, desses que encontramos em praças públicas. Além dos dormitórios, um prédio com espaços para diferentes funções: a sala da escola das crianças, onde atuava uma organização da sociedade civil com atividades pedagógicas; a sala de atendimento médico, a sala de projeção e cinema ou o armário coletivo onde obrigatoriamente ficavam as malas e mochilas, havendo horário de acesso mediante uma pessoa da equipe gestora.

Ademais, há o prédio da administração, onde ficavam três computadores para pessoas maiores de 18 anos, o almoxarifado, as salas da administração, reunião e direção e o telefone para chamadas da Cruz Vermelha. Alguns dias da semana chegavam à porta do albergue o homem dos pães, o homem dos *tamales*, o homem das raspadinhas. Havia uma lojinha lá dentro, pequena e que vendia refrigerante, doces e salgadinhos. O sol era muito forte, e estávamos sempre buscando alguma sombra ou espaço interno fresco para nos abrigar.

As portas dos quartos eram fechadas durante o dia, e as pessoas obrigadas a ficarem na área comum e externa. Em um determinado período eram distribuídos colchonetes plásticos, de cor verde, depois recolhidos. Em conversas com pessoas que estiveram nas Estações, muitas me contaram que os itens eram parecidos com os que se usam para dormir lá. No albergue eles serviam para que as pessoas ficassem deitadas no chão, debaixo de escadas e em alguma sombra, com os bebês e crianças, trançando os cabelos, vendo o tempo passar, conversando, comendo ou usando os aparelhos celulares perto de alguma tomada.

Os banheiros eram coletivos, e havia armários de metal do lado de fora dos quartos onde as pessoas podiam deixar coisas de consumo imediato guardadas, como algum alimento ou coisas de bebês e crianças. Cada um precisava cuidar bem do que era seu e estar atento, pois os armários não possuíam cadeado. As camas contavam com colchões mais cômodos do que os colchonetes de chão, e pude dormir em um durante minha estadia. A água do chuveiro era sempre fria, mas isso não importava muito, porque sempre fazia calor.

Os atardeceres e amanheceres de Tapachula eram maravilhosos, assim como o céu noturno. A partir das 22:00, por determinação da direção, se apagavam todas as luzes do espaço e as pessoas deviam entrar nos quartos para dormir, o que evidenciava as estrelas, assim como a lua em sua época de cheia. Nas noites em que chovia, ao cessar, pairava uma umidade fresca, cuja evaporação quase se podia sentir na pele, e era comum a quadra de esportes se encher de sapos que caminham e contemplavam a ressaca da chuva. Eventualmente, algum deles se esquecia de partir, amanhecia na quadra e era encontrado pelas crianças no dia seguinte.

Minha inserção no campo aconteceu pelo albergue e por frequentar a cidade nos meus dias de folga. Procuo, portanto, estabelecer uma imagem daquele lugar como parte do que compõe o cenário da crise migratória. A primeira construção de inserção no campo sempre é difícil, trabalhosa e diária. A rotina, no entanto, e o fato de ir demonstrando quem eu era pouco a pouco, me deram confiança e aberturas que se desenvolveriam em pontos importante de informação e reflexão na pesquisa:

“17.02.2022: escrevendo fragmentos de campo: (...) conheci o menino D., um haitiano-brasileiro de 08 anos que havia saído com sua mãe, tia-madrinha, pai e irmão (um bebê) e que falava créole e português e algo de espanhol e que simplesmente se exaltou de felicidade quando descobriu que eu vinha do Brasil. (...) Com as crianças se aproximando, conversando comigo e construindo confiança e com a aproximação também das outras voluntárias, foi conseguindo incorporar-me muito bem ao cotidiano e

ao trabalho, e o abraçava. Assim, comecei a receber informações, das crianças sobretudo, que me ajudavam a entender de onde vinha a desconfiança, cuidado e até rechaço das pessoas adultas. Com essas informações, e com a troca que exercia com essas crianças em contar-lhes de mim e responder suas perguntas também fui ganhando espaço com adultos, que pouco a pouco me permitiam aproximar-me ou que chegavam e me faziam perguntas, ou que simplesmente puxavam um ou outro assunto. Assim foi que as primeiras perguntas chegaram, e revelações do tipo “pensei que você...” ou “achei que você...” o que significa que ainda que não tenham se aproximado ou me permitido aproximar, algumas pessoas faziam suas suposições e julgamentos. Muita gente então me perguntava de onde eu era e se surpreendia com saber que eu era do Brasil, como D. Uma mulher, de meia idade e de Honduras, um dia me disse: “eu não sabia que no Brasil tinha gente tão branca que nem você”. Eu explicava que sim, tinha gente branca no Brasil, e falávamos de coisas assim. Sobre como são as pessoas nos nossos países etc. (...) Me impressionava também o quanto as pessoas pouco sabiam sobre o Brasil, de forma geral, e como eu sabia pouco sobre seus países também, quando escutava as histórias, suas visões e explicações de mundo” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 34-35).

Planejei minha primeira ida ao centro da cidade, como parte do campo, numa distância de mais ou menos dez quilômetros de onde eu estava. O caminho passava por uma autopista que leva, no sentido contrário, às praias de Tapachula e ao porto. Nela também está localizado o hospital da cidade. Para ir ao centro é preciso chamar um táxi, ter um carro ou se dirigir à beira da estrada, esperar e tomar uma van – o tipo de transporte coletivo por lá, que leva a diferentes destinos com diferentes paradas.

No centro, o roteiro envolvia me hospedar em um hotel muito próximo da principal praça e da igreja matriz da cidade, e circular pelo núcleo mais central, ademais de locais adjacentes que compunham o equipamento humanitário para a migração. Era um domingo, e decidi ir de táxi, decisão que nas seguintes vezes foi revertida em tomar a van. Ao caminhar pelas ruas da cidade, tinha os olhares e ouvidos atentos à presença migrante e estrangeira.

“12.09.2021: (...) no caminho, ia perguntando algumas coisas para o taxista: (...) onde era o lugar que mais se concentrava os e as imigrantes na cidade, a organização do comércio informal. Ele me explicou que muito próximo do parque, que era perto do hotel que eu iria, atrás de um mercado da região. (...) Desci do taxi (...) e entrei no hotel. Logo saí para comprar algo para comer e fui caminhando por uma rua chamada “3ª *calle poniente*” em

direção ao Parque Central Miguel Hidalgo e antigo palácio municipal da cidade. É, na verdade, uma praça que estava toda cercada de uma espécie de nylon, então algumas pessoas se reuniam ao seu redor. Numa das pontas entre uns arcos havia alguns restaurantes. Essa parte estava bem cheia de gente: imigrantes, em sua grande maioria negros e negras, com tons de pele bem retintas, sentados, comendo, conversando, falando no celular. Vi muitas crianças, famílias inteiras, e claro, muitos homens: sozinhos, de dois, de três, de grupos. A segunda presença notada por mim é a de pessoas com ascendência indígena ou indígenas. Pelos trajes que vestem – principalmente as mulheres e as mais velhas e que se distinguem em meio aos tipos de roupa que predominam. Nessa rua, nesse caminhar, eu também sou objeto de atenção. Algumas pessoas me olham e se voltam a olhar mais de uma vez, outras me encaram, outras não demonstram qualquer tipo de interesse. Mas sinto, conforme caminho pela cidade (...) que eu também sou uma imigrante, uma estrangeira, aqui. (...) As ruas estão cheias de pessoas. Muitas pessoas juntas, circulam pelas ruas, estão sentadas, estão de pé. Estão carregando compras ou vendendo o que serão compras. Falando em seus telefones, conversando entre si, *cotorreando*. Muitas pessoas estão pedindo dinheiro. Outras ficam silenciosas observando, muitas estão se locomovendo de um lugar específico a outro, usando aquele espaço todo das ruas e calçadas da cidade de passagem (...) Ao lado do parque, que parece mais uma praça, há uma igreja. Pensei em entrar, mas desisti”. (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p.17-18).

A imersão mais intensa segue, no dia seguinte, uma segunda-feira.

“13.09.2021: (...) resolvi ir direto na COMAR (...) O lugar fica no centro (...) É um prédio relativamente grande, porém todo fechado. Havia uma pequena porta diante da qual as pessoas estavam em fila, na calçada, e um segurança que controlava a entrada. Depois, um primeiro guichê de atendimento, uma triagem, e logo a pessoa passava por outra porta e outro segurança e havia uma funcionária. Fazia muito calor, era meio-dia. Fiquei parada em frente a COMAR lendo alguns avisos pregados em inglês, espanhol, créole e francês. Os avisos eram contraditórios, senti raiva. Eles diziam que os atendimentos não iam parar por conta da covid já que “os direitos não param ou não deixam de valer nesse período”, mas que por razão da pandemia os únicos atendimentos que seriam feitos eram os de pessoas já com agendamento (cita). Além disso, alguns tipos de procedimentos estavam suspensos: *tramites para reunificación familiar, solicitudes de traslado, plazo para resolver los recursos de revisión*. (...) Fiquei parada diante da COMAR. Esperava encontrar mais gente ali, mas não. Reparei que ao redor havia muitos espaços como “lan house” em que se oferecia diversos serviços entre eles a realização do agendamento para a COMAR. Serviços de papelaria e de cópia, de organização de documentos e tradução. O lugar estava bem vazio, e não havia muita possibilidade de aproximar para entrar. Perguntei a uma senhora que vendia guloseimas e águas de sabores, se fazia tempo que eles só estavam atendendo com agendamento. Ela respondeu que faz dois meses que o cartaz foi posto ali, (...) Muitas pessoas têm denunciado, no grupo de imigrantes de Tapachula o fracasso de conseguir um agendamento, a demora em ser atendido, a demora da resposta depois de fazer a entrevista. Não são dias, são semanas. Resolvi caminhar até o parque, na verdade até a Igreja onde tem um monumento, com uma frase de Benito Juarez Garcia: “entre los individuos como entre las naciones el respecto al derecho ajeno

es la paz” (...) fui avançando muito lentamente pelas ruas (...) me detive em frente a um lugar fechado. Havia muitos imigrantes, incluindo eu. Resolvi que essa era uma importante forma de agir, reconhecendo-me também como imigrante, mas como alguém que se apropria do espaço. Um homem com uma mochila grande se aproximou de mim. Tinha certa fisionomia indígena, acredito que mexicano. Ele perguntou de onde eu era, e eu respondi que era daqui. Ele comentou então sobre as minhas tatuagens, algo como que interessante suas tatuagens, o que elas significam? Eu achei estranho, disse que não significavam nada demais, só que eu tinha tido a chance de fazer e eu fiz. Ele riu, e comentou que aqui na região, em países centro-americanos também as tatuagens têm outro significado, por isso ele estava perguntando, porque elas estão muito presentes entre *pandilleros*, por exemplo. E que ele fazia parte de um grupo de polícia (confesso que realmente não entendi muito bem isso). E perguntou se eu realmente era mexicana. Eu disse que não, que sou brasileira e que moro aqui. Ele elogiou mais uma vez as tatuagens e foi embora. (...) Há uma certa forma de vestir-se, um diferente caminhar, alguns detalhes que chamam a atenção, que fazem você começar a perceber as pessoas em suas identidades. O parque e seus arredores mais próximos estão bastante cheios de imigrantes, além de serem lugares de trânsito e de presença local, mexicana, o centro coração da cidade. Há intenso comércio de roupas, acessórios, produtos de beleza, eletrodomésticos, bancos, lojas como Coppel – que ademais funciona para envio e recebimento de dinheiro. De fato, a fila era gigantesca, tanto como a do Oxxo da esquina do hotel, na boca da rua de pedestres, porque ali funciona um Western Union. Caminhando pelas ruas do centro também vi muitas casas que ficam em sobrelojas e famílias morando ali. Já escutei no albergue e em relatos de ativistas do Diplomado que muitas famílias se juntam e alugam casas para viver na cidade – também começam a empregar-se localmente, ainda que de forma tímida, desenvolver formas de comércio autônomo e informal, nas ruas, e uma certa economia própria, como eu pude perceber em umas das ruas perto do parque com relação a existência de *peluquerías* de pessoas negras e afrodescendentes para pessoas negras e afrodescendentes. Esses e essas imigrantes em geral tem seus celulares, muitos estão pela praça conversando com alguém em outro lugar, ou mesmo andando pelas ruas, é muito comum pessoas sozinhas passarem falando com alguém por telefone. Há muitas condições distintas com relação aos aspectos de condição de classe. Penso, no entanto, que por se tratar dessa fronteira sul e do movimento migratório atual que se expressa aqui em Tapachula e região, que se trata de uma migração vulnerabilizada. Que, no entanto, tem se dividido (e também inter cruzado) nas seguintes motivações: fugir de um lugar para salvar a vida sendo expulso do seu lugar de vida anterior e buscando trabalho, melhores condições materiais de vida. A maioria das pessoas com quem conversei no albergue quer ir aos Estados Unidos. As crianças e adultos pedem aulas de inglês, por exemplo. Muita gente que está na cidade hoje tem a mesma intenção, que prevalece entre as pessoas de todas as nacionalidades. Uma grande quantidade de pessoas tem familiares nos Estados Unidos. Muita gente, na espera de uma permissão para poder passar pelo México, já que entrou no país de forma irregular e indocumentada, isto é, reconhecida e permitida pelo Estado nacional e seu governo. (...) É muito difícil ver gente sozinha nesse espaço do parque. É muito comum ver muitas crianças, sobretudo menores de 6 anos. Famílias inteiras. Homens, mulheres. A praça é de fato uma praça, espaço de espera. De sentar-se nos quase ausentes bancos. Ela está cercada, mas vi que muitas pessoas cruzaram as cercas e se sentavam debaixo das poucas

árvores do lugar. Há muita polícia, mas pensei que haveria mais. Vi uma caminhonete da marinha. Caminhei toda a praça por suas bordas. Havia muita gente, fazia muito calor. Eu ficava tentando encontrar alguém falando português, sobretudo entre as pessoas negras, pois queria saber sobre essa “rota” que se formou recentemente conectando o Brasil e o México. Muitas pessoas do albergue fizeram esse caminho. A chuva começou fraca, se intensificou, parou um pouco e então começou a chover muito forte. As ruas aqui também ficam alagadas (...) (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p.18-20).

Posteriormente, descobri que a COMAR possuía outra sede, além da que visitei na *Calle Cuarta pte. 29, Los Naranjos*, no centro. A segunda se localizava na *Segunda Avenida Sur, San Sebastian*, ao lado de um prédio do ACNUR e muito próxima da linha do trem e da estação de Tapachula. Nessa região havia uma maior concentração de pessoas migrantes, e algum comércio fixo e ambulante de alimentos e bebidas sobretudo.

O que considerei como ida ao campo se repetiu durante todas as semanas em que estive em Tapachula. Nessa dinâmica, podia transitar pela cidade, em sua região central, conhecer estruturas humanitárias e de Estado e formas de vivência entre comunidades migrantes e autóctones nos espaços coletivos e públicos. Além disso, travava diálogos corriqueiros com pessoas quando encontrava maneiras de me aproximar nesse transitar e observar. Numa dessas idas, conheci a um jornalista e fotógrafo, Damian Sanchez, que acompanha a pauta da migração na região.

“19.09.2021: Fomos a um café e ele me contou que segue o tema das migrações faz pouco tempo, mais ou menos em 2018 com a organização e chegada da primeira caravana. Ele é da cidade de Tapachula e disse que se recorda de, quando pequeno e jovem, ver o trem cheio de imigrantes. La Bestia, diziam. Esse trem não passa mais por aqui pelo tema do destrilhamento por catástrofe natural – ainda assim, resolveram não consertar. Essa imigração era, de fato, de trânsito. O trem era o meio de transporte das pessoas e, agora sem ele, mover-se de Tapachula rumo ao norte ou outros estados ficou mais difícil mesmo. Territorialmente falando. Se em 2018 a caravana passou, não foi porque não houve tentativa de desarticulá-la num primeiro momento. Assim, as caravanas que seguiram não tiveram tanto sucesso. (...) as coisas mudaram bastante principalmente a partir da criação da Guarda Nacional (...) Conversamos sobre a presença estrangeira e o racismo, e ele comentou comigo que as pessoas locais da cidade são em

grande medida racistas, e de forma ilógica. Se é verdade que começou a surgir o que ele chamou de mercado entre eles, imigrantes, principalmente haitianos atualmente, essas pessoas compram suas mercadorias de comerciantes locais que ainda assim se recusam a reconhecer o giro na economia que acontece atualmente. Comentamos dos aluguéis que subiram e dessa proliferação de um mercado, de formas do que ele chamou que “eles encontram de se adaptar aqui e as pessoas daqui e de fazer as pessoas se adaptarem a eles”. (...) Falamos da peculiaridade da imigração haitiana receber remessas de dinheiro do estrangeiro, e ele comentou que muitos contam para ele, não sem ter sofrido desconfiança ou mesmo rechaço entre a população imigrante por ficar perguntando muito, que tem familiares em outros países como Canadá, Estados Unidos e até mesmo Espanha. (...) me contou sobre a presença massiva de imigrantes vindos de países africanos e como o INM não os deixava sair, obrigando-os a entrar com pedidos de refúgio junto à COMAR. Só que os imigrantes não querem pedir refúgio no México. Eles pressionam o INM porque entendem que esse é o órgão que deve dar-lhes apenas um salvo conduto para sair do México, por onde eles queiram. Eles diziam que não queria ficar, queriam chegar nos Estados Unidos, e aceitavam a expulsão, mas no prazo de 30 dias, porque eles iam embora. Eles só queriam ir embora.” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p.22-23).

No dia seguinte decidi andar pela cidade, e durante a manhã fui acompanhada por

Damián, que me apresentou um pouco do centro.

“20.09.2021: Fui à rua que está atrás da igreja do Parque Hidalgo. Do outro lado da rua está um mercado. Entrei no mercado e caminhei por ele, percebendo que todos os postos são de pessoas locais, e que havia grande circulação de pessoas imigrantes, sobretudo negras, sobretudo falando uma mistura de créole, francês e espanhol. Resolvi apurar os ouvidos. Do lado de fora, há tendas e postos com guarda-sóis de pessoas locais, mexicanas, e vários de pessoas imigrantes, esses aparentemente mais improvisados. Notei uma área específica onde funcionavam vários desses postos para produção de comida, nesse caso, comida do Haiti. Muitas pessoas andavam com carrinhos de mão, desses de construção, cheios de insumos: arroz, legumes e vegetais, frutas, botijões de gás, água. São compras que fazem nos mercados para então preparem em suas casas alugadas ou nos postos de comida. Em grande medida, os e as consumidores são também pessoas imigrantes. Além disso, um segundo ramo nesse mesmo espaço que aparenta e denuncia a improvisação são os “salões de beleza”. Mulheres e homens fazendo cabelo e unhas – de pessoas imigrantes, negras, para pessoas imigrantes, negras. Caminhando por outras ruas encontrei outros salões, frequentado sobretudo por imigrantes centro-americanos. (...) No centro, na rua atrás da igreja, depois de caminhar encontrei uma sombra e me sentei lá, ao lado de uma barraca de frutas onde havia uma mulher mexicana com sua bebê. Ali, pude escutar as pessoas imigrantes aproximando-se para comprar frutas e verduras e estabelecendo uma comunicação em espanhol. Assim, pude escutar os sotaques e perceber quem potencialmente falava português. Perguntei a algumas pessoas, todas elas sempre acompanhadas, e me apresentava dizendo que também falava português, logo perguntando se tinham vindo do Brasil e dizia que era brasileira. Muita gente não acreditava em mim de primeira, mas logo pela conversa estabelecia diálogo,

ainda que curtos. Havia gente que estava na cidade há duas semanas e gente que estava havia meses. Gente que morou 11 anos, 9 anos, 5 anos, 2 anos no Brasil, todos alegavam que gostavam mais de lá, muitos diziam que sequer queriam ter saído. Alguns se despediam rápido, outros não. Em um dos postos de comida, conversei com uma mulher que também passou pelo Brasil e falava português, era uma haitiana. Disse que tinha feito arroz, uma carne e uma feijoada, o que duvidei, então abriu a panela e remexeu o feijão preto líquido, porém não era uma feijoada. Tive vontade de comer em alguma das barracas de comida, mas ao mesmo tempo sentia muito calor, nenhuma fome e um certo incômodo por estar sendo constantemente também observada. (...) Brinco que enquanto etnógrafo o espaço, o lugar, as ruas e a movimentação e vida humana, também sou etnografada, observada. Dessa vez, optei por ir de calça jeans, tênis e uma camiseta larga. Percebi que isso ajudou de certa forma, porque as roupas também representam e comunicam” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p.23-25).

Observava a forma como as pessoas migrantes e locais manejam o dinheiro, as práticas de mercado, as relações e apropriações que se estabelecem nas ruas, os processos de transformação do território propiciados pela migração. Se coletivizam os e as imigrantes, sobretudo as pessoas negras, africanas e haitianas, ainda chegadas de diferentes países das Américas e de África. Chamam à atenção as estratégias de inserção e reprodução da vida em novos países e contextos e a capacidade de adaptar-se enquanto migrante, mas também da sociedade de destino e trânsito, desafiada a adaptar-se à migração multiétnica.

Nesse aspecto, parece haver uma confluência étnica e identitária possibilitada pelo território da migração, seja ele de destino ou trânsito e espera, que propicia alternativas à perspectiva da nacionalidade como uma marcação e desconfiança. No entanto, como pude perceber da observação, da escuta sobre a vivência do racismo com compartilhadas por pessoas negras e de minha conversa com Damián sobre o racismo e o que ele chamou de “hipocrisia” da sociedade local, se pode visualizar que a raiz racista de fundação colonial desse território se intensifica com a presença de diferentes identidades e nacionalidades negras.

O mercado de rua, intensamente frequentado, se constitui sobretudo pelos ramos de comércio de artefatos/produtor e de serviços, ramificados em ao menos dois campos, que estão conectados com a identidade e o arraigamento: a comida e a estética visual (o cabelo, sobretudo).

Chamava à atenção o uso de cortes de cabelo e penteados como formas de valorização e resistência da estética negra. Um dia caminhando pela calçada de uma movimentada rua do centro, vi um rapaz com um cabelo *black power* bem grande e um pente garfo fincado no topo. Outro tipo de cabelo frequente era os trançados, de todos os tamanhos, com contas e coloridos ou puramente cabelos amarrados em tranças, pacientemente feitas sobretudo por mulheres – algo que pude observar também no albergue.

Outra situação que pude perceber como constante foram as filas eternas desde a madrugada em locais de recebimento de remessas de dinheiro, sempre grandes. Nelas, além de migrantes centro-americanos estavam pessoas haitianas, cubanas e de países africanos. A presença reunida e mais massificada de pessoas migrantes e estrangeiras em um determinado local, era um dos aspectos da ocupação da cidade que parecia desencadear certa frustração e desaprovação da população autóctone, que se queixava das grandes filas que se formavam nas calçadas e na frente de lojas e a superlotação de serviços como, por exemplo, os bancários.

Era possível portanto, sentir o racismo nos discursos e na política. O mercado, sobretudo aquele que ocupava as ruas, mostrava que mais do que uma sobrevivência, na migração estão sendo articuladas e construídas formas de viver efetivamente. A sobrevivência não é algo passivo, domado, mas também a possibilidade (ainda que forçadas pela condição de espera) de criar vida, cultura, amor, felicidade. As vozes também riam, as conversas também eram felizes e os rostos também sorriam.

Havia uma infinidade de barracas e guarda-sóis com pequenas mesas armadas onde se expunham diferentes produtos para comer, usar, comprar. Havia espaços, como um pequeno corredor que ligava a rua da Igreja principal ao lado do Parque Hidalgo à rua de trás, a rua do mercado, em que a quantidade de gente tentando ir e vir em todas as vezes era enorme. Os corpos transitando constantemente se tocavam. As vozes ressoavam espanhol, créole, francês, português.

Nas caminhadas logo foi possível identificar o mercado mais de perto, a estrutura rígida, de cimento da construção onde funcionam açougues, quitandas, venda de insumos para cozinhar e outras coisas. Do lado de fora, na rua da entrada principal, havia duas fileiras distintas de “barraquinhas” (*tianguis*): vendedores locais, mexicanos, vendendo roupas, frutas e legumes; e uma segunda linha de postos, conduzidos por pessoas sobretudo haitianas onde se preparava e vendia comida, restaurantes a céu aberto, protegidos pelas sombrinhas e guarda-sóis dispostos um ao lado do outro.

Em um dos dias em que estive ali, me sentei ao lado de uma barraca de frutas, numa sombra produzida pelo estabelecimento em cuja parede me encostei, um açougue, e me coloquei a observar a calçada e a rua de outra perspectiva: a dos pés que caminhavam. As ruas de Tapachula durante o dia eram sempre quentes e cheias, e a sensação era de estar imerso num local muito abafado – *bolchorno*. As pessoas caminhavam de um lado para o outro, enquanto os carros pequenos e as vans coletivas se apertam naquela estreita rua do centro.

Via seus pés. Chinelos, tênis, sandálias. As caminhadas mais apressadas, as mais lentas. Os pés que se arrastavam, caminhando sintonizados no ritmo imposto pelo calor: lentidão e preguiça. Resolvi gravar um pouco a cena, apenas dos pés e pernas, com meu celular. Do outro

lado da rua avistava uma barbearia, uma ampla porta em uma construção de alvenaria, ao lado de um pequeno mercado. Em seu estacionamento outra barbearia, improvisada embaixo de um guarda-sol, onde trabalhava uma mulher rodeada de alguns homens, todas negras. Entre os e as clientes das diversas *peluquerías* improvisadas e postos de comida de rua, a grande maioria eram pessoas negras e migrantes, num circuito de mercado de serviços criado por migrantes para a própria comunidade, étnica e/ou nacional.

Nesse dia, depois de algumas horas sentada e de interagir com algumas pessoas migrantes, todas haitianas, voltei à Igreja e me sentei um pouco na praça diante do Parque Hidalgo, observando-o do outro lado da rua. Um rapaz se aproximou e começa a conversar, se apresentando: L. Contou que era haitiano e vinha do Chile, e estava em Tapachula há um ano, esperando uma resolução para seu caso. Outro homem, também haitiano, escutou a conversa e se aproximou de nós. Conversamos em espanhol e ele compartilhou sua história.

Conversamos sobre o mercado, e L. comentou que quando podia, financeiramente, comprar comida fora, normalmente consumia dos restaurantes improvisados, como uma maneira de valorizar e ajudar os irmãos nos seus negócios, enfatizando que normalmente “*é a gente mesmo que come a nossa comida, você quase não vê o pessoal daqui comendo por ali*”. Falar de comida é uma das melhores formas de abrir e estabelecer diálogo, principalmente na condição compartilhada de migrante e estrangeiros. No albergue, as conversas sobre esse tema eram frequentes, evocavam lembrança e um amor a uma pátria que era movido pelo êxtase do estômago. Perguntei então o que ele achava da comida que consumia nos postos haitianos improvisados no centro, e ele me respondeu: “*é diferente da comida do México né? Então eu gosto sim, dá pra matar a saudade*”. Trocamos contato de Facebook, e um tempo depois L. me

escreveu dizendo que estava em Monterrey e perguntando se eu não tinha interesse em me casar com ele e ir para lá (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023).

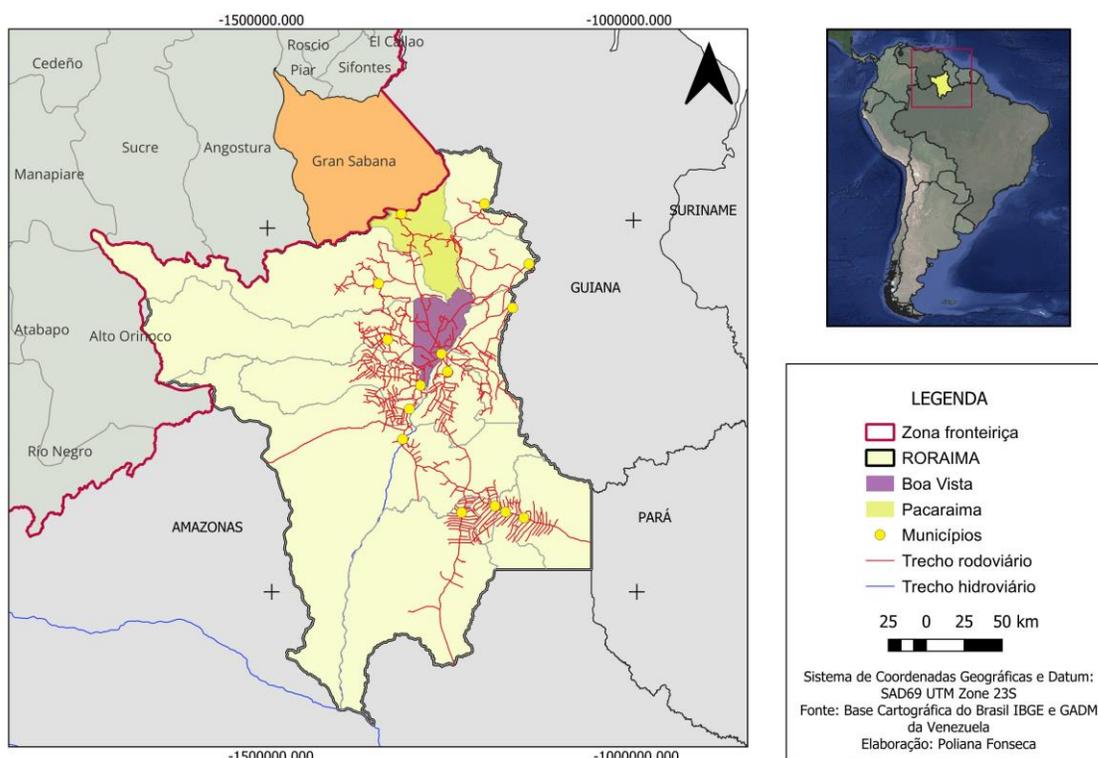
Tapachula foi uma experiência de campo que envolveu dividir-me em dois lugares – o albergue onde vivia, voluntariava e conhecia pessoas migrantes no convívio diário, em diferentes condições econômicas e burocráticas reunidas ali. O outro momento era composto pelas idas aos espaços da cidade, conforme descrito anteriormente. A combinação desse campo envolveu, portanto, a vivência intensa do trânsito entre dois lugares de migração numa mesma cidade, convivendo com pessoas migrantes de carne, osso e sentimentos que eram foco das práticas de gestão migratória e “acolhida humanitária”.

“Notas dispersas de campo: Há uma determinada parte da linha do trem que está cortada por uma avenida por onde passava, sempre que ia do albergue ao centro e vice-versa. É também nessa altura que está o coioote, uma estátua de ferro em forma desse animal junto ao mapa do México que traz ainda algumas informações sobre a rota de imigração, e é ainda nessa altura mais ou menos que estão as agências da COMAR e da ACNUR, uma ao lado da outra, em uma parte bem feia da cidade onde as ruas estão deterioradas e constantemente sujas. Ali, me tocou ver filas e filas de pessoas para serem atendidas, separadas dos edifícios por barras de ferro como essas que se colocam em estádios e shows e uma quantidade grande de membros da Guarda Nacional mexicana. O taxista me explica (...) Entonces cuando estaba el tren la gente se quedaba muy poco, porque luego que llegaban descansaban unos días y se iban. Se subían en el tren y se iban, porque el tren salía de aquí y la gente podía seguir por ahí sus caminos. Pero ya hace un tiempo que no hay más el tren entonces la gente tiene que caminar o ir de otros modos a otras ciudades donde hay tren. Hay gente que nos pide que se los llevemos, hay taxistas que si los llevan, pero yo no, porque sé que es prohibido y que hay retenes y policía y luego uno se pone en problemas. Pero si, después del tren ha empezado a cambiar poco a poco y ahora se nota que hay mucha más gente y que la gente se queda, y se queda, porque también no tiene como ir”. (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p.37).

Depois de já ter partido de Tapachula, entrevistei de forma virtual a Leo, advogado que conheci em 2021, quando trabalhava na parte de apoio legal de um albergue para pessoas migrantes e solicitantes de refúgio da cidade. Na conversa, ele compartilhou uma atualização de como estava o panorama e as demandas relativas à migração internacional na região:

Leo: *Bueno, lo nuevo es eso, que hemos tenido ingresos de diversas nacionalidades que digamos como que la normativa de refugio en México no contemplaba que llegaran esas nacionalidades aquí, como lo es personas originarias de Afganistán, personas de Siria, personas de Ghana, o sea, personas de extracontinentales que digamos como que no contemplábamos su llegada (...) La COMAR no tiene como tal, digamos que, estructurada una atención especializada para estas nacionalidades, ¿no? porque ves que comúnmente son (...) nacionalidades como de Centroamérica, ¿no? Entonces ahora que llegaron este grupo de personas (...) Comenzaron a haber muchos cambios, por ejemplo, en conseguir a traductores que hablen en árabe, que hablen en persa (...) Bueno, inclusive con las instituciones o que brindan la atención para el inicio de proceso que es la COMAR y con Migración, pues ha habido dificultad, o sea como deportaciones inmediatas o también como la falta de inicio de, digamos, como la falta de atención a la solicitud de refugio de estas nacionalidades, porque no tienen la capacidad de atenderlos, (...) como que de eso se basan para no dar una atención inmediata, entonces les dicen como “no, este, lo que mejor puedes hacer es volverte a tu país” o incluso las propias autoridades de COMAR dicen ahora “lo que mejor te va es que te vayas de Tapachula, de que intentes irte” ¿y qué hacen las personas? Pues, pagan Coyote, se van en caravanas y eso los expone a que la autoridad migratoria, bueno, los detenga, ¿no? Y que los deporten o que sean llevados a la Estación Migratoria y aunque ellos quieran solicitar el refugio aquí en México, pues digamos que no les están dando la facilidad (...) Los principales ingresos son por tierra, difícilmente va a llegar una persona por aire, y al llegar a tierra, bueno, está la frontera, entre México digamos en Tapachula, ¿no? (Leo, advogado em direitos humanos e trabalhador de um albergue, 21 de maio, 2022).*

Fronteira Norte Brasileira: Boa Vista, Roraima.



No estado de Roraima, o mais ao norte do Brasil, está localizada a maior terra indígena do país, chamada T.I. Raposa Serra do Sol, além de outro grande território de um povo que transita entre Brasil e Venezuela, a Terra Indígena Yanomami, espaço de intensa prática de mineração (garimpo) ilegal e ocupação irregular, uma ameaça às regiões de floresta e à vida dos povos indígenas em decorrência de contaminação, transmissão de doenças e conflitos armados.

A região conta ainda com outros territórios indígenas, como os que se localizam ao longo da rodovia de gestão federal BR-174, que conecta Boa Vista, capital do estado de Roraima, à Pacaraima, cidade na fronteira com Santa Elena, na Venezuela, porta de entrada da migração venezuelana ao país. O norte do Brasil é onde está a floresta amazônica em diversos países da região, apesar das fronteiras nacionais construídas ali: Peru, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e a ainda colônia francesa, Guiana Francesa.

Essa região, espaço histórico de mineração, trocas e fluxos de mercadorias entre Brasil e Venezuela, é ainda espaço de deslocamento populacional e trânsito de pessoas. Apesar de ser um território de crise migratória e emergência humanitária, as dinâmicas migratórias não são recentes no estado, quando nas décadas de 1960 e 1970 ocorreram muitas migrações internas, de outras regiões do Brasil (Xavier, 2020, p. 158). Antes território federal, Roraima somente se torna um estado do Brasil com a Constituição de 1988.

Há um consenso sobre 2016 ser o ano do “boom migratório venezuelano” (Xavier, 2020), reforçado pelas trabalhadoras humanitárias entrevistadas – momento em que a migração na região se intensifica, apresentando aspectos de vulnerabilidade decorrentes das condições econômicas e de vida em que as pessoas chegavam, levando à caracterização de “drama

humanitário” (Xavier, 2020, p. 158). Essa migração intensa trará ainda um debate específico, sobre a identidade indígena e o direito ao território e respeito à diferença e preservação cultural.

O aumento do fluxo migratório também representou oportunidades para setores da população local, e muitos comerciantes lucraram com as vendas de produtos de consumo diário e outros âmbitos que contam com a presença ativa da população venezuelana, que também favoreceu a região, uma vez que uma parcela da população migrante possui ampla formação escolar e técnico-profissional e disponibilidade laboral (Xavier, 2020).

Giovana é uma trabalhadora humanitária, brasileira, que vivia na cidade de Boa Vista havia 15 anos. Estudante de ciências humanas, começou a entrar em contato com o tema da migração quando ocorre o aumento e as questões de vulnerabilidade começaram a aparecer. Fizemos uma entrevista em julho de 2022, de forma presencial, época em que ela trabalhava em uma ONG que atuava na Operação Acolhida. Perguntei sua leitura com relação ao chamado *boom* da migração venezuelana para o Brasil e, especificamente Boa Vista e Pacaraima.

Giovana: Esse boom? Então, a gente que trabalha nos abrigos, a gente consegue ver alguns perfis de pessoas no começo e depois, né? Logo quando eu entrei, pelo menos, a gente conversa com a comunidade, eu sempre fui muito do campo, né? (...) Então a gente acaba conversando com as pessoas. (...) num primeiro momento, assim, a gente viu que a galera que vinha, que veio primeiro, ou que passaram primeiro nos abrigos, foi a galera que tinha doutorado, mestrado, trabalhava em multinacionais, a galera com ensino superior pra cima, e era uma galera que vinha com 1000 diplomas assim e tal. Essa foi a primeira leva. (...) Depois começou a vir a galera do Ensino Médio que eles chamam, bacharelato, né? Ensino Médio, Ensino Fundamental ou pessoas que não concluíram nenhum estudo lá na escola né? E aí foi aí que veio o boom. Quanto mais carente, quando foi ficando cada vez mais carente as pessoas, cada vez mais gente vindo pra cá. Muitos idosos, muitos idosos, muitos menores desacompanhados e... Casais com muitos filhos, famílias com muitas crianças, né. Eu acho que, principalmente depois que a Operação começou a se ajeitar, no sentido de ter um PTRIG em Pacaraima, um abrigo em Pacaraima para receber as pessoas... (...) os beneficiários falavam pra gente é que eles falavam para as famílias que era seguro vir, assim, que o Brasil meio que estava preparado para receber eles, assim, que eles não iam mais dormir na rua, que era um local que não era tão agradável, mas era um local que cobria da chuva, essas coisas,

sabe? (...) eu acho que depois que foi tomando forma as coisas, sabe? Foi entendendo de fato o que estava sendo feito, o que precisava ser feito, eu acho que as pessoas começaram a se sentir mais seguras em vir pra cá e não dormir na rua, por exemplo, entendeu? Porque muita gente fala que que saiu de lá, que estava adiando vir pra cá, porque eles tinham medo, porque tipo ah: “vou passar fome na Venezuela, mas eu vou pro Brasil, vou passar fome também? Lá eu não sei a língua, não conheço ninguém, pelo menos a minha família tá aqui”. Mas depois que as pessoas começaram a vir e entender que tipo “não olha, eles recebem a gente, a gente tem documentação, a gente entra no Brasil já com documentação, então você tem um CPF, CPF significa isso”, sabe? Parece que as pessoas foram se sentindo mais seguras pra vir pra cá. (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).

A análise de Giovana demonstra uma ligação entre haver uma Operação que organiza o contexto de chegada para a população migrante vulnerabilizada e o *boom* de uma migração “crítica”, não num sentido estrito de causa e consequência, mas certamente relacionadas entre si. A região da fronteira norte já havia sido de outra migração internacional que foi expressiva no Brasil de conjunto, como relatou Bea, trabalhadora humanitária que atuou no estado em uma ONG internacional, e no entanto a migração crítica está muito relacionada ao deslocamento venezuelano.

Bea: Tem outros imigrantes aqui, teve um fluxo grande parece que em 2019 (...) de haitianos, eu não estava aqui, mas o pessoal conta. Inclusive, a gente até chegou a produzir alguns materiais em Créole que eu vi lá, que hoje está nos armários que ninguém usa. Os haitianos que passam por aqui, até passam bastante, eu acho, na fronteira, sobretudo agora que criou no ano passado um voo do Haiti para cá, uma coisa bem louca assim, seria até interessante pesquisar, nunca tive tempo para ver por que não existia um voo direto de Porto Príncipe para Boa Vista. [Ri] É uma coisa bem louca assim, eu ficava falando: “quem é que vai pegar esse voo, pelo amor de Deus”. Mas eu acho que é justamente por isso, porque como tem outras fronteiras meio fechadas, e haitiano que tem dinheiro e que entra de avião, porque daí por via aérea vem... Aqui a regularização migratória é mais barata, por causa dos venezuelanos. Você não paga tudo o que você paga na Polícia Federal tipo em São Paulo. Então não sei muito bem se isso tem a ver (...) mas os haitianos que vem para cá, eles passam aqui muito rápido, eles ficam só o tempo de estar com os documentos e eles já tem uma rede, então eles não acessam os serviços de saúde. Agora os venezuelanos, é uma questão e uma super questão. É muito venezuelano e vai ser para sempre assim, e o povo aqui tem uma resistência muito grande em entender isso. (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

As fronteiras da região, como as mexicanas do sul, são porosas. Se trata de uma fronteira seca, cuja delimitação dos países se dá também por áreas de selva e mata virgem, ou em grandes descampados, a chamada *gran sabana*, terreno de vegetação rasteira e pequenos morros, mais plano em geral. São, em Pacaraima, as chamadas *trochas*. Quem caminha por ali só percebe que está transitando entre dois países se conhece o significado dos pedaços de concreto em forma de paralelepípedos pintados de branco e enfiados no chão ou quando chega ao marco oficial, o caminho “regular” da migração marcado pela autopista, logo ali ao lado das *trochas*:

Julia: *O que seriam essas trochas?*

Gal: *É assim, eu imaginava uma coisa mais... Mais louca, sabe [dando risada] mais ilegal, mas nem é tanto assim. São caminhos de fato, né, porque a fronteira do Brasil e Venezuela, em alguns momentos ela tem uma divisória de um... [explica fazendo gestos com a mão ilustrando] na verdade, ela é toda dividida, né, em cima de um mastro, tipo um mastro pequenininho, e alguns momentos ela é dividida com esse mastro conectado no arame, então isso abre caminho para as pessoas fazerem... Só que ela tem um movimento financeiro, né? São entradas irregulares, e que tem mototaxistas que levam de um país pro outro, entendeu? Só que essas trochas (...) são tudo descampado, e é tudo visual, você consegue ver tudo isso acontecendo. Então isso é super conhecimento do Estado. O que o Estado tentava fazer quando as fronteiras estavam fechadas, e até hoje tenta fazer, mas às vezes não consegue, é dizer, “não passem por aqui, não vão passar por lá”. Tipo isso, e aí as pessoas tentam uma vez... Uma vez está o posto lá, de barreira, outra vez não está lá, e eles passam. (...)” (Gal, advogada e trabalhadora humanitária, 20 de agosto, 2022).*

Em Pacaraima está o monumento binacional que marca simbolicamente a fronteira entre as duas nações. Do seu topo é possível ver as *trochas* descritas por Gal em nossa entrevista. Mais adiante, no posto “oficial” de controle da Polícia Federal e aduana, já dentro da cidade, foi articulada a estrutura – com materiais temporários – da Operação Acolhida: um posto de vacinação, um posto de triagem e um espaço de abrigo para refeições e dormitórios que acolhe prioritariamente mulheres e crianças, uma forma de não deixar que as pessoas migrantes durmam nas ruas.

Quando caracterizou um pouco o cenário da região, Bea, que nunca havia estado nas cidades de Roraima antes desse trabalho, manifestou surpresa e certo assombro ao refletir sobre como estava a população local “autóctone” com relação à migração internacional venezuelana, que segundo ela “vai ser para sempre assim”:

*Bea: (...) a situação na Venezuela não tá nem perto de melhorar e pelo que a gente vê, do que se piora... E os imigrantes venezuelanos, muitos querem ficar, mesmo que você possa interiorizar, que a estratégia da Operação Acolhida, mandar alguém para outro estado, alguém sempre fica aqui... Porque quer ficar perto da fronteira, que quer estar perto da família de pessoas na Venezuela que dependem deles. E outra, tem aquele medo de que se alguma coisa acontecer, eu estou perto da minha mãe. **Se eu for para São Paulo, eu não vou ter dinheiro para pagar passagem para voltar. É como se eu fosse para outro país.** A distância, né, é muito considerável daqui para qualquer outro lugar. Mesmo daqui para Manaus, o lugar mais próximo daqui seria Manaus, São 08h00... Fica caro. Não é simples, tem uma floresta amazônica no meio, tipo Boa Vista é meio isolado, então... Roraima não tem nada, nada. [Ri] imagina que é nada, nada, nada. (...) você vai para qualquer outra cidade, Tem tipo três ruas. A cidade maior, sabe? Depois de Boa Vista. E mesmo Boa Vista é pequeno, Então assim é um estado muito... Com poucos recursos, nem é tão pouco recursos. (...). Por ser pequeno, tem até muito recurso para um lugar com poucos habitantes. Mas eu digo de emprego, né? Oportunidade é muito pouco. Então é bem complicada a situação, porque é isso, assim, uma escassez de possibilidades para esses imigrantes e é um lugar onde esses imigrantes vão estar sempre. Por mais que você convença a eles a ir atrás de outras possibilidades em outros lugares, é o lugar, é um espaço compartilhado, né? Hoje em dia, se você for em qualquer lugar da cidade, qualquer loja, qualquer... Você vai ser atendido por venezuelanos. Não existe nenhum lugar que não tenha venezuelano, nenhum bairro, nenhum posto de saúde que não atenda. (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).*

O trabalho de campo foi realizado na capital Boa Vista, no trânsito pela cidade e pelas estruturas da Operação Acolhida, principalmente nos albergues aos quais tive acesso. Cheguei à cidade por volta da meia noite. Ao descer do avião cheia de roupa de frio, notei que precisaria tirá-las rapidamente, porque fazia um calor muito abafado. Fui até um hotel cujo dono era um migrante francês. Choveu, marcando como seriam meus dias ali: intenso calor e fortes pancadas de chuva que, ao final, evaporava quente se desprendendo do solo, gerando uma sensação de constante cocção. Boa Vista, aprenderia mais tarde com minhas colegas de trabalho, tinha “um sol pra cada cabeça” e o trabalho no abrigo, em descampados de brita, debaixo de tendas de lona

ou dentro de carpas, se tornava mais desafiante diante daquele calor impassível. Foi inevitável a lembrança de Tapachula, onde o calor se tornou um significante profundo da experiência do campo.

No primeiro fim de semana, caminhei pelo centro, Praça das Águas e pela rodoviária, local que em diversos momentos desde 2016, havia ficado cheio de pessoas migrantes em situação de rua, a maioria venezuelana. Nesse sentido, os abrigos da Operação – e ainda as chamadas Ocupações Espontâneas organizadas em terrenos e espaços de construções abandonados, serviram como moradia e diminuíram a quantidade de pessoas em situação de rua na cidade. As ocupações, no entanto, ficavam localizadas em regiões menos centrais. No dia 27 de junho cheguei à sede da organização na qual atuaria como voluntária, que trabalhava dentro dos abrigos da Operação Acolhida para uma reunião em que me apresentaram a estrutura dos abrigos, um plano de trabalho e informações gerais sobre a migração na região, a atuação da organização e detalhes logísticos.

Em Boa Vista, uma das pessoas que entrevistei foi Iza, antropóloga e trabalhadora humanitária que já vivia na cidade há 15 anos, tendo acompanhado o início da crise migratória que gerou a situação emergencial na cidade e no estado. Assim, me contou um pouco do cenário da região, o perfil da migração, o histórico de construção da Operação e a questão indígena, algo que lhe chamava atenção por seu trabalho prévio junto a comunidades indígenas brasileiras.

Iza: (...) Comecei trabalhar aqui na parte indígena, né? Como educadora. Eu sou educadora e antropóloga e comecei a trabalhar com educação indígena, trabalhei um longo tempo e o meu contato com a questão da migração e o mundo humanitário começou... Assim quando a crise da Venezuela começou a impactar mais Roraima, começaram a chegar primeiro os indígenas da Venezuela, que são os Warao e Eñepá, eles começaram a vir, então começou a notar muita gente na rua pedindo. Ficava muito em evidência, porque aqui em Boa Vista não tinha essa prática de gente na rua, essa coisa que nos grandes centros é mais comum, aqui não. E aí começou a ficar mais

notório (...) Bom, teve bem antes disso, algumas pessoas vamos dizer que tinham um pouco mais de condições, que foram indo até para outros países do mundo e tudo mais, foram também pro Brasil mais de passagem que foram para outros lugares do Brasil... Algumas pessoas que também vieram empreender. Aqui a gente tem até alguns negócios, várias lanchonetes, restaurantes, coisas assim que vieram, que foram, foram abrindo coisas aqui. Mas o que foi mais notado. Mais impactante que foi que a gente foi percebendo? Foi a migração indígena que eles vinham mesmo assim, sem eira nem beira, vamos dizer assim. Não tinha onde ficar e tal, meio que sem calcular (Iza, educadora, antropóloga e trabalhadora humanitária, 13 de julho, 2022).

Em nossa conversa, Giovana descreveu sua aproximação à crise migratória, refletindo desde a Academia, como parte da sociedade civil de Boa Vista e trabalhadora humanitária na Operação Acolhida.

Giovana: (...) quando formavam filas ali na frente da Polícia Federal e a própria universidade começou a trazer os estudantes de Relações Internacionais, de Ciências Sociais, de Direito pra fazer voluntariado lá na Polícia Federal, pra questão de documentação e afins. Antigamente não existia posto de triagem, não existia esse fluxo, né, que existe hoje, então, todo esse trabalho era feita pela Polícia Federal e buscavam os estudantes de uma maneira geral para atuar nessas áreas. Quem atuou principalmente nesse princípio foram os estudantes de Relações Internacionais. (...) no começo de 2018 (...) já existia dois abrigos, o abrigo jardim floresta e... Abrigo não-indígena, né, o Jardim Floresta e o São Vicente. Quando abriu o Abrigo Rondon 1, era o abrigo com maior capacidade até então, era pra 600 pessoas, se eu não me engano (...), mas eu lembro que de fato, assim, a gente começou a perceber... Em 2017... Final de 2016 pra 2017, em 2018 também, (...) foi quando o fluxo, pelo menos assim perceptível, porque em Boa Vista não se via ou se via muito pouco pessoas dormindo na rua, pessoas dormindo nas praças ou no ponto de ônibus. E aí começou a ter isso, é, aqui, então acabou que começou a chamar a atenção da população também. (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).

Iniciei o campo no abrigo indígena *Waraotuma Tuaranoko*. No idioma Warao, *tuma* indica plural e *tuaranoko* quer dizer “lugar de descanso”. Ele fica no mesmo terreno dos outros abrigos e é exclusivamente indígena, localizado numa espécie de complexo de abrigos e estruturas da Operação, onde a maioria deles foi nomeada de Rondon – e algum número. O Warao era conhecido como Rondon 3, e a portaria de acesso dele é distante das portarias dos outros, que ficam próximas entre si, um pouco mais isolada.

“28.06.22: Cheguei no período da tarde, justo no dia em que aconteceria a visita de alguma coisa de Quito, que envolve a presença de OIM, ACNUR e representantes estrangeiros de diversos países. Nesse abrigo a maior presença é da etnia Warao, que vem da Venezuela, mas também há indígenas E’ñepa, Kariña e Wayuu. Chegando notei que a localidade onde estão os abrigos, embora não tão distante do centro da cidade, é algo remota, com poucas coisas ao redor. São vários abrigos um colado ao outro, com nomes diferentes, separados entre si por placas de alumínio ou fibra, não sei muito dizer. Passei pela portaria e logo se nota ao lado esquerdo os campos de futebol feitos de areia, o espaço de refeitório com grandes mesas de madeira e aberto, com um teto. Ao lado direito, o complexo de escritórios, em contêineres. E em frente se abre as fileiras de casa/carpas feitas num formato quadrado, uma cor entre creme e branco, com elementos também de plástico em sua composição. Portas e janelas abertas, é possível visualizar redes penduradas em seu interior, relativamente escuro se comparado ao lado de fora. Varais de roupas estendidos entre casas e entre as poucas árvores no descampado, cujo solo é feito de terra marrom e pedrinhas (cascalho). Bebedouros prateados com água gelada – a comitiva de visita recebeu garrafinhas plásticas descartáveis, que uma vez no lixo passaram a ser recolhidas pelas crianças que as enchiam para tomar água. Há muitas crianças, há muitas pessoas, há muitos bebês. Mais para a esquerda, atrás dos escritórios, mulheres indígenas estão com diversos objetos de arte produzidos por ela expostos em uma mesa, há uma discussão que não entendemos bem. (...) Nos reunimos e buscamos, em uma das carpas que serve de depósito, mesas e cadeiras plásticas pequenas para crianças e as levamos para a área do refeitório. As crianças automaticamente começam a se aproximar e a distribuir as cadeiras entre si, a aula está sendo convocada. Uma vez sentadas, muito agitadas e ruidosas, a professora escolhe 5 crianças para que cada uma carregue uma vogal. A atividade é muito simples, e as crianças parecem acompanhar como num piloto automático, reproduzindo a vogal que é levantada: A E I O U. Depois recebem folhas e material para a primeira atividade: decorar cada uma das vogais. No entanto, ao passar pelas mesas interagindo com elas e reforçando o exercício, percebo a dificuldade. A maioria falava espanhol, mas entre si falavam apenas Warao – um idioma que eu não entendo. Português quase nada. Converso com elas em espanhol, deixo fluir e elas me acompanham. Se aproximam, me chamam, me convocam, demandam. (...) Alguns adultos e jovens ficaram ao redor sentados nas mesas. As crianças são agitadas, mas gostam quando recebem incentivos e *felicitaciones* pelo que estão fazendo e entregando. O dia é quente. A comitiva internacional chega com 1h de atraso e era importante que eles vissem as crianças “em ação”. Se sentam todos na parte extrema do refeitório, onde foi improvisado uma espécie de palco que os impede de ver completamente a parte onde estamos. No entanto, depois de um tempo todos se levantam e se aproximam, porém as crianças já estão mais agitadas, dispersando. Um dos funcionários da organização faz uma fala rápida sobre o projeto. Alguns poucos se aproximam ou permanecem observando, outros já vão se encaminhando para a “próxima parada”. Penso num tour express sendo feito pelo abrigo. Muitos coletes, crachás, pessoas brancas. Uma mulher se aproxima, não sei de onde é. Ela tem um celular na mão e faz algumas fotos da criança, não sei dizer se pediu permissão. Ela se aproxima de uma menina que interagia comigo, não se dirige a mim nem se quer me dá atenção, noto então que com ela se aproxima um fotógrafo. Ela diz qualquer coisa banal, esboça um contato físico e o homem tira uma foto. O momento se vai. Observo de canto de olho. A menina

sai e volta a se aproximar de mim, a mulher então resolve perguntar algo mais, como quantos anos ela tem. A menina não responde, a mulher tenta adivinhar, a menina não confirma nem nega. A mulher desiste, vira as costas e vai embora. O fotógrafo se aproxima de outra criança que está pintando sua atividade, e outras crianças se aproximam dele e da criança, impressionadas com a sua máquina. Ele faz como se fosse fotografar o menino pintando, e as crianças se juntam ao redor para sair na foto, então ele diz que não, que só ele, para sair pintando, afastando as crianças. O menino pinta um pouco mais, como se estivesse alheio. Antes disso, enquanto estavam nas mesas, oficiais do Exército circularam por ali, interagindo um pouco com as crianças. (...) Desde que cheguei, os pude distinguir pela sua roupa militar verde escuro: botas, calça, camisa de manga larga dobrada até o cotovelo, boina ou algum tipo de chapéu, o escrito “selva” na lateral do braço. Os militares são homens em sua maioria. São responsáveis por distribuir as marmitas em caixas de plástico com ajudas de pessoas abrigadas às 17:30, hora de chegada do jantar. Depois, essa comida é redistribuída na área do comedor. Ela chega num caminhão, porque é produzida numa cozinha central do Exército e depois redistribuída por todos os abrigos. São embalagens que parecem plásticas, como uma marmita, embora muita gente se aproxime da área também com recipiente de plástico ou inox que são próprios. Essa é a hora de regresso de muitas pessoas, algumas em bicicletas, que estavam fora do abrigo. A entrada e saída é por uma portaria lateral diferente da portaria de funcionários. A visita segue por onde iniciam as “casas”, mas a maioria das pessoas não avança muito e se concentra ali, não havendo uma continuidade do tour pelos corredores de casa. Depois, vão retornando à área dos escritórios. Logo estão todos dentro do ônibus para ir embora, terminou a visita. (...) O espaço físico me faz pensar, automaticamente, num campo de refugiados. Tem a mesma estética, mesma estrutura e mesma arquitetura. (...) Me sinto mais cansada que quando estava em Tapachula, e me lembro que agora estou grávida (...)” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 42-43).

As casas dos abrigos – ou *carpas*, como também é costume chamá-las – são feitas de materiais como plástico e alumínio. Parte de sua estrutura – como as janelas – eventualmente eram arrancadas das casas vazias para serem vendidas em algum mercado paralelo. Era possível que vivesse mais de uma família em uma casa, dependendo da quantidade de pessoas compondo o núcleo familiar. Dentro das casas, não é permitido utilizar energia elétrica, não há rede e conexões disponíveis e o material de que é feita é inflamável, possuindo uma rápida propagação do fogo em caso de incêndio.

Raquel é uma trabalhadora humanitária que conheci no contexto da Operação Acolhida em Roraima e entrevistei posteriormente, de maneira virtual. Na época de nossa entrevista,

contou que chegou à Boa Vista para estudar havia 12 anos, e através da universidade foi selecionada para trabalhar em uma agência ONU junto à Operação, onde começou como estagiária em 2017, passando a atuar como "staff" da organização - status de trabalhadora internacional do sistema ONU

Abordei o tema dos abrigos com Raquel, procurando entender não somente o processo de construção e implementação – que segundo ela foi anterior à sua entrada na ONU e na Operação Acolhida – e detalhes com relação a um modelo enlatado de arquitetura.

Raquel: (...) a partir de conversas mais institucionais, onde se juntou o ministério, agências da ONU e governo do Estado para dizer que temos uma situação e precisamos (...) tirar as pessoas das ruas, né? (...) O governo garantiu os espaços, a Operação Acolhida, toda a estrutura e a partir daí, como é o ACNUR e ministérios responsáveis, inicialmente, as casas das pessoas elas eram uma barraca do exército, bem quente e montado em cima havia um toldo para garantir ali que o sol, né, não acabasse com tudo. E em outro momento foram algumas carpas de pano que cabiam oito pessoas, duas famílias, uma estrutura bem pensada para quem mora lá no Marrocos. Tipo isso, que não tem nada a ver aqui, né? Essas carpas, elas duravam dois anos, tinha que trocar porque com a chuvas e sol se desfaziam os tecidos, bem diferente. Depois disso foi pensado nas casinhas, é tipo, como um plástico, que são bastante quentes, não tem iluminação como você mesmo disse, mas teria uma durabilidade maior. Só que essas casinhas para cá, para Roraima elas não funcionam porque elas são pensadas dentro da ótica humanitária, para locais frios, né? Elas conseguem suportar o frio e consegue acolher as famílias. Não é a melhor estrutura, mas é o que eu entendi, que é o que a resposta poderia entregar. Essas casas vieram da Suécia para cá, foram bem caras, tem uma durabilidade boa sim, mas são quentes, elas não garantem, enfim, não é cômodo, só é cômodo estar ali talvez a noite, né? Em alguns abrigos, por ela ser muito quente, foi colocado uma estrutura acima de um toldo para não ficar tão quente, mas mesmo assim permanece quente. E tem sido assim por quatro anos. E existe outra tecnologia? Não saberia dizer para você (...) É muito, extremamente quente. Na época da chuva, elas suportam bem a chuva. No entanto, novamente, mudanças climáticas, no estado de Roraima tem uma peculiaridade. (...) nós tivemos a experiência de passar um tornado no Caribe e esse tornado ele trouxe resqúícios para cá (...) Para a cidade. E a prefeitura conseguiu contornar, mas alguns abrigos, eles foram afetados em sua estrutura. Ninguém ficou ferido, mas foi percebido que a estrutura sim, ela consegue ser afetada, né? Desde cair os ferros, como levar as casinhas embora. E aí teria que ver mesmo Se existem outras formas de estruturas, eu acredito que exista, porque né, tem, enfim, muitas missões aí. Isso com certeza já foi pensado pela área responsável de abrigo, mas para esse cenário é isso que tem. E essas casinhas elas foram bem caras, o traslado dela é caro, a manutenção delas também é cara, apesar de não parecer e o

armazenamento delas também são caros. (Raquel, trabalhadora humanitária brasileira, 01 de dezembro, 2023).

Giovana, que atuava dentro dos abrigos e já havia transitado por todos, respondeu se todos possuíam a mesma estrutura arquitetônica, já que eram concebidos pelo mesmo responsável, o ACNUR.

Giovana: Em geral, sim. O Pricumã, ele tem mais partes com rampa, essas coisas. Menos brita. Assim, parte do Pricumã, né? A outra parte quando cresceu muito... Eu nunca trabalhei no Pricumã, mas eu sei que a parte de pessoas que tem algum tipo de... Mobilidade reduzida, eles colocam nos lugares onde tem mais acesso. Por exemplo, o banheiro tem rampa, tem... É calçado... Você trabalha no Rondon 1, você sabe, é pura brita... (...) O 13 de Setembro? Tem um posto de saúde ali próximo do Rondon 1. Aí a gente chamava ele de Rondonlândia, né? Era o R1, R2, R3 e tem o 13 de setembro... (...) Depois de ano passado que criaram o R4, e já fechou né? E aí era Rondonlândia ali, e ainda tinha o 13 de Setembro e tinha o São Vicente, que é ali próximo também (...) hoje é um estacionamento. O Rondon 3 de 1.000, o 13 de setembro de 300 e pouco, o... São Vicente tinha 400, 500 pessoas (...). (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).

Segui construindo o trabalho de campo a partir das idas diárias aos espaços dos abrigos, tendo combinado um cronograma prévio, mas no final terminando frequentando em grande medida o abrigo indígena Waraotuma, já que além desses abrigos do “complexo” há outro, também indígena, mais distante, localizado no bairro Jardim Floresta.

“30.06.22: segundo dia no abrigo. Ontem choveu o dia inteiro, hoje fez muito, muito calor. O horário entre 11h e 15h é insuportável de quente, e o sol terrivelmente forte. O abrigo, todo descampado salvo pelas tendas e dentro dos contêineres e carpas (casas), é um grande espaço aberto e para se locomover de um lugar a outro é preciso tomar muito sol (ou chuva, se está chovendo). Acompanhei a chegada de duas refeições: almoço e janta, sempre da mesma forma. Também acompanhei a chegada da refeição dos militares da Força Tarefa (FT). Notei que as marmitas (os recipientes de isopor e plástico onde está armazenada a comida) são individuais, mas são diferentes entre as distribuídas à população abrigada e ao pessoal da FT. Perguntei então, durante o almoço junto a dois militares que comentavam já não aguentar mais comer carne de frango, se era a mesma comida, eles me informaram que não. Explicaram que a comida deles é feita na cozinha do Exército pelo Exército, enquanto a comida das pessoas abrigadas é feito por uma empresa terceirizada (...) Logo, falamos sobre viajar para lugares turísticos da região e mais uma vez um deles comentou que antes era muito fácil ir para a Venezuela, mas que faz pouco tempo as pessoas começaram a ser muito assaltadas lá, porque as pessoas passam mesmo a perna umas nas outras, que os “warao são um povo muito egoísta” e que

tem muito disso ali mesmo, entre eles, dentro do abrigo. Me recordei que alguém tinha comentado que essa etnia em geral não tem o costume de viver em grandes comunidades, quer dizer, que sua tradição cultural é de comunidades/grupos menores, e pensei quantas pessoas não estão vivendo juntas ali, inclusive com outras etnias” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p.44).

A temperatura e o clima parecia impactar diretamente na organização e rotina das pessoas abrigadas, pois gerava uma sensação de cansaço e corpo pesado que interferia nas disposições. As crianças, no entanto, sempre pareciam alheias a isso. Aproveitava para conversar com elas e perguntar se fazia tanto calor no lugar que elas moravam. Algumas diziam que sim, outras que não. Também percebia, conforme conversava com as pessoas ali, que o aprendizado do português, embora parte do projeto educativo e das intervenções junto à comunidade migrante, não era exatamente o principal objetivo. Em realidade, entre si as pessoas mantinham a comunicação quase sempre em Warao, mesmo as crianças. Os e as trabalhadores humanitários, no entanto, salvo algumas palavras que conheciam, buscavam se comunicar com as pessoas em uma espécie de portunhol ao qual eu me somava.

“04.07.2022: cheguei ao abrigo na parte da tarde. Uma das crianças, um garotinho chamado De. estava praticamente me esperando e perguntou por que não fui de manhã. Conversamos um pouco e ele me contou que antes de ir para esse abrigo, estava no Pintolândia, e que pra ele lá era melhor, já que esse é muito feio. Perguntei por que, mas ele não quis responder. Conversamos sobre o calor, lhe disse que aqui faz muito calor e perguntei como era lá, de onde ele veio, ele me corrigiu e disse que veio da Venezuela, e que lá não fazia tanto calor assim. (...) As pessoas deixam as suas casas com portas e janelas o tempo todo abertas, mas não é suficiente, ali quase não circula ar. Elas também penduram redes na estrutura da carpa, o que uma funcionária comentou que faz com que o teto da casa envergue. É muito comum também que, pelas fortes chuvas e estrutura da carpa, entre água por goteiras e vazamento. O chão é forrado com uma espécie de lona. Quando fazemos atividade com as crianças, muitos adultos, mães e pais, ficam ao redor observando tanto as atividades quanto as crianças. (...) Hoje também me aproximei das artesãs para comprar umas peças delas, e elas comentaram que a maioria usa o dinheiro para comprar comida, porque a comida que eles dão no abrigo é ruim. Elas disseram que não é que é tão ruim assim de gosto, mas que vem muito pouco e quase sempre a mesma coisa, e que é meio mal preparada, tipo quando vem o frango meio cru. As peças são muito bonitas, muitas delas comentaram que já faziam peças assim na Venezuela antes de vir, e que usam o mesmo material, a palha/folha de uma árvore [chamada Buriti].

Agradei e me juntei novamente ao grupo de crianças. (...)” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p.44-45).

O deslocamento aos abrigos é quase sempre igual, através de carros de aplicativo. A rotina nos abrigos passa a fazer parte do meu dia a dia: acordar, chegar, passar pela portaria, encontrar a equipe, desenvolver atividades, descansar, iniciar a tarde e no final do dia retornar à casa. A cidade de Boa Vista parece estar em processo de construção. É bastante plana em geral, o que facilita o transporte em bicicleta, dificultado apenas pelo calor e pelas chuvas.

No centro, há muitos comércios voltados à compra e venda de ouro e joias, reflexo da presença muito forte da mineração no estado, que legal ou ilegal é uma das principais atividades econômicas da região. É possível ver muitas pessoas migrantes venezuelanas, majoritariamente não-indígenas, trabalhando em diversos setores do comércio: atendentes de supermercado, farmácia, vendedores de lojas, trabalhadores braçais por diária. Também no equipamento público como hospitais e postos de saúde a presença da Venezuela é visível nas pessoas e nos recados colados em paredes, quase sempre em português e espanhol.

Diferente de Tapachula, no entanto, não se vê pessoas migrantes concentradas nos espaços públicos e coletivos da mesma maneira, salvo nas estruturas da Operação, parecendo mais pulverizada e já incorporada às dinâmicas locais – as crianças frequentavam as escolas públicas, e havia um esforço de organizações humanitárias em promover essa integração e trabalhar junto à comunidade brasileira no sentido de proporcionar acolhimento e combater a discriminação e o racismo.

Giovana comentou a percepção desses desafios como moradora antiga da cidade, buscando evidenciar os pontos de vista dos locais por onde transitava e interlocuções que fazia.

Giovana: *Hoje mesmo, antes de sair do trabalho, eu tava em reunião, a gente tava conversando sobre isso. A minha oficial, do abrigo, ela é venezuelana, e ela disse que ela sente que as pessoas estão sendo mais receptivas. Esse é o sentimento dela. Eu falei olha, sou brasileira, não sou venezuelana, não sinto na pele, mas o que eu sinto é que... É a mesma coisa, assim, que as pessoas tendem a falar tipo “ah, só tão deixando só a escória pra trás”, que os melhores profissionais vão, de interiorização, e quem não quer nada com a vida fica em Boa Vista. Por isso que a criminalidade aumenta... E o uber [motoristas] sempre pergunta: “como é que é trabalhar com eles, com esses venezuelanos? Eles dão muito trabalho? Brigam muito?”, é sempre esse tipo de pergunta que eu recebo toda vez que eu tenho que pegar o Uber... Principalmente de final de semana (...) eu tenho pegado muito Uber venezuelano, né? E aí não sei por que, eles perguntam se eu sei falar espanhol, e eu digo que sim, e aí eles dizem “você trabalha na Operação Acolhida?” e eu digo “trabalho”, “Ah, eu tenho umas perguntas”, e aí começam a perguntar de protocolo, de cartão do SUS, de não sei o quê. (...) Olha, eu tenho pouquíssimo contato, pela minha saúde mental, eu tenho pouquíssimo contato com as pessoas fora do meu círculo social, né? Porque enfim, nos lugares que normalmente a gente vai é só preconceito e enfim, por que que eles recebem comida e tem brasileiro que não recebe? Porque eles tem que receber Auxílio Brasil se nem brasileiros eles são, tipo... Existe uma desinformação muito grande. Aqui tem muito jornal sensacionalista, né? (...) É a desgraça, é venezuelano faz isso, venezuelano faz aquilo... [Interrompo perguntando: sempre ressaltando a nacionalidade?] Exato, exatamente, sempre, sempre. Mas uma coisa que eu tenho percebido que é interessante de ver (...) trabalhando com atendimento ao público, sempre tem uma pessoa venezuelana, em qualquer lugar que você esteja, você encontra. Aqui mesmo, a gente vai encontrar. Então, mal ou bem, as pessoas estão conseguindo se inserir... (...) Então, assim, mal ou bem... Dos venezuelanos, eu sinto que tem tido uma inserção local, claro, em atendimento ao público, vendedor, nos cargos, né... Mais atendimento ao público e tal. Mas, assim, do brasileiro pro venezuelano eu não sinto que muda muita coisa, não... (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).*

Giovana e outras pessoas brasileiras manifestaram desacordo com relação à percepção da colega, venezuelana, sobre o preconceito – o racismo, a xenofobia da cidade. A mulher venezuelana expressa que já havia sido pior, enquanto Giovana ressalta que não parece ter mudado a situação de preconceito e desconfiança da xenofobia, embora a população venezuelana consiga se inserir na vida comercial e cotidiana da cidade. Perguntei-lhe então como foi a reação da população local, sobretudo brasileira, com relação ao anúncio e implementação da Operação Acolhida:

Giovana: *Aqui não teve nenhum tipo de revolta nem nada, mas em Pacaraima tiveram duas... Que queimaram roupas das pessoas, queimaram um acampamento, é... Foram*

linchados. O último que teve, acho que tem um ano, foi em Pacaraima também, de que tinha uma suspeita de que um venezuelano tinha matado, enfim, um dono de um comércio lá. (...) aí foi e teve uma troca de tiros e acabou que o brasileiro acabou falecendo. Mas enfim. “Não, um venezuelano matou um brasileiro” [expressa ironia nessa última fala, quando atua como se fosse outra pessoa falando, dando ênfase nesse aspecto da nacionalidade do caso citado] teve uma revolta em Pacaraima... E nesses tipos de coisa, o que o ACNUR faz, a Operação faz é: vamos tirar as pessoas daqui e jogá-las em Boa Vista. (...) em 2019 eu acho que era umas 200 pessoas... Eu tava em casa já, era umas 10 horas da noite e aí só ligaram pra gente falando: vamos pro abrigo. Agora. E aí lá vai a gente montar carpa, tipo, no meio da noite, porque a gente tinha que receber aquelas pessoas, porque foi Pacaraima inteira, atrás dessas pessoas, porque a onda de assalto tava muito grande na cidade, e era por conta daquelas pessoas que tavam nas ruas. E era tipo, uma cidade inteira contra umas 250 pessoas, a maioria eram mães solo e crianças. Foi uma loucura (...) Eu me arrepio só de lembrar, assim, tipo, de lembrar das pessoas saindo do ônibus, assim, sabe? Tipo assustadíssima. Nossa, foi horrível, essa época foi horrível. Recentemente a gente não tem tido tanta coisa. Nesse sentido, nesse sentido, de motim e tal. (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).

Em outra semana, iniciei atividades num abrigo não indígena, parte do complexo de abrigos, e descrevi a experiência em caderno de campo.

“11/07/2022 – 13/07/2022: comecei no abrigo Rondon 1, que está atualmente “juntado” com o Rondon 4 – quer dizer, como são todos um colado no outro praticamente, juntaram esses dois, formando um só abrigo bastante grande que as pessoas que trabalham ali chamam de Rondon 14. (...) A estrutura é muito parecida, no sentido de que ao entrar pelo portão se deve passar pela portaria onde uma equipe de porteiros, creio que são de uma empresa terceirizada, controlam entrada e saída mediante a bipagem dos crachás que as pessoas possuem. Ao lado direito de quem entra estão os contêineres da organização da sociedade civil responsável por gerenciar/administrar o abrigo, e ao lado esquerdo estão os contêineres do Exército. Logo em seguida, do lado esquerdo, está uma estrutura com bebedouro e mesas que servem de comedor das pessoas que trabalham ali. Passando a portaria, bem grande, está o comedor/refeitório e ao lado esquerdo depois da cozinha de funcionários está a barraca da organização [em que era voluntária]. Atrás dos contêineres da gestão estão outros, sendo um deles de banheiro de funcionários e outro onde me parece que realizam cursos. Ao lado há uma pequena quadra e mais ao fundo um parquinho e umas árvores. O comedor comunitário chega até ali, desde a entrada, na horizontal. As carpas/casas ficam depois, atrás do comedor para quem o olha desde a portaria. Entre elas existem algumas estruturas de toldo onde as pessoas ficam conversando, cortando o cabelo, também há banheiro e uma área de tanques onde vi muitas mulheres dedicadas a lavar roupas. Esse é um abrigo não-indígena. Percebi que os militares permanecem menos entre as pessoas, e que ficam mais tempo dentro de seus escritórios, quando saem para circular o fazem coletivamente. (...) Ali também são três refeições diárias, levadas pelo mesmo caminhão e nas mesmas caixas que para o outro. (...)” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p.46-47).

Frequentando bastante os abrigos, em alguns dias já estava habituada àquele espaço. Comecei a colocar atenção nas dinâmicas, naquilo que era construído e vivido ali, internamente; nas entradas e saídas pela portaria – como a chegada da mulher que vendia geladinho na porta, ocasionando tumulto durante sua permanência ali; os momentos de atividades oficiais e visitas – constantes, sobretudo no abrigo indígena Waraotuma, o maior que havia.

A migração venezuelana é a considerada foco e objeto de construção dessa Operação e embora possa aparecer alguém de outra nacionalidade, a resposta humanitária está desenhada para esse fluxo. O espanhol se torna um idioma corrente dentro e fora do abrigo, e as pessoas o *aportuguesam* ou *espanholizam* o português, dependendo de suas origens, na hora de comunicar-se de forma coletiva. Ali, diferente de Tapachula, por essa razão parece haver menos ruídos de comunicação, embora continue sendo um tema sensível, como pude comprovar num dia de etnografia por acaso:

“16/07/22: a experiência na maternidade: Sentada na cadeira enfileirada de plástico da maternidade, esperando meu resultado do exame sair, presenciei uma cena única. Chega uma ambulância com uma mulher e um homem, bombeiros. Trazem nas mãos uma espécie de caixa plástica, enquanto o homem segura um cilindro de oxigênio. Dentro da caixa há um bebê nascido prematuro tão pequeno que sequer o vejo. (...) Eles entram para alguma das alas com nomes de flores do hospital. Alguns funcionários começam então a se questionar sobre onde estão os pais, ao que alguém responde que dentro da ambulância. Eles não entendem por que os pais não vieram juntos, alguém vai averiguar. Logo retorna e diz incrédulo que os pais nem haviam descido, estavam dentro da ambulância “esperando não sei o que”. A porta se abre e entra um mulher, carregando o próprio soro e caminhando sozinha, e ao seu lado um funcionário do hospital que a orienta a sentar nas cadeiras de plástico e aguardar enquanto ele leva sua ficha para dentro da triagem. A mulher é a mãe do bebê que acaba de tê-lo. Alguém a chama, ela vai. Ela volta, se senta, a chamam de novo, perguntam coisas pra ela e ela não consegue responder. Ela está apática, não parece estar passando mal fisicamente, mas parece confusa, como se estivesse ausente daquele corpo, daquele lugar, e parece um pouco desinteressada, entediada. Algumas pessoas se irritam um pouco e se perguntam, meio em voz alta e entre si, se ela está entendendo, se tem algum problema e porque não responde direito. Eu, sentada na parte de traz, por uma das vezes que procurei responder algo, havia escutado o que pensei ser um sotaque espanhol em sua voz, e me arrisquei a dizer: acho que ela não fala muito português, só espanhol. A equipe me olha, a olha,

parece aceitar minha versão e ninguém mais tenta contato com ela. A mulher sentada, a porta se abre e seu companheiro, também jovem, entra com um pacote de comida na mão. A jovem mulher o olha, eles se comunicam pouco, a mulher da recepção lhe diz que ele não pode ficar ali dentro, muito menos comer, e que deve se retirar. Então ele simplesmente se retira e ela volta a se sentar sozinha, até ser chamada pela equipe médica e passar um bom tempo lá dentro (...)” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 48).

Escutei relatos assim em minhas conversas de campo e entrevistas, principalmente com relação ao despreparo – embora se trate de uma migração de alguns anos consolidada – de trabalhadores e trabalhadoras do equipamento público e privado, sobre o acolhimento e comunicação com as pessoas migrantes. Em Boa Vista, além do espanhol representar um desafio, também havia os idiomas indígenas.

Em um dia de trabalho de campo, pude conhecer o segundo abrigo indígena oficial da Operação. Além dele, havia ainda o espaço do ginásio estadual, conhecido como Pintolândia, que já havia sido um espaço de abrigo oficial e que foi desocupado, embora muitas famílias permaneçam lá em uma configuração de resistência.

“14/07/22: dia do outro abrigo, esse indígena, no Jardim Floresta. Ali há duas etnias, Warao e E’ñepa, sendo que esses últimos vem muito mais da Guiana, alguns até passam pela Venezuela mas seu território original é Guiana, falando assim dois idiomas: o seu nativo e o inglês. A estimativa é que há ao redor de 500 pessoas vivendo ali, num espaço muito mais aconchegante do ponto de vista do calor, já que as casas estão montadas debaixo de toldos, há bastante sombra, uma pequena quadra na metade do espaço e entre as casas e muito mais árvores, grandes pés de manga” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 47-48).

Como dito anteriormente, a questão indígena abre, em Roraima, uma outra dimensão de resposta à crise migratória que precisa ser olhada com mais atenção.

O Que Emerge do Campo:

A experiência em transitar como migrante, estrangeira e brasileira, no Brasil e no México, trouxe desafios e reflexões à construção do campo de pesquisa, e suscitou através dos dados

obtidos das imersões, a centralidade do corpo orgânico que existe – humano, migrante – como aspecto essencial para (re)pensar as políticas migratórias e gestão dos deslocamentos humanos na contemporaneidade.

As diferenças – de raça, cor, nacionalidade, gênero, religião e tantas outras – são determinantes para a experiência migratória concreta, como pude constatar na posição de pesquisadora, migrante e mulher branca, e delas não podemos prescindir, o que influencia nos privilégios, desigualdades e preconceitos que marcam os processos migratórios. A experiência migrante no entanto, enquanto existir como estrangeiro/a, possui lugares comuns a todas as pessoas que vivem em lugares diferentes de onde nasceram.

Nos encontros proporcionados pela migração, há também espaço para “coisas iguais”. O chegar em outro lugar exige de nós a comunicação – que nosso corpo se coloque por meio da fala, dos gestos, dos olhos e de tudo aquilo que serve a nos expressarmos e comunicarmos com outros sujeitos e outras existências. Assim, ao fazê-lo pela fala, é preciso saber a língua, o idioma – e como traduzir e traduzir-se.

Essa dificuldade e as frequentes negociações, tensões, aflições e felicidades, perpassam todo nosso corpo e, às vezes, nos deixa inseguros e assustados. É difícil comunicar-se. É difícil ser diferente e comunicar-se e é difícil comunicar-se com o diferente. Mas a diferença sempre está posta: em nosso território de origem ou em um território de destino, sempre seremos sujeitos diferentes em relação com sujeitos diferentes.

O território, o país ou a cidade, até mesmo o projeto de nação atrelado a ele, gera percepções distintas dessas diferenças. Assumir que a diferença é relacional, enquanto perspectiva de atuação no mundo, é assumir também que ocupamos lugares diferentes no

território e na formação social em que vivemos e que a diferença, em si, é fator positivo e não aspecto de depreciação. Abrir essa percepção nos permite ver que não há nada de natural nas hierarquias sociais.

A corporeidade humana das migrações se evidenciava, em ambas as situações de campo vividas, em que entre as conversas mais frutíferas que tínhamos, falávamos de comida. Era quase uma regra que quando alguém descrevia alguma comida de seu país da qual gostava bastante, demonstrasse em sua narrativa o amor, saudade e memórias, e muita gente dizia que *extrañaba* isso ou aquilo de “lá”.

Sobretudo em Tapachula, outro país, esses diálogos me traziam memórias afetivas que revivia no corpo, e embora tentasse descrever a saudade que sentia em comer uma coxinha de frango e tomar um café bem quente em alguma padaria de São Paulo, não era possível que isso fosse captado completamente pelos meus interlocutores, assim como eu também ficava um pouco aquém, imaginativamente, quando me descreviam comidas de seus países de origem das quais sentiam especial falta.

Pessoa Migrante Como Corpo-Território.

Ser migrante é existir em dois ou mais lugares simultaneamente. Isso é possível porque nosso corpo é também o nosso próprio território, e nele/com ele registramos as experiências que vivemos desde que nascemos e dos diferentes lugares onde existimos, as carregando sempre conosco. É nosso corpo, onde quer que estejamos, que nos permite existir plenamente – sua organicidade, o espírito, a mente. Quando migramos, carregamos um pouco de onde viemos, e deixamos para trás pequenos fragmentos de nós mesmos nos territórios onde estivemos.

Contribuições críticas feministas latino-americanas aportam uma perspectiva analítica útil aos estudos migratórios, buscando compreender a territorialidade de forma não centrada no Estado, mas nas “rotas variantes dos corpos em movimento” (Basualdo et. al, 2019, p. 50). De fato, as práticas de gestão e controle cotidianas da migração possuem como dimensão de efetivação dominar, conter e controlar a pessoa migrante em sua existência corporal.

O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2021) resgata do debate decolonial e sua contribuição para a geografia, recuperando uma definição inicial ao conceito de corpo-território:

“(...) la propuesta cuerpo-territorio es mirar a los cuerpos como territorios vivos e históricos que aluden a una interpretación cosmogónica y política donde en él habitan nuestras heridas, memorias, saberes, deseos, sueños individuales y comunes y, a su vez, invita a mirar a los territorios como cuerpos sociales que están integrados a la red de la vida (...)” (Hernández, 2017, p. 43 *apud.* Haesbaert, 2021, p. 161).

Há uma leitura latino-americana sobre território diferente da eurocêntrica, que parte da esfera do vivido, das práticas e do uso e, portanto, da relação dos movimentos sociais com a natureza e com outros grupos sociais para definir o que é, propriamente, o território (Haesbaert, 2021, p. 161). Há um movimento político e intelectual por detrás do corpo-território, quando discursos e práticas indígenas passam a ecoar e ganhar espaço nos debates públicos, inspirados e inspirando discussões feministas, acadêmicas ou não, ativistas, indígenas, antirracistas e ecologistas que contribuirão essencialmente à ideia.

Já o corpo emerge como categoria política dentro de movimentos de mulheres na América Latina, quando estas denunciam os territórios colonizados e dominados como “espaços extrativistas” masculinizados, patriarcais, buscando evidenciar a lógica de dominação em que ele

será significado, marcada pela violência generalizada que afeta as mulheres de maneira tão profunda, que elas passam a ser linha de frente de formas de resistência. O território possui múltiplas escalas, sendo a ‘escala mais micro, mais íntima (...) o corpo’, que funciona ainda como o “primeiro território de luta” (Haesbaert, 2021, p.174-175).

Cruz Hernández (2017) trabalha com a “concepção corpo-território”, definindo-a como uma epistemologia latino-americana e caribenha desenvolvida por mulheres de povos originários dessa região (Haesbaert, 2021, p. 175). Outra contribuição importante é a de Echeverri (2004; 2002) quem propôs “corpo-como-território” e “território no interior do próprio corpo” (Haesbaert, 2021, p. 175). A perspectiva aqui é que corpo e território formam, juntos e de maneira complementar, um todo dentro de uma perspectiva relacional (Hernandez, 2016; Cabnal, 2010 *apud.* Haesbaert, 2021, p. 178).

Reconhecer o corpo como território implica que a existência humana não pode estar condicionada às leis e instituições baseadas em uma concepção de soberania nacional, território e identidade onde o corpo perde a centralidade e emerge como inspiração o Estado nacional e sua comunidade imaginária. Enquanto pessoas, migrantes ou não, também somos o território em que vivemos – corpo e planeta em sua sincronia vital. Tudo aquilo que nos limita enquanto existência pode e deve ser nomeado, repensado, destruído ou recomeçado.

A migração, processo e prática, é protagonizada por pessoas e escancara os limites dos ordenamentos jurídicos e da imaginação capitalista e burguesa em termos de território e direitos. A migração se experimenta no próprio corpo. A fronteira é também a do ser, a do corpo que vive a realidade. É através dele que somos percebidos, recebidos ou rechaçados. É através dele que nós existimos. Em campo, a experiência de entrada como estrangeira e migrante sempre foi

percebida e mediada pelo meu corpo e, portanto, pelos privilégios e desvantagens que carrego através dele. A cor da pele, as tatuagens, a identidade de gênero, o sotaque.

A experiência da migração é também, num nível subjetivo (individual e comunitário), momento de (re)afirmar a nossa identidade naquilo que nos orgulha, que nos conecta afetivamente e que nos consolida para fora, publicamente, como sujeitos – de vontades, desejos e sentimentos. Também é uma forma de resistência – como aprendi com a migração negra em Tapachula, sobretudo da comunidade haitiana, e indígena no Brasil, principalmente a Warao, que às suas maneiras representaram questões e tensões aos países onde se encontravam essas pessoas.

Em minha terceira semana de trabalho de campo em Tapachula, participei como voluntária, através do albergue, em uma “operação” coordenada pelo ACNUR e pela COMAR na cidade, no âmbito das novas solicitações de refúgio, que consistia em uma troca de data de agendamento para iniciar os procedimentos de solicitação de refúgio no México². A maioria das pessoas migrantes, público-alvo da operação, era haitiana e negra, falante de créole ou francês e, eventualmente, português e espanhol. Um dia, enquanto atuava na fila e direcionamento das pessoas aos guichês, um homem haitiano quando se aproximou de mim me disse, em português, “você tem que aprender a falar créole haitiano”.

Sua sugestão é um exemplo de que se constitui território com o corpo, fora do território e fronteira nacional, porque se carrega algo desse território com o corpo, que é território, no sentido de existência material, em qualquer lugar a que chegue. Esse homem, em outras palavras, poderia estar dizendo: “eu sou o que eu sou, aqui e agora. Eu posso adaptar-me, falo português –

² Sobre essa “operação” tratarei de maneira mais detalhada quando for discutir as formas de materialização das políticas migratórias, tendo em vista que se tratou de um procedimento burocrático que complicou a vida das pessoas migrantes que estavam na cidade.

seu idioma – francês e créole. E você? Por que você não se adapta?”. Se, afinal, o “público-alvo” da operação era sobretudo a haitiano, por que quase não havia pessoas haitianas para a comunicação e tradução?

Entrelaçadas com minhas próprias experiências, as estratégias e dificuldades de comunicação e interação produzidas na migração sempre me chamaram atenção no campo. Como nessa reflexão feita no primeiro ano de pesquisa, quando ainda sentia que descobria um mundo novo a partir da vida como estrangeira:

“17.10.2020: Você não é daqui, né? Me perguntam. Eu digo não, não sou. Seguro. É curioso porque, diante de um estrangeiro no Brasil eu muito bem poderia fazer essa mesma pergunta. As pessoas são curiosas, num geral, e é muito difícil não escutar a emenda: e de onde você é? Respondo Brasil. Algumas pessoas perguntam mais afundo: de onde? De onde... De onde eu sou? A conexão territorial nunca foi algo para mim traduzível como uma cidade, um estado, um país... Tinha mais a ver com onde eu me sentia confortável: De onde você é? Da minha casa. E onde é sua casa? Onde eu estou. (...) Nesse caso, a experiência de ser estrangeira me fez perceber que uma das melhores maneiras que temos para nos definir é justamente contar-nos. (...) Comunicar-se, comunicar ao outro – é o ato da alteridade em que, ainda quando o idioma é o mesmo, não necessariamente há conexão entre o que se diz e o que se escuta. Acho que esse é o meu maior obstáculo. Escutar, a todo momento, que é perceptível que meu idioma materno não é o espanhol se converteu em uma espécie de outra sentença, pessimista: não posso entender muito bem o que você está comunicando. Eu traduzo seu idioma para minha cabeça, e traduzo meus sentimentos para o seu idioma. Eu me traduzo. *Pero...* além da tradução, todo o problema da escuta. Das estruturas. Das relações. Como não pensar, quando me insiro como estrangeira, quando desconheço todos os códigos, me adapto, me sinto rechaçada, me sinto integrada, me sinto compreendida. Às vezes me avança uma ansiedade tremenda, *mientras hablo*, como se a próxima palavra que eu precisasse acionar fosse uma palavra desconhecida. Às vezes me escuto errar o tempo verbal e como uma pequena avalanche vão se emendando outros erros, pequenos, mas teimosos. (...) Como é então para as pessoas que, em outros contextos migratórios, racializadas pelos mais de 500 anos de colonização, pelo racismo e eurocentrismo que marcam essa nossa era capitalista, pela colonialidade do poder. Como então é, para as pessoas que ademais de estrangeiras, carregam nos corpos as outras marcas dos discursos racistas de Estado?” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p.3-4).

Foi inevitável repetir perguntas que já ecoavam, sobre o porquê de haver, no ordenamento das coisas do mundo, migrantes e estrangeiros desejáveis e não-desejáveis. Por que

há pessoas migrantes que sequer recebem direito ao nome – desumanizadas por categorias de poder colonial: imigrantes, irregulares, indocumentados, refugiados? São elementos raciais, estruturais e simbólicos que nos fazem perceber a vida e a realidade. São classificações, jurídicas ou políticas que ciclicamente vem dividindo a humanidade.

“08.02.2021: Parecia que só de imaginar a escrita alguma coisa crescia rapidamente no coração e no corpo. Corpo pesado. Eu estava muito aflita. A primeira coisa que pensei foi se era possível que todas as despedidas, em bons ou maus contextos, sempre causariam algum tipo de dor e de medo. Na verdade, foi e é preciso depurar muito o que é esse sentimento, mas definitivamente o medo, desses mais brutais e que te avassalam – esse medo, que aperta o peito, será que ele sempre estaria presente? Junto disso, também pensei nas pessoas que, diferente de mim, estão se despedindo de um lugar, de alguém, de alguma coisa não porque querem, do tipo que podem fazer essa escolha a partir de todos os elementos materiais que possibilitem que exista escolha. Pensei em todo meu sofrimento por me despedir de vários afetos e, ainda assim, carregar em mim a vontade genuína de, ao despedir-me, também permitir-me chegar. (...) Ainda assim, pensei muito nessa outra coragem, a que eu não precisei ter. Essa coragem de chegar não se sabe muito bem onde, nem de que jeito, nem com que formas e instrumentos. E, por outro lado, o medo da saída, uma saída as vezes violenta, as vezes repentina, custosa, dolorosa. Ao me despedir desse outro lugar e dessas pessoas percebo o que é território. Deixar-se ir, subir num avião, essa invenção da aceleração do espaçotempo da modernidade em que vivemos, foi o que me fez pensar nessa hipótese. Ainda quase ontem eu estava lá, em outro lugar, em outro contexto. Hoje eu estou aqui, a 7.776 km de distância de onde eu estava até ontem. Ontem eu dormi lá, hoje aqui. É uma sensação muito estranha essa de sair e voltar, ter o afeto aqui e lá, porque sinto que no fundo no fundo existe alguma coisa constante nisso, nesse deslocamento espaçotempo, nesses outros dois territórios, lugares. Ainda que em contradições, paradoxos, existe uma constância que nos permite, ao migrar, buscar os lugares de desejo e satisfação da existência dessa constância que somos nós. Isso significa dizer que além desses territórios que são lugares, terra, água, floresta, casa, chão, banheiro, grama, céu, cama; que são também comida, jeito de preparar, modos de ver o mundo, jeito de organizar as coisas; há ainda outro “território” nessa conta que, de todo modo, é peculiar: corpo-território” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 7).

Marchese (2019) localiza a origem de “corpo-território” em uma entrevista feita pela feminista indígena comunitária e guatemalteca, Lorena Cabnal com Francesca Gargallo, escritora mexicana. Cabnal (2012 *apud*. Marchese, 2019) no contexto do feminismo comunitario *maya xinca*:

“(...) ‘territorio cuerpo’, que implica el primer territorio cuerpo de las mujeres indígenas en una acción de recuperación y defensa, ese territorio expropiado por los patriarcados y pactados doblemente para sostenerlos, un territorio con memoria corporal y memoria histórica, por lo tanto el primer lugar de enunciación, el lugar para ser sanado, emancipado, liberado, el lugar para recuperar y reivindicar la alegría (...)” (Gargallo, 2012: 165 apud Marchese, 2019, p. 29 e 30).

Marchese (2019) amplia a noção de corpo através da revisão de outras autoras feministas: “el cuerpo no solamente ocupa un espacio, el cuerpo es espacio” (Marchese, 2019, p. 24). Dessa forma, é também um mapa e, portanto, memória e sedimentação histórica, junção das experiências vividas e sentidas. Os corpos, é preciso recordar, são “concretos, tridimensionales, sesgados por categorías identitarias” (Marchese, 2019, p. 26) e podem chegar a, desde um ponto de vista da biopolítica, ser “superficie” onde se inscrevem mensagens (Marchese, 2019).

Existimos materialmente, sentimos, pensamos, desejamos, falamos, articulamos, temos emoções, sensações e necessidades, colocando-nos em diferentes territórios através do nosso corpo: esse sim, nosso território. Do corpo, nasce a socialização e ocupação do espaço, significando-o em diferentes maneiras, da adaptação à transgressão. Recordo de um homem jovem, migrante venezuelano, que compartilharia sua história de migração comigo em uma entrevista. Ele chegou ao albergue em um ônibus do ACNUR junto a outros homens, todos venezuelanos, com processos de refúgio solicitados no México depois de ficarem detidos na Estação Migratória de Tapachula, a *Siglo XXI*.

“Um dia, não me lembro muito qual foi o contexto, se aproximou de mim. Creio que me escutou falando alguma coisa em português com D., a criança brasileira-haitiana. Então me comentou que durante seu tempo na estação migratória também passou por lá um brasileiro, que mal falava o espanhol. Assim, uma das coisas que eles começaram a fazer

em um pequeno grupo foi aprender como se falavam algumas coisas, palavras e frases. Me disse então para eu esperar um pouco que me mostraria uma coisa. Logo voltou com uma folha sulfite muito desgastada e dobrada. Foi desdobrando, sentou-se ao meu lado e me mostrou várias palavras escritas em diferentes idiomas, em espanhol, português, inglês e créole. Me contou que esse era o único papel que tinha, ademais de um pequeno lápis grafite que usou até terminar, sem ter conseguido outro. Assim, me narrou como eram algumas conversas dentro da estação, formas de tentar se distrair. As “aulas” de idiomas eram centradas em coisas específicas e, principalmente, nas pronúncias das palavras, já que quase ninguém tinha como escrevê-las. Me disse que isso ajudava a passar o tempo, a apoiar-se entre as pessoas que estavam ali (...)” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 30-31).

Em seu livro sobre a fronteira sul mexicana, Soledad Álvarez Velasco (2016) teoriza uma, desde sua investigação de campo, antropologia da violência. Na construção de referencial teórico à medida em que ia pesquisando, desenvolveu reflexões sobre a antropologia das marcas físicas, dos sinais orgânicos e das violações dos direitos de tantas pessoas no mundo, possível evidenciar a partir dos estudos migratórios.

Aquilo que relata, também pude constatar em minha ida ao sul mexicano, uma violência que permanece presente e palpável nas histórias e sentimentos que as pessoas carregam e foram vividas – e são repetidas nos processos migratórios por diferentes agentes – nesses corpos migrando. Via especialmente nos pés dos homens, mulheres, adultos e crianças que andavam nas ruas, desciam escadas, formavam filas ou descansavam, e que caminharam largos caminhos entre diferentes paisagens, cujas histórias continham um misto de orgulho, medo, cansaço e todos os países que percorreram.

Entendi ao observar profundamente, sobretudo as mulheres grávidas, mães, jovens, idosas, carregando crianças, a resistência, que se forjava numa espécie de batalha diária que é garantir a vida a si mesma e a outras pessoas que dependem de você. No fim, o que havia bastado para chegar até aquela cidade era o próprio corpo e a vontade de viver através dele.

Conheci migrações ligeiras, silenciosas. De tão vulneráveis, eram também urgentes, constantemente aceitando deixar todas as coisas para trás.

Algumas vezes vi isso acontecer no albergue, quando alguma pessoa desaparecia, e não retornava ou dava sinais de vida nunca mais, deixando para trás mochilas inteiras com roupas, objetos e coisas pessoais, misteriosas, movidas por algum ímpeto de desespero, urgência ou oportunidade, dispostas a entregar-se à hora de ir, de forma apressada mas sem chamar atenção, sem carregar peso. Havia também a glória da migração difícil, experimentada no corpo, e que parecia ressoar mais forte entre crianças e homens, principalmente entre quem havia cruzado Darién. Essas conversas eram a forma com que muitos construía o discurso de orgulho e superação diante da dificuldade que enfrentaram.

“20/09/2021: Estávamos numa das mesas externas, eu, um homem haitiano e um jovem angolano que havia saído de São Paulo, no Brasil, com os pais e os 4 irmãos, cruzado Darién (...) Junto, havia D. e outras crianças, uma menina venezuelana que também cruzou Darién com sua família. Estávamos falando sobre nossa chegada ao país, de onde havíamos vindo. (...) Falei que também era imigrante, como eles. A menina venezuelana me perguntou: como você chegou no México? Respondi que de avião. Mas de avião até onde, desde onde? Falei: do Brasil pro México. Então algumas crianças começaram a dizer, como quem se vangloria, “então você não passou pelo que eu passei, vir de avião é fácil!” D. completou, orgulho de si mesmo: “quero ver cruzar Darién como eu cruzei, não é fácil”. Concordo com ele. A menina venezuelana também se vangloria, e conta por quantos países passou. Outras crianças começam a contar suas rotas: eu saí de Honduras, e eu da Guatemala. Vira e Mexe Darién volta a aparecer como uma espécie de troféu para quem viajou por ali, ao mesmo tempo em que junto vem um certo silêncio, um momento de reflexão. Toda vez que a gente fala de ter viajado por Darién com as crianças, acontece isso. (...) D. uma vez me disse: “sabia que eu vi gente morta em Darién?” As histórias são sempre muito trágicas, e são narradas a públicos atentos, cheios de dúvida como eu. Alguém me pergunta por que eu vim para o México. Eu respondo para estudar, (...) eu pergunto: “e vocês, por que vieram pro México?” Ouço diferentes histórias, diferentes da minha.” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 40-41).

Não há outro adjetivo como violento para caracterizar, de forma sintética, a materialização das políticas migratórias que respondem às “crises migratórias” e incidem sobre certas pessoas migrantes. É exatamente o corpo que experimentará as consequências políticas,

jurídicas, ideológicas de leis e ordens distantes. Nesse sentido, a crítica à violência nas migrações passa pelo corpo e pela pessoa migrante (Marchese, 2019).

A violência é componente da crise migratória como também parte da resposta dada a essa “crise”. Ela é “brutal eliminação” (Marchese, 2019), no cotidiano da vida ela “assume códigos, orienta condutas, impõe símbolos e significados segundo os quais se vive” (Marchese, 2019, p. 11) e, por fim, a violência também educa. Está presente na histórica de formação dos territórios e da humanidade, vinculando-se vitalmente a ela através da produção de imagens e narrativas sobre os eventos, a terra, as pessoas, que procura justificar o mundo e determinar quem são os de fora.

Dessa forma, buscando contrapor as narrativas hegemônicas, onde a violência está naturalizada e os violentados aparecem subalternizados, a perspectiva feminista propõe olhar, desde uma genealogia crítica, a violência como um “dispositivo”, espaço específico de criação do corpo, individual-comunitário, como território de conquista dentro de um sistema que é capitalista, colonialista, racista e patriarcal (Marchese, 2019). Metodologicamente, isso implica encontrar as unidades de análise no micro, no cotidiano em que se materializam as ideias, políticas e práticas de vida social e, assim, também para o corpo, enquanto pessoa, ser social.

A experiência migratória e as situações de vulnerabilidades e violências vividas pelas pessoas migrantes faz com que elas se vejam “transformadas, plasmadas e condicionadas pela experiência vivida” (Marchese, 2019, p. 13) em seus próprios corpos – e mentes. O corpo adquire materialidade, está presente vividamente no cotidiano e toma consciência de si mesmo e de sua localização, no tempo e espaço.

Ele é e se torna parte constitutiva do próprio Estado e território nacional na forma de população; é objeto central das políticas migratórias restritivas, de controle e de tutela; conforma-se cotidianamente como forma de resistência e de viver a vida; é também “escala de análise” (Marchese, 2019, p. 16) desde a perspectiva feminista e seu aporte aos estudos migratórios nas ciências sociais e, por fim, emerge como potencialidade de transformação do ordenamento jurídico que fundamenta as leis e políticas que regem as pessoas.

Território: Espaço Dúbio da Espera.

Os territórios podem ser também o espaço onde a captura do tempo ganha forma, na imposição de um novo – e não necessariamente desejado – modo de vida às pessoas migrantes vulneráveis, um lugar onde elas viverão baixo controle executado verticalmente de diferentes formas. Através da experiência da migração é possível compreender a dimensão do território que se converte em espaço de captura: do tempo e materialidade de vida.

Essa dimensão do território também vem informada por critérios raciais, de classe, e de nacionalidade. O território, enquanto espaço de vida e espera, se torna o “dúbio do agora” mas não para todas as pessoas migrantes, somente as irregulares, indocumentadas e sujeitos das chamadas crises migratórias. A palavra dúbio, adjetivo originário do latim – significa algo duvidoso, incerto ou ambíguo³, e descreve bem a condição palpável de restrição em que vivem as pessoas migrantes em ambas as regiões de fronteiras abordadas aqui.

Nesse sentido, se estabelece diálogo com algumas importantes reflexões que emergem do mesmo campo, desde outras especificidades. Como no caso dos “efeitos dos mecanismos de

³ Definição de acordo com o Priberam dicionário da língua portuguesa, disponível em: <https://dicionario.priberam.org/d%C3%BAbio>

espera prolongada postos em prática nas fronteiras mexicanas sobre o trânsito de pessoas migrantes africanas” (Miranda, 2023, p.3). Ainda no mesmo campo, Miranda, Gundelach e Rodríguez (2023) refletiram sobre as diferentes formas de controle migratórios e a combinação de quatro principais aspectos: contenção, militarização, regulação e ordenamento na produção da espera (burocrática) e como aspectos identitários e de diferença a influenciam.

As práticas legais e burocráticas sobretudo, combinadas com outros elementos, gera uma espécie de “provisoriedade permanente” ou uma condição de existência e espera especialmente entre solicitantes de refúgio e pessoas refugiadas, refletindo que nessas condições de “limbo”, outros direitos humanos básicos como “trabalhar” e “mover-se” acabam sendo suspensos ou violados, as vezes durante anos (Hyndman e Giles, 2011, p. 361).

Nesse modelo de contenção e controle generalizado na geopolítica dominante, as pessoas migrantes vulnerabilizadas, sobretudo solicitantes de refúgio e refugiadas que permanecem contidas, esperando em campos ou cidades como Tapachula e Boa Vista baixo um status temporário, passam a não ser vistas como grandes ameaças, como eram vistas enquanto se movimentavam pelos territórios (Hyndman e Giles, 2011).

Em situações de espera prolongada, pessoas “refugiadas em campos de longo termo” ou em outras situações semelhantes são feminizadas, isto é, de acordo com aspectos que marcam de maneira determinante sua existência, como sua nacionalidade, o território onde estão ou a falta de um status legal, possuem seu protagonismo político e social diminuído ou cerceado, colocadas de lado no jogo político oficial (Hyndman e Giles, 2011, p. 363; Colon, 2011, p. 355).

A espera é, nesse contexto, produzida de forma ativa – consciente, corporificada, experimentada, politizada e resiste-se também a ela, em uma série de espaços que se criam na

migração e pelas pessoas migrantes. Ela é ainda, como muitos estudos migratórios também apontam, uma característica crucial da (i)mobilidade das pessoas migrantes que é produzida contextualmente (Colon, 2011).

Há duas dimensões da espera em contextos migratórios: ao mesmo tempo em que existe uma série de violações e violências que a caracterizam para a experiência de vida migrante, estão também as relações e arranjos sociais que se formam, rompem ou aprofundam nela; as condições de saúde; o nascimento de bebês e crescimento de filhos; a aprendizagem do idioma local e tantos outros eventos, da vida cotidiana, que se conformam como estratégias para sobreviver e viver (Colon, 2011, p. 356), em meio a essa “ambiguidade espacial” caracterizada por certa “suspensão do tempo”. (Mountz, 2011, p.381).

Em um estudo de doutorado, Edilma de Jesús Desiderio (2018) propõe, olhando para a fronteira sul mexicana, uma construção epistêmica e metodológica que busca evidenciar “a dialética do espaço transitado e o tempo governado que controla e regula a mobilidade de milhares de migrantes em seu processo de cotidianidade na fronteira sul do México” (Desiderio, 2018, p. 18). Pensando uma “geografia da migração”, se atribui aos territórios o protagonismo de configurar-se como o espaço onde as migrações se desenvolvem cotidianamente e cuja materialidade se dará através também das “práticas que estão vinculadas com a produção de espaço e tempo nos processos migratórios” (Desiderio, 2018, p. 18).

A forma de se estar – e ser – no território, isto é, regular ou irregularizado⁴ (administrativamente), torna a passagem e trânsito pelas fronteiras internacionais e internas

⁴ U uso da palavra irregularizado no lugar do convencional “irregular” responde à importância de se demonstrar que essa condição jurídica não é inata às pessoas migrantes, mas produzidas de acordo com determinações jurídico-políticas que impactam nos deslocamentos mas escapam às suas dinâmicas. A irregularidade é, defende-se, produzida contextual e politicamente.

simbolicamente diferente, a depender desses elementos que se somam às identidades. Nessa condição de estar, se produzem diversos aspectos migratórios – fluxos, eventos, *stocks* – e formas de estigmatização das pessoas migrantes, sobretudo as de passagem (*de paso*) com aspectos relativos à origem nacional, regional, étnica, racial etc. (Desiderio, 2018, p. 18).

Ao mesmo tempo, como Miranda (2023), que também conduziu sua pesquisa em Tapachula, aqui se busca dialogar com a produção acadêmica que olha particularmente para os detalhes e para a “(...) dimensión temporal, en particular a la apropiación y manipulación del tiempo de las vidas y proyectos migrantes, expresadas concretamente en la espera” (Miranda, 2023, p.4).

Seja em Tapachula, em Boa Vista ou outras cidades e regiões onde há crises migratórias e respostas humanitárias, é comum que trabalhadores e trabalhadoras de agências internacionais sejam também estrangeiros, mas sua vivência no território, ainda que em contato corpo a corpo com a angústia, raiva e tristeza de muitas pessoas migrantes esperando, está longe de ser um limbo ou atravessada pela dubiedade e violências da crise.

Sobre o tempo de permanência das pessoas migrantes dentro dos abrigos em Boa Vista ou Pacaraima, perguntei à trabalhadora humanitária que atuava em abrigos, Giovana, por quanto tempo em média as pessoas costumavam ficar vivendo dentro daqueles espaços.

Giovana: Tem dois tipos de perfis. Tem as pessoas que querem ir, de interiorização, porque já tem alguém esperando elas e tal. E tem pessoas que querem ficar em Boa Vista. (...) A primeira menina dos olhos de ouro assim, da Operação, foi a interiorização, assim, depois de “tá, beleza, a gente organizou tudo, como é que vai ser feito?” Acho que era a interiorização. E aí, manda, manda, manda. Só que aí começou ficar as pessoas que querem ficar em Boa Vista, não querem ir embora, querem fazer a integração local. Então começou o ACNUR e os parceiros jesuítas, enfim, começaram a pensar políticas para pessoas que querem se inserir em Boa Vista, que querem ficar em Boa Vista. Pessoas que querem ir embora, depende de todo um processo, né? Mas elas ficam no máximo, no máximo seis meses.... Somando desde a chegada de Pacaraima até

entrar no avião, de 6 a 7 meses, se não estiver, por exemplo, grávida ou houver algum problema de saúde ou sei lá, teve um ataque cardíaco, vai ter que fazer operação e aí vai ter que esperar o tempo tal... E aí realmente essa pessoa fica mais tempo, mas das diretrizes do ACNUR o tempo de permanência das pessoas nos abrigos é de até seis meses. Claro, a gente não dá 7 meses a gente expulsa a pessoa, não é assim. O ACNUR ele dá pra gente esse guia, né? E aí existem alguns perfis, por exemplo, pessoas que ficam de 1 a 3 meses, são normalmente pessoas que já tem processo aberto, a pessoa que vai receber eles já está bem estabelecida e tal, e aí essa pessoa provavelmente vai mais rápido mesmo. Mas pessoas que não tem ninguém, nada no Brasil... Vai depender dos abrigos de parceiros que estão na ponta, né? E essa pessoa normalmente demora mais um pouquinho, porque ela vai depender da família que está lá sair para ela... Pra que, a vaga que libera lá seja o mesmo perfil dela daqui, por exemplo, não vou botar na mesma casa um casal cis hétero com três crianças e uma mãe solo com três crianças, não vai botar porque o perfil bate. Tem que ser uma casa com duas mães solas, com idades parecidas das crianças, não pode ter uma adolescente de 17 anos com outra mãe com três crianças de 2 e 3 anos, não pode, entendeu? Então eles tentam... É um quebra cabeça (...) Mas em geral, as pessoas costumam ficar oito, nove meses, pessoas que querem ir de interiorização, no máximo sete, oito meses, nove meses. Agora, quem quer se inserir localmente, é... Depois dessa criação dessas políticas, é mais ou menos o mesmo tempo, mas antes as pessoas ficavam [faz estalos com os dedos num gesto de contar o tempo, repetindo-o algumas vezes] no abrigo. Eu tinha um caso de uma beneficiária porque, por N situações, ela já estava dois anos no abrigo (...) E até onde eu sei, ninguém que se inseriu localmente voltou pro abrigo, por exemplo, ou voltou pra Venezuela, continuam vivendo e tal. Alguns foram, depois de um tempo foi de viagem, porque sei lá, o primo conseguiu um emprego pra ele em tal lugar e achou que ia ser melhor e foi. Mas em geral as pessoas... As poucas que ficam em Boa Vista e passam por todo esse processo de integração de fato, de integração local elas se inserem bem, assim, sabe? (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).

As respostas construídas para gerir a migração entendida como crítica e certamente vulnerabilizada, seja no norte do Brasil, seja no sul mexicano, incluíram transformar aqueles territórios de fronteiras em uma materialização do “dúbio da espera”, em que as pessoas, pela sua condição de migrantes, se vem enredadas em procedimentos burocráticos, militares, de tutela e de contenção que as imobiliza e dificulta absolutamente suas vidas.

No caso do Brasil, essa espera possui uma estrutura mais organizada no território, com relação ao acolhimento da população migrante que chega. A estrutura de abrigo se converte numa das formas de materialização, tendo em vista as complexidades geopolíticas que

influenciam os fluxos, da incerteza que se torna rotineira numa situação de vida cotidiana que se vê contida ali em nome de uma migração “ordenada e regular”.

Raquel: é o provisório permanente, vai continuar assim. Porque não é que não tenham pessoas interessadas em mudar, até tem, mas e como isso beneficia cabeças, né, líderes? Vamos deixar assim. No emergente constante. Mas a resposta aqui já era para ter mudado para a fase de desenvolvimento há muito tempo. Os outros estados do Brasil, por exemplo, o Amazonas. A operação Acolhida já saiu do Amazonas, só está a agências da ONU para apoiar na resposta ao desenvolvimento junto aos governos, né? Então, assim, apoiá-los, em como pensar esse desenvolvimento. Isso já era para ter começado aqui também, porque já assim são sete anos de estruturas aqui e nunca foi pensado nada, não foi construído nada assim de sólido para o estado. Ou seja, se a Operação acaba amanhã, se todo mundo tem que sair daqui, as agências da ONU e Operação Acolhida, o estado ficou com que aprendizado? Parece que com nada. Porque toda vida quando a gente vai conversar sobre imigração, as pessoas não sabem, as pessoas não entendem ou não querem entender, apenas, ou não querem absorver que imigração ela faz parte do processo. Ela está constante em todo o globo terrestre. E até hoje ainda se tem o entendimento de que a migração é problema das agências da ONU. Ela não é um problema social, da sociedade, do governo. Não é. É problema das agências da ONU, da Operação Acolhida. Os migrantes eles são os outros, os deixados longe.(...) E a questão de os cargos políticos serem por comissionados isso também perde o sentido um pouco da coisa, porque as pessoas elas trocam a cada dois anos ou a cada um ano. E aquele trabalho dele de construção, com determinados equipamentos, ele também se perde porque, é conhecimento. Vai entra uma pessoa que nunca atuou, né, que não tem minimamente esse entendimento e acha que imigrante não é problema do território, assim também como indígenas e assim também como garimpo. (Raquel, trabalhadora humanitária brasileira, 01 de dezembro, 2023).

Em reflexão sobre a migração em Darién e os “campos de recepção” construídos pela resposta humanitária organizada na região, Álvarez Velasco e Cielo (2023, p. 348) falam do “tempo de espera” também como um “tempo para se reorganizar para a jornada adiante: carregar baterias de telefone, se conectar com familiares, esperar pelo envio de dinheiro”, enquanto os “corpos estão exaustos”. Nessa espécie de brecha que se abre – decorrente das condições e políticas migratórias – também se desenvolve no território a materialidade espacial da gestão da crise e das pessoas migrantes, influenciando diretamente em sua qualidade (e tempo) de vida.

Um exemplo de uma prática que compôs essa dubiedade da espera, que podemos chamar de burocracia absurda, foi uma operação realizada em Tapachula, entre COMAR e ACNUR, em setembro de 2021, que consistia em convocar pessoas migrantes que tinham agendamentos para iniciar processos de solicitação de refúgio, a se apresentar no estádio de futebol da cidade, onde foi armada uma estrutura com computadores, separador de filas metálicas, banheiros químicos e funcionários de ambas as instituições – ademais dos e das voluntárias de diversas organizações não governamentais e membros da Guarda Nacional.

Para cada dia da semana eram convocadas pessoas de determinados períodos de agendamento. No estádio, elas chegavam cedo e faziam filas, e os atendimentos iam até a metade do dia e serviam para confirmar a presença da pessoa, identificar se estava sozinha ou em grupo familiar e entregar-lhe uma nova data de agendamento para iniciar o processo de solicitação de refúgio, todas elas para mais adiante do que as datas antes possuídas. Quem não comparecesse ao estádio perdia o agendamento e caía na “indocumentação” e “irregularidade”.

“04.10.2021 – 08.10.2021: (...) participei da segunda semana, de segunda a sexta, junto com outras voluntárias. Estive atuando na entrada dos atendimentos, quer dizer, encaminhando as pessoas para os respectivos guichês. Antes disso elas passavam por outra triagem que verificava se realmente tinham citas para seguir na fila e passar aos guichês, onde atuavam funcionários da COMAR e do ACNUR. Ambas as agências/Instituições estavam atuando na organização dessa operação. Nenhum/nenhuma desses profissionais sabia falar francês ou créole, idiomas mais presentes entre as pessoas atendidas naquele contexto, ademais do espanhol e eventualmente do inglês e português. Havia, é preciso destacar, alguns imigrantes que trabalhavam na operação como tradutores/mediadores e ajudando na organização dos atendimentos. O lugar era quente, as filas em geral ficavam em lugares onde havia muito sol. Os guichês montados na estação onde fiquei contavam com toldos armados e computadores portáteis” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 31-32).

O número de atendentes – entre trabalhadores da COMAR e do ACNUR – era baixo, e o atendimento lento e constituído por etapas, demandando a disponibilidade de um dia todo. Entre voluntários e voluntárias, especulávamos sobre a razão de ser daquela operação para nós

impensável, e a única resposta a que chegávamos era atrasar mais o início dos procedimentos de solicitação de refúgio daquelas pessoas, deixando-as literalmente sem papéis – ao menos os oficiais do Estado.

Não apenas em Tapachula, mas também em Boa Vista, é perceptível a construção de uma agenda latino-americana de produção de espaços de espera e controle de populações migrantes em deslocamento, onde se desenvolve um “mecanismo de contenção estatal” (Miranda, 2023, p. 4), em um processo de “interações ativas e constantes entre populações migrantes (individual e coletivamente), o Estado e outros atores da sociedade civil organizada”, que se convertem em “mecanismos de espera” (Miranda, 2023) sobretudo para as pessoas migrantes empobrecidas, negras e indígenas.

Quando se observa a dinâmica de vida das pessoas migrantes nesses contextos, é perceptível que a espera é imposta na forma de documentos migratórios, trâmites burocráticos e operações emergenciais, que em linhas gerais “creditam regularização da situação migratória” mediante uma inclusão no sistema estatal. Essa espera possui dimensões imateriais que se “plasmam” na materialidade da vida, traduzidos em tempos longos, incertos e desafios à integração e reprodução da vida na sociedade de trânsito ou destino. Se combina a “aplicação de mecanismos temporais ou a imposição de certas temporalidades administrativas, burocráticas e jurídicas para desacelerar e dissuadir o trânsito migratório” (Miranda et. al., 2023, p.145).

Em Tapachula era sabido que, enquanto não tivessem uma solicitação de refúgio iniciada – e o protocolo para comprová-la, as pessoas migrantes não podiam sair da cidade. Ainda assim, em campo muitos relatos de pessoas migrantes informavam que mesmo com o protocolo era comum que em operativos de fiscalização de rodovias do INM e da GN, muitas pessoas

migrantes eram impedidas de sair do estado de Chiapas. São práticas que combinam medidas burocráticas e coercitivas com a finalidade de prolongar o tempo de espera em um determinado território da migração das pessoas, empurrando-as a situações de vulnerabilidade.

“09.09.2021: [No albergue] Também conversei com algumas pessoas sobre seus processos migratórios, como a mãe da família de angolanos (...) A mulher estava preocupada porque no albergue lhe disseram que ela só poderia ficar um mês e depois ela não sabe o que fazer. Outro rapaz me relatou que está em apelação porque a COMAR recusou sua solicitação de refúgio. As pessoas então parecem estar com suas vidas suspensas, aguardando decisões que lhes escapam, horários e agendamentos impossíveis, tramites burocráticos sobre os quais não tem qualquer controle. O espaço também reflete um pouco isso...

10.09.2021: Hoje conversei com uma mulher quando ela me pediu para abrir-lhe a porta do quarto para pegar um par de chinelos, pois tinha acabado de voltar de Ciudad Hidalgo, do INM de lá. Ela me contou que viveu um tempo na cidade e por isso estava com agendamento no INM daquele lugar e não de Tapachula, mas que perdeu seu agendamento (não entendi muito por que) e que no INM foi informada de que não havia mais agendamentos para esse ano. Essa mulher tem dois filhos pequenos. Fiquei pensando no absurdo que é essa história de não ter mais horários para agendamento esse ano”. (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 14).

Transitando entre o centro da cidade de Tapachula e sua agitada vida social, e o albergue, em sua melancolia da espera e lugar de certa fissura temporal, pois as coisas pareciam ocorrer em outro tempo alheio ao mundo lá fora, comecei a sentir também o impacto que toda a incerteza e instabilidade dessas condições migratórias gerava ao contexto, e que mesmo não vividas por mim diretamente, era assunto constante de conversas, observações, perguntas, desabafos e confissões.

“12.09.2021: Saindo de lá hoje [do albergue], com meu mochilão nas costas, várias crianças correram até mim perguntando aonde eu ia ou se eu ia embora, de vez, do albergue. Eu disse que estava saindo, mas não ia embora, e que voltava na terça. Alguns disseram que na terça já não estariam, pois iam embora. Não sei dizer se é verdade ou não, porque me deparei com um sentimento esquisito: eu quero que eles não estejam mais, mas por um bom motivo, isto é, porque tiverem sinal verde em seus processos migratórios. Ao mesmo tempo, quero que alguns estejam lá na terça quando eu voltar, pois eu ainda quero vê-los. Fico pensando se para eles o vínculo e o afeto funciona da mesma forma que para mim, pois sabemos todos que nossas condições de estadia naquele lugar são totalmente diferentes. Eu não saberia nem por onde começar. (...) Essas pessoas

enfrentam uma série de barreiras que o próprio Estado impõe para elas, através de leis – do dito e o não dito e suas brechas – através de repressão e de controle, físico, emocional, policial. É a eterna espada sobre sua cabeça. A desculpa do “é culpa do sistema” e os intensos e complexos processos burocráticos (...) E, enquanto se lhes nega essa possibilidade de enraizamento, as pessoas vão se apropriando do território da espera, literalmente (...) o México como território de obstáculos a serem superados, que vão deixando diversas pessoas para trás, atuando como uma peneira, um filtro da migração que chegará nos EUA – e não só filtro, mas molde: a pessoa imigrante desesperada. Cansada. Esgotada. Traumatizada. Inferiorizada. Com raiva. E ainda assim, esperançosa com relação a vida possível. Enquanto esperam, as pessoas se apropriam do território de espera. E criam meios e formas de viver e sobreviver a própria vida, porque afinal de contas ela é uma só – a que já está sendo” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 17).

Essa situação de espera não é apenas no sentido de impor condições de vida às pessoas, mas gerar situações de insegurança jurídica e política, em que direitos humanos básicos podem ser constantemente violados em nome de uma “não legitimidade” daquela presença ali, ao menos “ainda”, enquanto se julga o caso. Esse aspecto também era algo que foi possível observar sobre a qualidade de vida, mental e física, das pessoas migrantes que esperam.

“16.09.2021: Aqui se fala muito de um “permisso” para viajar ou ainda de um tal “amparo federal”. (...) O que acontece é que as pessoas que entram “indocumentadas” ou “irregulares” muitas vezes não querem ficar aqui, nem em Tapachula nem no Mexico, e querem simplesmente seguir viagem pelo território mexicano até chegar nos EUA. E como entram dessa forma, sem a aprovação do Estado nacional através da sua burocracia, chegam nessa incógnita de como fazer, como seguir viagem. E isso gera angústia, tristeza. Ansiedade. (...) Acho que comecei a entender um pouco do autocuidado e do estresse emocional (...) Não é um cansaço tanto físico, de trabalhar demais. É mais que tudo algo psicológico, porque também fica a sensação de que não se pode fazer muito, de que se quer fazer muito” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 20).

Em territórios fronteiriços onde ocorre migração internacional “em crise,” parece se confirmar que “Efectivamente, mantener a las personas solicitantes en incertidumbre es parte de la estrategia de control y disciplinamiento”. (Miranda et. al., 2023, p.162). Há estudos, sobretudo produzidos desde o Norte Global, que buscaram incorporar o tempo e as temporalidades como categorias de análises não somente relacionadas ao espaço/espacialidades, mas também como mecanismo, técnica de regulação de vida e de relações sociais (Miranda, 2023).

Entre os diferentes mecanismos cotidianos da espera imposta, estão os trâmites burocráticos que demandam disposição e disponibilidade das pessoas migrantes: espera para iniciar o trâmite, espera para obter a constância de solicitação e espera para ser convocado para a entrevista “de termo fundado”. No caso mexicano, uma vez que a pessoa solicita refúgio, segundo a lei do país sobre a matéria, “não permite mobilidades a outras entidades do país”:

“(…) la espera forzada en los espacios fronterizos de México explicita el mayor alcance y dimensión de las prácticas de contención. Es decir, la contención alcanza a migrantes transcontinentales, y el control migratorio explaya desde la dimensión espacial a la espaciotemporal, generando ‘ciudades-cárcel’ y espacios de confinamiento a cielo abierto donde También se instalan migrantes provenientes de otros ‘sures’, como los caribeños, sudamericanos y centroamericanos” (Miranda, 2023, p. 22).

O território de uma espera forçada, resultado da política de contenção, pode se tornar um novo lar para quem espera – e essas pessoas, lidas como migrantes, passam a ser entendidas bastante a partir da chave da nacionalidade – o que ainda marca a condição de existência de “não ser dali”. Assim comentou Leo, quando o entrevistei em 2022, sobre a presença e desafios da migração haitiana no sul mexicano entre 2020 e 2021.

Leo: Las compañeras que hacen visitas a las cuarterías, porque las visitas a las cuarterías era justo para eso, para conocer las nacionalidades que se encontraban acá, dicen que ya no hay tanta presencia de la comunidad haitiana y justo porque muchos de los haitianos comenzaron a distribuirse en diferentes partes del estado de Chiapas, entonces ahora muchos ya se asentaron en otras ciudades y como digamos, la principal actividad que realizan en su país es el comercio, pues digamos que se acoplaron muy bien, ya sabes que aquí en Chiapas pues hay mucho comercio, mucha venta de fruta y es algo que a ellos pues les ayudó como a integrarse muy bien acá, pero, este, lo que hacen definitivamente es en cuanto llegan pues, como la comunidad haitiana es muy grande, entre ellos mismos comienzan a ayudar como para moverse, bueno, aquí este compañero está viviendo acá y tiene este negocio y listo. Entonces, tú ves Tapachula, ves a mucho haitiano, pero que ya decidió quedarse acá, que ya decidió quedarse acá y los que no,

pues se mueven de inmediato a otras zonas pues, digamos como de Chiapas, ¿no? Pero ya no hay una excesiva solicitud de refugio de ellos a comparación de cuando tú estuviste por acá. (Leo, advogado em direitos humanos em Tapachula, 21 de maio, 2022).

Nessa conversa, refletimos sobre as razões que levaram às pessoas a decidir ficar em Tapachula quando, de início, não era esse o projeto de migração.

Leo: La verdad, yo creo que aquí es un 50 50. Hay muchos haitianos que ya aprendieron a hablar el español, o sea, tienen una capacidad inmensa, Julia, o sea para aprender y una capacidad de adaptación impresionante. Y yo hablaba hace poco con un haitiano ahí en el albergue y me comentaba “es que yo ya no me quiero ir de Tapachula”, o sea a Tapachula le gusta porque le recuerda mucho a Haití, me dice él, que le recuerda a Haití, por ejemplo, como por lo que te digo, lo del comercio, lo del comercio y que también ya la comunidad haitiana digamos como que, al asentarse en Tapachula, pues generan estas redes de apoyo tan fuertes, ¿no? Y digamos, si yo me muevo a otra ciudad... Los estados en el norte, Julia, no están todavía preparados para recibir a tantos migrantes, y digamos que aquí en el sur se ha vuelto como algo, algo tan natural, o sea, que veamos ya diferentes nacionalidades que no se sienten inclusive discriminados. En los ingresos masivos que tuvimos del año pasado, claro que la población Tapachulteca señalaba a los haitianos como personas sucias, como personas que no respetaban y todo esto, pero realmente ahora igual ese pensamiento se ha venido modificando, porque ha generado también derrama económica en Tapachula y eso pues, digamos que a nivel económico y a nivel del gobierno, pues claro que le ha beneficiado, entonces los haitianos pues, si se quedan acá, pues con obvias razones se sienten mejor. Yo creo que ahí entra eso y el ir al norte, pues, digamos como que no se quieren enfrentar a esto, a esto nuevo, también a sentirse excluidos, como ya se sintieron aquí en Tapachula, que es el sur, pues imagínate allá, ¿no? (Leo, advogado em direitos humanos em Tapachula, 21 de maio, 2022).

Em nossa entrevista, recordei a Leo de um apelido dado à cidade de Tapachula pelas pessoas migrantes, sobretudo entre as conversas que tínhamos dentro do albergue: *Atrapachula* ou cidade cárcere, que se recordou desse título:

Leo: Porque literalmente, para salir de Tapachula era muy difícil, y eso no quiere decir que no siga siendo difícil, pero que ahora Migración ha implementado estas nuevas prácticas de emitir esas tarjetas para disminuir un poco el flujo migratorio que se quedó estancado aquí en Tapachula. (Leo, advogado em direitos humanos em Tapachula, 21 de maio, 2022).

Em Roraima, a dimensão da espera envolve a própria articulação da resposta humanitária na Operação Acolhida, e se materializa principalmente na vida que se vive nos abrigos. Assim,

nas entrevistas que realizei com trabalhadoras humanitárias, abordei a situação de espera gerada pela migração quando as pessoas são direcionadas aos abrigos, onde esperam conseguir empregos que pagam bem o suficiente para sustentar um aluguel ou, ainda, se candidatam aos processos de interiorização.

Nesse sentido, perguntei à Cela, sobre o tempo de permanência das pessoas migrantes nos abrigos. Cela era uma trabalhadora humanitária brasileira que atuava em uma ONG na gestão dos abrigos da Operação, formada em Ciências Sociais e que se mudou para Boa Vista à trabalho.

Cela: (...) tinha uma “regra” entre muitas aspas, que eu acho que o tempo máximo de permanência das pessoas era de seis meses dentro do abrigo, mas aí, com a pandemia, caiu por terra qualquer tentativa de fazer um regramento desse. Depende muito do perfil. Então, se você é um homem solteiro, você consegue se interiorizar muito rápido. Você vai arrumar uma vaga de emprego muito rápido, pode ser que você fique tipo um mês e meio num abrigo e já vai sair. Agora, se você é uma mãe solo com mais de um filho, você nunca vai sair do abrigo. E eu quase nunca [ênfatisa a palavra nunca] vejo esse perfil saindo do abrigo. Então, se você é um casal com dois filhos, seis meses, oito meses. Casal com cinco, seis filhos, um ano, um ano e meio para conseguir interiorizar. Então, quanto mais extenso for a família, mais difícil, então mais tempo. E alguns perfis que simplesmente nunca praticamente, não saem. Essas famílias um pouco maiores normalmente aplicam para o processo de interiorização abrigo, abrigo. Só que o abrigo/abrigo é mais lento por quê? Porque ele precisa de vaga na ponta. (...) então eu diria que a permanência média é de, sei lá, chutaria uns oito, nove, dez meses dentro do abrigo não indígena e no indígena tem gente com quatro anos. Daí que assim as pessoas estão desde as ocupações espontâneas e nenhuma perspectiva de saída de abrigo, assim... (Cela, trabalhadora humanitária e cientista social brasileira, 14 de agosto, 2022).

Tanto na fala de Cela sobre a permanência nos abrigos quanto de outras entrevistadas como Bea e Giovana, a espera é uma realidade temporal – e existencial – influenciada por aspectos identitários, onde determinados marcadores sociais – ser mulher, ser mãe, ter filhos, ser indígena – e outros elementos de condição de existência – estar acometido por alguma doença – influenciarão decisivamente para que o tempo esperando dentro de um abrigo seja maior ou menor.

Em Tapachula esses marcadores sociais e identitários também influenciavam nas respostas institucionais que as pessoas recebiam, embora casos de proteção, como me foi informado, em que havia muitas mulheres e menores de idade, recebiam certa celeridade no sentido de sair da região em direção a outros estados do México. A decisão de tomar rotas alternativas de forma independente ou contratando pessoas como *coyotes* ou *polleros* era uma questão mais recorrente e presente na migração pelo México, e parecia estar intimamente ligada aos procedimentos burocráticos e tempos de espera e também era influenciada por esses mesmos marcadores sociais.

A Especificidade da Questão Indígena na Migração:

Quando entrevistei Gal, cujo tema de conversa girou bastante ao redor da migração indígena, já havia realizado o trabalho de campo no México, em Tapachula, onde a presença venezuelana se tornou central na crise migratória da região, porém sem que a questão indígena tenha se apresentado. Ao menos na experiência do campo e nas informações revisadas, a presença Warao, por exemplo, um grande tema da crise migratória e migração venezuelana no Brasil, pelo México não se efetivou. Mesmo entre imigrantes venezuelanos que conheci e com quem conversei depois de vir ao Brasil, alguns sequer sabiam da existência da identidade Warao no país que um dia compartilharam.

Perguntei à Gal seu palpite sobre isso, buscando compreender por que a saída da Venezuela dessa população específica não se projetava a lugares mais distantes, como parecia ser o movimento do “êxodo venezuelano” que se dirigia em grandes proporções aos Estados Unidos, e se ela entendia que havia uma certa vontade de voltar ou permanecer próximo ao território que

se deixou, coisa que não se manifestava muito entre os desejos da população venezuelana com quem conversei em Tapachula.

Gal: Acho que sim, acho que sim. Existe uma vontade de voltar, mas existe um medo também né, eles falavam muito isso, né? Às vezes a gente perguntava, eu perguntava assim: “Ah, e aí, quando é que a gente vai pra... Eu quero conhecer a comunidade de vocês e tal”. Aí, em algumas pessoas específicas, “quando é que eu vou... Eu quero passar minhas férias em Tucupita”, eu falava brincando, assim né. E eles falavam “Ah, vai ser bom, mas vai ser bom quando o Maduro sair”. Então, enquanto esse governo tiver, talvez seja uma questão que não os possibilite a pensar de voltar pra lá, né? Mas depois que algumas coisas mudarem, talvez alguns voltem, alguns poucos voltem, alguns fiquem nesse trânsito, entendeu? Mas eu acho difícil os Warao em si, saírem do Brasil, né? Eu acho que eles já estão no processo de adaptabilidade no Brasil, então eles já, já, já integram, mesmo que na marginalidade, é... Os Pemón é a mesma coisa, mas eles vão ficar muito como povos transfronteiriços, e o Estado tem que se adaptar a isso. Os E'ñepá é uma incógnita. Então os E'ñepá, os E'ñepá é um grande risco de extinção, digamos assim, porque são poucos E'ñepás e eles não estão sendo atendido pela sua especificidade, já poderiam ter sido apoiados a serem, essa palavra horrível integrados, mas apoiados e acolhidos por uma comunidade local, só que também não há um interesse da agência da ONU em fomentar essa discussão com as organizações indígenas aqui. Então... Acho que isso né. (Gal, advogada e trabalhadora humanitária, 20 de agosto, 2022).

As cartografias oficiais não dão conta nem levam em consideração a heterogeneidade de quem se move, ocupa e se relaciona de forma circular pelo território (Basualdo et. al., 2019, p. 49). Como antropóloga, Iza já havia trabalhado com populações indígenas locais da região de Roraima, e o primeiro abrigo que atuou como voluntária, ainda fora da Operação Acolhida, contava com ampla população indígena, sobretudo Warao, tendo se transformado em uma ocupação posteriormente. Com relação à cultura indígena Warao e sua migração ao estado, Iza apresentou um panorama:

Iza: Eles tem uma questão de se comunicar muito lá dentro com notícias do que está acontecendo aqui. Tudo o que acontece aqui, daqui um pouco vira notícia lá, né? E aí um vai passando para o outro que vai passando para o outro. (...) Então os indígenas Warao, eles já são é... conhecidos como serem seminômades, então eles já migravam dentro da própria Venezuela (...) A gente via muito em Santa Elena, por exemplo. Porque assim os indígenas que estão na fronteira do Brasil, ali na Gran Sabana, são os Pémons, que fica mais perto da fronteira e que eles vira e mexe faziam esse... Porque ali eles tem

até parentes na parte do Brasil, mais os Warao eles estão numa distância muito grande da fronteira (...) Eu sempre ia muito pra Venezuela, então a gente começou a ver que eles iam, começaram a vir mais e cada vez para mais perto da fronteira. Então Santa Elena, que é a cidade da divisa ali, a gente começou a ver bastante deles lá. Aí logo depois (...) Começamos a ver eles mais na parte do Brasil. Então assim, no começo foi muito interessante, porque eu conversei bastante com pessoas que trabalhavam com os Warao lá na Venezuela (...) A gente realizou um seminário em parceria com a Universidade Federal daqui, com uma antropóloga que ajudou a criar o Guia pedagógico Warao. E ela trabalha há muitos anos com várias, vários indígenas na Venezuela e trabalhou muito tempo com os Warao. Então ela veio aqui, participou do seminário (...) então ela passou muito desse conhecimento que ela tem já da cultura Warao, de estar ali presente com eles nas comunidades, de como funciona a questão da cultura deles, as crenças, né? Isso foi muito rico na época eu trabalhava com eles, né, porque ajudou a entender um pouco mais de como funciona pra poder, né, estar mais no meio deles e ajudando principalmente as crianças e adolescentes. Então, dentro da própria Venezuela, eles são uma cultura, sim, seminômade (...) O que acontece, lá na Venezuela não tem essa coisa de como aqui que a Funai⁵, o governo pega e cede, documenta assim a terra indígena e aquela terra fica protegida. Ninguém pode ir porque ela está protegida. Na Venezuela não tem isso, então as empresas, indústrias de madeira, de palmito, de pesca, eles iam fazendo indústria e coisas perto das áreas indígenas e até dentro, e isso ia dificultando a questão da própria cultura deles, assim. Tem alguns lugares que a água, por causa de algum tipo de indústrias ou pescaria, começou a ficar salobra, eles não conseguiam mais pescar por causa da represa que foi criada, então eles foram mudando. Como eles têm hábitos típicos de ser coletores, eles não são muito agricultores, eles são mais coletores e pescadores e artesãos, então eles... A área que eles ficam às vezes começa a ficar que nem algumas etnias aqui também, que é um pouco comum, começa a ficar desmatada, assim, você tem que dar um tempo daquela área para a coisa começar a crescer de novo, você passa pra outra, e isso fazia com que eles migrassem dentro da própria Venezuela, é... Para conseguir mais recursos, né, de alimentação e tudo mais. E por causa dessa política assistencialista do governo de lá, começaram a dar vários benefícios para eles. E com essa crise aumentando, tudo o que fica pior na cidade fica pior no campo, nas áreas que são mais de difícil acesso, as escolas já não estavam funcionando mais, o índice de doenças por conta de falta de vacinação... (...) Então assim, a coisa foi ficando assim meio colapsada no meio deles e aí começou tentar ir mais pro meio urbano. E aí, por conta dessa coisa das pessoas começarem a vir para o Brasil, eles também começaram a se mover. Aí foi mais notório, porque eles, talvez por conta da cultura e tudo mais, eles começaram aí meio que tipo, meio que sem plano de voo, né? Vai, vai, vai. E eles tem essa questão da cultura de mendicância, Então isso é mais impactante. (...) Com a questão da precariedade, falta de recurso e tudo mais dentro da Venezuela,

⁵ A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), foi fundada no Brasil como “órgão indigenista oficial do Estado brasileiro” por meio da Lei 5.371 de dezembro de 1967, período recente da última ditadura civil-militar existente no país, e seu nome original era Fundação Nacional do Índio, tendo como missão oficial “proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil”. Foi sendo atualizada, principalmente pela Constituição Federal Cidadã de 1988, e hoje já é sabido que o período de sua criação é marcado por extermínio e violência de Estado contra povos indígenas no Brasil.

começou a ser um pouco mais comum entre eles, então eles não veem isso como uma coisa ruim, eles veem como se fosse um trabalho. Então olha, eu tô indo trabalhar enquanto meu marido faz uma coisa, eu estou indo trabalhar, fazendo outra, que é pedindo na rua. É uma coisa que as organizações começaram a trabalhar bastante com eles, para tentar fazer eles entenderem que isso não é um trabalho, você coloca a criança, porque eles sempre vão com a criança, né? De colocar a criança em risco, exposição ao sol, chuva, doenças, o tráfico também, né, nas ruas, então, tem sido feito, diminuiu bastante, vira, vira e mexe volta um pouco. Mas é sempre batendo na tecla deles na questão da proteção da criança, né? Então isso ficou mais evidente pra gente que mora aqui em Boa Vista, quando eles começaram a chegar, porque era eles sempre, era aquele vestidinho, a coisinha de segurar criança que a gente via nos sinais, né? E aí começou a criar atrito assim com a população indígena do próprio estado. Porque a cultura dos indígenas aqui não tem isso, não tem essa coisa de você pedir coisas, né, eles têm uma postura diferente. Então eles estavam começando a ver que estava tendo um certo preconceito com relação a indígena por causa dessa generalização. Porque aqui em Boa Vista o preconceito sempre foi com o indígena, né, no passado foi contra nordestino, depois contra indígena e agora venezuelano (...) A gente foi notando essa migração mais forte quando começaram a vir os waraos pra cá (...) E eu acho que logicamente, pela questão da distância e a falta de oportunidades... (...) um indígena que trabalha com artesanato, com pescaria, com... Né, sendo coletor e tudo mais, é muito difícil você se colocar no mercado de trabalho, né? E aqui continua sendo difícil, mas aí eles vieram atrás de ajuda e tudo mais. Tanto que eles foram indo, não se contentaram em ficar aqui. Tem comunidades de eu já sei de 100 pessoas no total que está no Rio Grande do Sul. (Iza, educadora, antropóloga e trabalhadora humanitária, 13 de julho, 2022).

A etnia Warao, numericamente a mais presente na migração venezuelana na região, é originária do Delta do Orinoco e regiões adjacentes, na atual Venezuela, segundo o censo de 2011 publicado em 2013, eram um total de 41.543 pessoas que se reconheciam como Warao, habitando principalmente o estado de Delta Amacuro, até o noroeste da República da Guiana, bem como partes orientados dos estados de Monágas e Sucre” (García-Castro, 2020, p. 91).

A partir de meados do século XX, começam a ocorrer uma série de intervenções na região em nome da implantação da sociedade “moderna”, causando diversos problemas ambientais que afetaram comunidades waraos que era consideradas isoladas, obrigando-as a deslocar-se do seu territórios até centros populacionais próximos, não indígenas, criando o que

García-Castro (2020) caracterizará como uma “simbiose”, em nome de alta capacidade de adaptação dessas populações à situações diversas, vendendo trabalho em troca de alimentação.

Com uma situação de “deterioração política, econômica e social iniciada no final dos anos 1990 (...) muitas pessoas indígenas waraos fossem se espalhando por outras regiões da Venezuela até chegar, atualmente, em maior quantidade ao Brasil, praticando nas cidades grandes principalmente a “mendicância” (...)”. (García-Castro, 2020, p. 90). Em 2014 pode-se encontrar o momento inicial de intensificação do deslocamento de famílias inteiras de waraos ao Brasil, sobretudo nas fronteiras de Roraima e em Manaus, no estado do Amazonas (García-Castro, 2020, p. 95). Com certo nível de retorno às comunidades de origem com o “produto social de seu desempenho na cidade”, o número de pessoas que regressavam foi ultrapassado pelo de pessoas chegando e permanecendo no Brasil (García-Castro, 2020, p. 95).

Segundo estudos antropológicos, a organização de vida coletiva dos waraos se dá em grupos de até mais ou menos 70 pessoas, unidas entre si por laços de parentesco. Há um padrão, uma “unidade doméstica típica” warao, composta pelo casal de anciãos, onde o homem é o aidamo ou o arahi (sogro) e a mulher é a arani ou dabai (sogra). O casamento funciona como forma de o homem (marido) integrar-se à família de sua esposa (mulher).

Em geral, pela própria geografia do território de onde é originário – o delta de um rio, os waraos são um povo pescador, as vezes caçador e coletor, ademais dos trabalhos domésticos e de administração que realizam internos à sua própria comunidade. A divisão do trabalho está baseada no sexo, com flexibilização de papéis (García-Castro, 2020, p. 91).

Como Gal é uma trabalhadora humanitária vinculada profundamente à temática indígena, em nossa entrevista lhe perguntei sobre a visão que existia difundida nos discursos de agentes

variados da Operação de que a circulação de populações indígenas, sobretudo Warao, pelo território, decorria de uma suposta propensão ao “nomadismo” entre esse povo e sua visão de mundo e das fronteiras nacionais.

Gal: (...) acho que os primeiros momentos de leitura, visual, até sobre os Warao especificamente, era de que eles eram nômades e isso entrou muito forte nas primeiras falas do Estado, de dizer que eles eram nômades (...) pela característica, pela leitura também, mas também pela vivência, eu acredito que eles, de fato eles não sejam povos nômades. Tem uma questão que os Warao falam muito que eles querem viver bem. E viver bem para eles também é viver em família, (...) Poucos os casos que é primeiro a família que vai fazer esse movimento, (...) Aqui em Roraima existe comunidades taxadas, que estão aqui em Roraima e que dificilmente saem daqui e que têm famílias muito fortes aqui em Roraima. Já as famílias de Belém, elas são outras, assim, são muito diferentes. As famílias de Manaus também são super diferentes, e as famílias de Brasília são mais diferente ainda, porque eles foram pra Brasília, que nem perto tem rios assim, tem só o mais básico. E aí assim, mostra um pouco do perfil familiar deles, que é baseado comunitário. Então não dá para dizer que pode ser considerado povos nômades quando isso não é um interesse primário deles, só caminhar, só seguir, entendeu? Então eu acho que a diferença deles nesse sentido, é porque eles... Para eles circularem entre o país é ir na busca do Viver Bem e do Comer Bem, que é um ponto que eles falam muito, “onde comer bem”, está muito ligada a isso, às relações familiares, né? Comer em família é bom, comer sozinho não é bom. Então, se fosse nessa lógica nômade, a gente poderia dizer que estaria um processo mais, mais disperso. Mas eles estão em locais específicos. Eles já dominaram o país inteiro, quase assim, já estão em vários locais, eles estão deixando a política do sul às loucas, né, mas eles estão em vários locais, assim. Então, mas todos eles, se você for olhar, eles têm ligação familiares. Então, é, por mais que eles também sejam povos de [faz sinal de aspas] “um só povo”, mas eles têm diferenças sociais muito grandes, (...) então, esse ato de mobilidade deles também vem pela desapropriação do território que começou lá em 1940, 60. Desapropria-se o território, eu vou para a cidade. Me desapropriam da cidade, eu vou para uma cidade mais próxima, onde eu já sei que tem um parente que está lá, então, essa mobilidade, essa ideia de nomadismo, talvez venha por isso, (...) pode se pensar que se a gente tivesse um processo de fortalecimento daqui, né, dos territórios, que na Venezuela não é tão forte, o fortalecimento da luta pelos territórios, permanência nos territórios, esse processo de saída e mobilidade deles talvez teria sido menos perceptível e talvez mais concentrado.

Julia: (...) a gente está falando muito dos Warao, mas pelo que eu tive conhecimento, existem outras etnias também que vêm da Venezuela. Elas compartilham em geral essa (...) aspiração pelo bem viver e pelo território?

Gal: Acho que a mesma não, mas todos eles acho que aspiram por um Bem Viver coletivo. É, com a migração eu consegui trabalhar com os E'ñepá que tem outra lógica muito doida, porque ao invés de eles entrarem no Brasil, eles estão entrando na Guiana. Então eles... Muito louco, Venezuela, Brasil, Guiana. A gente tem conhecimento de poucos casos que sai de Roraima, alguns que vão pra Manaus. Então tem os Kariña,

Akawaio⁶ e E'ñepá, permanecem muito mais aqui. Esses foram povos que entraram, para abrigo, né, que foram abrigados porque eles também não tinham relações com outros povos aqui, mas tem os Pemón-Taurepang também, os Pemón-Karamakoto, vários outros, mas os Pemón de maneira geral, é, que são esses povos que já tinham [faz sinal de aspas com os dedos] “parentes”, digamos aqui. Então esses foram muito mais absorvidos, pelas comunidades locais, mas com diversas problemáticas, diversas problemáticas comunitárias e interétnicas, assim, até. Mas eles não compartilham a maior parte das mesmas trajetórias de migração (...). Quer dizer, quem mais compartilha com os Warao a mesma trajetória de migração, seja talvez os Akawaio e Kariña, os E'ñepá totalmente à parte, é outro povo, tem outras lógicas, mas partilham de algumas questões só de migração, e os Pemón não, os Pemón são à parte. (Gal, advogada e trabalhadora humanitária, 20 de agosto, 2022).

A constatação da existência de abrigos especificamente indígenas no seio da Operação e as conversas realizadas em campo muito rapidamente evidenciaram que havia especificidades da crise migratória no Brasil migração no contexto da migração venezuelana na região norte. Isso motivou a tentar entender melhor onde poderia residir o ponto sensível, o “calcanhar de Aquiles” de uma operação de gestão da migração onde uma das centralidades é o processo de interiorização da população migrante.

Iza: Então, os Warao, eles são muito... Eles são polarizados (...) Tem muitos que já estavam dentro de cidades. cidadezinhas pequenas na Venezuela, tiveram oportunidade de estudar. Alguns são professores, tem gente que é enfermeiro, né? Já tive contato com vários. Tem outros que viviam dentro das florestas, pescando, fazendo artesanatos e tudo mais. Então eles não são uma coisa só, apesar de serem os indígenas Warao, mesma cultura e tudo mais. (...) Aqui, por exemplo, teve uma parte da comunidade que uma organização da sociedade civil fez um projeto com eles e reuniu “olha, esses que querem fazer uma coisa, querem produzir e querem ser agricultores, vamos fazer um projeto e tentar”. Conseguiram uma pessoa, né, um empresário que doou uma terra aqui no Cantar, que é do outro lado da ponte, é uma cidade que não é Boa Vista, mas é só atravessar a ponte. E aí deram um local lá para eles poderem fazer e produzir as coisas, lá. Então foram algumas famílias, tem uma comunidade lá que está produzindo(...) coisas de agricultura e tudo mais e conseguiram. Só que não são todos que são agricultores, né? Que eles são assim, que a Funai não reconhece eles como indígena. E aí está num embate assim desde sempre (...) o Ministério Público, junto com a Funai e

⁶ Também conhecidos como Ingarikó e os Patamona, povo Kapon (em uma autodenominação), é um povo que habita originalmente territórios entre Guiana e Venezuela, numa região de Serra próxima ao Monte Roraima, nas fronteiras com o Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ingarik%C3%B3>. Acesso em: 13/06/2024.

tudo mais, para tentar essa articulação com os indígenas daqui, tentar um tipo de solução que fosse como lá na Venezuela, que tem alguns espaços que são reassentamentos, lugares para que eles construíssem, tipo uma vilazinha e tudo mais e se assentassem. Só que justamente eles não estão encaixado como indígena, eles estão como migrante, e é muito complicado você partir do poder público e entregar uma terra, né? Se nem pra brasileiros eles fazem isso, então ia dar uma... Pano pra manga, entendeu(...) não tem nada muito voltado para essa questão de conseguir uma terra”. (Iza, educadora, antropóloga e trabalhadora humanitária, 13 de julho, 2022).

Com relação à documentação de identidade, papéis relativos à burocracia de Estado, perguntei à Gal se os documentos de identidade das pessoas indígenas venezuelanas que migravam ao Brasil, indicavam algum tipo de reconhecimento de Estado – venezuelano – com relação à etnia, ademais da nacionalidade venezuelana tal qual.

Gal: Uhum, sim, a cédula que falam, popularmente, ela tem escrito qual é o povo. Isso é muito curioso (...) Que não existe processo de fraude tão grande assim como tem no Brasil. Quem está lá escrito, a maior parte deles são indígenas mesmo, são indígenas, tem um reconhecimento coletivo, né. Então, a cédula da Venezuela, a Venezuela também fez um processo desse reconhecimento, né, desses povos assim, documentalmente, coisa que o Brasil ainda não fez. (Gal, advogada e trabalhadora humanitária, 20 de agosto, 2022).

No final de 2017 o governo federal brasileiro realizou uma missão para conhecer a situação da fronteira com a Venezuela, junto a indígenas de diferentes etnias desde o Brasil, e os próprios waraos. Também participou a governadora do estado de Roraima na época, a prefeitura municipal, o Ministério da Casa Civil, o Ministério Público, a FUNAI, a ACNUR, além de missionários. Para dezembro de 2019 se calculava cerca de 4.500 pessoas indígenas waraos deslocados no Brasil (García-Castro, 2020, p. 97).

Para essa data, as autoridades públicas, agências humanitárias e grupos diversos já tinham conhecimento da presença indígena naquele intenso fluxo migratório que se consolidava na região e que essa questão era um ponto sensível para a construção de políticas públicas e de uma resposta à situação da migração “em crise”.

Naquele momento diferentes instituições, e sobretudo as igrejas se comprometeram a acolher a população indígena, e organizações como o ACNUR ou Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), com aporte financeiro da união europeia, desenvolveu um “plano de integração” dos indígenas waraos: uma oficina para artesãs indígenas que viviam em um albergue para “dotá-las de uma fonte de ingresso própria, elaborando e vendendo seu artesanato tradicional”. (García-Castro, 2020, p. 96).

Por outro lado, a política da Operação Acolhida como um todo e a “taxação” que ocorre da pessoa migrante venezuelana que cruza a fronteira, gera certo apagamento institucional da identidade indígena no contexto migratório, subordinando-a à identidade migrante, estrangeira e venezuelana, por exemplo expressa na passividade da FUNAI, como denunciou Iza em nossa entrevista, em não reconhecer aquele povo como indígena, o que poderia servir para formulação de políticas públicas específicas.

Gal atuou primeiro em Manaus com relação à migração de refúgio e com os iniciais fluxos de indígenas Warao ainda em 2016 no estado do Amazonas, tendo chegado em 2019 em Roraima, já buscando atuar com a temática dos direitos indígenas. Embora naquele momento em que passou a trabalhar nos abrigos, inicialmente seu trabalho não fazia distinção de etnicidade dentro da migração, e mesmo quando passou a atuar só com indígenas, reconhecia como algo problemático que as instituições não tivessem conhecimentos específicos sobre povos indígenas.

Gal: As primeiras migrações venezuelanas partiram dos... Por necessidade, né? De fato, partiram dos indígenas warao, porque eles que começaram a sofrer os impactos primeiros nos seus territórios e a cidade sempre foi, é... Ostensiva para eles, então eles passaram a sair no território brasileiro, mas sabendo de algumas experiências assim, que no Brasil era mais fácil para povos indígenas (Gal, advogada e trabalhadora humanitária, 20 de agosto, 2022).

Na conversa com a advogada e trabalhadora humanitária, perguntei-lhe como funcionava a compreensão desde o Estado brasileiro em sua gestão de pessoas, sobre a identidade indígena em um contexto migratório de reconhecida crise.

Gal: Ah, eu acho que há um apagamento desde o começo há um grande apagamento da visibilidade indígena, de reconhecer, antes de mais nada, como povos indígenas e depois com a nacionalidade venezuelana, né? Considerando que os povos indígenas não têm fronteiras. Eu acredito que nesse, agora, é porque existem várias etapas desse processo da migração. Eu acho que no começo uma invisibilidade extrema aconteceu, né... E aí já aconteceu diversos atropelamentos, mas uma invisibilidade, talvez até técnica, por quê a presença da ONU muito forte, muito colonizadora, hegemônica também, faz com que, fez com que esse olhar foram apenas para nacionalidade. Ah, são venezuelanos e tem alguns indígenas que ainda não eram muitos. Mas tinha alguns indígenas que não fazia a minoria ser levada como uma especificidade, né? Então era um pouco isso, né? (Gal, advogada e trabalhadora humanitária, 20 de agosto, 2022).

Em sua fala, Gal nomeia pontualmente um agente importante na configuração de gestão do fluxo migratório, caracterizando a ONU, extremamente presente no território norte brasileiro através de suas agências, como “colonizadora e hegemônica”. Isso aparecerá em outros momentos, e será discutido no próximo capítulo sobre o trabalho humanitário e suas contradições no âmbito migratório, mas para a questão indígena também é um elemento chave para compreender as limitações da atuação na gestão de crise e pessoas, no que diz respeito à mobilidade de diferentes povos por diferentes territórios.

Em seguida, perguntei-lhe sobre o papel específico do Estado brasileiro através de sua agência para povos indígenas, a FUNAI, buscando saber se essa instituição atuou ou atuava na migração na região.

Gal: Não, até hoje... Até hoje não tem. Tem uma ação que determinou que a Funai, uma ação pública, né, que determinou que a Funai tem... Ela fez um plano em 2018 para atendimento dos indígenas venezuelanos. Esse plano é muito, muito baixo, custoso. Ou seja, não era um plano com altos custos, e que cabia ao governo federal fazer a implementação, né, a partir da Funai. Só que nunca foi feito, o Ministério Público já determinou e eles estão recorrendo para justamente não ter que pagar isso e tudo mais, e até agora, mesmo tendo determinado, não foi aplicado por questões pessoais também,

né, de pessoal. (...) eu vi o plano da Funai e vi o plano orçamentário para a gestão de abrigos... É muito maior, é muito maior o custo de gerir um abrigo tanto de agência da ONU para implementador, como do Estado para o ministério. Então é... hace uma falta de vontade de fortalecer a Funai, para que a Funai consiga responder tecnicamente esse trabalho com os indígenas migrantes, né. Ou seja, um desinteresse do Estado de querer reconhecer eles pela Funai como indígenas em território brasileiro, e que são uma boa parte brasileiros, né? Então a gente pode falar, acho que não. Na última pesquisa que eu consegui fazer com os colegas que tem o registro das crianças nascidas no Brasil, é... Que era em média 500, em média 500 indígenas crianças brasileiras que nasceram já no Brasil. Ou seja, são indígenas Warao brasileiros. Então, há um desinteresse e ainda uma falta também de despertar do Estado, porque essas crianças já vão, já estão dentro da política indígena, brasileira, de educação, saúde e todas mais (Gal, advogada e trabalhadora humanitária, 20 de agosto, 2022).

A situação de não reconhecimento da identidade indígena, em se tratando de eventuais especificidades que isso pode gerar num contexto migratório, se complexifica quando a comunidade indígena “brasileira” também passa a ter conflitos e desconfiança em relação aos waraos (García-Castro, 2020, p. 96), alegando que os venezuelanos estavam tendo um “privilégio” na prestação de atenção básica em detrimento dos brasileiros, reclamação semelhante que a população brasileira utilizava também para rechaçar ou reclamar da presença venezuelana na cidade de Boa Vista.

Como educadora e tendo trabalhado como antropóloga com povos indígenas, a questão das especificidades culturais que iam sendo oprimidas ou violadas no guarda-chuva identitário de migrante, sempre chamou a atenção de Iza, que entendia que “a situação indígena é muito diferente e que não está sendo feito praticamente nada”, no que chamou de construção de soluções duradouras, de parte do ACNUR, Ministério Público e governo. Por exemplo, Iza levantava a bandeira de que indígenas migrantes tinham direito a uma educação indígena diferenciada, algo já previsto na Constituição Federal brasileira.

Iza: (...) hoje eu já perdi a conta de quantas escolas indígenas e que tem a sua cultura respeitada, tem a sua língua incluída na escola como língua oficial, o seu calendário de festas e tudo mais. E o que eu brigava é que eles queriam incluir todas as crianças

waraos nas escolas daqui. E a gente brigava pra não, por isso a gente criou o projeto lá dentro, que a gente tinha uma educação diferenciada, só que não era reconhecida, era uma educação informal, né? Não era formal, mas que eles teriam direito e o Estado poderia fazer um projeto. A gente teve várias ideias, mas nada foi pra frente, né? E essas crianças estão indo pra escola e estão sendo inseridas e pra uma cultura que é uma população que é pequena, isso faz diferença pra questão de extinguir a língua, extinguir a questão cultural deles, né? Eles estão se espalhando aí país afora, vamos dizer assim, cada estado tá fazendo um pouco do que consegue, né? Tipo, Manaus, tem Belém, tá muito mais organizado, Santarém, algumas regiões do Nordeste, né, que tem um pouco mais de conhecimento, algumas foram pegando a experiência de Manaus e foram multiplicando. Mas de fato não tem uma coisa assim... Tem muitos que estão ali há quatro, cinco anos, quase dentro do abrigo. E aquilo ali não é vida, apesar de ser... Eles são praticamente uma comunidade, né, mas é uma coisa muito, muito, muito triste pra uma cultura, pra uma população, né, não ter essa perspectiva de vida. Tanto que, por isso, que é... A questão do fator do alcoolismo entre eles, né? Você acaba tendo tipo, você não tem expectativa de vida, né, tipo você vai fazer o que? Não consegue se encaixar, não consegue emprego... (Iza, educadora, antropóloga e trabalhadora humanitária, 13 de julho, 2022).

Nessa reflexão, Iza chamou atenção para o tempo de espera específico que pessoas indígenas vivem em razão de questões identitárias reais que são apagadas nas entrelinhas dos processos burocráticos do Estado. Nesse sentido, perguntei a ela se não houve uma possibilidade de aproximação da causa indígena brasileira e dos povos da região.

Iza: Não, não teve. Foi tentado algumas coisas. A Fraternidade Internacional fez alguns trabalhos junto com o CIR, que é uma organização indígena aqui, tal. Mas os próprios indígenas aqui têm um certo preconceito, já teve algumas situações assim com eles e tal e não conseguiram... E principalmente, não principalmente, mas assim, é muito forte essa questão da Funai não os reconhecer como indígenas, deles serem só migrantes e as questões indígenas não serem aplicadas a eles, os direitos que os indígenas têm não serem aplicados a eles. Por causa dessa mobilidade, porque assim “Ah, não vou fazer o direito valer pra eles porque eles estão aqui, mas daqui a pouco eles pode estar lá, pode ter voltado e tal”, entendeu? Então, talvez, né, por causa disso... (...) A questão da educação, que é uma coisa forte, vai se perdendo. A questão da língua, da escrita, das próprias, dos próprios miúdos, as histórias deles e tudo mais, o artesanato acaba que só os velhinhos ficam, né? Isso vai se perdendo. Agora a gente ainda consegue ver, mas daqui alguns anos não sei como é que vai ser, né? Então, sei lá, acho que é feito pouco pelos indígenas aqui é muito mais assim, meio que enxugar gelo, sabe? Do tipo, “ah, vamos fazer alguma coisa”, faz um projeto ou outro de artesanato e tal, aquela coisa. Mas eu acho que é complicado, tipo o ACNUR tratar com o refugiado, que eles tã na figura de refugiados, mas ao mesmo tempo indígenas, né, então... (...) é uma coisa super diferente, que não tem eu acho em outro lugar, não sei. Então é meio difícil de lidar. E recentemente, de uns tempos pra cá que teve gente mais especialista na questão indígena

tratando com eles, né? Dois anos, né? 2018, 19, 20 teve mais... Foi contratado gente no ACNUR para mexer com a questão indígena, tipo antropólogo e tal. Mas acho que deixa muito a desejar essa questão indígena de ter soluções mais duradouras, né, para que eles saiam daquela situação. Porque nos abrigos não indígenas você vê, as pessoas não ficam ali muito tempo, né? (...) Elas ficam quatro, cinco meses, que é mais ou menos o tempo que as pessoas ficam e estão seguindo a vida, ou se encaixaram aqui, conseguir emprego, uma bolsa de ajuda dos jesuítas, foram interiorizadas e tudo mais, então segue aquele fluxo mesmo, que é pra ser de um abrigo, né? (Iza, educadora, antropóloga e trabalhadora humanitária, 13 de julho, 2022).

Depois do processo de transformação e adequação da política de abrigamento descrito por Iza, o antigo abrigo Rondon 3 se transforma em um abrigo indígena, batizado de Waraotuma. A amiga que me hospeda em sua casa trabalha também na Operação e conhece o funcionamento interno dos abrigos.

“05.07.2022: Ontem de noite conversei com a B. sobre o abrigo. Ela me contou fatores da organização interna muito interessantes, sobretudo fazendo sempre uma comparação com o abrigo não indígena, onde também trabalhou. Por exemplo, que o indígena tem eleição de lideranças junto à comunidade, divididos por regiões de casa/carpas e que esses se chamam aidamas, que podem ser substituídos a qualquer momento se o coletivo assim decidir. Esses aidamas são os principais responsáveis pelo diálogo com a “direção” do abrigo, isto é, o pessoal das organizações da sociedade civil, do exército e dos atores ali presentes. Além disso há algumas pessoas de notório respeito da comunidade, em geral pessoas mais idosas e/ou mulheres. (...) Essas pessoas levam os problemas das pessoas para serem debatidos e solucionados. Isso é algo que B. disse ser diferente, a forma de lidar com os problemas, menos individualista e mais coletiva. (...) eu senti uma certa coletividade mesmo, por exemplo, quando vejo que há muitas crianças agrupadas como nas atividades da escola e diversas são bebês ou pequenas, num primeiro momento estão meio sozinhas, ainda que entre elas, sem adultos. Mas quando reparo que uma criança chora e não deixa de chorar a ponto de precisar de um adulto, sempre alguém aparece e vem ao seu resgate, como se sempre houvesse gente pendente, sempre cuidando de longe. (...)” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p.45-46).

Dentro da Operação Acolhida e num contexto geral da intensificação da migração em Roraima, a demanda e direito à saúde era uma das maiores, exigindo articulação de diversos atores do aparelho público, além das organizações da sociedade civil. Bea, por exemplo, atuava na área de promoção da saúde, tanto com profissionais da rede pública local quanto com a

comunidade migrante, e abordou a necessidade de se ter mais profissionais atuando nesse trabalho, sendo bastante difícil estar em campo.

Bea: É muito delicado, muito sensível, só que eu acho que vale a pena (...) no sentido: é difícil e tal, mas o pouquinho que você conseguir... Então assim, o fato, por exemplo, de eu ter agente de saúde indígena foi uma luta, porque para convencer que você precisava... Que não adianta só falar espanhol, porque para os waraos que estão aqui, não adianta nada, e mesmo que falasse espanhol, se não for alguém da cultura deles, eles não vão se abrir para falar quando que foi sua última menstruação, numa consulta com uma pessoa, um ginecologista, um enfermeiro obstetra, qualquer coisa assim... É uma luta, mas tipo sabe assim aquela coisa pequena você ter conseguido isso, você já muda completamente, muda completamente tudo, muda o atendimento muda, a adesão muda, o acesso muda (...) (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho de 2021).

Quando abordamos esse tema, perguntei à Bea como a questão indígena se apresentava na migração internacional venezuelana na região, pois havia algumas notícias que eram divulgadas que abordavam a temática da presença indígena no fluxo. Na conversa, comentei que na cidade de Campinas no estado de São Paulo havia algumas famílias da etnia Warao vivendo na cidade e pedindo dinheiro nas ruas.

Bea: (...) eles vão por conta própria, porque os indígenas não estão contemplados pela interiorização na Operação Acolhida. Então, no caso de ser indígena você não passa, porque para ser interiorizada, é como se fosse um processo seletivo, e é bem complexo, inclusive. Porque eles querem tentar analisar, a OIM [e] (...) várias organizações que fazem a interiorização, quanto essa pessoa pode se adaptar no outro estado ou não, ou a oportunidade de emprego, então... Só o fato de ser um indígena eles já entendem que vai ter menos condições e tal. E depois tem uma questão legal, e por isso a Operação formalmente não incluiu os indígenas dentro do plano de interiorização, o plano de interiorização é só para não indígena. Eles até podem se cadastrar, mas vai ser negado. Só que eles começaram, pela demanda a estudar, tentar criar essa categoria de interiorização para indígena no futuro, e aí tem um GT que sobre população indígena aqui, e também nacional. Tem dois, tem um sub GT que é regional, e um GT nacional para pensar essas questões indígenas. Segundo eles, quem está pensando tudo isso é o Ministério da Damares⁷. me dá medo, por quê? (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

⁷ O Ministério da Damares, integrante do então governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) era o Ministério dos Direitos Humanos.

Começou a surgir especificidades que demandavam reflexão e cautela dos agentes atuantes na região de Boa Vista, quando se pensava a implementação do pilar de interiorização a povos indígenas – e isso relaciona-se com diferente concepção de território e movimento que se apresenta à lógica do Estado nacional e vigente:

Bea: eu acho que interiorizar os indígenas é bem problemático, por um outro lado, é uma demanda, tem muito indígenas... É um fato excludente, né? Só que é um fato problemático, imagina você começar a colocar um monte de indígena dentro de avião, mandar para outros estados? De indígena... Tem uma territorialidade muito diferente, uma cultura, né, completamente outra em relação ao território e possibilidades... Muito difícil você se virar num centro como São Paulo, de conseguir reproduzir seus modos de vida, ainda que já sejam mais urbanos. Os warao são mais urbanizados, mas aqui a gente tem outras etnias. 3 etnias em Boa Vista que são os Warao, Eñepá e Kariña⁸. Eu imagino que quem está em Campinas são os Warao, porque eles que se movimentam mais. Eles já são meio nômade e eles já estavam mais acostumado com o contexto urbano do que os outros. Então não é aquela coisa que eles querem ficar só na terra, eles já estavam na própria Venezuela nesse trânsito, né? Já falam espanhol, são educados nessas escolas, é... Você não está falando de indígena isolado. E tem também os Pemón que a gente chama de Pemón aqui, que lá eles chamam de Pemón na Venezuela, que são os Taurepang, que é uma etnia que tem do lado brasileiro e do lado venezuelano. Então, digamos que um território amplo que pega os dois países, (...) O que acontece? Os Pemón que cruzaram a fronteira e vieram para cá, a maior parte está em terra indígena brasileira. O ACNUR conseguiu articular com lideranças indígenas aqui, que eles chamam tuxaua de algumas comunidades, umas não aceitaram, mas quatro aceitaram. Então tem quatro, próximo de Pacaraima, próximo da fronteira, que receberam seus parentes. Então, digamos assim, eram indígenas brasileiros, têm terra demarcada, tudo bonitinho, suas comunidades e eles falaram “tudo bem, venha pra nossa casa, a gente vai compartilhar aqui”. E receberam esses indígenas venezuelanos. Então eles estão em terra indígena, é uma outra situação (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

⁸ O ACNUR apresenta informações sobre os povos indígenas que estão entre “população indígena refugiada no Brasil”, como ponto de maior circulação a fronteira norte brasileira. Consideram que os Warao tem a presença mais expressiva entre essa população. Em seguida, os Eñepá são “a segunda maior população indígena venezuelana presente no Brasil, originários da montanha onde nasce o rio Cuchivero”, no norte da Venezuela e de floresta amazônica. Outro povo que é citado por Bea é o Pemón, cujo território originário está parte na Venezuela e parte no Brasil, ademais de ter sido a etnia mais acolhida pela comunidade indígena brasileira de Pacaraima. O povo Kariña, também mencionado, é “uma etnia caribenha” cujo território envolve Brasil, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, tendo ainda parentesco com o povo Pemón. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/etnias-indigenas/>. Acesso em: 06/06/2024.

A situação narrada demonstra a existência de múltiplas demandas que não cabem sob o mesmo guarda-chuva da identidade indígena e menos ainda da identidade migrante, exigindo mais lupas para abordar a questão. Por outro lado, há um desafio ao se pensar a mobilidade indígena na migração, isto é, pensar esse movimento a partir das lógicas nacionais e de controle, onde essas pessoas se tornam também migrantes vulneráveis por todo o contexto.

Um pouco mais de um ano de ter entrevistado Bea, abordei o tema da interiorização para a população indígena com Cela, que me explicou como estava a situação dessa população migrante com relação ao tema da interiorização. Segundo ela, antes essa população não podia fazer parte dos processos de forma expressa. Naquele momento, contudo, já se havia modificado essa determinação, embora na prática esse pilar realmente estivesse distante desse público.

Cela: Eu não lembro qual era a justificativa, as pessoas só falam que antes indígena não podia interiorizar e agora pode. Só que mesmo assim, é um interesse muito baixo pela interiorização da população indígena e a maioria deles não entra nos requisitos (...) para conseguir interiorizar porque tem vários requisitos. (...) Os indígenas, a maioria dos indígenas que estão em outras cidades que não Boa Vista, Pacaraima, (...) são famílias muito extensas, acabam não conseguindo cumprir esses requisitos. Então eu acho que, assim, não tem um reconhecimento, uma política pensada a partir dessa questão de olha, estamos tratando de uma população que, além de venezuelana, tem especificidades de ser indígena, acho que isso não é reconhecido em termos de políticas públicas. Você tem algumas políticas públicas para indígenas que a população indígena venezuelana consegue acessar e algumas brechas legais que são usadas para conseguir garantir alguns direitos, então, é... Em relação à escola, tinha todo um debate de escola indígena, é... Garantir o acesso à educação, mas, por exemplo, tem em Roraima... Roraima é o estado... Descobri recentemente, que tem a maior quantidade, é... Maior percentual de terras indígenas demarcadas. E aí, tem toda uma política da Secretaria de Saúde Indígena, tem várias políticas específicas, (...) que poderia abarcar os indígenas venezuelanos, mas não abarca, por quê? Porque a maior parte das políticas públicas tratam de indígenas aldeados. Então até indígenas brasileiros que não estão aldeados não podem acessar isso, (...) a realidade é que eles estão por fora de praticamente todas as políticas públicas e aí se usa brechas, então “olha, tem um vestibular indígena e não diz que tem que ser indígena brasileiro, vamos incentivar a prestar o vestibular indígena”, porque é nessas brechas que a gente consegue atuar e fazer com que eles acessem algumas das políticas públicas que a gente tem. Mas na realidade é assim a gente sabe como estão sendo tratados os direitos dos indígenas no Brasil sob a ótica desse governo, não que antes, que alguma vez a gente tivesse vivido qualquer tipo de

justiça em termos de ações e políticas públicas, mas seguramente agora é muito pior, e se eles fazem isso com, por exemplo, não tem direito a terra, por exemplo, para indígenas brasileiros, quem dirá para indígenas venezuelanos que estão completamente por fora de qualquer legislação, então, também não acho que tenha qualquer perspectiva a curto prazo, de que seja reconhecido algo específico, que tenha uma política pública específica sendo pensada para a população indígena. (Cela, trabalhadora humanitária e cientista social brasileira, 14 de agosto, 2022).

Ademais, reconhecer a conexão indígena com o território ancestral também não gera facilidade para esse mesmo Estado nacional. No caso brasileiro, há toda a dificuldade de reconhecimento da identidade indígena envolvendo outros órgãos de Estado do país.

Bea: Aí tem outros problemas, porque, por exemplo, a Funai só responde pelos indígenas brasileiros. O sistema, subsistema de saúde indígena, né, eles só contam no censo os brasileiros, ou seja, só tem medicação suficiente para uma parte da população, é... Então, assim, outros problemas que geram, mas querendo ou não, eles estão lá mais protegidos nesse sentido. Os Warao e Kariña vem para a cidade Boa Vista e ficam aqui na rua, a maior parte... Mendigando mesmo, nos sinais, as mulheres e tal. Uma parte muito grande não fala espanhol, tem bastante dificuldade ou entende um pouco, mas... Os E'ñepá e Kariña não falam, os Warao (...) vêm normalmente em grupo, com uma liderança junto eles decidem vir a comunidade inteira, então quando passa normalmente são um grupo de 50, com muitas crianças, tem mais de 30, vem pelas matas, então eles passam pelas trochas independente da fronteira tá fechada, teve um fluxo muito grande de indígenas nesse ano, com a fronteira fechada, porque a situação na Venezuela tá ficando cada vez pior, eles não têm como comer, é... Pela situação econômica mesmo, até de troca, assim, sei lá, os indígenas eles iam trocando roupa por comida, mas chegou um momento em que eles já não tinham mais roupa para vestir... Enfim, a situação está muito complicada e aí eles decidem vir pra cá. E aí vem e chega e muitos estavam ficando nessa ocupação chamada Cabunoco, então, 300, mais ou menos, quase 500 pessoas, 400 e poucos, chegou a ter dessa ocupação eram indígenas. E aí eles tinham suas próprias lideranças, era muito interessante. Tinham seis lideranças indígenas nessa ocupação, os seus caciques, e tudo muito sabe, mais organizado. Eles trabalhavam nessa coisa de latinha à noite, muitos fazendo artesanato também... Então tinha uma organização ali, mas a luta deles é por território, eles querem ter uma terra pra plantar, tal, só que aí é uma luta, por que você vai lutar pra ter terra em Roraima? Indígena venezuelano? No Brasil, nesse momento, imagino que nem os próprios indígenas brasileiros não estão conseguindo garantir terra, então é bem... Bem complicado, assim, a situação deles. (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

Como outro pilar da Operação é o abrigo da população migrante, a situação das ocupações pela cidade e, posteriormente, a transferência de pessoas aos abrigos construídos também trouxe questões de sensibilidade da identidade indígena. Nesse aspecto, Iza, antropóloga

e trabalhadora humanitária que atuava nos abrigos e acompanhou o processo de transição e convencimento, como Bea, relatou um pouco de como se deu esse trabalho.

Sua resposta me chamou atenção inclusive à minha própria visão reducionista sobre a homogeneidade entre os Warao. A situação migratória que no Brasil parecia homogeneizá-los – baixo identidade nacional – que aproximava venezuelanos indígenas e não indígenas como um só, não apagava os conflitos reais, inclusive no interior da própria migração, tensões relativas às diferenças culturais e identitárias entre a população migrante indígena e não indígena, passando a se impor ao trabalho humanitário no território a questão indígena migrante.

Iza contou que antes de existir a Operação Acolhida, o poder público estadual e municipal havia designado um estádio, localizado no bairro Pintolândia, como espaço de abrigamento de pessoas migrantes que, nesse momento inicial:

Iza: Não era gerido por ninguém, na verdade, no começo, né? É tipo: aí um espaço vocês se viram e eles recebiam comida de doação, algumas organizações aqui da igreja, da Igreja Católica ou alguns protestantes levavam coisas... No começo foi assim, aí depois foi aumentando a quantidade e chegou a Fraternidade Internacional, que ficou bastante tempo aqui trabalhando na gestão de abrigo também, e trabalhou com eles um tempo, financiado por eles mesmos, e logo depois chegou a ACNUR para apoiá-los, apoiar a Fraternidade e a gerir esse espaço (...). (Iza, educadora, antropóloga e trabalhadora humanitária, 13 de julho, 2022).

Nessa conversa, perguntei sobre o funcionamento daquele espaço como um abrigo, já que havia uma série de questões estruturais como falta de água encanada, por exemplo. Ela contou um pouco das situações de conflito que começaram a surgir entre a população migrante e questões de diferenças, além do fato de que a estrutura do local onde algumas pessoas se viam presas, também gerava profundos descontentamentos. Perguntei sobre o conflito que separou a população migrante entre indígena e não-indígena, inclusive aos olhos do Estado brasileiro na forma da Operação Acolhida:

Iza: (...) era muito engraçado quando a gente ia no começo, né, a gente notava... Engraçado e trágico, né, porque **a gente notava muito bem quem era indígena, pelas feições também, mas também pela atitude que eles tinham com relação àquela situação que eles estavam. O pessoal que não era indígena, né, os venezuelanos, eles ficavam ali, eles se deprimiam, é... Choravam... Porque realmente era uma situação BEM deplorável, assim. Era um negócio, assim, que não estava muito bem-organizado, não era um abrigo assim... E em meio da sujeira, falta de higiene, banheiro sem condição e a pessoa assim... No começo a gente via muito nos abrigos, pessoas que eram, tinha sido engenheiro, dentista, várias profissões que agora estavam na rua dependendo de outras pessoas. Para os indígenas a coisa assim... Você notava que eles estavam felizes. Por quê? A situação que eles estavam ali, naquele que nem era abrigo ainda, não era uma coisa muito diferente do que eles vivenciavam na aldeia. Porque assim, se a gente for ver. Já vi vários vídeos, não tive oportunidade de ir lá conhecer ainda, quero ir um dia em comunidade, eles vivem em palafitas, na beira do rio, com a rede amarrada. A questão de higiene sempre é muito precária. Então assim, num tava assim, tipo “nossa, que tragédia na minha vida”. Eu tô ali recebendo comida, porque vinham várias doações de pessoas e tava ali na minha rede, vivendo de doações e tudo mais. Então assim, não era uma situação tão impactante para eles. E aí, por conta disso, dessa questão principalmente de higiene e tudo mais, tinha muito conflito. E eles têm muito preconceito com o indígena, né? Não é tão diferente daqui, né, mas talvez um pouco mais, né? Então tinha muito conflito, brigas e tudo mais. A questão do álcool também, os indígenas, talvez um pouco mais, é, os abrigos indígenas geralmente tem mais problemas com álcool, eles bebem muito. Então tinha muito conflito. Aí fizeram um abrigo, que foi o Tancredo Neves na época, e ficavam... Quem não era indígena ficava lá e quem era indígena no Pintolândia”.**

Julia: Aproveitando pra falar do Pintolândia, você pode me contar como foi o processo de desocupação do Pintolândia e a criação dessa resistência?

Iza: Posso. Olha. É todo o processo de desocupação e reorganização tende a dar conflitos, né, porque geralmente as pessoas não querem e precisam ser convencidas de que vai ser melhor e porque vai ser melhor para elas. Então, né... E às vezes, as organizações... Às vezes não, sempre, elas têm um prazo para que as coisas aconteçam. Às vezes esses prazos eles não são muito... Legais, com relação assim a esperar o tempo das pessoas, né, de entenderem aquilo, de serem consultadas, principalmente numa comunidade indígena que faz tudo em grupo, de tipo assim sentarem com suas lideranças e elas entenderem aquele processo. Então... Algumas outras ocupações, acho que foi, foi até pior, porque tinha um prazo muito curto para tirar as pessoas, então deu bastante confusão... Nessa dos indígenas, do Pintolândia até que foi bem-organizada, tinha um certo prazo que aí, como eles viram que não seria possível, começou em outubro, novembro, que em dezembro se desocupasse não ia ser possível, então estenderam para março, né, do ano passado. E aí começou-se a fazer primeiro a desocupação que antes o Rondon 3, que era de não indígenas, tirar as pessoas de lá para readequar o abrigo para ser conforme os indígenas necessitavam, que era um abrigo diferente. Nesse processo foi, foi tendo conversas que foi organizada pelas organizações lá, que no começo foi uma transição, né, no começo era a Fraternidade Internacional, depois passou para a AVSI,

começou a fazer grupos de conversa com Os Aidamos⁹, que são os líderes, conversavam junto com alguém da equipe sobre essa questão: de quem queria ir, porque teria que ir, explicar direitinho, né, tipo “ah, vai ser um abrigo mais assim e tal e tal”, e tentar ver as reivindicações deles, o que era possível abrir mão, o que que não era. Então alguns não queriam ir porque era próximo dos abrigos não-indígenas, que ia ter conflito com eles, (...)Muito apego que eles já tinham, tinham uns que já estavam quatro ou quase cinco anos, né? Já tinha aquele apego, tinha aquela estrutura que eles fizeram, tipo uma casinha que era bem da cultura deles, não queriam sair de lá. No começo teve bastante resistência. Entrou a equipe da AVSI lá, depois de janeiro, no 1 de janeiro, 31 de dezembro, e aí começou a fazer esse trabalho com eles. E nesse tempo também deu, acho que mais ou menos em fevereiro, começou já quando estava tendo já uma estrutura, eles montaram como se fosse uma (...). Então eles fizeram uma casa de como seria. Porque as casas são duplas lá, não são casas individuais, e foram levando famílias de pouco em pouco para ir conhecer o novo abrigo. Então mostravam como que ia ser as casas, onde que iam ficar os fornos, os fogões para eles cozinharem, a mobilidade como que seria, o espaço para as crianças, é... Perto de onde que é, que a entrada não ia ser de cara com os abrigos não-indígenas, que ia ter uma entrada individual, que eles iam ficar mais isolados e tudo mais. Então foi feito isso com todas as famílias dos núcleos familiares pra eles irem e visitarem esses locais pra ver, né, tipo pra eles entenderem que não era possível continuar lá, o dinheiro da Operação diminuiu muito, então era muito complicado manter vários abrigos, é muito mais fácil ter um maior. E aí? E aí foi que começou, quando estava mais ou menos pronto, já, que começou a migração das famílias que já queriam, né? E aí tinha um prazo, né? E tinha ainda os que estavam resistindo, que não queriam ir. E aí foi passando, passando... Aí foi levando as pessoas, né, pra lá (...) o Warao. Ficou muito mais, mais interessante, né, e com mais estrutura. E aí tinha um prazo que não ia ter mais nada naquele outro, né, o negócio é que o Exército continua mandando comida, e aí eu acho que foi uma faca de dois gumes pra eles, porque enfim (...) Ele é autogerido, sim é autogerido... Só que é aquela coisa, né? As organizações humanitárias acabam... Eu não sei se acontece, mas eu acho que talvez sim, porque tem algumas organizações que elas trabalham mais com ocupações espontâneas. Então elas levam a questão de higiene, WASH né que eles chamam, é... médicos e tudo mais que é itinerante, né? Então eles têm uma van que leva nas ocupações. Eu acho que ali se tornou mais ou menos que uma ocupação, então que eles devem ter um dia da semana que vão lá fazer alguma coisa, continua dando uma pequena assistência, vamos dizer assim. Eu acredito que sim, porque nas outras eles continuam, então acredito que lá também. (Iza, educadora, antropóloga e trabalhadora humanitária, 13 de julho, 2022).

O povo warao é caracterizado como um povo não belicoso e conflitivo e que melhor possuem estratégias de adaptação que envolvem viver em comunidade, inclusive com outros povos e etnias (García-Castro, 2020, p. 91). Mesmo sendo um povo que tradicionalmente se

⁹ Aidamo é o nome dado à liderança de um grupo familiar Warao.

organiza em pequenas sociedades, no caso da condição migratória foi preciso criar a capacidade de se adaptar vivendo em uma grande comunidade, por exemplo, de quase 1.000 pessoas que vivem no abrigo Waraotuma – ademais das outras localidades, como a ocupação do Pintolândia.

Como foi relatado principalmente por Iza, a existência de embates e conflitos entre população indígena e não indígena migrantes foi crucial para pensar a construção de respostas específicas, dentro do contexto da política migratória, que desse conta das complexidades. Pedi à Gal que relatasse um pouco dessas especificidades, a fim de ilustrá-las na prática.

Gal: A primeira diferença é linguística, né? Mesmo entre indígenas e não indígenas, é a primeira diferença linguística. Por mais que a gente tenha indígenas falando espanhol, a compreensão deles muito é... De alguns deles, é claro, é muito maior pela língua warao. Então, acho que a primeira barreira é linguística. O espanhol também, né. Porque a gente no Brasil ainda não se adaptou em colocar o espanhol como segunda língua, ainda coloca o inglês como segunda língua, então isso já é uma barreira, é... Mas as diferenças, acho que, vamos dizer, práticas, é muito mais a lógica de território, né? Venezuelanos não indígenas convivendo dentro da cidade, têm algumas especificidades também, como não indígenas. Uma coisa que a gente achava diferente, era que entre os venezuelanos, na Venezuela, por exemplo, não existia, como existe no nosso país, uma diversidade de documentos e uma carteira de trabalho, por exemplo, né? Há um registro interno e que é feito e que eles não precisavam se preocupar em tirar uma carteira de trabalho ou ter um registro numa carteira de trabalho, isso é até bastante curioso. Então, isso tudo é novo. Isso é novo para o não indígena, isso é novo mais ainda pro indígena, né? Então acho que esses são uns pontos assim de maneira geral. Mas há tratativas também de corpo, né? Alimentação. A mesma alimentação que é dada para os não indígenas é fornecida para os indígenas, com algumas poucas diferenças e adaptabilidade. Mas, por exemplo, no Brasil a gente tem muita cultura de comer arroz, na Venezuela não é tanto, então, entre eles, mais ainda, e o tipo de arroz. É um processo que não está culturalmente adaptado a questão linguística, a questão alimentar, mesmo já tendo aí... Vão para cinco anos de operação, ou de migração melhor. Então, e mesmo tendo diversas ações, é... Pautando isso, diversos apontamentos. Essa adaptabilidade de alimentação e eu entendo que também, há também uma questão muito mais, é... De disparidade entre eles, que é a questão de compreensão de mundo, né? Como falei. Essa lógica da legislação brasileira, indígena, ou da legislação também, adaptabilidade a essa nova legislação, é algo novo em alguns aspectos. E esse rasgar, esse rompimento do que se vivia na Venezuela, pro que se vive hoje no Brasil, a gente pouco discute a legislação da Venezuela para fazer um comparativo, né? A gente se discute muito mais a legislação do Brasil, a gente fala mais isso pra eles. “Olha, vocês têm que se adaptar ao ECA”, sem entender como é que é o ECA, digamos, lá na Venezuela, né. E eu falo isso por seu interesse de pesquisa e meu também, de fazer esse estudo comparado, parecido

com o que você está trazendo, mas dentro do direito. E a gente fala muito sobre isso, você se adaptar a leis de, por exemplo, lei de violência contra a mulher, entendeu? Como é que a Venezuela pensava a violência contra a mulher? Como é que a Venezuela pensava a violência contra a mulher com povos indígenas? Então essa, esse afastamento entre a pesquisa, entre as temáticas dos dois países, causa também uma dificuldade de compreensão que se a gente trouxesse um processo associativo entre esses dois, essas duas legislações, seria mais fácil a compreensão, até de maneira didática, pedagógica e por educação popular, também. Então, acho que isso é uma disparidade muito grande, que afeta, desacelera alguns processos dos indígenas (Gal, advogada e trabalhadora humanitária, 20 de agosto, 2022).

A questão de adaptabilidade da qual também fala García-Castro (2020) se expressa ainda em como a população indígena warao encarava viver nas condições de abrigo do estádio no Pintolândia, em comparação com a situação emocional e mental da população não-indígena, que segundo Iza sucumbia ao desânimo e depressão enquanto a população indígena parecia até viver bem. Seu relato expõe a contradição que a condição de vida em um contexto de pobreza, desigualdade, racismo e xenofobia apresenta à vida e ao perfil de povos indígenas implicados no deslocamento, como os Warao: com o contato com o álcool passam a ocorrer mais conflitos, brigas e situações de violência sensíveis sobretudo nos espaços – inclusive oficiais – exclusivos da população indígena.

Fica evidenciada, na conversa com Iza e recuperação do processo histórico sobre como o poder local lidou num primeiro momento com a questão migratória, a perspectiva generalizante da identidade migrante – sobretudo a da migração em crise – criando imagens de sujeitos passivos e silenciados para serem tutelados, gerando uma opacidade às especificidades da identidade indígena. Ademais, também se expressa uma desumanização a priori do poder público, ao ceder o espaço do estádio sem ao menos organizá-lo de forma adequada para cumprir função de abrigo provisório com condições de higiene decentes, por exemplo, evidenciando que em nome do provisório até direitos básicos podem ser relativizados.

Mesmo os abrigos indígenas oficiais da Operação, no entanto, pareciam estar longe de ser lugares perfeitos ou responder aos desafios apresentados ao contexto local por essa população migrante e indígena. Bea compartilhou o que pensava a partir da sua experiência atuando também em ocupações e abrigos, junto à comunidade migrante, indígena e não-indígena, para além daquela estritamente contida no abrigamento da Operação.

Bea: O que acontece é que eles ficam presos aqui, porque eles não podem interiorizar, a maior parte fica indocumentado, e aí (...) fizeram todos irem para um abrigo, porque eles não tinham outra opção, e eles tiveram que ir para o abrigo. E aí agora, hoje aqui, eles foram abrindo outros abrigos, porque mais foram chegando. Eu acho que hoje aqui tem quatro abrigos indígenas, só indígena, em cada um deles, pelo menos umas 500 pessoas... Deve ter uma população em torno de 4000 habitantes, em Boa Vista, só indígenas, nesses abrigos. Só que eles sofrem muito nos abrigos, eles estão adoecendo, todos adoecendo, em termos de saúde mental, muito complicado. Então a gente tinha um projeto específico de saúde mental com os indígenas, atendimento com os psicólogos, mesmo. Que é outra questão muito louca para a gente pensar na antropologia, mas que é super necessário, que... Então, questão do uso de drogas, álcool, algo absurdo e dentro de um abrigo. Eles odeiam a comida. Desnutrição dentro dos abrigos, porque eles não comem o que é oferecido e eles precisariam de outros tipos de né, pela questão cultural, de ter meios de fazer sua própria comida, porque cê não tem cozinha em abrigo, você só recebe a comida. Então assim, muitas, muitas questões, extremamente mais vulneráveis do que venezuelanos normais.... Alguns daí, pelas situações horríveis aqui, quando já tem até algum parente em outro lugar, decidem sair pra ir pra Manaus, tal, compram passagem e vão e quando vai, vai o grupo inteiro, com o cacique junto, e se juntar a outro grupo, irmanado digamos assim, que já está em Manaus, em Belém, no Recife eu sei que também já tem uma população de Warao, alguns chegaram em Minas, indígenas, grupo menor assim (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

Em alguma de minhas idas ao Waraotuma, fui informada de que haveria uma assembleia com a direção do abrigo e o ACNUR convocada pelos aidamos. Nos outros abrigos, perguntei, isso não ocorria – os espaços de assembleia eventuais eram institucionais e protocolares. Já nos abrigos indígenas, as assembleias eram convocadas e levadas mais a sério como formas de se obter conquistas e respostas para a comunidade indígena. relatei o evento no caderno de campo.

“27/07/2022: abrigo Waraotuma – assembleia dos moradores convocada pelos aidamas. Esse dia ficaria menos tempo no abrigo, afinal estava voltando do período doente. Fui pela manhã, e como sempre fazia muito calor. Fizemos alguma atividade com as crianças,

estávamos entre Josy e eu. Eu voltaria para casa para trabalhar no artigo, mas quando Josy comentou sobre a assembleia, resolvi voltar ao abrigo. Voltamos por volta das 14h. A assembleia seria as 16:30, porém desde que chegamos começamos a ver movimentação de chamar as pessoas, de comentar sobre a assembleia e de começarem a chegar pessoas no comedor. O local da assembleia era o comedor, no extremo mais próximo dos contêineres da administração, perto da quadra de futebol de areia. Os chamados também eram feitos com o uso de caixa de som e microfone. (...) decidimos ir ao banheiro. Um homem adulto, um ajudante jovem, começa a fazer seu chamado para a assembleia. Ele aproveita para cantar o “hino warao”, e Josy comenta comigo que ele está cantando algumas partes errado, que não sabe o hino inteiro. Conforme nos aproximamos vamos vendo a cena mais de perto, ele ri, algumas pessoas tiram sarro e sua postura é descontraída. O chamado é baseado na importância de se discutir coletivamente as demandas e questões do abrigo e de estar a par de toda a comunidade.(...) Quando a assembleia se inicia, Josy e eu ainda estamos do outro lado do comedor, e pouco a pouco vamos nos aproximando. (...) Segundo Josy, seria uma assembleia tensa, porque a comida estava atrasando muito para ser entregue nos três horários, porém no da manhã muita gente precisava sair para ir a escola ou trabalhar e ficava sem comer nada. A pauta principal, no entanto, foi a questão da impossibilidade de se pendurar redes na carpa e imposição às pessoas de dormirem em colchonetes no chão. Houve reclamação no sentido inclusive de dizer que era tratá-los com nenhuma dignidade obrigar a dormir no chão, pois dormir no chão é algo impensável, inumano. A reivindicação era de estruturas (que já existem e estavam sendo retiradas do antigo abrigo, o Pintolândia) que possibilitam a pendurar várias redes em uma carpa sem danificar a estrutura original da carpa, como já havia acontecido (...) A questão de dormir em rede e a demanda feita explicitamente para a coordenação do abrigo e ACNUR, foi central na discussão. De aí, introduziram a discussão sobre os kits de higiene distribuídos e o fato de algumas pessoas os venderem em mercados de rua aos finais de semana. (...) As falas da equipe de coordenação com relação à demanda fortemente expressam das redes foram todas em tom de se justificar, de que era preciso ter paciência porque já estavam retirando as estruturas, de que era difícil movê-las também pelo seu peso, de que elas já existiam, mas tudo necessitava uma forte logística, etc. Muitas pessoas acolheram as falas, outras tensionaram um pouco, principalmente com relação a essa certa “passividade” e justificativa dada pela coordenação, já que se tratava de uma demanda já antiga e que, todavia, não era cumprida. As falas também pediam que se cuidasse bem das carpas, já que vinha ocorrendo danos a elas que geravam consequências como infiltração em dias de chuva, bem como o roubo de certos materiais que as compõe (como alumínio) para ser vendido. De fato, há até algumas carpas abandonadas por todo o terreno do abrigo, muitas delas sem diversos componentes da estrutura original. (Pude perceber que há um certo respeito geral no espaço da assembleia. Muitas pessoas assistem em silêncio, apesar de haver grupos que parecem estar coesos ou juntos. Há reações calorosas, mesmo enquanto alguém ainda está falando, sendo usada a prática do grito e da ridicularização principalmente: rir de quem fala, contestar, confrontar... Em nenhum momento, no entanto, ouvi algum tipo de ofensa pessoal dirigido a quem falava, embora presenciei sim certa hostilidades em algumas falas. Se notava os pequenos incêndios, diante de algumas falas, além das reações expressas corporal e verbalmente de acordo ou desacordo com quem está no microfone. Conversas paralelas quase não vi, de estar constantemente

ouvindo alguém conversar enquanto alguém fala no microfone. Não vi pessoas fazerem anotações, nem mesmo as da coordenação. Não vi falas do exército e só os vi participar de longe, observando)” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p.49-52).

No tempo em que estive em campo em Boa Vista transitando entre os abrigos, principalmente no abrigo indígena, notei que duas das questões mais sensíveis e levantadas no trato com a população indígena era com relação ao que se caracteriza comumente no Brasil como mendicância – pedir dinheiro nas ruas e semáforos, algo que, segundo me foi relatado, era compreendido como uma forma de trabalho pelas pessoas indígenas – e o tema das relações afetivas sexuais entre em geral mulheres menores de idade e homens maiores, por vezes bem mais velhos. O tema das relações sexuais apareceu, inclusive, na assembleia que presenciei no abrigo. Em nossa entrevista, Gal e eu abordamos o tema.

Gal: Dentro dessa experiência, é como se fosse um trabalho necessário, é... Não é um trabalho por opção. Ninguém opta ficar debaixo do sol, né, às vezes sem água, carregando um menino e a maior parte das vezes quem faz isso são as mulheres, porque já ficou preenchido até um pouco, pode se dizer, né? Ficou preenchido um pouco na ideia de que as mulheres têm mais facilidade de ganhar alguns recursos do que se fosse um homem fazendo aquilo, enquanto ele pode fazer algum tipo de trabalho braçal, né, coletar latinha, sair para fazer alguns reparos, essas coisas. E as mulheres entram numa lógica de pedir, com as crianças porque elas precisam, né? Os warao são matriarcais, então, essa questão do cuidado de fato é com as mulheres (...) Eu tive que lidar com alguns casos também de suposto trabalho infantil e tal, mas é muito uma ideia de punitivista. Vamos punir para depois dizer que é errado fazer, vamos fiscalizar para depois criticar, digamos assim, né? E não ter conhecimento, não ter leitura e não procurar uma... Possibilidade de adaptação, né? Então acho que são questões assim, de pouco o Estado querer acompanhar. Até porque tinha vários casos que o Estado, enquanto eu estava pela gestão, ele trazia assim “olha, você tem que conversar com essas pessoas, isso e isso, vocês, vocês, vocês”, mas as pessoas estavam com dificuldade de acessar o antigo Bolsa Família, o Auxílio Brasil, e o Estado não se posicionava com isso, né? “Ah, tudo bem, a gente tem um caso assim, mas vamos tentar dar um tipo de apoio a renda para ela”, né? Então acho que é isso, assim, é um ponto. Sobre trabalho infantil, sobre a questão da gravidez na adolescência, é... É sensível pra gente, porque como não indígena e como brasileiro também, para a gente, a adolescência ainda é uma média infância, né? Então você ainda é adolescente, bem dizer até os seus 17 anos, então gravidez abaixo disso é “Nossa, que pena! Você acabou sua vida”, né? E para alguns adolescentes, né a partir da primeira menstruação warao já é uma mulher, então ela já está disponível pra isso, então há de se entender que é uma adaptabilidade de povos, né enquanto... Como povo brasileiro não indígena, a gente torna um horror a gravidez

abaixo dos 17 anos, enquanto para eles faz parte do processo social e de formação, mas que tem que ter a ver uma adaptabilidade de fato, porque algumas mulheres já falavam isso, eu sou mãe, mas eu quero estudar, eu sou mãe, mas eu quero trabalhar, então há uma necessidade de interesse do Estado também entender essa particularidade dos povos indígenas, que não é só dos Warao, vários povos, de maneira geral, mas que têm que desenvolver políticas e ações para que as mulheres possam participar (Gal, advogada e trabalhadora humanitária, 20 de agosto, 2022).

Gal chama atenção para uma questão filosófica implicada na divisão sexual do trabalho entre povos indígenas, que se entrelaça com as questões de vulnerabilidade presentes no contexto de expulsão que marca o deslocamento dessas pessoas. Ademais, com relação à maternidade e, portanto, às relações sexuais e afetivas e os limites de idade, também pontua algo que, ainda que incômodo – como se provava ser esse tema entre trabalhadores humanitários em campo – envolve também diversos entendimentos que são construídos social e culturalmente: a infância, a maternidade, a família.

A partir de sua reflexão, é possível perceber como se dão as formas colonizadoras, internas inclusive, contra povos indígenas e outros grupos étnicos e sociais, pois o que se tinha configurado como política migratória para lidar com aqueles fluxos migrantes, indígenas e não indígenas, dissolvia especificidades e se tornava uma imposição que, na prática, encontrava barreiras de aceitação e choques culturais que afetavam não só a integração da população migrante indígena naquele território, como a relação que a sociedade autóctone local estabelecia com ela e, ainda, uma eficácia bastante tímida com relação às estratégias da política migratória.

Gal: Isso a gente vê muito claramente nesses diversos cursos que são feitos, pelas organizações, onde elas fazem curso de manicure, curso de costura, curso de lálálá e lelê, mas elas não abrem espaços para que as mães, tipo “ah, vamos abrir um curso só para as mães”, e as mães podem levar seus filhos e ter um espaço para deixar seus filhos como recreação, entendeu? Enquanto elas fazem um curso. Não há um empenho para esses dois lados, né? Isso eu estou falando de mulheres indígenas e não indígenas, né? Claro que de mulheres não indígenas essa problemática sempre já foi mais levantada, e

de mulheres indígenas é mais [muda o tom da fala, como se estivesse imitando outra pessoa que se expressa com desagrado e desprezo] “vamos nos preocupar com isso depois”. Então acho que no geral é isso, assim. (...) Passado esse período, vamos dizer, cinco anos agora, e que eu considero muito, porque essa temática está aí, está em todos os estados, agora estão se falando sobre a obrigação do Estado de conhecer esse povo, de se informar, de formar também os seus servidores, mas é uma coisa muito ainda a passos lentos, né? De maneira geral. Aqui em Roraima o não envolvimento da Academia, isso é muito presente, porque a Academia que poderia fortalecer esses órgãos públicos, por exemplo, a terem aulas de espanhol, Academia que poderia fortalecer um trabalho mais intercultural com essa população, porém, a Academia não consegue acessar e de maneira prática, né? Ah, esses abrigos onde essas pessoas estão tuteladas, né? Por conta da dificuldade, né, desse processo tutelar que é acessar essas pessoas para que eles consigam entendê-las e poder desenvolver também alguns trabalhos específicos para fora, ou seja, para o Estado trabalho de extensão. Então, o não envolvimento da Academia aqui, nesses abrigos, também é por conta desse processo tutelar, né. Há vários relatos de pessoas que logo que eu cheguei eu questionei como a UFRR não está envolvida nisso, como a UERR não está envolvida nisso? E muitos deles falavam “a gente tentou, a gente pediu para pesquisar, recebemos um não, pelo Ministério da Cidadania, pelo desinteresse da agência da ONU...”. Tudo isso também demonstra um processo tutelar muuuuito discreto de “não, não, não vamos deixar ter acesso” e queremos manter algo específico, estagnado, então... (Gal, advogada e trabalhadora humanitária, 20 de agosto, 2022).

A opinião de Gal sobre uma forma de tutela que impede ações mais capilares, de base e envolvendo atores críticos, como costuma executar a Academia ou as organizações humanitárias, apareceu entre outras pessoas entrevistadas e durante o campo, evidenciando algumas contradições presentes numa política migratória construída entre uma agenda humanitária e militarista, e que serão abordadas no capítulo 5.

Pensando a perspectiva do ativismo e da auto-organização da população migrante em busca dos direitos humanos assegurados a todos e todas, conforme também discutido um pouco no capítulo 3, perguntei à Cela, que já havia trabalhado também num abrigo não indígena, sobre as formas de organização política que ela presenciou em ambos os contextos de abrigo, e quais as diferenças que ela notava entre população migrante indígena e não indígena a partir dessa dimensão da reivindicação de direitos.

Cela: acho que a primeira coisa que é possível a gente desenhar um paralelo entre não indígenas e indígenas é que, para parâmetros de Brasil, os venezuelanos são muito apropriados do que que é direito, o que o Estado tem que fornecer, o que que é obrigação do Estado. Então eles vêm com esta perspectiva que “olha, eu sei, o Estado tem que me fornecer isso”, eles até têm um choque de realidade, por exemplo, “porra, mas vocês têm que pagar conta de gás no Brasil” [fala de um jeito mais descontraído, dando um pouco de risada] Então tem alguns choques em relação a isso, porque (...) vem de uma realidade em que o Estado fornece, é muito diferente do que o Estado fornece aqui. Então eles são muito mais apropriados do que são os direitos e cobram isso, mas... Nos abrigos não indígenas, isso aparece de uma maneira muito desarticulada e individual. A pessoa vem e fala “eu sei qual é o meu direito, eu tenho que acessar x, y, z”. [Pausa] Com uma população indígena eles são absolutamente muito bem articulados e organizados politicamente. Se organizam a partir das lideranças, que são os aidamos que têm nos abrigos, e aí... Assim, acho que tem alguns meandros disso, algumas questões que depois eu posso entrar, mas basicamente eles, em tese, preservam uma certa estrutura político social desde muito tempo, então, dentro dos abrigos, falando da população abrigada, eles têm lideranças que cumprem um papel de liderança política, assim né... Organizam a vida social, organizam a vida em comunidade e atuam... Então, quando eles querem, sei lá, mudar o cardápio da comida, eles se organizam, solicitam reunião com os militares, então... E eles têm um negócio que é, às vezes eles batem na sua porta, sei lá, pedem qualquer coisa, “Ai, você pode tirar um xerox disso aqui pra mim?” Se você fala “ai, não vai dar”, ele pergunta “Tá bom, e quem que é o seu chefe? Quem que é o líder aqui?”, e eles tem uma clareza muito grande de que “ó, tem um funcionamento hierárquico, se eu falar com você, não vai resolver, então quem é o seu chefe?” Então eles partem de uma noção também de como e para quem eu vou postular as minhas reivindicações (...) Teve uma situação que o pessoal conta, teve um conflito, uma situação no antigo abrigo Pintolândia, e aí o ACNUR mandou uma pessoa para ir lá ajudar, mediar e resolver a situação. E aí que essa pessoa chegou, os aidamos falaram assim “Tá, mas quem é você?”, tipo “quem é você dentro do ACNUR, você não representa nada, cadê o chefe? Por que mandaram você? Você manda? Você pode decidir? Você tem autonomia para decidir? Eu não quero falar com você. Eu quero alguém que decida”. E é uma coisa que você nunca, jamais vai ver num abrigo não indígena. Você não vai ver isso, é... São muito bem articulado e organizado, sabem muito bem com quem eles têm que falar, como eles vão falar. Tipo... Eu brinco que as assembleias no abrigo indígena parece assembleia, sei lá, do [movimento estudantil], assim. Eu sou a figura pública, estou aqui representando o meu povo, e neste espaço eu não estou falando com Cela, com Maria, eu estou falando com a ONU, você representa a ONU e essas são as minhas reivindicações e eles são muito duros, muito duros. Então eles estão lá na Assembleia, estão “tá, tá, tá, tá”, aí depois é tipo, te tratam normal. Então eles também têm uma noção de que é quase como, ali é um personagem, é a persona política do aidamo que está atuando. Então eles atuam desse jeito, fora daquele espaço. Eles tem uma capacidade organizativa muito grande, eles tem conhecimento da Constituição brasileira, eles mencionam toda vez a convenção 169 da OIT¹⁰, Então eles

¹⁰Se trata da Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais (nº 169) que foi adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1989. Em linhas gerais, é um documento que representa um consenso entre governos,

são muito apropriados de tudo que é direito deles. (Cela, trabalhadora humanitária e cientista social brasileira, 14 de agosto, 2022).

Tendo em vista essa peculiaridade de organização coletiva presente entre a população migrante indígena, perguntei à Cela se ela entendia que havia perspectivas futuras e reivindicações concretas dessa população em torno de seu destino, levando em conta a condição prévia de existência do abrigo como um espaço temporário. Comentei ainda que a assembleia que presenciei não abordou de nenhuma maneira uma reivindicação em torno de saída do abrigo, e melhor se debruçou sobre a manutenção da vida dentro daquele espaço.

Cela: Isso praticamente não aparece. Eu tenho essa mesma impressão, assim, são sempre reivindicações de pequenas coisas. Então, aí, mudar o cardápio da comida, mudar o kit¹¹... Então tem uma distribuição mensal que vem, sei lá, fralda, cloro, papel higiênico, xampu, escova de dente, itens de limpeza gerais, manutenção da casa e itens de higiene pessoal. E aí eles reivindicam mudança desses itens: “eu não gosto da marca desse sabão, ou vocês mudaram o sabão em pó para sabão em pedra”, “Eu quero... Que sejam distribuídos dois kits ao invés de um só”, então são muito... São reivindicações que exatamente partem de uma melhora pontual na qualidade de vida, mas ainda falando de um contexto, é... De abrigo. Em alguns momentos apareceram outras demandas, no final do ano passado, para o começo desse ano, quando foi o contexto da realocação dos abrigos indígenas. Então a gente tinha, acho que eram quatro, Jardim Floresta, Pintolândia, Nova Canaã, Tancredo Neves e a ideia era realocar três abrigos e todos eles irem para o espaço desse um único abrigo. Neste momento apareceu uma reivindicação de: “mas o ginásio do Pintolândia é nosso, a gente não quer sair daqui, a

organizações de trabalhadores e empregadores, sobre os direitos dos povos indígenas e tribais nos Estados-membros em que vivem, atribuindo ainda responsabilidades aos governos em proteger direitos e assegurar a participação em processos de tomada de decisões que impactam suas vidas. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/resource/news/dia-da-pessoa-indigena-entenda-importancia-da-convencao-no-169-da-oit-sobre>. Acesso em: 10/06/2024.

¹¹ Se trata de Kits de NFI, sigla em inglês que significa No Food Items. Posteriormente à entrevista, Cela me confirmou a informação precisa sobre os Kits compostos por: itens de higiene pessoal: papel higiênico, escova de dente, Sabonete, Pasta de dente, Shampoo, Condicionador e Absorvente, contando ainda com: balde, sabão para lavar roupa, cloro e desinfetante. Eles eram entregues uma vez por mês, e em casos de novo abrigo, quando a pessoa que chega recebe um kit. Em tese deve ser proporcional por quantidade de pessoas que compõem o núcleo familiar, porém com um teto limite. Por exemplo, se tiver uma família de 12 pessoas ela vai receber o mesmo que uma família de 9, por isso que, segundo Cela, a gestão do abrigo tenta repartir o núcleo familiar por “carpas”, de forma que ele não fique tão grande. Ademais, especificamente no abrigo indígena se entrega um kit de cozinha, que vem com panelas e itens para cozinhar (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 52-53).

gente quer terra,” mas isso ainda aparece muito pouco e não tem... Não é algo de muita força entre toda a comunidade, porque eu acho que é uma especificidade, é... Dos warao, principalmente, que é a etnia majoritária que está dentro dos abrigos, que é: eles... E eles falam isso, “pra gente é muito esquisito estar no abrigo com tanta gente, porque as nossas comunidades eram pequenas”, então isso é fora da realidade deles, essa vida comunitária tão extensa. Então, uma das minhas hipóteses é: que talvez não seja uma reivindicação de uma terra para todos, porque para eles também seria esquisito a ideia de ter que viver com todas aquelas pessoas na mesma terra. Uma terra para minha família, ok, eles aceitariam e acho que eles me indicariam isso. Um canto pra mim. Mas pra tooooooas essas pessoas, eu acho que tudo isso também está meio fora de cogitação. (Cela, trabalhadora humanitária e cientista social brasileira, 14 de agosto, 2022).

Brasil e México: Territórios Ambíguos.

Neste capítulo, ademais de discutir conceitos indispensáveis aos estudos migratórios, procurou-se realizar uma exposição profunda de caracterização das crises migratórias que vem se desenvolvendo no Brasil e no México a partir do trabalho etnográfico de campo realizado em duas cidades que funcionam como territórios de entrada e espera das migrações internacionais críticas, localizadas em regiões de fronteira.

Ademais, a partir principalmente das entrevistas, buscou-se desenhar um esboço de como essas crises estão se desenvolvendo em ambos os territórios nacionais de conjunto, em diálogo principalmente com os ativismos migrantes escutados também na pesquisa virtual. Assim, buscou caracterizar a dinâmica das crises em se tratando dos deslocamentos migrantes propriamente, das formas de gestão institucionalizadas e dos ativismos implicados nos processos.

Foram notados elementos de semelhança entre os países, no que diz respeito às nacionalidades migrantes que compõem as crises migratórias em ambas, embora com a notável diferença de que no Brasil a migração venezuelana carrega a especificidade de deslocamentos populacionais indígenas que aprofundam a complexidade das respostas que são formuladas às crises, em que pese a região mexicana em questão apresentar também elementos de tensão identitária que dialogam com etnicidade e raça.

Também foi perceptível a diferença a nível de organização estrutural de respostas humanitárias às crises, especialmente nas regiões de fronteira estudadas, sendo possível afirmar que no contexto brasileiro existe uma resposta mais organizada, de um ponto de vista material do território, embora ambos os países apresentem articulações a nível de forças militarizadas, instituições de Estado e agências humanitárias internacionais. Já a nível nacional, é possível dizer que as lógicas de deslocamento e de respostas estarão vinculadas aos projetos migratórios que predominam nesses territórios, bem como às visões de Estado – e tudo aquilo que as influenciam – em matéria de gestão das migrações.

O próximo capítulo terá como objetivo, portanto, aprofundar elementos conhecidos durante a realização das pesquisas de campo evidenciando os elementos políticos e materiais que são combinados na elaboração de respostas às crises migratórias em cada um dos contextos.

Capítulo 5: “Na Brita” Entre o Humanitário e o Militar.

As práticas de gestão da migração nas Américas, pela extensão dos territórios nacionais e em espaços de fronteira, derivam de políticas migratórias e leis nacionais que seguem profundamente marcadas por um pensamento colonial e racista. Como resultado, surgem identidades que desumanizam algumas pessoas ao se tornarem migrantes.

Uma espécie de sub-identidade migrante é produzida a partir dos processos de migração, e se relaciona com a condição social, econômica e política desde a sociedade de origem, passando pela sociedade de trânsito e destino. As experiências analisadas conclamam basear-se no paradigma humanitário, que ao mesmo tempo em que pressupõem o direito à mobilidade, naturalizam condições de vulnerabilidade dessas identidades migrantes e terminam por condicionar esse direito, que passa a ser controlado ou restrito.

No território, isso se traduz em formas de gestão que envolvem papéis, prazos, percursos, documentos, regras, procedimento, sistemas, espera e expectativas. Será também nesses territórios que as pessoas migrantes, individual ou coletivamente, desenvolverão suas estratégias para permanecer ou continuar seus projetos migratório, mais ou menos amparadas pelas leis e instituições humanitárias que incidem sobre suas vidas.

Na entrevista realizada com Leo, que atuava em um albergue na cidade de Tapachula para pessoas refugiadas e solicitantes, o advogado nomeou de *maña* as formas que o Estado vinha encontrando para desacelerar ou barrar a migração, possibilitando ainda que de maneiras informais os e as agentes de Estado pudessem se beneficiar dos fluxos que se controla, violenta, expulsa e também se cuida (Campos-Delgado e Côté-Boucher).

Em todas as entrevistas realizadas com ativistas e trabalhadores humanitários que atuavam principalmente em contextos de fronteira e com migrações internacionais, foram pontuadas as maneiras jurídicas e burocráticas que obrigam as pessoas a estarem num determinado território fronteiriço, tapachulteco ou roraimense, de forma indeterminada ou sem que aquilo tenha sido exatamente uma decisão delas, havendo aspectos negativos e positivos nessas respostas de gestão migratória, algo que se procura explorar e aprofundar na discussão deste capítulo.

O conceito de “espetáculo fronteiriço”, proposto nos estudos migratórios por Bernd Hess, Nicolas De Genova e Sabine Hess, e aqui assumido, pode ser sintetizado como “(...) performance na qual operam símbolos, linguagens e dispositivos de governabilidade migratória para a produção legal da ilegalidade que se imprime nas vidas cotidianas de pessoas migrantes e refugiadas” (Varela-Huerta e Gabrielli, 2024, p.185). Ele é evocado para compreender as práticas de gestão em seus detalhes e desdobramentos na vida cotidiana, pois opera como “(...) um dispositivo concreto do regime global de fronteiras, que serve para o governo dos “outros” (...) para (re)semantizar a noção do nós ‘cidadãos’ em tempos de globalização e virtualização da existência humana”. (Varela-Huerta e Gabrielli, 2024, p. 186).

Funciona como uma deturpação da realidade, fazendo com que “formas de violência de Estado” sejam traduzidas pelos meios de comunicação como “medidas estatais” que buscam governar a migração até que ela se torne “segura, ordenada e regular” (Varela-Huerta e Gabrielli, 2024, p. 186), para evocar o Pacto por uma Migração, documento mais atual da ONU sobre o tema.

De certa forma, essa retórica permite uma “constante produção de ‘crises’ em zonas fronteiriças, relacionadas com os cruzamentos informais ou indocumentados”. (Varela-Huerta e Gabrielli, 2024, p.193), gerando mecanismos de representação de crises migratórias, peça fundamental no espetáculo fronteiriço, criando um cenário propenso para o desenvolvimento de respostas performativas que se valem da urgência/emergência de intervenção que uma crise demanda.

Nos dois contextos de migração deste estudo, se pôde constatar que a condição de crise migratória parece demasiado extensa, já se alargando há, pelo menos, cinco anos, de forma a ter se tornado mais próximo de permanente, evidenciando os aspectos estruturais que estão por detrás de supostos momentos de excepcionalidade. Essa ideia, aliás, é tomada como fato nesses espaços fronteiriços, e na cotidianidade desses lugares, gerando uma série de tensões, desafios e zonas amplas de agressão e outras medidas para pessoas migrantes (Varela-Huerta e Gabrielli, 2024, p. 193).

Os dispositivos que compõem essas políticas – de espetáculo – podem ser caracterizados como biopolíticos, ideia que fundamenta Michel Foucault ou necropolíticos, forma atualizada proposta por Achille Mbembe. Um desses dispositivos é a espera, isto é, a administração do tempo de vida da pessoa migrante ou ainda a negação ou dificuldade do acesso ao refúgio, através da administração da subjetividade jurídica (Varela-Huerta e Gabrielli, 2024, p. 185).

A produção de práticas de Estado e outros atores para a gestão migratória no contexto dos regimes de fronteiras (Campos Delgado, 2021a; 2021b) contempla um movimento que é duplo, relacionado com a própria migração em si e com o encontro das pessoas migrantes com esses regimes, algo que molda suas jornadas e estratégias de mobilidade. Portanto, ao mesmo tempo

em que os regimes são influenciados pelas estratégias de mobilidade, de resiliência e de teimosia das pessoas migrantes, essa influência também pode gerar como resposta conseqüente o reforço da militarização e de uma conduta de policiamento da migração. (Campos Delgado, 2021b, p. 31).

No contexto latino-americano, essas respostas militarizadas são combinadas com uma perspectiva humanitária, como se reivindica principalmente desde as agências não governamentais que atuam nos contextos migratórios, em decorrência dos deslocamentos envolverem vários aspectos de vulneração e vulnerabilidades, violências e violações de direitos humanos básicos – aspectos que marcarão a característica de continuidade desses deslocamentos e que também marcará a forma e justificativa das respostas humanitárias.

O regime de fronteiras possui múltiplas escalas e é composto de micropolíticas (Campos Delgado, 2021), além dos chamados “*border reconstruction projects*”: “estratégias patrocinadas pelo Estado destinadas a reforçar e/ou reconstituir fronteiras em resposta aos desafios que a globalização impôs aos Estados-nação”. (Campos Delgado, 2021b, p. 31).

No contexto analisado, foi possível evidenciar que os Estados nacionais procuram inventar ou reviver forma de agir, tornando as fronteiras “lugares onde forças globais e caras operações” (Mountz, 2011, p. 384) incidem e se materializam nos corpos e vidas cotidianas das pessoas migrantes através de sutis mecanismos de controle e de cuidado, não colocando-os em contraposição, mas sim conectados baixo à ideia do humanitarismo e das políticas de vida (Campos-Delgado e Côté-Boucher, 2022).

Se trata também de pensar esses territórios de crises e respostas humanitárias como forma de externalização de fronteiras, gerando-se lugares de trânsito que funcionam também como pré-

fronteiras de outros países, e que influenciam substancialmente no cotidiano de vida das pessoas migrantes. São lugares que servem para “processar” solicitações de refúgio e outras respostas à migração, inclusive com a operação de “empresas transnacionais” e agentes internacionais (Mountz, 2011, p. 385).

A partir de 2010 tem havido uma intensificação das migrações extrarregional e extracontinental, o que também impacta na visibilização e politização dos regimes fronteiriços regionais e das legislações e práticas migratórias (Domenech, 2021, p. 71). Nas Américas é perceptível que a mudança passa por um maior controle migratório e fronteiriço, através de medidas estatais de militarização e repressão, ademais de medidas burocráticas, com ampliação de requisitos para entrada e permanência, criação de tipos de visto específicos, tais quais o humanitário, recusa e lentidão de concessão de refúgio.

A situação migratória da região apresenta um deslocamento massivo de pessoas em condição de pobreza e vulnerabilidade, caracterizando um cenário de crise migratória. Essas crises – que envolvem bastante a migração de refúgio – são um componente central e estrutural dos regimes de fronteiras e vem sendo mais intensamente produzidas a partir de sucessivos fechamentos de fronteiras por diferentes Estados nacionais a partir de 2015. A migração massiva venezuelana, iniciada em todo o continente a partir de 2015 foi outro ponto de inflexão. (Domenech, 2021, p. 74).

A narrativa da crise migratória permite aos estados nacionais e governos locais, aliados a interesses econômicos e políticos diversos, a aplicação desse modelo, onde se coloca ênfase na narrativa humanitária, para explicar as intervenções de controle estatal, justificando ainda o caráter de proteção da população migrante, desenvolvendo complexas articulações entre agentes

estatais migratórios, forças policiais e militares, organizações internacionais da sociedade civil e ativistas políticos variados, além das próprias pessoas migrantes.

Na região os diversos e sucessivos governos vem reforçando e construindo esquemas securitários de migração, combinando medidas punitivas, humanitárias, tecnológicas e de controle justificadas em nome da “migração segura, ordenada e regular” (Domenech, 2021, p. 73). Esses regimes de fronteiras que vem se desenvolvendo na região também visam interesses de diferentes atores de poder, ainda que em geral sigam sendo regimes, principalmente no contexto mexicano de corredor migratório tão intensamente circulado, focados em interceptar e dissuadir a migração em crise, proveniente de países do Sul Global e principalmente centro-americana, cujo objetivo geral tende a ser chegar ao Norte Global (Campos Delgado, 2021b, p. 31).

A mobilidade – ou falta de – é uma questão política. Quando olhamos para um mundo de intensos deslocamentos humanos e diferentes tipos de condição migratória e pessoas migrantes, fica evidente a disparidade no acesso ao direito à mobilidade, sobretudo se se pensa na migração de refúgio e outras migrações que, desde os países de origem, apresentam complexas situações econômicas e políticas (Hyndman e Giles, 2011, p. 365). Elementos como espera e urgência, corpo e movimento são sincronizados na composição do gerenciamento da migração (Campos Delgado, 2021a; 2021b).

A situação de viver como solicitante de refúgio, asilo, visto humanitário ou pessoa refugiada, pode ser caracterizada como um limbo de longo termo, onde as pessoas migrantes se encontram desprovidas de uma série de direitos (Hyndman e Giles, 2011). Diante desse contexto,

o objetivo deste capítulo é trazer elementos narrativos, de caracterização, denúncia e reflexão que emergem dos trabalhos de campo e entrevistas realizadas.

Burocracia, Militarização, Ordem e Controle.

Em *Discurso sobre o colonialismo*, Aimé Césaire pontua que o projeto burguês tem em sua “razão de Estado o belicismo” (Césaire, 2020, p. 64), o que significa que a sustentação dessa comunidade nacional imaginária e de seu decorrente território só é possível quando se possui um ordenamento que passa pela militarização e seus desdobramentos em nome da segurança e soberania nacional territorial. A segurança não é uma categoria abstrata, mas conformada por mecanismos diversos como a punição, a vigilância, o controle, as leis e o sistema jurídico de códigos, além do binarismo entre aquilo que é proibido e o que não é (Foucault, 2008, p. 8).

Há uma enorme variedade de tipos e níveis de controle e/ou contenção territorial. Como o território é moldado dentro de relações de poder, isso envolverá constantemente o controle da sua acessibilidade (Haesbaert, 2007, p. 31), que dependerá dos sujeitos que o promovem: o Estado, empresas nacionais e transnacionais privadas, grupos étnicos-culturais, sociedade civil e ativismos.

Conheci Dua no albergue. Ele chegou depois de mim e esteve por pouco tempo, e sempre foi muito gentil comigo. Quando fui embora, consegui seu contato, e perguntei-lhe se ele topava compartilhar sua história para a minha pesquisa. Ele aceitou. Fizemos a conversa de forma virtual, pois logo que parti de Tapachula, Dua também partiu, junto a outras pessoas, numa caravana e, entre diferentes percalços, finalmente havia chegado ao seu destino inicialmente pensado, os Estados Unidos.

Dua é um homem jovem, venezuelano e que viveu na Colômbia por alguns anos antes de iniciar, na companhia de outras pessoas venezuelanas, a dura trajetória migratória a pé. Assim, sua história de migração até chegar no México e pelo tempo em que esteve ali é um exemplo farto e doloroso das políticas migratórias e seus desdobramentos nos pormenores da vida cotidiana de uma pessoa. Assim iniciou o relato de sua trajetória:

Dua: Bueno, primero que nada, como me dijiste que te fuera contando cómo me siento, primero que nada, por todo lo que me dices y por todo lo que recordé, me hace sentir un poco entre ansioso y cómo... Como... Entre triste, asustado. No sé explicar el sentimiento.... O sea, la llegada a México me costó exactamente desde que salí de Colombia 24 días. (...) de Guatemala a México no recuerdo el nombre de la entrada como tal, o sea, el cruce, que está muy cerca de Tapachula (...) cuando intentamos por ahí, ¿verdad? Nosotros pasamos, llegamos hasta Migración y le preguntamos sobre cómo era el proceso para si podíamos pedir asilo o algo en México. Y la de Migración nos dijo exactamente que no, que ella no sabía absolutamente nada de lo que estábamos hablando y previamente por internet habíamos averiguado y se supone que sí, si se podía, pero... Y ahí lo que nos dijo la de Migración fue que rodeáramos, pasáramos por el río y esperar a que nos capturaran a ver qué nos decía la Migración, que nos capturara y nosotros nos quedamos como “ah, ok”. ¿Pero realmente intentamos hacerlo bien, me entiende? O sea, nunca intentamos hacer nada por las cosas mal ni nada. Bueno, por ahí por Ciudad Hidalgo, hicimos el intento (...) cruzamos en una balsa que nos costó 20... La Moneda de Guatemala... Quetzales. (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).

Importante destacar o movimento corajoso de Dua em aceitar compartilhar sua história, ainda que toda a experiência que teve com o Estado mexicano tenha sido marcada por diferentes formas de violação. Muito recorrente no campo, relatos de que era difícil obter informação diretamente junto a agentes migratórios demonstram que o modo de agir desses oficiais do Estado certamente funcionava como fator de dificuldade do processo migratório.

O agir que dificulta não é componente oficial da política migratória, o que gera consequências ambíguas para o contexto, tendo um efeito retardante, mas, em muitos casos, como o de Dua, não determinante da negação do direito. Afinal de contas, Dua e outros

companheiros de migração foram levados à Estação Migratória, dando início ao procedimento de pedido de refúgio no México.

No entanto, em nossa conversa, Dua afirmou que desde sempre, pela familiaridade com o inglês e por ter conhecidos que viviam nos Estados Unidos, influenciado pela informação de que os venezuelanos tinham algum tipo de “salvo conduto” para migrar, seu interesse nunca havia sido ficar no México. Quando perguntei se ele chegou a informar isso em algum momento durante o primeiro período sob custódia do Estado mexicano, ele respondeu:

Dua: No, mira sinceramente adentro uno cae en tantas cosas, o sea la gente te dice tantas cosas que tú ya no sabes que hacer realmente. Mucha gente te dice ‘oye, no les digas que quieres ir a Estados Unidos porque te...’, o sea, te pueden meter preso, te pueden devolver. Hay como una clase, o sea, ellos te hacen, así como una clase de examen o entrevista, no sé cómo decirlo, que tienes que llenar como unas hojas, ¿verdad? Respecto a lo del supuesto asilo o no sé, no recuerdo bien esa parte, pero como que hay como un mapa y tú tienes que indicar qué quieres hacer, o sea, dónde quieres vivir, si quieres ir a Estados Unidos, (...) O sea, esa parte yo no la llené porque me puse a pensar que no es problema de ellos y ya, pues. Pero sí te hacen muchas preguntas respecto a todo eso. (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).

Nesse trecho, Dua comenta a sondagem dos agentes com relação às intenções das pessoas migrantes, fazendo-as informar e registrar seus planos. Como ele mesmo destaca, sua decisão em não preencher as folhas entregues pela Migração foi baseada em um senso de que aquilo não era assunto deles. Após passar pelo albergue e enquanto esperavam respostas de seus trâmites, outra caravana vinha sendo organizada em Tapachula. Dua e outras pessoas do albergue decidiram juntar à caravana, apesar do desencorajamento da parte de trabalhadores humanitários do local. Por essa razão, perguntei-lhe sobre a decisão.

Dua: Realmente fue relativamente fácil llegar hasta la caravana (...) ya tenía un día de arrancar y nosotros la alcanzamos (...) la caravana era... No te voy a decir como una familia, pero, por decirlo así, de verdad te sentía seguro, a pesar de que dormías en la calle, a pesar de todo, éramos demasiadas personas, ¿me entiendes? Entonces siempre era como que todos estaban pendientes de todos, comíamos entre todos, este... Oye, a veces había caminatas fuertes que de verdad los pies no aguantan, pero es eso, Julia, o

vivir toda la vida en Venezuela, **entonces tú te pones a pensar, o sea, ¿vale la pena, no vale la pena? ¿un poco de dolor? ¿O sea qué tanto? Un poco de dolor a cambio de qué... ¿Me entiendes? Eso es lo que te pone a pensar (...)** No me quejo nada de la caravana. Sinceramente, fue necesaria. (...) mucha gente de esa caravana quiere hacer las cosas bien, realmente quisiera tener una visa, quisiera hacer las cosas, pagar lo que sea, pero no todos tenemos esa posibilidad, no todos tenemos ese acceso a una visa o lo que sea. ¿Me entiendes? ¿Entonces qué toca, me entiendes? Toca hacer las cosas de esa manera, de la manera que los gobiernos no quieren, que, o sea, no nos quieren ayudar, entonces lamentablemente uno tiene que buscar la manera (...) La caravana no, o sea, la gente, toda esa gente que estuve rodeado de verdad te ayuda a mejorar, ¿sabes? De verdad, mira, te digo algo, ya la gente te comparte comida, te comparte agua, lo que sea, te ve sin nada, de verdad, quién sea, Julia, quien sea te trata de muy buena manera y tú dices que (...) O sea estoy contando de todo un poco, disculpa, pero es toda una experiencia, es toda una experiencia estar ahí. ¿Sabes? De verdad que me gustaría volver ahí, pero desde otra perspectiva, me gustaría poder ir, ayudar a las personas a, no sé, a mostrar la realidad que se vive allá adentro, o sea que... Mira, no es que una persona quiera llevar a un niño entre los brazos, no sé 10.000 kilómetros, pero lo hace porque quiere mejorar, porque quiere un futuro mejor, ¿sabes? (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).

O relato de Dua sobre a caravana expressa incoerências sobre as políticas migratórias e possibilidades de regularização que se tornam travas e filtros às pessoas migrantes, e a forma massiva de caravana surge como uma resposta às necessidades de vida dessas pessoas, que são imediatas, e a ausência de políticas efetivas, por todo o caminho da migração, para que existam melhores condições de vida e de migrar.

Quando lhe questionei sobre como o INM e a GN atuaram na caravana, ele contou suas percepções e experiência. Mais adiante, durante o caminho, Dua e um de seus amigos, também venezuelano, seriam presos mais uma vez pelos agentes migratórios.

Dua: *Oye, mira, la verdad es que si te quedas muy atrás o ibas muy adelante, te agarraban, pues y te metían preso de nuevo. (...) **la gente de Migración y la Guardia son unos exagerados, de verdad que sí exageran** (...) la manera en que nos agarró la Guardia en esa vez, o sea, **nos llegaron apuntándonos y todo y o sea, mira estás apuntando migrantes**, o sea, no hay nadie, como te digo, armada, ¿cuál es la necesidad de llegar apuntando a la gente, me entiendes? Creo que no está bien. El trato de Migración **son unos hipócritas**, la verdad, digo esa palabra porque mira, en cuanto a cómo cuando estuve en Siglo 21 conocí muchos de Migración, de verdad que eran unos... Disculpa la palabra, unos hijos de puta, de verdad horrible, o sea, como*

*personas, como seres humanos, un asco. Y cuando estábamos en la caravana, que cuando ya nos iban a dar, por decirlo así, el permiso de verdad, por fin, después de haber estado en la caravana semanas y semanas en la calle y todo eso, este... La Migración nos trataba bien, nos llevó comida y todo eso (...) Y llegué a ver mucha gente de Migración que estaban allá en Siglo 21 los vi ahí repartiendo comida y tratando bien a la gente, o sea, me hizo sentir como, **no entiendo esta gente, o sea, realmente ¿qué clase de personas son? O sea, son un robot, o sea, mira, te mandan a matar y voy a matar, o sea, te mandan a ayudar, voy y ayudo, o sea, no entiendo realmente a esa gente (...)** Entonces nos adelantamos y nos metieron presos, pero de verdad esa segunda ocasión ya era... Estábamos hartos de todo, como te digo, Julia, (...) Ya me da igual todo lo que pasó, lo que tenga que pasar. Y nos adelantamos así, o sea, por caminos y por montañas, pero todo, todo en bus, ¿sabes? Todo siempre en bus. Pero te digo algo, la posición del migrante es difícil, no solo por la policía, no solo por la Migración, sino también por los mexicanos, que a veces, o sea, vendedores comunes o vendedores de tickets para buses, ven que tú tienes necesidad y ven que no tienes papeles, te quieren vender todo a sobreprecio, pero cuando te digo sobreprecio o sea, por ejemplo, un pasaje cuesta 20 pesos y te lo quieren vender a 500 pesos, entonces, ¿me entiendes? O sea, son unos exagerados, eso también es un problema en cuanto a la hora de migrar que de verdad, mira, hay mucha gente que te pone muchas trabas. (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).*

O tom de indignação de Dua deriva da percepção com relação à discrepância entre ações humanizadas e desumanizadas da parte de agentes migratórios com quem havia topado na Estação anteriormente e que fizeram parte de efetivos que acompanham a caravana oferecendo algum tipo de assistência. Sua dúvida era sobre a discrepância do agir de uma pessoa que, enquanto “recurso humano do Estado”, assume diferentes papéis, as vezes antagônicos, sem nenhum problema, em nome do exercício de sua profissão/ocupação oficial.

Dua e seus amigos avançaram com a caravana pelo território mexicano, a ponto de cruzar à Veracruz, porém em alguns momentos se atrasando ou tomando rotas alternativas, utilizando as rodovias e ônibus do país. Nesse movimento, foram abordados e presos pela segunda vez, quando o INM os retorna ao estado de Chiapas, à uma Estação Migratória localizada na capital, em Tuxtla Gutiérrez, onde permaneceu por 17 dias detido.

Dua: En cuanto a esa Estación de verdad que era totalmente diferente, Julia, era más pequeña que Siglo 21, estaba un poco más controlada, pero igualmente había cosas malas, eh... La Migración estando ahí le robó un dinero, bueno, robaron varias veces

dinero de los bolsos de los africanos, porque los africanos, como nada más hablan inglés, este... Los de Migración se hacían los locos, o sea, como que no podemos hacer nada, no sé qué, o sea... Y mira, de un africano se lo robaron como 7.000 pesos, o sea, muchas cosas así... (Dua, migrante venezolano, 09 de maio. 2022).

Há nesse relato mais uma prática não oficial de violação de direitos humanos, de forte aspecto racista e discriminatório, e que gera consequências concretas ao deslocamento de determinadas pessoas migrantes, africanas no relato Dua, mais expostas a serem vulneradas em decorrência do desconhecimento do idioma. Dua e seu colega foram soltos, pois:

*Dua: (...) revisaron que el caso, o sea los papeles que nos dieron Migración, sí sirvieron y al parecer sí revisaron que nuestro proceso de migración sí estaba todavía en proceso y que nos podían soltar. Pero Julia, o sea, dime tú, ¿17 días para verificar que un proceso se está haciendo? O sea, no me jodas (...) O te quieran hacer frustrar, no sé, ¿me entiendes? O quieren que te vuelvas loco, no sé. Y bueno, en cuanto a Migración, hasta el último momento, hasta el último momento son... O sea, lo peor. Mira, ahí cuando nos soltaron a los 17 días, ¿verdad? Era una chica de Migración y ella, o sea, ahí estábamos con un amigo que lo habían encerrado con las mujeres, porque como él es gay, entonces en dónde estábamos, en la parte de nosotros lo fastidiaban mucho, entonces lo llevaron para allá. Entonces él nos vio en la Estación, o sea cuando nos iban a soltar en el mismo día a él también lo iban a soltar. Entonces un amigo se puso como en una posición en donde él otro estaba encerrado lo podía ver y lo estaba saludando y hablando, y salió la de Migración y nos dijo que no podíamos hablar entre nosotros, que si queríamos estar otra vez preso y entonces el amigo mío le dijo **“oye, ¿por qué con ustedes todo es una amenaza? Yo solamente estoy saludando y ya”**, ¿me entiendes? O sea, ese tipo de comentarios de Migración, o sea, ellos te digo algo, no sé por qué, Julia, pero ellos se creen, no sé qué se creen de verdad, ellos dicen comentarios estúpidos, absurdos, que por eso te digo mira, **yo llegué a un punto que ya no hablaba con ellos, porque ya tú te das cuenta que estás hablando con la pared, ¿sabes? No te dan una respuesta concreta, no te saben decir “oye, mira, está pasando esto, esto y esto”, porque todo es una mentira, sabes, todo es realmente una mentira. ¿Y por qué una mentira? Julia No sé, quisiera saber, pero no sé. Bueno, mentira. No, no quiero saber, Julia, ya quiero olvidar todo eso.** (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).*

A resposta de Dua evidencia as diversas nuances desse labirinto burocrático da regularização migratória no México, quando se leva 17 dias para checar um caso pessoal para, ao final, deixá-lo ir. Mesmo que se argumente que o volume de trabalho e de casos para serem analisados é alto para a capacidade técnica do INM, é preciso ter em mente que se trata da vida presente de uma pessoa, de dias inteiros literalmente impedido de sair e mover-se, submetido a

uma série de regras e formas de controle, ademais das práticas sorrateiras de diferentes formas de violência por agentes que, como refletiu Dua, funcionam para desanimar, coagir, inibir e desumanizar as pessoas migrantes, dificultando-lhes também psicologicamente.

O relato deixa expresso a existência contínua de atos e práticas implícitas nas abordagens migratórias que compõem a política migratória na prática, ainda que não oficialmente, conformando-se assim uma espécie de mecanismo de dissuasão, exercido mediante a humilhação e cansaço da pessoa migrante ciclicamente submetida à arbitrariedade da gestão migratória.

Já soltos, Dua e os amigos alugaram um quarto para aguardar a chegada de outra caravana que havia saído de Tapachula, para a qual havia rumores sobre a entrega de papéis que garantisse às pessoas migrantes transitarem de forma livre e segura. Às pessoas migrantes dessa caravana, o próprio INM disponibilizou ônibus que as levavam a outros estados.

Dua: Nos unimos a esa caravana, pero como llegamos al último no pudimos, o sea, acceder a los autobuses. Pero como estuvimos dos semanas ahí protestando, esperando en la calle, nos llegó la oportunidad, pues, de irnos en los buses, mientras los buses iban y dejan a la gente y venían otra vez (...) Los buses de Migración. Créeme que yo tenía miedo de montarme ahí. Sí, teníamos miedo, pero lo que pasa es que, la diferencia, Julia, es que esta vez el abogado, que no recuerdo su nombre en este momento, el hizo firmar como al director de Migración en televisión que nos iba a dar esos buses y esa fue la diferencia que marcó la primera, la segunda y la tercera, que los hicieron firmar en televisión.

Julia: ¿Y hasta donde se los llevaron los autobuses de Migración?

Dua: Tenían diferentes destinos todos (...) (Dua, migrante venezuelano, 09 de maio, 2022).

Dua relatou que mesmo em posse do visto humanitário – em forma de papel ou cartão plástico - em alguns trechos de sua rota aos Estados Unidos em ônibus comerciais, ele e outras pessoas eram constantemente abordados por policiais ou agentes migratórios de forma constrangedora: se obrigava as pessoas a descerem para questioná-las da legitimidade de seus documentos, sendo comum ainda que esses agentes de Estado pedissem algum tipo de suborno ou *propina* para que a pessoa não tivesse problemas.

Dua: *Pero muchas veces, o sea, me bajaron, me pedían dinero y yo les decía que no tenía, entonces me decían que me iban a llevar preso y yo les decía que ok, que me llevaran preso, que no tenía dinero, pues, que de verdad no tenía dinero y ya eso era todo, y me volvían a entrar al autobús. O sea, me dejan de ultimo, o sea, como para meterme miedo, ¿me entiendes? Ya a ese punto ya estaba harto, o sea, si me querían meter preso que me metieran preso, (...) Ya me valía madre [começa a rir e eu rio também] como dicen en México (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).*

Em entrevista realizada com Leo, que atuava como advogado em Tapachula, questioneei sobre a relação entre o dispositivo jurídico “Título 42” da política estadunidense e como as tensões na fronteira norte impactavam a estrutura do Estado no sul e a atuação da GN no tema migratório. Leo explicou as práticas do que chamou de Autoridade Migratória – INM e Guarda Nacional, descrevendo a parceria entre diferentes forças burocráticas e de Estado.

Leo: *Yo me estoy basando de los últimos cuatro meses a mayo. Digamos que a principios de enero, hubo muchísima presencia de la Guardia Nacional porque (...) ahora la Guardia trabaja en conjunto con Migración y que digamos como que les brindaron esta facultad [faz o gesto de aspas com os dedos] “informal” de poder hacer detenciones de las personas irregulares en Tapachula. Obvio, en compañía de la Autoridad Migratoria. (...) los procedimientos administrativos migratorios han cambiado muchísimo, Julia. Ahora, por ejemplo, te puedo contar que ya no hay exagerada presencia de la Guardia, (...) pero porque Migración comenzó a realizar otros trámites, por ejemplo, ahora las personas, eso es como un dato muy reciente, las personas están obteniendo las tarjetas de visitante por razones humanitarias de manera muy sencilla, y en verdad te lo digo que es muy sencillo, porque ahora literalmente la persona que solicite el refugio y que le dan su constancia de trámite de la solicitud, con esa constancia las personas están yendo a dormir a regularización migratoria y ahí Migración les está... [faz um movimento de levantar a palma da mão como se ela fosse o documento “constância”, e com a outra mão gesticula como se desenhasse ou colocasse algo nela] por ejemplo, que esta es la constancia, ¿no? Nada más les ponen un sello y un día (...) y les dicen “preséntate tal día sin que lleven ningún expediente migratorio a traer tu tarjeta de visitante”. Y si la persona que se presenta con ese número hace fila (...) ese mismo día le entregan la tarjeta y con esa tarjeta pues tienen un documento de regular estancia que aunque sea únicamente por un año, pues les permite el tránsito por México o al menos el tránsito por la entidad federativa que es Chiapas, que es como la famosa cárcel que ahora le llaman todos (...) así le llaman: la cárcel o la perrera... (Leo, advogado em direitos humanos em Tapachula, 21 de maio, 2022).*

A descrição de Leo sobre o procedimento para conseguir um documento que sirva de atestado de regularidade, de que se é uma pessoa migrante regular e legal, demonstra a série de

caminhos burocráticos viáveis e absurdos que regem a vida de uma pessoa que migra, num sentido de facilitar-lhe ou dificultar-lhe o trânsito. Em sua atuação como advogado de migração, Leo começou a transitar por espaços institucionais e conhecer mais as leis e práticas do Estado, aprendendo sobre a burocracia – percursos, etapas e processos - de regularização jurídica das pessoas migrantes, entendendo que muitos deles parecem desenhados para serem dificultosos e extenuantes a certos grupos de pessoas, como também me comentou a advogada de direitos humanos, Alma.

Leo: Vamos a ponerme a mí de ejemplo. Yo, Leo, originario (...) de El Salvador, ¿no? Llego hoy a Tapachula. Imaginemos que hoy es lunes, hoy me dirijo a la COMAR y la COMAR tiene un módulo en el (...) Mercado de Laureles, así se llama el mercadito donde atienden. En ese mercado me dan un citatorio. Imagínate que el citatorio dice tal cual: cita en esta fecha. Con esa cita yo debo presentarme a oficinas de COMAR detrás de Plaza Cafeto, que es la oficina más grande que tiene COMAR. Yo ahí acudo con mi cita en la hora que me ponen y formalmente inicio el procedimiento cuando me emiten ya la constancia de trámite, porque ya estoy en trámite, ya me asignan mi clave única de refugiado y mi fecha de registro. En cuanto yo tengo esa constancia, ahora la nueva práctica de Migración es esta: yo puedo ir a Migración a solicitar mi tarjeta de visitante sin necesidad de hacer todo un trámite en línea, porque no sé si recuerdas que anteriormente la plataforma de Migración estaba congelada y nos daba citas de cada cinco hasta seis meses, aunque tuviéramos la constancia y aunque tengamos ese derecho de acceder a esa tarjeta siendo solicitantes (...) En verdad, Julia, ha habido demasiada presión aquí en el sur, de personas que estaban estancadas que... Eso fue muy, muy, muy sonado en verdad a nivel internacional, personas que se cosían los labios, se cosían los labios, personas que hacían huelgas de hambre afuera de la Estación de regularización migratoria o, por ejemplo (...) Hay muchos activistas aquí en Tapachula, que formaban estas famosas caravanas que no eran pacíficas, o sea que igual empezaban siendo pacíficas y terminaban haciendo... Siendo violentas por cómo la Autoridad Migratoria, ¿no? Entonces comenzó a haber mucha presión contra Migración y las diversas organizaciones internacionales... Tapachula es literalmente ahorita el ojo de todo México. O sea, aquí está la presencia de muchas organizaciones internacionales que están velando para que no se les violenten estos derechos. Entonces la COMAR y Migración como que de cierta manera temen, ¿no? Temen a (...) ser sonados como personas que violentan, no, los derechos de las personas entonces comienzan a emitir estas tarjetas con mayor facilidad. Si no mal recuerdo, hace aproximadamente dos meses tuvimos la presencia del presidente, de AMLO, aquí en Tapachula... Había una población inmensa de migrantes, que se fueron a ahí afuera de donde estaba el presidente y comenzaron a literalmente a gritar que necesitaban salir de Tapachula, que los tenían encerrados... Sale el presidente de la Republica ahí en donde estaban las

*personas y exige al Instituto Nacional de Migración que emita tarjetas inmediatamente. ¿Qué hizo Migración? soltó más de 2.000 a 3.000 tarjetas migratorias ese mismo día, entonces hubo una salida inmensa de personas que estaban aquí en Tapachula y desde ahí comenzó Migración, te digo, a facilitar un poco también la obtención de estas tarjetas, pero (...) también hemos tenido ciertos problemas, porque casualmente desde que Migración da estas tarjetas, la COMAR comienza a poner más trabas (...) Por ejemplo, ahora la COMAR exige, para poder iniciar un procedimiento, tener documentos de identidad del país. ¿Entonces, imagínate? ¿Qué pasa con personas apátridas? O... ¿Qué pasa con personas que perdieron la documentación en el Tapón del Darién? ¿O que fueron asaltados y que les robaron todas sus pertenencias? ¿Cómo pueden ellos comprobar que tenían una identidad? Inclusive algunos traen copia de sus documentos y con eso no les están siendo válidos. (...) cómo se lava las manos la COMAR? Diciendo “busca a tu consulado más cercano”, pero sabemos, Julia, que no tenemos presencia de las embajadas ni de los consulados aquí en Chiapas, o al menos en Tapachula... De las personas se ven obligadas a volverse a su país, a intentar obtener un documento sabiendo que su vida corre peligro. Y en verdad, y eso es bien cierto, la mayoría de las organizaciones nos hemos enterado que **la propia COMAR les dice “bueno, pues vuelve a tu país y en cuanto tengas sus documentos ven”**. Entonces... ¿Dime tú, ¿cómo es esa contradicción que está siendo? (Leo, advogado em direitos humanos em Tapachula, 21 de maio, 2022).*

A narrativa demonstra que mesmo entre diferentes agências de um mesmo governo, as decisões tomadas – influenciadas também por questões políticas, tal qual a intervenção do então presidente mexicano, também narrada por Lola – podem ser contrárias entre si e causar diferentes consequências práticas nas vidas das pessoas migrantes. COMAR, a agência governamental destinada para responder ao direito ao refúgio, de maneira informal e através das orientações dadas pelos funcionários às pessoas migrantes – sem qualquer registro documentado, que não oralmente, passa a atuar violando o direito ao devido processo de refúgio.

Em outro momento, Leo descreveu uma forma de atuação da mesma COMAR que foi desenhada para otimizar os procedimentos burocráticos de se solicitar refúgio, no intuito de resolver a saturação de atendimentos da agência. Ocorre que, perversamente, se tratava de uma medida que muitos furos com relação à garantia de um processo justo e ético de solicitação de refúgio que proteja todos os outros direitos humanos relacionados à cada caso.

Leo: (...) tuvimos una reunión con la COMAR porque queríamos tener un enlace directo como un acuerdo bilateral, o sea, donde recibimos, pero también queremos que nos faciliten ciertas cosas y ellos nos comentaban que tienen un programa que (...) imagínate que este es el programa de Acoplados y este es el programa de Juntos [faz um gesto com as mãos de fechar os punhos e colocá-las uma de frente para a outra]. El nombre está bien bravo para empezar. El programa de Acoplados está conformado por ciertas nacionalidades. Imagínate que es Honduras, Salvador y Venezuela. Estas nacionalidades, en Acoplados. En Juntos, en el programa Juntos está nacionalidades como es Cuba, Haití y Nicaragua, un ejemplo. La COMAR al de Acoplados le daba un término de 15 días para que, después de haber sido entrevistados, la entrevista grabada, emitiera una resolución, y eso es muy rápido, la verdad es que es muy rápido. Pero la misma COMAR nos decía: es que esto es como una moneda al aire, tirar una moneda al aire. Si es rápido, pues puede ser mejor porque las personas obtienen rápido reconocimiento y se pueden ir, pero también como es así de rápido, puede haber un margen de error en ese análisis de las entrevistas, entonces, por la rapidez puede haber más resoluciones negativas. Y últimamente es cierto, Julia, hemos tenido muchas [coloca ênfase nessa palavra] resoluciones negativas. ¿Entonces, qué pasa con las personas? Tienen que iniciar ahora otro procedimiento, pero para una apelación, un recurso de revisión, y ese recurso pues sabemos que puede durar un año. ¿Pero qué hace una persona en un año aquí en Tapachula? Entonces nosotros nos hemos tenido que mover, o sea, hemos tenido que implementar, o sea, cosas extraordinarias. Y te voy a poner este ejemplo: en el albergue hemos estado sacando muchísimas tarjetas de visitante por razones humanitarias. En cuanto la persona tiene la constancia, si Migración le quiso dar la cita o no, nosotros les hacemos un pre-registro en la base de Migración. Ese pre-registro no quiere decir que tienen cita, pero ya les asigna en la página de Migración ahí, (...) Un número único de trámite, me parece, y con eso Migración “oye, todavía no te presentes a COMAR a recibir tu negativa, porque te van a quitar tu constancia de trámite, la original, entonces espérate que te notifiquen por correo, este... Mientras nosotros te hacemos el expediente rápido de Migración y vas a traer antes tu tarjeta, antes de ir a la COMAR”. Y la gente obtiene la tarjeta y de inmediato se van de Tapachula, ya ni les importa COMAR, porque sabemos que si van con COMAR les van a quitar la constancia y no van a poder acceder a esa tarjeta de visitante por razones humanitarias, entonces, es lo que hemos estado haciendo también. (Leo, advogado em direitos humanos em Tapachula, 21 de maio, 2022).

Ao resolver a questão do tempo de espera para iniciar um procedimento, a COMAR passou a atuar de forma a que na prática se dessem mais resoluções negativas, precarizando o processo de análise das condições de vida e refúgio, fazendo com que pessoas adentrassem outro longo processo, de apelação, que pelas leis do país pode ter um tempo de espera mais longo. Assim, ativistas e advogados também realizam suas próprias estratégias, neste caso passando inclusive por outro órgão de competência migratória, o INM.

Há também uma importante reflexão sobre as diferentes dimensões que possui o Estado na execução de uma gestão migratória, seja a partir de uma lei (escrita), à sua implementação prática, envolvendo poder e capacidade desse Estado, o que significa ainda um aspecto financeiro necessário à essa gestão. Em nossa entrevista, Suria e eu falamos desse papel na região da fronteira norte mexicana, quando questionei como ela acreditava que o Estado poderia mitigar a situação de, como ela mesma classificou, vulnerabilidade das migrações pelo país.

Suria: Hijole, pues brindar más apoyo, tener más puntos de asistencia, tal vez, (...) Tal vez la migración se hubiera detenido si el chapado en la frontera hubiera recibido como un panorama más extenso de que pudiera ser. O sea, si en frontera hay un punto de asistencia más extenso donde pudieran atender a más personas migrantes, a más mujeres, y explicarles sus derechos, brindarle un asilo, brindarle como un lugar seguro a la mejor se hubiera detenido toda esta partecita de migrar hasta acá, hasta al norte y venir sufriendo tantas injusticias. (...) hablo en general de todas las personas migrantes, la misma policía son los que extorsionan a los migrantes. Entonces no sé qué derecho exista, porque... O sea, tú le preguntas a alguna persona migrante, (...) se le hace la entrevista inicial, “¿ha sufrido alguna violen...?”. Yo les pregunto directamente “¿ha sufrido algún tipo de violencia por parte de autoridades o por parte de asaltantes?” Entonces la primera persona que ellos me nombran es por parte de policías. Entonces: “¿qué tipo de policías? En los retenes. “¿Y qué pasa en los retenes? No, pues que me quitan mi dinero, me piden un costo para poder... Para que no me deporten”. ¿Entonces, dónde quedan los derechos? Que hay, que existen, ¿si las mismas autoridades son las que están extorsionando a las personas migrantes? (...) si platicas con las otras organizaciones te van a comentar que han sacado comunicados, (...) Hay un libro que se sacó, o un comunicado, no sé cómo decirlo, Y la Impunidad Continúa. Se sacó con varias redes... Fue en su mayoría de Sonora, fue Nogales, Agua Prieta y Altar. (...) Y pues sí, las organizaciones siempre, aparte de que están en esta parte de asistencia a las personas migrantes, sí sacan como esta partecita de tratar de apoyar, tener un acercamiento con las autoridades y decirles “oye, fíjate que está sucediendo esto”, antes de pandemia, el año pasado antepasado fue, tuvimos una charla, fue en Caborca con las policías municipales por todo esto que ellos están extorsionando y se les dijo directamente “oye, fíjate que las personas migrantes no están diciendo esto y esto” (...) (Suria, trabalhadora humanitária mexicana, 25 de março, 2021).

Suria confirmou a prática informal, descrita por Leo e Dua, que se incorpora como uma da forma de gestão – e coerção – da migração a partir do Estado, na forma de seus agentes policiais na gestão migratória no México.

Outro aspecto interessante que pode se referir a elementos ocultos que influenciam nas práticas de gestão migratória tem a ver com a quantidade de investimentos e recursos financeiros que se pode chegar a um território quando existe um problema ou crise humanitária, impactando diretamente nas nuances e detalhes dessa migração

Leo: El gobierno se ha visto muy beneficiado de la migración (...) porque hay demasiada presencia, como te digo, de las organizaciones internacionales que comienzan a establecer sus fondos aquí en Tapachula. ¿Entonces que hacen? Comienzan a generar más programas sociales de integración a la población migrante y es para poder, digamos, poner en marcha estos programas, obviamente debe haber dinero de por medio, que dejan las organizaciones no gubernamentales, al gobierno para que permitan implementarlas, pues, ¿entonces que dice el gobierno? Bienvenidos sean todos los migrantes que quieran a Tapachula, porque les trae beneficio. Beneficio para ellos, ¿no? (...) Que el procedimiento administrativo migratorio sea diferente, pero que exista fundamento, porque si no hay fundamento, es donde existen las malas prácticas, y no hay manera de cómo comprobar que hay más violaciones a derechos humanos. Entonces, yo creo que todo es un plan con maña, Julia, (...) El que la COMAR ahorita esté actuando así es, un plan con maña que Migración está emitiendo las tarjetas fácilmente, es muy raro, pero pues ya nos topamos con que ahora COMAR ya no les está permitiendo acceder tan fácilmente al inicio del proceso también. ¿Entonces, cómo tienen la tarjeta si no tienen la constancia? Entonces todo, todo, todo, todo tiene una explicación media oscura [ri um pouco] (Leo, advogado em direitos humanos em Tapachula, 21 de maio, 2022).

Em 2021, por exemplo, a COMAR havia habilitado uma plataforma online para realizar agendamento de solicitação de refúgio, sem ser necessário, portanto, estar em território mexicano. Em uma ida à COMAR num dia de trabalho campo, conheci um casal nascido na República Democrática do Congo e que vinha migrando desde o Brasil, onde moraram nos últimos anos. Com muitas dúvidas, ao se aproximarem para falar comigo e descobrir que eu era brasileira, me mostraram um papel onde constava o agendamento junto à COMAR localizada na Cidade do México.

Ocorre que naquele momento havia a informação entre pessoas migrantes de que as autoridades migratórias abordavam os ônibus e obrigavam a apresentação de documentação de

estadia regular, prendendo e deportando pessoas incapazes de comprovar os documentos exigidos. Sua esposa estava grávida e se sentia muito mal com o calor. Ajudei-os a obter atendimento médico e os coloquei em contato com o ACNUR, oferecendo ainda a possibilidade de buscarem o albergue, já que a princípio estavam em um hotel. Em entrevista, Leo relatou que a plataforma chegou a funcionar, mas que já não estava sendo usada, e que justamente causava essa contradição de permitir agendamento em outras cidades, mesmo que a pessoa migrante não pudesse transitar no país para chegar ao local sem correr o risco de ser presa e/ou deportada.

Leo: Entonces la plataforma ya no está siendo usada. La ley dice que para poder solicitar refugio es necesario estar en territorio nacional. Entonces las personas que, pues tienen su cita, que, pues no sé, se la dieron desde el año pasado y apenas van a iniciar, ¿pues que hacen, están llegando apenas a México, ¿no? Si no, no pueden iniciar. (...) Pero ahora no es así de fácil. Tenemos a muchas familias en el albergue, Julia, que no pueden iniciar procedimiento, que traen a menores de edad, porque no traen esos documentos. (...) Entonces te digo, aquí es como una lucha, Julia, es una lucha en contra de las autoridades, pero que sí, se han obtenido buenos resultados, y lo que tenemos que hacer es, digamos, como que aquí sobrevive el que mejor se adapta, y nosotros nos hemos ido adaptando a las nuevas prácticas que realizan las instituciones (Leo, advogado em direitos humanos em Tapachula, 21 de maio, 2022).

A ampla e frequente mudança de formas de realizar procedimentos gera consequências para as pessoas migrantes, pois nem sempre lhes chegam informações corretas ou possuem acesso a todos os mecanismos dos procedimentos burocráticos. Essa volatilidade de procedimentos demonstra um desprezo pelo tempo de vida e pelas condições migratórias das pessoas, e terminam por obrigá-las a estar submetidas em redes de controle, coerção, cerceamento e frustração que se combinam, variando entre si.

Como foi relatado em entrevistas e conversas no campo, no Brasil e no México, é possível se falar em algumas formas específicas de gestão migratória, formais ou nas entrelinhas, sorradeiras – dentro do amplo escopo da burocratização e militarização, de maneira a detalhá-las em seu funcionamento visto de perto.

Contenção e Deportação: Formas de Dissuadir e Desumanizar.

Quando falamos de contenção de pessoas, é comum associar à prática de detenção, algo que no contexto migratório legal do México se formaliza através da existência das Estações Migratórias, vividas por Dua. Uma consequência da detenção é a obrigatoriedade de que a pessoa detida espere respostas confinada num determinado espaço e seguindo determinadas regras. De forma não tão extrema, porque não figura como detenção, há outra prática de contenção que carrega um nível de arbitrariedade específico à espera compulsória circunscrita a um determinado espaço institucional, ainda que de acolhimento, que representa a figura dos albergues e abrigos, no México e Brasil.

Nesses locais, impera uma lógica de disciplinamento dos corpos migrantes:

A disciplina é essencialmente centrípeta. (...) funciona na medida em que isola um espaço, determina um segmento. (...) concentra, centra, encerra. O primeiro gesto da disciplina é, de fato, circunscrever um espaço no qual seu poder e os mecanismos do seu poder funcionarão plenamente e sem limites. (Foucault, 2008, p. 58-59).

Em seu relato Dua contou como ocorreu sua primeira detenção na Estação Migratória localizada em Tapachula, logo que chegou ao México em 2021.

Dua: (...) casi llegando a Tapachula nos agarró la Migración o sea casi por la vía, o sea caminando por la vía, (...) Nos rodeó así de una manera como muy agresiva, ¿verdad? Entonces uno de los agentes, o sea, y atrás se bajó la Guardia, la Guardia estaba armada, la Guardia en ningún momento nos apuntó ni nada, pero los de Migración... Yo pensé correr, verdad, pero el de Migración yo lo veo y nos dice “no corran, todo va a estar bien”, muy amablemente no sé... Yo sinceramente me sentía súper asustado, pero realmente accedí. Dos de nuestros compañeros se ponen a llorar, yo de verdad sí tenía mucho miedo, pero (...) no tenía ganas de llorar en ese momento. Bueno, yo como estaba más calmado, le pregunté a los de Migración qué iba a pasar, él me explica que nos iba a llevar supuestamente a (...) algo así como un refugio migratorio, algo así, y que ahí se iba a hacer nuestro proceso, que tardaría de 5 a 7 días hábiles. Llegamos, verdad, y

apenas entramos... O sea, de verdad, cuando íbamos llegando al sitio, o sea, uno nota que eso no es ninguna, o sea, digamos que... O sea, te están metiendo en una... O sea, es una cárcel, verdad, Siglo 21 es una cárcel, ellos lo quieren llamar Estación Migratoria o como sea, pero es una cárcel y se maneja como una cárcel, tratan a la gente como presidiarios, aha. (...) porque vio a mis dos amigos llorando, el agente de Migración nos regaló galletas y agua para recalcar que, o sea, entre lo bueno y lo malo. Ese agente de Migración nos trató muy bien, pero siento que nos mintió, pues o sea siento que no fue claro realmente en cuanto a que nos íbamos a enfrentar. Y entonces cuando llegamos que nos dijeron “No, quítense las trenzas, quítense la correa, quítense...” ¿Me entiendes? O sea, ahí tú te enfrentas a una realidad que por ejemplo yo jamás en mi vida había estado preso. (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).

Mesmo que nunca tivesse estado em uma prisão, Dua rapidamente reconheceu como violenta a dinâmica do local para onde foi levado, e a forma como os agentes migratório, misturando doses de autoritarismo e conduta agressiva e de ameaça, com algo piedade e empatia, como quando um agente lhes ofereceu bolachas, mas também de cinismo, já que esse mesmo agente não lhes explicou de forma transparente e verdadeira os procedimentos legais, disciplinares e burocráticos aos quais os estavam submetendo.

Dua: los metieron [seus pertences] en una habitación donde supuestamente te dan un ticket, ¿verdad? Que tiene tu nombre, ese ticket también lo ponen a tu mochila para que tú seas el único que lo pueda sacar. Pero... Cuando yo salí mi mochila no estaba, desapareció totalmente, entonces yo me tuve que ir de ahí así sin nada. Así que me quedé, como diríamos en mi país, con una mano adelante y una atrás, sin absolutamente nada, pues. Uno de los mexicanos lo recuerdo exactamente era anciano, (...) nos trató mal diciendo que los venezolanos éramos cobardes por no enfrentar al gobierno de nuestro país, que los mexicanos sí tenían huevos porque ellos enfrentaron no sé qué, que ellos eran mejores en ese sentido, pues, yo de verdad me sentí... Sentí mucha rabia en ese momento, porque realmente, o sea, hablan de una cosa que no saben, o sea, realmente no saben la situación en Venezuela o todo lo que hemos vivido, no saben la lucha que hemos vivido, o sea, y realmente comentar algo sobre eso es totalmente de alguien ignorante, yo solo lo ignore, totalmente lo ignore y ya pues. O sea, sí sentí mucha rabia, de verdad le quería contestar mal, pero sentí que no estaba en la situación en el momento de actuar mal (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).

Primeiro, cada um dos amigos foi despossuído de seus pertences, algo simbólico em processos migratórios marcados por violências. O desprezo pela história e pertences se refletiu em

que, ao final, o *ticket* de permissão de retirada de sua mochila vira apenas um pedaço de papel, já que esta desapareceu e Dua nunca teve explicações sobre isso.

Nesse contexto de detenção, Dua entendia que seu corpo e sua vida estavam baixo controle daquelas autoridades com quem convivia, e isso impactou em sua ponderação diante da provocação de um dos agentes sobre a “covardia venezuelana” por detrás da migração, quando embora com raiva tenha entendido que “não estava num momento de atuar mal”. Essa situação evidencia a capacidade reflexiva de Dua em ponderar diante de todos os desafios que havia enfrentado até ali, e o aspecto mesquinho e xenófobo de um agente que deveria representar a salvaguarda dos direitos e agir de maneira a desestabilizar, através da chacota e desumanização que a fundamenta.

“(…) fim de semana, chegaram 26 pessoas ao albergue, todas juntas, saídas da Estação Migratória Século XXI. Todos eram homens. A maioria dessas pessoas ficou no albergue. Eram todos venezuelanos. (...) se no início quando chegaram eu não me aproximei, logo pelo fato de passar a frequentar, pouco a pouco, a área de fumantes, passei a ter contato com alguns deles. Um rapaz jovem (...) me chamou a atenção. Era uma pessoa muito amável no contexto do albergue, e percebia que ele tinha interesse em se aproximar de mim, apesar de alguns problemas que dificultaram a aproximação, e que de fato me impossibilitaram de ter uma conversa mais direta com ele. No entanto, o pouco que me contou de sua experiência de migração já resultaria um livro. Ele havia feito todo o caminho por Darien junto com outros dois rapazes venezuelanos, e na Estação Migratória conheceu os demais. Por esse golpe de azar estavam ali todos juntos, numa espécie de amizade. Seu relato sobre a estação corrobora todos os outros com relação a que o lugar é um inferno. Ele ficou 43 dias lá. Me contou algo que lhe marcou muito: no último dia que esteve lá, um pouco antes de sua saída, havia policiais (não especificou quais) e esses policiais selecionaram entre as pessoas que estavam lá os que eram de Honduras. Os levaram a um banheiro e então ele começou a escutar os barulhos de golpes, pancadas e reclamações. Um agente migratório do INM chegou e ele se dirigiu a ele, lhe dizendo: os policiais levaram os hondurenos para o banheiro, você tem que fazer alguma coisa pra ajudar! O agente do INM, relatou, entrou no banheiro e não saiu mais. Foi possível escutar, no entanto, mais golpes – agora talvez renovados pelas próprias mãos do agente ou ao menos observados e incentivados por ele. Quando terminou de contar isso me encarou e disse: essa é a minha última lembrança que eu tenho daquele lugar, então você pode imaginar né... Entendi que era algo difícil de falar (...)” (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 30).

Diante de uma migração marcada por condições de vulnerabilidade desde suas origens, a experiência da detenção e de estar sob custódia das autoridades de Estado parecia ter elementos centrais entre as pessoas que me relataram suas histórias no México: naquele contexto, o medo e a angústia de não ter controle ou conhecimento do que lhes podia acontecer naquele espaço tempo, gerava condições de sofrimento que as marcaram de forma contínua, reverberando mesmo depois de terem saído. Dua seguiu descrevendo com detalhes esse processo de descobrir-se “preso”, num relato marcado pela raiva, mas também por diversos longos silêncios e olhos marejados.

Dua: (...) de verdad que gracias a Dios llegamos en la tarde, porque en la tarde como que todos están en la parte de afuera y no ven los nuevos que llegan, porque cuando llegan los nuevos y están todos en la parte como encerrada por decirlo así, desde ahí cuando todos están metidos en esa área que es el área donde todos duermen (...) Me hiciste recordar que muchas veces ellos llaman como por micrófono. ¿Sabes? Tienen como un megáfono y pueden hablar por ahí y muchas veces hablan por el micrófono diciendo “levántense perros”, o sea, “muévanse animales” y cosas así. O sea, muchísimas veces decían cosas y eso como tal era la Migración porque ellos eran como que los que tenían el deber de hablar por el megáfono. (...) Me tomé toda esa experiencia como algo que, o sea, me va y me viene, o sea, sinceramente, en cuanto a lo que es lo verbal no me hace sentir tan mal, o sea, siento que lo puedo controlar más en cuanto si fuera algo físico, o sea, gracias a Dios no pasó violencia contra mí, pero si había violencia adentro, el primer día que entré los policías golpearon a una persona en el baño, supuestamente porque la persona siempre se portaba mal o era muy problemático, pero o sea, no es la manera, pues lo hicieron ahí, porque en el baño no hay cámaras, entonces tenían como esa, o sea, desde que yo estuve ahí eso ocurrió como tres o cuatro veces. (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).

As situações que as pessoas ali presenciavam – as histórias, os ruídos, as evidências físicas que eventualmente se notava, eram ainda maneiras de se criar um tipo de ambiente hostil, de eterna ameaça a quem está ali como migrante, sendo parte componente da disciplina que se constrói pelo medo e pelo controle.

É preciso ponderar, em diálogo com a ideia de ativismos migrantes (e possíveis) desenvolvida no capítulo 3, que a detenção migratória se torna um espaço de reunião de diversas

peessoas de diferentes nacionalidades, histórias e projetos migratórios que passam a ser compartilhados. Como qualquer espaço de controle, vigilância e violência sistêmica, há, portanto, também as brechas de respiro, alívio e resistência.

Ainda no albergue, Dua havia me contado, quando lhe disse que era brasileira, que junto com ele na Estação estive um brasileiro e que com outras pessoas, um pequeno lápis e um pedaço de papel, começaram a ensinar entre si algumas palavras, cada um em seu idioma, relatando a história com certo divertimento.

*Dua: Oye, adentro era, o sea, socializabas con todo el mundo, realmente, o sea, había habitaciones que uno no entraba porque la gente como tal, la que estaba en esas habitaciones, era muy problemática, pero realmente por ejemplo en mi habitación entraba casi todo el mundo, porque realmente a mí me da igual. (...) Me doy con quien sea. (...) en cuanto a eso, en mi habitación había africanos, había brasileño, guatemaltecos, habían de todo la verdad. Y en cuanto a papel y ese tipo de cosas, bolígrafos, o sea todo tiene que ver cómo lo consigues, por decirlo así, (...) Hay maneras, o sea, me da risa porque te digo algo que uno no quiere, pero lamentablemente un bolígrafo se vuelve una necesidad ahí adentro, ¿sabes? ¿Hay cosas absurdas que se vuelven necesidades, un cortaúñas, o sea, conseguir un cortaúñas... O sea, ah por cierto, los presos también se vuelven muy creativos adentro, o sea, con las sábanas, hacían bolsos, hacían hamacas, hacían cómo te digo? Hay, ¿cómo se llama eso? Eh... ¿Para acampar, sabes? (...) adentro hay ese tipo de cosas. **Una locura. ¿Sabes? O sea, es eso o volverte loco allá adentro ¿Entiendes? Buscar qué hacer adentro.** Y en cuanto al papel, como te digo, era cuestión de a veces Migración si te quería regalar alguno o ver que alguno de Migración dejara algún papel por ahí tirado sin querer, entonces tú lo agarras. O un bolígrafo sin querer y tú agarras el bolígrafo ¿Me entiendes? Así. Pero era porque no tenías nada con que entretenerte ¿Me entiendes? es como algo rutinario (...) como te digo, allá adentro la vida es una locura total. ¿Adentro por cualquier cosa se pelean, me entiendes? Entonces hay área de venezolanos, área de cubanos, área de guatemaltecos, la área de los brasileiros, el área de los colombianos. Y así me entiende cada quien por allá. Hay áreas que las propias personas ya que deciden hacer ese tipo de cosas, pero hay mezclas, me explico, o sea, hay por ejemplo, hay hondureños que les gusta pasársela mucho con los venezolanos, entonces está siempre con los venezolanos. Hay venezolanos que les gusta pasársela mucho los brasileiros, está siempre con los brasileños y así, o sea no realmente, ya eso depende de cada quien, ¿me entiendes? (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).*

Esse trecho demonstra que as formas de passar o tempo são essenciais para, como ele mesmo diz, “não ficar louco” ali dentro, exigindo certo estado de espírito, criatividade e

solidariedade entre as pessoas para encontrar maneiras de se distrair, algo que também parece muito pouco permitido num espaço como a Estação Migratória. A diversão, em geral, ocorria à revelia dos agentes e das práticas que implantavam num sentido de entristecer e adoecer aquele ambiente, deixando as pessoas migrantes desanimadas, amedrontadas e em graves casos, violentadas fisicamente, como denunciou.

Dua também relatou como era o espaço físico da Estação a partir de suas memórias e do que lhe chamou mais atenção:

Dua: Bueno, había habitaciones grandes y pequeñas, pero sinceramente había oportunidades que había tanta, pero tanta gente presa, que había gente que tenía que dormir parada, o sea, imagínate. Eran colchonetas grises así tipo las que estaban allá en el refugio, sabes? Las que sacaban afuera para... [aceno que sim com a cabeça, me lembro desses colchonetes, finos, espuma maleável revestida de um plástico grosso, brilhante e um pouco barulhento] ese tipo de colchonetas, ¿verdad? Y bueno, tenías que entrar rápido porque se podían acabar, como te estoy diciendo, no tienen la capacidad para tanta gente, pero ellos meten y meten gente y meten gente y no... ¿No les importa nada, me entiendes? En cuanto a la comida, totalmente repetitiva todos los días o sea, lo mismo, lo mismo, lo mismo... (Dua, migrante venezuelano, 09 de maio, 2022).

Ainda no âmbito das Estações Migratórias, Leo relatou sobre a prática que nomeou de “detenção arbitrária”, repleta de violações de direitos, e como as próprias autoridades pareciam boicotar as leis e procedimentos que deveriam seguir e respeitar.

Leo: Las autoridades migratorias están haciendo detenciones arbitrarias. Detenciones arbitrarias porque las personas manifiestan querer iniciar un procedimiento de refugio, porque hay muchos que ya traen conocimiento de que México así lo está brindando. Sin embargo, ahí empiezan estas barreras, como te digo que es el idioma y la falta de la capacidad de las autoridades, hm, para brindar atención a esas nacionalidades que digamos que no cuentan como con esas herramientas para solicitarlo, pues (...) Entonces comienzan a hacer más detenciones arbitrarias y las personas que manifestaban que sí quieren iniciar el proceso, aun así eran llevados a la Estación Migratoria y les hacen firmar un oficio de salida, no de la Estación Migratoria sino del país. Las personas no saben ni que están firmando, porque no les están respetando el derecho a tener a un traductor durante este procedimiento. Entonces las personas salen con ese oficio de salida del país, con un término de 20 días naturales para abandonar México, y si se topan con la autoridad migratoria en ese término de 20 días, pues comienzan ahí a,

digamos, como a violentarlos a que abandonen el país de una manera agresiva también, cuando su vida pues corre peligro, ¿no? Entonces ahí se está violentando toda una normativa internacional que protege a las personas solicitantes de refugio, ¿no? Y lo mismo, o sea, lo mismo con la propia Comisión Mexicana de Ayuda a Refugiados, que digamos como que es la institución o la instancia que brinda la... Que admite las solicitudes, ¿no? Ellos mismos están participando en estas malas prácticas, le llamamos nosotros aquí, de no brindarles, digamos, como la información necesaria de que pueden solicitar refugio y de que ninguna autoridad puede decidir si una persona es o no refugiada o que puede hacer la solicitud, ¿no? Entonces pasa eso, eso es lo que está pasando ahorita aquí en la frontera (Leo, advogado em direitos humanos em Tapachula, 21 de maio, 2022).

Sobre a Estação, relatei em caderno de campo sobre um dia em que estava trabalhando de manhã no albergue e, caminhando, cruzei com uma mulher, que até então não havia visto ali, sentada num banco com um livro na mão. Ao passar, ela sorriu e me chamou para sentar-me ao seu lado e dividiu comigo a sua história.

“Era Madalena, uma mulher de uns 66 anos que vinha da Venezuela. Sua família já estava no albergue, de fato eu conhecia seu filho, um rapaz que sempre ajuda na cozinha, mas eles haviam sido separados e antes de ir para o albergue Madalena ficou detida na Estação Migratória Siglo XXI. Ela me contou que na Venezuela foi professora universitária e que perdeu muitas pessoas queridas lá, por questões de saúde, e então decidiu migrar com sua família. Depois, abertamente, começou a criticar a estação migratória. Logo lhe contei sobre o que eu fazia, a minha pesquisa e meus interesses, e ela disse que eu deveria escrever sobre a estação e o que acontece naquele lugar, porque é muito importante que as pessoas saibam. Descreveu o lugar como horrível, de um sem-fim de práticas de tortura, a começar pelo fato de que as pessoas não podem ler, não podem escrever, não podem fazer nada. Madalena disse que passava muito tempo rezando. Que surgem muitos conflitos entre as próprias mulheres detidas lá, pois é um lugar de demasiada tensão e ócio. Disse que os funcionários e funcionárias constantemente as ameaçam, utilizando uma espécie de tortura psicológica para amedrontar e controlar as pessoas”. (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 31).

Já no caso do Brasil, não há na lei migratória a fixação de um espaço de detenção para pessoas migrantes como as Estações Migratórias no México, também não sendo possível falar de detenção arbitrária como forma de controlar a migração. No sentido das deportações, no entanto, elas estão previstas em lei como no México, embora no caso do Brasil chega-se a mencionar na

lei o repúdio à deportação em massa, o que não garante que a prática não ocorrerá, como demonstraram relatos dessa prática na fronteira norte, principalmente no contexto da pandemia.

Bea: Porque assim, se não fosse a pandemia, a fronteira não tivesse fechado, não tem por que, né, cê vai deportar alguém por quê? Porque a fronteira está aberta, qualquer um pode entrar e entrar com um processo de regularização. Então isso não acontecia antes (...) de março de 2020 passou-se a ter essa possibilidade, porque a fronteira está fechada, você tem um argumento jurídico falando que essa pessoa inclusive, deveria sofrer aquelas restrições de não poder pedir refúgio nãñã se fosse pego. Então, o que acontecia aqui? Uma coisa muito louca, que é assim, só que para você fazer uma deportação formalmente, com um monte de organização de direitos internacionais aqui humanitários de imigração, é bem complicado, porque a DPU tá em cima, tá todo mundo em cima o tempo inteiro. Então tentaram deportar um grupo o ano passado, esse é um relato cê pode achar notícia sobre isso um grupo de 50 indígenas. E na hora, judicialmente a Defensoria entrou e tiveram que liberar essas pessoas, entendeu? Então você tem aqui instrumentos para forçar que isso não aconteça, porque as organizações estão ali na fronteira mesmo, né? E quem faz isso não é o Exército aqui, não é Operação Acolhida. A Operação Acolhida tem essa política de não deportação. O que a Operação Acolhida e o Exército mesmo, os militares aqui fazem, é que eles querem controlar essa entrada. Então, por exemplo, existe essa coisa do tipo “bom, você tá indocumentado, você não pode ser documentado agora, então você vai ficar num abrigo aí em Pacaraima, por um tempo” ... E aí eles vão ir determinando quem é mais vulnerável para poder autorizar a documentação, e a Operação Acolhida consegue fazer isso. Só que assim, quais são os critérios, para determinar quem consegue ou não consegue? Não existe. É da cabeça deles, por isso que eu estou falando, é... Que é uma coisa meio louca. Você não consegue porque, eles querem ter esse controle, mas quem faz as batidas e tal, é a Polícia Federal. (...) A Polícia Federal e a Operação Acolhida, briga também o tempo inteiro, e você não sabe muito bem da onde tá vindo o quê (...) O que acontece, o que eles fazem? A Polícia Federal em Pacaraima, na cidade de fronteira, que as pessoas estão cruzando o tempo inteiro, eles às vezes decidem fazer um monte de batida, eles pegam as pessoas, colocam dentro de um caminhão, dirigem para o outro lado da fronteira e jogam as pessoas pro outro lado da Venezuela. E às vezes até dão um papelzinho para elas falando que eles não podem voltar. Só que isso não é deportação formal, eles não pegam documento de ninguém, não baixa isso no sistema. Então, se você denuncia isso pra Defensoria, quando eles vão pedir a informação, não tem nenhuma deportação registrada. É tipo deportação informal, o que é pior, porque você não pode entrar na Defensoria, por exemplo, não pode entrar judicialmente para revogar, entendeu? Como no caso dos indígenas, que eles estavam tentando fazer isso. Então, o que que é isso? Uma política de amedrontar as pessoas, de fazer as pessoas não virem, passar a mensagem para a Venezuela de que eles não são bem-vindos. É uma coisa, mas é uma estratégia meio louca, sabe? (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

Embora não exista a figura da detenção na lei brasileira, o controle dos corpos das pessoas migrantes, como ocorre no contexto mexicano principalmente na arquitetura das Estações Migratórias, também faz parte da gestão migratória, em especial na fronteira norte do Brasil, onde a contenção, espera e mobilidade de forma regularizada, como relata Bea, possuem também aspectos de arbitrariedade, ligados à Operação de resposta humanitária.

No caso mexicano, em se tratando de um componente da política migratória, existem dados para a detenção de pessoas migrantes, chamados também de “apreensão”, bem como é possível ver as resoluções, embora existam problemas de inconsistência ou incompletude desses dados oficiais. A inexistência de certos dados ou a discrepância entre dados públicos, demonstram aspectos do regime migratório com relação ao descaso e desprezo pela vida – e qualidade de vida migrante (Campos-Delgado, 2021b, p. 32).

Na prática das deportações informais, como nomeia Bea, se trata de um modo de operar, no caso a Polícia Federal, semelhante ao realizado na fronteira sul mexicana, descritas por interlocutores como “deportações *express*”. Assim, nessas regiões latino-americanas de fronteira em crise, atitudes não oficiais de deportação, denunciadas nas interlocuções, parecem ser mais um dos aspectos de controle, vigilância e dissuasão da migração internacional.

Bea, em nossa entrevista, comentou ainda sobre os efeitos entre a população migrante, quando caracterizou a prática de “meio louca”, afirmando que em sua perspectiva parecia se tratar, acima de tudo, de uma forma de produzir medo entre a população venezuelana – antes mesmo das pessoas chegarem ao Brasil, mas também aquela que já estava no país:

Bea: Essa política meio louca, que tá tudo meio que indo, só que de repente a polícia começa a fazer batida na cidade inteira, que foi o que aconteceu lá com a irmã Maria. Tinham entrado na casa dela e tal. E é isso, as pessoas até entram nas casas. A polícia, então, é uma coisa completamente ilegal, completamente louca. Pegam essas pessoas,

jogam para o outro lado da fronteira. Só que essas pessoas no dia seguinte volta, a maior parte. Então você entende que não é uma política efetiva, não é nada assim. É quase como uma coisa de ou mandar uma mensagem ou cansar as pessoas. Sabe? Essa coisa do tipo ficar o tempo todo afirmando que elas não são bem-vindas ou tentar controlar um pouco esse fluxo pras pessoas não acharem “ah, tá de boa a gente pode a hora que a gente quer, porque não vai acontecer nada” (...) o que acontece regularmente é isso, informalmente pegar em pessoas e jogar para o outro lado da fronteira (...) E aí as pessoas o que elas fazem, elas ficam em casa e com medo de sair na rua, o que é péssimo, porque elas também deixam de ter acesso... Imagine como na época da pandemia você tem algum sintoma, você deveria ir no posto de saúde ou poder ir no hospital, só que você não sai de casa. Então é um problema enorme. (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

O medo que circula entre a comunidade migrante é consequência das práticas autoritárias e sorrateiras das deportações *Express* ou informais, pois gera-se a sensação de que a qualquer momento você pode ser abordado pelas autoridades e levado novamente ao “outro lado”. Há, nessa prática, uma estratégia de cansaço que condena à uma circulação constante por aquele mesmo território, o que pode colocar a pessoa migrante em maior evidência e mais vulnerabilidade, já que diante de travas e desafios, elas podem buscar caminhos mais alternativos e perigosos ou outras formas de atravessar sem correr o risco de ser retornada.

No Brasil e no México, o campo evidenciou que estavam ocorrendo práticas que podemos chamar de “deportação *express*”, as que não se ancoram nas leis e possibilidades previstas para serem aplicadas. Já no México, a prática de deportação está bastante presente na política migratória (Campos-Delgado, 2021a; 2021b), ocorrendo na forma de ritos e passos necessários. Leo apresentou um panorama da dinâmica de deportação em suas formas “legal” e *express*:

Leo: por ejemplo, hay personas que... Su deportación demora un poco más porque son llevados a las Estaciones Migratorias (...) como que atraviesan por un término de 15 días para que Migración resuelva su situación migratoria, ¿no? Si les permiten salir de la Estación y ser llevados a algún albergue y mientras inician el procedimiento. Aunque hay personas que son deportadas inmediatamente, por ejemplo, que ingresan a Tapachula hoy y en la tarde hay una redada migratoria, y que en esa redada migratoria,

pues ya hay tantas personas que van a ser deportadas a Honduras, por ejemplo (...) Si ingresaron hoy y mañana hacían su citatorio, solicitaron a la COMAR, ni siquiera les permitían el, pues el acercarse, no, a la Comisión que les brinda toda esta protección. ¿Entonces que hacen? Deportaciones inmediatas. O sea, si tú investigas un poquito con las personas que trabajan aquí en las ONGs, te vas a dar cuenta que durante el día Migración no hace nada... O sea, no hace nada. Y en las noches, te das una vuelta así por Tapachula de noche, vas a ver a Guardia Nacional afuera de los hoteles, sacando a las personas que estaban durmiendo en sus habitaciones, subiéndolas a las camionetas de Migración y llevándosela, ya sea a la Estación Migratoria o deportándolas de inmediato. Entonces, esta es la diferencia, que hay personas que sí logran llegar a la Estación y permanecer por ese término de 15 días y después ir a la Comisión, no, a solicitar el refugio o directamente desde la Estación, porque COMAR está facultado para entrar a la Estación Migratoria y desde ahí emitir las constancias y ya que salgan con una constancia. Digamos ahí está la diferencia, no, de las personas que son deportadas inmediatamente porque no tuvieron tiempo de acercarse a la COMAR o que no les permitió Migración, ¿no? Porque ni les permiten hablar, o sea, no les permiten, a veces con que vean a una persona migrante y le dicen “¿y tus documentos?” “no, pues dejé mi tarjeta de residencia permanente en la casa...”, “vámonos”, puede ser deportado, puede ser llevado a la Estación Migratoria. (...) Por inclusive los nacionales se ven en peligro también, Julia, en esas prácticas, porque si yo siendo mexicano voy en una kombi de Puerto Madero y no llevo mi INE y voy con 20 personas de Honduras que no traen documentos, si llega Migración y me dice “¿de dónde eres?” “De México” “¿Y tú INE, tu identificación?” “No la traigo”. Pásale a la Estación Migratoria. ¿Entonces qué pasa? En la Estación no me están permitiendo el derecho a la comunicación con mis familiares tampoco, o a poder, este, de pronto comprobar mi nacionalidad si no cuento con el documento de inmediato. Entonces es un poquito peligroso también, ¿no? Para cualquier persona, hasta para turistas (Leo, advogado em direitos humanos em Tapachula, 21 de maio, 2022).

A perspectiva racial e racista que informa, mesmo que de maneiras sutis ou ocultas, as práticas violadoras de direitos humanos na gestão migratória, acaba por se tornar um “perigo” até mesmo aos nacionais daquele país cujos agentes migratórios e policiais estão tratando de diferenciar. O traços físicos e aspectos identitários que informam quais perfis serão mais abordados em procedimentos, evidenciam que as pessoas nacionais e migrantes da região compartilham muito mais do que se dividem.

Julia: ¿ahora esa deportación inmediata es para dónde? ¿O sea, las deportan a Guatemala, las deportan al país de donde salieron? Por último, al país de donde son nacionales. ¿Cómo es que lo hacen?

Leo: Es que eso depende, Julia. Eso depende, porque... Bueno, te voy a poner un ejemplo. El tío de Bela, una amiga, trabaja en Migración y él es como él que nos

actualiza un poquito de las prácticas que realizan. Si dentro de un grupo de 30 hondureños existen dos colombianos, no hay deportaciones a Colombia, los llevan a Honduras [Aqui, faz uma expressão séria, meio preocupada, depois dá uma risada, de forma irônica] O, por ejemplo, si dentro de un grupo de El Salvador, hay 15 haitianos, pues van pa' El Salvador. O si de pronto Migración está de buenas, pues van para Guatemala, y ya. Digamos que esas son las prácticas del Instituto, pero sí, es una realidad. Todo depende del retén migratorio que te toque. Porque hay personas que sí llevan documentos... Por ejemplo, personas que ya son refugiadas y que se fueron con la pura constancia, sin ningún documento de regular estancia, se fueron y sí lograron pasar hasta... Imagínate que llegan allá a San Luis Potosí, y no les pidieron ninguna tarjeta de visitante ni ninguna residencia permanente. Va dependiendo de los retenes migratorios. No puedo generalizar que toda la Autoridad Migratoria es arbitraria, pero quizás de un 100% un 70 sí realiza malas prácticas (Leo, advogado em direitos humanos em Tapachula, 21 de maio, 2022).

Além da prática de deportação *express*, Leo também relatou uma série de outras formas de violação de direitos humanos nas práticas que ocorrem na gestão migratória da fronteira sul mexicana.

Leo: La deportación, pues ahí les están violentando el derecho, no, a la solicitud de refugio, pues el acceso a la salud definitivamente. O sea, hay muchas personas con enfermedades crónicas, necesitan obtener atención médica, no, de inmediato, y no se las están brindando. Ahora los centros de salud, pues, digamos como que se están prestando, ¿no? A que si las personas no traen documentos de identidad tampoco les permiten la atención, pues. La educación, digamos que ahorita por parte del gobierno no han implementado ninguna, digamos alguna reforma, en materia de educación para que los NNA, este, accedan a la educación. Realmente quienes lo están implementando son las ONGs, como Save the Children, que está mediante un programa ahorita, permitiendo que los niños, inclusive las personas adultas, accedan a aprender algún oficio o algo, no, (...) Digamos que también, hay muchas violaciones a los derechos humanos por parte de las oficialías de Registro Civil, como es el derecho a la identidad, porque también nos topamos con muchos niños que nacen en México, de padres extranjeros o de padres solicitantes de refugio, que, pues quieren, no, registrar a sus menores y que las oficialía del Registro no les están permitiendo, entonces ahí están violentando el derecho a la identidad, también. Y que, pues, ¿quién termina resolviendo esto? Las organizaciones no gubernamentales, o sea con presencia del UNICEF. (...) A acceder a la justicia, también, el acceso a la justicia, como lo es a personas que han sido violentadas físicamente por nacionales mexicanos, ¿no? Porque con toda la xenofobia que existe en Tapachula hay personas que agreden físicamente a las personas migrantes o a personas extranjeros. Entonces cuando ellos van a interponer sus denuncias, no les permiten, digamos como que hacer esa denuncia (...) como que existe toda una xenofobia, ¿no? En todos los procedimientos (...) Hay muchas violaciones, Julia (...) El acceso a la información también, de cómo poder obtener, pues no sé, el refugio o cómo iniciar el procedimiento,

o cómo poder obtener una tarjeta de regularización, o digamos como que... Por toda la falta de comunicación por parte de la Autoridad Migratoria... Porque si modifican algo del procedimiento, pues, deberían de informarlo, ¿no? Nos enteramos porque las 300 personas que estaban afuera de la Estación lo obtuvieron de esta manera y esas 300 comienzan a comunicar a los demás y nos venimos enterando, no por las propias instituciones, sino por las propias personas. (...) El derecho que se violentaba o que se sigue violentando, pues es el del libre tránsito (...) El libre tránsito con un documento emitido por la propia Autoridad Migratoria, porque pues, hay muchas personas que aun teniendo la tarjeta son detenidos y son deportados, entonces esta también... O sea, es un derecho violentado. Pues la falta de acceso al empleo, ¿no? También digamos de que no ha existido... Está un poco como... Te voy a poner un ejemplo rápido, que yo soy una persona solicitante, ¿no? Y pues que obtuve un empleo y que en mi empleo me dijeron “oye, pues empiezas el lunes, pero necesito que me traigas una cuenta bancaria”. ¿Y en cuanto llegan las personas, pues al banco, pues ¿cómo le hacen para obtener la tarjeta? Si no tienen otra documentación. Entonces digamos que sí obtuvieron un empleo, pero no hay como una reforma también como para poder respaldar a las personas, para obtener más fácil una cuenta bancaria o a tener un empleo, como mientras están en el procedimiento y que puedan respetar estos documentos que emite la COMAR. Como pues documentos de respaldo no debe de que están por una razón humanitaria por así decirlo (Leo, advogado em direitos humanos em Tapachula, 21 de maio, 2022).

Seja na forma de detenção, deportação legal ou informal, as práticas aqui descritas, componentes jurídicos ou atitudes cotidianas e sorrateiras de agentes de Estado, servem como formas de controle do Estado sobre as pessoas migrantes e suas vidas, informadas por mecanismos de desumanização de visões de mundo racistas, nacionalistas e xenófobas, que arrasta a comunidade local a um contexto de vida de medos, preconceitos e violências.

A desumanização também aparece nas práticas de dissuasão, isto é, aqueles atos discursivos, de falas provocativas ou deboches, recusa em compartilhar informação, enganos e “mañas”, medidas burocráticas como datas, formulários, procedimentos ou, ainda, no cansaço que se obtém ao fazer esperar: agendamentos, prazos, filas, clausura, todas medidas que podem ser entendidas como estratégias para diminuir, barrar e assentar a migração num determinado território circunscrito – como é, por exemplo, a configuração de atuação diante de uma migração

em crise, quando se necessita dum território delimitado para desenhar uma resposta de emergência humanitária, identificadas em ambos os contextos de fronteira pesquisados.

O Paradigma Humanitário e o Humanitarismo.

Antes de ir ao campo nas duas cidades, Tapachula e Boa Vista, não havia um desenho de pesquisa que estivesse interessado especificamente em entender o aspecto humanitário ou o humanitarismo que compõe a ideia de crise migratória e como se responde a ela. A crise situa um imaginário, onde se produz uma imagem de pessoa migrante vulnerável, quase sempre sinônimo da pessoa “refugiada”, construindo também uma forma de governabilidade dessa vida “errante”, quebrada (Hyndman e Giles, 2011).

A migração de refúgio, ou de aspectos humanitários, é constituída na base do universalismo e do discurso liberal do humanismo (Hyndman e Giles, 2011, p. 367) e do humanitarismo (Campos-Delgado e Côté-Boucher, 2022). Dessa forma, na narrativa da crise, pessoas migrantes refugiadas, solicitantes ou “migrantes de longo termo”, precisarão ser ajudadas porque já não podem ajudar a si mesmas. Essa narrativa encontra inspiração ainda em aspectos de racismo, aporofobia ou outras formas de intolerância ao diferente, gerando um sujeito que desperta sentimentos filantrópicos ou de obrigação humanitária (Hyndman e Giles, 2011).

Nesse sentido, é possível afirmar que a organização de pessoas migrantes em campos – ou abrigos - de refúgio ou solicitantes de refúgio, onde funciona uma tecnologia de “controle e cuidado” (Campos-Delgado e Côté-Boucher, 2022) dessas pessoas, é um dos mecanismos de micropoder da gestão migratória e do gerenciamento do espaço e do movimento daquelas pessoas migrantes, entendidas como “fora do lugar” (Hyndman e Giles, 2011, p. 366).

O processo da “proteção humanitária” que decorre de intervenções de “exceção” ou respostas de emergência, gera uma “feminização de refugiados”, em especial aqueles que se encontram “in long term limbo” esperando em algum lugar de alguma maneira estacados, sem poder voltar ou avançar, a partir de um “(...) discretionary and/or charitable systems that manage them and, second, through their treatment as ‘rights-optional’ subjects” (Hyndman e Giles, 2011, p. 368).

Nesse tipo de território, que pode ser de destino e de trânsito, encontravam-se milhares de pessoas migrantes, solicitando refúgio, algum tipo de proteção social ou, simplesmente, migrando e buscando melhores condições de vida para si mesmas e seus entes queridos. De alguma maneira, paradoxalmente entre dois ou mais Estados, essas pessoas migrantes se viam contidas e dispersas, “(...) simultaneously hypervisible to local populations and hidden from mainland publics at national and global scales. There, they wait, their displacement prolonged.” (Mountz, 2011, p. 385).

Explorar as contradições e aspectos positivos e negativos das respostas humanitárias em contextos migratórios, implica o exercício de examinar “a arquitetura da operação exclusiva que captura corpos em trajetórias entre estados” (Mountz, 2011, p. 383). Para tal missão, que contém essa dimensão do cotidiano, da vida que vai sendo vivida nos detalhes dos dias, nos apoiamos na ferramenta da contra topografia, cujo objetivo análise é colocar foco no “material expresso desses processos (...)” (Mountz, 2011, p. 383), os detalhes, adjetivos e descrições de experiências humanas.

Foi a trabalhadora de uma ONG, Cela, quem me apresentou o livro intitulado *Manual Esfera*, me mostrando seu exemplar na cidade de Boa Vista. Ela explicou um pouco do livro, que consegui encontrar disponibilizado na internet. Em nossa entrevista, perguntei à Cela se os

“padrões internacionais estabelecidos” na organização da Operação Acolhida se inspiravam nesse livro.

Cela: Isso, o Manual Esfera... É que basicamente tem, assim, como essas gestões de contexto de emergência humanitária, eles podem e podem não contar com o apoio dos governos locais, ele é basicamente... São várias organizações internacionais que trabalham no contexto de emergência humanitária, que trabalham sob a égide, assim, são regramentos internacionais sobre coisas de contexto humanitário, então tem um livro internacional sobre...Q que eles chamam de CCCM, que é Coordination and Camp Management, que é a coordenação, enfim, coordenação e management de campos, e basicamente é a mesma lógica para campo de refugiados, para abrigo... E tem algumas outras nomenclaturas em inglês, eles separam por Shelter, Cluster e Camp, e aí são padrões internacionais, e aí tem esse manual Esfera, que é um manual escrito por diversas organizações que ele meio que padroniza e estabelece o que tem que ser, e assim, sempre baseado no princípio de não causar danos, de tem que ter a perspectiva de considerar as diferenças de idade, de gênero e diversidade, então tem alguns aspectos é, por exemplo, de que implicam em fatores de como a gente vai construir a estrutura do abrigo, onde que vai ficar, por exemplo, o banheiro feminino (...) partindo de uma análise de que olha, tem que ficar num lugar iluminado para, por exemplo, diminuir os riscos das mulheres serem violentadas ao acessar o banheiro. Então tem princípios de proteção legal e física que estruturam este ordenamento e esse conjunto de regras (Cela, trabalhadora humanitária e cientista social brasileira, 14 de agosto. 2022).

A primeira publicação do manual ocorreu na Suíça, em 1998. O livro aqui consultado foi a edição da Associação Irдин Editora, publicado como *O Manual Esfera. Carta Humanitária e Normas Mínimas para Resposta Humanitária* em 2020, a partir da chamada Associação Esfera (*Sphere Association*). No prefácio, se afirma que o material é resultado da articulação entre diversos colaboradores da área humanitária¹ durante o período de um ano, refletindo a partir da experiência das operações de linha de frente “no desenvolvimento de políticas e na defesa dos direitos humanitários”, e quais aspectos os compõem (O Manual Esfera, 2020).

¹ Outro marco simbólico importante para a instituição de uma figura de trabalho/trabalhador humanitário é a criação em 2008, pela ONU, do Dia Mundial Humanitário no dia 19 de agosto em homenagem a 22 trabalhadores da ONU, entre eles o chefe de missão da ONU brasileiro Sergio Vieira de Mello, que foram assassinados em um atentado contra o escritório da agência em Bagdá, no Iraque. Consultado em: <https://news.un.org/pt/story/2021/08/1760322>.

Afirma ainda que o manual seria o produto desse encontro, assentando “suas bases nos aspectos legais e éticos do humanitarismo” (O Manual Esfera, 2020, p. V). No Brasil, a associação não governamental que publicou a tradução do manual foi a Fraternidade Humanitária (FFHI) que tem sua sede em Carmo da Cachoeira, Minas Gerais, e atua em 18 países, sendo uma associação civil “de caráter filosófico, cultural, humanitário, ambiental e beneficente”, sem um caráter religioso específico, que reúne 22 associações civis nacionais e internacionais, atuando em “respostas humanitárias e emergências” em áreas como as mencionadas por Cela, Coordenação e gestão de campos (O Manual Esfera, 2020, p. VII).

Atualmente, já não se trata mais de um projeto, mantendo-se apenas o termo Esfera. As ações que se constroem a partir dessa perspectiva humanitária que defende o grupo Esfera, envolve não só organizações não governamentais e da sociedade civil, mas agências internacionais como ONU, ACNUR, UNICEF, conforme o documento menciona na introdução (O Manual Esfera, 2020, p. VII). O documento inclui ainda uma Carta Humanitária, um Código de Conduta no Socorro em Caso de Desastre para o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e as ONGs, escrita em 1994 (O Manual Esfera, 2020, p. 5).

Apresenta os “10 princípios essenciais” do trabalho humanitário, entre os quais se pode destacar a existência de um “dever humanitário”, o de ajudar as pessoas que se encontram em condições de necessidade decorrente de catástrofes e violência. As prioridades com relação aos trabalhos de ajuda serão determinadas em função da necessidade.

Uma coisa curiosa, que poderá se desenvolver de forma crítica com relação ao que ocorre na Operação Acolhida, por exemplo, é de dois dos princípios da carta: de que as respostas às catástrofes devem ser construídas com base nas capacidades locais; devendo ainda ser

encontradas formas de envolver o que o texto chama de “beneficiários” dos programas na gestão do auxílio de emergência. É aqui que figura pela primeira vez o sujeito-objeto do trabalho humanitário – a sua razão de ser e, de certa forma, antítese. No contexto de crises migratórias, as pessoas migrantes se tornam foco e objeto, beneficiárias do trabalho humanitária que se instala no território, mobilizando a aplicação de recursos financeiros.

E quem serão essas pessoas, as com mais necessidades? Quem serão as pessoas que receberão os benefícios que o trabalho humanitário terá a oferecer? Assim define: “reconhecemos as vítimas de catástrofes como seres humanos dignos e não como objetos para os quais não há esperança em nossas atividades de informação, publicidade e propaganda”; (O Manual Esfera, 2020, p. 6).

Por fim, delimita a existência de polos opostos de sujeitos sociais envolvidos entre si através do trabalho humanitário. De um lado, aqueles que investem, doam e financiam através de dinheiro as operações e respostas humanitárias; do outro, aqueles que serão beneficiários em situação de vulnerabilidade e violação de direitos humanos. Assim, “somos responsáveis tanto frente àqueles a que assistimos quanto àqueles de quem aceitamos recursos” (O Manual Esfera, 2020, p. 6).

Ainda que o livro trabalhe com a ideia de crise como condição para que se elabore uma resposta humanitária, não a define exatamente, chegando a utilizar-se de outra noção decorrente, de crise prolongada, fator que seria responsável por um prolongamento da resposta humanitária e indispensável necessidade de se trabalhar em conjunto com agentes de desenvolvimento nessa resposta (O Manual Esfera, 2020, p. 6). Com relação a esse aspecto, o livro afirma que “A

resposta humanitária deve mudar e adaptar-se ao longo do tempo, além de evitar que se crie dependência em relação à ajuda” (O Manual Esfera, 2020, p. 16-17).

O documento se estrutura a partir de conceitos relativos à resposta humanitária. Há as normas, universais e de natureza qualitativa, que derivam do princípio do direito à vida com dignidade, buscando-se estabelecer “(...) o padrão mínimo a ser alcançado em qualquer crise” (O Manual Esfera, 2020, p. 6). Há também as “ações-chave”, uma espécie de passo a passo para que se cumpra a “norma mínima”. Em seguida os indicadores-chave, que servem para medir se a norma está sendo cumprida, apresentando meios de avaliar os resultados dos processos e dos programas (O Manual Esfera, 2020, p. 7).

Os indicadores se dividem em subgrupos e devem sempre levar em consideração o contexto e a fase da resposta humanitária – de fato, uma resposta humanitária e seu contexto tem níveis de qualificação de acordo com a situação de violências e violações de direitos. São, assim indicadores de processo, de progresso; e de metas (O Manual Esfera, 2020, p. 7).

Embora o Manual utilize o termo “beneficiário/a” para falar do subgrupo alvo de uma intervenção dentro daquela população total que está afetada pela crise (Manual Esfera, 2020, p. 191) na elaboração de uma resposta humanitária, ele também defende a utilização do termo “pessoas” para “refletir a crença da Esfera de que todos os indivíduos têm direito à vida com dignidade; portanto, o direito a ajuda” (O Manual Esfera, 2020, p. 10). Nesse termo, definem que está compreendido: mulheres, homens, meninos e meninas, sem importar “idade, deficiência, nacionalidade, raça, etnia, saúde, filiação política, orientação sexual, gênero” ou qualquer outra característica que possa ser “usada pelas pessoas para definirem-se a si mesmas” (O Manual Esfera, 2020, p. 10).

Busca orientar organizações humanitárias a construir respostas humanitárias, e reconhece como “função e responsabilidade primordial do Estado” em que se desenvolve um contexto de crise, o papel de acolhida (O Manual Esfera, 2020, p. 17). Para delimitar o território em que se constrói uma resposta humanitária, o texto trabalha alguns conceitos, como o de “comunidade de acolhida”, por exemplo, abordando em específico a população migrante, aqueles milhões de pessoas que se encontram em situação de “deslocamento forçado” (O Manual Esfera, 2020, p. 19).

Assim, o material fala da “presença de forças militares domésticas ou internacionais”, num sentido de afirmar que “princípios humanitários devem orientar todo o diálogo e a coordenação humanitária-militar em todos os níveis e fases da interação. O compartilhamento de informações, o planejamento e a divisão de tarefas são três elementos essenciais de uma coordenação civil-militar eficaz (O Manual Esfera, 2020, p. 19).

A Carta Humanitária é apresentada como um documento dentro do Manual, e nela se atribui ao Estado a responsabilidade de prestar ajuda diante de uma situação de crise (O Manual Esfera, 2020, p. 30) para então reconhecer o papel das agências da sociedade civil e da comunidade internacional em, combinando a ação oficial com o voluntariado, construir respostas efetivas e apoiar as autoridades públicas, falando ainda em “doadores governamentais e organizações regionais” bem como “agências sob o mandato das Nações Unidas” como importantes atores de atuação humanitária em crises (O Manual Esfera, 2020, p. 31).

Com relação aos papéis que se cumprem na construção da resposta humanitária, a Carta afirma que com as funções e responsabilidade que possuem os e as agentes humanitários são secundárias em comparação com o Estado, o que delimita assim que o papel de agentes

humanitários “(...)pode ser o de incentivar e persuadir as autoridades que cumpram suas responsabilidades e, no caso de elas falharem, para que ajudem as pessoas a lidar com as consequências.” (O Manual Esfera, 2020, p. 38).

A Carta estabelece os princípios que orientam o serviço dessas agências, como o de humanidade e do humanitário, reconhecendo os direitos de todas as pessoas afetadas por catástrofes ou conflitos” (O Manual Esfera, 2020, p. 31). Menciona ainda o direito à vida com dignidade, o respeito pelos direitos humanos de que são titulares, como a liberdade, a liberdade de consciência e de crença religiosa”; direito a receber ajuda humanitária; direito à proteção e à segurança (O Manual Esfera, 2020, p. 31-32).

Há outro documento ao qual alude a Carta, a chamada Norma Humanitária Essencial, que também possui princípios e fundamentos, além de compromissos. Nele, a ideia de “crise humanitária” é abordada na apresentação do documento da seguinte maneira: “comunidades e pessoas afetadas por crises humanitárias recebem ajuda adequada e relevante às suas necessidades” (O Manual Esfera, 2020, p. 56). Expõe contradições e mecanismos para evitar/combater questões “problemáticas”, reconhecendo que elementos sensíveis são mobilizados em respostas humanitárias: alto valor de recursos empregados para efetivar a ajuda; posição de poder de trabalhadores humanitários nas relações sociais que se constituem ali; degradação ambiental resultante da ajuda humanitária (O Manual Esfera, 2020, p. 64).

Com amplo conhecimento sobre o mundo humanitário pela trajetória profissional que possui, perguntei a Raquel o que ela entendia como uma “missão humanitária”, de maneira ampla e pensando o contexto de migração atual em Roraima, já que ali se construiu o aparelho amplo e complexo da Operação Acolhida.

Raquel: *Existe uma mentira, né? Eu sei que existe uma grande mentira nesse cenário. Os livros eles não contam a realidade, né? Os livros eles romantizam uma coisa que é para ser certinha, para respeitar os direitos das pessoas, para que os estados receptores acolham e entendam que todas as pessoas têm direitos, direitos humanos e tudo mais. Na prática não é isso que acontece, né? Eu vejo interesses políticos envolvidos, né? Interesses pessoais também de pessoas que estão em cargo de poder. Então, assim, a missão humanitária como tal, aquela coisa romantizada, isso só nos livros, a realidade é outra. A missão humanitária, ela é vista como um gerador de dinheiro mesmo, bem capitalista. E quanto mais problemas aquele território tem, né? E quanto mais pessoas puderem ver isso, “olha, esse problema vai trazer dinheiro, então vamos deixar tudo bagunçado para que venha mais dinheiro para cá, mais dinheiro”. O tanto de dinheiro que Roraima recebeu ao longo desses sete, oito anos era para Roraima tá no top 1 de estado que sabe gerir uma migração, mas né? Não, não está (...) O que que acontece? sabem muito bem como arrecadar fundos, sabem como pedir esses fundos. No entanto, fazer a distribuição de forma planejada, correta, certinha, não, porque primeiro vai se beneficiar quem tá lá em cima, né? E depois o restante e por último a população. Então assim, o tanto de dinheiro que Roraima recebeu era para as pessoas migrantes chegarem aqui e esse estado ser um modelo de missão humanitária. E não é, né? Lendo, observando outras missões de longe, né? A partir dos relatórios, claro, e observando de forma pessoal, porque né, eu fui em outra missão, eu observei. Existem sim os desvios. Eu não vou dizer que não, há os desvios, há sim os interesses políticos que vêm em primeiro lugar e depois os interesses das pessoas, mas aqui o desvio é muito maior. Logo depois veio a pandemia e tudo era emergência. Esses documentos que dizem emergência! Emergência humanitária! Isso solta fundos para os estados. Então eles conseguiram entender que palavras chaves dentro do contexto humanitário era uma forma de soltar a chave do dinheirinho ali do cofre do capitalismo e ter o recurso para benefício deles.*

Julia: *Uma pergunta, eles entenderam, seria quem?*

Raquel: *O governo, o governo local e, também os ministérios, Enfim. O Exército. (Raquel, trabalhadora humanitária brasileira, 01 de dezembro, 2023).*

A resposta de Raquel evidencia um aspecto fundamental e indispensável para se viabilizar uma missão humanitária efetiva em território: recurso financeiro. Assim, sua reflexão aponta essa possibilidade de leitura crítica sobre uma das raízes de contradição que tornam, como comenta, as coisas diferentes nos livros e na prática, desajustes em decorrência de interesses políticos e econômicos por detrás da movimentação dos recursos.

Especificamente, se trata da lógica do modo de produção sob o qual nos organizamos, e que incide sobre o território de formas desiguais, a partir da legitimidade da acumulação e

concentração de riquezas presente no capitalismo. Assim, até mesmo o trabalho humanitário desenvolvido numa missão, pode ser fonte de enriquecimento.

Sobre o estabelecimento de atores humanitários, sobretudo internacionais, perguntei à Raquel que me descrevesse o processo, considerando a existência das cooperações técnicas que são firmadas oficialmente nas parcerias que menciona o próprio Manual Esfera. Assim, queria saber como as organizações trazem os recursos financeiros para as respostas humanitárias.

Raquel: Como é que as agências chegam ao território, né? A partir das necessidades que vão surgindo, caracterizadas como humanitárias. No caso do Brasil, ele faz esse convite às organizações que estão alinhadas com aquele tipo de resposta. Aqui temos a resposta à migração, né? Então é feito esse convite ao sistema (...) Tem um decreto sobre isso, e ela se instala no Brasil. E no caso da OIM, veio para resposta à migração porque é a Agência da ONU para as Migrações e aqui nós tínhamos um contexto de migração. Mas antes da OIM se instalar, o ACNUR já estava no Brasil e o ACNUR, entendia que o que tava acontecendo aqui não era só uma migração, era uma resposta de refúgio. Então eles tinham que estar aqui com o refúgio deles também, né? (...) Sempre a pré documentação, vai ser uma necessidade nessas respostas humanitárias. Então começa por esse canalzinho se instalando com um pequeno escritório. (...) A necessidade identificada para os três primeiros meses era o quê? A pré documentação, porque antes do escritório se instalar, veio uma pessoa da organização fazer uma visita no território e conversar com o governador, com o prefeito para entender o que que tava acontecendo. Conversar também com a população para entender mais ou menos o que tá acontecendo e tentar montar uma resposta, né? (...) Os três primeiros meses foi de pré documentação, mas também se identificou trabalhos com indígenas, que era uma necessidade, com o trabalho de agricultura. E a partir desses três meses foi se avaliando outras necessidades, né? Foram percebendo outras necessidades. Havia necessidades de proteção, necessidades de higiene, necessidades de saúde, enfim, necessidades de uma série de coisas, como tradutores, melhoria dos espaços. E a partir daí vai se construindo ao longo de determinados X tempo, sei lá, seis meses, um ano, um plano que ele vai responder a nível regional. Mas também ele tem que responder a nível local, né? Não se tirar elementos para responder a nível local (...) a garantia da pré documentação e a estratégia de interiorização e controle de fluxos de entrada porque também, entender as tendências é importante para planejamento de estratégias nos próximos anos. Enfim, com o entendimento desses diferentes pontos, é solicitado, que se candidate a projetos onde cumpram esses interesses e aí, se o doador achar que é interessante, ele fornece o valor para aquela missão. (Raquel, trabalhadora humanitária brasileira, 01 de dezembro, 2023).

Nesse trecho, Raquel menciona sobre como as organizações internacionais, mesmo as do sistema ONU, fazem para captar recursos, que em geral são doados ou repassados como projetos,

através do compromisso de que se cumpram critérios, metas ou indicadores que comprovem aos doadores a forma como o dinheiro foi gasto e influenciam na decisão de se manter recursos, diminuir, aumentar ou cortar. Dessa maneira, mesmo as agências estão submetidas às fontes de doação que recebem, e isso impactara em como, quando, onde e com quais objetivos serão aplicados os recursos recebidos.

Como explicou sobre o fator de *expertise*, é possível perceber ainda que tendo um certo domínio do conhecimento e dos recursos financeiros das respostas humanitárias, as agências internacionais – que atuam ainda com outras agências menores locais ou regionais, de alguma forma ditam regras ou ao menos possuem forças para impactar diretamente nos caminhos que serão trilhados dentro desses contextos, o que expressa não só aspectos de controle e contenção, contidos principalmente na tutela, mas reverberam ainda em possibilidades de não se desenvolver autonomia entre a população “beneficiária” e (re)vitimização, ao se alimentar de forma contraditória e indiretamente a vulnerabilidade, uma razão de ser do trabalho humanitário.

Existe uma “temporalidade do caráter humanitário” em espaços de crise migratória, onde o “espaço genuinamente humano e humanitário vai declinando conforme passa o tempo”. (Durieux e McAdam, 2004 apud. Hyndman e Giles, 2011, p. 373). Assim, num curto espaço-tempo de contexto crítico, um campo, abrigo, ou uma cidade de contenção com respostas humanitárias, podem efetivamente ser espaços de segurança imediata para pessoas em risco onde salvar-lhes a vida é a tarefa primária. Entretanto, conforme o tempo passa e o temporário vai se tornando permanente, esse espaço humanitário tende a encolher e outros direitos humanos básicos começam a ser limitados ou cerceados (Hyndman e Giles, 2011, p. 373).

É possível de se notar a deterioração do direito à dignidade, por exemplo, quando observamos os momentos de vida diária e cotidiana das populações esperando, espaços onde

existe muita frustração, expectativa, ansiedade, privação e desafios existenciais que decorrem dessa vida vivida no dúbio da espera baseada na contenção (Hyndman e Giles, 2011, p. 373).

O eixo de abrigamento é um dos pilares da Operação Acolhida, e o fluxo migratório da crise humanitária na região norte é composto por diferentes razões e modalidades de migração, o que torna difícil classificá-lo como um fluxo homogêneo de refúgio, por exemplo. Isso torna a questão dos “mandatos” das agências nebulosa, como também chegou a caracterizar Raquel. Questionei Cela sobre as implicações de distinções jurídicas na configuração dos abrigos, tentando entender por que nesse contexto evita-se falar em campo de refugiados se, na prática, a arquitetura e lógica de gestão é basicamente a mesma.

Cela: Eu acho que tem duas coisas. Primeiro por conta do tamanho, na verdade, a impressão hoje que eu tenho do ano passado pra cá e que me parece que a Operação está forçosamente se organizando para uma estrutura de campo, e deixar de lado essa estrutura do abrigo. Que a ideia no começo era como tinha bastante dinheiro e tinha bastante incidência do governo federal, como eu posso dizer, na gestão e nos palpites de como que a gente vai fazer para lidar com esse fluxo migratório e de refúgio muito alto, então que se a gente vai fazer beleza, a gente vai fazer uma estrutura a partir de abrigo. Primeiro, acho que tem uma questão concreta, que não tinha um espaço grande o suficiente pra cê colocar todo mundo. Os abrigos, eles eram “ah, consegui um terreninho aqui a gente vai fazer uma estrutura”, “ai, consegui um outro” e vai abrindo de acordo com a demanda. Então eu não sei muito por que as pessoas pensaram “a gente vai fazer nesse esquema e não nesse outro esquema”, porque hoje, somando a população abrigada, a gente tem Boa Vista acho que 7.000, 7.500 pessoas. Seria um grande campo tranquilo, até num patamar bem menor do que você tem em situações de grande emergência humanitária fora em outros continentes. Tipo, eu trabalhei num abrigo que tinha, sei lá, 1.100 pessoas antes, um abrigo não indígena, e esse abrigo virou um abrigo com capacidade para 2.500 pessoas. Eu estava nesse período de transição desse abrigo de 1.000 e pouquinho para 2.500. Faz muita diferença em como você consegue atender a população obrigada a essa quantidade de pessoas, então, se você quer fornecer um atendimento um pouco mais qualitativo, quanto menos gente, melhor, por motivos óbvios, porque as equipes não se expandem, de acordo em tese, com a quantidade populacional. O ACNUR diz que trabalha com uma... Eles chamam de equipe padrão, que é um tamanho de equipe padrão proporcional a uma população. Quem trabalhou até o ano passado na Operação sabe que esse tamanho de equipe padrão é uma equipe muito pequena para atender a população, porque a gente era acostumado a uma equipe do mesmo tamanho, por exemplo, da que está hoje nesse abrigo de quase 2.500 pessoas, tinham duas ou três pessoas a menos gerindo um abrigo com 1.100 1.200 pessoas, então

enfim, tem essas questões e aí a realidade é que está mudando essa questão de quantas pessoas vivem em cada abrigo por uma questão de verba, então a maior parte do dinheiro que mantém os abrigos é o dinheiro que vem do ACNUR, que são dinheiros de doações, e aí as pessoas basicamente pararam de fazer doação para Operação em relação à emergência da Venezuela e a maior parte dos recursos hoje teve uma grande realocação (...) por conta da questão do Afeganistão, então isso refletiu, as pessoas “Oh, meu Deus, agora o que está acabando com o mundo é o Afeganistão, isso é o mais horrível, então vou mandar dinheiro pro Afeganistão”. E aí esse ano, Guerra na Ucrânia, tipo a perspectiva é: e eu acho que a gente praticamente não vai ter dinheiro no ano que vem, porque se a situação do Afeganistão já deslocou verba, imagine a guerra da Ucrânia que teve, sei lá, em termos de orçamento, assim poderia manter quatro anos de Operação Acolhida com equipes gigantes, sabe? (Cela, trabalhadora humanitária e cientista social brasileira, 14 de agosto, 2022).

A questão do tamanho dos espaços destinados a abrigamento certamente pode ser uma possibilidade de resposta à não nomear de campo, vinculada ainda à mistura de tipos de migração identificados no fluxo. Existe um conflito de gestão humanitária que decorre do tipo de visto que as pessoas migrantes vêm buscando acessar, algo que aparece de formas diferentes em Tapachula e Boa Vista. No entanto, em ambos os casos se pode dizer que não são pessoas refugiadas em sua maioria, mas que a demanda por refúgio (solicitar) é bastante alta.

Em Tapachula, a organização de campo ou abrigos nos moldes brasileiros não foi identificada, embora existam albergues de diferentes perfis, que contam com muito, pouco ou nenhum apoio financeiro de agências internacionais, que se tornam espaços de contenção ou pelo menos de espera, dependendo da natureza do espaço. O albergue onde estive durante o campo é um exemplo de espaço de portas abertas a quem quisesse chegar, desde que fossem pessoas com procedimentos de refúgio encaminhados ou interessadas em iniciá-los, e se tratava de um espaço com mais apoio de verbas institucionais, embora também recebesse doações de itens, sobretudo comida, fraldas de bebês e roupas.

Suria contou como o trabalho do albergue em Sonora era sustentado por voluntários e doações da população, salvo por alguns projetos em parceria com alguma organização que

possuía verbas pontuais como, por exemplo, a estadia de uma psicóloga no espaço durante um ano com apoio do ACNUR. A estrutura é extremamente importante para a acolhida humanitária, ainda que por fora do institucional. Nesse caso, o trabalho humanitário parece mais humano, mas ainda carrega algumas lógicas tutelares presentes na tarefa do cuidado.

Suria: Ahorita no tenemos psicóloga, ya se acabó ese proyecto, pero sí dábamos esa atención psicológica, (...) Te voy a explicar un poquito más de la casa. Las personas migrantes pueden llegar... Las que ya conocen el horario tienen que llegar entre 4 de la tarde para... Poder nosotros contabilizar cuánta comida se va a hacer. Ellos llegan a las 4 de la tarde, entre 4 de la tarde.... Como a las 05:30, 6, se sirve la cena y después de la cena se les da todo lo que ellos lleguen a necesitar. Hay personas que necesitan zapatos, ropa, todo su kit de higiene, y ya no todas se quedan porque hay personas que van a trabajar o ya tienen un lugar donde dormir, entonces pueden venir solamente por los alimentos. Las personas que se quedan, pues se les da todo su kit de almohada, cobijas, sábanas, jabón para que laven sus ropas, o sea, todo, todo, todo de estas cosas que... Necesarias, y después pasan al dormitorio. Al día siguiente se tienen que levantar a las 06:30 de la mañana, desayunan y salen. También las personas que están afuera entran a esa misma hora, 06:30 de la mañana, todas las personas desayunan y sale. Salvo la persona que esté en peligro, que haya sido secuestrada o que esté enferma o esté vulnerable, se puede quedar aquí adentro. Si la persona está enferma, se puede quedar aquí adentro hasta que se recupere, o si la persona ha sido secuestrada o algo así, pues buscamos la manera de canalizarla para Que salga del pueblo (Suria, trabalhadora humanitária mexicana, 25 de março, 2021).

A descrição do funcionamento do espaço o assemelha ao Posto de Recepção e Acolhida (PRA) em Boa Vista, onde as pessoas migrantes podem fazer três refeições, tomar banho, guardar pertences em armários e pernoitar em camas e colchonetes, dispostos num espaço aberto, com tendas grandes armadas para proteger do sol e das chuvas. No entanto, trata-se nesse caso de um albergue de caráter pastoral, já na fronteira norte, que funciona de maneira quase autônoma.

O contraste aparece ainda entre o albergue de Sonora e o albergue institucional em Tapachula, onde estive. Lá também se conta com doações privadas, mas o aporte que organizações internacionais fazem, como ACNUR, padroniza a organização e a envolve em outras lógicas sobre o serviço prestado e a ideia de direitos atrelados a deveres, como no caso da

limpeza do espaço. Em minha conversa com Suria abordamos sobre as pessoas migrantes que estendem seu tempo no albergue em semanas ou meses, como via acontecer com frequência nas fronteiras sul e norte brasileira, nesses espaços institucionais.

Julia: ¿y esas personas cuando se quedan más tiempo, se involucran de alguna manera en el trabajo voluntario de la casa?

Suria: Hmmm... normalmente las personas migrantes que vienen aquí tratamos de que no trabajen en la casa... Es como un lugar para ellos donde vienen a descansar, a sentirse más a gusto, salvo que ellos como que se ofrezcan y digan “oye, pues sabes que quiero limpiar esta partecita de aquí, hay mucho zacate” y cosas así, los dejamos, pero normalmente todo el trabajo es de las y los voluntarios. Entonces el aseo de la casa, como te comento, hay una persona encargada. No es conveniente que las personas migrantes limpien. Ellos vienen aquí a descansar y a sentirse relajados. (Suria, trabalhadora humanitária mexicana, 25 de março, 2021).

Ainda que o foco dessa pesquisa e da reflexão sobre o humanitário não seja especificamente os espaços físicos, a conversa com Suria, a vivência em espaços de abrigo institucional e o trabalho de campo de conjunto, levaram a incluir a reflexão sobre os diferentes espaços de acolhimento humanitário, principalmente nos contextos de crise, também marcados por elementos de preconceito enraizados nos agentes que atuam nesses locais e na arquitetura e gestão desses espaços.

Em minha conversa com Dua, abordamos sua experiência em ter vivido em dois espaços que são componentes da gestão migratória mexicana e sua resposta à crise: as Estações Migratórias e um albergue para solicitantes de refúgio. Perguntei se ele conseguiria estabelecer uma comparação entre os diferentes espaços de encerramento em que esteve.

Dua: La verdad, la verdad, o sea... Pero es mi punto de vista, o sea, quizás le preguntas a otra persona y te dará una respuesta totalmente distinta, o sea. Quizás yo soy un dramático, no sé, pero quizás me sentía yo traumado. Mira te voy a hablar con el corazón en la mano, o sea, te voy a decir la verdad. Sinceramente salí con un odio hacia los mexicanos horrible. Sinceramente, de verdad sentía odio por los mexicanos en general, o sea... Y siento que algunos mexicanos adentro del albergue me trataron como, como me trataban en la Estación me sentí igual. Me sentía exactamente igual. O sea, de alguna manera te quieran hacer sentir menos, o sea, no sé por qué, o sea, no sé si es algo

de los mexicanos, o ya no sé si es que yo estaba traumatado (...) De allá, o sea, no me sentía de todo cómodo sinceramente. Y quizás no era por el lugar como tal, sino que quizás me quería ir de México porque, ¿verdad? O sea, había pasado por tanto en ese momento que ya estaba como harto de estar ahí. Entonces vivir en un sitio donde... O sea, te quieren tratar como un robot, ¿sabes? O sea, estás tratando con personas, no estás tratando con un robot (...) Sentía que cualquier cosa me podía hacer enojar, o sea, quizás, como te digo, quizás era algo mío, personal, que hasta me sentía molesto. Hoy en día me siento mejor, o sea, quizás si yo no fuera pasado por todo el proceso de estar preso, quizás yo no me fuera tomado estar allá adentro de una manera distinta. Pero de verdad me lo tomé de esa manera. Ojo, no estoy diciendo que fue la peor experiencia ni nada, no, nada que ver. ¿O sea, sí es vivible de verdad, recomiendo a quien sea vivir allá en el sentido de que, o sea si es una persona ordenada y le gusta limpiar y necesita vivir en un sitio, o sea, que viva allá, pues verdad? Sí, mucha gente allá me ayudó, sinceramente. O sea, mira, hubo un mexicano que de verdad, (...) él me hizo como darme cuenta que de verdad... O sea, que yo estaba equivocado, pues de que no puedo estar pensando “oye, odio a todos los mexicanos” ni nada por el estilo, o sea, pero, él me hizo darme cuenta que no es así, como todo hay gente buena, gente mala en el planeta. (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).

Nesse trecho da conversa, fica evidente que a primeira experiência de ter sido privado de liberdade e levado à Estação marcou profundamente sua relação com o país, o “povo” mexicano, e a experiência no albergue onde eu também vivi. Nesse espaço, lhe chamou atenção o fato de que todos eram tratados como robôs, algo semelhante à lógica da Estação – referindo-se às regras de conduta estabelecidas no local. E é que toda a limpeza do espaço era dividida entre todos os homens e mulheres alojados ali numa escala semanal.

Em reflexão crítica sobre a migração internacional pelo México, Varela-Huerta e Gabrielli, caracterizam de forma específica a OIM como uma “empresa supranacional que gere com recursos milionários muitos dos esforços para se produzir uma numerária verificada” (2024, p. 182), e possui a capacidade de produzir dados, principalmente quantitativos, com relação aos fluxos migratórios no mundo todo, que serão utilizados também em estudos e reflexões acadêmicas (Varela-Huerta e Gabrielli, 2024, p. 182). Essa caracterização pode ser estendida à todas as agências ONU que atuam e aplicam recursos nas respostas humanitárias.

O espetáculo que se forma em torno da ideia de crise humanitária e de respostas que são articuladas, consolida a justificativa de complexa “trama da indústria da migração e resgate humanitário” (Varela-Huerta e Gabrielli, 2024, p. 187) que são articuladas nos territórios. Nessa fronteira humanitária (William Walters, 2011 *apud*. Varela-Huerta e Gabrielli, 2024, p.188) das dinâmicas migratórias, se coloca ênfase na violência e no sofrimento, numa perspectiva das pessoas migrantes como vítimas, almas perdidas que devem ser resgatadas ou atendidas por essa rede de atores humanitários.

A existência de agências internacionais específicas por temas divididos em mandatos, gera algumas consequências no território com relação às prioridades que a resposta humanitária terá e desenvolverá, as responsabilidades de cada uma, a incidência política e, sobretudo, no que diz respeito ao financiamento que captam e aplicam. Perguntei à Raquel, trabalhadora ONU, se ela entendia que há uma disputa entre as agências, ponto levantado em outras conversas com trabalhadoras humanitárias.

Raquel: Sim, há essa disputa. No início da migração isso era mais acentuado. Então assim, ACNUR e OIM brigavam muito por isso, porque ACNUR queria impor que as pessoas tinham que pedir refúgio, porque para eles é interessante para conseguir os fundos. Só que essas pessoas, elas não se caracterizavam dentro desse escopo, né? (...) Quando era explicado para elas o que que era o refúgio, elas não queriam essa forma de pré- documentação. Falaram “não, eu não quero, porque eu tenho pretensão de voltar à Venezuela. Eu tenho pretensão, inclusive, de sair do Brasil. Eu não quero ficar muito tempo que eu tô estudando o terreno. Se der certo, eu fico. Se não der, eu vou para outro país que fale o meu idioma”. Então assim, o ACNUR colocava muito isso. Então essa era uma briga acirrada entre o ACNUR e a OIM, a partir de muitas conversas com os chefes de escritórios, né, com muitos seminários e o ministério, foi entendido que era preciso haver paz e que as pessoas recebessem a dupla informação para que elas mesmas escolhessem qual era o melhor caminho em relação à pré-documentação, então, a partir desse acordo, começou a fazer Sessões Informativas das duas modalidades, aonde a pessoa ela fica livre para escolher aquilo que melhor representa ela nesse processo de pré-documentação. E assim tem sido, se apaziguou. (...) pra o ACNUR era principalmente para garantir maior número de refugiados, porque isso vai garantir fundos, né? Mais fundos. Ele já tem muitos fundos, mas vai garantir mais. Então, assim, é melhor que as pessoas estejam informadas do que que elas têm de oferta e elas mesmas

escolham isso. Então, por livre e espontânea vontade, elas escolhiam e sempre a maior parte era residência. E depois quem solicitou refúgio dentro dos protocolos das legislações eles também mudavam de categoria e passavam de solicitantes de refúgio para solicitantes de residência. Aqueles que não tinham opção, né, que vinham sem nenhum documento esses não poderiam acessar a residência, então sobrava para eles o quê? O refúgio. E assim garantiu-se, que o Estado brasileiro garante que ninguém que esteja na imigração venezuelana fique sem estar documentado (Raquel, trabalhadora humanitária brasileira, 01 de dezembro, 2023).

Além do aspecto da disputa de mandato ser uma questão que pode gerar ruídos e problemas complexos à gestão migratório, há outro ponto que parece derivar da estrutura interna e lógica organizacional de agências internacionais humanitárias.

Ao possuírem autonomia e soberania em relação ao Estado nacional e suas leis, caso de conflitos trabalhistas internos às organizações, suas cúpulas e trabalhadores e trabalhadoras humanitárias que atuam “na brita”, expressão que escutei de duas entrevistadas que atuavam na Operação, se tornam complexos de resolverem, e situações de violações ocorrem. As Nações Unidas e suas organizações não estão sujeitas nem aos códigos trabalhistas nacionais, nem aos princípios internacionais do trabalho – tendo assim certos privilégios (Xavier, 2020, p.158).

Além disso, o trabalho humanitário em si, por lidar com situações de vulnerabilidade e de conflitos políticos inerentes às gestões de crise, expõe as pessoas que o realizam à constantes situações de tensão, cobrança e aspectos que afetam suas vidas e saúde mental. Nesse contexto, também o ativismo, o engajamento pessoal, político e ético dos trabalhadores muitas vezes é impedido, em nome de profissionalismo e neutralidade, havendo orientações de um distanciamento proposital entre o trabalho e a comunidade atendida. Essa postura gera barreiras ao ativismo pelos direitos das pessoas migrantes, e não impede que muitas pessoas adoçam ou sejam afetadas de forma pessoal pelo contexto, como me foi descrito nas entrevistas.

Bea: (...) *dia a dia aqui, as organizações basicamente tentam evitar que o governo faça alguma coisa muito grave e dá essa cara humanitária para a operação. Mas... É muito doentio. A maior parte das pessoas que trabalham aqui são brasileiros que trabalham nas organizações. Tem muita gente legal, que eu conheci, e as pessoas na maior parte, assim, adoeceu, teve que ir embora. Ou quem está aqui está muito mal, porque é um ambiente... Uma coisa horrível, horrível. É uma tensão cotidiana. Eu não sei se eu adoeci, mas eu acho que porque tem essa questão da pandemia, que estava muito pesado, tudo estava pesado pra todo mundo. É uma luta cotidiana pras pessoas não terem seus direitos violados, é todo dia, sabe? Dois, três leões por dia. Eu acho que **essa coisa do ativismo, talvez na fronteira, que pode ser interessante também, você ir atrás, é isso, né? Que é uma coisa muito à flor da pele.** (...) Aqui... É uma coisa assim, meio... Essa temporalidade da emergência. Todo dia está acontecendo alguma coisa. Todo dia alguém pode saber ser prejudicado, alguém vai ser violado, alguém não está tendo... Então é o dia inteiro tentando se articular para minimizar isso e tendo que (...) politicamente, é muita política que você faz o dia inteiro, mas essa micropolítica, das influências, do tipo assim, sei lá. Olha a minha rotina o que era toda a semana, em algum momento eu ficava visitando o Centro de Saúde, a UBS, para convencer os diretores das unidades a atender os imigrantes, uma coisa que é garantida pela lei e que já teve, enfim... [ri, indignada], não tem nem que... (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).*

A sensação de se estar “à flor da pele” e dos ativismos que podem estar presentes numa resposta humanitária, também foi abordado em minha entrevista com Giovana. Perguntei-lhe se ela considerava que havia algum tipo de ativismo político ou de luta por direitos articulada a partir das pessoas migrantes que eram o público-alvo da Operação como, por exemplo, formas de auto-organização. A população migrante venezuelana é chamada por Giovana de “comunidade”.

Giovana: *Existe. A comunidade, ela se organiza muito bem. Pelo menos eu enxergo meu trabalho, como eu atuo no meu trabalho, como só dando ferramentas para as pessoas poderem criar seu próprio destino, assim, a sua própria organização e afins. Claro que... **Algumas vezes isso choca com algumas diretrizes do ACNUR.** (...) Mas, é... Grupos LGBT's é muito forte dentre dos abrigos. A comunidade feminina nos abrigos é muito forte também, tipo de mães e tal. (...) A comunidade ela já vai se ajeitando, a gente vai tentando só dar as ferramentas, assim, sabe? Pra eles entenderem algumas coisas do Brasil e tal. Mas tem outras coisas que a gente não precisa nem das ferramentas. Tem gente que chega com papel e fala “olha, eu tenho essa ideia, eu quero botar em prática”. (...) então existem dentro dos abrigos essas organizações sabe? De grupos específicos, principalmente mulheres, LGBT's, principalmente mulheres... E adolescentes. Nossa, adolescentes são extremamente engajados, ou eles não querem fazer nada, ou eles querem fazer tudo. E aí, adolescentes, mulheres, LGBT's, esses três grupos principalmente, assim. É isso. (...) aqui em Boa Vista Tem muito pra festa, muito pra cultura venezuelana, isso com certeza... Isso também é, né? Isso também é*

empoderamento, então... Tipo arepada, noite da arepa, e tal, isso tem muito, muito, muito mesmo. (...) auto-organizado, nada pelo governo. Eles alugam os espaços, eles fazem as coisas, às vezes é aberto mesmo na rua. Isso com certeza rola bastante. (...) Na minha casa tem um vizinho, todo final de semana ele faz uma festa, menina, a rua para, assim, juro. A casa dele é de parede com o meu quarto, né? E aí, mulher, eu escuto pelo menos 50 vezes, assim. e mora umas quatro pessoas só naquela casa. É muita gente, (...) A gente brinca que a festa começa quinta de noite, ela só para domingo, tipo meia noite. E é música, música, música, música. A gente fala: “ô vizinho, abaixo um pouquinho o som, tá um pouquinho alto...”. (EGiovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).

Giovana considera que esses grupos que se auto-organizam nos abrigos são uma forma de ativismo, e entende que seu trabalho é auxiliar, o que segundo ela pode se chocar com as diretrizes de quem comanda centralmente o espaço: o ACNUR, levantando a possibilidade de haver choque de interesses em se desenvolver a autonomia entre a população vulnerável.

Durante o trabalho de campo, no México ou no Brasil, nunca consegui acessar nenhuma organização ONU para realizar entrevista como parte da pesquisa. Em geral, encontrava silêncio aos e-mails enviados ou, ainda, quando chegava a ter contato com funcionários efetivos, essas pessoas também declinavam das entrevistas ou optavam pelo modo de operar dos canais institucionais: o silêncio. Raquel foi a primeira e única pessoa que aceitou a entrevista, sob condição de anonimato. Essa posição sempre me intrigou, embora na prática do campo e tendo contato com trabalhadores humanitários, ativistas e funcionários internacionais não era surpreendente nem inesperada a resistência desses atores internacionais ao diálogo com outros agentes. No entanto, Raquel pontuou que quem mais resiste ao diálogo é sobretudo o governo federal, afirmando que as agências se sentam junto ao governo, num comitê, para discutir os rumos da Operação.

Raquel: Olha, é assim, dá para receber sim, novas ideias e tentar modificar o que há e fazer bem para se desenvolver. Mas acaba que quem é o líder de tudo é o governo federal. Então, os interesses eles vão andar de acordo aos interesses do governo federal. (...) muitas sugestões foram enviadas e todas foram acatadas? Não sei. Provavelmente não, porque senão a gente estaria caminhando para um outro trânsito. E aqui a gente

ainda tá no constante da emergência e já não deveria mais. Não deveria, né? (Raquel, trabalhadora humanitária brasileira, 01 de dezembro, 2023).

Como já mencionado, a emergência, a contextualização de crise – são todas formas também narrativas de se justificar intervenções autoritárias, militarizadas, de controle e vigilância em razão de uma ameaça plausível ou algo semelhante. Em territórios de fronteira, sobretudo, isso envolverá a gestão das pessoas migrantes. Cada qual a sua maneira, poderemos observar algumas especificidades em dois diferentes pontos críticos de migração internacional.

México.

Como em outros regimes de controle migratório, a “espera” (*waiting*) é usada como uma tecnologia de controle e dissuasão de migrantes solicitando refúgio (Campos-Delgado, 2021b, p. 34). No caso mexicano, a articulação de uma resposta ao incremento do deslocamento humano na região, sobretudo na fronteira com os Estados Unidos, se desenvolve em uma “fronteira militar-humanitária” desde pelo menos ao redor de 2015 (Pallister-Wilkins, 2015; Tazzioli, 2015 *apud*. Campos -Delgado, 2021b, 34).

Por todo o território mexicano está organizada uma resposta autoritária para a gestão migratória: são 59 centros de detenção no país, com infraestrutura limitada, de “(...) condições precárias e terríveis” que articulam controle, punição e detenção (Campos-Delgado, 2021b, p. 35). Como relatou Dua sobre a falta de transparência e de informações de seu caso por parte dos agentes, ocorre ainda de muitas vezes as pessoas migrantes serem coagidas a não solicitarem ou desistirem de seus processos de refúgio (Campos-Delgado, 2021b, p. 35).

No caso mexicano, uma das consequências da política migratória de contenção que visa dificultar ou impedir a chegada de migrantes ao norte, é o aumento considerável das solicitações de refúgio no país, que fez entrar em choque a limitada e escassa infraestrutura e de recursos

humanos do INM e da COMAR, que estão muito aquém de atender a população migrante vulnerabilizada. Ademais, a probabilidade de obtenção de condição de refugiado no México para migrantes do Sul Global é baixa, além da espera pela resposta ser longa. Há também um número alto de solicitações de refúgio abandonadas nesse período dos últimos seis anos (Campos-Delgado, 2021b, p. 36).

Em outubro de 2021, logo que parti de Tapachula, saiu da cidade uma grande caravana migrante massiva como a de agosto do mesmo ano, que havia sido desarticulada pelo INM e pela GN de forma bastante violenta e midiática. Sobre a caravana de outubro, comentei com Leo que havia visto rumores durante minha pesquisa de que muitas pessoas que conseguiram chegar a outras cidades e aceitaram os “acordos” do INM para se apresentarem em troca do visto humanitário, acabaram deportadas posteriormente, porém de outros estados do México.

Leo: Te voy a decir cuál es mi hipótesis, y de diferentes compañeros que trabajamos en esto. Imagínate, Julia, que aquí está todo el observatorio de las organizaciones internacionales, ¿no? Y digamos, Migración no quiere quedar en mal, y emite estos documentos. ¿Pero qué pasa? Para poder detener a 10.000 personas que están aquí en Tapachula, pues es un poco complicado, ¿no? Pues imagínate, detener a 10.000 o 8.000. 5.000. ¿Qué hacen? Implementan estos [faz o sinal de aspas com os dedos] “programas” para dar las tarjetas y empiezan a salir todos esos buses, ¿no? A diferentes estados de la República, inclusive a estados donde no hay presencia de COMAR [ri mais uma vez, demonstrando incredulidade]; ¿Pero qué pasaba? Les daban un código QR, imagínate que aquí está el código [mostra o seu celular], ¿no? Y en cuanto llegabas allá, tenías que acercarte a la autoridad migratoria, para confirmar y que te emitieran tu tarjeta. En cuanto llegaban las personas allá, digamos, llegaba un grupo de 100 personas, y de esas 100, ya había 300 elementos de la Guardia con Migración esperándolos. ¿Para qué? Pues para detenerlos y para deportarlos, porque es más fácil tener a 100 personas que a 5.000 personas en Tapachula. Entonces todo, todo, todo eso es un plan con maña y literalmente deportaciones masivas a Guatemala, aquí directamente a Tapachula, para que volvieran a iniciar el procedimiento. Eso es lo que pasa. Esa es la mala práctica que hace Migración, digamos, como un acto bueno disfrazado de... Un acto bueno con intenciones muy malas, ¿no? Entonces lo mismo sigue pasando ahorita. Personas que nos han llegado al albergue de pronto le decimos “¿desde cuándo ingresó?” “No, pues desde enero”. “¿Y qué hacía todo este tiempo, ¿no? Estamos en mayo... ¿Trabajaba o...?”, “No, pues estuve un mes detenido en la Estación Migratoria y después Migración me dijo que me iban a emitir mi tarjeta de visitante. Y después me llevaron a Tuxtla”, o

sea un bus de... Saliendo de las Estaciones Migratorias los llevaba a Tuxtla con la promesa de emitirlos las tarjetas de visitante, “¿y cuando llegabas a Tuxtla, que pasó?” Les preguntamos nosotros, ¿no? Nos dicen ellos “no, que me dijeron que ahí no me iban a atender y que tengo que ir a Comitán. Iban las personas a Comitán y llegaban a Comitán y les decían es que aquí no te vamos a atender, te toca en San Cristóbal. Y van a San Cristóbal de las Casas. Es que aquí no te toca... Te toca en Ciudad Cuauhtémoc. Y van a Ciudad Cuauhtémoc. Es que aquí no te toca, te toca en Comalapa. Julia, Comalapa es un foco rojo en Chiapas, un foco de presencia de narcotráfico en Chiapas, que literalmente ahorita las personas ya no cruzan por la carretera entre Comalapa, porque saben de que es muy peligroso. Imagínate, ¿qué hacen familias con niños llegando a Comalapa? O sea, los exponen literalmente a que su vida corra peligro. ¿Qué hacían las personas? Decían “no, pues mejor me vuelvo a Tapachula y voy a COMAR”. ¿Mientras tanto, cuánto tiempo pasó, Julia? ¿Un mes? ¿Dos meses? ¿Tres meses? No les están respetando el debido proceso, entonces hay mucha violación de derechos humanos, Respecto a al inicio del proceso o a la promesa de obtener las tarjetas de regular estancia. Pero te digo, todo esto es por malas prácticas por parte del Instituto Nacional (...). (Leo, advogado em direitos humanos em Tapachula, 21 de maio, 2022).

A atuação do INM descrita é um indício de que a instituição está distante de ser guiada em suas práticas por princípios humanitários. Outra faceta contraditória da instituição é sua forma de comunicação, que parece fazer o uso constante de palavras como “resgatar”, em notas periódicas sobre operações do Instituto, e que na prática sempre terminam com pessoas presas: “*se rescataron tantos migrantes*”.

Leo: mira, Migración está dividido por diversos agentes migratorios, por así decirlo. Existe el grupo beta (...) ellos son los que van en rescate, en teoría, y cuando ellos hablan de un rescate es porque creen... Bueno, el coyotaje es una realidad, ¿no? Como que va con mucho peligro y todo esto. Entonces, en cuanto ven a un coyote que va trasladando a 100 personas, pero que las personas lo que quieren es huir de la propia autoridad migratoria, no, porque saben cómo los tratan, pues ellos le llaman rescate porque están frenando ese tráfico, este, ilícito, ¿no? De personas que estaban en situación irregular y el famoso rescate va incluido poniendo ahí, “rescatamos a 150 y emitimos 150 tarjetas de visitante por razones humanitarias”. Pero sabemos que las personas intentan llegar más al norte y ahí pueden ser detenidas nuevamente por la propia autoridad migratoria, aunque tengan este documento que ellos mismos emitieron. (Leo, advogado em direitos humanos em Tapachula, 21 de maio, 2022).

Com relação às respostas desenvolvidas no contexto da fronteira sul especificamente, Foi Lola quem me contou pela primeira vez sobre a existência de um programa que envolvia transferência de valores e capacitação, tendo a entrevista acontecido depois que havia partido de

Tapachula. Ativista independente através da própria ONG que fundou junto a outras duas pessoas, ela comentou um pouco da situação da acolhida humanitária que existe na região.

O Programa para Pessoas em Emergência Social ou Natural (PES) é aplicado pela Secretaria de Bem-estar (*Secretaría de Bienestar*) para pessoas migrantes de todas as nacionalidades. Segundo o governo mexicano, o programa fazia parte da política humanitária de atenção ao fenômeno migratório na fronteira sul do país, e visava atender pessoas migrantes que tinham iniciado seus trâmites de regularização migratória no México, permitindo que essas pessoas realizassem “trabalho social”, tais como trabalhos de tradução entre pessoas migrantes, aulas a menores de idade, albergues e comedores sociais, trabalho agrícola e em ofícios manuais, limpeza de ruas, além de atendimentos médicos, e recebessem “salários” quinzenais pelo trabalho².

Lola: Este programa es para darles un apoyo de casi 5.000,00 pesos a ellos (...) donde se inscriben y hacen un taller, o sea, entran a un taller que ellos les vaya a servir para aprender y emprender, saliendo de ese taller, que es un apoyo mientras sus papeles están en proceso de, que ya algunos tienen un año, año y medio y sus papeles todavía no están y tú lo viste (Lola, mexicana e ativista humanitária em Tapachula, 02 de novembro, 2021).

Nessa mesma fala, Lola também comentou sobre os problemas políticos e estruturais da região, numa perspectiva crítica do Estado mexicano e dos governos que atuavam naquele momento, evidenciando que a migração massiva longe de causar problemas na cidade e na fronteira, na verdade evidenciava e tornava impossíveis ocultar as questões críticas de uma região marcada por desigualdades, violência e conflitos.

²² Para mais informações sobre o tema, consultar o site do governo mexicano através do link: <https://www.gob.mx/bienestar/prensa/aplica-secretaria-de-bienestar-politica-humanitaria-hacia-migrantes-en-la-frontera-sur?idiom=es>.

Lola: (...) *les están pidiendo 1.100 dólares por la cita, no por darles la visa. Entonces eso es un gran robo, incluso llegan a COMAR y en COMAR les dicen abiertamente: “Mira, si quieres, pues son 1.100,00 dólares”. Y los mismos trabajadores de COMAR se los dicen. Y lo he escuchado en miles de mujeres y hombres y haitianos y cubanos de todo tipo (...). Entonces, todo lo que hemos escuchado desde que empezaron las caravanas y que el gobierno aquí en México, más bien el presidente de Tapachula, (...) esa despreocupación Descarada, porque así se maneja, o sea, no les importa para nada la zona, se lo dejan a las organizaciones civiles y pues es donde nosotros estamos batallando de cierta forma y ahí mismo es donde salen los activistas (...) haz de cuenta que no hay medicamentos, no hay gasas y agujas. Entonces yo di mi servicio social ahí porque, pues, tenía que estar un año ahí dando mi servicio como psicóloga y yo vi la regla, la realidad, que la misma gente de México no tiene ni siquiera para pagar medicamentos y en el hospital no hay. Esto ya es una pudrición del sistema de años. Entonces los migrantes vienen, no se les está dando la atención médica, se les está negando ahorita (...) Pero pues no se De abasto hace falta muchas, muchas manos y muchas organizaciones, pero el gobierno no está haciendo pues prácticamente nada por el tema de la migración, está muy lento. Ya no hay citas, nada de citas (...).* (Lola, mexicana e ativista humanitária em Tapachula, 02 de novembro, 2021).

Outro aspecto reiteradamente abordado, tocado também por Lola, foi a situação de desinformação comum entre as pessoas migrantes, pois muitas notícias circulam e mesmo em agências como COMAR e INM é comum que haja funcionários que se beneficiam dessa desinformação para obter algum ganho pessoal, oferecendo realizar procedimentos mediante pagamento.

No sentido de que a resposta humanitária é uma construção conjunta entre diferentes atores, Lola expressou descontentamento e dificuldade na lida diária envolvendo esses distintos agentes – voluntários, ONGs, agências internacionais e agências de Estado – gerando questões sensíveis ou obstáculos para a promoção dos direitos e articulação dessas respostas de forma mais abrangente à população migrante.

Lola: *Y pues, la demanda es mucha, Julia, o sea, yo no puedo sola. Otras organizaciones aquí en Tapachula... Hay un tema que, a lo mejor eso no lo toman en cuenta porque todos están enfocados en la migración, pero muchos que estamos en el tema migrante, aquí no hay equipo. **Entre asociaciones no hay equipo, hay celo.** A mí me han cerrado las puertas, ACNUR, y te lo digo abiertamente, ACNUR. Este... El albergue del Buen Pastor, el albergue Belén, ¡la... Jesuitas! (...) Entonces, yo he tratado de hacer equipo*

desde que inicié, porque ellos tienen la gente, y ellos sí tienen un albergue, y mi filosofía fue: “yo no les voy a dar pescado, les voy a enseñar a pescar, porque si ellos traen una capacidad intelectual, que traen un oficio... De carpintero, de mecánico... Pues vamos a explotarlo”. (...) ¿Esa es la idea, tienes aquí la gente con talento y no la vas a explotar? ¿Y no la vas a aprovechar? O sea, es una mentalidad que se tiene, de que la mayoría de las organizaciones aquí en Tapachula, lo que hacen es darte tres días de alojamiento y tu comida “y ya, bye” voy. ¿Y de ahí qué pasa? ¡Esa gente se puede aprovechar! Porque tiene la capacidad... Hay unos que traen profesión. Está el migrante rico y está el migrante pobre. Y el migrante rico es el que recibe apoyo, dinero... Digo rico entre comillas porque viene y consume, mucho en la zona céntrica, y están vendiendo bastante los comerciantes y ellos son los únicos que no se quejan (...) Pero pues, aquí les alenté en todo el trámite, les están pidiendo dinero, es una mafia horrible.

Julia: Estos que piden dinero son muchas veces, por lo que me dijiste, los propios de Migración, ¿de COMAR mismo? [Com o dedo indicador faz o gesto do sim, dobrando e desdobrando o dedo, uma maneira mexicana de concordar com as mãos]

Lola: Sí, y empieza desde la Guardia Nacional en la frontera, ¿eh? (...) A mí me explicaron y me dijeron: “usted, dígame cuantos son, yo estoy en la Guardia Nacional y yo, este, hablo con uno de COMAR y de COMAR le va a dar sus papeles”. Y lo peor es que a veces los exhortan nada más, los estafan. Y otra, es que realmente si están coludidos, o sea, están trabajando en equipo, sacando dinero, ¿eh? Entonces todo esto, dices: “no es justo, pues, porque la corrupción siempre ha existido y no podemos hacer más”. Al menos a mí me frustra, porque... Digo, podemos hacer equipo con otras organizaciones, los demás no hacen nada y Tapachula sigue igual, sigue igual (...) Y ACNUR no ayuda a todos, ¿eh? Y yo tengo y te lo voy a decir, claro: la OIM nada más se hacen tontos acá. ¿Yo les fui a preguntar: “¿ustedes tienen población migrante?” O sea, sí tienen chicas [faz como se estivesse imitando eles respondendo] “No, nosotros no tenemos ningún grupo”, Entonces digo: ¿qué hacen acá? Estorban. No hacen nada. Hacen oficina. La UNICEF Yo no sé cuál es... Okay, son niños, menores de edad, es hasta los 18 y todo, pero ellos no... Haz de cuenta, No se abren para que tú puedas llegar y decirles: “¿saben qué? ¡Necesitamos esto...”, no! Con ellos no se puede trabajar en equipo. Los de ACNUR es otro tema igual. Yo he escuchado poquitos... Casos (...) que son 33 [mujeres] las que ACNUR les da un apoyo de mil y cacho nada más durante un mes... no, tres meses. (Lola, mexicana e ativista humanitária em Tapachula, 02 de novembro, 2021).

Essa foi outra intervenção de ajuda humanitária presente em Tapachula, e promovida diretamente pelo ACNUR, que era dirigida às pessoas migrantes solicitantes de refúgio. No albergue, conheci pessoas que usufruíam dessa política que se tratava de ajuda financeira pontual – uma forma de transferência de recursos diretamente à pessoa migrante, através de cartões pré-pagos, ainda assim de baixo acesso entre a população migrante de conjunto.

Lola: *Les hicieron un estudio socioeconómico y yo lo que he visto es que son... No elitistas, sino el que tuvo suerte y entró en el en el bote de las.... ¿Cómo le dice cuando seleccionan a todos así, al azar? Es el que tuvo suerte. ¿Pero de ahí todos dicen, la mayoría me han dicho: “sí, he tenido de ACNUR”, pero el 50% de las mujeres me han dicho que no. Y menos. COMAR lo que hace es así como que, “ahí te doy una lista para que te atiendan y ve” [faz um gesto com a mão como se estivesse afugentando, expulsando alguém]. Y luego les está pidiendo el recibo de luz para atenderlos. ¿Un recibo de luz? Pero si ellos no tienen ni recibo de luz acá, no viven acá para decir que son dueños de esa casa, o que, este... Están rentando, porque pues a veces la renta ya incluye la luz, o sea, son muchos factores, Julia, no, no... [Como que expressando desânimo e cansaço, Lola leva a mão ao rosto, passando pelos olhos e testa, e suspira] (Lola, mexicana e ativista humanitária em Tapachula, 02 de novembro, 2021).*

A frustração de Lola passa por não conseguir realizar parcerias para o trabalho de acolhimento da população migrante, algo que pude notar durante os trabalhos de campo de diferentes formas. Como organizações que parecem ditar um certo ritmo, regras e a cultura organizacional daquele local, as desigualdades políticas, econômicas e sociais atravessam substancialmente todas as relações que se estabelecem no âmbito de uma resposta humanitária, deixando evidente o quem é quem nas hierarquias entre as partes. De forma a fechar portas a uma construção de múltiplos atores, elas se articulam apenas com governos em diferentes níveis.

Lola também comentou o panorama migratório na região entre 2019 e 2021, entre mudanças e permanências com relação às respostas oficiais, que pontuou que seguiam sendo insuficientes.

Lola: *(...) el personal sigue siendo el mismo y obviamente ellos estaban como que en una “zona de confort”, porque no se esperaban esta cantidad, pero ¡exorbitante de migrantes! Porque, independientemente de que digan: “no, que es un problema geopolítico, porque por eso movieron caravanas, para afectar un país a otro”, como sea. ¿Pero si hubo un cambio radical? Si. ¿Y en que aspecto? No tienen la capacidad, no tienen el personal y más que nada la capacidad de atender las diferentes nacionalidades, ¡porque no están capacitados! En el aspecto de que no hablan un idioma. ¡Ni inglés hablan! Con eso te digo. No saben de la cultura de otros países. Entonces, si el gobierno no capacita bien al personal y no da más, no contrata más personal... Pues ahorita les cayó como golpe, porque ellos no saben ni que hacer. Están atendiendo, están, ¡pero están sobre saturados! Entonces ahí, en ese aspecto del gobierno de migración, sí hubo un gran, un gran impacto, porque ellos no se dan abasto, porque es muy pequeño. (...)*

Los mandan, de un lado para otro, y en todos lados los explotan, los están extorsionando a los migrantes (...) (Lola, mexicana e ativista humanitária em Tapachula, 02 de novembro, 2021).

Outro aspecto importante da acolhida humanitária à migração em um território, é que a resposta não deve voltar-se apenas à população migrante, sendo importante envolver toda a sociedade de destino de conjunto, conscientizando e derrubando visões preconceituosas extremamente enraizadas na sociedade mexicana – que em muitas situações nem se sabe a si mesma como intolerante.

Lola: Ahora, con respecto a la población en Tapachula, pues obviamente el centro no estaba así. (...) si hablamos de racismo si hay, pero estamos hablando de una población mínima de un 10% desde mi punto de vista, porque es algo nuevo, es algo extraño, te sientes amenazado. Y eso es lo que pasa, cuando vemos que hay un prejuicio inmediato ante la ignorancia, ¿no? ¿Entonces, qué pasa con el tiempo? No sabemos. Estamos habituando a la gente de color y decimos: “no, pues los haitianos son más puntuales, son más trabajadores, el 90%.” Ese es el perfil. “Los cubanos, pues sí, son poquitos, pero de ahí son borrachos, son alcohólicos, se prostituyen y eso se rigen por Sodoma y Gomorra” [como está imitando aquilo que dizem as pessoas, Lola faz uma pausa e da risada, passando a olhar para a câmera] Así te digo. Entonces está, este... “el salvadoreño y el hondureño que pues, viene a delinquir, porque viene el tema de los maras” y los que te decimos “no, pues con los de Guatemala, pues son tranquilos”. O sea, yo que tengo familia en Guatemala, conozco muy bien la idiosincrasia y ese sentimiento de inferioridad que ellos tienen y que cuando vienen acá, ellos quieren venir a trabajar nada más. (...) Todas esas culturas, pues obviamente, nosotros ya las conocemos, centroamericanas y al ver a los chicos de color que vienen, esa gente de color, ¡estamos sobre poblados! Y lo que nos molesta, y es el sentir, a nivel general en Tapachula, es que no hacen nada las autoridades como Migración para solucionarlas, porque decimos: “esta gente viene, consume, se le acaba su dinero y es un tiempo máximo de seis meses que obtienen su papel, pero pues ya no podemos acá, si no hay trabajo para nosotros no va a haber para ellos. Si la situación económica está pésima para el tapachulteco, pues está el triple para ellos” (...) Es la molestia de que las autoridades no generan orden, no generan alternativas, hasta ahorita se puede decir que están buscando alternativas para poder apoyar a esa población y que los están reubicando. Sin embargo, pues esto ya se salió de control, (...) ¡La gente no come comida haitiana! Yo ya fui a comer comida haitiana, ¡entonces... Cocinan riquísimo! Pero no. Todavía está ese tabú de que, pues, son sucios o viceversa. O sea, eso más que tabú es un prejuicio (...) (Lola, mexicana e ativista humanitária em Tapachula, 02 de novembro, 2021).

Com o advento das caravanas migrantes como forma de migração coletiva e de pressão às autoridades mexicanas, abordei com Lola o tema, quando a primeira de 2021 desde Tapachula

foi violentamente reprimida, seguida de outras – como as que Dua participou – que garantiram as *visas humanitárias*, impondo-se ao Estado a necessidade constante de responder às pessoas migrantes.

Lola: Lo que ellos están haciendo es de que... No van a llegar todos, van a llegar pocos y van a quedar regados. Yo tuve la oportunidad de platicar con una persona de Bienestar, que es la que vino a hacer el Programa de Emergencia Social (PES) para buscar un módulo acá en Tapachula (...) El detalle está que esta persona me dijo que lo que querían hacer es, pues, prácticamente que se nacionalicen. O sea, como sea, ¿no? O sea, el presidente está dejando que hagan, y en este caso están conscientes de que van a quedar regados. Son un grupo de migrantes que, pues ya no los van a detener porque ya se hizo noticia esa represión que fue en estas dos caravanas que salieron y que obviamente no quieren que México quede mal y que los esté maltratando (...) Entonces México lo que hace es: los dejemos, llegamos lo suficiente, pero pues hasta ahí. ¿Pero de qué? De que no van a llegar todos, pues no van a llegar. ¿Ahora caemos en la misma dinámica, en cada estado... Dónde están los migrantes? ¿Quién los está atendiendo? Este, ¿dónde llegan? O sea, en toda la República Mexicana se va a presentar lo mismo que es acá Tapachula, y los van a dejar caminar. Lo que hicieron antes de esas dos caravanas, o más bien lo venían haciendo, desde siempre, es que los atrapaban para cubrir protocolo del trabajo de Migración y los iban a aventar a Talismán. Porque hay dos fronteras, entonces la de Talismán, digamos que es la zona alta montañosa de Guatemala, Está Tecun Umán. Entonces, los iban a aventar a la frontera Talismán y ahí que se quedaran, ahí los iban a aventar todos los migrantes, o sea, y ellos ya venían caminando otra vez a Tapachula. Entonces es un vaivén, como decimos, y pues ni hay un orden, y no se sabe qué va a ser, o sea... (...) Entonces, ellos no saben nada, no, no están capacitados, Julia, esa es mi conclusión (...) Es cíclico, viene pasando lo mismo y va a seguir pasando y pues hay violaciones (Lola, mexicana e ativista humanitária em Tapachula, 02 de novembro, 2021).

Se pode concluir – algo muito relatado também por pessoas migrantes – que a política migratória para a fronteira sul envolvia essa medida não oficial que podemos nomear de “deportação *Express*”: a prática descrita é de que as autoridades migratórias detém pessoas migrantes e as leva até o outro lado da fronteira, na Guatemala, para que as pessoas voltem a realizar o cruze e trajeto à Tapachula – gerando esse “vai e vem” cíclico que caracterizou Lola.

Essa é uma medida informal que funciona atrasando a vida das pessoas migrantes, seu ingresso na burocracia oficial do Estado e o seu projeto migratório, empurrando-as a uma marginalidade que potencializa situações de maior vulnerabilidade. A prática, também presente

em menor medida na fronteira norte brasileira, pode ser entendida como uma das medidas que coexiste com as respostas humanitárias e de certa forma compõem as crises às quais se responde.

Brasil:

No caso da gestão da crise migratória no Brasil, o percurso de chegada ao território em Roraima, recuperado no trabalho de Xavier (2020, p. 159-160), demonstra que o ACNUR chega no dia 12 de junho de 2017, sendo o primeiro da ONU a se fixar no estado. Em agosto de 2017 chegam outras duas agências: Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e Organização Internacional para as Migrações (OIM) e entre 2018 e 2019, chegam outras agências ONU de temas da infância, gênero e pobreza.

Simultaneamente às agências ONU, chegaram outras organizações não-governamentais, de origem nacional e internacional, num variado leque de orientações, formas de atuação e princípios. Algumas delas, mencionadas e local de trabalho de trabalhadoras entrevistada, foram a “Fraternidade – Federação Humanitária Internacional, a Associação Voluntários para o Serviço Internacional – AVSI Brasil, o Conselho Norueguês de Refugiados, o Médicos Sem Fronteiras – MsF, o Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados – SJMR, a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA (...)” (Xavier, 2020, p. 160).

Quando entrou na organização em que trabalhava, a Operação Acolhida ainda não havia sido estruturada, e Raquel pôde acompanhar no estágio junto à PF sobre o procedimento de pré-documentação migratória, o desenvolvimento do papel das agências ONU de conjunto, antes, durante e depois da formalização da Operação.

Raquel: (...) a gente tinha um grande desafio, que era entender para onde as grandes massas, os grandes fluxos, eles iam. Não havia estrutura, projetada a partir de uma operação humanitária (...) As pessoas, elas ficavam alocadas nas ruas, nas praças,

faziam, enfim, acampamentos em diferentes locais da cidade. Em determinado momento, isso começou a incomodar muito a população, as agências da ONU, elas eram bastante cobradas quanto a isso. (...) A partir disso, desse incômodo da migração aqui em Roraima, que de repente começou a ser vista como algo totalmente negativo e foi necessário a visita de, enfim, presidentes e chefes de escritório para operacionalizar uma missão, né? Uma missão humanitária aqui. E aí foi estabelecida a Operação Acolhida com a construção do espaço do PTRIG, que é o posto de triagem ali ao lado da Superintendência [da PF] (...) no início ele fazia a pré documentação e ainda faz, até hoje, faz os processos de abrigamento também e outros serviços, como da Receita Federal, para fazer CPF e acompanhamento de crianças e adolescentes com a UNICEF e trabalho de violência baseada no gênero com o UNFPA. A OIM enquanto pré documentação de residência e ACNUR na solicitação de refúgio e abrigamento. E assim ficou estabelecido e está praticamente até hoje. (...) Desde quando começou que se estruturou isso foi acontecendo tudo de uma vez, PTRIG, a eleição de terrenos para fazer os abrigos junto ao Ministério, né? O ACNUR. E aí foi se estabelecendo isso e a Operação como um todo, fazendo a coleta de pessoas para sair da rua, tirar as pessoas da rua, colocá-las dentro de um espaço para que a população local ficasse talvez com seus ânimos não tão alterados. Por um lado, isso foi bom, mas por outro também a população local enxergou isso como benefício, né? A gente não tem casa, mas essas pessoas que vêm de outro local, tem casa, comida, roupa lavada, todos os serviços, (...) Depois disso, foi se construindo o GTS, o GTS de comando, o GT Interação inicial, onde todo mês era falado dos avanços, do que estavam se pretendendo fazer, o que poderia fazer para melhorar. Enquanto isso as pessoas iam chegando, chegando e chegando e iam se situando, né? Muita gente chegava, ficava na rua porque não sabia da existência dos abrigos. Mas aos poucos isso foi se disseminando. (Raquel, trabalhadora humanitária brasileira, 01 de dezembro, 2023).

Segundo o site do governo federal brasileiro, a Operação foi construída como resposta humanitária do governo diante da intensificação do fluxo migratório venezuelano, de maneira específica. Ela foi criada em 2018 e seu objetivo descrito consiste em atender migrantes e refugiados venezuelanos, através centralmente da realocação, caracterizada como voluntária, segura, ordenada e gratuita das pessoas em situação de vulnerabilidade, a outros estados e municípios. É uma ação que envolve oficialmente o Governo Federal, estados, municípios, as

Forças Armadas, órgãos do Judiciário, organizações internacionais e mais de 100 organizações da sociedade civil”³.

Foi criada através da Medida Provisória (MP) nº 820/20218, como uma resposta de emergência à crise humanitária. Posteriormente foi convertida em lei pelo Congresso Nacional do país, a Lei nº 13.684/2018. Em sua estrutura de governança, possui um Comitê Federal de Assistência Emergencial, presidido pela Casa Civil da Presidência da República. O Subcomitê, que funciona para acolhimento e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade, é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

No caso brasileiro, a primeira contradição interna de uma resposta humanitária escapa propriamente da dimensão do humanitário, envolvendo o braço militarizado que é formalmente parte importante da articulação da resposta. Ainda que no México a GN esteja presente, sua atuação parecia não estar efetivamente vinculada à gestão migratória, tendo mais relação (ao menos expressa) com a questão da soberania das fronteiras. Questionei Raquel sobre esse aspecto peculiar e até paradoxal de um acordo que envolve a atuação de forças militares em uma missão humanitária.

Raquel: (...) é muito difícil essa pergunta, porque é bem complicado. Bem complicado essa parceria, né? É um trabalho constante de... é bem complicado, né? A cada seis meses, inicialmente era a cada seis meses, agora é de quatro em quatro meses. Trabalhar com militares é, é difícil. É difícil, eles querem que a gente aja como pessoas da ONU e que a gente entre no ritmo deles e do nosso lado a gente quer que eles entendam que isso não é do ritmo deles, é outra ótica. No início foi bem, foi difícil, mas

³ Definição retirada do site: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>. Acesso em: 16/05/2024.

foi possível entender a partir do general que veio da primeira vez que se chamava []⁴ ele tinha uma pegada assim mais pacífica, então ele discursava muito com os seus, com a sua equipe de que nós não éramos militares, né, que nós éramos pessoas da ONU, então era outra pegada que a gente não ia seguir regras. Mas era difícil, vez ou outra a gente tinha que bater continência e enfim falar umas terminologias que são deles e meio que eles obrigavam a gente falar porque meio que a gente tava ali no território deles. Então até se construir essa relação mais pacífica, demorou um pouco. É difícil. Há violações de direitos no meio desse histórico, né, em relação aos migrantes, em relação à população, aos humanitários, também. É difícil, mas se tenta construir uma relação a cada mês ou a cada dia, de forma amistosa. Por parte das agências é fornecido o entendimento da missão para cada vez que vem um novo contingente. (...) É fornecido aí um panorama do que que é essa missão, né? As regras da ONU, as regras humanitárias, né? O que é que é o direito internacional, o que são pessoas migrantes. E do outro lado a gente também recebe, qual é o papel deles nessa missão. A depender do contingente da região, a gente consegue ter essa proximidade de forma mais pacífica, né, e de fato, de soma. Mas outros não. Outros é bem difícil. Então, é uma construção constante de relacionamentos. Alguns estão cansados já disso, outros, como estão começando agora, é meio que interessante estar próximo a militares, porque eu não sei, né? Em determinado momento tentou-se esconder o que militares faziam com os migrantes no sentido de violações de direitos. Foi tomada as medidas administrativas do Ministério da Defesa. Mas nós tivemos algumas violações de direitos mesmo. (...) O papel deles é fazer a missão acontecer. A missão deles é essa mesma. Eles falam “fazer a missão acontecer. Nós estamos aqui para garantir a segurança. A segurança dos humanitários e das pessoas. É fazer a missão acontecer, montar estruturas, fornecer todo o suporte logístico que os senhores precisam e estar na linha de frente”. Em casos de insegurança de investigação, eles têm esse papel. Braço forte, mão amiga é o que eles falam. Selva. E assim tem sido. (Raquel, trabalhadora humanitária brasileira, 01 de dezembro, 2023).

A resposta de Raquel, de um tom sarcástico, demonstra que a relação entre estruturas e lógicas de poder distinta geram choques entre os e as profissionais envolvidos numa operação, mas que é possível se encontrar o caminho. Destaca também as situações de violação de direitos humanos, muito mais presente entre a lógica militar como um dos pontos sensíveis dessa parceria em uma resposta humanitária.

O processo de interiorização, um dos eixos da Operação, é operacionalizado pelas Forças Armadas – comprovando-se o mote “estamos aqui para fazer a missão acontecer”, em conjunto

⁴ Nome omitido por questões de segurança.

com empresas terceirizadas e parceiras, além da OIM. Raquel relatou como foi o início do desenho da estratégia, bem como a primeira interiorização realizada.

Raquel: Foi uma ideia da OIM que jogou para o governo e o governo trouxe de cima para baixo. E aí, dentro da estratégia de interiorização, cada ator ficou responsável por um braço. ACNUR com a parte institucional e OIM com a parte das operações que já é uma expertise que a organização tem em muitos países. E abril de 2018 começou a estratégia de interiorização, que começou de forma assim, não foi fácil, foi bem complicado. As pessoas interiorizadas, elas não sabiam muito bem para onde elas iriam, mas elas iriam para algum lugar. Boa parte da população do Abrigo Tancredo Neves foram tiradas dali, foram colocadas dentro de um estádio aqui, no estádio daqui de Roraima, e tinham 500 pessoas, pra esse primeiro voo, né? Esse voo ele aconteceu durante dois dias, mas o processo da logística durou uma semana. Então, durante uma semana, 500 pessoas ficaram dentro de um estádio que não tinha uma estrutura de um abrigo. Mas elas estavam ali alocadas dentro de umas barraquinhas, e era tipo debaixo do sol. Era bem diferente, bem estranho. Mas aconteceu assim e a gente, né? As equipes trabalhando para fazer com que isso acontecesse (...) Chegou o grande dia da primeira etapa, do primeiro voo de interiorização, que se interiorizou 380 pessoas. Isso aconteceu na madrugada. Teve assim um pouco de mídia, mas foi contida, né, porque era para preservar as pessoas, mas no fim ACNUR fez com que fosse esse ato humanitário, carregando crianças no colo e tudo mais (...) no segundo dia, o segundo voo com o restante das pessoas contemplando 500 pessoas. (...) E essas pessoas foram para abrigos, abrigos onde o ACNUR fez a o alinhamento para receber. Acho que até as dez primeiras interiorizações elas foram de abrigo em abrigo. Saía do abrigo daqui e ia para um abrigo em São Paulo, Rio de Janeiro, enfim, várias cidades. As primeiras foram São Paulo e era bastante desafiador porque eles começaram a atuar perante os abrigos que tinham mais desafios, né? E desafios mesmo, de convivência de perfil, tipo o abrigo que tem mais mulheres com criança (...) (Raquel, trabalhadora humanitária brasileira, 01 de dezembro, 2023).

Outra trabalhadora humanitária, Cela, também descreveu o funcionamento da Operação

Acolhida e a dinâmica de migração em crise da região, a partir de sua vivência.

Cela: Eles chamam de fluxo misto, né, porque é um fluxo de imigração e de refúgio e aí a operação ela é gerida a nível federal pelo Ministério da Cidadania, que é o responsável, pelo Exército, que é a força tarefa (FT) (...) e é gerida pelo ACNUR, (...) outras agências da ONU que também fazem parte da operação, então a OIM, que é a agência de migração, também faz parte disso, só que a gestão dos abrigos, e aí são três pilares da operação, né, (...) Ordenamento de fronteira, acho que o abrigamento e interiorização. Quem tem a responsabilidade de gestão dos abrigos é a FT, junto com o ACNUR, e aí o ACNUR terceiriza, entre aspas, essa gestão por parte do que eles chamam de parceiros implementadores. (...) que estão à frente das gestões do abrigo, tanto em Boa Vista quanto em Pacaraima. (...) a gestão dos parceiros implementadores é a AVSI, a

Fraternidade Sem Fronteiras e a FULPAD, hoje são as três ONGs que implementam a gestão dos abrigos e a gente tem dois alojamentos de trânsito, um em Pacaraima e um em Boa Vista, e aí o alojamento de trânsito em Pacaraima hoje está sendo gerido pela OIM e aqui em Boa Vista também é a gestão da OIM que é o PRA, que é um Posto de Recepção e Acolhimento. E aí, no concreto, na realidade dos abrigos quem atua diretamente são ACNUR e os parceiros implementadores e os militares. O Ministério da Cidadania ele atua muito mais no macro, então, por exemplo, os abrigos eles tem um código de regras (...) foi, por exemplo, construído pelo Ministério da Cidadania, pelo Subcomitê Federal, o SUFAI. (...) mas quem toca a realidade no dia a dia são as agências implementadores e os militares, e aí tem uma gestão padronizada por procedimentos operacionais padrão, que são também regulamentados pela Lei Internacional de Direitos Humanos, de Refúgio e Migração, tem padrões internacionais que os abrigos têm que respeitar, tanto no que tange à como fazer a gestão e também coisas do tipo, quantos banheiros tem que ter, quantas pias, tem que ter, tudo isso é a partir de um padrão internacional estabelecido. (Cela, trabalhadora humanitária e cientista social brasileira, 14 de agosto de 2022).

Em entrevista, Iza a trabalhadora humanitária que também havia atuado como voluntária no processo da migração anteriormente à Operação, deu importantes descrições do processo de consolidação da resposta humanitária à emergência migratória, explicando o processo de instalação desde o início, coordenada entre diferentes atores como estratégia para receber e trabalhar com as populações migrantes que chegavam, principalmente à Pacaraima e Boa Vista.

Iza: Como a coisa começou a crescer demais e foi aumentando a quantidade de imigrantes né, em 2016, começou um impacto maior. O governo cedeu um espaço que é um ginásio daqui na periferia, para que eles pudessem dormir lá dentro, ficar lá dentro. Então não era um abrigo em si, era só um espaço. Então, (...) todos os migrantes que não tivessem onde ficar poderiam ficar lá. (...) E aí uma organização veio pra cá para fazer um trabalho de 15 dias aqui e tal, que foi a Fraternidade Internacional, é... E eu fui um dia a lá visitar o que eles estavam fazendo, e fiquei muito impactada pelo que eles estavam fazendo, né, e o tanto de trabalho que tinha e poucos voluntários (...) logo depois eles abriram um outro espaço que era para separar, né, deixar só os indígenas no lugar e os não índios, porque tava dando muita confusão, né. (...) E aí o projeto foi crescendo, a gente conseguiu voluntários da parte deles, voluntários brasileiros para fazer... E a coisa foi se estruturando um pouco mais. E aí a gente começou a ir atrás de parcerias com organizações, montamos um projeto mais robusto assim... E na época, uma outra organização maior, que foi a Visão Mundial, acabou conhecendo o nosso projeto, veio conhecer, e adotou o nosso projeto. Então aí a gente ficou sendo o primeiro espaço de... De proteção e segurança das crianças venezuelanas, é... Começou ali, de educação e proteção, né, e depois foi expandido para todos os outros abrigos que foram abrindo depois de 2017, 18, aí depois chegou a Operação Acolhida. (...) E aí eu comecei a coordenar toda essa parte dos espaços de proteção à criança de fora dos abrigos:

Rodoviária, PTRIG, de espaços de ocupações espontâneas, né, que tinha bastante... (...) E projetos com as outras ONGs, porque aqui geralmente a gente faz um trabalho em parceria com as outras organizações, né, cada um voltada para o seu foco, mas ninguém faz nada sozinho, é tudo uma articulação mesmo, que é a Operação Acolhida de fato, que são várias organizações juntos com esse objetivo. (Iza, educadora, antropóloga e trabalhadora humanitária, 13 de julho, 2022).

O abrigo é um dos eixos da Operação, e como relatado por Raquel e Giovana, também foi uma resposta ao aumento da população em situação de rua, algo que causava conflitos com a sociedade local, além de aumentar situações de vulnerabilidade. Dessa maneira, os abrigos foram sendo abertos na cidade de forma a absorver a migração, fazendo com que as pessoas que não estavam em condições de estabelecer uma moradia por conta própria pudessem estar mais seguras.

Com relação aos abrigos, Giovana recuperou o momento em que eles começaram a ser construídos, primeiro de forma provisória em espaços já existentes, depois para estruturas montadas em terrenos e espaços vazios, a partir de material e equipamento que era levado para esses locais.

Giovana: Como eu falei, existiam dois abrigos na época, mas é um abrigo de capacidade de 500 pessoas, 400, 300 e poucas pessoas. O número de pessoas que tinha não dava conta. Tanto que abriu o Rondon 1, com capacidade de 600. Depois abriu o Abrigo Rondon 2, que era um abrigo só de interiorização, e depois abriu o Abrigo Rondon 3, questão de seis meses, um ano depois, menos talvez, que aí já abre uma capacidade maior para 1000 pessoas. E aí foram abrindo vários abrigos aqui, e em outros lugares, inclusive não só ali na Rondonlândia, não só ali no 13 de setembro, em outros espaços, e esse número foi meio que diminuindo, e aí nasceu... Tô avançando, né, mas que nasceu esse trabalho do governo, junto com a Operação Acolhida, de interiorizar as pessoas e tal, e aí esse número foi... Essa realidade das pessoas dormindo na rua e tal foi diminuindo. Não acabou, óbvio. A rodoviária... Até hoje existem algumas pessoas que dormem ali, mas aí foram criando alguns fluxos maiores pra receber essas pessoas, sabe? (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).

Em uma reflexão crítica sobre o acolhimento humanitário da Operação Acolhida desde o eixo do abrigamento, Bea caracterizou o cenário dos abrigos e seu surgimento diante das desocupações realizadas pela Operação no território.

Bea: (...) liberando espaço nos abrigos, eles puderam começar a desocupar as ocupações e a ideia era tirar as pessoas da ocupação e elas vão para os abrigos. Só que as pessoas não querem ir para os abrigos. Então era uma coisa de tentar negociar e convencer as pessoas ou interiorizar ou ir para um abrigo, mas ninguém quer ir para os abrigos. (...) é muito complicado a vida nesses abrigos. E tem muitas denúncias, inclusive segurança... Até de... Por exemplo, as mulheres têm medo de ir no banheiro à noite, sabe? Roubos. É muito complicado assim. Tanto a parte de segurança, depois comida, né? É tudo ruim, é bem precário, você não tem o mínimo de privacidade. Imagina, o calor de Boa Vista, são umas casinhas da ACNUR de plástico, não tem energia dentro porque não pode puxar eletricidade, você não pode pôr um ventilador que seja... Não sei como a pessoa consegue nem respirar lá dentro, sabe? É o tipo de coisa assim, são detalhes, mas que para as pessoas, é claro, significa muito. E as pessoas... A maior parte que estava nessas ocupações, já tinham passado por abrigo, tiveram experiência... Algumas foram expulsas. Então eu lembro que abrigo tem regras, tem que voltar, por exemplo, não sei que horas da noite e essas pessoas catavam latinha na rua de madrugada, então, como é que cê vai se sustentar se você tem que cumprir o horário do abrigo? Tem que comer no horário que eles colocam... Aquelas mesmas questões também, que a gente já sabe um pouco para a população de rua ou outras populações. (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

Quando Bea menciona aspectos que reconhece como sendo detalhes, mas que tem grande significado para as pessoas, se levanta a discussão sobre as normas humanitárias que assegurem o mínimo para que não haja violação de direitos humanos, e como em respostas padronizadas e massivas em contextos de crise ocorrem atropelamento de detalhes da vida cotidiana que impactam a dignidade, ainda que estejam assegurados “teto, segurança, comida” e o mínimo. Ademais, o aspecto do controle, dos modelos de solução enlatadas em dissonância com as características territoriais locais, são todos elementos de composição dessa complexa indústria humanitária.

Com as entrevistas realizadas foi possível traçar também um pouco do envolvimento do Estado brasileiro no território com relação à gestão migratória, a partir da chegada do governo federal e a atuação do Exército, principalmente desde um ponto de vista retórico que assumem.

Bea: (...) quando vem o governo federal para tomar conta, ele basicamente continua falando isso, só que ele subiu o tom muito, que era de tipo assim: vocês não resolvem nada, o problema está que vocês não resolvem nada, a gente não pode contar com vocês, a gente tem que fazer tudo”. Então eles basicamente pegam o problema para eles. O estado e o município, o que faz? Fala: “que alívio, que bom. Quem disse que eu queria lidar com imigração?” Migrante? Ninguém quer migrante, fica com eles então vocês. Isso é um problema e pra mim é o principal problema da questão imigratória daqui, desse estado. (...) porque eles não tinham muito o que fazer, então essas pessoas foram criando essas ocupações. E depois eles fizeram uma reunião, o governador do Estado e a Operação Acolhida, o General (...) Dizendo, prometendo pro governador do Estado que a Operação Acolhida em um ano, ele entrega um plano, vai desocupar todos aqueles lugares, e daí para ficar bonito na fita e começa a fazer as desocupações. Então, todo mês se desocupava um lugar. Pra você ter uma ideia, a ocupação maior que tinha aqui, chamava Cabunoco, tinha mais ou menos 1.300 pessoas morando, é enorme, era muito grande, era um clube do trabalhador, uma coisa assim, que estava abandonado. E as menores tinham 200, 300 pessoas... E eram muitas ocupações. (...) E a gente, e eu basicamente o ano passado inteiro fui acompanhando isso, que foi muito complicado, muito difícil, muito triste, era uma coisa horrível. Eles desocupavam de “forma humanitária” [faz com o dedo o sinal das aspas quando fala sobre o humanitário, esboçando um sorriso irônico]. O que é isso? Você vai lá, faz uma conversa com a população antes, com a OIM, ACNUR junto, outras organizações da sociedade civil daqui, oferece para as pessoas irem para os abrigos... Por que essa? Era aí que eu queria chegar, é que é muita coisa (...). (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

O processo de implantação da Operação, sobretudo a construção de uma política de abrigamento oficial, envolveu a desarticulação de ocupações organizadas por pessoas sem moradia que ocupavam prédios e construções vazios ou abandonados. Foi necessária uma articulação dos diferentes atores para realizar desocupações, algo por si só autoritário, mas que dentro da Operação assumiu a roupagem de não violação de direitos. Bea explicou um pouco do processo.

Bea: *Aqui era assim. Eles marcavam uma roda de conversa, o general decidia, eles davam um calendário: semana que vem vamos desocupar tal ocupação. Aí eles combinavam numa reunião que eu tinha acesso, (...) marcavam, falavam assim “dia tal, segunda feira, então tá bom para vocês? Vamos lá pra conversar com a comunidade”. E eles nem marcavam com a própria comunidade. Eles simplesmente chegavam lá e falavam “queremos conversar, vamos fazer uma roda de conversa”, sabe? [rindo] uma coisa completamente de cima pra baixo. E eles falavam assim: olha, é o seguinte vai ser... Precisa ser desocupado, as condições aqui nãñãñã⁵, vocês tem essa possibilidade de interiorizar... E tentavam convencer as pessoas aos benefícios da interiorização. Aí vinha uma pessoa da OIM para falar sobre a interiorização, o tanto que a interiorização era boa, o que podia ser... E no final colocavam um monte de cadeirinha assim para fazer o cadastro de pessoas que tivessem interesse ou em abrigo ou interiorização. E aí eles iam embora e falavam: “até tal dia todo mundo tem que sair”. E as pessoas começaram a se organizar para sair. Pronto. Não acontecia nada [gesticula as mãos rindo, demonstrando indignação]. Algumas pessoas falavam em português, outras em espanhol. Quem trabalha aqui normalmente nas organizações fala espanhol, todo mundo. (...), mas aí vinham, por exemplo, os militares não, né? Aí eles falam em português, mas aí sempre tinha alguém que explicava um pouco melhor, algumas assistentes sociais que vinham para falar sobre o que eles podiam ter acesso ou não, tal. E aí, depois disso, as pessoas começaram a se organizar para sair. A Operação Acolhida oferecia da parte logística os caminhões e os soldados para carregar as coisas das pessoas para os abrigos, por exemplo, fazia os cadastros, organizavam e tal. O ACNUR entrava com essa coisa dos abrigamento, e quem não queria entrar, eles falavam assim: “Bom, você vai ter que sair, então você vê o que é a sua possibilidade”. E as pessoas, vários começaram a receber o auxílio emergencial por causa da pandemia, isso foi coincidente. Então, a maior parte das pessoas se juntavam em várias famílias e alugavam um lugar, mas em condições horríveis, então era tipo oito, nove, dez famílias morando num cubículo para conseguir pagar o aluguel, tudo junto e para não ir para um abrigo. (...) Eu realmente acho que isso aqui não tem sustentabilidade. Então, o que aconteceu nessas desocupações, por exemplo, eu acho que nessa Cabunoco que eu te falei, que tinha 1.000 pessoas, eu acho que foram para os abrigos, só 200 e poucos que eram indígenas, que daí a situação indígena é outra (...) Mas dos criollos, que são os venezuelanos, a forma como eles se designam aqui, se foram 20 pessoas pra abrigo, era muito. Assim, ninguém queria ir para abrigo, uma coisa impressionante. (...). De qualquer forma, para a Operação Acolhida, a pandemia foi uma super oportunidade para, digamos assim, controlar a situação da migração daqui e poder dar um respiro, sabe? (...) E as organizações você vê que elas ficam engolindo sapo todos os dias aqui por mais que... Porque senão elas vão ser expulsas. Também é meio complicado, eu criticava a OIM e ACNUR o tempo inteiro, que te dava muita raiva. E não só eles, tem muitas agências da ONU que tão aqui. ONU Mulheres, UNICEF, tudo o que você puder imaginar, existe aqui, é... E te dá muita raiva, porque nas reuniões ninguém fala nada. E cê fala assim, “isso é um crime, é contra os direitos humanos, não sei que”, e todo mundo fica quieto. Só que depois cê começa a ver que no nível local, quem trabalha aqui*

⁵ Expresión sinónimo de “y cosa y tal” o etcétera.

não pode confrontar, por várias questões até de segurança. Então eles escalam pra Brasília, que em Brasília tenta fazer alguma coisa que normalmente não consegue muito através das coisas de advocacy... (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

Já o eixo da Interiorização, possui regras e dinâmicas na prática que se colocam no cotidiano da vida das pessoas migrantes e trabalhadoras humanitárias, e como dito por todas as entrevistas é um elemento central da Operação, envolvendo ainda diferentes modalidades de interiorização.

Giovana: (...)eles vão conferir vacina, vão ver se os documentos estão todos certos, vão verificar se a casa da pessoa que a pessoa está dizendo que mora, ela realmente mora. Isso tudo é o mesmo processo, mas a forma de que isso sai é distinta, por quê? Existem algumas modalidades de interiorização. Por vaga de emprego, Institucional, que é pra um outro abrigo, (...) reunião familiar, reunião social. É, eu acho que são essas. Ah, reunião familiar e social é responsabilidade da OIM. Reunificação familiar é quando, por exemplo, nós somos irmãs e você quer me receber, e aí você entra por todo um processo que é conferido antes: Se você tem trabalho, se a casa que você está morando, se realmente ela existe, se você realmente é minha irmã, existe toda essa conferência de dados e aí eu sou enviada pra lá, dentro de todo um quebra cabeça da Operação Acolhida, eu sou enviada para o destino. (...) E aí, isso é a reunião social e familiar. Social é o mesmo processo, só que um amigo, um primo, um parente mais distante, um cunhado. O institucional é o ACNUR, que tem tipo... Abrigos parceiros, em outros lugares do Brasil que recebem essas pessoas, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Manaus. (...) são abrigos que já existem no Brasil, que é... 100% ou alguma porcentagem o ACNUR ajuda esses abrigos de uma forma monetária, enfim de trabalho, para receber essas famílias por até três meses ou o tempo que for necessário para que ela consiga arranjar um emprego, se ajustar e sair daquele abrigo para abrir uma vaga para uma outra pessoa, e aí segue a roda. E aí tem o por vaga de trabalho que é feito em parceria da AVSI com o ACNUR que existe toda uma curadoria de, enfim, se a vaga existe, se a empresa é certa, se tem alguma questão envolvida com algum tipo de tráfico de pessoas, essas coisas, né? E aí faz todo o trabalho de trazer a empresa pra fazer a entrevista ou às vezes a entrevista é online... Enfim, sei lá, são dez vagas pra... Assistente de produção alimentício. E aí é buscado nos abrigos as pessoas que têm curso ou experiência da Venezuela pra aquele emprego, faz entrevista, faz todo o processo de RH e a Operação Acolhida facilita no transporte, na viagem. E o Exército também tem vagas de emprego, que é pelo CCI que é um departamento que existe dentro do PTRIG, e eles também fazem (...). (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).

Embora haja tantos atores, as decisões tomadas no âmbito da Operação não são tarefas de todos, como deixaram entendidas algumas das entrevistadas, como Bea – a antropóloga e

Giovana, que atuavam dentro da Operação. Giovana, trabalhadora humanitária de uma ONG atuante no território desde o início, explicou um pouco a organização da Operação em seu dia a dia.

Giovana: (...) algumas coisas é de competência realmente só da Sociedade Civil, e há outras que não, há outras que é realmente compartilhada. Por exemplo: questão de infraestrutura, percebeu que estourou um cano e a equipe do Exército só vai poder ir daqui a dois dias. Então a gente tem material pra aguentar as pontas por dois dias... É uma coisa que é de responsabilidade do Exército, mas se dentro das possibilidades que o abrigo tem, é... Pode ser feito? É feito, pra que seja resolvido aquele problema de curto ou médio prazo. Mas quem é responsável de fato pela infraestrutura, segurança e alimentação é totalmente o Exército. Tipo: fazer pedido... Conferir... Acompanhar a distribuição, quem faz a distribuição... A gente faz a parte de contabilidade, né, de dados. Eles não têm acesso a nomes, eles têm acesso a números: Quantas pessoas vivem, quantas mulheres, quantas crianças, quantos homens, sei lá, quantas comidas especiais para pessoas idosas, sopa pra criança de seis meses a um ano, sabe? Eles tem acesso a dados, mas nome etc., o parceiro implementador, ele não pode passar. Agora, se ele, como contingente militar, precisa de um dado de quantos homens de 18 a 35 anos tem experiência como pedreiro”, ele pode ir a campo e conversar com as pessoas e buscar esses dados. Isso não é proibido, mas o que é proibido é a gente facilitar esses dados pra equipe militar, isso a gente não pode. Ou a gente pode indicar tipo “ah, eu preciso disso, dessa informação, você tem essa informação?” Essa informação: “ah, então, tem essas carpas, você pode ir lá e falar com essas pessoas”, a gente não passa esses tipos de dados para eles, tipo nominal, de CPF, Protocolo, nada disso. Entendeu? O ACNUR e tem uma política, uma política de preservação dos dados muito, muito forte que eles usam, o Progress, que é um sistema do ACNUR, para fazer esse registro, né? (...) só eles tem acesso, exatamente. (...) Existe uma política de cima assim, que que é do ACNUR mesmo, dessa proteção de dados (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho de 2022).

Bea atuava no trabalho humanitário em uma ONG que não compunha oficialmente a Operação Acolhida, mas atuava com o aval de órgãos de Estado e sua organização dialogava com agentes da Operação cotidianamente. Quando lhe perguntei sobre o funcionamento da Operação, me explicou que o que conhecia vinha precisamente das relações e prática diária que foram lhe ensinando:

Bea: Aqui tudo muda o tempo inteiro, se você for olhar no micro, sabe, toda semana é diferente a forma como a Operação opera. Muda uma pessoa como, por exemplo, antes

era o [], que era um grande general daqui. Hoje em dia a gente tem outro deus que é um outro general, []⁶. Eu chamo ele de Deus porque realmente Ele é o Deus. Qualquer coisa que ele surgir na cabeça dele, no outro dia está sendo feito, independente de legislação, de normativa, de lei, de qualquer coisa. Então... Tudo muda o tempo inteiro, inclusive como eles operam. Tipo assim, as regras do jogo, entendeu? As regras do jogo muda. Então você tem que ficar correndo atrás pra entender. (...) A relação com as organizações eu acho que também mudou bastante. A Operação foi muito elogiada e ela é vista internacionalmente como uma coisa, um exemplo. Inclusive a OIM traz essa bandeira... Essa coisa da interiorização aqui é uma coisa que eles pegam como se fosse super inovar, uma inovação, então é um modelo que poderia ser levado para outros lugares com a questão da migração de soluções, né? Então, eles têm toda essa coisa assim, uma vitrine muito bonita. Mas a verdade é que tem muita coisa, tem muita coisa problemática. É bem complicado, porque a Operação Acolhida... Os militares... Ela é formada por vários atores, né? Mas só que ela tem o general, que é o comandante, digamos assim, da parte da coordenação, da operação, da parte logística, de tudo. E ele fica medindo forças, sabe? Então ele critica muitas organizações também... Veio essa aura do governo Bolsonaro, de organizações internacionais, que tava muito com as asinhas de fora. A OIM basicamente liderava o que estava acontecendo. E aí depois que veio o (...) outro general, ele começou a cortar, sabe isso? Então, tipo, eu participava das reuniões, você vê que eles vão jogando indireta, sabe? Do tipo “só quem pode coordenar isso aqui é o governo federal, porque isso é uma coisa da nação”, todo esse discurso de questão da fronteira, nanana... É interesse da nação, isso não pode ficar assim... Quem coordena, qualquer organização que quiser trabalhar tem que ser através da Operação Acolhida, sendo coordenado pelo Exército. Tipo, a ideia deles é que ninguém pode ficar fazendo coisa independente. E aí (...) é meio complicado... A gente não tem nada a ver com eles, em termos de prestar contas. (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

O funcionamento da Operação na prática envolve diversas “quedas de braço” entre atores, disputas de incidência e de decisões que revelam uma sala oculta das decisões, muitas vezes bastante distante da população migrante e dos e das trabalhadores humanitários que atuam no cotidiano. E, ainda que pese de forma considerável a influência da lógica e cultura militar, há bastante conforto para atores internacionais na Operação.

Bea: (...)Não necessariamente são os militares, mas tudo fica no guarda-chuva da Operação Acolhida. As agências que financiam isso porque, no fundo, o dinheiro que vem é das agências, é da ONU e do ACNUR e da OIM, e... E depois federal para outras

⁶ Nomes dos generais ocultado por questão preservação de identidades.

coisas. Mas tem bastante dinheiro aqui das organizações, dos convênios lá que foram feitos, é... E aí, o que acontecia? Os abrigos estavam todos lotados, então eles estavam passando por um... Os recursos são limitados, então, essa coisa da interiorização foi meio que uma solução, mas é uma coisa supercomplicada de operacionalizar (Entrevista Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho de 2021).

A resposta de interiorização envolveu a discussão local sobre a capacidade econômica e social do estado de Roraima em incorporar, isto é, ter condições objetivas para que as pessoas se estabeleçam a viver naquela região com autonomia. Como caracterizam as interlocutoras, parte da solução migratória foi levar as pessoas migrantes de maneira assistida a outras regiões do Brasil. Já no território da incidência crítica, em Pacaraima ou Boa Vista, também se materializa o terceiro eixo da Operação, da documentação. Assim, há Postos de Triage (PTRIG) nas duas cidades, onde as pessoas passam para receber informações sobre a quais procedimentos migratórios tem direito no país e iniciar sua documentação para regularizar-se.

Iza: É uma gestão compartilhada, né. A coordenação do PTRIG é feita pelas organizações, principalmente ACNUR, OIM, a Força Tarefa humanitária. As outras agências também (...) não sei assim a porcentagem de cada uma, vamos dizer assim. E aí as organizações também que estão lá dentro do PTRIG do Estado na organização, que é a Polícia Federal, que ajuda na questão de documentação, CPF, protocolo, e tem o pessoal da Vara de Infância também pra questão de documentação (...) pra se regularizar, principalmente na questão de documentação, questão de orientação também para como funcionam as leis brasileiras. Com relação à oportunidade de trabalho, laboral, interiorização. Tem até uma parte lá do PTRIG, que é um polo, que é o CCI, que é focado na questão da empregabilidade do migrante. (...). Então lá funciona para as pessoas que estão em abrigos e também para a população geral que está nas ocupações ou aluguéis e tal, e que quer ir pra outros estados do Brasil, né? E também na questão de saúde, tem a vacinação, coisa assim lá também funciona. (Iza, educadora, antropóloga e trabalhadora humanitária, 13 de julho, 2022).

Iza viveu o processo de transição entre nenhum tipo de estrutura que uma resposta humanitária possibilita, até a implementação, efetivação e continuidade da Operação até aquele momento. Como trabalhadora, habitante da cidade de Boa Vista e antropóloga de formação, fez

um diagnóstico desse processo, evidenciando os diversos aspectos contraditórios que conformam essa experiência em território, o que melhorou ou não depois da resposta humanitária.

Iza: Melhorou muito. É claro que tem os seus desafios, né? Às vezes, né, principalmente quando estava no início das coisas se encaixarem, até as pessoas entenderem como que estava sendo esse fluxo e o que fazer. Teve muita tentativa e erro em algumas questões, mas agora eu acho que a coisa tá um pouco mais organizada, né? Então, é no começo, quando não tinha nenhuma organização e não estava estruturada a Operação Acolhida era muito caótico, né? Porque... Acho que todo primeiro momento de uma Operação assim de emergência, as organizações chegam para fazer primeiro um diagnóstico, né, do que tá rolando e tudo mais, e as informações eram muito desconstruídas porque, por exemplo, a Polícia Federal que tava na fronteira, os que estavam aqui não conseguiam dimensionar que tanto de gente estava chegando, não tinha esses números, não dava pra saber quantas pessoas tinham chegado, o que que de fato estava precisando, né, então foi muito uma ação assim da sociedade civil, de várias organizações que já estavam aqui, de igrejas, da diocese, da Cáritas e tudo mais, é... fazendo coisas, a sociedade se mobilizando... No início tinha bastante comoção das pessoas, muita criança na rua e tudo mais, e as pessoas doavam muita coisa, é... Mas a coisa tudo muito desorganizada, trabalho feito em duplicação, né, organizações que não estavam muito bem ainda organizadas. E aí, depois que as organizações foram chegando, né, (...) Elas foram cada um no seu, né? No seu eixo. Quem estava trabalhando mais com a questão de higiene, saúde... Quem tava trabalhando com soluções e meios de vida, soluções duradouras. Quem estava trabalhando com o abrigo, que é ACNUR que é o ponto focal de abrigo aqui, os refugiados. Quem ia trabalhar com a questão de interiorização, soluções... Quem apoiar o Estado, que era uma complicação, porque o Estado não tem estrutura nenhuma, então você não podia entrar e criar tipo o posto de Saúde dentro do abrigo ou para os migrantes e tal, você cria um gueto, né? Então, o que vai fazer? Então eu vou fortalecer o sistema de educação, de saúde, que está um colapso, para o Estado ter mais condição. Então vieram as organizações, tipo Médicos Sem Fronteiras, começou a contratar médicos pra estar nos postos que são mais movimentados, porque tinha muito imigrantes... Então, quando começou a Operação Acolhida, ela não foi só o Exército, foi todas as organizações, tinha as reuniões quinzenais, mensais, com todas as organizações e cada um tinha o diagnóstico e o que estava sendo trabalhado e era feita a combinação: “Então tá, então você atua nesse eixo, nesse eixo, outra atua nesse, o que que tá precisando?” e tudo mais. (...). E quando se tem informação, você consegue conhecer o público que você está trabalhando para poder trabalhar melhor, né? Então, isso tudo facilitou a atuação de cada um, de cada organização nesse contexto, né, hoje está muito melhor estruturado, ajudou muito as organizações do estado também, por exemplo, os CRAS, os CREAS, o Conselho Tutelar, os ambientes de saúde. Porque quando começou a migração, o estado não estava preparado tanto logisticamente quanto mão de obra, por exemplo, as pessoas não sabiam se comunicar espanhol. Ninguém falava espanhol, apesar de estar na fronteira, ninguém falava espanhol. Então, assim, má vontade das pessoas não saber os direitos, a pessoa ia no banco abrir e eles pediam o documento que não era necessário, eles eram obrigados sim a aceitar o protocolo, mas as organizações

das escolas não sabiam (...) Então isso tudo foi fortalecendo todas as redes aqui, né, do estado para que pudesse atender um pouco melhor, né, e também foi atuar... Foi muito importante na atuação com relação à xenofobia que tinha bastante ainda tem, mas assim, foi feito um trabalho muito grande aqui no estado com relação à xenofobia nos meios de comunicação, dentro das escolas e tudo mais, então isso melhorou muito o clima da cidade a partir da Operação junto com a Universidade Federal, também de Roraima. Então, isso ajudou bastante para melhorar o clima que estava, teve um período que estava muito hostil, porque assim... Quando você começa a receber esse tanto de gente, vem tanto gente boa quanto gente ruim (...) Só que a percepção da população já era diferente, né, “porque os venezuelanos estão entrando, então tá tendo mais isso e tal”. Então começou assim a ter mais dados para informar a população que não é bem assim e que a Roraima, por exemplo, na questão econômica, que falava assim “tá roubando emprego do brasileiro”, e tal? O Roraima é um dos que mesmo com a pandemia, cresceu a questão econômica por causa desse movimento, né... É gente entrando, é gente consumindo, emprego sendo gerado... Até pela própria Operação, com os cursos que são oferecidos, as pessoas estão sendo empregadas... Então assim, muita coisa boa para a população também, porque apesar de ser algumas coisas meio caóticas, mas isso gera troca de cultura, né, várias coisas positivas, e isso foi... Foi passado um pouco mais para a população para que eles tivessem menos esse preconceito e entendesse um pouco mais... E hoje tem muita gente casada com venezuelano, venezuelano, que nasceu aqui que já é brasileiro e tudo mais... Então a coisa melhorou muito, né? (...) E hoje se consegue andar bem com as organizações humanitárias junto com o Exército, apesar de não ser a praia deles, mas eles muito bem envolvidos, tem todo o treinamento quando eles chegam e tudo mais. Eu acho que o gap que ainda tem, é... Nessa situação ainda hoje, é muito na questão da interiorização. Já teve até algum tipo de denúncia e tudo mais. (...) A Operação Acolhida é muito criteriosa no sentido de saber todos os dados antes de passar a informação, é, e de levar uma pessoa para um outro estado. (...) só facilita a saída deles, que eles não teriam condição de ir. Se tivesse como ir de estrada, eles chegariam, mas a Operação facilita a saída deles, né? Mas alguns falam que “ah não, tá mandando as pessoas para outros... Para jogar o problema para outros estados, para a pessoa estar numa situação de trabalho escravo e tudo mais”. Isso acontece, infelizmente. Mas dentro do que é feito, eu vejo que é tomado bastante cuidado. Eu sempre vi. Quando o Exército chegou e começou com esse trabalho foi feito umas barbeiragens sim, porque eles não tinham muita noção do que as organizações tinham. Tipo assim: “Não, não pode isso”. Tipo, tem que ter todo. (Iza, educadora, antropóloga e trabalhadora humanitária, 13 de julho, 2022).

Iza também ponderou sobre a atuação no território do ACNUR, agência internacional do sistema ONU também fortemente presente no sul do México, e as diferentes tipologias que qualificam um fluxo intenso de migração.

Iza: Como a população tá bem mista, né, tem alguns que são refugiados, alguns estão com protocolo para serem aceito como refugiados, ainda não foram, outros estão como

*residentes e outros simplesmente migrantes, né. Então tem uma diferença de atuação entre eles, né? Teria-se, mas como está tudo muito junto, acaba sendo uma atitude só, vamos dizer assim, tudo ali tá trabalhando com os migrantes, né? A atuação do ACNUR mudou bastante, assim, no início, eu que estava como Sociedade Civil, trabalhando como voluntário e tudo mais, depois comecei com uma outra organização... Ficava bem agoniada, porque quando a gente ouviu falar da ONU e tudo mais, você espera uma coisa assim “Nossa, caraca, vai vir uns caras foda aqui”, mas era bem caótico assim, eu falei “Cara, como assim eu fazia melhor. Eu nunca trabalhei com isso, eu faria melhor”. Então, no começo era assim. Eu acho que até porque o Brasil não tinha essa expertise de trabalhar também, tem coisa assim tipo em São Paulo tem muito imigrante por lá, né, mas não essa experiência de ter abrigos de emergência, né? Então acho que os brasileiros que estavam trabalhando aqui, não tinham tido essa experiência e era tudo muito novo e num estado que estava super desorganizado, então, né, vamos dar essa colher de chá pra eles. Mas depois que foi se organizando, como o ACNUR tem esse know how de ter essa experiência de ter outros lugares do mundo, foi chegando mais gente experiente, que já tinha vivenciado campos de refugiados, abrigos de emergências em outras situações do mundo, eu acho que foi melhorando essa didática deles e a maneira deles de trabalhar e junto com as organizações que estavam trabalhando em campo nos abrigos, foi se criando protocolos de como isso funciona na nossa realidade, né? Porque uma coisa é você trabalhar num campo de refugiados lá, sei lá, na Grécia, outro é numa área na África, outro é com populações muçulmanas... Então, cada realidade tem a sua própria necessidade, como agir e tudo mais. Então o tempo foi passando, acho que a gente foi encaixando os protocolos, né, construindo junto. Foi bem isso junto. Tanto com a gestão lá em cima, que fica no escritório tudo mais, vai as vezes ao campo, quanto com as pessoas do campo de fato, que a gente fala que é o pessoal do “pé na brita”, e com o Exército e outras organizações. Então, o que foi feito muito foi assim. Alguns protocolos, que a gente chama de POPs, protocolos de como agir em tais situações, como seria o trabalho de higiene no abrigo, a participação comunitária, o trabalho de proteção, que sempre é muito mais complexo, né? Nessas situações o que seria viável? Como que seria feito o desligamento de uma pessoa? O que que pode? O que não pode? O que é aceitável? O que não é? **Então foi se criando protocolos e aí era enviado pra gente das organizações que estavam como parceiro implementador do ACNUR para meio que revisar, né, tipo o que a gente achava que estava ok, porque assim, quem de fato sabe como está funcionando a realidade de abrigo, eu digo, é quem tá com o pé na brita lá, né?** (Iza, educadora, antropóloga e trabalhadora humanitária, 13 de julho, 2022).*

A presença de organizações internacionais humanitárias no território comprovou-se contraditório. De fato, nos locais analisados, as respostas humanitárias levaram benefícios e ajuda, principalmente de caráter mais imediato, para a população foco da atuação, algo que foi reforçado em todas as entrevistas, embora também se assumisse em diversas falas, uma série de críticas a essas mesmas organizações e suas formas de atuar em campo.

Em sua reflexão, Iza elogia a atuação conjunta para a construção de protocolos da resposta humanitária, em que o ACNUR e as agências internacionais, a partir de seu conhecimento de diferentes territórios, se colocavam para liderar os processos. Porém essa prática mais colaborativa não foi sempre a tônica. Aos trabalhadores que estavam “com o pé na brita”, eram enviados documentos de padronização, gestão e infraestrutura para que fossem consultados se estavam condizentes com suas realidades de trabalho. Ainda que tenha descrito de forma elogiosa a atuação internacional, reconheceu que havia desafios gerados de certa desconexão das agências com o trabalho cotidiano no território.

Iza: às vezes era um pouco assim, principalmente no início, deles mandarem um protocolo pra gente fazer que tipo, quem tá lá no dia a dia sabe que não vai funcionar, né? Mas tem aquela coisa, de você está lidando com quem tá botando dinheiro no projeto, União Europeia, que está lá sei lá onde, imaginando que é assim e que quer fazer isso e tal acontecer. Aí você tem que fazer uma coisa aqui pro seu patrocinador ficar feliz e mandar mais dinheiro, né? Tem esse desafio de você ter que agradar as pessoas pra continuarem investindo, mas nem sempre é a necessidade primordial naquele momento. Então, assim, a minha visão hoje está muito melhor o trabalho feito pela ACNUR por causa dessa experiência que foi tendo, passado esses anos, a experiência de outras pessoas que vieram de outras experiências, e essa... E eu digo, da experiência da AVSI nessa parceria com o ACNUR que foi muito boa, é... De ter de ter feito mesmo como parceiros, assim, de ter essa troca de experiência de quem está no campo, quem não tá e tudo mais. Mas assim, sempre tem os seus desafios. Muitas vezes esse desafio de pessoas que estão no escritório, muitas vezes imaginando uma coisa que funcionaria lá no campo, mas no campo não funciona. Então, principalmente nessa fase da pandemia, ACNUR se afastou bastante. A gente ficou o tempo todo, não teve folga, tipo assim “seja o que Deus quiser”, foi um Deus nos acuda. Mas as organizações todas saíram. UNICEF saiu, Pirilampos, ADRA, ACNUR, a gente ficou meio que sozinho lá dentro do abrigo, então a gente sentiu muita falta do apoio deles, solucionar algum tipo de coisa que a gente precisava daquele apoio. E às vezes ter que fazer coisas dentro do abrigo, porque no meio daquele caos não ia funcionar. Tipo, a gente tava sobrecarregado, as equipes, todo mundo ficando doente, saindo, dando atestado e tudo mais. Ficava às vezes quatro pessoas só pra dar conta do abrigo todo... Então a falta da presença deles muitas vezes no abrigo fez muita falta. Hoje em dia está melhor, tem algumas equipes que estão frequentemente dentro dos abrigos, então tem mais essa visão. Não adianta você estar lá no escritório imaginando coisas e mandando a gente fazer, né? Quando as pessoas estão no campo, estão vendo o que está acontecendo, o que funciona, estão conversando com a população, você tem mais noção do que é necessário. Então assim, eu vejo como positivo, já foi mais desafiador. Hoje eu acho que está

caminhando um pouco melhor assim. (Iza, educadora, antropóloga e trabalhadora humanitária, 13 de julho, 2022).

De forma muito direta, é possível ver um pilar de sustentação do trabalho humanitário, que o viabiliza localmente, o chamado “investimento”, segundo Iza sobre a necessidade de se fazer e aplicar coisas em território, determinadas por outros agentes que estão distantes, para produzir resultados que justifiquem o recebimento de dinheiro ciclicamente. Diante dessa reflexão, conversamos se houve impactos diretos na Operação Acolhida o início da Guerra entre Rússia e Ucrânia.

Iza: Muito. Na Operação muito, muito. Os olhos estão todos voltados pra Ucrânia, né? Então os doadores, o ACNUR perdeu muito... Não só o ACNUR, né, todas as organizações e a necessidade não diminuiu. Diminuiu sim um pouco da questão da entrada e da quantidade de gente. Hoje talvez tá... 100, 200 pessoas talvez, mais ou menos isso, que está variando... Entrando por dia, mas as necessidades continuam... E acabou que geralmente todo final do ano renovavam os projetos e nesse final do ano agora não foram renovados, né? Principalmente agora está vindo muita gente com problemas de saúde e outras questões, né, e que não tem mais verba. Então assim foi cortado os projetos, mas a necessidade continua. Então assim eu não sei como vai ser, né, vai continuar a questão da união dos abrigos também, que foi bem na época que eu saí do Rondon 1 eram três abrigos e eles, pra diminuir a questão de equipes e custos, é... Colocaram em um só, um abrigo que é pra comportar quase 3000 pessoas (...) É isso aí, os cortes de verbas, eles disseram que era para organizar melhor e tudo mais, mas perdeu, acho que foi 25% do orçamento, Isso é muita grana, então... Geralmente o que acontece, no começo do ano sempre tem menos dinheiro. É normal. No meio do ano para lá, agosto, setembro, começam a chegar alguns, alguma, algum dinheiro para outros projetos... E aí você tem que começar a gastar porque tem o prazo até 31 de dezembro pra gastar, então é um Deus nos acuda. É ACNUR, tem outras organizações... Tipo, por exemplo, tem os editais que as organizações tipo USAID, União Europeia, tem a Norueguesa lá também, tem a do Japão, eles lançam editais tipo assim, “quero ajudar nessa área de WASH”, né, que é de higiene e saúde e tudo mais. Aí as organizações fazem... Faz o projeto, papapa orçamento e isso, e aí envia. Aí tipo, sei lá, o projeto é pra pegar duas organizações, escolhem lá e elas vão e recebem todo o dinheiro direto e tem toda a prestação de contas e tudo mais. Então qualquer organização pode aplicar, mas logicamente, por causa de toda a experiência do ACNUR eles... Eles tem muitos projetos que já são, tipo... Eles vão ganhar [termina rindo]. (Iza, educadora, antropóloga e trabalhadora humanitária, 13 de julho, 2022).

Recuperando a trajetória de Iza, questionei o que ela entendia como o “humanitário” que caracterizava a razão de ser de seu trabalho:

Iza: Olha pra mim, na minha visão, o humanitário tem muito a ver com empatia. De você se colocar no lugar do outro. É uma coisa que assim, que foi uma das coisas que me fez entrar para essa... Eu sempre trabalhei muito com projetos sociais, né, desde sempre... (...) e aí na área humanitária que eu pude sentir bastante essa questão da empatia, de você se colocar no lugar do outro, de ver o outro é... Ver toda a situação no olhar do outro e saber que essa pessoa poderia ser você, e que você pode fazer alguma diferença, né, nesse trajeto todo, e que as pessoas estão nessa situação que estão num é por escolha, né? Elas estão nessa situação de mobilidade forçada e tudo mais, não foi porque elas escolheram, foi essa situação que foi posta para elas, aqui nessa questão econômica e a violação de direitos humanos na Venezuela. (...) são pessoas que estavam ali na sua vida, seguindo o seu emprego, a sua família, estudando, vendo os seus sonhos, querendo casar, e de repente tem tudo isso paralisado, né. Ou em situações que eu já tive com várias pessoas, que tipo, a pessoa era engenheiro, era um dentista, tinha toda uma carreira e de repente ele é forçado a sair porque não consegue alimentar a família e o diploma dele não vale nada aqui. A língua ele não consegue se comunicar. Ele tá longe da família dele, tem toda a questão psicológica que vários chegam aqui com um nível de depressão.... De você conseguir fazer a pessoa se reerguer e tudo mais, então eu sempre me coloquei muito no lugar assim. Eu falei “cara, se eu tivesse que sair do Brasil, deixar a minha família, ir para um lugar que tipo, o meu diploma, tudo que eu batalhei a vida toda não ia valer nada, e eu ainda estar num país sofrendo perseguição, preocupado com a minha família que ficou porque não ia ter condição ou com uma questão de saúde...”. (...) Então... E tudo por uma coisa que não foi, não é o que ela quer. Ela não sai do país dela porque ela quer turistar ou crescer na vida... Claro que quer, mas não por causa disso. Então, a questão do humanitário eu acho que é isso, é você olhar para o outro vendo a necessidade dele, e se colocar no lugar do outro, né, de sentir realmente na pele o que o outro está passando, o que você pode fazer por ele... (Iza, educadora, antropóloga e trabalhadora humanitária, 13 de julho, 2022).

Humanitário: Cuidar, Cansar e Desumanizar.

Como foi sendo pincelado na seção anterior com relação aos aspectos contraditórios que caracterizam o trabalho do que se pode chamar “indústria humanitária” (Varela-Huerta e Gabrielli, 2024), tais como a dependência de investimentos e doações para funcionar e, ao mesmo tempo, ser esse espaço de real acolhimento e transformação descrito por Iza, que proporciona o desenvolvimento da empatia, sobretudo em trabalhadoras humanitárias, que incorporam o discurso de fazer a diferença na vida de alguém como tônica de trabalho.

Da segunda vez que Dua e seus amigos foram abordados pelo INM e GN, a experiência da abordagem e na Estação foi diferente, sobretudo porque pôde comparar com o tratamento que os

agentes migratórios davam, por exemplo, às pessoas migrantes africanas em abordagens e espaços oficiais, onde as roubavam ou as confundiam, principalmente aquelas cujo idioma materno predominante eram línguas africanas, francês e inglês. Como Dua falava inglês, conseguiu estabelecer contato com essas pessoas e pôde, à sua maneira, solidarizar-se com elas, criando vínculos.

Dua: De hecho, tuve muchos amigos africanos. De hecho, de los africanos aprendí a sonreír más, de verdad que se la pasan sonriendo casi siempre y oye, son muy gente cálida. ¿Sabes? De verdad son gente que oye, les gusta compartir, o sea, son gente de bien.

Julia: ¿Crees que ahí hubo algún tipo de distinción en el trato que daban hacia los africanos, hacia los haitianos, hacia los venezolanos? ¿Veías tú situaciones en que esa gente era discriminada por su nacionalidad o por su color de piel? ¿Cómo era?

Dua: Bueno, sinceramente, una vez un hondureño que era negro, como que tenía papeles mexicanos porque el papá como que era mexicano, entonces uno de Migración le dijo que no existían mexicanos negros, entonces que no era mexicano, o sea... Pero si te pongo a decir todos los comentarios, oye, hay infinidad de estupideces que he escuchado de los de Migración, de verdad que no sé, sería infinito.

Julia: ¿Pero así en ese sentido de racismo?

Dua: Sí, claro, de despectivo, de todo, de todo, porque yo no sé por qué, pero ellos creen que por tener un uniforme son mejores que los demás, no sé. (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).

Em diversos momentos de nossa entrevista, Dua expressou indignação e curiosidade sobre a transformação que parecia identificar naquelas pessoas que, com uniformes oficiais de agentes de Estado, se tornavam seres cruéis, jocosos e belicosos. Em uma das abordagens do INM, Dua relatou algo que o deixou inconformado e que expressa essa aparente discrepância: um dos agentes migratórios tinha um buda tatuado no braço e durante toda a abordagem de detenção, fez comentários depreciativos e agiu de forma truculenta.

Assim, a reflexão em torno à desumanização com que atuam equipes, supostamente informadas pela preservação dos direitos e da dignidade humanas num sentido de preservá-los e não os violar, leva a concluir a distância que existe entre os princípios de uma legislação

humanista ou humanitária, expressando o quanto pode ser um discurso se não se assume, na prática, aquilo que se diz almejar.

Na entrevista realizada com Gal, nascida na região norte, perguntei-lhe como ela via as tensões entre migrantes venezuelanos indígenas e não indígenas, sobre o racismo e a xenofobia, formas de desumanização, afetavam a comunidade migrante de conjunto.

Gal: Então... sem dúvida há racismo, há racismo de Estado, há racismo individual, pessoal, né? (...) entre os próprios venezuelanos, acho que tem o próprio racismo. Com os indígenas, né, mas não acho que entre os venezuelanos não é só o racismo, há também um processo de violência, né, assim como no Brasil. A gente, enquanto não indígena, de em alguns momentos, alguns brasileiros não indígenas são violentos com os povos indígenas. Por exemplo, aqui em Roraima, quando a gente encontra os Yanomami nas ruas, bebendo, ou os Yanomami nas ruas (...) pessoas falam “que que esses índios estão fazendo aqui, eles têm que voltar para a terra”, né? Então, entre eles também há um processo de violência verbal e muitas vezes física, que é muito que os Warao carregam muito consigo, né? Que na Venezuela, nas cidades, por exemplo, em Tucupita, eles traziam muito isso de que os roto-warao, por exemplo, os não-indígenas, eram muito violentos com eles. Que os criollos, como falam, eles são de matar, né? Mas essa mesma narrativa não é tão frequente entre os Pemón, por exemplo, com quem eu trabalho. E eu já perguntei: “Ah, e os não indígenas, como é que eles são para vocês?” Normal, tipo normal. Por quê? Há uma diferença, os Warao acessaram muito a cidade, os Warao acessaram os recursos públicos, os órgãos públicos na Venezuela, os Warao estavam mais na cidade presente daquele seu jeitinho curioso que eles são e os Pemón estavam muito mais no seu território, recebendo os não indígenas, os criollos de interesse pro turismo. Então a relação era outra, era uma relação de que: você quer, eu quero também, entendeu? Então é bem diferente. (...) e aí vem o racismo entre países, né? Então, acho que o racismo do Brasil com a Venezuela, é uma coisa muito grande, principalmente no fato econômico, né, há muitos brasileiros que tratam a Venezuela de maneira bem escrota mesmo e os venezuelanos por tabela. Aqui na fronteira isso é muito forte, porque está ligado ao fluxo, né, você anda pela cidade, você ouve poucos brasileiros falando, você vê mais venezuelanos e pela questão de vulnerabilidade também, eles acabam alguns acessando... Práticas, né, de crimes, né? (...) isso traz um senso de que aquela raça é ruim, então aquilo começa o racismo daí. E aí o racismo está nos órgãos públicos, o racismo está nas tratativas sociais dentro da cidade, (...) Então, o racismo (...) eu acho que aqui é muito bem presente, assim. (Gal, advogada e trabalhadora humanitária, 20 de agosto, 2022).

A desumanização no contexto americano envolve a invasão e o violento encontro e colonização que marcaram significativamente a socialização no território. A fala de Gal explicita as diversas camadas do racismo a nível regional e local, pensando relações entre indígenas e não

indígenas, como também as diferentes formas que diferentes etnias lidam com elas, chamando atenção ainda ao papel do Estado e dos colonialismos dele derivados.

De muitas formas e nuances, a desumanização está impregnada na consciência das pessoas e nas estruturas da sociedade, e a partir dela é possível entender as dinâmicas de poder e relações sociais que se constroem no âmbito da gestão das migrações em crise. Nessa perspectiva, Cela também ressaltou o racismo estrutural como marca profunda da dinâmica territorial da migração em crise.

Cela: De maneira assustadora, assim. Acho que a primeira vez que eu tive contato, por exemplo, agora falando entre a população migrante, indígena e não indígena, eu trabalhava num abrigo não indígena e anunciei minha saída “Gente, tô indo, tal, tô indo pro abrigo indígena”, e uma galera falava assim “nossa, o que você vai fazer lá com aqueles índios?”, e usavam a palavra índio. “Ah, você vai trabalhar com os cuchinos?”. Então tem uma questão e tem algo da comunidade indígena de, assim, não querer estar próximo dos venezuelanos não indígenas, então, um dos motivos pelos quais eles não queriam ser realocados é porque eles, tipo, achavam que iam ser vítimas de violência, assassinato (...) realmente uma parte considerável da população estava assustada, então cê ia conversar com os anciões e eles falavam: “Hermana, eles matam, os criollo matam, eles matam a gente, como que a gente vai ficar tão perto deles?”. (...) E com a população local, hoje a tensão está um pouco menor, já tivemos momentos de muita tensão. Eu vivi um desses momentos que foi no final do ano passado. Depois que reabriu a fronteira, o fluxo aumentou muito de novo, o fluxo de entrada. (...) Então a população brasileira local dizendo que ia assassinar todos eles, precisou subir vários ônibus do Exército de Boa Vista para Pacaraima. (...) Então o Exército ficou enfileirado, protegendo essas pessoas, porque o que as pessoas falavam é “a gente vai e a gente vai matar, e quem tiver na rua eu sinto muito, mais agora é guerra, é uma guerra, esses veneca⁷, e vamos acabar com eles”. (...) O que as pessoas diziam é: “o momento que descer o pessoal da Comunidade São Marcos”, que é uma comunidade indígena, “ai é que vocês vão ver”, então os indígenas brasileiros querendo descer para Pacaraima, porque Pacaraima está dentro dum território demarcado, para se manifestar contra os venezuelanos que estavam invadindo o Brasil, entendeu? Então, é uma esquizofrenia de posição política, é algo assim, meio bizarro. Isso acho que foi o caso mais recente, então foi no final do ano passado e isso refletiu aqui em Boa Vista, (...) gerou uma situação de pânico dentro dos abrigos em Boa Vista. (...)ninguém vai ser louco de tentar entrar num abrigo, porque em dois minutos... A PE⁸ é armada, mas teve esse momento de muita tensão, e neste

⁷ Essa expressão para se referir à nacionalidade venezuelana era possível de ser escutada no trabalho de campo sendo proferida de forma pejorativa para se referir às pessoas migrantes, utilizada por pessoas brasileiras.

⁸ Polícia do Exército.

momento começou a aparecer um monte de coisas, as pessoas dizendo “é, realmente está foda, eu ando de bicicleta, as pessoas tentam cuspir em mim, me chamam de veneca nojento, falam para eu voltar para o meu país”, tentativa de assédio, aliciamento contra meninas e mulheres venezuelanas. Isso é algo que não foi específico daquele período, eles falavam: “essa é uma violência que a gente já vive, mas que agora está me deixando mais assustado por conta do contexto”. Eu lembro que quando estava vindo pra cá eu abri OLX para procurar casa para alugar e aí tinha alguns anúncios do tipo “só alugo para brasileiro, nada de venezuelano” (...). (Cela, trabalhadora humanitária e cientista social brasileira, 14 de agosto, 2022).

No contexto brasileiro, o racismo entre venezuelanos indígenas e não indígenas gerava questões à resposta humanitária. Entre pessoas brasileiras, mesmo indígenas, se reproduzia os discursos fundamentados no medo e desconfiança em relação ao diferente – ao não de aqui, que passa a ser visto de forma depreciativa, sub-humana. Mesmo pessoas indígenas que sofrem racismo no país, reproduziam a lógica nacionalista e xenófoba com relação aos “venecas”, nesse contexto de “aberração”, como qualificou Cela.

Durante o trabalho de campo no abrigo indígena, um militar de alta patente que comandava o lugar, num dia em que dividimos a mesa de refeições que ficava dentro do contêiner cozinha dos funcionários, no horário do almoço, cujo ponto alto de conforto era um refrescante ar-condicionado ligado, começou a compartilhar comigo sua visão da dinâmica do abrigo em que trabalhava. Num determinado momento, o general ou comandante, afirmou que era um lugar complicado ali dentro, de gerenciar, porque havia muitas brigas “entre eles mesmos” (moradores do abrigo, indígenas warao, venezuelanos e brasileiros) o que demonstrava, segundo sua visão, a fraqueza moral e de caráter de pessoas que “não era gente confiável”.

Entre dezenas de milhares de quilômetros, em outro territórios, os venezuelanos também são “alvo” de discriminação e desconfiança, agora entre mexicanos, como relatou Dua, venezuelano não indígena, ou seu amigo, Jota, que me disse sequer saber sobre a existência dos Warao. No México não há migração venezuelana indígena, e isso não se torna uma questão da

crise, como no Brasil. O racismo no país se escancara principalmente em relação à migração negra, haitiana, cubana ou africana, que causa estranhamento e tensões na comunidade local, não só mexicana como também centro-americana, indígena ou não.

Há uma forte presença de discursos que associam pessoas migrantes de países do Sul Global, centro-americanas, haitianas, venezuelanas, indígenas, não indígenas e negras, às características “humanas” negativas, à crimes, à comportamentos ruins e danosos à sociedade, à sujeira e à falta de caráter. Em outras palavras, essa desumanização do outro, presente no imaginário social, nos meios de comunicação e nos discursos políticos, se expressa nas práticas de gestão da migração, mesmo aquelas que se auto conclamam defensoras dos direitos humanos ou humanitárias.

Há a resistência à empatia e ao acolhimento de muitos lados diferentes que dificultam a construção de respostas humanitárias. Ajustando minha ida ao albergue, soube que ele ficava localizado na autopista que levava ao litoral, cerca de 12 quilômetros de distância do centro da cidade. A localização tinha a ver com pressões da população local e políticas para que o espaço fosse construído distante do centro, esse mesmo que era habitado e movimentado todos os dias, de todas as formas, pelas mesmas pessoas migrantes que se buscava refratar.

Parecia assim muito fácil que se criasse um certo “mundo” à parte, dentro de algumas respostas humanitárias, em alguns territórios. Uma espécie de microcosmo de vida que segue acompanhando a vida externa, mas tem também a sua própria vida toda dentro da resposta: do albergue, do abrigo, do campo. Nesse espaço, as relações que se constroem também são únicas, marcadas por divisores que de certa forma só valem ali: trabalhadores humanitários, voluntários e beneficiários. Migrantes ou não, não deixam de ser pessoas que, ali, vivem a experiência de um

universo marcado por hierarquias, humanização e desumanização constantes, no que é a complexa crise migratória.

“Notas pós-campo: recordações de dias vividos. O humanitário – humano/desumano. Ali [albergue] estamos de manhã, de tarde, de noite. Nosso quarto é uma construção a mais do todo, é quase como o quarto dos migrantes albergados. Temos nosso próprio banheiro, e dividimos o quarto em menos gente. Temos ar-condicionado, o ganhamos depois que eu já havia chegado. Em Tapachula faz muito, muito calor. Lembro como me agradava quando já deitada para dormir sentia o frescor do ventilador e escutava uma chuva caindo lá fora. Com a chuva, o ar ficava ainda mais fresco e quase dava pra sentir frio. Lá chovia muito, principalmente de tarde, no fim do dia, e as vezes a noite. Depois, a quadra ficava cheia de sapos. Quando as crianças viam um sapo muitas vezes corriam atrás dele ou lançavam pedrinhas. Eu explicava que não podia fazer isso, coitado do sapo. Um dia, depois de uma reunião com uma das encarregadas, e apresentar problemas e queixas com relação a desrespeito das regras do albergue, ela juntou as pessoas migrantes num círculo e, antes do café da manhã, nos colocou ali juntas, as voluntárias, para falar. Lhes pediu respeito e deu uma lição, uma bronca, era preciso cooperar, obedecer. A limpeza do espaço é coletiva e responsabilidade de todos, quem não ajuda gera motivos para a expulsão, entre outras coisas. Ficar nos quartos durante o dia/tarde não é permitido, é preciso ficar para fora. Há horário para voltar caso se queira dormir. Então, ela pediu que as pessoas deveriam respeitar as voluntárias, que estavam trabalhando ali mas, sobretudo, haviam saído de seus países, migrado como eles, para estar ali e ajudar, ajudar àquelas pessoas. Me senti constrangida. Entendi sua intenção, mas isso realmente marcou nossas diferenças. Tínhamos uma condição migratória distinta. Havíamos migrado para ajudar àquelas pessoas que haviam migrado para ajudar a elas mesmas e às suas famílias. Enquanto elas não queriam estar precisamente ali, nós sim, ali era nosso destino. Era a conformação da condição de trabalhadora humanitária, cujo objeto de trabalho é uma pessoa migrante vulnerável em uma região de fronteira em que ela não necessariamente quer estar. Nós, ao contrário, éramos pessoas migrantes que havíamos escolhido essa rota, e nos foi permitido migrar para lá nessa condição. (...) Essa fala também nos localizou como parte da equipe de trabalho do lugar, embora eles gostassem de diferenciar internamente: o staff, assalariado e nós, as voluntárias, assim como diz o nome. Isso nos tornava mais parte do espaço ainda. Além de casa, de lugar de estudo, de lugar de descanso era também lugar de trabalho. Nós e o albergue éramos quase uma coisa só. No dia que aprendi a tomar as lotações no meio da autopista senti que era muito mais livre. (...) Era quase como se fôssemos parte componente daquele espaço. As pessoas me viam e me pediam coisas, sempre. Às vezes, eu precisava dizer que não estava em turno de trabalho, só vagando por ali, e que ela poderia pedir para outra pessoa. As vezes eu achava melhor ajudar já que não estava fazendo nada. As vezes eu me escondia, principalmente depois que ganhamos ar-condicionado no quarto. Ficava deitada na cama, fazendo nada. Me sentia cansada. As vezes passava o tempo livre brincando com as crianças e muitas vezes ajudava no turno da noite na hora de servir o jantar. Procurava brincar, dançar, ser leve. Também sabia que tinha gente que não gostava de bom humor sempre, e respeitava. As pessoas te veem as vezes como se você fosse a própria instituição e esperam de você respostas e coisas a nível institucional. Havia muita

esperança, interesse e frustração nas interações estabelecidas ali. Ao mesmo tempo, quando tentávamos traçar ações e intervenções no espaço do albergue sempre havia uma hierarquia a se respeitar. Tudo que era proposto e pensado precisava ser aprovado por uma cúpula de pessoas que viviam muito longe dali. Eu achava isso curioso, outras pessoas também, principalmente aquelas que trabalhavam “na ponta”, ali lidando com o cotidiano. O espaço tinha que manter um aspecto institucional, padrão. Depois, acompanhando por redes sociais percebi que houve mudanças com relação a isso, o que me deixou feliz. (...) O espaço ganhou contornos próprios, foi sendo mais habitado e não apenas aquele campo – descampado na mata e na beira da estrada – de passagem, de contenção. Um dia (...) um taxista comentou comigo e com Sofia que naquele lugar para o qual íamos só tinha gente que não prestava, tudo criminoso, bandido, prostituta. Fiquei refletindo se essa era a imagem predominante na comunidade local de Tapachula, aqueles que já viviam ali havia anos e anos. Não sei se assim, tão radical, mas pensei que talvez uma coisa ou outra sim, porque isso aparecia mesmo. (...) outro taxista comentou que os haitianos incomodavam porque falavam alto e fumavam maconha. No México. Achei engraçado esse ser o elemento de incômodo, mas também triste. Percebia assim o racismo. (...) Assim como eu personificava a instituição, humanizando-a junto a trabalhadores humanitários voluntários ou não, a instituição também tratava de desumanizar o espaço. Vigorava o aspecto do “cuidado/tutela humanitária”. Sabia que ele contava com elementos importantes, necessários às pessoas migrantes “usuárias” do albergue. Assim como também via seu lado “podador”, restritivo de subjetividades e autonomias”. (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 38-40).

O contexto da resposta humanitária que envolve formas de abrigo e proteção estão marcados, assim, de diferentes aspectos relacionados às contradições mesmas da sociedade e que se expressam também no ato humanitário. É uma espécie de vai e vem de empatia e desumanização que marcam diversas relações e situações cotidianas de vida e trabalho.

“08/09/2021: Hoje foi meu primeiro dia oficial de trabalho voluntário. Acordei as seis e meia e iniciamos o processo de acordar as pessoas, distribuir produtos de limpeza e “ajudar” a organizar a limpeza dos espaços coletivos e dos banheiros e quartos delas. É um momento interessante, embora reconheça que também é um pouco incômodo para mim, que tenho dificuldade com essa parte (...) Depois, o café da manhã. Logo, me tocou trabalhar, com atenção humanitária, na parte da “paqueteria” que é o lugar onde se entrega produtos de higiene básica para as pessoas, além de roupas e brinquedos. Me peguei na experiência de entregar roupas, (...) todas de doação, o que não deveria ser um problema. Acontece que as pessoas têm uma ideia, em geral, sobre que tipo de roupa elas vão doar que me deixa realmente abismada. (...) Há muitas pessoas que chegam sem nada, só com a roupa do corpo, e outras com muito pouco. Ainda assim, por uma questão de quantidade e de regras, existe um número específico de roupas que se pode entregar por pessoa (...) as roupas são acessadas somente pela equipe de trabalho, então a pessoa informa o tamanho e a equipe pega as roupas que tem (...) Quando uma família de haitianos se aproximou para pedir roupas, foi muito difícil a comunicação porque eles

não falam espanhol, português ou inglês, idiomas que eu falo, mas falam francês e creole, idiomas que eu não falo. Assim, fui entregando as pilhas de roupas para as duas jovens e sua mãe irem vendo e escolherem (...) me incomodou a falta de espaço para que as pessoas desenvolvam, elas mesmas, suas autonomias e possibilidade de refletir sua personalidade, gostos e preferências estéticas nas roupas que iriam vestir. Fiquei refletindo um pouco sobre a questão do direito à dignidade humana com relação ao direito a vestir-se e proteger-se, por exemplo, algo que está sendo atendido quando se oferece roupas às pessoas. Porém, não é também dignidade humana a possibilidade ou mesmo liberdade de expressar sua subjetividade? Acaso a condição de vulnerabilidade, (...) é justificativa para, então, não trabalhar e atuar dentro da chave da “liberdade de escolha e expressão”, nesse caso, estética e da subjetividade da identidade da pessoa? Isso me causou algum incômodo. Às vezes eu entendo as regras. As vezes eu acho que elas existem para serem constantemente quebradas, burladas e tensionadas. (...) Acho que, nesse sentido de espaços comunitários como albergues, por exemplo, é preciso sim ter regras. Assim como é preciso contornar ou burlar algumas. Assim é que organizamos a vida, a resistência (...) a criatividade ou mesmo nossa capacidade de criar laços, vínculos. Sinto que há ainda uma hierarquia, um ambiente de estruturação do trabalho que é muito contaminado pelo capitalismo. (...) Agora tenho muito sono, então já vou dormir. Amanhã começamos tudo de novo”. (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 12-13).

As práticas de gestão nos territórios estão marcadas por aspectos raciais e étnicos de discriminação racial e nacional, que inevitável e contraditoriamente informarão a resposta humanitária. As pessoas migrantes que se tornam beneficiárias da atenção humanitária nas Américas vem sendo historicamente os mesmos povos, raças e classes. No México e no Brasil, por exemplo a migração haitiana apresentou desafios, sendo dos deslocamentos mais vulnerabilizados.

*Leo: de hecho ahorita que estamos hablando de la comunidad haitiana, me gustaría mencionarte así superrápido, cómo se ha digamos, modificado también la atención a esta población, mediante diversos programas que ha implementado el ACNUR y la OIM. Entonces mira, digamos que pase aproximadamente tres o cuatro meses, la OIM al ver la necesidad de atención para esta población tan exentada, **porque realmente era exentada, Julia, o sea, no eran atendidos, eran miles de haitianos que recibían resoluciones negativas, aunque tuvieran demasiado fundados temores de no poder volver a su país.** ¿Entonces, qué hace el ACNUR? El ACNUR en conjunto con OIM, trabajan en un programa para trasladar a personas haitianas a diversos estados de la República Mexicana. Entonces, este programa se llama, es un programa piloto, de Alternativas de Regularización, por si te sirve igual y lo puedes investigar bien, digamos que el programa admite a personas que son solicitantes de refugio y que obtuvieron una resolución negativa. Entonces, como sabemos que los haitianos literalmente no pueden*

volver a su país, comenzaron a generar este programa con puntos focales en diversos estados, para que en el momento que llegaran ellos allá, el mismo programa les brindara una solución duradera entre comillas, que es insertándolos a los empleos. A empleos en empresas donde pues, digamos como que puedan necesitar manufactura digamos, ¿no? como estas empresas donde... De maquilas o donde necesiten como mucha mano de obra, ¿no? (Leo, advogado em direitos humanos em Tapachula, 21 de maio, 2022).

O curioso desse relato é pensar justamente no aspecto paradoxal da resposta humanitária.

O próprio Estado e sua política migratória e, nesse caso, de refúgio, rejeita milhares de solicitações gerando um limbo jurídico entre essas pessoas migrantes que não conseguem se “regularizar”. As agências humanitárias, em coordenação com governos e agentes privados, articula então uma resposta humanitária para contornar um problema que a mesma política migratória contribui significativamente para gerar.

Espaços de trânsito e espera, abrigos e albergues, da resposta humanitária e mesmo acolhimentos voluntários, são lugares de maior encontro entre pessoas migrantes em situações críticas, que tem seus caminhos mais dificultados por recortes de gênero, sexualidade, condição econômica, entre outras. No México e no Brasil, havia perfis de pessoas migrantes que ficavam mais tempo na situação dúbia, presas ao contexto de abrigamento e sem ter muitas opções e perspectivas seguras para sair dali: por meios próprios ou programas institucionais. Essa população se torna aquela que vai sendo esquecida e ficando para trás, situações de soluções difíceis.

Bea: Aqui, por exemplo, pessoas que estão há mais de quatro anos nos abrigos... Indígenas, os indígenas tudo, mulheres nos abrigos criollos. (...) Mulheres com idade um pouco mais elevada, com filhos. (...) Ah, e pessoas com deficiência, com comorbidades e deficiências. Então, assim, pessoas que têm doenças crônicas, que precisam de tratamento crônico... Essa pessoa não vai interiorizar e não vai sair daqui, porque ela não tem possibilidade de tratamento na Venezuela, entendeu? Então esse é um gargalo. Criaram inclusive um abrigo aqui que só tem pessoas com doenças crônicas, basicamente. Para mim isso é uma loucura, porque é até uma coisa meio aberração que, como se fosse sabe... Me vem na cabeça uma imagem de um campo (...) mas isso é a política da Operação dos militares, inclusive. As organizações foram todas contra,

criaram isso, porque a ideia era que fizessem um abrigo mais acessível... Em termos logísticos, faz sentido porque eles estão mais próximos de um centro de saúde que a Operação criou. Então eles têm ali o tratamento mais garantido. Mas isso na minha opinião, é uma coisa completamente errada, uma escolha completamente errada. As outras organizações também, todo mundo argumentou, mas é o que o general (...) pensa, entendeu? Não tem negociação. Então, esses são os gargalos. (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

A percepção de se estar ficando, ir vivendo na provisoriedade de um abrigo/albergue pode trazer toda uma angústia gerada dessa espera e de viver a vida em um local que não se escolheu realmente, que não se pode chamar de casa ou lar, moldando-o aos seus gostos e interesses, pois a mais forte certeza é a incerteza da situação jurídica dúbia, da situação financeira instável e de uma vida de certa maneira em pausa. O tempo de vida encontra-se, ainda, passando sob a tutela de organizações humanitárias, nesse espaço seguro.

A gestão da migração em crise nas regiões de fronteira demonstram que há disputas de narrativas e interesses em conflito e relação constantemente, de Estados nacionais, de empresas privadas, de organizações internacionais de poder e incidência nas políticas locais, de ativistas marginalizados e das próprias pessoas migrantes.

A leitura daquelas pessoas, em suas próprias percepções e nas dos demais atores, é uma zona cinzenta das respostas humanitárias, como mostram os exemplos do Brasil e do México e os diferentes procedimentos de tentativa de regularização que envolvem diferentes interesses. Dua, por exemplo, como dezenas e migrantes com quem conversei no México diziam que não queriam ser refugiados ali. Havia quem queria. No Brasil, a narrativa é entre ser “migrante” e ser “refugiado”.

Bea: O que acontece aqui é assim: a OIM cuida dos migrantes, o ACNUR, cuida dos refugiados, essa é um pouco a coisa. Os imigrantes venezuelanos têm direito a entrar num processo de regularização migratória por qualquer uma das duas vias. Ele pode se regularizar como um migrante ou ele pode tentar a regularização como refugiado. Qual é a questão de tentar como refugiado? Ele não pode voltar para a Venezuela, quando ele

quer. Então assim, não é tão interessante para uma graaaande parte dos venezuelanos, que quer poder manter a possibilidade desse fluxo. Quero voltar para a Venezuela para ver minha família daqui um ano. Quero ganhar dinheiro no Natal e visitar minha mãe, isso antes da pandemia, mas também essa era a intenção de todo mundo que estava aqui, então, essas pessoas que estão aqui há mais de um ano sem poder voltar, estão muito entristecidas e está muito complicado, porque elas tinham planos de ir para ver a família ou de fazer a família vir, o que a pandemia complicou. Mas então, uma boa parte de quem tá aqui, eu diria em Boa Vista, tá com como migrante. Como refugiado, os indígenas têm um status... Normalmente o processo é pelo refúgio, é... Outras pessoas, claro que, né, tenham sofrido perseguição. Então ex-membros do exército ou que eram militares na Venezuela, essas pessoas entram muito fácil, como o processo de refúgio é rápido, inclusive, porque o Brasil reconhece, até por essa questão de conflito com a Venezuela. (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

Giovana comentou sobre o funcionamento da relação entre status migratório e presença nos abrigos da Operação, geridos pelo ACNUR, a agência da ONU especializada no tema do refúgio a nível internacional. Questionei se as pessoas que estavam nos abrigos eram refugiadas, solicitantes ou que.

Giovana: Algumas, sim. Eu tive contato com pouquíssimas, na verdade. A maioria delas tem autorização de residência... Alguns têm o protocolo de refúgio, mas ainda não tem a identificação de refugiado, (...) mas tem processo, e alguns tem o protocolo de refúgio e o de residência. Mas no começo não, não tanto. No começo não, em 2019, 2020, antes da pandemia, antes da pandemia não tanto, era mais refúgio, protocolo de refúgio do que protocolo de residência. (...)Então. Expectativa e realidade, né? A expectativa é... Que isso seja explicado para a pessoa e que ela consiga entender de fato o que é uma coisa, o que é outra e aonde que ela se enquadra. Expectativa. Na realidade... A pessoa só quer uma documentação. Entendeu? Tipo, você pergunta dela: “mas você sabe o que é um refugiado? Por que a pessoa pede um refúgio?” Então... Não existe. É quase uma engrenagem que só precisa girar. Isso da ponta, né? E aí o nosso trabalho aqui é tipo “não vamos lá, vamos puxar um pouco o freio de mão e vamos fazer com que você entenda, porque às vezes você é um refugiado e você não sabe”. Porque aí começa as fakes News no sentido de “ah, se você tem refúgio, você tem mais benefícios no Brasil. Ah, se você tem residência...” A palavra residência lembra tipo, “ah, eu vou estar no Brasil, é a minha... Brasil vai ser a minha casa”. E aí, refugiado, parece que é outra, é uma outra coisa, sabe? Então... Eu, o contato que eu tenho com documentação, que não é muito, porque o meu cargo eu não lido tanto com documentação de fato, (...) eu vejo muito mais residência do que refúgio, com certeza. (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).

Com relação ainda ao status migratório regular que a pessoa migrante recebe, também conversei com Cela, que explicou alguns pormenores da questão e explicitou algumas questões sensíveis sobre o tema, que nomeou como “o lado B” da Operação.

Cela: E aí dentro do PTRIG tem a sala do ACNUR e a sala da OIM e vários materiais explicando para essas pessoas que estão chegando qual é a diferença do refúgio, qual é a diferença na solicitação de residência. Então, na prática, a pessoa toma uma decisão informada, (...) Em teoria, funciona desse jeito. Na prática, a gente considera que tem uma grande quantidade de pessoas que chega e não sabe ler, então, como é que elas vão acessar os materiais informativos? Primeira coisa. Segunda coisa, além de não saber ler, tem pessoas, especificamente população indígena, que chega sem falar o espanhol. Como é que essa pessoa vai entender a diferença do refúgio e imigração ali dez minutos antes de entrar na sala da PF, fazer a solicitação? E aí, além desse aspecto, tem o lado B da Operação que existe uma certa disputa entre ACNUR e a OIM sobre essa questão de qual solicitação a pessoa vai fazer. O ACNUR atua onde tem fluxo de refúgio, a OIM onde tem fluxo de migração. Se eu tenho um, então vamos supor, sei lá, 100 pessoas por dia, dessas 100, 90 pedem refúgio, dez pedem residência, esses dados contam pra tipo, qual vai ser a atuação da OIM em relação a isso, considerando que é se você tem maioria de refugiado e o ACNUR pelo outro lado. (...) E aí tem uma outra questão, quando as pessoas, muitas pessoas, vêm sem nenhuma documentação. Então, se você não tem a cédula venezuelana, nenhum documento que comprove a sua identidade, você não consegue fazer a solicitação de residência. Então você tem que obrigatoriamente fazer a solicitação de refúgio, que é uma solicitação feita a partir de dados auto declaratórios, (...) considerando que tem muita gente que vem sem documentação ou porque nunca foi documentado, ou porque perdeu, ou porque foi roubado no trajeto, então isso acaba determinando um pouco porque as pessoas fazem a solicitação de refúgio. (...) Tipo se já não, se você chega e não tem nenhuma documentação, você não tem nem a opção de solicitar a residência, então você não entra como fluxo de imigração e fluxo de refúgio, então vai direto, não importa o que você queira. (Cela, trabalhadora humanitária e cientista social brasileira, 14 de agosto, 2022).

A disputa de incidência política e operacional entre as agências humanitárias pode suscitar diversos debates sobre razões de ser, não mudando o fato de que tal busca por protagonismos pode gerar efeitos na realidade prática da migração. Perguntei à Giovana, que atua como “parceira implementadora” do ACNUR, sobre a presença da agência internacional no cotidiano do campo e do abrigo, através de funcionários e funcionárias contratados diretamente.

Giovana: Atualmente eles estão mais presentes. Antes eles estavam 100%, com a gente, né, e agora eles tem os Pontos Focais. Por exemplo, existe Ponto Focal de registro, que é o Ponto Focal do ACNUR de registro do Rondon 1. E aí ele vai tantas vezes por semana

com a equipe de registro para trabalhar sobre X coisa. Aí existe o Ponto Focal de CCM que é tudo o que envolve vida no abrigo, no sentido de comitê de trabalho, grupos de trabalho, ou grupos focais de reunião de... Não sei, de grávidas, de mulheres, de homens, ou até por questão mesmo de infraestrutura e tal, existem agora os Pontos Focais do ACNUR que estão presentes nesses abrigos. Eu sei que eles sempre estiveram, mas atualmente eu vejo que eles estão cada vez mais presentes. Então eu acho que antigamente quando existiam menos abrigos, eles estavam mais dentro, e aí quando a gente teve muitos abrigos, a gente não viu, não via assim... [ri um pouco enquanto pensa e fala] Eles estavam, óbvio, através das reuniões, através dos coordenadores, mas de corpo presente, eu via muito pouco. No abrigo onde eu trabalho, eu vejo eles todos os dias (...) é um abrigo de agências, a OIM por exemplo, hoje tava lá, o ACNUR tava hoje de manhã lá, então eles estão sempre presentes porque é um abrigo diferenciado, mas eles estão nos abrigos, mais do que antes. Eu enxergo agora que eles abriram mais esse lance dos Pontos Focais. (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).

A trabalhadora ainda contou, desde sua experiência, a dinâmica das parcerias entre ACNUR e ONGs variadas, além do papel do Estado, na forma do Exército, num âmbito geral da operação e dos abrigos especificamente.

Giovana: O ACNUR ele tem um manual, né, de algumas regras e algumas coisas que precisam ser feitas e tal, e aí todo ano ele abre tipo uns editais, sabe? E aí as organizações interessadas lançam pra esse edital e aí o ACNUR aceita ou não os editais que essas pessoas, né, veem a questão de requisitos e afins. A organização que o ACNUR vê que faz parte mais próxima do que eles estão pedindo, fica com os abrigos.

Julia: Eles entram com o dinheiro, basicamente?

Giovana: Exato, basicamente. Não sei onde que o Exército entra nesse... Com as organizações eu acho que não. Acho que o Exército ele entra, como eu falei, mais na parte de infraestrutura, alimentação e segurança. Mas até onde eu sei, não. Eu acho que é só, por exemplo, o financiamento do.... Bom, de países como os Estados Unidos, Suíça...

Julia: Tem dinheiro de fora então. E esse dinheiro passa por quem? Pelo Exército ou pelo ACNUR?

Giovana: Pelo ACNUR. O Exército Brasileiro, como eu falei, ele é responsável por infra, alimentação e segurança. Por exemplo, um programa, é... A rádio, tem lá no Rondon 1, por exemplo. Ela é um investimento de tal país, de tal faculdade. E aí tem um banner lá, porque aquela, aquele tal lugar, investiu em tal projeto e deu dinheiro pra isso. O que a gente vê de banner, por exemplo, dos Estados Unidos e de outros países, estão sempre ligados ao ACNUR e não ao Exército, entendeu?

Julia: É, porque a comida apesar dela ser do Exército ela é terceirizada hoje, né?

Giovana: Ela é terceirizada. Antigamente não. Antigamente, o Exército que fazia. Eles faziam lá na base, né. Aí vinha aquelas caixas térmicas, né, arroz, feijão e tal. Mas depois, né, foi visto que era melhor terceirizar, enfim, que estragava muita comida, aí

tinha que refazer. (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).

Quando perguntada diretamente sobre sua experiência profissional e pessoal como trabalhadora humanitária e funcionária, mesmo que indireta, do ACUR, ela respondeu:

Giovana: Então, existem muitas boas práticas assim, em geral. Porque a gente faz com que... A gente tenta, né... Isso, o que é cobrado da gente, e o que a gente precisa fazer, né, de fato. (...) A nossa intenção é que ela [a pessoa migrante] chegue e antes de ela sair, que ela entenda pelo menos o que é um CRAS, um SUS etc. etc. Sabe? Então, o que são os deveres e quais são os direitos daqui... A gente tenta fazer isso e a gente é muito cobrado por isso, na verdade. Eu acho que, nessas questões de boas práticas, de boa convivência, enfim, isso é bom. Eu não sei se é por conta do ACNUR [Giovana ri e parece divertir-se com a frase], mas... Que isso é feito e feito. Eu sei que tem outras agências também (...) A gente tem algumas reuniões que a gente troca, enfim, ideias e experiências e tal. E a gente vê que às vezes, de uma forma bem diferente, é feita a mesma coisa, porque a gente tá pelo mesmo olhar do ACNUR, né. É uma cobrança... (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).

Já sobre as críticas que teria desde sua experiência à resposta humanitária exercida pelo ACNUR especificamente, a trabalhadora afirmou:

Giovana: Tenho, com certeza. Eu acho que falta saber divi... Fazer de verdade, assim, sabe? Escutar os parceiros implementadores. Porque tem certas coisas que não dá para fazer, ou tem certas coisas que não dá pra gente resolver do dia pra noite, sabe? E tem coisas que a gente precisa... A gente não pode estar à frente, porque a gente é que tá ali todo dia. Por exemplo, uma expulsão de uma pessoa que, sei lá, ela pode... Pode estar envolvida, a gente não tem a certeza, com facções, por exemplo, se a gente faz a expulsão dessa pessoa... A gente que está ali todo dia, a gente que pega Uber na frente do abrigo, a gente que vai de carro todo dia pro abrigo. A gente que lida diariamente com aquela pessoa, e a gente... Praticamente todo mundo concorda com isso. Pra esse tipo de situações, não dá pra ser uma pessoa que tá todo dia ali, porque a gente fica com a cara marcada, a gente que tá todo dia ali dando a cara a tapa, né? Pra esse tipo de situações, é muito... É bom ver uma pessoa que não tá ali, uma pessoa que enfim, é uma pessoa nova (...) A gente já solicitou algumas vezes a presença, ou porque a gente não se sentia segura por N situações, não só por conta de facção, mas... Por conta de, sei lá, violência doméstica. E aí a grande parte da equipe é mulher, por exemplo. E aí a gente não se sente segura, mas mesmo assim, a gente não teve esse tipo de apoio. Então eu acho que... É... Principalmente escutar assim, o pessoal... Quem tá no campo, assim, dos parceiros implementadores. (...) Mas assim, como eu falei, já foi muito pior antes, a gente nem via a cara, a gente falava com pessoa X por e-mail e de vez em quando, quando tinha um treinamento, a gente conhecia a pessoa X. Hoje em dia a gente sente que eles estão mais próximos... Eu consigo, por exemplo, dar um feedback na cara da pessoa, não preciso enviar um e-mail para o fulano... Não, “olha, isso aqui não tá dando certo, a gente não

sabe como fazer, a gente já tentou todas essas ferramentas”, e tal. Tem se melhorado, mas eu acho que ainda falta um caminho, assim, sabe? [Diminui um pouco o volume da fala] E eu acho que uma outra coisa, (...) E é muito pontual. Eu não vou dizer que são todos, não. É, sei lá, três, quatro, que é uma personalidade um pouco, um pouco forte, assim, vamos dizer, sabe? [nessa hora Giovana sorri e começa a falar de forma mais pausada, como se buscasse as palavras certas] No sentido de hierarquia, de tipo, você... É o mesmo rolê que a gente tava falando dos militares, tipo “eles e nós”. De algumas pessoas específicas que... Acredito eu, que não seja do próprio ACNUR, mas sim da personalidade da pessoa que somou ao fato de estar trabalhando numa Nações Unidas, é de... De tipo, você não entende... Entendeu? (...) Você não entende, isso é... Tem que ser feito desse jeito. Coisa básica. Infraestrutura. Porque como eu falei, a infraestrutura é responsabilidade do Exército, mas eu não sei até onde vai... Tipo, o ACNUR também faz parte. Porque, por exemplo, as carpas são do ACNUR. Então parte da infraestrutura faz parte do ACNUR também, né? Agora, onde que acaba um e vai o outro? Eu não vou saber te dizer (...). (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).

Há uma série de elementos em sua fala, sobre as entranhas e cultura organizacional dessas agências, que demonstram a presença de contradições que refletem elementos como hierarquização e centralização; distanciamento entre agentes e da própria realidade, arrogância e privilégios, e uma série de pormenores que marcam as relações, sobretudo profissionais e trabalhistas, mas também entre trabalhadores e beneficiários.

Em 2022, quando a entrevistei, Giovana atuava profissionalmente com as migrações e agências havia cinco anos, e conseguia identificar elementos de hierarquia que geravam situações constrangedoras e difíceis sentidas por ela e outros colegas de ONGs parceiras das agências ONU. Em sua fala, se nota a ênfase posta na necessidade constante, não sem embates, de se repensar procedimentos e formas de atuar para solucionar problemas, um processo descrito como complicado, ainda que parecesse vir melhorando naquele momento.

Por fim, a gestão de um abrigo – local onde vivem muitas pessoas diferentes, com condições mínimas de vida – é extremamente complexa e desafiante, o que expõe às situações de violência e violação de direitos não só as pessoas beneficiárias, mas também trabalhadoras

daquele contexto. No dia a dia do trabalho cotidiano, os embates com as organizações que são e atuam como chefes, ocorrem de diferentes formas e com distintas intensidade.

Giovana: *Eu sempre estive no meu lugar de assistente, estagiário ou agente. Eu nunca estive como oficial, Ponto Focal, nada disso. Então, quem tem acesso mais a esse tipo de informação é quem está mais pra cima, né? Eu sempre fui ali mais peão ali. De campo mesmo. (...), uma coisa básica que tem acontecido agora: estacionamento. Eu vou te convidar pra você passar na frente do abrigo onde eu trabalho. Ele não é uma rua, ele é uma... Um pântano, né, é uma terra batida. E não tem lugar pra colocar carro, mal dá pra passar dois carros, assim... Se passar um caminhão e um carro, o carro tem que esperar (...) Então a gente coloca o carro lá dentro do abrigo. Um dia desses uma pessoa específica, uma pessoa X do ACNUR falou que a gente não podia botar o carro lá dentro. E aí a gente pergunta “mas qual é a solução?”, “isso não é prioridade” [Aqui, Giovana faz uma pausa e logo começa a falar como se estivesse representando o diálogo que ela e seus colegas tiveram com a pessoa do ACNUR] Isso não é prioridade... Como é que a gente faz? Não pode botar dentro, não pode botar fora, não tem lugar pra botar fora, isso não é uma prioridade? “Não, não é uma prioridade”. Ah, tá bom. Então vamos falar sobre outra coisa. Sobre... Sobre isso aqui, por que isso aqui ainda não tem energia? “Porque isso aqui não é prioridade”. Volta aquilo que a gente falou, sobre escutar quem tá ali todo dia, de ver o que os beneficiários estão cobrando da gente, porque querendo ou não, os beneficiários cobram muito da gente, e eles tem razão. Se a gente está falando, quando eles são abrigados, que eles vão ter isso, isso, isso, tem que ter isso, isso e isso, entendeu? A gente às vezes não consegue fazer três atividades ao mesmo tempo, porque a gente só tem um espaço pra fazer todas as atividades. E a gente dá um jeito ali. Faz duas atividades, uma termina mais rápido pra começar... Sabe? O que acaba afetando nosso trabalho... Acho que a principal crítica é escutar a gente e essa soberba que... Eu sinto que, de uns tempos pra cá, de um ano e meio pra cá, muita gente que está trabalhando no ACNUR agora, são gente que trabalhava em campo. Muita gente assim. Eu consigo contar rápido umas 15 pessoas que trabalhavam comigo, que hoje estão no ACNUR. Então, querendo ou não, eles levam uma outra visão do que é trabalhar num parceiro implementador pro ACNUR, né? [ri um pouco] Eu tenho essa fantasia na minha cabeça, assim, de que por isso que eles estão mais próximos. Antes vinha muita gente de fora, pra trabalhar, e aí fazer toda uma marionete de como as coisas iam funcionar, e **nunca tinha pisado na brita, entendeu? Nunca tinha rachado com a cabeça no sol, nunca tinha passado um protetor no corpo...** Nada disso. (...) falavam: “você precisam entregar isso até tal dia, só me mandem as fotos e o relatório”. E aí, beleza, Mas com que material? Como é que isso vai ser feito? Não existia. Aí eu sinto agora que, como as pessoas que tavam na base tão subindo, tão levando talvez um outro ponto de vista, assim, sabe? (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).*

As prioridades para o espaço do abrigo aparecem como determinações verticais, em que a agência internacional, a financiadora, é quem manda. Não se deve esquecer que tais agências

devem cumprir metas e indicativos que justifiquem financiamentos, tanto para dar legitimidade ao que se constrói no presente, quanto projetar ao futuro a possibilidade de seguir havendo recursos, o que ajuda a entender esse centralismo. Isso se manifesta de forma implícita quando se fala sobre a cobrança de relatórios e fotos, por exemplo, numa lógica de prestação de contas.

Na entrevista com Raquel foi abordado o tema do financiamento que as agências ONU recebem para as atividades locais no Brasil, entre eles um proveniente do PRM – *The Bureau of Population, Refugees and Migration*, que definido como um “bureau” humanitário, é um departamento de Estado estadunidense. Segundo site oficial, o PRM atua para promover os interesses dos Estados Unidos através do “fornecimento de proteção, alívio do sofrimento e resolução de situações de perseguição de pessoas que resulta em deslocamento forçado”, numa perspectiva de coordenar uma “política humanitária” e da diplomacia, prestando assistência num trabalho multilateral com organizações de parceria global⁹.

Além do PRM, há outros fundos e fontes internacionais, como União Europeia, Embaixada da Suécia, Conselho Norueguês, Embaixada do Japão, entre outros doadores, conforme se constatou no campo e nas entrevistas, no Brasil e no México. Sobre os interesses em investir ou aplicar dinheiro em respostas e territórios aparentemente distantes desses mesmos países de origem dos fundos, Raquel comentou algumas perspectivas que ajudam a entendê-los.

Raquel: Controle das informações, controle de dados de pessoas junto à imigração. E tem muitas pessoas que foram militares e em determinado momento isso era visto não como um problema, mas era, tipo assim, começou a ter os desertores, né? Então os desertores, eles eram tratados de forma diferente. (...) E ter o controle, sim, de como é que tá, né? A migração tem um painel, né? De enfim, identificação de coisas, controle das informações e enfim, muita coisa. Interesses políticos, saber qual é o momento certo de jogar ali, com quem eles podem se aliar para ter ainda mais o controle desse país. Porque no passado, antes de ter, né, a grande migração, os Estados Unidos, eles tinham

⁹ Para mais detalhes sobre o PRM, acessar a página oficial de Estado: <https://www.state.gov/bureaus-offices/under-secretary-for-civilian-security-democracy-and-human-rights/bureau-of-population-refugees-and-migration/>. Acesso em: 16/06/2024.

esse fornecimento de petróleo por parte da Venezuela e isso era bem bacana para eles. E por outro lado, eles davam em troca itens que as pessoas queriam e alimentos. Tudo era dos Estados Unidos. (...) Os venezuelanos poderiam comprar até 5.000 dólares de mercadoria nos Estados Unidos e chegar na Venezuela sem cobrar frete nem nada. Participavam, enfim, das black friday que tinha, então muita gente fazia uso disso e era positivo. Em troca te dou o meu petróleo aí até acabar. Sem contar outros minérios que a Venezuela tem. (Raquel, trabalhadora humanitária brasileira, 01 de dezembro, 2023).

No mundo contemporâneo de novos arranjos geopolíticos pós-guerra Fria e ditaduras militares nas Américas, começam a se desenvolver novas formas de colonialismo entre nações – a níveis locais – de territórios delimitados por fronteiras nacionais, onde uma das consequências será o reforço do colonialismo interno, aprofundando as desigualdades econômicas e políticas entre elites e classes trabalhadoras.

A situação de percepção de uma crise como em contextos migratórios, gera tensões nos territórios onde se materializa e dispersa a migração em crise, principalmente quando há perspectivas humanitárias que tem maior ou menor grau reproduzem lógicas paternalistas e assistencialistas, principalmente na atenção às necessidades básicas vitais das pessoas. Perguntei à Cela qual era sua leitura sobre a Operação e alguma possível reestruturação em busca de outras práticas e políticas fora de uma lógica “emergencial”.

Cela: Eu acho que, em termos financeiros, está ficando muito difícil sustentar a Operação. Eu acho que o caminho sim para ter uma... Construção de tipo campo, mesmo porque tem algumas pessoas que não estão, não tem como sair, não tipo... A ideia de aí, o sonho dos militares que é fechar o abrigo com o último venezuelano sendo interiorizado [ri de forma irônica]. Isso nunca vai acontecer, não vai acontecer. Então eu acho que vai ter isso para os não indígenas e aí para os indígenas é toooda uma outra história, (...) eles vão acabar ficando por lá e vão se organizar, vai virar uma ocupação espontânea. Não sei, porque não tem nenhuma perspectiva de governo municipal, governo estadual, do governo federal de uma solução duradoura para essas pessoas. Uma parte volta para a Venezuela, eu acho, mas a maior parte vai ficar e não vai ter para onde ir. E aí... E eu acho que caminha para (...) um grande campo e as organizações não vão mais atuar em todo o perímetro do abrigo, elas vão ficar tipo do lado do abrigo, oferecendo alguns serviços pontuais e vai acabar assim. (...) se um dia se concretiza a saída do ACNUR da Operação (...) se tira o fluxo de refúgio da jogada, então o governo fala “ai, não é exatamente isso que está acontecendo, não é uma grave violada, isso aqui a gente não vai reconhecer como um fluxo de refúgio”, pode ser que o

ACNUR saia da operação e fique só na mão da OIM. E aí... A OIM tem ainda menos recursos e ainda menos qualidade técnica que o ACNUR para gerir uma operação dessa proporção... Vai... Vai acabar. (...) Já tem uma transição importante, já está diminuindo o número de militares que estão indo para Operação, eles estão sendo substituídos por civis terceirizados. Já... Então isso já está, já está em andamento, assim. Eles não vão sair completamente da operação, mas vai ser como se, né. (...) nosso dinheiro é do ACNUR. (Cela, trabalhadora humanitária e cientista social brasileira, 14 de agosto, 2022).

A sentença proferida por Cela, que identifica principalmente no ACNUR a fonte de recursos financeiros da Operação, demonstra a vitalidade da relação de sustentação que há entre resposta humanitária e investimento de recursos econômicos. Para que isso se operacionalize, são necessárias pessoas que se tornam trabalhadoras humanitárias. Esse trabalho, como se pode concluir, apresenta inúmeros desafios que afetam a qualidade de vida e saúde mental dessas pessoas de forma substancial.

Sobretudo aquelas pessoas que, sem o status de trabalhadoras internacionais, são os principais corpos presentes materialmente: pisando na brita, rachando com a cabeça no sol (e, realmente, que sol mais quente e mais forte parece iluminar Boa Vista) ou passado um protetor no corpo. Essa expressão também foi proferida por Iza.

A divisão entre a equipe que trabalha, com o corpo e a equipe mental da resposta humanitária é outro fator de questões importantes sobre limites dessas resposta no sentido mesmo da violação de direitos humanos e efetivo combate às desigualdades sociais. Algo que demonstra a dificuldade do exercício do trabalho humanitário é a grande rotatividade que existe de trabalhadores e trabalhadoras nas agências, sejam ONGs nacionais ou agências internacionais.

Giovana: Com certeza [há rotatividade] por inúmeros motivos. Por saúde mental, porque não aguenta, porque realmente não é fácil. Ainda mais em Boa Vista, que a gente tem um plano de saúde péssimo, de saúde particular mesmo, tem pouquíssimas clínicas, né, então não existe ou é pouquíssimo o apoio na saúde mental. A cidade é muito pequena, então a gente esbarra o tempo inteiro com todo mundo da Operação Acolhida... Tu vai num bar, tu vai aqui... A gente tá sentada aqui a gente pode dar com um militar, com qualquer agente da Operação. (...) Eu vejo que tem muita gente que usa aqui, também pra degrau assim, sabe? Tipo “ah, eu preciso de uma experiência em campo, eu moro no

Brasil, acho que aqui seria talvez um lugar mais... Seja mais rápido". E é o que acontece, tem gente que fica seis meses e [faz um som como de um assovio, de algo zarpando] seis meses vai pra Colômbia, seis meses tá na Ucrânia, sabe? Mas principalmente quando entram pelo ACNUR, (...) A galera que fica mais em campo é a galera que ou tá se formando ou que tem formação há pouco tempo, ou que não tem um mestrado, não tem um doutorado, e tal. (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).

Em minha entrevista com Gal, a advogada e trabalhadora humanitária, relatou que após a institucionalização da Operação Acolhida, por questões de interesses de Estado e das agências ONU ali presentes, sua organização foi impedida de atuar nos abrigos indígenas, sendo impedidos de acessar os albergues para realizar as atividades que se propunham.

Gal: Quando a gente fala muito confunde, política partidária e política social e diversos níveis de política, isso é bem legal porque mostra um pouco da ignorância nossa, como o brasileiro, e de só pensar política dessa maneira. E isso está no Estado, dos agentes do Estado. (...) O nosso papel era o fortalecimento político, sociopolítico e o fortalecimento da autonomia desses povos. Então, um dos argumentos era que nós, e são vários argumentos, mas tentando dizer o argumento mais político, é que nós não éramos neutros e porque estamos a frente da prática de direitos humanos, práticas de direitos indígenas, e talvez não seja o interesse específico da Operação, né? Então isso, isso é bem assustador é bem frustrante também. (...) isso é um fator determinante nessa Operação também, de que, apesar de ser uma operação humanitária, é o meu ponto crítico, né? É uma operação militarizada e de base do governo, porque por mais que quem esteja à frente do Ministério da Cidadania ou do Ministério da Defesa, direta e indiretamente, não seja da base política, do governo, reproduz práticas tutelares e práticas, é... De não autonomia dos povos indígenas, de poder trazer isso pra dentro do abrigo, não é? Uma visão de que... Como é que eu posso dizer, de que não é neutro, quando no fundo, ninguém é neutro? Nenhuma organização. (Gal, advogada e trabalhadora humanitária, 20 de agosto, 2022).

O tema da autonomia e autodeterminação dos povos é essencial às causas indígenas, e como atuante na área, Gal pontuou essa especificidade. A ideia da tutela que existe no trabalho humanitário e ainda combinada à perspectivas coloniais do Estado com relação às pessoas migrantes em contexto de crise migratória, traz diversos elementos para pensar as contradição das respostas, entre tutelar/cuidar e desenvolver autonomia, de onde saem formas de controle, contenção, desumanização.

Perguntei à Gal como ela avaliava o trabalho feito até ali pela Operação Acolhida de conjunto pensando os aspectos humanitários da situação de crise, as parcerias – e diferentes agentes – que se estabeleceram para a coordenação dessa resposta.

Gal: Então eu acho que se for falar pelo nome, da experiência que eu tive, é... Foi um processo de acolhimento, né, foi um processo, sim, de acolhimento. Esse nome provavelmente foi dado pelo governo, né, talvez pelo ministério, que no primeiro momento, de fato, e isso é um processo de acolhimento. As pessoas chegam... Chegavam muito mais numa estrutura deplorável, né? Então acho que a primeira coisa que a pessoa precisava de fato era um acolhimento, né. E o nome dado como Operação é para saber que isso não ia durar muito tempo. Então eu acho que o nome faz total sentido e por falar sobre as questões positivas, eu acredito que essa proposta da interiorização, foi uma estratégia importante, porque... Eu não tenho noção ainda dos outros fluxos migratórios e de resposta do Estado em outros países, né, eu nunca fui muito atrás, mas eu não sei se isso foi algo inovador, né? Chegou pessoas por essa entrada, [fazendo gestos com a mão como se estivesse espirrando água] bora “chá, bora jogar fora”, digamos assim, né? Vamos colocar as pessoas para fora. Porque eu acho que também isso aconteceu um pouco com o Haiti, se eu não me engano. Então acho que já é uma estratégia comum, né? Mas eu acredito que foi efetiva, né, a resposta foi efetiva em encaminhar as pessoas. Só que, é esse o processo que hoje a gente está falando muito, sobre trabalho escravo e não estão divulgando quem são essas pessoas dos trabalhos escravos que é justamente muita gente, mas muita [ênfatisa o muita] gente venezuelana. Então foi uma operação, tem sido uma operação, agora eles estão com um certo mais cuidado, porque o Ministério Público está do lado e está dentro da Operação Acolhida também. (...) Então assim, eu acho que de maneira geral, aspectos positivos é que a Operação trouxe também um desafogamento do estado que não estava preparado para receber a demanda (...) acho que alguns aspectos positivos, pode se dizer que talvez seja isso, né... Um maior nível de projetos. Eu acho que a partir desses fluxos migratórios da Venezuela também trouxe muitos projetos sociais, ou seja, tem mais organizações trabalhando com projetos sociais, antes que era um pouquinho difícil, né, acontecer. Eu acho que também trouxe um olhar sobre um trabalho humanitário no Brasil, que antes era muito pra fora e tal. Então acho que eu posso dizer que esses são alguns aspectos positivos. E negativos é o que a gente vê, é a questão da falta de acompanhamento dos encaminhamentos, dos casos de interiorização que resultam, em alguns casos de... De trabalho escravo (...) Novo fluxo de vulnerabilidade, e fora violações de direito muito mais graves, né? (...) Muitas das vezes promovidas pelo Exército, assim. Acho que 80% promovidas pelo Exército, (...) Eu presenciei várias, né? (Gal, advogada e trabalhadora humanitária, 20 de agosto, 2022).

Gal chamou atenção por sua postura crítica com relação às agências internacionais. Embora viesse eu mesma de experiência de campo em que a forma de atuação dessas organizações – suas diretrizes, financiadores, políticas e agir dos/das trabalhadores humanitários em si já me fizesse

levantar reflexões críticas, a maneira como analisou essa presença no contexto roraimense de crise me abriu outro fronte de reflexão sobre as inconsistências ou contradições de um trabalho humanitário que, para existir, precisa que exista a vulnerabilidade humana.

De fato, em linhas gerais a contradição dorsal de todas as outras pode ser essa, algo que Gal pontuou quando abordou a perspectiva de trabalho junto à comunidade beneficiária num sentido de desenvolvimento da autonomia. Quando Giovana afirmou que o trabalho na brita é também sobre dar ferramentas e como isso as vezes “ia de encontro com as diretrizes do ACNUR”, por exemplo, também é uma evidência de que a perspectiva de que as pessoas se autonomizem e deixem de ser beneficiárias em uma crise humanitária, é também a perspectiva do fim do trabalho de gestão de dados e controle, dos empregos e recursos movidos e aplicados.

A atuação das agências ONU e do trabalho humanitário com comunidades migrantes vulneráveis de países do Sul Global, traz indícios de uma perspectiva colonial, onde a intervenção expressa diferentes formas de colonização a partir da implementação de projetos e modelos prontos, padronizações e atuações enlatadas, mais ou menos adaptadas, cujo financiamento e orientações políticas provém de países do Norte Global. No entanto, não deixa de ser um trabalho indispensável no alívio do sofrimento, acolhimento e amenização de vulnerabilidades dessas pessoas que se tornam beneficiárias.

Gal: Ah, então eu acho que a priori ele é muito efetivo em alguns aspectos, ele traz a necessidade básica de acolhimento, é... Itens não alimentares, estadia e moradia, que seja, ele é essencial, né, ele é uma resposta que necessita nesses casos, de acolhimento de emergências humanitárias. E quando ele veio para o Brasil, ele não pôde ser repensado, as carpas não puderam ser repensadas, no calor horrível que tem, (...) no norte, digamos assim, é... Então essas carpas, por exemplo, não puderam ser repensadas com materiais e tudo... E os recursos também, então eles vão... Vamos tipo, vamos reproduzir a maquete lá da Europa, digamos assim, né? Então vamos reproduzir a maquete da Europa que deu certo lá, vai dar certo no Brasil também, é um país de terceiro mundo, então bora lá, vamos lá, vai dar certo, eles vão aceitar tudo o que a

*gente mandar. Então eu acho que vem um pouco nessa lógica, só que aqui eles se deparam com algo que o ACNUR, por exemplo, nunca experimentou, uma migração indígena, venezue... Indígena. Ele nunca experimentou. (...) Então eu acho que a primeiro momento, é algo positivo, isso assim, porque cada uma tem seus mandatos, né, suas formas, então, pro o ACNUR é uma necessidade, é uma ação importantíssima de iniciar com as demandas primárias, mas é um processo muito lento de articulação política, né? Coisa que a OIM, por exemplo, ela já é um pouco mais, ela já é um pouco mais desenvolvida, um trabalho, é... Político, com os... Com os órgãos públicos, com o Estado. A gente tem o Migra Cidades, que isso já é um exemplo. Os fundos também, eles já são mais organizados nessa parte, já o ACNUR é muito mais para emergência mesmo, para demanda ali que está acontecendo, e eu acho que talvez esse excesso de experiências, afinal, são 70 ou quase 70 anos, né? Já deu pra dar conta de pensar que a emergência não é logo, a emergência não é só uma necessidade, né, tem que vir encampado com outras coisas que são... Logo em seguida, mas fica muito ligado aos mandatos, “Ah, esse não é o meu mandato, eu não tenho mandato de fazer articulação política, então nem vou me mover tanto, é o mandato do colega, então o colega que tem que se mover”. E aí você fomenta uma divisão, né? (...) Essas agências, elas são detentoras da gestão, né, dessas pessoas [faz gestos com uma das mãos fechando-a como uma esfera, como se estivesse agarrando alguma coisa, depois continua fazendo um gesto como se fosse um telhado por cima dessa esfera, como se a estivesse protegendo ou indo agarrar] **até porque você começa com o símbolo da ACNUR sendo isso, né, uma casinha, ou seja, “você está protegido por mim”, não é um processo assim...** [faz outro movimento com a mão, virando as palmas para cima] **“você está aqui comigo, mas você pode expandir”, né? Então é um processo muito já... Visualmente tutelar, né? Então, “eu te protejo, eu te cubro”, então ele também deixa de conversar de forma expansiva com quem já está aqui, vivendo isso daqui que também pode ajudar aquela pessoa passar por um processo de autonomia. Não que eles não queiram a autonomia, mas eu acho que a autonomia ela vem como... Vem mais lenta, se a gente não conversa com os entes locais.** (Gal, advogada e trabalhadora humanitária, 20 de agosto, 2022).*

A diferença de mandatos e disputas que contribui à fragmentação das ações em campo, é marcado nos territórios por aspectos de soberba ou distanciamento das “cabeças” das organizações em relação ao “estar na brita todo dia”. Como esse desenvolvimento para a autonomia envolveria outras vontades políticas, essa é mais uma limitação do humanitário. Isso não significa que as pessoas que atuam no dia a dia não queiram construir uma perspectiva de autonomia, mas certamente há questões políticas, econômicas e filosóficas que atrasam de forma significativa os processos.

Enquanto isso as pessoas migrantes beneficiárias vivem, a vida corre, as necessidades, desejos, traumas e esperanças continuam se construindo e destruindo através desses corpos do agora.

“22.09.2021: Ajudei ao advogado do albergue a fazer duas entrevistas com duas pessoas que chegaram de África: K. e E. São dois homens negros, nacionais do Togo e ambos falam português (...) fugiram do Togo em 2005, ainda menores de idade, para o Benin, sendo reconhecidos como refugiados nesse país e tendo passado a viver num campo de refugiados. De lá saíram em 2021 para a Colômbia (...) conheceram a pessoas haitianas que manejavam muito bem o conhecimento de caminhos e possibilidades para chegar ao México e que assim iniciaram também a difícil travessia por Darién e outras selvas, rios, montanhas. Aqui no México tiveram muita dificuldade com o espanhol e um deles foi agarrado pela migração duas vezes, com outras pessoas, ocasião em que ouviu: vocês haitianos não tem documentos, não podem ficar no México. Tentou explicar que não era haitiano, mas não foi escutado. O grupo foi levado para a fronteira com a Guatemala e deixados ali, do lado guatemalteco. Todos reingressaram ao México. (...) duas pessoas duplamente refugiadas, que todavia precisam refazer esse sofrido caminho de solicitar refúgio e tentar viver a sua vida. A entrevista foi muito pesada, sobretudo porque era evidente que os dois tinham demandas psicológicas bastante grandes. Senti que ia desmoronar. Terminamos e fui chorar. Passei o dia todo bem triste, impactada. Me senti com as mãos amarradas, inútil. E é um sentimento que me acompanha bastante aqui no albergue, sobretudo, de que não posso fazer nada que ajude e quanto me da raiva a distância entre as autoridades, os engravatados e pessoas de roupas formais e salto alto que constantemente visitam o albergue, que fazem reuniões e decidem as coisas, e a vida real, cotidiana e história de vida das pessoas imigrantes, sejam elas de onde sejam. Aqui cumpre-se o que a literatura afirma: (...) violação de direitos de forma massiva, repetitiva, histórica e profunda (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 26).

Os Estados Unidos vêm construindo nos últimos 30 anos uma “arquitetura complexa pela América Latina” com o objetivo de parar migrantes em trânsito antes de que eles cheguem às fronteiras desse país (Nancy Hiemstra, 2019 *apud*. Campos-Delgado, 2021b, p. 33). Por diversos meios como tratados e pactos comerciais e de cooperação entre governos ou através de doações às organizações internacionais que constroem respostas humanitárias, ocorre uma “elasticidade da fronteira sul estadunidense”, sobretudo em países de trânsito migratório.

Os territórios por onde as crises migratórias se desenvolvem, e as pessoas sobretudo migrantes envolvidas nessas crises estão marcados profundamente pelas fronteiras estendidas, a violência e arbitrariedade e as novas formas de colonização. O trabalho etnográfico é uma importante fonte de observação das consequências para a vida das políticas de gestão de pessoas e territórios, como as migratórias.

“17.09.2021: (...) Sem saber, me despedi sem me despedir, de pessoas de quem me aproximei muito, e que se foram, entre a angústia, a frustração e o desespero, em busca de uma possibilidade de vida melhor que a da eterna espera. Não sei o que eu faria, se igual, se diferente. É preciso acostumar-se com as despedidas assim, me disseram. Assim é a gente. Hoje o calor estava mais insuportável que de costume. Como uma estufa, com as portas e janelas fechadas, o sol entrando, a terra úmida e a água evaporando sem ter por onde escapar. As gotículas se formam nos vidros embaçados. Me doem os ouvidos, a médica disse que parecem inflamados (...) Não sei se o que me mais molesta é o calor ou se é também a frustração de “não fazer nada”. De não poder fazer nada. As vezes sinto raiva, as vezes não sinto nada. O amanhecer é divino, entre tons de rosa, laranja, amarelo e azul, mas parece que não é suficiente um amanhecer tão bonito em um lugar com tão pouca esperança. Aqui, a esperança se faz em situações muito pequenas, em momentos muito remotos. Uma pulseira, um desenho, um pequeno abraço. Uma resposta positiva em umas das 4056594 etapas da burocracia do Estado. Todo dia é dia de espera, quase nenhum dia é dia de que aconteça alguma coisa. Nenhum dia, no entanto, é igual ao outro. Faz algum tempo que não escrevo, não por não ter o que escrever (...) (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 21).

Em diversas entrevistas e histórias compartilhadas em encontros casuais ou cotidianos, eram descritas ações de autoridades e medidas burocráticas que podemos qualificar como técnicas dissuasivas e enfraquecedoras do espírito. As pesquisas de campo entre Brasil e México demonstram que há uma combinação de diferentes mecanismos na construção de um governo do tempo de vida das pessoas migrantes, através de lógicas de enfraquecimento moral, coletivo e subjetivo (enquanto sujeito social).

Está muito presente, em diversas práticas de gestão e nos relatos, uma forma de violência velada, que opera através do cansaço, isto é, com procedimentos e tempos de resposta que vão deixando cansadas as pessoas migrantes das crises, que precisam esperar longos períodos de

análise de seus casos e documentos, que são detidas, deportadas, retornam, enviadas e diferentes estados ou se encontram sob custódia do Estado. É uma forma de esgotamento, uma série de frustrações e atrasos aos projetos migratórios dessas pessoas.

Há também as práticas de vigilância e controle da migração, que não ocorre apenas através de alas militarizadas das respostas às crises, mas também de forma que a tutela humanitária das populações migrantes socorridas e assistidas ou, beneficiadas, seja uma maneira de controle sobre a população, velado, sobretudo nesses territórios de fronteiras nacionais que se tornam estruturas e lugares de espera.

Em nossa entrevista, Dua abordou a relação enquanto migrante com agentes de Estado mexicano responsáveis pela política migratória na prática. Ademais de apresentar questionamentos sobre as razões que determinavam uma atuação e trato agressivo, violento e debochado, também refletimos sobre o que essa violência e forma de atuar dizia sobre esses funcionários, que de alguma maneira se desumanizam ao desumanizar.

Dua: Oye, mira, yo que soy partidario del budismo, me gusta mucho el budismo, este, una de las cosas que me molestó muchísimo fue que uno de los policías tenía un símbolo budista tatuado y él era el que estaba diciendo que le diéramos dinero, y yo “Dios mío, ¿cómo es posible que este tipo tenga tatuado un símbolo budista?” Y te digo algo, yo le iba a decir, pero no le dije nada, yo dije “No, mejor no le digo nada”. Pero es muy hipócrita. ¿Sabes? Donde quiera que esté, es un hipócrita este. (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).

Outro aspecto que decorre indiretamente do pensamento de Estado racista, nacionalista e colonial, é a leitura que a sociedade de destino irá estabelecer dos fluxos e populações migrantes, se refletindo na forma como se relacionarão com essas pessoas, o que também influencia significativamente em como elas se sentem naquele lugar, trazendo as dimensões da saúde mental e afins como apontam, por exemplo, os ativismos migrantes aqui acompanhados.

Giovana sintetizou em nossa entrevista um pouco dessa relação entre diferentes pessoas e como o opera o racismo e xenofobia.

*Giovana: Uhum, é com certeza. né? Sim, eu acho que sim... É xenofóbico, né, de fato. Mas eu, pelo que eu vejo, o pouco que eu tenho contato, cara, é pura falta de informação, pura falta de informação, assim, de **chegar um ponto que as pessoas não enxergam, é... A pessoa, uma pessoa venezuelana, como uma pessoa, como uma outra parada, sabe? Como a pessoa que veio destruir o meu lar, que veio destruir a minha paz, que veio, sei lá, assassinar os meus, sabe? Tipo isso assim, de... Só não consigo entender de fato, mas é esse sentimento mesmo, é isso que eu sinto, assim, pelo menos quando eu vejo, sabe?** (Giovana, trabalhadora humanitária e estudante universitária, 11 de julho, 2022).*

A Exceção da Exceção: Justificativas Pandêmicas.

O contexto da pandemia de covid-19, no México ou no Brasil, impactou as políticas migratórias e o atendimento às pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade.

Bea: A pandemia foi uma janela, de oportunidades. Então, tipo assim, era tipo a coisa... [ri meio nervosa] A pandemia permitiu que a fronteira fosse fechada, eles estavam muito sobrecarregados, porque com a fronteira aberta, o fluxo muito grande, então você não tinha muitas possibilidades (...) Com a pandemia fechou a fronteira, então dizem que continuou... Sempre continuou passando gente ilegalmente, isso é verdade, mas você não tem um número oficial, você não sabe quantos... Mas dizem que 50, 60 pessoas por dia, sei lá (...) (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

O fato de a pandemia ter possibilitado o fechamento de fronteiras nos países foi aproveitado de diferentes maneiras no trato da migração. A primeira medida no Brasil com relação ao fechamento de fronteiras em decorrência da pandemia, feito através da Portaria Interministerial nº 120 em 17 de março de 2020, possuía caráter racista e discriminatório, dispondo apenas da “restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros

oriundos da República Bolivariana da Venezuela e por meios de entrada por rodovias ou terrestres¹⁰.

Somente em 22 de maio de 2020, através da Portaria nº 255, é que o fechamento das fronteiras brasileiras foi estendido para “estrangeiros, de qualquer nacionalidade” e por todos os meios de ingresso, incluídos aéreo e aquaviário¹¹. No entanto, o fechamento decretado pelo Estado brasileiro não conteve a migração que vinha ocorrendo na fronteira norte, mas permitiu que ela fosse controlada pela resposta humanitária:

Bea: É, não parou. Só que essas pessoas estão entrando de forma 1000 vezes mais vulnerável, passando por milhões de violações. Mas... é isso. E parou menos pelo Brasil e mais pela Venezuela também, porque a Venezuela está impondo muitas dificuldades para as pessoas que precisam se mover dentro da própria Venezuela, né? Com várias restrições por causa da pandemia. Então a pandemia caiu como uma luva para a Operação Acolhida, que foi tipo assim: Bom, agora a gente não tem esse fluxo tão grande, o que eles fizeram? Eles nunca pararam a interiorização, eles reforçaram a interiorização. Então eles estavam interiorizando cerca de... A meta era 1500 pessoas por mês, ou um pouco mais assim, agora eu não lembro... (...) Então olha que loucura! Você não pode cruzar a fronteira da Venezuela para cá, só terrestre, né? Mas você continua interiorizando as pessoas, mandando daqui para os outros estados, mesmo nos momentos piores da pandemia, então mesmo no ano passado, quando ninguém ainda sabia, aquela coisa de primeira onda, nunca parou a interiorização aqui. No máximo parou por umas duas, três semanas para poder ver se dava para voltar, mas sempre foi pressionado para continuar e o quanto antes, porque a ideia, assim: a solução é tirar os venezuelanos daqui, então isso não podia parar, tinha que aumentar (...). (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

No caso brasileiro, o contexto da pandemia de covid-19 serviu como justificativa para que o governo brasileiro começasse a atuar de forma contrária ao princípio XXII da Lei de

¹⁰ O texto integral da portaria pode ser consultado através do link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt120-20-cev.htm#:~:text=PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20N%C2%BA%20120%2C%20DE,Nacional%20de%20Vigil%C3%A2ncia%20Sanit%C3%A1ria%20%2D%20Anvisa. Acesso em: 01/06/2024.

¹¹ O texto integral da portaria pode ser consultado através do link: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria-255-20-ccvimpressao.htm. Acesso em: 01/06/2024.

Migração de “repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletiva”. (Lei 13.445, 2017), com práticas contrárias a coisas estipuladas na lei por autoridades brasileiras como a PF.

Bea em nossa entrevista comentou os rumores sobre práticas de deportação que vinham sendo denunciadas em algumas atividades que eu vinha acompanhando em etnografia virtual:

Bea: tiveram sim durante a pandemia. Porque assim, se não fosse a pandemia, a fronteira não tivesse fechado, não tem por que, né, cê vai deportar alguém por quê? Porque a fronteira está aberta, qualquer um pode entrar e entrar com um processo de regularização. Então isso não acontecia antes, assim, de março de 2020 passou-se a ter essa possibilidade, porque a fronteira está fechada, você tem um argumento jurídico falando que essa pessoa inclusive, deveria sofrer aquelas restrições de não poder pedir refúgio nãñã se fosse pego. Então, o que acontecia aqui? Uma coisa muito louca, que é assim, só que para você fazer uma deportação formalmente, com um monte de organização de direitos internacionais aqui humanitários de imigração, é bem complicado, porque a DPU tá em cima, tá todo mundo em cima o tempo inteiro. Então tentaram deportar um grupo o ano passado, esse é um relato você pode achar notícia sobre isso um grupo de 50 indígenas. E na hora, judicialmente a Defensoria entrou e tiveram que liberar essas pessoas, entendeu? (...) A Operação Acolhida tem essa política de não deportação. O que a Operação Acolhida o Exército mesmo, os militares aqui fazem é que eles querem controlar essa entrada (...) eles querem ter esse controle, mas quem faz as batidas e tal, é a Polícia Federal (...) Então... O que acontece, o que eles fazem? A Polícia Federal em Pacaraima, na cidade de fronteira, que as pessoas estão cruzando o tempo inteiro, eles às vezes decidem fazer um monte de batida, eles pegam as pessoas, colocam dentro de um caminhão, dirigem para o outro lado da fronteira e jogam as pessoas pro outro lado da Venezuela. E às vezes até dão um papelzinho para elas falando que eles não podem voltar. Só que isso não é deportação formal, eles não pegam documento de ninguém, não baixa isso no sistema. Então, se você denuncia isso pra Defensoria, quando eles vão pedir a informação, não tem nenhuma deportação registrada. (Bea, pesquisadora e trabalhadora humanitária, 01 de julho, 2021).

Logo após a decretação da pandemia através de uma lei, aconteceu a primeira portaria ministerial com relação à restrição de entrada no país, e desde então haviam sido publicadas 30 portarias de várias formas e estratégias jurídicas, determinando a restrição da entrada e circulação de migrantes. Entre as coisas mais graves, as portarias pandêmicas promoveram a inabilitação de solicitação de refúgio em caso de entrada irregular, ou seja, inabilitou o refúgio

em si, já que praticamente toda entrada estava proibida. (Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, 2021)¹².

A prática de uma deportação informal ou *express*, como chegou a ocorrer no Brasil, mas sobretudo foi relatado no México, não deixa de ser uma violação do direito à não devolução que existe no âmbito da figura jurídica do refúgio e boas práticas quanto a acessá-lo.

Em nossa entrevista Salete comentou sobre a incompatibilidade da lei brasileira com medidas que foram tomadas na gestão da migração na fronteira norte do país, questionando por exemplo a violação de princípios da lei como “repúdio e prevenção à xenofobia”:

Salete: A gente passa os dados de como, por exemplo, queriam deportar 50 waraos em Pacaraima, e a gente acionou a rede de direitos humanos do Brasil e a Defensoria Pública, MPF e graças a Deus eles não foram deportados, eles foram permitido ficar mesmo que não, não estão, não estão, não fizeram a documentação regular mais estão no Brasil sem esse risco de ser deportado. Só que no dia a dia isso acontece, se eles chegam à polícia, eles são deportados. O que a gente faz a orientação é: entrou no Brasil pelas trocha, pelas trilhas, não procure a polícia, procure a agência da ONU, procure as nossas instituições... Então por isso que as nossas instituições todo dia tem gente pedindo informação, porque se eles forem direto à polícia, eles vão ser autuados pra sair do país, né, porque essas portarias de fechamento de fronteira, elas tem lá uma cláusula que vai até contra a nossa lei de migração, que seria a deportação imediata, e a nossa lei de migração não tem... Essa questão da deportação imediata, e... Aí na pandemia se coloca isso, né, fazendo a deportação imediata, quer dizer, se as pessoas já entram sem nenhuma condição, já gastam todo dinheiro que elas tinham, né, para passar pelas trilhas e pagar para isso, para entrar no Brasil, como que ela vai ter dinheiro para retornar? Então, na verdade, essa semana eu vi uma reportagem que eles já são... São quase 5.000 pessoas é com... Autuadas para retornarem, de deportação. Mas essas pessoas, infelizmente elas não vão poder sair porque não tem... Não tem recurso.

Julia: Porque não tem recurso... O Estado não paga essa deportação também, né?

¹² A primeira portaria (inter)ministerial a dispor sobre fechamento de fronteiras foi a nº 120 de 17 de março de 2020, que em seu texto dizia dispor “sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt120-20-ccv.htm. Recuperado em: 19/04/2024. Posteriormente foi publicada, em 22 de maio de 2020, nova portaria sobre o fechamento de fronteiras, a nº 255, da Casa Civil (ministério do governo), que então dispunha sobre a restrição para qualquer nacionalidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria-255-20-ccvimpressao.htm. Recuperado em: 19/04/2024.

Salete: *Não, essa deportação não é paga pelo Estado, então isso que eu digo: é contra a nossa lei nacional de imigração, né? Mas pela... Pela pandemia fizeram dessa forma, né?* (Salete, missionária e ativista, 22 de fevereiro, 2021).

Em nossa entrevista, Bea caracterizou as práticas excepcionais de deportação como “política muito louca” e de “amedrontar pessoas”, algo que pode ser estendido ao México. De fato, apesar de terem chamado atenção de organizações, ativistas e mesmo da DPU, não significou um aumento numérico nas deportações do país, pelos motivos mencionados acima, mas instaurou uma espécie de clima de medo que gira em torno a essa possibilidade iminente e permanente de ser deportado.

Já no México, a pandemia lançou outros olhares às populações migrantes contidas e esperando em ambas as fronteiras: no norte, sobretudo em Tijuana e próxima a portões de passagem e no sul, principalmente em Tapachula, nesse último caso sobretudo em razão de travas burocráticas e prazos indefinidos que vinham sendo praticados, adaptando brechas da lei ao contexto da pandemia, algo que era recorrente de ser denunciado em eventos acompanhados na etnografia online entre 2020 e 2022, como na atividade online de celebração do mês da migração do *Centro de Apoyo Marista al Migrante*, CAMMI, onde se comentou o cenário da imigração na região sul, afirmando que havia uma população contida na cidade de Tapachula proveniente de muitas regiões: haitianos, cubanos, centro-americanos e sul-americanos, pessoas que em geral não conseguiam regularizar suas situações diante da COMAR e do INM (CAMMI, 2021).

Em um debate online promovido pela *Conexión Migrante TV* no início de 2023, diversas organizações da Cidade do México foram convidadas a apresentar a situação dos albergues para pessoas migrantes, diante do aumento da migração internacional na cidade. Nesse espaço foi relatado que um dos principais problemas enfrentados por albergues que pertencem à sociedade

civil e se organizam de forma autônoma, é que não há dinheiro suficiente para aguentar e responder ao que foi caracterizado como “essa etapa” da migração. Os espaços funcionam em grande medida com apoio de doadores, que seguiam ajudando, mas as quantidades vinham sendo insuficientes para responder a demanda, devido principalmente a superlotações (Conexión Migrante TV, 2023).

Nesse cenário, existia o problema de que os agendamentos junto à COMAR estavam sendo feitos para datas muito adiante, o que obrigava as pessoas a estarem naquele lugar esperando “*El Estado debe de cumplir con su obligación y que reconozca el trabajo que la sociedad civil está haciendo por la omisión de ellos, del Estado. La migración está en desorden realizada por el propio gobierno por estos procesos donde no se explican, a veces amanece y COMAR tiene una decisión y en la noche ya la varió (...)*”. (Conexión Migrante TV, 2023).

Em Tapachula, na ida a um dos escritórios da COMAR, pude notar cartazes informativos sobre suspensão de prazos devido à pandemia, o que prolongava o tempo de respostas de solicitações novas de refúgio e de revisões. Outra violação que ocorreu no país, conforme relatou a advogada dos direitos humanos Alma, foi a prática de serviços de saúde se recusarem a vacinar contra a covid-19 pessoas migrantes, exigindo-lhes documentos que muitas vezes essas pessoas não possuíam, o que aumentou a necessidade de atuação de advogados como ela no país.

Desumanização Como Violência de Estado.

“23.09.2021: “*Los derechos humanos son una mierda. Allí son una mierda*” (Jazmín, hondurenha). Hoje uma jovem me perguntou onde estava Ale, uma das voluntárias. Eu disse que Ale estava em seu dia de descanso e perguntei do que ela precisava, e ela falou que precisava de alguém que conversasse com sua namorada, que estava em uma crise emocional, e que normalmente nesse caso conversa com Ale. Me dispus a tentar ir eu mesma. Bati na porta do quarto, pedi licença. A jovem, de 27 anos, me olhou desconfiada. Estava sentada na cama com o cabelo emaranhado e cara de sono. Perguntei se podíamos conversar um pouco. Me sentei no chão ao lado da cama, e ela ficou sentada

na cama, mas no início foi difícil falar. Segurei sua mão e ela chorou um pouco. Depois, começou a contar muitas coisas, (...) foi detida pela migração e levada para a Estação Migratória de Tapachula, chamada Século XXI. Ali ficou 43 dias. Compartilhou comigo a realidade da Estação, fazendo algumas comparações com o espaço do albergue, afirmando porém que lá era muito pior. Mulheres e homens não podiam interagir de forma alguma. Os quartos, extremamente pequenos, tinham camas feitas de concreto e as mulheres dormiam em colchonetes de plástico. Não havia ventilador. Todos os lugares tinham câmara, menos os banheiros, que não tinham portas nem nos chuveiros nem nos vasos sanitários. (...) Relatou que os agentes migratórios eram extremamente violentos e desrespeitosos e que as refeições, horríveis, não podiam ser recusadas pelas pessoas. Te obrigavam a pegar, mesmo que para jogar fora, para alegar que a não alimentação era uma escolha de cada um. Ainda assim, encontrou um grupo de mulheres com as quais se conectou, incluindo uma brasileira. Ali conheceu sua companheira atual. Um dia vieram ao albergue membros da Comissão Estatal de Direitos Humanos fazer uma conversa, e ela participou, junto com outra mulher venezuelana que também esteve na Estação. Me disse que começou a falar, extremamente indignada, e foi aí que afirmou para essas pessoas: “os direitos humanos são uma merda, não valem lá, lá não tem direitos humanos. Te tratam como se você fosse merda”. (...) muita gente decide então solicitar a deportação. (...) Não há doces, não há festa. Nenhum tipo de comida diferente entra, nenhum tipo de atividade existe. Há horários para tudo, permissão para duas mudas de roupa. (...) Não há diversão. Nenhum tipo de entretenimento. Quase nenhuma possibilidade de fazer uma chamada de telefone. O atendimento médico é horrível. Não tem olham na cara e quase nunca acreditam no que você diz, fazem o atendimento e dizem ok, você está bem, pode ir. Há muita omissão e violência. (...) Conversamos por 2 horas. (Scavitti, Julia Ferreira. Diários de Campo 2020 a 2023, p. 26-27).

Quando estava relatando a primeira vez que foi levado a uma Estação Migratória, Dua refletiu sobre a dinâmica do lugar e o tratamento que recebiam dos agentes migratórios e policiais que atuavam dentro do espaço.

Dua: *Respecto a los policías y a la Migración adentro, de verdad que horrible, o sea... Tratan a la gente como si no fueran personas, de verdad, tú tratas de preguntarles algo X, o sea, de verdad, no, no, no te tratan como, como... **No te tratan como una persona, de verdad, te tratan como basura**, te tratan, así como que “él es preso, yo soy policía, él es preso yo soy Migración”, o sea ahí como totalmente, ¿me entiendes? Como una clase de barrera entre lo que es, lo que son ellos y lo que eres tú como migrante, ¿verdad? **Ellos creen que no tienes derecho a nada**. Por cierto, me enfermé adentro... Las condiciones adentro de vivir horribles, o sea, no tengo palabras para describir todo lo horrible y lo cochino, o sea todo lo feo que las condiciones que hay allá adentro, de verdad, o sea no tengo palabras, de verdad que no tengo. O sea, no tienes privacidad, o sea, tienes que ir al baño y no hay privacidad de nada, cualquiera te puede ver bañándote, cualquiera puede verte haciendo tus necesidades ¿Me entiendes? Incluso los policías pasaban y podían entrar al baño si ellos creían que estabas haciendo algo, porque (...) lo que es la Migración, o sea, realmente te digo algo malo, o sea, mal,*

horrible. Cuando salí del lugar, este... La Migración me dijo que si no encontraba mi bolso rápido me iban a devolver y esperar una semana más hasta que apareciera mi bolso. Y yo les dije que no, pues que lo dejaran así, pues y me fui. (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).

Em toda a entrevista, o trato degradante destinado às pessoas migrantes, cotidianamente submetidas a humilhações, violência verbal, violação de direitos e provocações da parte dos agentes de Estado nas experiências de Dua, foi uma constante. Em um determinado momento, Dua se recordou da informação que recebeu no dia de sua primeira detenção, de prazos em que poderia estar preso: 5 a 7 días úteis. No final, esteve 37 días.

*Dua: O sea, no sé.... ¿Yo creo que tratan de desgastar mentalmente, sabes? Ellos... Ah, por ejemplo, ahorita que me acuerdo, aja lo que te dije al principio, de la gente de Migración, que me dijo que eran 5 a 7 días hábiles, cuando llego allá me enteré de otra realidad, me dijeron que eran como de 30 o 45 días hábiles, y después me entero de otra realidad, era que la Migración no nos estaba explicando todo el proceso de pedir asilo y todo eso, que era de 45 a 90 días hábiles allá adentro, preso. O sea, te digo algo, sinceramente... **Tú escuchas eso y te sientes mal por dentro, sabes? Te sientes como que... ¿Verga... 90 días de mi vida preso, o sea ¿Me entiendes? O sea, sin hacer nada. O sea, no es que estabas haciendo algo malo ¿Me entiendes? Bueno, tratamos de hacer las cosas bien... O sea, las cosas bien. ¿Pero no nos salieron así, me entiendes?** (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).*

Escutando a Dua, entendi que para a violação de direitos das pessoas migrantes, a questão da comunicação, algo tão corriqueiro, entre diferentes sujeitos naquele espaço também era um aspecto fundamental. Se para ele, cujo idioma materno é o espanhol, era difícil compreender o que estava ocorrendo e os trâmites pelos quais passou, para pessoas que falam outros idiomas maternos parecia ser mais difícil.

Dua: Bueno, sinceramente, hay mucha gente inteligente que de verdad tú dices oye, que increíble, había gente que sabe hasta tres o cuatro idiomas, sabes? De verdad que sí, pero más que todo africanos, haitianos y cosas así. Y bueno, yo tenía un amigo africano y bueno, yo le explicaba a él más o menos lo que le podía explicar en cuanto a, cuando decían algún mensaje por la radio y todo eso. Y bueno, los agentes de Migración no saben, saben muy poco inglés y lo único que ellos sabían decir en inglés era que no era su problema que ellos no supieran español. Te lo digo porque muchas veces lo escuché, o sea, que le decía a la gente que no sabía español, decían eso y yo les decía que no perdieran el tiempo hablando con los de Migración, porque... O sea, yo llegué a un

punto que dejé de luchar, Julia, ¿sabes? yo dejé de querer salir, dejé de querer, o sea, solamente estaba como esperando y ya me quedé. ¿Me entiendes? (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).

Esse trecho revela outro aspecto da prática do cansaço, que se alimenta de uma violação sistemática, corriqueira, dos direitos das pessoas migrantes gerando uma sensação de descaso com suas vidas que é percebido por elas. Em muitos trechos da conversa, Dua demonstrou indignação, buscando entender o porquê daquele tratamento que viveu e testemunhou na Estação, enfatizando que era tempo de sua vida que estava sendo consumido ali. Isso foi lhe gerando na prática certa inanição, quando Dua afirmou que “somente estava esperando e fiquei”.

Muitos relatos compartilhados comigo sobre a arquitetura e forma de vida nas Estações Migratórias no México expressavam comparações com cadeias e enfatizavam os aspectos totalitários e de controle da vidas das pessoas migrantes. As abordagens e formas de atendimento desumanizados de agentes de Estado percebidos por pessoas no Brasil e no México também eram constantemente denunciadas em conversas com pessoas migrantes e ativistas.

Do que foi possível de se observar, conversar e escutar em campo com relação à essa prática desumanizante do Estado na forma das autoridades humanas em sua atenção humanitária e resposta às crises, Dua sintetizou em nossa entrevista comentando que “não se tratava as pessoas migrantes como pessoas”:

Dua: Oye, que no te escuchan. Por ejemplo, mira, yo me enfermé de la garganta, de verdad la garganta me dolía tanto que ni siquiera podía hablar. Y, oye, estaba asustado porque mira las condiciones allá adentro, como te repito, son antihigiénicas, pues ¿verdad? Entonces yo quería ir al médico, entonces le quería explicar a la Migración que necesitaba ir al médico, no me prestaron atención, le traté de decir a la policía tampoco me prestó atención, ¿qué hice yo? Tuve que pasar por las malas, o sea, tuve que pasarme y yá, ¿me entiendes? [entendo que o que quis dizer é que foi diretamente atrás do atendimento médico “burlando” o sistema de funcionamento e indo diretamente a pessoa que fazia o atendimento médico] O sea, los policías me podían detener, me podían agarrar, pero no me importó, ¿sabes? Porque es mi vida, o sea, es mi... Mi salud, (...) Ese es el tipo de trato que te digo, ese día que me dolía la garganta de verdad, ninguno me creía, pero igualmente pasé al médico y directamente como pude, como te

digo, o sea, fue que los tuve que esquivar para poder pasar, después que pase quería entrar directamente al cuarto, porque de verdad no quería hablar, no quería comer porque no podía tragar y entonces el poli, uno de los policías, me dijo “no te voy a abrir la puerta” (...) “Bueno, si entras otra vez al cuarto, no quiero que estés llorando porque ya viene la cena y no te voy a abrir la puerta otra vez para que vayas a cenar”, yo le dije “está bien, no me importa” y entré, o sea te digo algo, ¿qué le importa a él si ceno o no? O sea, le estoy diciendo que me abra porque me siento mal. ¿Me entiendes? O sea... ¿Cuál era la necesidad de decirme “Oye, no, no quiero, no te quiero... Y te digo algo, ¿Sabes lo que me da más risa, Julia? que yo sí salí a buscar mi cena porque me dio hambre y volví y salí [da uma risada]. (Dua, migrante venezuelano, 09 de maio, 2022).

A descrição da situação vivida por Dua é uma caricatura dos diferentes aspectos mais grosseiros da criminalização das migrações, da construção de aparatos burocráticos de contenção, humanitários e militarizados, que impactarão substancialmente nas relações sociais e na humanidade nesses espaços. Nesse relato e em outros que tocamos, eram formas pequenas de resistência que surgiam que faziam o contraponto dessa desumanização institucional, como quando Dua se divertiu porque mesmo tendo sido ameaçado, ter conseguido sair para buscar sua refeição pode ter lhe demonstrado que aquele poder anunciado não era tão grande assim.

No final, também foi quem chamou atenção para a perda que agentes de Estado tem de sua própria capacidade de empatia e solidariedade quando se entregam às lógicas de exploração e violência das pessoas migrantes.

Dua: Mira, tú quieres ser lo más, como te digo, paciente, tú quieres tratarlos a ellos como personas, pero ellos no actúan como personas, los que no actúan como personas son ellos, ¿sabes? Porque tú de verdad tú buscas preguntarles “oye, ¿mira cuál es mi proceso aquí? ¿por qué está pasando esto o aquello?” y entonces no te quieren escuchar, así de simple, no, no te quieren prestar atención, ¿me entiendes? (...) Ah, por cierto, los de Migración le ofrecían a muchos el hecho de que “oye págame 300 dólares y te saco, págame 500 dólares y te saco...”, pero todo eso era mentira, Julia, todo era para que le pagaran y se fueran. (Entrevista Dua, migrante venezuelano, 09 de maio de 2022).

Os "regimes fronteiriços" (De Genova, 2017) aqui analisados, são marcados por procedimentos burocráticos e práticas racistas nos critérios, criminalizadoras de certas migrações – formados por complementares e contraditórios braços humanitário e militar que cooperam entre si em contextos de securitização, controle e tutela da migração internacional. As populações migrantes vulnerabilizadas das chamadas crises, são determinadas por fatores históricos, econômicos e políticos, e ainda por um "entramado de poder, dispositivos (...) e subjetividades legais e paralegais que subscrevem a aposta institucional de 'migrações seguras, ordenadas e regulares'". (De Genova, 2017, p. 193). Esses regimes, são marcados por práticas como extorsão, omissão e negligência, também estão informadas pela desumanização, como o exemplo relatado pelo advogado Leo.

Leo: Hace poco a mí me tocó hacer un acompañamiento a la CNDH, a la Comisión Nacional de los Derechos Humanos a interponer queja en contra del INM, ya que una persona de nacionalidad colombiana ingresa con su pareja, o sea una mujer y un menor. Para empezar, detienen a la familia completa, detienen a la familia y el menor también es llevado a la Estación Migratoria, donde no le brindaron ni comida, ni agua, ni un espacio seguro. Entonces el programa este que hay de alternativas a la detención, que dice que no pueden ser detenidas mujeres con menores, o mujeres embarazadas o personas en, digamos en una situación con alguna discapacidad, no, si están siendo llevados a la Estación. Entonces a esta señora la llevan y al esposo, lo dejan en otra parte, no le brindan la comunicación con el esposo, el dinero, el esposo lo tenía y después de un día y medio le dan la salida a la señora, no le dieron de comer, al niño tampoco. Entonces la señora llega al albergue y nos comenta todo lo que pasa y le damos esta opción de poder realizar la queja, ¿no? Y listo, la voy a hacer con la señora y ahí comienza a manifestar de que el día que intenta entrar a Migración a visitar a su pareja, una señora de Migración, un agente de Migración le dice "oye, si quieres que tu esposo esté seguro, dame 50 dólares, y yo le doy la seguridad". ¿Qué pasa? ¿En dónde pasa eso, Julia? ¿En las cárceles, ¿no? en las cárceles donde... Donde tú dices "¿Oye, te doy 1.000 pesos al día para que me cuides a mi familiar, ¿no? Y que no le puedan hacer daño. En Migración pasa eso. Y es impresionante cómo se ha convertido... Ya es una... Es una cárcel, Julia. Ahora sí es una cárcel, literalmente. (...) la señora llega al albergue literalmente... Para empezar, llega intentando hablar con la familia, con la familia para que le consiguieran 700 dólares, y que le permitieran salir a su pareja, porque además la pareja sufría de insuficiencia renal y tenía tratamiento y no estaba recibiendo el tratamiento ¿Y qué pasa con el esposo? Nos enteramos de que es llevado de urgencia a un centro de salud, porque no estaba teniendo el tratamiento. Lo llevan al centro de salud, así de urgencia en la madrugada y lo vuelven a encerrar, Julia. Entonces no les

están ni siquiera permitiendo el acceso a la salud de con estas malas prácticas y estas detenciones arbitrarias. Entonces todos estos pagos que hacen las personas, ¿cómo los compruebas? si las personas no conocen a los agentes migratorios y cuando tú vas a interponer quejas, pues lo que te preguntan es esto “para que proceda tu denuncia, necesitamos el nombre de la persona quien violentó tus derechos”, “pero yo no me los sé”, son personas de tránsito. Entonces por eso es que Migración se presta a hacer eso y hay mucho dinero de por medio. O sea, tú ves a agentes migratorios aquí en Tapachula, Julia, en unas mansiones que están construyendo... digamos que a causa de todas las extorsiones y de todos los cobros por servicios, este, gratuitos que hacen dentro de la Estación o también fuera. Pero sí, o sea, es una realidad. (Leo, advogado em direitos humanos em Tapachula, 21 de maio, 2022).

Após uma trajetória de tristezas, dificuldades e violências, ao conversar com Dua meses depois de ambos termos partido do albergue, cada um ao seu projeto, recordei de quando o conheci no albergue em Tapachula, sempre amável e empático. Compartilhei com ele a lembrança, perguntando como ele se via naquele momento, diante de tantas recordações marcadas por raiva e frustração.

Dua: Oye, mira, la verdad. ¿La verdad? [faz outra pausa, rindo um pouco faz com a mão um movimento de tapar a câmera para se esconder, sem falar nada] Espérate... Yo no sé por qué no puedo hablar, esperate... [Outra pausa, olhando pro lado e rindo um pouco, E. se emociona, mas se controla bastante para segurar as lágrimas, embora aparente estar quase chorando, e permanece um tempo assim. Suspira, respira fundo, e fica em silêncio mais um tempo] Oye, no sé. De verdad que yo tengo como una lucha interna. ¿Sabes? Trato de ser mejor todos los días, ¿sabes? (...) yo todos los días lucho, lucho por buscar mejorar. ¿Sabes? Y no sé, a pesar de las circunstancias y todo eso, trato de mantener la calma. ¿Sabes? De buscar y hacer lo mejor (...) A mí me gusta meditar, me gusta ser una persona tranquila ¿Supongo que eso no? No sabría decirte. No es por otra razón. (Dua, migrante venezolano, 09 de maio, 2022).

Apesar da dificuldade que teve para chegar aos Estados Unidos, seu objetivo final desde o início quando partiu da Colômbia, quando perguntei a Dua sobre o que sentiu ao atravessar rio Bravo caminhando e deixar o México “para trás”, ele respondeu:

Dua: Mira. Sinceramente, la verdad, la verdad... Yo pensé que iba a llorar y sinceramente no, no sentía nada... Yo ya asimilé que estaba en Estados Unidos mucho tiempo después, o sea, de verdad no... Mira, tenía como mucho estrés encima, ¿sabes? De verdad que acumulado y no, no aceptaba la realidad. Te lo digo porque viviendo acá yo casi no salía, me daba miedo salir a hacer cosas como ir a la esquina, que ya, ¿me entiendes? Pero ya todo eso se fue y ya me siento mejor, o sea, de verdad, ya siento un

cambio, ya siento totalmente todo distinto, pero al momento de cruzar y me entregué, o sea, la verdad, la verdad lo primero que pensé fue que de cierta manera se había acabado ya [fica um pouco pensativo, movendo os olhos e escolhendo as palavras] Sentí que ya no sentía miedo por decirlo así, ya sentí que no, no podía ser perseguido, me sentí de esa manera... Pero estaba neutral, ¿sabes? No sabía si llorar, si estar feliz, estaba normal (...). (Dua, migrante venezuelano, 09 de maio, 2022).

Aquela fronteira não deixava de ser uma linha de chegada a cruzar, depois de um longo percurso de uma migração cheia de obstáculos, como uma espécie de jogo onde algumas pessoas vão ficando para trás, enquanto outras elaboram estratégias e alternativas de seguir indo e pode chegar. A experiência de Dua mostrou, no entanto, que mais do que um jogo, se trata da vida, da existência corpórea enquanto pessoa, que material e psicologicamente recebe marcas profundas geradas pelas gestões da migração de crise.

No Brasil e no México, as respostas humanitárias às crises migratórias arquitetadas entre diferentes agentes, em certa medida são reações à políticas de Estado através de leis e diferentes formas de compreensão sobre as migrações, e estão marcadas por aspectos de violação de direitos humanos em diversas formas. Paradoxalmente, essas mesmas respostas estruturam formas de acolhida que pode ser positiva às pessoas migrantes em situações de vulnerabilidade.

São respostas compostas de elementos humanitários e securitários, de controle e tutela, e de ampla escala de zonas cinzentas onde ocorrem as contradições manifestas de diferentes maneiras durante as pesquisas de campo e entrevistas. Assim, se buscou aqui expor esses achados, análises e articulações desde uma perspectiva crítica dos pormenores práticas de gestão da migração na prática.

Conclusões:

“O Sul não é um lugar, mas antes o efeito de relações entre poder, conhecimento e espaço. A modernidade colonial inventa uma geografia e uma cronologia: o Sul é primitivo e passado. O Norte é progresso e futuro. O Sul é resultado de um sistema racial e sexual de classificação social, de uma epistemologia binária que opõe alto e baixo, mente e corpo, cabeça e pés, racionalidade e emoção, teoria e prática. O Sul é um mito sexualizado e racializado. Na epistemologia ocidental, o Sul é animal, feminino, infantil, bicha, negro. O Sul é potencialmente doente, débil, estúpido, deficiente, preguiçoso, pobre. O Sul é sempre representado como carente de soberania, carente de conhecimento, de riqueza e, portanto, intrinsecamente endividado em relação ao Norte. Ao mesmo tempo, o Sul é o lugar onde acontece a extração capitalista: o lugar onde o Norte captura energia, significado, jouissance e valor agregado”. (Preciado, 2020, p. 283-284).

A intenção deste trabalho foi evidenciar e compreender como se constituem as crises migratórias contemporâneas. Saltou aos olhos a persistência de uma espécie de fio condutor racista e colonial operando no continente, combinando paradigmas militares e humanitários na gestão das crises migratórias e migrações massivas, no Brasil e no México, fio que informa ademais a construção de identidades migrantes mais e menos desejadas. Classificou e classifica o mais e menos humano, mais e menos digno, formas de racismos e colonialismos que se reinventam em diversos nomes jurídicos no âmbito das migrações.

Buscou-se adotar uma perspectiva comparativa entre os dois países por suas posições territoriais e geopolíticas, assentando uma base de análise histórica sobre a migração e formação nacional de ambos, seguida do debate sobre o Estado nacional e as leis migratórias atuais que se desdobram em políticas e práticas, o acompanhamento e

escuta dos ativismos migrantes em suas demandas por direitos diante das migrações críticas e por fim chegando aos trabalhos de etnografia em campo de onde emergiram questões sobre crise migratória e resposta humanitária, materializando numa discussão sobre como ali também operam essas lógicas coloniais.

Os Estados nacionais possuem uma relação muito profunda com as crises migratórias, sendo em parte responsáveis por elas através de suas lógicas de gestão e políticas, implicados ademais em relações geopolíticas marcadas pelo capitalismo contemporâneo, aspectos constitutivos ainda das respostas humanitárias. De parte desses Estados, trata-se de um interessado desinteresse na imigração que contribui ainda à precarização da força de trabalho migrante e sua vulnerabilização.

De maneira ambígua, ambos os Estados nacionais se comprometem com o humanitarismo ou humanismo através de leis, acordos internacionais ratificados e retóricas que ressaltam acolhimento, não criminalização e respeito aos direitos humanos. No entanto, como polos opositores das relações com ativismos migrantes, são denunciados, questionados e confrontados em razão de suas políticas e práticas de gestão por esses mesmos ativismos, expondo que na prática se trata de discursos e palavras vazias, pois ademais de faltarem iniciativas de Estado em construir os mecanismos necessários para que uma agenda de respeito ao humano se cumpra, também há repetidas e padronizadas práticas de violação de direitos praticadas a nível de Estado, afetando negativamente pessoas migrantes do Sul Global.

Nesse aspecto, não só os Estados nacionais possuem um papel importante na produção de crises migratórias, eles os fazem a partir da corporalidade da pessoa migrante, pois é sobre essas pessoas que incidem práticas restritivas de mobilidade, criminalização, abuso e formas de violência cometidas por agentes de Estado. É no

discurso e na prática que se manipula essa corporalidade em nome da crise, ao mesmo tempo em que justamente incide sobre ela as medidas ou punições para “controlar” essa mesma crise.

Na busca por evidenciar as diferentes dimensões e sujeitos políticos que compõem as chamadas crises migratórias, também foi possível identificar uma agência central de organizações internacionais e ONGs nas dinâmicas territoriais e cotidianas das chamadas respostas humanitárias, refletindo criticamente aspectos positivos e negativos sobre como se desenvolvem as respostas de ajuda, acolhimento e outros tipos de ação às crises migratórias. Nesse “trabalho humanitário”, os protagonistas deixam de ser somente governos, Estados e pessoas migrantes, abrindo-se espaço para agências e financiamento internacional ademais da atuação de ONGs locais e globais na figura de trabalhadores e estruturas humanitárias.

As ideias de direitos humanos e humanitarismo por detrás da atuação dessas organizações relacionam-se também com as crises migratórias, dizendo “combatê-la” e, contraditoriamente, tendo nelas a razão de existência do trabalho humanitário. Essa atuação, em forma de respostas humanitárias como as presenciadas em ambos os campos de fronteiras, causam impactos nas regiões, cumprindo papéis específicos, nem sempre totalmente evidentes ou declarados por esse mesmo trabalho.

A ideia de colonialismo da pessoa migrante nos ajuda a problematizar mais a fundo, não somente as dinâmicas geopolíticas a nível de nações, mas também a dimensão humanitária. Através da incidência de agências internacionais e do investimento de capital de diferentes países, sobretudo do norte global, é evidente que o racismo se reatualiza na região também na forma de um modelo de gestão humanitária

das crises, que justificam medidas que combinam atuações de controle, tutela e limitação à mobilidade humana e ao território.

A experiência da pesquisa corrobora a ideia de que nem o conceito de território nem o conceito de fronteira podem ser estudados somente da perspectiva do espaço físico, espacial, mas envolvem também as dimensões corporal e temporal: do tempo que uma pessoa espera para cruzar ou avançar, do lugar onde os dias correm, e se espera pelos prazos migratórios e fronteiriços que influenciam e determinam a vida de uma pessoa migrante. E da vida ela mesma.

Foi possível ainda identificar o funcionamento das políticas migratórias em alguns de seus detalhes, os mecanismos que operam nos detalhes da vida cotidiana e cujas consequências são sentidas imediatamente nesse corpo, na mente e no espírito das pessoas sobre as quais incidem. Se pôde entender alguns contornos das violências que marcam as crises migratórias e como elas se materializam, e quase possível apalpar a angústia de uma espera quando não se tem para onde voltar e já não se sabe de mais nada.

Também da escuta e do campo, se desenvolveram aprendizagens sobre a vida e a capacidade criativa das pessoas. Isso é uma das coisas que encanta nas migrações internacionais. As diversas formas de resistência e estratégia em nome da continuidade da vida. A persistência, a beleza de aprender e trocar, da ideia zapatista de um mundo onde caibam muitos mundos – algo que, à sua maneira, as migrações proporcionam. Sobre a força e persistência das pessoas migrantes do Sul Global, sobretudo, aprendi, observando espaços de contradição, que “(...) O Sul é a mina e a cloaca. O coração e o ânus. Ao mesmo tempo, o Sul é o lugar temido pelo Norte como reserva de potência

revolucionária, e por isso é lá que o controle e a vigilância se intensificam”

(Preciado, 2020, p. 284).

As nações, tendo sido construídas por seres humanos, podem ser desfeitas. As concepções de mundo que naturalizam desigualdades sociais e atrocidades humanas justificaram medidas injustificáveis através do mecanismo de criar e nomear identidades indesejáveis, atribuindo-lhes responsabilidades de caos social, ameaça e distúrbio ao projeto nacional. O preconceito é oficialmente combatido, mas para que exista nação ele também precisa ser sempre alimentado.

Do campo emerge não só constatações de contradições e aspectos negativos dessas respostas, que contribuem à produção e reprodução de crises migratórias. Também é possível visualizar diversas frestas de outras práticas, possibilidades de repensar conceitos chave na elaboração de políticas públicas e de projetos de sociedade. O conceito de corpo-território, emprestado e adaptado de discussões feministas latino-americanas, emergiu da leitura e se conectou com o campo de forma espontânea.

A partir dele, é possível pensar a construção de uma proposta alternativa de fundamentação dos direitos das pessoas humanas baseada na materialidade e diversidade do corpo como o território soberano, e não em ideias abstratas de “povo”, “nação” ou “soberania”.

A ideia de que outras coisas podem alimentar nossos paradigmas jurídicos e políticos esteve presente durante todo o percurso investigativo, pois emergia da escuta e do sentir o campo. Foi sobretudo ver a urgência da vida, tão rápida e tão intensa que cada um de nós temos, e que mesmo diante de tanta adversidade há sempre o desejo de viver intensamente o mundo, que entendi que isso poderia informar os direitos humanos de forma mais abrangente. Ademais, não se pôde perder de vista a relação que existe até

hoje entre diferentes países que possuem vínculos migratórios e imperialistas que exigem muito mais do que apoio às respostas humanitárias.

Como conclusão dessa pesquisa, ademais da colonialidade da pessoa migrante e da potencialidade do corpo-território como categoria informante dos direitos humanos, a análise crítica me levou a concluir que as crises migratórias, estruturais, exigem medidas de reparação histórica, que envolvem indenizações e aspectos econômicos e justiça social (Cano Isaza, 2020) entre países do Norte e do Sul Global.

As consequências de anos de colonização direta e indireta em territórios e deslocamentos migrantes do Sul Global, ademais das formas recentes de intervenção colonização sutil ou indireta, precisam ser levadas em consideração na elaboração de planos, pactos e acordos, além das leis nacionais, o que envolve vontade política e econômica de encarar o mundo em colapso que estamos vivendo e o que se pode fazer diante disso.

Nesse sentido, a partir de uma perspectiva de colonialidade da pessoa migrante em suas diferentes dimensões dentro das tensões entre colonialismo contemporâneo e autonomia das migrações, essa pesquisa se torna uma contribuição à produção crítica, dentro dos estudos migratórios, das noções e práticas do humanitarismo, configurando-se como vasta documentação de práticas de gestão que combinam Estados nacionais e respostas humanitárias, servindo ainda como forma de balanço e análise das consequências das políticas migratórias.

É de tudo que alimentou essa pesquisa que extraio o desejo de viver, e de que possamos cuidar e curar esse mundo, desejando o mesmo a todas e todos os ativistas, migrantes e não migrantes, pessoas do mundo que sonham, a felicidade de uma vida que possa ser vivida como e onde se deseja, o sabor de criar e significar tantos territórios

quanto seja necessário para sentir-se parte, para desenvolver-se em sua total plenitude.

Lhes desejo mais que tudo aquilo que me ensinaram: viver. Que se façam políticas para a vida, e que se possa viver plenamente.

Bibliografia:

- Acosta Arcarazo, Diego, & Freier, Luisa Felini. (2015). Discursos y políticas de inmigración en Sudamérica: ¿hacia un nuevo paradigma o la confirmación de una retórica sin contenido? *REMHU, Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 23(44). <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004411>.
- Agier, Michel. (2006). Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social*, 18(2), 197–215. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200010>.
- Alba, Francisco. (2001). *Las migraciones internacionales*. México: Editora Tercer Milenio.
- Albuquerque, José Lindomar. (2014). Migrações em territórios fronteiriços: a experiência cotidiana entre legislações nacionais, fronteiriças e regionais. *38º Encontro Anual da Anpocs, GT23: Migrações internacionais: legislações, estados e atores sociais*. Caxambu, Minas Gerais, Brasil.
- Álvarez Domínguez, Marco Polo. (2018). Migración como violencia de Estado. El sur de México como escenario / Migration as state violence. Southern Mexico as stage. *URVIO. Revista Latinoamericana De Estudios De Seguridad*, (23), 44–56. <https://doi.org/10.17141/urvio.23.2018.3548>.
- Álvarez Velasco, Soledad & Cielo, Cristina. (2023). Circulations and Solidarities in the Darién. As thousands cross the perilous jungle gap linking Colombia to Central America every day, one Panamanian border town is transformed by the multiple lives and competing interests that intersect on the migrant trail. *NACLA Report on the Americas*, 55(4), 345–349. DOI: <https://doi.org/10.1080/10714839.2023.2280318>.
- Álvarez Velasco, Soledad (2021). Tránsitos irregularizados. In: Ceja, Ireri et. at. (org.). *Migración*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO.
- Álvarez Velasco, Soledad. (2017). Movimientos migratorios contemporáneos: entre el control fronterizo y la producción de su ilegalidad. Un diálogo con Nicholas De Genova. *Íconos - Revista De Ciencias Sociales*, (58), 153–164. <https://doi.org/10.17141/iconos.58.2017.2718>.
- Álvarez Velasco, Soledad. (2016a). *Frontera sur chiapaneca. El muro humano de la violencia. Análisis de la normalización de la violencia hacia los inmigrantes indocumentados*. México: Universidad Iberoamericana.
- Álvarez Velasco, Soledad. (2016b). ¿Crisis migratoria contemporánea? Complejizando dos corredores migratorios globales. *Ecuador Debate*, 97, 155-171. <http://hdl.handle.net/10469/12140>.
- Amaral, Marisa Silva & Carcanholo, Marcelo Dias. (2009). A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Revista Katálysis*, 12(2), 216–225. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200011>.
- Asakura, Hiroko e Torres Falcón, Marta. (2013). Migración femenina centroamericana y violencia de género: pesadilla sin límites. *Zona Franca. Revista del Centro de Estudios Interdisciplinario sobre Mujeres*, 21(22), 75-86. <https://zonafranca.unr.edu.ar/index.php/ZonaFranca/article/view/23>.
- Associação Esfera (2020). *O Manual Esfera: Carta Humanitária e Normas Mínimas para Resposta Humanitária*. Minas Gerais: Associação Irдин Editora.
- Azeredo Alves, Laís e Jarochinski Silva, João Carlos. (2018). A migração internacional enquanto tema político entre os anos de 2010-2017 no Brasil. *Revista del CESLA. International Latin American Studies Review*, (22), 203-226. <https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/516>.

- Baeninger, Rosana, Demétrio, Natália Belmonte, & Domeniconi, Joice de Oliveira Santos. (2019). Espaços das Migrações Transnacionais: perfil sociodemográfico de imigrantes da África para o Brasil no século XXI. *REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 27(56), 35–60. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005603>.
- Baeninger, Rosana e Peres, Roberta. (2017). Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 34(1), 119-143. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0017>.
- Balibar, Étienne (2014). Fronteras del mundo, fronteras de la política. *Alteridades*, (30), 87–96. Recuperado de: <https://alteridades.izt.uam.mx/index.php/Alte/article/view/278>.
- Barbosa, Lahys Sandy Antony (2020). Migración hondureña forzada e irregular: entre el desdén político, la xenofobia y la crimigración en México. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Direitos Humanos. Facultades de Derecho, Psicología, Ciencias Sociales y Humanidades (UASLP), 169 fls.
- Barcinski, Mariana. (2014). O lugar da informalidade e do imprevisto na pesquisa científica: notas epistemológicas, metodológicas e éticas para o debate. *Pesquisa e Práticas Psicossociais*, 9(2), 279-286. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v9n2/13.pdf>.
- Bar Din, Anne. (2008). *La vida de los trabajadores latinos contada por ellos mismos*. Cidade do México, México: Siglo XXI.
- Basualdo, Lourdes, Domenech, Eduardo, & Pérez, Evangelina. (2019). Territorios de la movilidad en disputa: cartografías críticas para el análisis de las migraciones y las fronteras en el espacio sudamericano. *REMHU, Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 27(57), 43–60. <https://doi.org/10.1590/10.1590/1980-85852503880005704>.
- Beorlegui, Carlos. (2010). *Historia del pensamiento filosófico latinoamericano. Una búsqueda incesante de la identidad* (3ª ed.). Bilbao, Espanha: Universidad de Deusto.
- Berg, Ulla D., & Castro, Jennifer. (2017). Cuerpos Confinados, Almas Resilientes. *Íconos - Revista De Ciencias Sociales*, (58), 167–182. <https://doi.org/10.17141/iconos.58.2017.2712>.
- Bersani, Ana Elisa & Joseph, Handerson. (2017). O Brasil e a diáspora haitiana. *Temáticas*, 25(49), 9–16. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v25i49/50.1112>.
- Bertoldo, Jaqueline. (2018). Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. *Revista Katálisis*, 21(2), 313–323. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p313>.
- Bidaseca, Karina Andrea. (2018). *La amnesia del imperio: los muros del racismo, el apartheid y el ancho mar de las estrellas*. Buenos Aires, Argentina: SB Editorial.
- Bógus, Lucia Maria M. e Fabiano, Maria Lucia Alves. (2015). O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. *Revista Ponto e Vírgula*, (18), 126-145. <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29806/20723>.
- Brighenti, Maura, & Gago, Verónica. (2017). La hipótesis del mestizaje en América Latina: del multiculturalismo neoliberal a las formas contenciosas de la diferencia. *Mora*, (23), 45-64. DOI: <https://doi.org/10.34096/mora.n23.5198>.
- Calleros Alarcón, Juan Carlos. (2010). El vínculo entre seguridad nacional y migración en México. *Revista Mexicana de Política Exterior*, (88), 9-43. <https://revistadigital.sre.gob.mx/index.php/rmpe/article/view/668>.
- Campos-Delgado, Amalia Esmeralda. (2008). *Made in Cerritos. Arraigo y migración femenina en la comunidad transnacional de Cerritos*. Tese de licenciatura em Antropología, Universidad Autónoma de San Luis Potosí, San Luis Potosí, México.

- Campos-Delgado, Amalia (2021a). Abnormal bordering: control, punishment and deterrence in Mexico's migrant detention centres. *The British Journal of Criminology*, (61)2, 476–496. DOI: <https://doi.org/10.1093/bjc/azaa071>.
- Campos-Delgado, Amalia. (2021b). Bordering Through Exemption: Extracontinental Migration Flows in Mexico. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, 10(3), 30-40. <https://doi.org/10.5204/ijcjsd.2039>.
- Campos-Delgado, Amalia, & Côté-Boucher, Karine. (2022). Tactics of Empathy: The Intimate Geopolitics of Mexican Migrant Detention. *Geopolitics*, 29(2), 471–494. <https://doi.org/10.1080/14650045.2022.2039633>.
- Canales Cerón, Alejandro. (2019). La centralidad de las migraciones en la reproducción de las sociedades avanzadas. *REMHU: Revista Interdisciplinária da Mobilidade Humana*, 27(57), 101-121. <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/1205>.
- Canales Céron, Alejandro I., e Rojas Wiesner, Martha Luz. (2018). *Panorama de la migración internacional en México y Centroamérica. Documento elaborado en el marco de la Reunión Regional Latinoamericana y Caribeña de Expertas y Expertos en Migración Internacional preparatoria del Pacto Mundial para una Migración Segua, Ordenada y Regular*. Santiago, Chile: CEPAL.http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43697/S1800554_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- Cano Isaza, Tatiana Andrea. (2020). Salud de los migrantes: una reflexión desde la justicia social. *Migraciones internacionales*, 11, e1747. DOI: <https://doi.org/10.33679/rmi.v1i1.1747>.
- Casillas Ramírez, Rodolfo (2008). Las rutas de los centroamericanos por México, un ejercicio de caracterización, actores principales y complejidades. *Migración y Desarrollo*, 6(10), 157-174. <https://doi.org/10.35533/myd.0610.rcr>
- Casillas Ramírez, Rodolfo., Durand, Jorge., & Rigone, Padre Flor María. (2011). Capítulo IV: México. In: Leonir Mario Chirello (coord.). *Las políticas públicas sobre migraciones y la sociedad civil em América Latina. Los casos de Argentina, Brasil, Colombia y México* (pp. 447-580). Nova York, Estados Unidos: Scalabrini International Migration Network. https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/LasPoliticPublicasSobreMigraciones.pdf
- Carrasco González, Gonzalo. (2013). La migración centroamericana en su tránsito por México hacia los Estados Unidos. *Alegatos*, (83), 169-194. DOI: <https://hdl.handle.net/20.500.11986/COLMEX/10007649>.
- Viveiros de Castro, Eduardo (2010). O Anti-Narciso: lugar e função da Antropologia no mundo contemporâneo. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 44(4), 15-26. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v44n4/a02.pdf>
- Cefaï, Daniel. (2013a). ¿Qué es la etnografía? Debates contemporáneos Primera parte. Arraigamientos, operaciones y experiencias del trabajo de campo. *Persona Y Sociedad*, (27)1, 101-120. <https://doi.org/10.53689/pys.v27i1.34>.
- Cefaï, Daniel. (2013b). ¿Qué es la etnografía? Segunda parte. Inscripciones, extensiones y recepciones del trabajo de campo. *Persona Y Sociedad*, 27(3), 11,32. <https://doi.org/10.53689/pys.v27i3.47>.
- Centro de Estudios Internacionales Gilberto Bosques (2015). *México en la encrucijada: implicaciones internas e internacionales de la migración*. México: Centro de Estudios Internacionales Gilberto Bosques.

- Cernadas, Pablo Cerani. (2016). El lenguaje como herramienta de la política migratoria. *Sur – Revista Internacional de Derechos Humanos*, (13)23, 97-112. DOI: <https://sur.conectas.org/linguagem-como-instrumento-de-politica-migratoria/>.
- Césaire, Aimé. (2020). *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo, Brasil: Ed. Veneta.
- Cezarino, Leticia. (2018). Colonialidade interna, cultura e mestiçagem: repensando o conceito de colonialismo interno na antropologia contemporânea. *Ilha Revista De Antropologia*, 19(2), 073–105. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2017v19n2p73>.
- Colon, Deirdre. (2011). Waiting: feminist perspectives on the spacing/timings of migrant (im)Mobility. *Gender, Place and Culture*, (18)3, pp. 353-360. DOI: 10.1080/0966369X.2011.566320.
- Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE (2021). *Microdados*. Brasil: Portal de Imigração, Ministério da Justiça e Segurança Pública. <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/microdados/2-sem-categoria/401421-conare>.
- Cogo, Denise & Badet, Maria. (2013). Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores – Migrantes no Brasil. Brasil: Bellaterra: Instituto Humaitas Unisinos; Instituto de la Comunicación de la UAB.
- Colon, Deirdre (2011). Waiting: feminist perspectives on the spacing/timings of migrant (im)mobility. *Gender, Place and Culture*, vol. 18, no. 3, pp. 353-360. DOI: 10.1080/0966369X.2011.566320.
- Daniel, Camila (2020). "When I discovered I was índia": racialization process in the migratory experiences of peruvians in Rio de Janeiro. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 17, e17701. <https://doi.org/10.1590/1809-43412020v17d701>.
- De Genova, Nicholas. (2010). The Queer Politics of Migration: Reflections on "Illegality" and Incurability. *Studies in Social Justice*, 4(2), 101-126. <https://doi.org/10.26522/ssj.v4i2.997>
- De Genova, Nicholas. (2017). Movimientos migratorios contemporáneos: entre el control fronterizo y la producción de su ilegalidad. Entrevistado por Soledad Álvarez Velasco. *Íconos - Revista de Ciencias Sociales*, (58), 153-164. <https://doi.org/10.17141/iconos.58.2017.2718>.
- Desiderio, Edilma de Jesús (2018). *Espacio transitado. Tiempo gobernado. El derecho al paso migratorio en la frontera sur de México*. México: Fondo Editorial Universitario y Universidad de Guadalajara.
- Domenech, Eduardo (2021). *Régimen de migración y fronteras*. In: Iréri Ceja et. al. (coord.) *Migración*. 1ª Edición. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Durand, Jorge (2020). Migrantes desarraigados. Mesoamérica laboratorio migrante. In: Botega, Tuila et. Al. (org.): *Movilidad en la frontera. Tijuana como espacio de (re)construcción de la vida*. Brasilia, Brasil: CSEM.
- Dutra, Délia., & Bandeira, Lourdes Maria. (2015). Estudos de Gênero na América Latina: dinâmicas epistêmicas e emancipações plurais. *Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas*, 9(2). Recuperado de: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16038>.
- E. Marcus, George. (2001). Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. *Alteridades*, (11)22, 111-127. Recuperado em 06 de agosto de 2024 em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74702209>.
- Ellis, Carolyn, Adams, Tony E. e Bochner, Arthur P. (2019). Autoetnografía: un panorama. In: Silvia Marcela Bernard Calva (org.). *Autoetnografía. Una Metodología cualitativa* (Selección de textos) (pp. 17-41). México: Universidad Autónoma de Aguascalientes; El Colegio de San Luis.

- Endfield, Georgina H. (2008). *Climate and Society in Colonial Mexico. A study of Vulnerability*. Blackwell Publishing.
- Escobar, Arturo. (2003). “Mundos y conocimientos de otro modo”: el programa de investigación de modernidad/colonialidad Latinoamericano. *Tabula Rasa*, (1), 51-86. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=3960010>
- Espinosa Miñoso, Yuderlys. (2016). De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. *Solar: revista de filosofía iberoamericana*, 12(1), 141-171.
- Fanon, Frantz. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo, Brasil: Editora Ubu.
- Faria, José Henrique; Ragnini, Elaine Cristina Schmitt & Brüning, Camila. (2021). Human displacement and social recognition: the working conditions and relations of refugees and displaced people in Brazil. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(2), 278–291. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200018>.
- Favret-Saada, Jeanne. (2005). Ser afetado. *Cadernos de Campo*, 13(3), 155-161. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>
- Feldman-Bianco, Bela, Sanjurjo, Liliana e Silva, Douglas Mansur da. (2020). Migrações e deslocamentos: balanço bibliográfico da produção antropológica brasileira entre 1940 e 2018. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (93), 1-58. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/516/493>
- Fernandes, Florestan. (2008). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Brasil: Globo.
- Flores Barrera, Maria José. (2018). Familias en tránsito. Un estudio comparativo de la reconfiguración familiar de parentelas migrantes. Tesis de Maestría. Universidad Autónoma de San Luis Potosí (UASLP). San Luis Potosí, México.
- Foucault, Michel (2008). *Segurança, território e população. Curso dado no Collège de France (1977 - 1978)*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes. 295 fls.
- Fouron, Georges e Schiller, Nina Glick. (2001). All in the Family: Gender, Transnational Migration, and the Nation-State. *Identities. Global Studies in Culture and Power*, 7(4), 539-582. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2001.996267>
- Freire da Silva, Carlos. (2008). *Trabalho Informal e Redes de Subcontratação: Dinâmicas Urbanas da Indústria de Confecções em São Paulo*. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. <https://doi.org/10.11606/D.8.2008.tde-24112009-113627>
- Fundación BBVA México A.C. e Secretaría de Gobernación – SEGOB, México (2023). Anuario de Migración y Remesas México. Año 11, num. 11.
- Gall, Olivia. (2018). Racismos y xenofobia mexicanos frente a los migrantes: 1910 - 2018. *REMHU: Revista Interdisciplinária da Mobilidade Humana*, 26(53), 115-134. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005308>.
- García-Castro, Álvaro. (2020). Los warao como desplazados urbanos en Venezuela e Brasil. *Revista Entrerios*, (3)2, 89-101. DOI: <https://revistas.ufpi.br/index.php/entrierios/article/view/10570>.
- Gligo, Nicolo e Morello, Jorge. (1980). Notas sobre la historia ecológica de la América Latina. In: Osvaldo Súnkel e Nicolo Gligo (orgs.). *Estilos de Desarrollo y Medio Ambiente en la América Latina* (pp. 129-157). México: Fondo de Cultura Económica.
- Goldring, Luin. (2002). The mexican state and transmigrant organizations: negotiating the boundaries of membership and participation. *Latin American Research Review*, 37(3), 55-99. <https://doi.org/10.1017/S002387910002447X>.

- Gómez Johnson, Cristina & Espinosa Moreno, Fernanda. (2020). Transformaciones en las migraciones contemporáneas en México (2000-2019). Acercamiento a las violencias y solicitudes de refugio. *Estudios Políticos*, 58, 17-44. DOI: <https://doi.org/10.17533/udea.espo.n58a02>.
- González Casanova, Pablo. (2007). Colonialismo interno (uma redefinição). In: Amadeo Javier, Atilio Borón e Sabrina González (orgs.). *A Teoria Marxista hoje. Problemas e Perspectivas* (pp. 431-458). Buenos Aires, Argentina: CLACSO. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pdf>
- González-Muñoz, Jenny. (2014). Mitos fundantes en la fuerza espiritual de los warao en Venezuela. *Patrimônio e Memória*, (10)2, 91-106. DOI: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/409>.
- Gottmann, Jean. (2012). A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro De Geografia*, 2(3), 523-545. <https://doi.org/10.54446/bcg.v2i3.86>.
- Gurrea C., José Antonio (2019). *Otrreda: Migrantes, narco y violencia en México*. Cidade do México, México: Editora Trajín.
- Gramajo Bauer, Lizbeth del Rosario. (2020). Dos crisis que explican las dinámicas migratorias más recientes en los tres países del norte de Centroamérica. *REMHU, Revista Interdisciplinaria Da Mobilidade Humana*, 28(60). <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006003>
- Haesbaert, Rogério. (2010). Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, 9(17). <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>.
- Haesbaert, Rogério (2021). *Território e descolonialidade : sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, livro digital.
- Haraway, Donna. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 07-41. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>
- Heredia Zubieta, Carlos; Durand, Jorge. (2018). *Los migrantes, los gobiernos y la sociedad civil en el sistema migratorio norte-mesoamericano*. México: Centro de Investigación y Docencia Económicas.
- Hikiji, Rose Satiko G., & Chalcraft, Jasper. (2017). O visto e o invisível. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 25(25), 437-447. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v25i25p437-447>.
- Hyndmann, Jennyfer & Giles, Wenona. (2011). Waiting for what? The Feminization of asylum in protracted situations. *Gender, Place & Culture*, (18)03, pp. 361-379. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/0966369X.2011.566347>.
- Izcara Palacios, Simón Pedro & Andrade Rubio, Karla Lorena (2004). Inmigración y trabajo irregular en la agricultura: trabajadores tamaulipecos en Estados Unidos y jornaleros magrebíes em Andalucía. *Mundo Agrario*, (4)8. Recuperado de: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/v04n08a01/1437>.
- Izcara Palacios, Simón Pedro. (2019). Migración y trata en América del Norte. *Revista de Estudios Sociales*, (67), 87-100. <https://doi.org/10.7440/res67.2019.07>.
- Jacobo Albarrán, María de Lourdes e Manero Brito, Roberto. (2006). La migración: algunas significaciones imaginarias. *Tramas. Subjetividad Y Procesos Sociales*, (24), 157-178. <https://tramas.xoc.uam.mx/index.php/tramas/article/view/423>

- Joseph, Handerson. (2017). A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. *Périplos: Revista De Estudos Sobre Migrações*, 1(1), 7–26. DOI: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5866.
- Joseph, Handerson. (2018). Diáspora, refugiado, migrante: perspectiva etnográfica em mobilidade e transfronteiriça. *Sociedade e Cultura*, 20(2). <https://doi.org/10.5216/sec.v20i2.53071>.
- Joseph, Handerson & Neiburg, Federico (2020). A (i) mobilidade e a pandemia nas paisagens haitianas. *Horizontes antropológicos*, (26)58, 463-479. Open Space <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832020000300015>.
- Junger, Gustavo, Cavalcanti, Leonardo, Oliveira, Tadeu de; e Silva, Bianca G. (2022). Refúgio em Números (7ª ed.). Brasília, Brasil: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública, Conselho Nacional de Imigração; Coordenação Geral de Imigração Laboral. <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>
- Kilomba, Grada. (2019). *Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro, Brasil: Ed. Cobogó.
- Klein, Herbert S. (2000). Migração internacional na história das Américas. In: Boris Fausto (org.) *Fazer a América. A imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP.
- Krenak, Ailton. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Lander, Edgardo. (2005). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos (p. 8 a 24). In: Edgard Lander (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 107-130). Buenos Aires, Argentina: CLACSO.
- Leitão, Débora K., & Gomes, Laura Graziela. (2018). Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, 1(42). <https://doi.org/10.22409/antropolitica2017.1i42.a41884>
- Levitt, Peggy e Glick Schiller, Nina. (2004). Perspectivas internacionales sobre migración: conceptualizar la simultaneidad. *Revista Migración y Desarrollo*, (3), 60-91. <http://meme.phpwebhosting.com/~migracion/modules/ve3/6.pdf>.
- Lévi-Strauss, Claude. (1970). Raça e história. In: Juan Comas, Kenneth L. Little, Harry I. Chapiro, Michel Leiris e Claude Lévi-Strauss (orgs.). *Raça e ciência I*. São Paulo, Brasil: Perspectiva.
- López Rodríguez, Juan Vicente. (2018). Convergencias, divergencias y posicionamiento entre lo decolonial, lo descolonial y lo poscolonial desde miradas feministas del Sur. *Analéctica*, 5(31). <https://doi.org/10.5281/zenodo.4408518>.
- Lugones, María. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935–952. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>.
- Lugones, María. (2008). Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, (9), 73-102. Recuperado de: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&tlng=/.
- Marini, Ruy Mauro (2008 [1973]). *Dialéctica de la dependencia. Fundamentos conceptuales*. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO.
- Marinucci, Roberto. (2020). O corredor migratório (não-humanitário) meso-norteamericano. *REMHU: Revista Interdisciplinária da Mobilidade Humana*, 28(60), 7-13. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006001>.
- Marchese, Giulia. (2019). Del cuerpo en el territorio al cuerpo-territorio: elementos para una genealogía feminista latinoamericana de la crítica a la violencia. *EntreDiversidades*, 6(2(13), 9-41. <https://doi.org/10.31644/ED.V6.N2.2019.A01>.
- Márquez Covarrubias, Humberto. (2015). No vale nada la vida: éxodo y criminalización de migrantes centroamericanos en México. *Migración y desarrollo*, 13(25), 151-173. Recuperado de:

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-75992015000200151&lng=en&tlng=es.

- Márquez, Daniel, Serna, José María, & Valadés, Diego. (2019). La Guardia Nacional en México. *Boletín Mexicano De Derecho Comparado*, 1(154), 569–599. <https://doi.org/10.22201/ij.24484873e.2019.154.14154>.
- Martins, Andreia de Fátima Hoelze e Xavier, Wescley Silva. (2021). O direito ao trabalho para refugiados: características das políticas migratórias brasileiras do pós-guerra até 2019. *Caderno EBAPE.BR*, 19(2), 325-337. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120200028>.
- Martins, Carlos Eduardo (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo.
- Martínez, Graciela, Cobo, Salvador David, & Narváez, Juan Carlos. (2015). Trazando rutas de la migración de tránsito irregular o no documentada por México. *Perfiles latinoamericanos*, 23(45), 127-155. Recuperado de: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-76532015000100006&lng=es&tlng=es.
- Martínez Pizarro, Jorge, & Calvelo, Laura. (2012). La migración internacional en los censos de 2010 en los países de América Latina y el Caribe. *REMHU, Revista Interdisciplinaria Da Mobilidade Humana*, 20(39). DOI: <https://www.remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/351>.
- Martínez Rodríguez, Marcela. (2010). El proyecto colonizador de México a finales del siglo XIX. Algunas perspectivas comparativas en Latinoamérica. *Secuencia*, (76), 101-132. <https://doi.org/10.18234/secuencia.v0i76.1105>.
- Mbembe, Achille. (2018a). *Crítica da Razão Negra*. São Paulo, Brasil: N-1 Edições.
- Mbembe, Achille. (2018b). *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. São Paulo, Brasil: N-1 Edições.
- McIntosh, Laurie. (2014). Impossible presence: race, nation and the cultural politics of ‘being Norwegian.’ *Ethnic and Racial Studies*, 38(2), 309–325. <https://doi.org/10.1080/01419870.2013.868017>.
- Meda, Kenia Ramírez & Gutierrez, Adriana Moreno (2021). Migración, espacios comunes y vulnerabilidad en Mexicali, Baja California, México. *Odisea*, (8), 126-153. DOI: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/odisea/article/view/6918>.
- Mezzadra, Sandro. (2012). Capitalismo, migraciones y luchas sociales. La mirada de la autonomía. *Nueva Sociedad*, (237). <https://nuso.org/articulo/capitalismo-migraciones-y-luchas-sociales-la-mirada-de-la-autonomia/>
- Mezzadra, Sandro. (2015). Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. *REMHU: Revista Interdisciplinária da Mobilidade Humana*, 23(44), 11-30. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004402>
- Mignolo, Walter D. (2005). *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona, España: Gedisa editorial.
- Miranda, Bruno. (2023). Migración africana en situación de espera: nuevo alcance y dimensión de la contención migratoria en México. *Revista Pueblos Y Fronteras Digital*, 18, 1–30. DOI: <https://doi.org/10.22201/cimsur.18704115e.2023.v18.633>.
- Miranda, Bruno; Gundelach, Jana Sosa; Rodríguez, Daniela Fernández (2023). Diferencia y espera: migrantes africanos y asiáticos en Tapachula, Frontera sur de México. *Diarios del Terruño*, (15), 144-167. DOI: <https://www.revistadiariosdelterrano.com/ojs/index.php/dt/article/view/miranda-et-al>

- Morales, Felipe González. (2020). Multilateralismo, migración y derechos humanos: antes y después del Pacto Mundial para una Migración Segura, Ordenada y Regular. *REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 28(60), 187–204. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006011>.
- Mountz, Alison. (2011). Where asylum-seekers wait: feminist counter-topographies of sites between states. *Gender, Place & Culture*, 18(3), 381–399. <https://doi.org/10.1080/0966369X.2011.566370>.
- Moya, José. (2018). Migração e formação histórica da América Latina em perspectiva global. *Sociologias*, 20(49), 24-68. <https://doi.org/10.1590/15174522-02004902>.
- Muñoz Bravo, Tomás Milton. (2016). Políticas migratorias en México y Venezuela: Análisis de respuestas gubernamentales disímiles ante procesos de inmigración y emigración internacionales. *Desafíos*, 28(2), 333–366. <https://doi.org/10.12804/desafios28.2.2016.09>.
- Nájera Aguirre, Jéssica Natalia. (2016). El complejo estudio de la actual migración en tránsito por México: Actores, temáticas y circunstancias. *Migraciones internacionales*, 8(3), 255-266. Recuperado de: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-89062016000100255&lng=es&tlng=es.
- Observatório das Migrações Internacionais (2022). *Solicitantes de Reconhecimento de Condição de Refugiado. Microdados*. Brasil: Portal de Imigração, Ministério da Justiça e Segurança Pública. <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401293-sti-mar>
- Oliveira, Márcia, & Diémé, Kassoum. (2016). Por que falar de imigração no Brasil? Entrevista com a Profª Márcia Oliveira. *TRAVESSIA - Revista Do Migrante*, (79), 127–132. <https://doi.org/10.48213/travessia.i79.61>.
- Organização das Nações Unidas (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, Resolução 217 A III. Paris. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.
- Ortega Ramírez, Adriana Sletza, & Morales Gámez, Luis Miguel. (2021). (In)seguridad, derechos y migración. La Guardia Nacional en operativos migratorios en México. *Revista IUS*, 15(47), 157-182. DOI: <https://doi.org/10.35487/rius.v15i47.2021.699>.
- Palau-Sampio, Dolors. (2019). Reframing Central American Migration From Narrative Journalism. *Journal of Communication Inquiry*, 43(1), 93-114. <https://doi.org/10.1177/0196859918806676>.
- Pallister-Wilkins, Polly. (2018). Médecins Avec Frontières and the making of a humanitarian borderscape. *Environment and Planning D: Society and Space*, 36(1), 114-138. <https://doi.org/10.1177/0263775817740588>.
- París Pombo, María Dolores. (2007). Racismo y nacionalismo: La construcción de identidades excluyentes. *Política Y Cultura*, (12), 53–76. Recuperado a partir de <https://polcul.xoc.uam.mx/index.php/polcul/article/view/225>.
- Patarra, Neide & Fernandes, Duval. (2011). Capítulo II: Brasil. In: Leonir Mario Chirello (coord.). *Las políticas públicas sobre migraciones y la sociedad civil em América Latina. Los casos de Argentina, Brasil, Colombia y México*. Nova York, Estados Unidos: Scalabrini International Migration Network. 151-257. Disponible em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/LasPoliticPublicasSobreMigraciones.pdf

- Pauli, Jandir; Comin, Lidiane Cássia; Rufatto, Juliane & Oltramari, Andrea Poletto. (2021). Relação entre trabalho precário e racismo para migrantes no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(2), 235-251. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120200019>.
- Pradella, Lucia & Cillo, Rossana. (2015). Immigrant labour in Europe in times of crisis and austerity: An international political economy analysis. *Competition & Change*, 19(2), 145-160. DOI: <https://doi.org/10.1177/1024529415572052>
- Peixoto, João. (2019). Da era das migrações ao declínio das migrações? A transição para a mobilidade revisitada. *REMHU: Revista Interdisciplinária da Mobilidade Humana*, 27(57), 141-158. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005709>
- Penchaszadeh, Ana Paula. (2016). Los derechos humanos en deconstrucción. Claves derridianas. *Revista Sociedad* 35-36, 137-152. <https://www.sociales.uba.ar/wp-content/blogs.dir/219/files/2016/11/Revista-Sociedad-35-36.pdf>
- Perales Garza, Claudia Yadira. (2013). Ley de migración: "reforma a cuentagotas". *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, (137), 749-767. [https://doi.org/10.1016/S0041-8633\(13\)71148-7](https://doi.org/10.1016/S0041-8633(13)71148-7).
- Pereira, Alexandre Branco. (15 de fevereiro de 2020). Os usos e abusos políticos do refúgio. *Nexo jornal*, online. <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2020/Os-usos-e-abusos-políticos-do-refúgio>.
- Pires, Bruno Rafael de Matos. (2020). Juventude imigrante: estigma, conflito e circuito de lazer na cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado. Guarulhos: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Recuperado em: <https://hdl.handle.net/11600/64696>.
- Plummelle-Urbe, Rosa Amelia. (2018). Da Barbárie Colonial à Política Nazista de Extermínio. In: Abisogun Olatunji Oduduwa (org.) Coleção *Pensamento Preto: Epistemologias do Renascimento Africano* (vol. 1, pp. 74-88). São Paulo, Brasil: Filhos da África.
- Pulido, Julián Samacá. (2022). Justicia social como marco moral y normativo para la intervención social con ciudadanos migrantes. *Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional*, 30(spe), e3066. DOI: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAR232230663>.
- Preciado, Paul B. (2020). *Um apartamento em Urano. Crônicas da Travessia*. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1ª Edição.
- Queiroz, Yolanda Silva (2014). Transmigración de centroamericanos por México: su vulnerabilidad y sus derechos humanos. Tese de Doutorado. Programa de Post Grado en Ciencias Sociales con especialidad en Estudios Regionales, El Colegio de la Frontera Norte (COLEF). 244 fls.
- Quijano, Aníbal. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 08-23). Buenos Aires, Argentina: CLACSO.
- Quintanilha, Karina Ferreira (2019). Migração Forçada no capitalismo contemporâneo: trabalho, direitos e resistência no Brasil. Dissertação de mestrado. São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais PUC-SP.
- Ramos, Alcida Rita (2017). Por una crítica indígena de la razón antropológica. *Anales de Antropología*, 52(1), 59-66. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.antro.2017.01.003>.
- Ramírez García, Telésforo e Ascencio, Fernando Lozano. (2017). Selectividad y precariedad laboral en la migración calificada de América Latina y el Caribe, 2000-2010. *REMHU: Revista Interdisciplinária da Mobilidade Humana*, 25(49), 113-134. DOI: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/732>.
- Ribeiro de Oliveira, Antônio Tadeu. (2015). Os invasores: as ameaças que representam as migrações subsaariana na Espanha e haitiana no Brasil. *REMHU: Revista Interdisciplinária da Mobilidade Humana*, 23(44), 135-155. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004409>.

- Ribeiro de Oliveira, Antônio Tadeu. (2020). A transição na legislação migratória: um estudo empírico para o período 1980-2019. *Périplos: Revista de Pesquisa sobre migrações*, 4(2), 36-64. https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/34680.
- Rivera Cusicanqui, Silvia (2010). *Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón. 80 pp.
- Rivera Sánchez, Liliana. (2017). De la migración interna a la migración internacional en México. Apuntes sobre la formación de un campo de estudio. *Íconos - Revista de Ciencias Sociales*, (58), 37-57. <https://doi.org/10.17141/iconos.58.2017.2500>
- Rivero, Patricia J. (2017). La investigación multilocalizada en los estudios migratorios transnacionales: Aportes teóricos y prácticos. *Trabajo y sociedad*, (28), 327-342. Recuperado en 06 de agosto de 2024, de http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1514-68712017000100018&lng=es&tlng=es
- Rho, Maria Gabriela. (2021). Ciudadanía y luchas migrantes. Debates desde la autonomía de las migraciones. *Revista Reflexiones*, 100(2). DOI: <https://doi.org/10.15517/rr.v100i2.43440>.
- Rojas Wiesner, Martha Luz. (2020). ¿“Que veinte años no es nada”? (In)visibilización del movimiento social de migrantes por y desde Centroamérica. *REMHU, Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 28(60). DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006002>.
- Rosa, João Guimarães. (1994). *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Ruiz Lagier, Verónica. (2018). Los refugiados guatemaltecos y la frontera–frente de discriminación, explotación y desigualdad. *Alteridades*, (56 Jul-dic). <https://doi.org/10.24275/uam/izt/dcsh/alteridades/2018v28n56/Ruiz>.
- Ruseishvili, Svetlana (2020). Fronteira desterritorializada, inclusão diferencial e estado-nação: a comissão brasileira de seleção de refugiados da segunda guerra mundial. *REMHU: Revista Interdisciplinária da Mobilidade Humana*, 28(60), 127-150. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006008>.
- Santos, Aline Lima & Rossini, Rosa Ester (2018). Reflexões geográficas sobre migrações, desenvolvimento e gênero no Brasil. In: Rosana Baeninger et. al. (org.) *Migrações Sul-Sul*, vol. 1, 277-295. Campinas: NEPO/Unicamp.
- Sassen, Saskia. (2010). *Sociologia da Globalização*. Porto Alegre: Editora Artmed.
- Sauer, Carl Ortwin. (1966). *The Early Spanish Main*. California, Estados Unidos de América: University of California Press.
- Sayad, Abdelmalek. (1998). *A imigração e os paradoxos da alteridade*. São Paulo SP: EDUSP.
- Serrano, Mary Luz Estupiñán. (2012). “África” en Rio de Janeiro. Una cartografía sobre la inmigración contemporánea. *Memorias: Revista digital de Historia y Arqueología desde el Caribe colombiano*, 8(17), 272-302. <https://doi.org/10.14482/memor.17.301.8>
- Serrano Herrera, Carlos e Jiménez Uribe, Rodrigo (coord.). (2022). *Anuario Migración y Remesas, México 2022*. México: Fundación BBVA; Consejo Nacional de Población. https://www.bbvaesearch.com/wp-content/uploads/2022/09/Anuario_Migracion_y_Remesas_2022.pdf
- Seyferth, Giralda. (1997). A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, 3(1), 95-131. <https://doi.org/10.1590/s0104-93131997000100004>
- Seyferth, Giralda. (2002). Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, (53), 117-149. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i53p117-149>.
- Seyferth, Giralda. (2011). A dimensão cultural da imigração. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 26(77), 47–62. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000300007>.

- Silva, Gustavo Junger da, Cavalcanti, Leonardo, Oliveira, Tadeu; e Macedo, Marília. (2020). *Refúgio em Números* (5ª ed.). Brasília, Brasil: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Comitê Nacional para os Refugiados.
- Sonderéguer, María. (2016). Derechos humanos y narrativas de la nación. *Revista Sociedad* 35-36, 65-80. <https://www.sociales.uba.ar/wp-content/blogs.dir/219/files/2016/11/Revista-Sociedad-35-36.pdf>
- Todorov, Tzvetan. (2007). *A conquista da América*. Martins Fontes. São Paulo, Brasil.
- Tonhati, Tânia e Macedo, Marília. (2020). Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). *Périplos: Revista de Pesquisa sobre migrações*, 4(2), 125-155. https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/35905
- Unidad de Política Migratoria, Registro e Identidad de Personas (2019). México: *Boletín Anual de Estadísticas Migratorias*. México: Subsecretaría de Derechos Humanos, Población y Migración, Secretaría de Gobernación. <http://www.politicamigratoria.gob.mx/es/PoliticaMigratoria/CuadrosBOLETIN?Anual=2019>
- Unidad de Política Migratoria, Registro e Identidad de Personas (2020). México: *Boletín Anual de Estadísticas Migratorias*. México: Subsecretaría de Derechos Humanos, Población y Migración, Secretaría de Gobernación. <http://www.politicamigratoria.gob.mx/es/PoliticaMigratoria/CuadrosBOLETIN?Anual=2020>
- Unidad de Política Migratoria, Registro e Identidad de Personas (2021). México: *Boletín Anual de Estadísticas Migratorias*. Subsecretaría de Derechos Humanos, Población y Migración, Secretaría de Gobernación. <http://www.politicamigratoria.gob.mx/es/PoliticaMigratoria/CuadrosBOLETIN?Anual=2021>
- Unidad de Política Migratoria, Registro e Identidad de Personas (2022). México: *Boletín Anual de Estadísticas Migratorias*. Subsecretaría de Derechos Humanos, Población y Migración, Secretaría de Gobernación. <http://www.politicamigratoria.gob.mx/es/PoliticaMigratoria/CuadrosBOLETIN?Anual=2022>
- Unidad de Política Migratoria, Registro e Identidad de Personas (2023). México: *Boletín Mensual de Estadísticas Migratorias*. Subsecretaría de Derechos Humanos, Población y Migración, Secretaría de Gobernación. http://www.politicamigratoria.gob.mx/work/models/PoliticaMigratoria/CEM/Estadisticas/Bol etines_Estadisticos/2023/Boletin_2023.pdf
- United Nations High Commissioner for Refugees - UNHCR (2021). *Global Trends forced displacement in 2021*. <https://www.unhcr.org/media/40152>.
- United Nations High Commissioner for Refugees - UNHCR (2023). *Global Trends forced displacement in 2023*. <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2023>.
- Versiani, Fernanda & Carvalho Neto, Antonio. (2021). South-South migration: a study on refugees working in small and medium Brazilian enterprises. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(2), 252–264. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200056>.
- Varela Huerta, Amarela & Gabrielli, Lorenzo (2024). Espectáculo fronterizo. Narrativas mediáticas en torno a la migración y el refugio en dos corredores migratorios de Europa y América. In: Neira, Yerko Castro et. al. (org.). *Movilidades humanas en crisis: estudios comparados en las fronteras de las Américas y Europa*. Cidade do México, México: Universidad Iberoamericana, libro digital.

- Varela Huerta, Amarela. (2016). Luchas migrantes en contextos de tránsito migratorio, el caso del Movimiento Migrante Centroamericano. *REMHU, Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 24(48). <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004803>.
- Varela Huerta, Amarela. (2019). México, de "frontera vertical" a país tapón". Migrantes, deportados, retornados, desplazados internos y solicitantes de asilo en México. *Iberoforum. Revista De Ciencias Sociales*, 14(27), 49–76. Recuperado de: <https://iberoforum.iberomx/index.php/iberoforum/article/view/124>.
- Vilela, Elaine Meire, Collares, Ana Cristina Murta e Ayer de Noronha, Cláudia Lima. (2015). Migrações e trabalho no Brasil. Fatores étnico-nacionais e raciais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30(87), 19-42. <https://doi.org/10.17666/308719-39/2015>
- Walsh, Catherine (2006). Interculturalidad y (de)colonialidad: diferencia y nación de otro modo. S.l. : Textos & Formas. Disponible em: <https://www.bivipas.unal.edu.co/handle/10720/498>.
- Willers, Susanne. (2016). Migración y violencia: las experiencias de mujeres migrantes centroamericanas en tránsito por México. *Sociológica (México)*, 31(89), 163-195. Recuperado de: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-01732016000300163&lng=es&tlng=es.
- Wimmer, Andreas e Glick-Schiler, Nina. (2003). Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. *Global Networks*, v. 4, n. 2, 303-334. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2003.tb00151.x>
- Wise, Raúl Delgado. (2016). Notas sobre la cuestión laboral y migratoria hoy: migración forzada, desarrollo desigual e imperialismo. *Revista THEOMAI*, 33, 157-173. DOI: <https://www.redalyc.org/journal/124/12444642011/html/>.
- Xavier, Fernando César Costa (2020). Os Direitos Humanos Trabalhistas dos Contratados de Agências Internacionais atuantes na Crise Migratória no Estado de Roraima. *Rev. Fac. Direito de Uberlândia (Univ. Federal)*, v. 48, n. 1, pp. 156-194. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/RFADIR.v48n1a2020.53914>.
- Yee Quintero, José Carlos & Cantalapiedra, Eduardo Torre (2016). Lidiando con la Frontera Vertical: Estrategias Migratorias de los hondureños en Tránsito por México. *REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 24(47), 97–114. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004707>.
- Zilli Manica, J. B. (1989). *Llegan los colonos! la prensa de Italia y de México sobre la migración del siglo XIX: Punto y Aparte*.

Videografia:

CAFEMIN (2021, 26 de fevereiro). *La migración infantil en México en tiempos de pandemia desde la experiencia del CAFEMIN* [Vídeo]. Plataforma Zoom. (Caderno de campo do online, 2020-2023, pp. 64-65).

CAMMI (2021, 18 de outubro). *Mes de la Migración* [Vídeo]. Plataforma Zoom. (Caderno de campo do ONLINE, pp. 98-103).

CEMIR – Centro da Mulher Imigrante e Refugiada (2020, 16 de junho). *Mulheres Imigrantes: feminicídio e violência de gênero no contexto da pandemia* [Vídeo]. Facebook.

<https://www.facebook.com/310225012977144/videos/737324540452890>. (Caderno de campo online, 2020-2023, pp. 5-9).

Cibai Migrações e Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (2021, 20 de maio). *Revalidação de Diplomas* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=1KrjF1JfhnQ> (Caderno de Campo Online, pp. 84-89).

CLACSO TV (2020, 8 de julho). *Presentación del proyecto: (IN)MOVILIDAD en las Américas & COVID 19* [Vídeo]. Youtube. <https://youtu.be/fU9FWUQof5c>. (Caderno de campo online, 2020-2023, pp. 20-22).

CLACSO TV (2020, 26 de outubro). *Mapeo polifónico al aire*. Testimonios de Zoom. <https://zoom.us/j/97747461054?pwd=TWc1TGQxUkRoQ0ZxUWtLeWxwY0NnUT09> (Caderno de campo do online, 2020-2023, pp. 53-55).

CLACSO TV (2021, 28 de janeiro). *Conversatorio Lucha Migrante* [Vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=JUHbjrlHcc8&t=3290s>. (Caderno de campo online, 2020-2023, pp. 60-62).

COINCIDE ITESO (2020, 24 de noviembre). *Conversatorio: “Retos en la agenda migratoria en ZMG”* [Vídeo]. Facebook. <https://www.facebook.com/CoincideITESO/videos/753642105491976>. (Caderno de campo online, 2020-2023, pp. 50-53).

Conexión Migrante TV (2023, 13 de março). *Entre Amigos | ¿Qué está pasando en los albergues migrantes en la Ciudad de México?* [Vídeo] YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=HkAR8MjbmII>. (Caderno de campo online, pp. 109-112).

CSEM, Brasília (2021, 11 de março). *Conferencia Migración Mesoamericana. Retos conceptuales y metodológicos*. Plataforma Zoom. (Caderno de campo do online, 2020-2023, pp. 75-).

Equipe de Base Warmis – *Convergência das Culturas* (2021, 30 de abril). *Lives: Maternidade e Migração* [Vídeo]. Facebook. https://www.facebook.com/watch/live/?v=317216439560886&ref=watch_permalink. (Caderno de Campo Online, pp. 81).

Escuela de Ciencias Sociales y Gobierno Tecnológico de Monterrey. (2021, 26 de fevereiro). *2do Congreso Internacional de*

Migración: Perspectivas contemporáneas sobre las personas migrantes: Panel 14: El impacto de la migración en los lugares de origen y destino. Plataforma Zoom. (Caderno de campo do online, 2020-2023, pp. 65-68).

El Colegio de la Frontera Norte – El Colef (2021, 28 de abril). *Día 1: Tercer Foro Internacional de la Migración Haitiana en las Américas* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=_QIXrqFleWk&ab_channel=ElColegiodelaFronteraNorte-ElColef. (Caderno de campo do ONLINE, pp. 105-106).

El Colegio de la Frontera Norte – El Colef (2021, 29 de abril). *Día 2: Tercer Foro Internacional de la Migración Haitiana en las Américas* [Vídeo]. YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=u0jqyladc04>. (Caderno de campo Online, pp. 106-108).

Equipe de Base Warmis – Convergência das Culturas (2020, 24 de junho). *Live: Racismo e Migração: de que forma o racismo impacta na vida das mulheres imigrantes* [Vídeo]. Facebook. https://www.facebook.com/watch/live/?v=207771233710525&ref=notif¬if_id=1593043526017653¬if_t=live_video. (Caderno de campo online, 2020-2023, pp. 17-18).

Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (2021, 31 de maio). *Os paradoxos da política migratória brasileira: a deportabilidade como novo paradigma?* [Vídeo]. Google Meet. <https://meet.google.com/anj-dqps-ocx> (Caderno de Campo Online, pp. 89-92).

FM4 Paso Libre (2020, 10 de novembro). *2º Laboratorio: Una comunidad de prácticas para la inclusión de las personas en movilidad humana* [Vídeo]. Facebook. https://www.facebook.com/watch/live/?v=355011019129885&ref=notif¬if_id=1605028078388045¬if_t=live_video. (Caderno de campo online, 2020-2023, pp. 55-57).

Fronteiras Cruzadas (2021, 23 de setembro). *PRÉ-REUNIR: Saúde mental, gênero e imigração* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=iTIURjqskDc&t=43s>. (Caderno de Campo Online, pp. 95-98).

MigraMundo (2020, 20 de agosto). *Live MigraMundo / Equipe Base Warmis / Campanha Regularização Já!* [Vídeo]. Facebook. https://www.facebook.com/watch/live/?v=2391516627817862&ref=notif¬if_id=15979626-33166311¬if_t=live_video. (Caderno de campo online, 2020-2023, pp. 27-28).

Missão Paz (2020, 21 de agosto). *48º Diálogos no CEM: Migrações: Confinamento e mobilidades* [Vídeo]. Facebook:

<https://www.facebook.com/missaopazsaopaulo/videos/593717254626188>. (Caderno de campo online, 2020-2023).

Observatório Internacional do PSOL (2020, 04 de junho). *Organização das comunidades imigrantes e os problemas que enfrentam* [Vídeo]. Facebook. <https://www.facebook.com/482531738949649/videos/859714567874217> (Caderno de campo online, 2020-2023, pp. 1-4).

[Poli](#), USP (2020, 10 de setembro). *O Refúgio e os Direitos dos Refugiados* [Vídeo]. Plataforma Zoom. <https://poliuspbr.zoom.us/j/97782707738>. (Caderno de campo do online, 2020-2023).

PDMIG Pacto pelo Direito de Migrar (2021, 27 de abril). *Nada sobre Nós, sem Nós: Integração e protagonismo de refugiados e migrantes nas sociedades* [Vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=p44zv7S7vw0> (Caderno de Campo Online, pp. 78-81).

Setorial Municipal de Educação PT São Paulo (2020, 03 de julho). *A descolonização do currículo a partir da presença de indígenas e imigrantes* [Vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=pcRehL8Wk5I>. (Caderno de campo online, 2020-2023, pp. 18-20).

The International Institute on Race, Equality and Human Rights (2023, 21 de março). *Webinar: Reflexiones sobre la población migrante haitiana en México* [Vídeo]. Facebook. <https://www.facebook.com/raceandequality/videos/3483083461971310>. Caderno de campo online, pp. 113-116).

Anexos.



Imagem 1: Uma das agências COMAR em Tapachula. O cartaz informa que seguem os atendimentos, mas ao lado há uma lista de procedimentos suspensos. Nos cartazes do portão se informa que devido à pandemia, não há prazos para respostas dos novos casos aceitos. Acervo Pessoal. Setembro/2021.



Imagem 2: Outra agência COMAR, junto ao ACNUR que fica ao lado. Acervo Pessoal. Setembro/2021.



Imagem 3: Local por onde passava a linha do trem de Tapachula, hoje desativado. Monumento sobre a migração. Acervo Pessoal. Setembro/2021.



Imagem 4: Centro de Tapachula, Plaza Hidalgo. Acervo Pessoal. Setembro/2021.



Imagem 5: centro de Tapachula, salão de beleza. Acervo Pessoal. Setembro/2021.



Imagem 6: centro de Tapachula. Caminhadas. Acervo Pessoal. Setembro/2021.

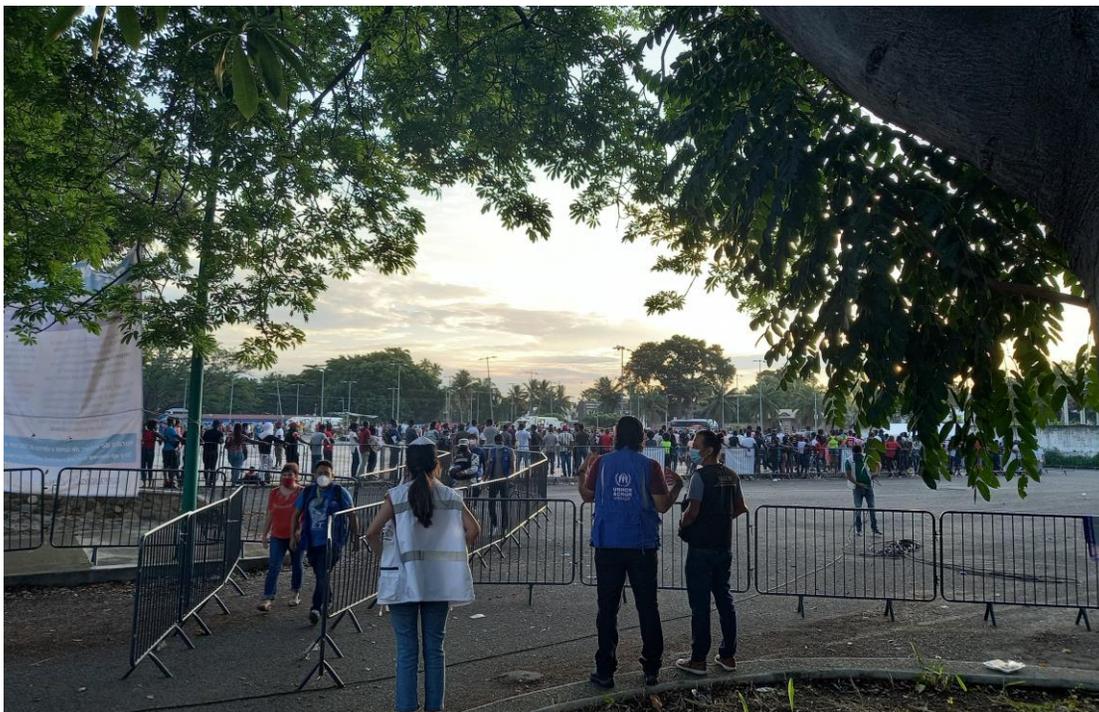


Imagem 7: Estádio de futebol de Tapachula. Operação da COMAR e ACNUR para pessoas migrantes haitianas. Acervo Pessoal. Setembro/2021.



Imagem 8: Estádio de futebol de Tapachula. Operação da COMAR e ACNUR para pessoas migrantes haitianas. Acervo Pessoal. Setembro/2021.

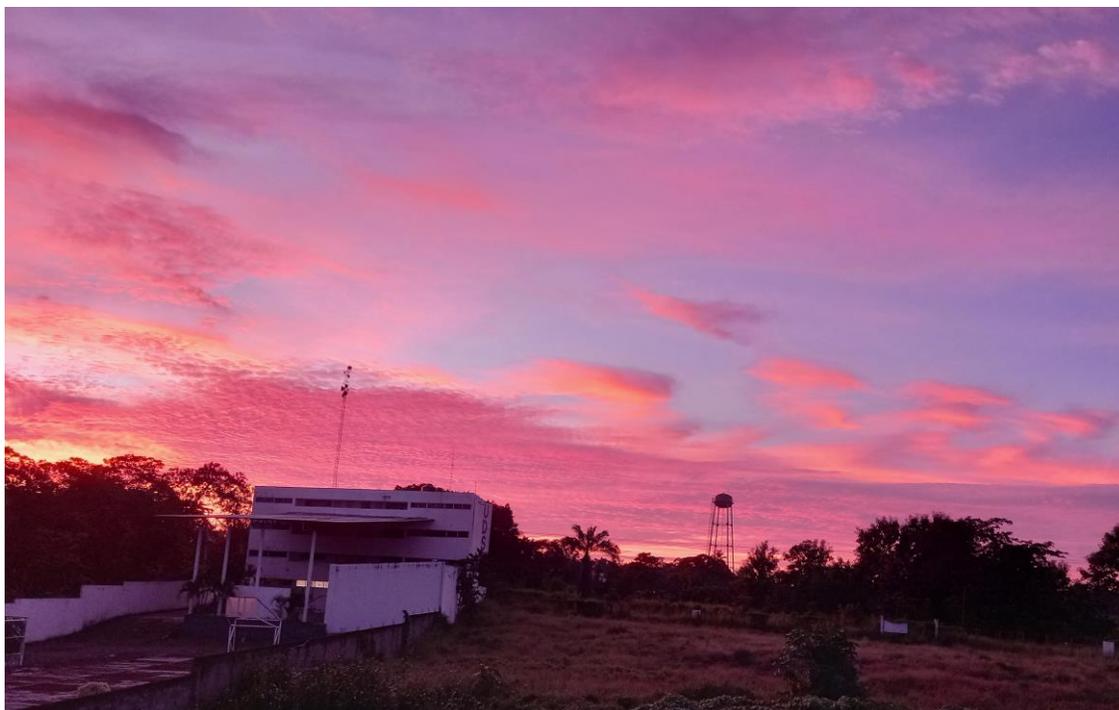


Imagem 9: O amanhecer visto da minha janela do albergue. Acervo Pessoal. Setembro/2021.

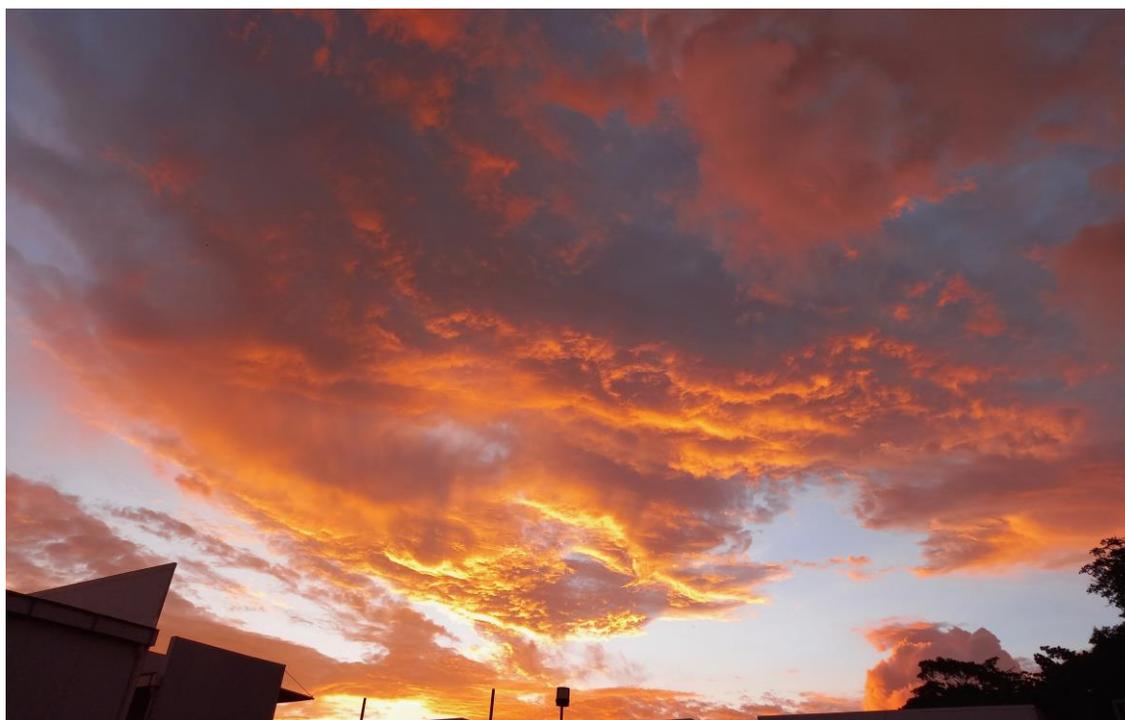


Imagem 10: O entardecer visto de dentro do albergue. Acervo Pessoal. Setembro/2021.

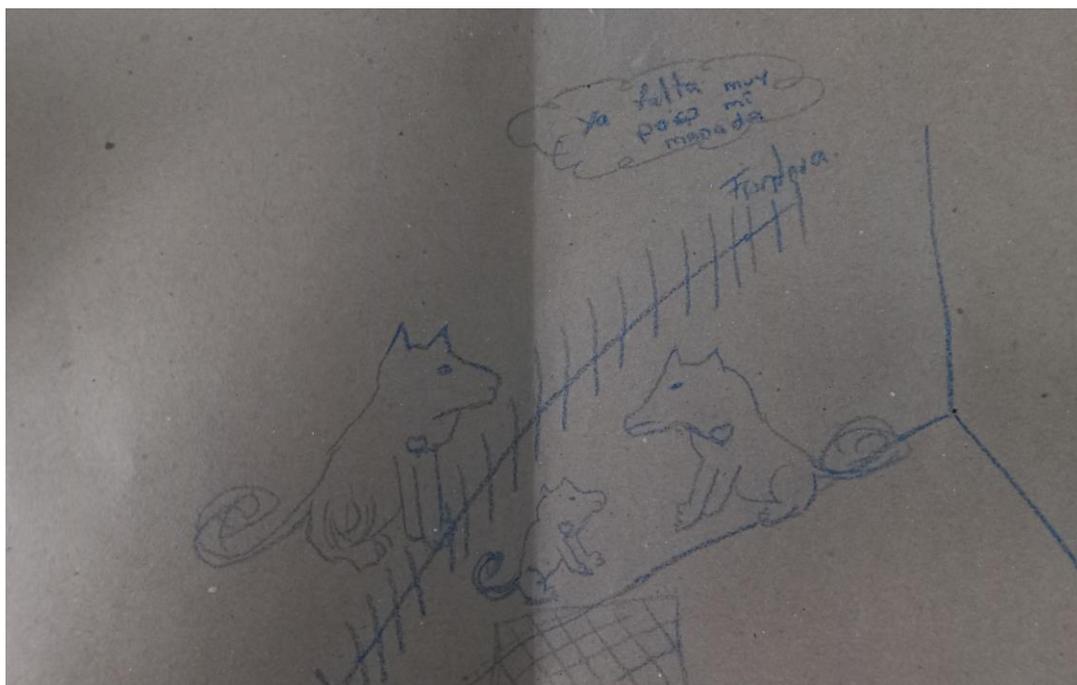


Imagem 11: Desenho de uma criança do albergue de Honduras sobre a migração. Acervo Pessoal. Setembro/2021.



Imagem 12: cartaz dentro do albergue com informações sobre agentes financiadores da construção do espaço.



Imagem 13: Posto de Recepção e Triagem (PTRIG) em Boa Vista, Roraima. Acervo Pessoal. Julho/2022.

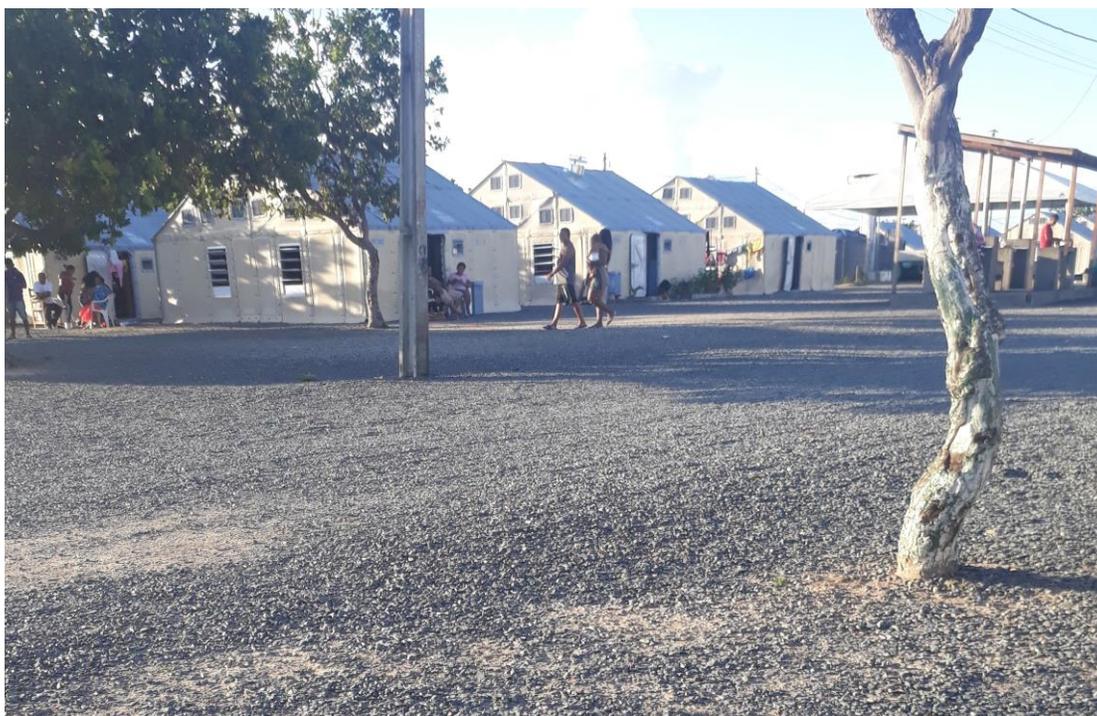


Imagem 14: Abrigo indígena Waraotuma da Operação Acolhida em Boa Vista, Roraima. Acervo Pessoal. Julho/2022.



Imagem 15: Abrigo indígena Waraotuma da Operação Acolhida em Boa Vista, Roraima. Acervo Pessoal. Julho/2022.



Imagem 16: chapas metálicas que cercam os abrigos da Operação Acolhida. Acervo Pessoal. Julho/2022.



Imagem 17: Visão de dentro da *carpa* do abrigo. Acervo Pessoal. Julho/2022.

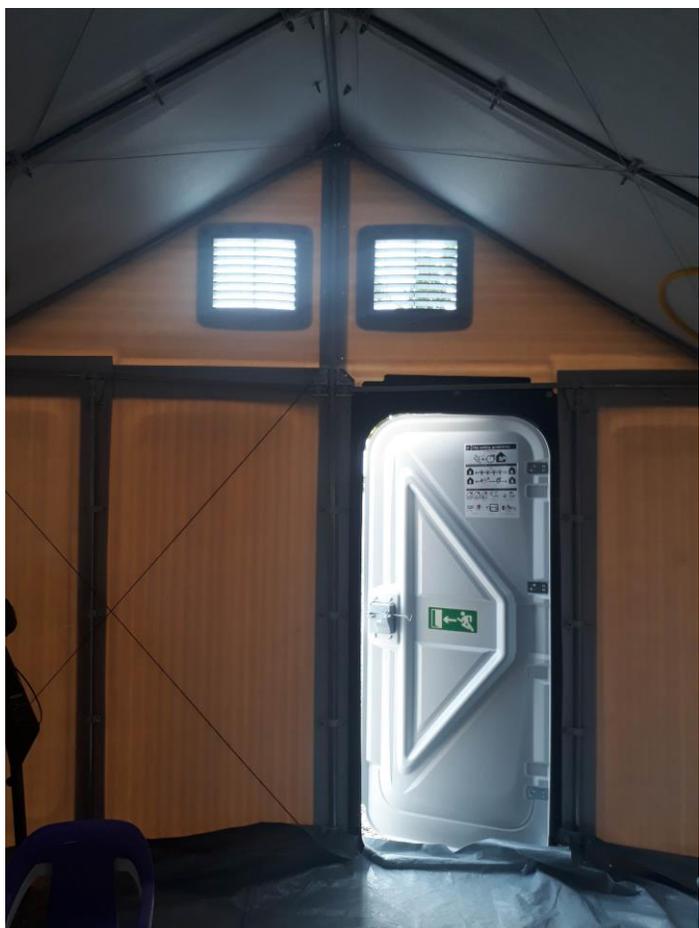


Imagem 18: Visão interna da *carpa* de um abrigo da Operação Acolhida. Acervo Pessoal. Julho/2022.



Imagem 19: Placa informativa em um abrigo da Operação Acolhida. Acervo Pessoal. Julho/2022.



Imagem 20: Abrigo indígena da Operação Acolhida. Acervo Pessoal. Julho/2022.



Imagem 21: Abrigo não indígena da Operação Acolhida. Acervo Pessoal. Julho/2022.



Imagem 22: Banheiro contêiner para funcionários em abrigo da Operação Acolhida. Acervo Pessoal. Julho/2022.



Imagem 23: Detalhe das instruções coladas na porta das *carpas* para questões de segurança, escritas em inglês, francês e árabe. Acervo Pessoal. Julho/2022.



Imagem 24: Parte interna do ginásio que funcionou como abrigo e hoje é uma ocupação chamada *Yakera Ine* em Boa Vista. Acervo Pessoal. Julho/2022.



Imagem 25: Espaço interno da ocupação, com estruturas de madeira que separam o espaço e sustentam as redes. Boa Vista. Acervo Pessoal. Julho/2022.



Imagem 26:
corredor de casas
do abrigo indígena
da Operação
Acolhida. Acervo
Pessoal.
Julho/2022.



Imagem 27: A lua
cheia no rio branco,
em Boa Vista.
Acervo Pessoal.
Julho/2022.

Entrevistas